

**Universidade Federal Fluminense (UFF)
Instituto de História
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)**

CARLOS BATISTA PRADO

**PARTIDOS E SINDICATOS: O PCB, A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA E O
MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL (1922-1936)**

**Niterói - RJ
2019**

Universidade Federal Fluminense (UFF)
Instituto de História
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)

CARLOS BATISTA PRADO

**PARTIDOS E SINDICATOS: O PCB, A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA E O
MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL (1922-1936)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em História da Universidade Federal Fluminense
(UFF), como parte dos requisitos parcial à obtenção
do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato

Niterói - RJ
2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

P896p Prado, Carlos Batista
Partidos e sindicatos : o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922-1936) / Carlos Batista Prado ; Cezar Teixeira Honorato, orientador. Niterói, 2019. 359 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.d.01490447121>

1. Sindicatos. 2. Partidos. 3. Luta de Classe. 4. Oposição de Esquerda. 5. Produção intelectual. I. Honorato, Cezar Teixeira, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

Folha de aprovação

**O PARTIDO E OS SINDICATOS: O PCB, A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA E O
MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL (1922-1936)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato (Orientador) – UFF

Prof. Dr. Ricardo Figueiredo de Castro - UFRJ

Prof. Dr. Felipe Abranches Demier - UERJ

Prof. Dr. Demian Bezerra de Melo - UFF

Prof. Dr. Fábio da Silva Sousa - UFMS

*Dedico esta pesquisa à Lívio Xavier,
responsável por preservar boa parte da documentação utilizada,
e a todos revolucionários, libertários, comunistas,
e opositores; trotskistas.*

Agradecimentos

Desde o início desta pesquisa contei com o apoio de inúmeras pessoas que foram essenciais para a sua realização e deixo registrado aqui os meus agradecimentos.

Em primeiro lugar, aos meus pais, Osmar e Laura e ao meu irmão, Evandro. Agradeço, especialmente ao meu pai que, de madrugada, me levava semanalmente ao aeroporto quando passei um semestre viajando ao Rio para cumprir os créditos das disciplinas. Também agradeço a minha esposa, Emanuelle, que me acompanhou durante todo esse período e teve paciência, compreendendo as noites e fins de semana que passei sentado em frente ao computador, lendo e escrevendo por horas e horas. Apesar de não terem se quer lido uma página do presente texto, é inegável que sem o carinho, atenção e suporte que me ofereceram essa pesquisa não poderia jamais ter se realizado.

Não posso deixar de agradecer enormemente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de estudo, sem a qual esse trabalho não poderia ter sido concluído da forma como foi.

Também cabe aqui um agradecimento especial aos funcionários dos arquivos que visitei nestes 4 anos e que com muita atenção me atenderam prontamente.

Agradeço também ao meu orientador, Professor Dr. Cezar Teixeira Honorato, que contribuiu muito para a realização e organização desse trabalho, especialmente na indicação de arquivos e documentação para pesquisa.

Agradeço ainda a todos os professores do curso de História da UFMS, que durante estes 4 anos me apoiaram constantemente na realização desta pesquisa. Registro aqui, agradecimento especial à Vivina Sol, Vanderléia Mussi, Dilza Porto e Jorge Fernandez. Também registro agradecimento aos acadêmicos do curso.

Cabe mencionar alguns amigos, com os quais debati e troquei ideias, me ajudando a pensar e amadurecer o trabalho; Márcio Lauria, Everson Bataioli e Jeferson Taborda. Agradeço por fim, também aos professores que participaram da minha banca de qualificação: Felipe Demier, Tatiana Poggi e Ronaldo Coutinho, especialmente a este último que, pouco tempo depois nos deixou.

Para finalizar, afirmo que o período de 4 anos que me dediquei à pesquisa e escrita desta tese serão sempre lembrados. Muitas pessoas não mencionadas aqui participaram de alguma forma desse período e, a ausência nessa lista de agradecimentos não significa que foram menos importantes.

*E toda vez que um estudante é atropelado por um tanque
E toda vez que o cachorro do pirata é forçado a caminhar na prancha
E toda vez que uma noiva russa é posta à venda
E toda vez que um jornalista é deixado pra apodrecer na cadeia
E toda vez que um imbecil se torna presidente
E toda vez que alguém morre buscando as chaves no bolso
E toda vez que a Groenlândia cai na porra do oceano é porque
Todos nós, Brancos e Pretos
Mexicanos, Asiáticos, e todo tipo de grupo étnico
Até o povo de Guadalupe, o velho, o jovem
Bruxas sem dentes, modelos, atores
Estrelas do Futebol, lavadeiras, alfaiates e putas
Vovós, vovôs, tios, tias
Amigos e vagabundos sem casa
Clérigos, caminhoneiros, diaristas
Formigas - talvez formigas não
Por que não as formigas?
Bem porque é a verdade
As formigas não tem QI suficiente pra diferenciar
A dor que os outros sentem
E vivem cortando plantas
Ou rastejando nas brechas das janelas em busca de latas de mel abertas
Então, assim como formigas, somos apenas burros?
É esse o porquê de não sentirmos ou vermos?
Ou estamos todos entorpecidos em num reality TV?
Então, toda vez que a cortina cair em cima de uma vida esquecida
É porque nós todos apoiamos, silenciosamente e indiferentes*

Roger Waters. *Is this the life we really want?*

PRADO, Carlos Batista. *Partidos e sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil. (1922-1936)*. (Tese de doutorado em História). Niterói: PPGH/UFF, 2019.

RESUMO

A presente pesquisa toma como objeto de investigação a relação entre o partido e sindicatos no Brasil, no período entre 1922-36. Tanto o Partido Comunista do Brasil (PCB), como as organizações vinculadas à Oposição de Esquerda (OE) deste período, enquanto partidos de vanguarda, buscaram influenciar as associações operárias. O objetivo desta pesquisa é analisar como se desenvolveu a relação entre estas organizações partidárias e os sindicatos. Limitamos o período a partir de 1922, pois é a data da fundação do PCB e, 1936, por ser um período de intensa repressão e que delimita o fim das atividades da Liga Comunista Internacionalista (LCI). Os membros fundadores do PCB eram oriundos do movimento sindicalista revolucionário. Procedentes das fileiras do anarcossindicalismo, os comunistas, desde os primeiros momentos, deram atenção especial aos sindicatos que eram encarados como organismo de massa dos trabalhadores, nos quais a vanguarda deveria penetrar e dirigir. Em 1928, a questão sindical esteve no centro de uma grande polêmica que culminou numa cisão e que, mais tarde, deu origem a um grupo opositor vinculado ao trotskismo. Ambos partidos lutavam pela conquista dos trabalhadores, buscando uma aproximação com suas associações. A problemática em torno dos sindicatos foi um tema constante no interior dos partidos revolucionários que dedicavam considerável atenção ao debate sobre a estrutura organizacional e as lutas sindicais. No presente estudo, realizou-se uma ampla revisão bibliográfica, a fim de determinar o estado da questão e delimitar seus problemas. A seguir, analisou-se diversas fontes: jornais, manifestos, panfletos, relatórios, cartas e outras publicações que se relacionavam diretamente à temática abordada.

Palavras-chave: Sindicatos; Luta de classe; Trotskismo; Oposição de Esquerda.

PRADO, Carlos Batista. *Parties and syndicates: The PCB, the Left Opposition and the labor movement in Brazil. (1922-1936).* (PhD Thesis in History). Niterói: PPGH/UFF, 2019.

ABSTRACT

The present research takes as object of investigation the relation between parties and syndicates in Brazil, in the period between 1922-36. Both the Communist Party of Brazil and the organizations linked to the Left Opposition of this period, as avant-garde parties, sought to influence workers' associations. The objective of this research is to analyze how the relationship between these party organizations and the syndicates has developed. We limit the period from 1922, because it is the date of the founding of the PCB and, in 1936, because it is a period of intense repression and delimits the end of the activities of the Liga Comunista Internacionalista. The founding members of the PCB came from the revolutionary syndicalist movement. Coming from the ranks of anarcho-syndicalism, the Communists, from the first moment, gave special attention to the syndicates which were regarded as a mass organization of workers, in which the vanguard was to penetrate and direct. In 1928, the “syndical question” was at the center of a great controversy that culminated in a split and that, later, gave rise to an opposition group linked to Trotskyism. Both parties fought for the conquest of the workers, seeking an approximation with their associations. The problems surrounding the syndicates were a constant theme within the revolutionary parties, which devoted considerable attention to the debate on organizational structure and syndical struggles. In the present study, a broad bibliographic review was carried out in order to determine the state of the issue and to delimit its problems. Next, several sources were analyzed: newspapers, manifestos, pamphlets, reports, letters and other publications that were directly related to the subject addressed.

Key-words: Syndicates; Class Struggles; Trotskyism; Left Opposition.

Lista de figuras

Fig. 01 - Capa da revista <i>Movimento Comunista</i> , 1923.....	59
Fig. 02 - Capa do <i>Relatório da delegacia à Rússia</i> de Antônio Bernardo Canellas, 1923.....	75
Fig. 03 - Capa da brochura <i>O processo de um traidor</i> , 1923.....	80
Fig. 04 - Logotipo de <i>A Nação</i> , 1927.....	116
Fig. 05 - Capa da <i>Carta Aberta</i> de Joaquim Barbosa, 1928	131
Fig. 06 - Logotipo de <i>A Luta de Classe</i> , 1930.....	184
Fig. 07 - Logotipo do Boletim da Oposição, 1931.....	219
Fig. 08 - Logotipo de <i>A Luta de Classe</i> , 1931	219
Fig. 09 e 10 - Papeleta de adesão à Liga Comunista, 1931.....	222
Fig. 11 - Logotipo do <i>Boletim da FOSP</i> , 1931.....	259
Fig. 12 - Logotipo de <i>A Luta de Classe</i> , 1934.....	285
Fig. 13 - Logotipo do <i>Boletim de informações da UTG</i> , 1931.....	340

Lista de abreviaturas e siglas

AEL – Arquivo Edgar Leuenroth

AIB – Ação Integralista Brasileira

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores

ANL – Aliança Nacional Libertadora

AMORJ – Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

BIT – Bureau Internacional do Trabalho

BO – Bloco Operário

BOC – Bloco Operário e Camponês

BSA – Bureau Sul-Americano

CC – Comissão Central

CCE – Comissão Central Executiva

CDP – Comitê de Defesa Proletária

CE – Comissão Executiva

COCSP – Centro dos Operários Católicos de São Paulo

CR – Comitê Regional

CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP

CEIC – Comitê Executivo da Internacional Comunista

CEMAP – Centro de Documentação do Movimento Operária Mário Pedrosa

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil

CNRC – Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo

CNT – Conselho Nacional do Trabalho

COB – Confederação Operária Brasileira

COOS – Comitê Operário de Organização Sindical

CR-RJ – Comitê Regional do Rio de Janeiro

CSCB – Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira

CSP – Coligação dos Sindicatos Proletários

CSUB – Confederação Sindical Unitária do Brasil

CUS – Comitê de Unidade Sindical

DET – Departamento Nacional do Trabalho

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
GCL – Grupo Comunista Lenine
IC – Internacional Comunista
ISA – Internacional Sindical de Amsterdam
ISV – Internacional Sindical Vermelha
IWW – International Workers World
FCL – Federação Comunista Libertária
FORB – Federação Operária Regional Brasileira
FORJ – Federação Operária do Rio de Janeiro
FOSP – Federação Operária de São Paulo
FRCT – Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras
FSR – Federação Sindical Regional do Estado de São Paulo
FSRR – Federação Sindical Regional do Rio
FTGB – Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil
FTRJ – Federação dos Trabalhos do Rio de Janeiro
FUA – Frente Única Antifascista
FUS – Frente Única Sindical
GPNR – Governo Popular Nacional Revolucionário
LAR – Liga de Ação Revolucionária
LC – Liga Comunista
LCI – Liga Comunista Internacionalista
LSN – Lei de Segurança Nacional
MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
NEP – Nova Política Econômica
OE – Oposição de Esquerda
OIE – Oposição Internacional de Esquerda
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PCA – Partido Comunista Alemão
PCB – Partido Comunista do Brasil
PCE – Partido Comunista Espanhol
PCF – Partido Comunista Francês
PCR – Partido Comunista Russo
PCs – Partidos Comunistas

PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PNSAT – Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores
POL – Partido Operário Leninista
PRP – Partido Republicano Paulista
PSB – Partido Socialista do Brasil
PSDA – Partido Social Democrata da Alemanha
PSF – Partido Socialista Francês
PSPB – Partido Socialista Proletário do Brasil
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SFSP – Sindicato dos Ferroviários do Estado de São Paulo
SI – Secretariado Internacional
SSA-IC – Secretariado Sul-americano da Internacional Comunista
TSN – Tribunal de Segurança Nacional
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UOC – União Operária e Camponesa
UGT – União Geral dos Trabalhadores
UOFT – União dos Operários em Fábricas de Tecidos
UTG – União dos Trabalhadores Gráficos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. Temática, problema e tese.....	16
2. O debate historiográfico.....	20
3. Metodologia, arquivos e fontes.....	27
4. Estrutura do trabalho e disposição dos capítulos.....	29
PRIMEIRA PARTE: O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (1922-1930)	32
CAPÍTULO 1: DOS SINDICATOS AUTÔNOMOS AO PARTIDO DE VANGUARDA	32
1. A formação do movimento sindical brasileiro e suas tendências.....	32
1.1 As organizações socialistas.....	36
1.2 Os libertários: anarquistas e anarcossindicalistas.....	39
1.3 As lutas sindicais e a legislação trabalhista.....	44
2. O debate historiográfico sobre a fundação do PCB.....	55
2.1 As repercussões da Revolução Russa no movimento sindical brasileiro.....	59
2.2 A tese da confusão sobre o caráter da Revolução Russa.....	64
2.3 A cisão no movimento anarcossindicalista.....	69
3. O “caso Canellas”: entre o sindicalismo autônomo e o partido de vanguarda...73	
CAPÍTULO 2: O PCB E A FRENTE ÚNICA	84
1. Repressão e reorganização sindical.....	84
1.1 A luta pela unidade e unificação sindical	87
1.2 O dogmatismo contra a unidade sindical.....	93
1.3 O PCB e a luta nos sindicatos.....	101
2. A teoria dualista e as etapas da revolução brasileira.....	104
2.1 A pequena-burguesia, o proletariado e as alianças do PCB.....	110
2.2 A frente única eleitoral.....	115
2.3 A aproximação com o tenentismo e as primeiras divergências.....	118
CAPÍTULO 3: A QUESTÃO SINDICAL E O GIRO À ESQUERDA	123
1. O partido e o papel dos sindicatos.....	123

1.1 Os grupos oposicionistas e a cisão de 1928.....	130
1.2 O combate aos oposicionistas.....	139
2. O giro à esquerda e o fim da luta pela unidade sindical.....	144
2.1 O III Congresso do PCB e a reorientação sindical.....	153
3. A stalinização do PCB e a Revolução de 1930.....	163
SEGUNDA PARTE: A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA NO BRASIL (1930-1936).....	174
CAPÍTULO 4: A OPOSIÇÃO ENTRA EM CENA: O GRUPO COMUNISTA LENINE....	174
1. Mário Pedrosa e a organização da Oposição de Esquerda no Brasil.....	174
1.1 O GCL e seu caráter de fração do PCB.....	184
2 Os oposicionistas e a luta sindical.....	190
2.1 <i>A Luta de Classe</i> discute o cenário nacional e internacional.....	201
3. A falência do GCL.....	210
CAPÍTULO 5: A LIGA COMUNISTA: AVANÇOS TEÓRICOS E LUTA SINDICAL....	216
1. A organização interna da LC.....	216
1.1 A interpretação sobre a formação social brasileira e a Revolução de 1930.....	224
1.2 A LC e a Assembleia Nacional Constituinte.....	236
2. Os oposicionistas e as disputas pelos sindicatos.....	241
2.1 O avanço do sindicalismo corporativista.....	241
2.2 A denúncia ao liquidacionismo da direção do PCB.....	249
2.3 O combate ao apoliticismo sindical dos libertários.....	253
2.4 A reorientação sindical e o isolamento da LC.....	261
3. A LC recua: reorganização e repressão.....	265
CAPÍTULO 6: A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA INDEPENDENTE: A LUTA NOS SINDICATOS OFICIAIS E A REPRESSÃO PÓS-1935.....	273
1. Um novo Partido e uma nova Internacional.....	273
1.1 A I Conferência Nacional da LC: fração ou partido?.....	275
1.2 A II Conferência Nacional (Extraordinária) da LC: em direção a IV Internacional.....	282
2. Os oposicionistas e a discussão sobre o ingresso nos sindicatos oficiais.....	285

2.1 A luta nos sindicatos oficiais.....	296
2.2 A Constituição de 1934 e o decreto nº 24.694.....	301
2.3 Da III Conferência Nacional da LCI ao abandono dos sindicatos oficiais.....	304
3. A Frente Popular brasileira: a ANL e o PCB.....	311
3.1 A LCI diante da ANL.....	318
4. O fim da LCI: a repressão e a consolidação do sindicalismo corporativista.....	324
Considerações finais.....	333
Referências.....	344
1. Fontes.....	344
1.1 Geral.....	344
1.2 Organizações anarcossindicalistas.....	344
1.3 Internacional Comunista e Partido Comunista do Brasil.....	345
1.4 Oposição de Esquerda.....	349
2. Bibliografia.....	354
2.1 Geral.....	354
2.2 Estado e sindicato no Brasil.....	354
2.3 História dos partidos: teoria e historiografia.....	355
2.4 História do Partido Comunista do Brasil.....	357
2.5 História da Oposição de Esquerda.....	358

INTRODUÇÃO

1. Temática, problema e tese

Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*¹, Engels destacou a importância da lei, aprovada pelo parlamento inglês em 1824, que concedeu aos trabalhadores o direito à livre associação. Até então, os operários ingleses eram proibidos de constituírem organizações para defesa dos seus interesses, direito que permanecia como privilégio da aristocracia e da burguesia. As associações secretas e clandestinas existiam anteriormente, mas a organização e o poder de intervenção destas era limitado. Com a sindicalização reconhecida legalmente, a organização e a luta dos trabalhadores alcançaram uma nova perspectiva.

A lógica do modo de produção capitalista coloca os trabalhadores em competição, por isso, o grande mérito das associações é o ímpeto de constituir unidade no interior da classe. O trabalhador deixa então de se apresentar de forma isolada diante do patrão. Passa a apresentar-se como grupo unificado, como força política, como classe organizada que busca negociar melhores condições de trabalho. Engels afirmou que os sindicatos tinham o objetivo de “proteger o operário isolado contra a tirania e negligência da burguesia”.²

Por sua vez, Marx apontou que as reivindicações imediatas dos trabalhadores organizados em seus sindicatos buscavam regular a taxa de salários e a duração da jornada de trabalho.³ Não obstante, assinalou os limites das reivindicações estritamente econômicas, argumentando que elas não podem “fixar” salários, uma vez que estes são determinados pelas flutuações do mercado.⁴ O alerta era que os sindicatos atuavam de forma restrita em favor de vantagens econômicas imediatas.⁵ Para Marx, tratava-se de uma luta insuficiente.

¹ ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

² Ibidem, p. 56.

³ “Os sindicatos têm por fim impedir que o nível de salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor. (...) Os sindicatos, portanto, nunca permitem que seus membros trabalhem por menos desse mínimo de salários. São sociedades de segurança para os próprios operários” MARX, K. **Papel econômico imediato dos sindicatos**. In: AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sudermann, 2008, pp. 63-64.

⁴ Em *Salário Preço e Lucro*, Marx observou: “a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos”. Idem. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 137.

⁵ Os sindicatos, observa Marx, “são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de ao mesmo tempo se esforçarem para muda-lo”. Idem. **A luta entre o capital e o trabalho e seus resultados**. In: AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sudermann, 2008, p. 79.

O preâmbulo do estatuto da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)⁶ expressa: “Que a emancipação econômica da classe operária é, conseqüentemente, o grande fim ao qual todo movimento político deve estar subordinado enquanto meio”.⁷ Nesta perspectiva, o sindicato é a instância que apresenta as reivindicações econômicas dos trabalhadores, por melhores salários e pela redução da jornada, ou seja, que combate os efeitos do trabalho assalariado, mas não o trabalho assalariado. Esta é a limitação da luta sindical, é o seu caráter economicista. Marx e Engels já apontavam que era preciso avançar para reivindicações políticas.

Uma vez reconhecido os limites da luta sindical, as associações não deixam de cumprir um importante papel impedindo que a burguesia reduza os salários a níveis cada vez mais baixos.⁸ Os sindicatos foram a primeira forma de organizações dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Apesar das limitações, Engels já destacava que estas associações eram “a escola de guerra dos trabalhadores”.⁹ As demandas econômicas tinham um sentido educativo, pois elucidava as contradições e possibilitava a conscientização da oposição irremediável entre as classes.

Para Lenin a passagem ou transformação da luta econômica em luta política não poderia ocorrer de maneira espontânea. A consciência política e a ampliação das reivindicações para além do sindicalismo só poderia se desenvolver entre os trabalhadores a partir de uma consciência política que seria levada aos operários por meio de uma vanguarda reunida num partido de revolucionários profissionais.¹⁰ Ao apontar a insuficiência da organização exclusivamente sindical, Lenin lançou críticas ao que chamou de “culto da espontaneidade” e, afirmou que a transformação social precisava ser dirigida por um “elemento consciente”, o partido revolucionário dos trabalhadores.

A tática comunista deveria ser a de fundir as demandas econômicas e políticas, transformando a luta imediata em revolução social. Era preciso revelar o político por trás do

⁶ Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), posteriormente conhecida como I Internacional foi fundada em 1864 e contou com a presença de Karl Marx e de Mikhail Bakunin entre os seus dirigentes. Após a Comuna de Paris em 1871, a AIT sofreu dura repressão e sua sede foi transferida de Londres para Nova York, mesmo assim a organização não perdeu e foi desarticulada em 1876.

⁷ ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES. **Preâmbulos dos estatutos da 1ª Internacional.** In: AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sudermann, 2008, p. 89.

⁸ “A resistência ativa dos trabalhadores ingleses logra conter a avareza da burguesia dentro de certos limites e manter viva a oposição dos operários à onipotência social e política da burguesia”. ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. *Op. cit.*, p. 133

⁹ ENGELS, F. *Op. cit.*, p. 61.

¹⁰ “Os operários não podiam ter ainda a consciência social democrata. Esta só podia chegar até eles a partir de fora. A história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operaria não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à consciência de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo ou aquelas leis necessárias aos operários etc”. LENIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978, p. 57.

interesse imediato. Dentro desta lógica, sindicatos e partidos deveriam atuar em conjunto, mas sempre preservando a independência e autonomia da iniciativa das associações operárias, sem qualquer subordinação ou sobreposição hierárquica e burocrática.

A presente pesquisa toma como objeto de investigação a relação entre o partido e sindicatos no Brasil, no período entre 1922 e 1936. Tanto o Partido Comunista do Brasil (PCB), como as organizações vinculadas à Oposição de Esquerda (OE)¹¹ deste período, enquanto partidos de vanguarda, buscaram influenciar as associações operárias. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar como se desenvolveu a relação entre estas organizações partidárias e os sindicatos. Limitamos o período a partir de 1922, pois é a data da fundação do PCB e, 1936, por ser um período de intensa repressão e que delimita o fim das atividades da Liga Comunista Internacionalista (LCI).

A relação entre os partidos e os sindicatos suscitam várias problemáticas. Nas duas primeiras décadas do século XX, o movimento operário brasileiro foi majoritariamente influenciado pelo anarcossindicalismo, que tinha uma interpretação bastante particular sobre o papel e a função dos sindicatos. A influência da Revolução Russa e as sucessivas derrotas do movimento operário no final da década de 1910, impulsionaram um debate que culminou na fundação do PCB, em março de 1922. Os comunistas reivindicavam que os trabalhadores deveriam se organizar numa estrutura mais centralizada e hierarquizada, na qual o partido cumpria uma função de direção.

Em seus primeiros anos, mesmo diante da clandestinidade e da repressão, o PCB lançou uma “frente única” com o objetivo de ampliar a sua influência entre as associações sindicais. A “unidade” e a “unificação” eram as principais bandeiras difundidas pelos órgãos de agitação e propaganda do partido. Aos poucos o PCB foi conquistando algumas categorias profissionais e dominando seus sindicatos. Mas no início de 1928 uma grande polêmica se desenvolveu no interior do partido, culminando numa cisão. A chamada “questão sindical” foi o ponto de discórdia, a partir da qual, posteriormente, se fundou a OE no Brasil.

¹¹ A historiografia utiliza este termo para se referir ao grupo que se aglutinou em torno das concepções de Trotski desde as suas primeiras críticas ao Partido Bolchevique. Este grupo surgiu em outubro de 1923 e, até a expulsão de Trotski da URSS, em janeiro de 1928, passou por diferentes momentos. Entre 1926-27, constituiu-se como Oposição Unificada, somando forças com Zinoviev e Kamenev. Contudo, foi apenas após o exílio de Trotski que o grupo passou a ser organizado, enquanto fração da IC. O primeiro *Boletim da Oposição* foi publicado em julho de 1929, mas a organização só ganhou um Secretariado Provisório em abril do ano seguinte, quando ocorreu a I Conferência em Paris, e o grupo passou a ser denominado Oposição Internacional de Esquerda (OIE). Desde esse primeiro momento, os opositoristas brasileiros já mantiveram contato com a organização.

Diante da cisão do PCB, entre stalinistas¹² e trotskistas¹³, as duas organizações reivindicavam a tradição bolchevique e disputavam a direção das associações operárias. Logo, a problemática em torno dos sindicatos foi um tema constante no interior destas organizações que dedicavam considerável atenção às lutas sindicais. As discussões fomentaram uma série de questionamentos sobre a relação entre partido e sindicato, buscando determinar a função e as tarefas de cada organização, o grau de autonomia das associações operárias e o caráter das lutas econômicas e políticas.

A partir de 1930, os oposicionistas passaram a disputar com os comunistas, anarcossindicalistas e reformistas a direção do movimento operário. E com a ascensão de Vargas, o Estado também se apresentou como interessado direto em exercer o controle sobre estas organizações. A Lei de Sindicalização de 1931 reorganizou a estrutura sindical, lançou as bases corporativistas que atrelaram as associações operárias ao aparelho estatal. A criação dos sindicatos oficiais limitou a autonomia e cerceou o caráter político das lutas operárias, deixando estes sob a tutela e dependência do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC).

Com o avanço do Estado sobre as associações operárias, o debate sobre a questão sindical se apresentou em novos moldes para as organizações revolucionárias. Não se tratava meramente de conquistar os sindicatos, mas também de buscar garantir a independência e autonomia destes frente ao Estado corporativista. Na primeira metade da década de 1930, o debate sobre a luta sindical se ampliou e ganhou novos contornos, a partir dos quais stalinistas e trotskistas tiveram que discutir e se posicionar, buscando permanecer como alternativa de direção aos trabalhadores.

A tese desta pesquisa é a de que o PCB e as organizações oposicionistas (GCL, LC, LCI) se distinguiram na atuação no interior das associações operárias. Enquanto o PCB, atuou de forma sectária, confundindo a organização partidária com a sindical, subordinando-as e

¹² O XV Congresso do Partido Bolchevique consolidou a cisão no interior do partido, culminando na vitória da fração atrelada à Stalin e na derrota da Oposição Unificada. A partir de então, se aprofundou o processo de “stalinização” dos PCs, ou seja, de intervenção direta da direção da IC no interior dos partidos, enrijecendo a hierarquização e a adoção mecânica da “linha oficial” determinada por Moscou. Nesse processo, os militantes partidários e atrelados à direção de Stalin, foram denominados pelos oposicionistas de “stalinistas”.

¹³ O termo “trotskista” é utilizado aqui como referência aos membros da OIE. Todavia, é necessário esclarecer que estes oposicionistas se autodenominavam “Bolcheviques-leninistas” num esforço para afirmarem sua vinculação político-ideológica com a tradição revolucionária da Revolução de 1917. Nas décadas de 1920 e 1930, marcadas por disputas no interior do partido russo e da Internacional, o termo “trotskista” foi utilizado de forma pejorativa pela burocracia stalinista e remonta as críticas direcionada à Trotski desde as primeiras divergências em 1904. Apenas após o assassinato de Trotski em 1940, o termo perdeu o caráter negativo e passou a ser aceito pelos militantes que reivindicavam o seu legado teórico. CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *Mário Pedrosa, Lívio Xavier e as origens do marxismo no Brasil*. 2013. Disponível em: <https://marxismo21.org/mario-pedrosa-e-livio-xavier-2/>. Acessado em 10 dez 2017, p. 3.

instrumentalizando-as de acordo com os interesses político-partidários, os opositoristas, ao contrário, defenderam a autonomia sindical e, mantiveram uma política incansável pela construção da unidade sindical. Mesmo diante das divergências programáticas, os trotskistas reivindicavam a bandeira da frente única, e se dispuseram ao diálogo com organizações controladas pelos comunistas, anarcossindicalistas e reformistas.

2. O debate historiográfico

O PCB, assim como a OE no Brasil, enquanto tema de pesquisa no campo historiográfico, já foram objetos de diversos trabalhos. A produção sobre o tema não é incipiente. Todavia, a problemática sobre a atuação e a influência destas organizações junto aos sindicatos ainda é uma questão pouco explorada.

Os primeiros trabalhos sobre a trajetória política da esquerda revolucionária brasileira foram elaborados por militantes e ex-militantes. Ao contrário do PC soviético, dominado por Stalin, o PCB não lançou uma “história oficial”, ou seja, uma “história-tradição” como apontou Georges Haupt.¹⁴ Mas de acordo com Marly de Almeida Gomes Vianna, ex-militante do PCB e historiadora, a elaboração de uma história escrita pelo próprio partido chegou a ser cogitada no início da década de 1960, mas foi rapidamente abandonada.¹⁵ Assim, nenhum membro do PCB escreveu uma “história oficial” do partido, mas vários deles publicaram suas versões por meio de obras memorialistas. Segundo a interpretação de Batalha¹⁶, essas produções têm um caráter claramente parcial, buscando legitimar ou atacar as posições políticas da organização que era membro.

As memórias de Octávio Brandão¹⁷, publicadas em 1976, sob o título de *Combates e batalhas*, merecem ser destacadas. Ele foi o principal teórico do partido na década de 1920, autor de *Agrarismo e industrialismo*, que serviu de base para a política de alianças com o movimento tenentista que orientou o II e o III Congressos do PCB. Mas além de comentários oportunos sobre estas concepções teóricas, seu livro chama atenção por conter uma descrição

¹⁴ HAUPT, Georges. *Por que a História do Movimento Operário?* Revista *História e Perspectiva*, n. 43. Uberlândia, jul.dez. 2010.

¹⁵ “(...) em 1961, foi criada uma comissão para escrever a história do partido, a ser lançada nas comemorações de seus 40 anos, em 1962. A comissão reuniu-se uma só vez e não foi adiante. Dela faziam parte Astrojildo, Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Renato Guimarães e eu”. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Nas origens do comunismo brasileiro**. In: PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*. 3. ed. Anita Garibaldi e Fundação Mauricio Grabois: São Paulo, 2012.

¹⁶ BATALHA, C. H. de M. **A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências**. In: FREITAS, M. C. de (ORG). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 145-158.

¹⁷ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas: memórias*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-omega, 1978.

riquíssima e detalhada sobre diversos acontecimentos essenciais daquele período, servindo como uma importante referência.

As memórias de Heitor Ferreira Lima¹⁸, editadas em 1982, também apresentam comentários importantes, uma vez que ele foi um dos líderes do movimento sindical dos alfaites na década de 1920, e chegou a ser Secretário Geral do partido durante o conturbado ano de 1930. Sua narrativa apresenta discussões internas e descreve aspectos relevantes da estrutura organizativa e do funcionamento do partido e dos sindicatos. Outra obra memorialista a ser destacada é a de Leôncio Basbaum¹⁹ que também é historiador. Portanto, é possível perceber que sua narrativa vai além da mera descrição, buscando relacionar e interpretar momentos fundamentais da história do país. Ao tratar da ação política do PCB é possível constatar um olhar bastante crítico sobre as controvérsias políticas e, até mesmo, um certo ressentimento, como afirmou Sena Júnior.²⁰

A formação do PCB, de Astrojildo Pereira²¹, é outro texto fundamental para o entendimento dos primeiros anos do partido. Membro fundador em 1922, e Secretário Geral até 1930, Pereira ao lado de Brandão foram os dirigentes mais notáveis dessa primeira década de atuação comunista. Seu texto escrito e publicado em 1962, em celebração aos 40 anos do PCB, é um apanhado geral sobre os momentos mais marcantes do partido durante os anos de 1920. Apesar do caráter memorialista não ser tão evidente, Pereira não deixou de apresentar seu comentário pessoal sobre as ações partidárias. E, se Sena Júnior, afirma que esta obra “não demonstra ressentimentos”²², por outro lado, fica evidente, em várias passagens, a autocrítica bem de acordo com as posições tomadas pelo partido, a partir de 1930.

Ainda destacando as obras de caráter memorialista, vale apontar as publicações de Everardo Dias²³, Gregório Bezerra²⁴, Tito Battini²⁵, João Falcão²⁶ e, por fim, os textos dos

¹⁸ LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁹ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos* (Memórias). Uma visão da história política brasileira dos últimos quarenta anos. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

²⁰ “Em sua obra, Basbaum, que escreve com competência e largo conhecimento da história do país, não deixa de expressar seu descontentamento e, de certa forma, seu ressentimento com o partido em que militou e serviu por décadas, considerando-se sempre um injustiçado”. SENA JR. Carlos Zacarias. **Podemos escrever uma história dos comunistas brasileiros?** In: *Revista Outubro*. n. 29, Nov. de 2017, p. 184.

²¹ PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*. 3. ed. Anita Garibaldi e Fundação Mauricio Grabois: São Paulo, 2012.

²² SENA JR. Carlos Zacarias. **Podemos escrever uma história dos comunistas brasileiros?** *Op. cit.*, p. 183.

²³ DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

²⁴ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

²⁵ BATTINI, Tito. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas: Edunicamp, 1991.

²⁶ FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. 20 anos de clandestinidade. 2 ed. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2000.

militantes “arrepentidos”: Osvaldo Peralva²⁷ e Hércules Corrêa²⁸, que romperam com o partido e lançaram uma interpretação com uma perspectiva anticomunista. Vale destacar ainda que entre estas obras não consta nenhuma publicada por algum membro da OE. Infelizmente, não temos nenhum texto memorialista assinado por um opositor da primeira geração.

Destaca-se que esta literatura militante apresenta uma versão pessoal e carregada de intenções políticas e ideológicas. Todavia, não se pode desconsiderá-la. Ao historiador cabe a tarefa de identificar os interesses por trás desses relatos e analisá-los. Esta interpretação memorialista traz importantes considerações sobre a vida partidária, a relação com os operários e a luta sindical.

Somente a partir da década de 1970, teve início uma historiografia acadêmica sobre estas organizações políticas. As pesquisas se voltaram principalmente para a interpretação das organizações operárias que surgiram entre as décadas de 1910 e 1930; contexto de grande agitação da classe operária e da fundação do PCB. Destaca-se o texto de John W. Foster Dulles, brasileiro que descreveu a trajetória do movimento operário nas quatro primeiras décadas do século XX.²⁹ Este texto apresenta uma abordagem positivista e factual, carecendo de análise e interpretação, mas é importante pela riqueza de dados e pela descrição minuciosa dos eventos centrais.

Na segunda metade dos anos 1980, com o fim da Ditadura Empresarial-Militar³⁰ no Brasil e início dos 1990, houve um grande impulso às pesquisas sobre o movimento operário e suas direções. É notável que parte desta historiografia acadêmica também foi escrita por ex-militantes que buscaram deixar de lado a memória e se embrenharam nos arquivos e, com todo o cuidado metodológico necessário, cunharam uma história acadêmica. Entre outros podemos destacar Nelson Werneck Sodré³¹, José Antônio Segatto³², Dario Canale³³ e Eliezer Pacheco³⁴.

²⁷ PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

²⁸ CORRÊA, Hércules. *Memórias de um stalinista*. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.

²⁹ DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil: (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

³⁰ “Dreifuss elaborou sua tese com base em farta documentação do IPES depositada no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, nos fundos “IPES” e “Paulo Assis Ribeiro”, constituindo a principal base empírica do trabalho que, entre outras coisas, foi o primeiro a insistir na natureza “civil-militar” ou, mais precisamente, “empresarial-militar” do golpe e da ditadura que se seguiu”. MELO, Demian Bezerra de. **O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão**. In: MELO, Demian Bezerra de. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 157.

³¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984.

³² SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. 2 ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

³³ CANALE, Dario. *O surgimento da seção brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)*. São Paulo: Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois, 2013.

³⁴ PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

Já entre autores sem vínculos diretos com o PCB, destacam-se as obras de Edgard Carone³⁵, Michel Zaidan Filho³⁶, Paulo Sérgio Pinheiro³⁷, Luiz Alberto Moniz Bandeira³⁸ e Moisés Vinhas³⁹. De forma geral, todos eles buscaram investigar a formação do PCB e sua atuação até 1930. Destacam-se temas como a influência da Revolução Russa sobre o movimento operário, a crise e a cisão no movimento anarquista brasileiro, a fundação do partido e suas relações com a III Internacional Comunista (IC).⁴⁰ Dentre os autores citados, apenas Pinheiro aborda o período após 1930, chegando até a constituição da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do levante de novembro de 1935. São textos importantes e que avançaram na elaboração de investigação mais rigorosa e menos partidária sobre os comunistas.

Ainda sobre as publicações deste período, destacamos mais algumas pesquisas fundamentais. A dissertação de mestrado de Marcos Del Roio, defendida em 1989 na Unicamp e publicada no ano seguinte pela Oficina de Livros,⁴¹ deu um novo impulso às pesquisas sobre o PCB. Sua investigação avançou ao ter como objeto central a análise teórica e tática da política de alianças dos comunistas no período entre 1928 e 1935. Também se destaca a tese de doutoramento de Marly de Almeida Gomes Vianna defendida na USP, em 1990, publicada em 1992 pela Cia das Letras e reeditada pela Expressão Popular em 2007.⁴² Esta pesquisa abordou o processo de constituição da ANL, o tenentismo, o PCB e a influência da IC nos levantes de 1935.

Outro trabalho interessante, é a tese de doutorado de Pedro Roberto Ferreira, defendida na PUC, em 1993, e publicada pela editora da UEL em 1999.⁴³ Com um caráter mais teórico, o autor enfatiza o conceito de revolução na esquerda brasileira. Essa pesquisa aborda os programas adotados pelos partidos, debatendo as concepções da revolução em etapas, revolução

³⁵ CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.

³⁶ ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto (1922-1930)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989; _____. *O PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

³⁷ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

³⁹ VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.

⁴⁰ Sob influência do Partido Bolchevique e reunindo dezenas de outros partidos operários de todo o mundo, a III Internacional foi fundada em Moscou, em março de 1919 e foi desarticulada em 1943, durante a II Guerra Mundial. Essa organização também foi conhecida como *Comintern* ou *Komintern* (do alemão *Kommunistische Internationale*). Nessa pesquisa, sempre que nos referirmos a essa organização, utilizaremos a sigla de IC, referente à Internacional Comunista.

⁴¹ DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa: política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

⁴² VIANNA, Mary de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

⁴³ FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de revolução da esquerda brasileira: 1920-1946*. Londrina: Ed. UEL, 1999.

nacional-democrática e o conceito de Revolução Permanente. Mais recente, a pesquisa de Fábio da Silva Sousa⁴⁴, tese de doutorado defendida na UNESP de Assis, em 2015, apresenta um trabalho consistente sobre a imprensa comunista brasileira e mexicana. O autor lança um olhar comparativo entre os jornais *A Classe Operária* e *El Machete*, tomando os periódicos como fonte e objeto de pesquisa.

Em alguns desses trabalhos, as organizações da OE aparecem de forma breve e pontual, citados apenas como uma dissidência, não sendo o objeto de uma análise mais específica.⁴⁵ O trabalho de Alexander⁴⁶, ainda inédito em português, foi o primeiro a analisar de forma mais sistemática o movimento trotskista no Brasil. Não obstante, essa obra foi bastante criticada por suas características positivistas, baseando-se na descrição cronológica dos fatos e pecando na estrutura de análise. Mas o mérito do texto de Alexander foi sua pesquisa documental, já que reuniu dezenas de depoimentos de militantes da América Latina e do Brasil.

Na década de 1980, duas obras que inauguraram as pesquisas sobre a OE no Brasil foram os livros de Osvaldo Coggiola⁴⁷ e de José Roberto Campos⁴⁸. Ambos se utilizaram basicamente do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) e do Centro de Documentação do Movimento Operário Mario Pedrosa (CEMAP). Também ganha destaque a publicação da coletânea de documentos publicada em 1987, por Fúlvio Abramo e Dainis Karepovs, intitulada “Na contracorrente da História”.⁴⁹ Além de contar com uma série de documentos importantes, a obra apresenta artigos de Abramo, Karepovs e Broué. Em 2015, foi lançada uma nova edição, revista e ampliada, desta coletânea.⁵⁰ Essas obras foram pioneiras e relevantes para pesquisa, mas apresentam um caráter bastante introdutório.

Já na década de 1990, podemos destacar o trabalho de José Castilho Marques Neto.⁵¹ Trata-se de um texto minucioso. Não obstante, o autor aborda um período bastante breve, se restringindo ao momento de formação do primeiro grupo opositor (1928 - 1931). Esta

⁴⁴ SOUSA, Fábio da Silva. *El Machete e A Classe Operária: a imprensa comunista mexicana e brasileira (1922-1940)*. Tese (Doutorado em História) –Universidade Estadual Paulista. Assis, 2015.

⁴⁵ Segundo Karepovs, até meados da década de 1970 “o movimento dos trotskistas brasileiros havia sido objeto de referências pontuais e feitas sob ótica estigmatizante em obras dedicadas à história do PCB, ou então de forma episódica e localizada, em textos de antigos militantes”. KAREPOVS, Dainis. **O arquivo Edgard Leuenroth e a pesquisa sobre o trotskismo no Brasil**. In: *Cadernos AEL*. Trotskismo. Campinas: IFCH/AEL, v. 12, n. 22/23, 2005, p.263–284.

⁴⁶ ALEXANDER, R. J. *Trotskyism in Latin America*. Stanford: Hoover Institution Press, 1973.

⁴⁷ COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁴⁸ CAMPOS, José Roberto. *O que é Trotskismo*. São Paulo: Nova Cultural / Brasiliense, 1986.

⁴⁹ ABRAMO; KAREPOVS. *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1933)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁵⁰ Idem. *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2015.

⁵¹ MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

pesquisa merece destaque pela abordagem pautada na análise das cartas de Mário Pedrosa, o que lhe possibilitou uma reconstrução sistemática do surgimento da Oposição no interior do PCB. Também devemos destacar as pesquisas de Ricardo Figueiredo de Castro,⁵² que abordaram fundamentalmente os anos 1930. Em sua dissertação, o autor analisou aspectos teóricos e políticos dos grupos oposicionistas, entre 1930-34. Já em sua tese, Castro abordou a luta da esquerda contra o fascismo no Brasil, na qual enfatizou a atuação dos trotskistas na Frente Única Antifascista (FUA).

Ainda na década de 1990, é importante fazer referência à tese de livre-docência de Alzira Lobo de Arruda Campos, apresentada na Unesp de Franca em 1998. Intitulada, *Tempos de viver: dissidentes comunistas em São Paulo (1931-1936)*, a pesquisa é baseada em uma extensa documentação do DEOPS/SP.⁵³ Este trabalho, segundo a própria autora, apresenta uma abordagem mais “sociológica” e se aproxima da interpretação de Thompson e Hobsbawm.

Já nos anos 2000, é preciso fazer referência à dissertação de Miguel Tavares de Almeida⁵⁴ e ao livro de Angelo José da Silva⁵⁵, que realiza uma história comparativa, analisando as posições de stalinistas e trotskistas diante da Revolução de 1930. Em 2005, o Arquivo Edgard Leuenroth, publicou uma edição do *Cadernos AEL* com a temática “Trotskismo”.⁵⁶ A publicação reuniu 8 artigos sobre o trotskismo no Brasil e na América Latina, além de um documento de Mário Pedrosa e uma apresentação bibliográfica sobre Trotski, em português.

Outra coletânea relevante é a coleção *História do Marxismo no Brasil*, lançada em 2008 pela Editora Unicamp. São seis volumes, cada um contando com diferentes organizadores, entre os quais João Quartim de Moraes, Marcelo Ridenti, Marcos Del Roio e Daniel Aarão Reis Filho. Cada volume é dedicado a uma temática específica, como o impacto das revoluções, os influxos teóricos, partidos e movimentos. Assim, encontramos nessa coleção diversos artigos que trazem à superfície várias problemáticas historiográficas sobre a organização da esquerda no Brasil, destacando a atuação do PCB e da OE nas décadas de 1920 e 1930.

⁵² CASTRO, R. F. de. *A oposição de esquerda brasileira: 1928-1934: teoria e prática*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1993; _____. *Contra a guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo: 1933-1935*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

⁵³ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. “*Tempos de viver*”: dissidentes comunistas em São Paulo (1931-1935). Tese (Livre-docência). Universidade Estadual de São Paulo. Franca, 1998.

⁵⁴ ALMEIDA, Miguel. Tavares. *Liga Comunista Internacionalista: teoria e prática do trotskismo no Brasil: 1930-1935*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

⁵⁵ SILVA, Angelo José da. *Comunistas e Trotskistas: a crítica operária à revolução de 1930*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

⁵⁶ *Cadernos AEL: Trotskismo*. Vol. 12. n. 22/23, 2005.

Por fim, ainda cabe destacar a recente biografia de Mário Pedrosa, publicada em 2017, por Dainis Karepovs. Intitulada *Pas politique mariô*,⁵⁷ a obra apresenta uma biografia política de Pedrosa, desde a década de 1920, quando ingressou no PCB, até a década de 1980, quando participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Essa breve apresentação bibliográfica revela que existe uma vasta produção historiográfica sobre o tema. Diversos autores já abordaram tal problemática, em sua maior parte destacando a trajetória dos comunistas, mas também existe uma bibliografia sobre o surgimento e atuação da OE no Brasil. Todavia, estes trabalhos, majoritariamente, tomaram os partidos como objetos centrais das suas pesquisas e trataram de discutir a origem e a trajetória política e teórica destas organizações. A problemática em torno da interpretação da estrutura econômica e do caráter da revolução brasileira estiveram no centro de grandes batalhas historiográficas entre memorialistas, historiadores e cientistas sociais. Outros temas constantes são aqueles acerca das “linhas políticas”, da relação com a IC, da autonomia e da originalidade do marxismo aqui produzido.

Com efeito, a pesquisa dos partidos e suas relações e influências na luta e organização sindical é uma questão ainda pouco investigada. Os historiadores que optaram por pesquisar a atuação política destes partidos revolucionários, colocaram a relação destes com os sindicatos num segundo plano, tecendo poucas linhas ou, no máximo, apresentando algum capítulo sobre o tema.

Por outro lado, os pesquisadores que tomaram os sindicatos como objeto, pouco investigaram sobre a relação destes com o PCB e com a OE. Existe uma vasta bibliografia sobre a questão sindical no Brasil, mas a maior parte dela trata sobre a legislação social, enfatizando mais precisamente a relação entre Estado e leis trabalhistas. Nesse ínterim, a problemática central destas pesquisas têm sido a influência que a ação estatal exerceu sobre a organização estrutural dos sindicatos. Questões em torno da liberdade, autonomia e tutela sindical foram temas bastante desenvolvidos por diversos autores, como Evaristo de Moraes Filho⁵⁸, Luiz

⁵⁷ KAREPOVS, Dainis. *Pas de politique Mariô! Mário Pedrosa e política*. São Paulo: Ateliê, 2017.

⁵⁸ MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

Werneck Vianna⁵⁹, Maria Hermínia Tavares de Almeida⁶⁰, Ricardo Antunes⁶¹, Antônio Carlos Bernardo⁶², Armando Boito Jr.⁶³, Angela de Castro Gomes⁶⁴, entre diversos outros.

Nesta perspectiva, o longo período do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) tem suscitado grandes problemas e discussões historiográficas, nas quais, legislação trabalhista, corporativismo e estrutura sindical são os elementos centrais do debate, enquanto que a interpretação e a relação do PCB e das organizações vinculadas à OE sobre a luta sindical é tratada de forma secundária. Assim, parece haver uma certa lacuna sobre esta problemática, a qual a presente pesquisa busca contribuir para fomentar o debate.

3. Metodologia, arquivos e fontes

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, buscando conhecer a produção pertinente ao tema, a fim de identificar problemas e debates na literatura acadêmica já produzida. Mas para melhor contribuir nas discussões em curso, apontar novos caminhos e novas discussões, utilizou-se também de várias fontes. Mediante a análise crítica destas, buscou-se reconstruir o discurso e o posicionamento político que as organizações comunistas e opositoristas realizaram do seu contexto social, econômico e político.

Uma parte considerável de documentos sobre a III Internacional Comunista, teses e resoluções dos seus congressos, bem como documentos importantes que a Oposição de Esquerda produziu na década de 1920, estão disponibilizados na página marxist.org. Poucos documentos estão disponíveis em português, mas nas versões em espanhol e inglês foi possível ter acesso a quase todos os textos fundamentais. Também utilizou-se, entre outros, do livro de Michael Oliver que compilou uma série de documentos de grupos opositoristas surgidos no Partido Bolchevique, a partir de 1921.⁶⁵

Sobre o PCB e a OE no Brasil, realizou-se uma vasta pesquisa em alguns arquivos, entre os quais, o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), que fora adquirido e tornado público pela

⁵⁹ VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁶⁰ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

⁶¹ ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: da revolução de 1930 à Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1990.

⁶² BERNARDO, Antônio Carlos. *Tutela e autonomia sindical: Brasil, 1930-1945*. São Paulo: TAQ, 1982.

⁶³ BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Unicamp/Hucitec, 1991.

⁶⁴ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

⁶⁵ OLIVIER, Michael. *La izquierda bolchevique y el poder obrero, 1919-1927*. Ediciones Espartaco Internacional e Andarul Edicions, 2011.

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o Centro de Documentação do Movimento Operário Mario Pedrosa (CEMAP), que atualmente se encontra no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Unesp. Esse acervo, disponível desde 1981, foi fundamental para a fomentação de novos estudos sobre a trajetória dos trotskistas brasileiros, muitos deles publicados pelo próprio CEMAP.⁶⁶ Ainda destacamos, o Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro (AMORJ) que se encontra na UFRJ e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

A partir da pesquisa nestes arquivos, foi possível ter acesso a uma infinidade de documentos, resoluções, cartas, jornais, atas e demais publicações do PCB e dos grupos de Oposição, entre os quais podemos destacar a revista *Movimento Comunista*, editada entre 1922 e 1923. Esta foi a primeira publicação dos comunistas e se tornou o primeiro órgão oficial do partido. O jornal *A Classe Operária*, lançado em 1925, mas fechado no mesmo ano e retomado em 1928, em sua segunda fase, foi outra fonte de extrema relevância, pois se transformou no principal veículo de informação e propaganda política, ideologia e cultural utilizada pelo PCB.⁶⁷ Ainda sobre as publicações comunistas, vale destacar o jornal *A Nação*, que foi utilizado pelo partido em 1927, e alguns jornais sindicais, como *O Internacional* e *O trabalhador Gráfico*.

Entre as publicações da OE, destacam-se o jornal *A Luta de Classe*, que foi essencial para conhecer os objetivos, o programa político e a crítica que os opositoristas apresentaram

⁶⁶ Em 1984, surgiu o *Cadernos CEMAP*, que trouxe em seu primeiro número um vasto relato sobre os 50 anos do 7 de outubro de 1934, data em que ocorreu o famoso episódio conhecido como *Batalha da Sé*, na qual militantes Integralistas e antifascistas se enfrentaram. Já no ano seguinte, o CEMAP realizou uma nova publicação, intitulada *Boletim Bibliográfico*, na qual trazia todos os textos de Trotsky que foram editados e publicados pelo jornal *A Luta de Classe*. Dando sequência a esse projeto de difusão desses textos, em 1987, o CEMAP editou o livro *Na Contracorrente da História*. Organizado por Fúlvio Abramo e Dainis Karepovs, essa publicação, além de apresentar vários documentos da Liga Comunista Internacionalista e ainda continha um prefácio assinado por Pierre Broué.

⁶⁷ “A extensa vida editorial d’*A Classe Operária* divide-se em sete fases: 1ª) compreende o ano de 1925, quando foram publicadas 12 edições e sua circulação foi interrompida pela repressão de Artur Bernardes; 2ª) de 1928 a meados de 1940, que abrange o período de volta da circulação da publicação comunista e sua oposição ao primeiro governo da Era Vargas; 3ª) de 1946 a 1964, que corresponde a um brevíssimo período de legalidade do PCB e d’*A Classe Operária* – que durou de 1945 a 1947 –, além do XX Congresso do PCUS, quando o então líder soviético Nikita Krushev revelou ao mundo os crimes do período de Stalin, o que criou um cisma no movimento comunista mundial. No Brasil, a principal consequência desse congresso foi a cisão dentro do PCB e a criação, posteriormente, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que se tornou responsável pela publicação d’*A Classe Operária*. Para finalizar, essa terceira fase encerrou-se com o início da ditadura brasileira; 4ª) de 1966 a 1984, período que vai da oposição do PCdoB à ditadura militar até o período de reabertura democrática, durante o qual foram publicadas 159 edições; 5ª) de 1985 a 1987, período que compreende o retorno à democracia, quando *A Classe Operária* conseguiu novamente circular na legalidade e o PCdoB obteve o seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE); 6ª) 1988 a 2008, que abrange o período de oposição do PCdoB aos governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. A partir de 2004, *A Classe Operária* saudou com entusiasmo a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. Cabe destacar, que o PCdoB estabeleceu uma aliança política com o PT. Nessa fase, foram publicadas 305 edições; 7ª) desde o ano de 2008 até os dias atuais. Com a aliança do PCdoB com o PT, *A Classe Operária* tornou-se um periódico de apoio ao governo federal. Com essa trajetória, o periódico comunista é o jornal de esquerda mais antigo da História da Imprensa Brasileira”. SOUZA, Fábio da Silva. *El Machete e A Classe Operária: Op. cit.*, 2015, p. 27.

ao PCB. As edições de *A Luta de Classe* possibilitaram identificar e compreender melhor a relação dos trotskistas com o movimento sindical que foi um dos temas mais recorrentes em suas páginas.

Outros jornais importantes para consulta foram: *O Boletim da Oposição*; *Boletim dos Bolcheviques Leninistas*; *O Proletário*; *Boletim da Federação Operária de São Paulo*; e o *Boletim da União dos Trabalhadores Gráficos*. Infelizmente, todas estas publicações estão incompletas e descontínuas, uma vez que a conservação destes documentos sempre foi dificultada pela repressão e pela ausência de uma política preocupada com a sua preservação.

4. Estrutura do trabalho e disposição dos capítulos

A presente tese está dividida em duas partes. A primeira abrange os 3 primeiros capítulos e intitula-se “O Partido Comunista do Brasil (1922-1930)”. O objetivo destes é apresentar e discutir a trajetória do PCB, problematizando, especialmente, as discussões e táticas aplicadas ao campo sindical, elucidando a relação entre o partido e os sindicatos, as divergências internas e a conflituosa relação com as demais tendências operárias.

O capítulo primeiro trata da formação do PCB, e tem o objetivo de analisar as discussões sobre a organização do movimento operário promovidas a partir do advento da Revolução Russa. Nas duas primeiras décadas do século XX, sob a liderança dos anarcossindicalistas, optou-se pelos princípios do sindicalismo autônomo, rejeitando qualquer forma de autoridade. Sob um regime descentralizado e baseado na ação direta, os sindicatos promoveram grandes mobilizações e greves no período entre 1917-20. Mas esta ascensão social foi acompanhada de derrotas que fizeram suscitar questionamentos e dúvidas, especialmente a partir da experiência Bolchevique na Rússia. A concepção em torno do partido de vanguarda começou a se difundir e o centralismo democrático, a hierarquia e a disciplina passaram a ser apresentados como alternativas à autonomia e a descentralização que caracterizava o movimento operário, até então. Neste capítulo, buscou-se elucidar o debate que antecedeu a formação do PCB e que culminou na cisão do movimento anarcossindicalista.

O segundo capítulo analisa a atuação do PCB junto aos sindicatos no período entre 1922 e 1927. O objetivo deste é discutir como a luta pela frente única e pela unificação sindical foi aplicada pelos comunistas brasileiros. A tática, em acordo com as orientações da IC e da Internacional Sindical Vermelha (ISV), era da luta pela formação de uma frente única junto aos reformistas e anarcossindicalistas. Esperava-se que com a unidade sindical seria possível

romper o isolamento e atuar em sindicatos de massa e, assim, revelar as limitações das demais direções operárias e conquistar os sindicatos. Ademais, aborda-se a interpretação dualista, lançada por Octávio Brandão, sobre a formação econômica brasileira e se discute a repercussão dessa teoria para o desenvolvimento da luta de classe e do movimento sindical em particular.

O terceiro capítulo versa sobre a atuação sindical do PCB, no período entre 1928-30. O objetivo deste é analisar os diversos debates, polêmicas e cisões que abalaram o partido durante este período. Destaca-se que no centro das discussões estava a chamada “questão sindical”, que assinalou a divergência entre a direção partidária e os militantes responsáveis pelo trabalho sindical, Joaquim Barbosa e João da Costa Pimenta. Estes alertaram que o PCB estava realizando uma política sindical sectária, sobrepondo as tarefas do partido e do sindicato e utilizando deste último para alcançar objetivos estritamente político-partidários. Estas divergências se ampliaram e se somaram a outras, culminando na “cisão de 1928” e, na formação de um grupo de dissidentes que, posteriormente, buscou organizar-se e constituiu a OE no Brasil. Este capítulo ainda trata das repercussões da virada ultra esquerdista, determinada por Stalin, a partir da vitória sobre a Oposição Unificada. Nessa perspectiva, investiga-se como as teses do Terceiro Período, da Classe contra classe e do Social-fascismo, repercutiram na tática sindical dos PCs da América Latina no Brasil.

A segunda parte deste trabalho abrange os capítulos 4, 5 e 6 e intitula-se “A Oposição de Esquerda no Brasil (1930-1936)”. O objetivo destes é analisar a trajetória de 3 organizações oposicionistas (GCL, LC e LCI), problematizando, especialmente, as lutas e táticas aplicadas ao movimento sindical, destacando a postura frente aos sindicatos, a luta pela unidade sindical e as relações e divergências com as demais tendências político-partidárias que disputavam a direção dos sindicatos operários.

O quarto capítulo discute a atuação da primeira organização oposicionista brasileira: o Grupo Comunista Lenine (GLC), em 1930. O objetivo é analisar o posicionamento da organização frente à direção do PCB, destacando suas críticas e divergências no campo político e sindical. A fração de esquerda teve sua origem nas divergências que abalaram o PCB entre 1928 e 1929, mas nesse momento, não houve coesão entre os dissidentes e foi apenas com o retorno de Mário Pedrosa, que estava na Europa, que o grupo se reuniu e deu origem a uma nova organização. Destaca-se as críticas que os oposicionistas realizaram à orientação sectária que a direção comunista realizava no campo sindical, em especial, destacaram a subordinação dos sindicatos pelo partido.

O quinto capítulo investiga a segunda organização oposicionista brasileira: a Liga Comunista (LC), no período entre 1931-32. O objetivo é analisar os seus pressupostos teóricos

sobre a formação brasileira e a atuação sindical. Os opositores foram responsáveis por uma interpretação original sobre a estrutura econômica brasileira e sobre a Revolução de 1930. Eles questionaram os pressupostos dualistas e etapistas aceitos pela direção do PCB, e ressaltaram as raízes capitalistas da economia brasileira e os pressupostos bonapartistas do regime centralizador pós-1930. No campo sindical, se discute a luta dos opositores pela unidade sindical e as divergências programáticas com a direção do PCB e com os anarcossindicalistas.

O sexto capítulo trata das organizações opositores brasileiras no período entre 1933-36. Aborda-se o processo de discussão sobre o caráter da OE e a fundação da IV Internacional, o debate sobre o ingresso nos sindicatos oficiais, a ANL e, por fim, as repercussões da repressão pós-1935. São vários os objetivos deste capítulo final: analisar como se deram os debates sobre o rompimento definitivo com o PCB e com a IC; compreender a discussão sobre o ingresso dos opositores nos sindicatos oficiais e como esta tática repercutiu; investigar o desenvolvimento da ANL e as críticas que a LCI apresentou à tática policlassista; por fim, discutir as repercussões da repressão pós-1935 para as organizações operárias, seus partidos e sindicatos.

PRIMEIRA PARTE

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (1922-1930)

CAPÍTULO 1

DOS SINDICATOS AUTÔNOMOS AO PARTIDO DE VANGUARDA

1. A formação do movimento sindical brasileiro e suas tendências

A história da luta da classe operária no Brasil não começou com a os trabalhadores assalariados ou com chegada dos imigrantes, com a abolição da escravidão ou com a República. Ela é anterior. Como bem observa Mattos “a história do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil começa ainda durante a vigência da escravidão e não apenas a partir de 1888”.⁶⁸ A resistência aos abusos e a defesa por melhores condições de trabalho remontam a luta dos escravos. Mesmo durante o Império os trabalhadores livres e não-livres já se organizavam em greves.⁶⁹ Isto não significa que antes do século XX a classe trabalhadora já estava formada. Significa que para compreendermos as relações de classe na sociedade brasileira temos que levar em conta os conflitos entre os trabalhadores escravizados e os seus proprietários. As lutas que se desenvolveram no período final da vigência da escravidão não podem ser menosprezadas.

O processo produtivo colocava lado a lado trabalhadores livres e escravizados que compartilhavam da experiência comum da exploração e desenvolviam a consciência da unidade entre seus interesses. Logo, conviviam juntos, trocavam experiências e percebiam que as relações do processo produtivo os aproximavam. “Compartilhando espaços de trabalho, circulação, moradia e lazer, esses trabalhadores – escravizados ou livres – também compartilhavam valores, hábitos, vocabulários, experiências enfim, inclusive de organização e de luta”.⁷⁰ Mesmo possuindo condições jurídicas distintas, a luta de ambos marcou o processo histórico da formação da classe operária no Brasil.

Na luta pela abolição, os escravizados foram os personagens principais de um combate que se estendeu por séculos, mas que contou com o apoio de trabalhadores livres que se

⁶⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 30.

⁶⁹ “O primeiro movimento grevista de que se tem notícia ocorreu em 1791, na Casa das Armas do Rio de Janeiro, paralisando os trabalhadores das oficinas os seus serviços por falta de pagamento”. BERNARDO, Antônio Carlos. *Op. cit.*, p.33.

⁷⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. *Op. cit.*, p. 18.

opunham à escravidão.⁷¹ Os assalariados que eram postos lado a lado aos escravizados no processo produtivo, tiveram uma atuação coletiva pela abolição, “demonstrando que este tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação”.⁷² Acreditamos que este seja um traço particular na formação da classe operária no Brasil. E neste sentido discordamos de Carone, quando este afirma que: “a classe trabalhadora no Brasil repete toda experiência europeia, sem apresentar traço particular no plano da ideia e da organização”.⁷³

Os trabalhadores que atuavam no campo encontravam inúmeras dificuldades para organizarem movimentos reivindicatórios, associações ou sindicatos. As condições materiais de isolamento no interior das fazendas atrapalhavam o contato. Além disso, a autoridade do fazendeiro dificultava qualquer ação de mobilização. Ainda assim, houve movimentos de luta e greves organizadas no campo. Mas foi o trabalho nas cidades, em pequenas e grandes fábricas, que ampliou as condições objetivas para a organização do proletariado.

Vale destacar que eram grandes as dificuldades para que os operários se organizassem coletivamente em sindicatos com uma proposta de luta pela defesa de interesses comuns. Esta consciência foi se construindo de forma gradual durante a Primeira República. A constituição de associações possibilitou que os trabalhadores reconhecessem a convergência entre seus interesses em oposição aos dos patrões. Quando os operários deixaram de se apresentarem de forma isolada diante do burguês, eles ampliaram o alcance de suas reivindicações por maiores salários, redução da jornada e melhores condições de trabalho. A formação de sindicatos era a possibilidade de se defender coletivamente as demandas da classe operária.⁷⁴

Desde o Império os trabalhadores se organizavam em associações de cunho mutualista que tinham o objetivo de socorrer os trabalhadores em momentos de instabilidade, ou seja, quando estes eram assolados por doenças, sofriam um acidente de trabalho ou passavam por outras condições de penúria. Estas associações tentavam suprir a ausência de uma legislação social e buscavam prestar um auxílio aos associados. De acordo com Mattos estas agregações estão na pré-história dos sindicatos, pois, “Muitas associações mutualistas de caráter

⁷¹ “Em São Paulo, a rede de apoio aos caifazes (os abolicionistas tidos como radicais porque apoiavam a fuga em massa dos trabalhadores escravizados) incluía os ferroviários, cocheiros, charuteiros e tipógrafos. Rede de solidariedade que chegava a envolver organizações de operários imigrantes, como o Círculo Operário Italiano, que promoveu espetáculos em 1881 com o objetivo de angariar fundos para comprar a liberdade de trabalhadores escravizados”. Ibidem, p. 18.

⁷² Ibidem, p. 21.

⁷³ CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*, Op. cit., 25.

⁷⁴ “Na tarefa de criar uma identidade de classe para os trabalhadores e de exigir do restante da sociedade um espaço maior para esta, as organizações coletivas – sindicatos e outras formas de associação operária – desempenhariam um papel-chave”. MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*, Op. cit., p. 45.

profissional passaram a assumir gradualmente feições sindicais, ao defenderem interesses de seus associados frente aos patrões e ao Estado”.⁷⁵ A partir de então, o objetivo se transformou, elas deixaram de ter um caráter passivo e corretivo e se transformaram em instituições de cunho político com a proposta de representar os interesses coletivos dos trabalhadores.

No início do século XX se proliferaram as Ligas Operárias. O objetivo destas era organizar os trabalhadores urbanos para lutarem por seus interesses. Eram associações amplas, reuniam operários de diferentes setores produtivos e empresas. Suas reivindicações eram por melhores condições de trabalho, aumento salarial, limitação das jornadas, proteção ao trabalho infantil e das mulheres, entre outras.⁷⁶

As associações que os operários começavam a organizar era a fórmula encontrada para manifestar a revolta que sentiam contra o patrão e contra as autoridades que os menosprezavam. Nas primeiras décadas após a abolição da escravatura, os trabalhadores livres não tinham um tratamento muito diferente dos trabalhadores não-livres. Guardadas as devidas proporções, estes também eram tratados de forma autoritária e com violência. Era comum a utilização de castigos físicos, ameaças, multas e outras sanções disciplinares. As condições de trabalho eram degradantes. Além de serem obrigados a longas jornadas diárias, sofriam com péssimas condições de higiene em locais insalubres.

As fábricas e manufaturas utilizavam força de trabalho de homens, mulheres e crianças.⁷⁷ As jornadas de trabalho variavam de 12 até 18 horas diárias, de acordo com a função desempenhada. Também variava o salário que não raramente era pago em atraso. As moradias eram improvisadas e apresentavam péssimas condições: “Era comum a própria empresa possuir um núcleo de habitação para funcionários, em local próximo de suas instalações. Nessas vilas operárias, o controle do patronato se estendia para a vida familiar, o local de habitação, as horas de lazer dos trabalhadores”.⁷⁸ A realidade que os trabalhadores brasileiros enfrentavam nas

⁷⁵ Ibidem, p. 47.

⁷⁶ “A utilização maciça da força de trabalho feminina pelo capital estendia a toda a família operária a submissão às condições da produção fabril. Entre estes, a exploração se fazia sentir de maneira ainda mais intensa, na medida em que tanto as mulheres como as crianças recebiam salários inferiores aos percebidos pelos homens e a dominação se exercia de forma ainda mais impiedosa. Violências sexuais contra as meninas e mulheres eram constantes, assim como agressões físicas contra os menores constituíam a norma”. LEITE, Márcia de Paula. *O movimento grevista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 16.

⁷⁷ “Há fábricas de tecidos em que os homens são empregados nas máquinas de abrir fardos e de limpar algodão; há ainda aqueles que trabalham como foguistas ou na tinturaria. Já as mulheres são utilizadas na limpeza do algodão, na renovação dos fusos, na engomadeira das urdiduras e na seção de tecelagem, com número variável de teares: de dois a seis. As crianças são principalmente empregadas nas lançadeiras, e dependendo da seção em que trabalham varia o número de horas e salário”. SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987, p. 44.

⁷⁸ LEITE, Márcia de Paula. *Op. cit.*, pp. 16-17.

regiões periféricas dos grandes centros urbanos não era muito diferente daquelas descritas por Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

Até o fim da década de 1910, não havia nenhuma regulamentação das condições de trabalho. Orientado pela concepção liberal, segundo a qual o Estado não deveria intervir nas relações entre patrões e empregados, não surgiu nesse momento nenhuma legislação trabalhista. O *laissez-faire* das relações de trabalho possibilitava aos industriais ampliar a exploração da mão de obra contratada. A ausência de normas que regulamentavam o contrato de trabalho deu margem para o contratante impor as suas condições como bem desejava. Assim, sobre os ombros dos operários recaíam longas jornadas e nenhuma proteção. Fora das fábricas, o trabalhador também estava impotente, pois a maioria se encontrava marginalizado da vida política. Não era reconhecido como cidadão. Afinal, a constituição republicana não dava direitos eleitorais aos analfabetos, estrangeiros e mulheres.

Com vistas a reivindicar melhores condições de trabalho e de vida, os trabalhadores se organizaram em associações e sindicatos. No interior destas organizações, destacam-se a existência de diversas correntes político-ideológicas. De maneira geral, pode-se dizer que o movimento operário apresentava duas correntes centrais; uma reformista e outra revolucionária. A primeira adotava uma estratégia conciliadora, era composta por socialistas, cooperativistas e cristãos. A segunda era anarquista e anarcossindicalista, ambas de ideologia libertária.

Chama atenção o fato de que a historiografia sobre o movimento operário na Primeira República tem afirmado que predominava a hegemonia da tendência libertária. Ao destacar a importância e influência destas correntes, parte da literatura tem supervalorizado o alcance anarcossindicalista e esquecendo de destacar as demais correntes. É preciso enfatizar que havia uma miríade ideológica. É certo que os anarquistas dominaram importantes congressos, mas não estabeleceram um monopólio nas organizações operárias. De acordo com Canale, a historiografia tem menosprezado a penetração e o alcance da corrente reformista:

Quanto à questão da hegemonia de uma ou outra corrente no movimento operário e sindical brasileiro, nossa historiografia foi frequentemente incauta: atribuiu-se de preferência a predominância a um dos setores revolucionários – como se as posições políticas da vanguarda significassem automaticamente hegemonia! – independente da fase concreta atravessada pela luta de classes: por exemplo, é evidente que em momentos de refluxo foram as tendências “amarelas” as que deram a tônica ao movimento, mesmo sem considerar o fato de que elas sempre constituíram a maioria absoluta do operariado organizado.⁷⁹

⁷⁹ CANALE, Dario. *O surgimento da seção brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)*, Op. cit., p. 74.

Segundo Canale as tendências reformistas tinham uma forte influência no interior dos sindicatos. Não é uma tarefa fácil para os historiadores assinalar qual corrente predominava entre a maioria dos operários. Afinal, os dados e informações disponíveis não nos permitem conclusões. Logo, falar em hegemonia *a priori* de um grupo é uma afirmação bastante arriscada. O fundamental é consideramos que havia, desde o início do movimento operário, um amálgama de correntes ideológicas e políticas que disputavam a direção das lutas dos trabalhadores.

1.1 As organizações socialistas

Nas duas primeiras décadas após a proclamação da República organizaram-se diversas associações e partidos que se proclamavam socialistas.⁸⁰ Verificando o programa e as publicações destas organizações, percebe-se uma grande variedade de concepções teóricas e táticas. Em alguns documentos e artigos os primeiros socialistas brasileiros chegaram a lançar críticas ferozes ao Estado, sempre denunciando a condição de submissão da classe trabalhadora. Em 1896, Escobar escreveu em *A questão social*, uma contundente crítica:

O Brasil foi Império: é agora república. A graça de Deus deu lugar a soberania do povo. Melhoraste a sorte? Continuas o que eras: pobre e ignorante. Os partidos revezaram-se no poder. Este movimento de pessoas, verdadeira troca de rótulos, trouxe-te ao contrário dias bem amargos – a vida cara, a *derrubada*, a guerra. (...) O estado, império ou república, é o guarda-costas de teus opressores.⁸¹

Escobar defendeu a ideia de que as mudanças na esfera política não trouxeram melhorias aos trabalhadores. Afirmou que o imperador foi deposto e a monarquia deixou de existir. Mas com a República proclamada o poder caiu na mão de partidos que se revezavam no poder sem transformar a realidade. Ainda acrescentou que: “A escravidão não foi extinta. Ela tomou outras formas. Escravidão, servidão, proletariado são formas diversas do cativo. Ontem como hoje domina-te o capital”.⁸² A crítica é contundente ao assinalar que sob diferentes formas superestruturais, as relações sociais mantinham os trabalhadores na condição de dominados e oprimidos. Contudo, mesmo condenando a realidade em sua análise, Escobar não

⁸⁰ Partido Operário ou Socialista Brasileiro (1890 - RJ); Partido Operário de São Paulo (1890); O Partido Operário do Rio Grande do Sul (1890); Partido Operário Brasileiro (1893 – RJ); Centro Operário da Bahia (1894); Partido Operário Socialista (1895 – RJ); Partido Democrata Socialista (1896 – SP); Partido Socialista Brasileiro (1902 - SP); Partido Operário Socialista (1909 - RJ).

⁸¹ ESCOBAR, Carlos de. **A questão social**. 1896. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 210.

⁸² *Ibidem*, p. 212.

adotou uma estratégia de luta revolucionária. Afirmou que não almejava o confronto direto com o Estado e que optou pela via reformista:

Não queremos ser fichados pela polícia. Somos antes de tudo boas pessoas. Não saímos às ruas a erguer barricadas. Expomos doutrinas. A revolta, por um golpe de estado, não daria o obreiro, saído da escravidão, os hábitos de moralidade necessários ao regime socialista. Não somos revolucionários. Somos reformistas.⁸³

Esta postura mais conciliadora que evitava o ataque às instituições republicanas, optando pelo diálogo era bastante comum no período. Neste mesmo sentido, o Partido Socialista do Brasil (PSB), fundado em 1890, declarou que: “evitando tudo quanto possa originar anarquia ou sedição, [o partido] tem por fim somente o melhoramento e bem-estar das classes menos favorecidas da fortuna, a conservação e ampliação dos direitos cívicos de cada cidadão”.⁸⁴ Esta perspectiva revela uma grande influência reformista entre os sindicatos e os partidos operários que surgiam neste período. Tal orientação política tinha como base de seu programa a defesa de reivindicações mínimas pela via da colaboração de classe e pela proteção do Estado.

Estas organizações rejeitavam a luta pela ação direta, pois consideravam que os direitos sociais não poderiam ser alcançados por meio de greves. Optavam pelo caminho da negociação com as instituições, atuando dentro do sistema: “uma vez unidos, compenetrados de seus direitos e deveres, os operários poderão, dentro dos limites estabelecidos pela lei, conseguir dos poderes públicos o reconhecimento de seus direitos”.⁸⁵ Estes sindicatos e partidos se afastavam da perspectiva revolucionária, sempre enfatizando que não almejavam fomentar o conflito, mas apenas lutar por melhores condições de vida para os trabalhadores. Esta tática de orientação paternalista, de acordo com Fausto, teve mais alcance entre “a classe média profissional e burocrática e, sobretudo em grupos funcionais inclinados a não se identificar com a burguesia cafeeira”.⁸⁶

Outra característica marcante destas organizações é a influência do positivismo. Concepção que teve grande alcance no Brasil e que não penetrou somente entre as classes dominantes e no exército, se tornando uma referência também para estas organizações socialistas. No jornal *Echo Operário*, órgão do PSB, não é raro encontrar citações à August Comte e sua concepção progressista da sociedade:

⁸³ Ibidem, p. 213.

⁸⁴ ECHO POPULAR. 28 abr. 1890. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 301.

⁸⁵ GEORGE, Eugênio. **O Operário**. 26 jan. 1909. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 250.

⁸⁶ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*, *Op. cit.*, Letras, 2016, p. 62.

As leis da natureza, são rigorosamente executadas e o que pedimos nós os socialistas, é a aplicação das leis naturais às sociedade humanas. Com as modificações exigidas pelo criterioso estudo dos fenômenos sociológicos e das causas benéficas que neles podem influir, como o tem demonstrado a ciência e a moral. A obra da nossa propaganda é preparar o povo para receber a transformação social e não estorvar a marcha do progresso.⁸⁷

Destaca-se a influência de uma concepção evolucionista, que acreditava num desenvolvimento natural a partir de etapas progressistas, cujo último estágio era o regime científico e industrial. Na perspectiva comtiana os operários deveriam ser incorporados à sociedade moderna, o que significava que eles deveriam possuir direitos e condições mínimas para contribuírem e desempenharem suas funções.⁸⁸ Sabe-se que Comte era conservador e que jamais rompeu com a concepção burguesa, assim, este processo não previa uma luta revolucionária: “Mudar não quer dizer destruir, nós temos necessidade do máximo desenvolvimento da *civilização burguesa* para o triunfo no socialismo”.⁸⁹ Por conseguinte, estabelecia-se que de forma gradual as relações se tornariam mais fraternas e harmoniosas. A luta não era contra as forças capitalistas, mas pelo desenvolvimento de suas potencialidades.

Assumindo esta perspectiva pacifista, de conciliação com o capital, os sindicatos reformistas também atacavam a tática de luta das forças libertárias. O jornal *Avanti* publicou em 1908: “Vós compreendeis, companheiros trabalhadores, por que nós socialistas somos decididamente contrários aos métodos anarcossindicalistas, somos decididamente contrários à *ação direta*”.⁹⁰ Ao contrário dos reformistas, os libertários optavam pelo confronto direto com o Estado e com os patrões.

Os católicos também eram uma força marcante entre os sindicatos reformistas.⁹¹ Em um discurso de Aguiar, durante a segunda sessão solene do Centro dos Operários Católicos de São Paulo (COCSP), podemos perceber claramente quais eram as orientações centrais da Igreja para o movimento sindical. Em primeiro lugar, destaca-se a negação da luta de classes; a burguesia e proletariado não eram adversários e não deveriam entrar em conflito. De acordo

⁸⁷ ECHO OPERÁRIO. 15 jul. 1901. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 218.

⁸⁸ “Por um breve período, logo após a proclamação da República, os positivistas tentaram “incorporar o proletariado á sociedade moderna”, nos limites brasileiros, em oposição ao liberalismo do século XIX que idealizava as relações de suposta igualdade entre capital e trabalho, confrontados no mercado”. FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 68-69.

⁸⁹ AVANTI. 3 set. 1908. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 218.

⁹⁰ Idem, p. 220.

⁹¹ Os sindicatos católicos tiveram seus princípios editados a partir da Encíclica *Rerum Novarum*, publicada por Leão XIII em 1891. O documento tratava das transformações da revolução industrial e abordava a condição de vida dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que denunciava a desigualdade e defendia os direitos dos operários se organizarem em sindicatos e lutarem por melhores salários e condições, se afirmava que o socialismo era uma ameaça e que era preciso buscar a harmonia social.

com Aguiar: “O erro capital, na questão presente, é crer que as duas classes são inimigas natas, uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente em um duelo obstinado”.⁹² Logo, os trabalhadores não deveriam se revoltar contra os patrões ou questionar o direito à propriedade.⁹³

Os católicos afirmavam que os sindicatos deveriam encontrar um equilíbrio entre os interesses divergentes; propunham a conciliação, o diálogo e a busca por um comum acordo: “(...) a Igreja quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum suas luzes e suas forças, para dar a questão operária a melhor solução possível”.⁹⁴ Ao invés da luta de classe, os católicos pregavam a união e afirmavam que o confronto só produzia problemas: “na sociedade as duas classes são destinadas pela natureza a se unirem harmoniosamente e a conservarem-se em perfeito equilíbrio. A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, de um conflito perpétuo não pode resultar senão a confusão”.⁹⁵ Por fim, Aguiar apresentou o argumento de que os operários não deveriam se revoltar diante das condições de vida e de trabalho, ao contrário, deveriam se conformar, pois poucos eram os escolhidos: “o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível”.⁹⁶

1.2 Os libertários: anarquistas e anarcossindicalistas

Em oposição aos reformistas estavam as correntes libertárias; anarquistas e anarcossindicalistas representavam os trabalhadores mais revolucionários, que não acreditavam nas mediações institucionais. Em 1904, Elysio de Carvalho⁹⁷ escreveu no jornal *O amigo do*

⁹² AGUIAR, Porfírio de. **Discurso na segunda sessão solene do Centro dos Operários Católicos de São Paulo**. 1889. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 230.

⁹³ “Os socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem; pretendem que toda a propriedade de bens particulares se deve suprimir; (...) Mas semelhante teoria, longe de poder pôr termo ao conflito, prejudica os operários, se fosse posta em prática; e mais, é sumamente injusta por violar legítimos direitos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender a subverter completamente o edificio social”. Ibidem, p. 229.

⁹⁴ Idem, p. 229.

⁹⁵ Idem, p. 230.

⁹⁶ Idem, p. 229.

⁹⁷ Elysio de Carvalho nasceu na cidade de Penedo em Alagoas em 1880. De classe média alta, estudou em seminário, mas não seguiu a carreira eclesiástica. Na juventude contribuiu em diversos periódicos, *Don Juan* (1893), *O Trabalho* (1893), *O Sertanejo* (1895), *Quinze de Novembro* (1897) e *A Tribuna* (1897). Em 1899 mudou-se para a capital federal onde dirigiu vários periódicos, como *A Greve* e a revista *Kultur* que eram anarquistas. Em 1904, fundou e dirigiu a Universidade Popular de Ensino Livre que tinha o objetivo de divulgar os preceitos libertários entre os trabalhadores brasileiros. Não obstante, em 1909, Carvalho rompeu com o anarquismo e registrou sua desilusão na obra *Five o'clock*. Após deixar o movimento operário, ele ingressou na Escola de Polícia do Rio de Janeiro e continuou contribuindo em periódicos. Elysio de Carvalho morreu em Davos na Suíça em 1925, onde estava tratando de tuberculose. Mais informações consultar: TICIANELI. *Elysio de Carvalho, do*

povo, um artigo expondo os princípios fundamentais defendidos pelos libertários. Em suas palavras, a liberdade é o princípio basilar do anarquismo: “somos milhões de trabalhadores que reivindicam a liberdade absoluta, nada que não seja a liberdade, toda liberdade”.⁹⁸ Todo indivíduo deveria ter a garantia de fazer apenas o que lhe satisfizesse, sem limites que se opusessem as suas vontades e necessidades:

Queremos a liberdade, quer dizer, reclamamos para todo o ser humano o direito e os meios de fazer tudo o que lhe apraza e não fazer o que lhe não agrada; de satisfazer integralmente todas as suas necessidades, sem outro limite que não sejam as impossibilidades naturais e as necessidades dos seus vizinhos igualmente respeitáveis.⁹⁹

Estes libertários defenderam a negação de qualquer autoridade ou poder que se sobrepusessem ao interesse individual. Tornaram-se críticos de qualquer forma de governo que pudesse intervir sobre a autonomia individual. Proclamaram-se contrários “a existência dum poder qualquer, quaisquer que sejam a sua origem ou a sua fama, seja eleito ou imposto, monárquico ou republicano, que se inspire do direito divino ou do direito popular, na Providência ou no sufrágio universal”.¹⁰⁰ Neste sentido, o governo democrático, com eleições periódicas e alternância de poder não era melhor do que uma ditadura, pois, só mudava a forma da autoridade e do poder, o conteúdo permanecia.¹⁰¹ Segundo essa concepção, quaisquer formas de comando deveriam ser refutadas: “Os anarquistas propõem, pois, ensinar o povo a passar sem governo”.¹⁰²

Carvalho ainda argumentou que a liberdade não era suficiente e também não poderia ser alcançada numa sociedade que permanecesse desigual: “Nada de liberdade sem igualdade! E liberdade não pode existir numa sociedade em que o capital é monopolizado por uma minoria que vai cada vez mais se reduzindo e em que nada é igualmente repartido”.¹⁰³ Os libertários criticaram a propriedade privada, pois entenderam que o capital deveria ser um patrimônio de todos os trabalhadores, de toda a humanidade e não apropriado individualmente. Estes revolucionários não falavam de igualdade jurídica, baseada em leis, mas em igualdade material:

anarquismo para a polícia. 8 ago 2015. Disponível em: <http://www.historiadealagoas.com.br/elysio-de-carvalho-do-anarquismo-para-a-policia.html>, acessado em 15 mai. 2018.

⁹⁸ CARVALHO, Elysio. **O amigo do povo**. 30 jan. 1904. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 344.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ “Os libertários atacam a organização estatal e todos os ramos que a compõem, porque estes se apresentam como representantes oficiais de toda a sociedade, um todo orgânico e harmônico, e como difusores do interesse geral apenas para encobrir a realidade social dominante, pois representa e identificam-se com a burguesia, a qual através da coerção legal (leis) e física (ação policial e militar), perpetuam a divisão de classe a relações sociais de dominação”. SFERRA, Giuseppina. *Op. cit.*, p. 19.

¹⁰² CARVALHO, Elysio. *Op. cit.*, p. 344.

¹⁰³ *Ibidem*.

“Queremos, finalmente, a igualdade de fato, como corolário ou antes, como condição primordial da liberdade”.¹⁰⁴

Em outro texto, também de 1904, Elysio de Carvalho seguiu sua argumentação sobre os princípios do anarquismo. Ao comentar sobre a tática revolucionária, ele apontou que a melhor maneira dos trabalhadores se posicionarem e lutarem contra o capital era por meio da “ação direta”. Esta, por sua vez, poderia assumir uma forma de manifestação pacífica ou utilizar da força e da violência. Sabotagens, boicote, greves, levantes, são todas formas de ação direta.¹⁰⁵ Carvalho assinalou que “no domínio da tática revolucionária, a ação direta é o mais curto caminho que nos conduz à realização do nosso grande ideal de justiça e de humanidade”.¹⁰⁶

Defendeu ainda a necessidade de não confiar naqueles que se dizem representantes dos trabalhadores, ou seja, em sindicatos e outras organizações que propunham o diálogo e a obtenção de concessões do Estado e dos patrões. A tática pressupõe uma ação sem delegação ou representação de poder. Os trabalhadores se apresentariam de forma direta na luta contra a autoridade patronal e pública. Tratava-se da recusa de todos métodos organizativos que retiravam dos trabalhadores a autoridade e a independência. Carvalho repudiou a tática dos reformistas que acreditavam que era possível realizar acordos que harmonizassem a irreconciliável luta de classes: “A ação direta, consciente e ativa, manifesta em todos os terrenos, traz ainda consigo a bancarrota do reformismo e a desmoralização do parlamentarismo, elimina a essa corja de charlatães”.¹⁰⁷ O fundamental era o princípio da liberdade associativa dos trabalhadores e a independência diante de qualquer outro órgão, como sindicatos, partidos e etc.

Carvalho apontou que era preciso abandonar a resistência passiva e partir para um confronto direto. Ele defendeu que no terreno da legalidade, por meio do parlamentarismo, mediante reformas e melhorias pontuais não era possível alcançar vantagens reais aos trabalhadores. A via constitucional não levava à revolução social, ela possibilitava no máximo algumas benesses: “É de absoluta necessidade, abandonando o terreno da legalidade que até agora temos inutilmente conservado, entrarmos na única via que nos leva à revolução social, a

¹⁰⁴ Ibidem, p. 345.

¹⁰⁵ “A “ação direta” vincula-se ao princípio de que as transformações sociais são possíveis através de órgãos não coercitivos, expressando a decisão individual de seus membros. A negativa da instância política decorre da concepção anarquista acerca do caráter do Estado. Este é a corporificação da ideia de autoridade, correspondendo à necessidade subjetiva da classe dominante de contar com um instrumento de tal natureza”. FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*, *Op. cit.*, p. 82.

¹⁰⁶ CARVALHO, Elysio. *Op. cit.*, p. 352.

¹⁰⁷ Ibidem.

ação direta, recorrendo a todos os meios de ataque e de defesa”.¹⁰⁸ Desta forma, argumentou que era preciso utilizar dos mesmos subterfúgios que a burguesia utilizava para manter os seus privilégios, ou seja, era preciso utilizar a violência:

O patrão para manter a sua propriedade, destrói a organização operária, assassina, encarcera, inutiliza os seus membros; os trabalhadores se querem destruir a organização burguesa devem, pondo de lado todos os sentimentalismos bestas e perdendo o respeito pela propriedade patronal (coisa sagrada para a maioria) seguir a mesma tática, lançar mão dos mesmos recursos empregados pelo inimigo, destruindo também, pelo ferro e pelo fogo, o patrão, o acionário, os funcionários, as usinas, as fábricas, os armazéns, os vapores, etc., e verão como prontamente desabam os alicerces desta podre sociedade.¹⁰⁹

Ao contrário dos reformistas que optavam pela via institucional, os libertários destacavam que os trabalhadores deveriam abandonar a via legal e utilizar até mesmo da ação violenta. Em suma, Carvalho assinalou que a revolução social não poderia ocorrer senão pela via insurrecional, que deveria ser percorrida pelos próprios trabalhadores em um confronto direto, aberto e violento contra a classe dominante.¹¹⁰

Esta orientação libertária também destacava que os trabalhadores não deveriam se organizar em torno de um partido político institucionalizado. Para anarquistas e anarcossindicalistas, a estrutura partidária apresentava a tendência de se afastar dos trabalhadores devido à centralização e hierarquização. Rejeitavam toda direção vertical, pois compreendiam que os trabalhadores não precisavam ser dirigidos por um grupo de vanguarda. “Recusam a dirigir os trabalhadores, veem em toda centralização um obstáculo à livre iniciativa local e ao impulso revolucionário das massas, não querendo converter-se em partido político”.¹¹¹ Para as tendências libertárias a insurreição não culminaria na tomada do Estado pelos trabalhadores, mas na abolição imediata do Estado. Toda autoridade deveria ser extinta.

Anarquistas e anarcossindicalistas identificam-se quanto aos princípios, mas no campo tático surgem divergências. É na ação junto aos trabalhadores que as divergências se revelam, colocando as correntes em lados opostos.¹¹² Os anarquistas concentram suas atividades em

¹⁰⁸ Ibidem, p. 355.

¹⁰⁹ Ibidem, pp. 354-355.

¹¹⁰ “Nós queremos uma revolução social, isto é, não “emancipar o povo”, mas que ele se emancipe, tome conta dos seus destinos, não se deixe roubar e mandar, não delegue poderes, organize e administre diretamente a produção”. A GUERRA SOCIAL. 3 set. 1911. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984, pp.356-357.

¹¹¹ SFERRA, Giuseppina. *Op. cit.*, p. 16.

¹¹² “Para os anarcossindicalistas, a ação direta passa pela educação e organização dos trabalhadores em associações de resistência ao capital, chegando à greve geral e à revolução. Para os anarcocomunistas a ação direta é concebida através da propaganda educativa do proletariado, para que este chegue espontaneamente à insurreição popular e à revolução”. SFERRA, Giuseppina. *Op. cit.*, p. 30.

ações educativas que buscam elevar a consciência política dos operários que, uma vez conscientes da exploração capitalista, optam pela “ação direta” e, de forma espontânea realizam uma insurreição popular que coloca um fim a ordem capitalista. Todo este processo não necessita, segundo os anarquistas, de uma organização preliminar, ou seja, de partidos, associações ou sindicatos. Assim, a revolução seria resultado de uma ação direta e espontânea.

Para a tendência anarcossindicalista, a “ação direta” perpassa a educação política e a organização do proletariado. Reconhecem a necessidade dos trabalhadores se organizarem em “sindicatos de resistência” que seriam a forma associativa mais propícia para se debater e ampliar a difusão das ideias libertárias entre os operários. Afirmam que a organização do movimento operário em associações horizontais era necessária e parte importante do processo de conscientização política. A propaganda educativa seria insuficiente e os sindicatos seriam fundamentais para encaminhar as reivindicações dos trabalhadores frente à burguesia.

De acordo com o anarcossindicalismo, a ação educativa do proletariado se realizaria, sobretudo, a partir da organização dos trabalhadores em sindicatos que eram entendidos como órgãos de luta contra a exploração capitalista e como centros de debates, nos quais os operários tinham a possibilidade de amadurecer politicamente.¹¹³ Em contraposição as associações mutualistas, os anarcossindicalistas rejeitam funções assistencialistas. Os sindicatos, eleitos como órgão fundamental de conscientização e mobilização, seriam um campo fértil para debater ideias e organizar a luta em defesa das demandas dos trabalhadores.

O anarcossindicalismo teve um amplo desenvolvimento no Brasil no início do século XX. A implantação do regime industrial de trabalho se realizou sob a égide do liberalismo que, além de garantir a máxima exploração dos trabalhadores, também impedia a ação do Estado no sentido de regular as relações entre capital e trabalho. Num cenário sem quaisquer garantias trabalhistas e desprovidos de mediações com o poder instituído, a “ação direta” encontrou terreno favorável para o seu florescimento. Fausto explicita a questão:

Em um país como o Brasil, onde imperava uma ordem política fortemente excludente, é fácil perceber como a rejeição dessa instância podia ser atraente também para elementos das classes populares nacionais. O reino da política não era o campo específico de confrontação dos diferentes interesses de classe, mas a área privilegiada de ação dos “ricos”, todos eles mais ou menos iguais em suas intenções de explorar em proveito próprio e de seus afilhados a máquina estatal. Mais uma vez, o Estado oligárquico parecia confirmar em larga medida a teoria anarquista, ao negar o reconhecimento dos mínimos

¹¹³ “Para os anarcossindicalistas, a ação direta se concretiza fundamentalmente na organização de classe. Concentram sua atuação na educação associativa do proletariado, organizando os trabalhadores em associações de pressão e resistência para que enfrentem a coalizão capitalista até chegarem à nova organização política livre, em que o sindicato de trabalhadores será responsável pela produção e distribuição”. *Ibidem*, p. 68.

direitos operários, ao optar pela repressão nos momentos de confronto aberto de classe.¹¹⁴

Ao não optarem pela via reformista e parlamentar, os anarcossindicalistas estavam interpretando uma realidade em que o trabalhador não era reconhecido como agente social. Ao recusar elaborar uma legislação que reconhecesse os trabalhadores como cidadãos, o Estado fechava as portas para o diálogo e a negociação institucional. Desprovido de direitos, só poderiam lutar fora das vias legais. Foi esta base social e política que aproximou os operários da ideologia libertária, afinal, era ela que traduzia de forma mais concreta a realidade.

Parte da historiografia memorialista e acadêmica tem afirmado que um dos limites da teoria libertária é a sua negação da esfera política. Destacam que o programa anarcossindicalista apresenta uma pauta economicista que resulta no abandono da luta política. Todavia, quando estes afirmavam que era necessário se afastar da política no interior dos sindicatos, eles estão se referindo exclusivamente a política partidária e parlamentar. Não se referiam a negação da dimensão política da luta dos trabalhadores. Afinal, eles não negavam a luta de classe ou a necessidade de superar a propriedade privada. A defesa dos interesses imediatos não significava um *economicismo*. As teses libertárias sempre destacaram o proletariado como sujeito político de transformação da realidade. Ora, um programa claramente operário, anti-estatista e anticapitalista não pode ser acusado de apolítico.¹¹⁵

Não obstante, ao negarem o partido político e a necessidade de se tomar o poder do Estado, eles estavam escolhendo um caminho tático diferente daquele defendido pelos socialistas e comunistas. Por isso estes últimos acusaram os libertários de negligenciarem a esfera política, afirmando que o programa anarcossindicalista era idealista. Os ideais políticos dos libertários perpassavam, especialmente, a conscientização dos trabalhadores, a formação cultural e educacional, fazendo com que os operários, por si próprios constituíssem outra sociedade.

1.3 As lutas sindicais e a legislação trabalhista

¹¹⁴ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*, *Op. cit.*, p. 89.

¹¹⁵ “O anarquista espanhol Julián Vadiño Muñoz afirmará com grande precisão que o anarquismo rejeita a política apenas no caso de se entender o termo política como “conquista do Estado”, mas que isso não significa que o anarquismo rejeite qualquer forma de ação política. Quando os anarquistas no início do século XX diziam que eram “contra a política” ou “apolíticos” referiam-se contextualmente, a política eleitoral dos partidos, não qualquer forma de política, pois esses mesmos anarquistas desenvolveram formas de ação política em sindicatos durante todo o período histórico aqui compreendido”. SILVA, Rafael V. da. *A miséria do apoliticismo e as raízes de esquerda do anarquismo*. Disponível em: <http://elcoyote.org/a-miseria-do-apoliticismo-rafael-v-da-silva-parte-2-final>. Acesso em 26 abr. de 2018.

Nos diversos sindicatos operários que surgiram no Brasil republicano, os imigrantes tiveram um papel central, pois constituíam a força de trabalho majoritária nas fábricas nacionais. Difundiu-se por muito tempo a tese de que o anarquismo era uma ideologia “exterior” ao Brasil e que o surgimento de um movimento operário mais combativo era resultado apenas da influência dos imigrantes, especialmente italianos e espanhóis. Esta tese não apenas contribuiu para legitimar a perseguição aos estrangeiros como também incidiu a ideia de que os imigrantes eram “revolucionários”, enquanto que os trabalhadores brasileiros eram passivos. Como assinala Canale, a militância não é determinada pela nacionalidade, mas pela condição de operário.¹¹⁶ Além disso, são diversos os casos de imigrantes que vieram para o Brasil em busca de ascensão social e não tiveram qualquer atuação subversiva.

A realização, em 1906, do I Congresso Operário Brasileiro é uma evidência de que os trabalhadores começavam a se organizar de forma mais consistente. Apesar de se auto intitular como o primeiro, era na verdade o terceiro. Ocorre que a organização libertária negava dois congressos anteriores, os de 1892 e 1902, uma vez que estes tinham sido organizados por socialistas-reformistas e eram taxados como “amarelos”.

O I Congresso Operário Brasileiro foi organizado pela Federação Operária Regional Brasileira (FORB) e se realizou entre 15 e 20 de abril no Rio de Janeiro. Estiveram reunidos operários de diferentes estados, especialmente da capital federal, de São Paulo, da Bahia e de Minas Gerais. Duas correntes disputavam a adesão dos trabalhadores. Os militantes do PSB e os anarcossindicalistas.

Um dos principais pontos debatidos foi a questão organizativa. As teses aprovadas encaminharam a tendência para unificação das diferentes formas associativas em sindicatos de ofício ou de indústria.¹¹⁷ Rejeitando a proposta pela constituição de um partido político operário, o congresso lançou as bases para a formação, dois anos mais tarde, da Confederação Operária Brasileira (COB), organização sindical de âmbito nacional, inspirada no sistema federativo da Confederação Sindicalista Francesa. Cerca de 50 associações sindicais integravam a confederação, que não deveria atuar como uma central sindical, ou seja, não teria

¹¹⁶ “A atitude militante de numerosos estrangeiros é uma consequência de sua forte presença entre o operariado, e não de sua nacionalidade. Em outras palavras, os militantes foram-no enquanto operários, e não enquanto estrangeiros. Muitos deles, com efeito, foram ser operários pela primeira vez no Brasil, não em suas respectivas pátrias. Nesse sentido, a militância sindical e ou política dos imigrantes deve ser vista como um fenômeno brasileiro, isto é, provocado pela realidade brasileira, tendo encontrado nos imigrantes uma predisposição “cultural” e social mais ou menos favorável”. CANALE, Dario. *Op, cit.*, p. 77.

¹¹⁷ “O Congresso Operário de 1906, ainda dispondo sobre organização, aconselha que de preferência os operários se agrupem em sindicatos de ofícios, nas profissões isoladas e independentes, por indústrias, quando vários ofícios estão inteiramente ligados ou anexo na mesma indústria”. SFERRA, Giuseppina. *Op, cit.*, p. 72.

a responsabilidade de elaborar um plano geral para todos os seus associados. Rejeitava-se qualquer forma de hierarquização.¹¹⁸

As teses aprovadas buscaram garantir a independência dos trabalhadores. Afirmou-se que estes só poderiam apresentar suas demandas por meio de greves, comícios, passeatas, boicotes e sabotagens. A recusa da constituição de um partido operário e a defesa da “ação direta” indicam que a tendência anarcossindicalista saiu vitoriosa do congresso. Não obstante, este triunfo não significou uma hegemonia desta corrente, pois as tendências reformistas continuaram atuantes. Em 1908, um novo partido socialista foi criado, mas teve existência efêmera. De qualquer forma, é importante ressaltar que não havia um monopólio libertário.

Duas importantes greves em São Paulo ilustram este período de organização e mobilização dos trabalhadores. Em maio de 1906, os ferroviários da Companhia Paulista¹¹⁹ paralisaram os serviços contrários a política de modernização da empresa. Cerca de 3800 trabalhadores entraram em greve para lutar contra as demissões e o rebaixamento dos salários. O movimento sofreu uma dura repressão e se encerrou sem alcançar suas reivindicações. Mas o que chama atenção de Fausto é o fato de que tal greve não pode ser caracterizada como resultado da espontaneidade dos trabalhadores. Ele argumenta que:

Nos primeiros meses de 1906, o descontentamento reinante nos meios ferroviários favorece a criação das Ligas Operárias de Jundiaí, Campinas e Rio Claro, onde surgem anarquistas, socialistas ou elementos simpáticos aos trabalhadores. Às vésperas da greve, as três organizações abrangem 3500 dos 3800 empregados da Paulista, tendo a Liga de Jundiaí uma posição de comando. São esses sindicatos – cujo direito à existência é um dos pontos de conflito – que representam os ferroviários nas tentativas de entendimento prévio; são eles que deflagram a paralisação e desenvolvem a luta (...).¹²⁰

Em maio de 1907, um ano após a greve da Paulista, surgiu um novo movimento grevista em São Paulo. A greve pela jornada de 8h de trabalho teve início na capital, mas também alcançou a cidade de Santos, Campinas e Ribeirão Preto. Tendo início na construção civil, a greve paralisou ainda, a indústria metalúrgica, a de alimentos e a têxtil. Fausto observa que este movimento expôs de forma clara a distinção entre as pequenas e as grandes empresas. Enquanto as primeiras aceitaram as reivindicações dos operários, as maiores permaneceram

¹¹⁸ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. *Op. cit.*, p. 98.

¹¹⁹ “A Paulista não é uma empresa qualquer. Fundamental do ponto de vista econômico para os interesses da cafeicultura, simboliza a eficiência empresarial da burguesia paulista. À sua frente, a figura ilustre do conselheiro Antonio Prado, futura bandeira do Partido Democrático”. FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. *Op. cit.*, p. 161.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 164.

intransigentes e recusaram qualquer concessão.¹²¹ Fausto ainda acrescenta que mais uma vez, os sindicatos cumpriram um papel importante na eclosão e condução da mobilização:

Menos articulado do que a greve da Paulista, o movimento de 1907 não constitui, porém, um caso-limite de espontaneidade. (...) Fiel às concepções libertárias, a Federação Operária não aparece a princípio como centro organizatório. Gradativamente, vai assumindo, porém, essa função, que se torna relevante, a partir dos últimos dias de maio.¹²²

A organização do congresso operário e estes dois movimentos grevistas ilustram o período de ascensão do sindicalismo revolucionário. Em setembro de 1913, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, o II Congresso Operário Brasileiro. Entre os diversos temas debatidos, mais uma vez, se destacou a questão organizativa. Novamente os anarcossindicalistas alcançaram a maioria e se optou pela ampliação da forma federativa e da “ação direta”.¹²³ Pretendia-se dar mais autonomia e garantir maior participação das bases, evitando fórmulas burocráticas e qualquer controle pelo alto que se opusesse à autonomia dos associados.

Também se tomou uma série de medidas com o objetivo de ampliar a propaganda, buscando uma maior aproximação com os operários. Além da iniciativa pela realização de comícios e passeatas com caráter educativo, destaca-se a publicação do jornal *Voz do trabalhador*, editado pela COB, que com uma ampla tiragem se transformou num dos principais instrumentos de agitação e propaganda das lutas operárias.

Estes dois congressos transformaram qualitativamente a luta dos trabalhadores, pois traçaram diretrizes buscando unificar os sindicatos e orientá-los num sentido mais combativo. O resultado foi a eclosão de greves que surgiram como resposta à degradação das condições objetivas de vida dos operários. Não obstante, existem poucos registros sobre estes movimentos paredistas. Dada a ausência de fontes se torna uma tarefa difícil para os historiadores se debruçarem sobre o tema. Faltam informações e dados que permitam uma análise minuciosa sobre as motivações, o desenvolvimento e as lideranças destas paralisações.¹²⁴

A greve, entendida como paralisação coletiva do trabalho a partir da iniciativa dos próprios trabalhadores é a principal forma de luta por melhores condições de vida. Trata-se, em primeiro lugar, do abandono da passividade e da divisão hierárquica e enfadonha do trabalho pela iniciativa e organização operária. A greve aproxima os trabalhadores, que trocam

¹²¹ Ibidem, p. 173.

¹²² Ibidem, p. 174.

¹²³ “O Congresso decidiu que as associações beneficentes que não concordassem com os métodos de “ação direta” não deveriam ser admitidas no sistema federativo da COB”. DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 33.

¹²⁴ “As próprias fontes operárias deixam de fornecer maiores detalhes sobre elas e, às vezes, por razões múltiplas, as greves não aparecem contabilizadas em lugar nenhum”. CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário, Op. cit.*, p. 42.

experiências, estreitam os laços e percebem as condições semelhantes a que estão submetidos. Assim, a greve cumpre uma função educadora.¹²⁵

Quando os trabalhadores cruzam os braços não é apenas a produção que para. Mas também cessa o poder regulador do capital sobre o trabalho e os operários se transformam em sujeitos sociais. É o período em que os operários não ficam submetidos ao poder e à disciplina da fábrica. Com o trabalho interrompido, o proletariado subverte a ordem e passa a controlar suas atividades de forma independente. É no momento das paralisações que a classe dominada se revela e a aparente harmonia social dá lugar a uma crise.

No início do século XX, as greves no Brasil tiveram diferentes motivações, mas uma pauta constante era pela redução da jornada de trabalho e o aumento salarial. A maior parte das paralisações ocorreu em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas também foram registradas no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Bahia. Ou seja, onde as fábricas começavam a se desenvolver, a luta de classes se revelava. Os anarcossindicalistas reconheciam que mesmo tendo reivindicações econômicas e parciais, a greve era um instrumento de luta importante. Era uma forma de “ação direta” do proletariado se colocar em luta.¹²⁶

Enquanto se ampliavam os sindicatos e as mobilizações nas fábricas, o governo, sem abrir uma via de diálogo, apresentou um recrudescimento da violência de classes e criminalizou o movimento operário. As intervenções policiais nos sindicatos e em mobilizações eram comuns. Entre as medidas repressivas, destaca-se a lei apresentada por Adolfo Gordo¹²⁷, conhecida como “Lei de expulsão de estrangeiros”. Publicada pelo Decreto 1.641, em 7 de janeiro de 1907. O primeiro artigo afirma: “O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional”. São apresentados como motivos para expulsão “crimes ou delitos comuns”, “vagabundagem”, “mendicância” ou “lenocínio”.¹²⁸ O objetivo era dar amparo legal

¹²⁵ “Nas greves, percebemos melhor os métodos utilizados pelos operários para pressionar o patronato, bem como as estratégias de mobilização e conscientização aplicadas pelas lideranças. Para estas, em especial as anarquistas, as greves poderiam ter um sentido revolucionário”. MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*, *Op. cit.*, p. 53.

¹²⁶ “Segundo os anarcossindicalistas, é essa luta cotidiana e aspectos do movimento que permitem ao proletariado tomar consciência das tarefas futuras; a experiência adquirida numa série de lutas parciais e preparatórias que poderá desembocar na revolução social. É nessas greves que as organizações operárias avaliam suas forças para saírem renovadas; também nelas deve-se ditar a conduta das associações operárias, seja num movimento geral ou parcial”. SFERRA, Giuseppina. *Op. cit.*, p. 61.

¹²⁷ Adolfo Afonso da Silva Gordo (1858-1929) exerceu vários mandatos como deputado e senador federal, representando o estado de São Paulo.

¹²⁸ Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>. Acessado em 27 mar. de 2017.

para a perseguição às lideranças operárias. A lei de expulsão de estrangeiros se transformou numa constante ameaça aos imigrantes que atuavam nos sindicatos.¹²⁹

As greves e mobilizações eram encaradas pelo Estado como uma tentativa de subversão da ordem social. Mas apesar da intimidação, as ações dos trabalhadores não cessaram, o que levou a uma modificação da lei em 1913 (Decreto no 2.741), com o objetivo de eliminar brechas. Assim, o direito de expulsão de estrangeiros indesejáveis tornou-se inerente à soberania nacional, questão de segurança e defesa do Estado. A modificação da lei foi uma resposta das classes dominante à ampliação da agitação e mobilização do proletariado.

O advento da Primeira Guerra Mundial intensificou as atividades industriais no Brasil. Neste cenário, o movimento sindical também se ampliou. O período entre 1917 e 1920 se caracterizou pela ascensão de um movimento social de base operária que se traduziu em passeatas, comícios, grandes mobilizações e greves: “Em sua imagem impressa, o conflito de classes salta das raras aparições nas páginas internas dos jornais para as manchetes de primeira página, para as caricaturas de capa das revistas humorísticas”.¹³⁰ O problema em torno das relações de trabalho ganhou ampla repercussão. O aumento destas lutas era resultado da degradação das condições de trabalho e do aumento do custo de vida dos operários.¹³¹

A inflação aumentou por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar porque em meados de 1915, o Estado ampliou as emissões inflacionárias para sustentar o preço do café e financiar os déficits do orçamento. Em segundo lugar porque aumentou a exportação de gêneros alimentícios para os países beligerantes. Assim, o país tinha dificuldade para importar e ampliava suas exportações aproveitando a elevação dos preços.¹³² Ao mesmo tempo em que aumentava o custo de vida, os salários eram rebaixados e a exploração nas fábricas ampliada. As péssimas condições materiais foi o combustível para a ebulição da classe trabalhadora.

A bibliografia é unânime ao caracterizar o período entre 1917 a 1920, como um momento de ascensão das lutas operárias. A degradação das condições de vida e o espírito de revolta dos trabalhadores possibilitou a eclosão de sucessivas greves em diversos Estados: “De norte a sul do país, ao correr dos meses de 1917, a revolta desabrochava em greves e manifestações de massas”.¹³³ Não cabe aqui enumerar e descrever estas inúmeras batalhas

¹²⁹ “O decreto de janeiro de 1907, sobre a expulsão dos estrangeiros, foi amplamente utilizado, sobretudo no primeiro ano de vigência, quando, de acordo com as estatísticas oficiais, 132 ordens de expulsão foram emitidas”. DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 29.

¹³⁰ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*, *Op. cit.*, p. 183.

¹³¹ “Até então, todos os artigos manufaturados vinham do Velho Mundo, inclusive caixões de defunto. O calçado Bostock, a manteiga Peletier, o Chá Lipton, encontravam-se com facilidade no comércio. Súbito tudo faltou e o Brasil teve de produzir”. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 65.

¹³² FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*, *Op. cit.*, p. 189.

¹³³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 74.

enfrentadas pela classe trabalhadora.¹³⁴ O importante é termos a percepção de que as lutas não eram isoladas ou minoritárias, tratava-se de um movimento amplo. A rebeldia e a mobilização demonstrada pelos trabalhadores de diversas cidades do Brasil estavam em sintonia com o levante mundial que parecia estar em curso. A tragédia da Primeira Guerra Mundial, somada ao triunfo da Revolução Russa impulsionou movimentos contestatórios em toda a Europa e para além do velho continente.¹³⁵

Mas entre as diversas mobilizações, uma em especial se destaca, é a greve geral de julho de 1917, que se transformou na maior paralisação operária durante a Primeira República. O movimento paredista teve início em uma única empresa, a Cotonifício Crespi, fábrica têxtil fundada por Rodolpho Crespi e localizada no bairro da Mooca. Não obstante, rapidamente se alastrou e teve a adesão de trabalhadores de diversos setores. O assassinato de um operário anarquista pelas forças repressivas¹³⁶ durante um ato foi a fagulha no palheiro: “Os trabalhadores tomaram as ruas numa autêntica revolta popular, pontilhada de saques a armazéns e casas comerciais, comícios, piquetes e enfrentamentos com policiais que transformaram a cidade num campo de batalha”.¹³⁷ Bandeira acrescenta:

O comércio fechou. Os transportes pararam. Cessou todo o movimento urbano. A greve alastrou-se pelo interior do Estado. Houve distúrbios em alguns bairros e os operários armaram barricadas, impedindo a passagem da polícia. A população manifestava simpatia pelos grevistas. As mulheres derretiam sabão para jogar sobre as ruas e derrubar os cavalos dos milicianos.¹³⁸

Os trabalhadores se organizaram em torno do Comitê de Defesa Proletária (CDP) que tinha o objetivo de coordenar as reivindicações dos operários. Em 14 de julho, o comitê apresentou uma lista com 11 demandas. Não havia apenas reivindicações econômicas, mas muitas pautas de caráter político. Os trabalhadores cruzaram os braços reivindicando aumento salarial, abolição das multas, regulamentação do trabalho feminino e infantil, limitação da jornada de trabalho, barateamento do custo de vida, a garantia e liberdade de associação, entre outras demandas.

¹³⁴ Uma descrição mais detalhada das diversas greves e como a imprensa operária e burguesa retratou o período podem ser conferidos em BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, pp. 65-101.

¹³⁵ “Como é sabido, esses são anos de um grande ascenso revolucionário na Europa, que põe em risco a ordem capitalista. A partir de outubro de 1917, os conflitos sociais internos recebem alento e passam a ser vistos sob uma nova ótica. (...) em cada pequena batalha ou grande mobilização, estão presentes os lances de um cenário maior: a Revolução de Outubro, a Revolta espartaquista, a comuna húngara, os conselhos italianos, que o comício de 1 de maio de 1919 sintetiza, com seus cartazes em defesa da Hungria livre e da Bavária emancipada, os vivas a Lênin e à União Soviética”. *Ibidem*, p. 194.

¹³⁶ O trabalhador em questão é sapateiro Antônio Igneguez Martinez, que veio a falecer no dia 18 de julho de 1917 na Santa Casa da cidade de São Paulo. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 82.

¹³⁷ LEITE, Márcia de Paula. *Op. cit.*, p. 21.

¹³⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, pp. 79-80.

Importante destacar que muitas destas reivindicações não poderiam ser objeto de negociação direta com os industriais. Ou seja, a mediação do Estado era reivindicada para garantir direitos políticos e sociais aos trabalhadores. Luiz Werneck Vianna observa que durante a greve “o movimento operário tomou como referência o Estado e a ordem legal, intentando compeli-los à inovação e à mudança”.¹³⁹ As demandas, mesmo que veladamente, indicavam a elaboração de uma legislação que regulasse o contrato entre operários e patrões.

As reivindicações eram amplas, tornaram-se gerais e escaparam dos limites de uma empresa ou categoria. “Quanto mais genéricas e generalizadora tornaram-se as reivindicações, mais elas acabaram tendo como alvo o Estado”.¹⁴⁰ É o caso da jornada de 8 horas de trabalho. Nenhuma empresa aceitaria tal medida se fosse colocada em prática isoladamente, pois ela ficaria em desvantagem diante da concorrência. Assim, a solução deveria vir a partir de uma regulamentação geral, com validade estadual ou nacional.

Com efeito, o movimento anarcossindicalista, apesar de ser contrário a luta política no terreno parlamentar, acabou lançando demandas que exigiam uma regulamentação das relações de trabalho. Desta forma, Estado era colocado, mesmo que indiretamente como mediador, pois caberia ao poder legislativo a criação de uma regulamentação específica. “No interior da *práxis* operária já se insinua a reivindicação de um Estado intervencionista sobre o mercado de trabalho”.¹⁴¹ Mesmo que de forma velada, os sindicatos libertários tomaram o Estado como agente interlocutor e reivindicaram leis protetoras, buscando regular as relações de trabalho.

A negociação foi mediada por jornalistas, uma vez que o CDP se recusou a sentar com os patrões. Assim, foi a imprensa que levou até o comitê a proposta de aumento de 20%, a promessa de considerar os direitos dos trabalhadores e de não demitir os envolvidos na organização da greve. Importante apontar que os industriais apresentaram a proposta de forma individual. Alguns se recusaram a negociação.¹⁴² Por sua vez, o prefeito de São Paulo, Firmiano Pinto também se pronunciou e afirmou que libertaria os presos políticos, fiscalizaria e protegeria o trabalho de menores e das mulheres.

Assim, em 15 de julho o CDP aceitou a proposta dos industriais e do governo e encerrou a greve. Todavia, após o fim das mobilizações, várias empresas não cumpriram o acordo e diversos trabalhadores, como o Edgard Leuenroth, José Oiticica e Astrojildo Pereira

¹³⁹ VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 59.

¹⁴⁰ MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 28.

¹⁴¹ VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 53

¹⁴² “Cada industrial apresentou-se em nome próprio no contato com o governo, com o comitê de jornalistas, cada um deles firmou ou resistiu a firmar o acordo com os grevistas”. FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. *Op. cit.*, p. 232.

foram encarcerados. O governo federal ainda aproveitou do ingresso do Brasil na I Guerra Mundial para promover uma grande propaganda de exaltação patriótica e para ampliar a repressão deportando estrangeiros, especialmente, aqueles que haviam participado das greves.¹⁴³

Mais uma vez, Fausto questiona a interpretação que ressalta o caráter espontâneo da greve. Ele reconhece a ausência de um plano e de uma coordenação central que tenha definido previamente a paralisação e seu desenrolar. Aponta que os sindicatos tiveram um papel menor e que o CDP que cumpriu o papel de negociador só foi criado no curso dos acontecimentos. Todavia, afirma que “o espontaneísmo precisa ser mais bem qualificado”.¹⁴⁴ Fausto argumenta que os meses que antecederam a greve foram marcados por uma crescente mobilização e um grande esforço organizatório do movimento operário: “O centro da aglutinação não é o clássico sindicato de resistência, mas as ligas operárias de bairro, criadas por inspiração dos anarquistas, na Mooca, no Belenzinho, no Cambuce e na Lapa”.¹⁴⁵

As ligas cumpriram um importante papel na organização e mobilização dos trabalhadores e foi a partir destas associações que surgiu o CDP. Fausto conclui que “A greve geral não é previamente preparada por nenhuma organização, mas ao menos a consciência dessa perspectiva existe no interior de um pequeno grupo”.¹⁴⁶ Assim, é preciso tomar cuidado com as leituras que exageram no papel da espontaneidade da luta dos trabalhadores deste período.

Após uma década da realização do I Congresso Operário Brasileiro, a organização dos trabalhadores já mostrava certo grau de amadurecimento, evidenciando que o operariado urbano era uma nova força social. A ampliação das mobilizações operárias fez com que a “questão social” entrasse em debate. Predominou durante muito tempo na historiografia, a ideia de que todo o período da Primeira República foi marcado pela ortodoxia liberal da constituição de 1891 e, que, portanto, a legislação social só começou a ser discutida e elaborada a partir de 1930. De acordo com esta concepção, até a ascensão de Vargas, a questão social foi tratada apenas como um “caso de polícia”, como teria dito Washington Luís.

A Constituição de 1891 se fundou no liberalismo político e econômico. Um Estado não intervencionista era a base para valorização do livre mercado que era orientado pela lei da oferta e da demanda. As tentativas de regular, corrigir ou intervir no mercado da força de

¹⁴³ “O governo Venceslau Brás aproveitou-se do estado de sítio para deportar anarquistas, fechar as uniões de resistência, prender líderes operários e desbaratar as organizações operárias. Alguns jornais, como *O Debate*, do Rio de Janeiro, deixaram de circular”. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 100.

¹⁴⁴ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*, *Op. cit.*, p. 229.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 230.

¹⁴⁶ *Ibidem*.

trabalho eram repudiadas em nome da liberdade individual e profissional.¹⁴⁷ Sob a ortodoxia liberal, o Estado assumia um papel passivo. Ele apenas assistia os agentes produtivos firmarem seus contratos de forma livre, sem qualquer ação inibidora ou limitadora da legislação. Qualquer intervenção ao movimento “natural” do mercado da força de trabalho era repudiada.

Partia-se do pressuposto liberal de que cada indivíduo é dono de si mesmo, cada um tem a propriedade do seu corpo e, por conseguinte, pode livremente orientar todas as suas atividades. Por conseguinte, a relação de compra e venda da força de trabalho, aparece como uma simples relação privada de troca, na qual o Estado não pode intervir. O que regula esta relação é apenas o contrato que é firmado livremente entre ambas partes e qualquer ação exterior é tratada como um atentado à liberdade individual e profissional dos contratantes.¹⁴⁸ Assim, a função do Estado se restringia à fiscalização do cumprimento do contrato.

Ainda na primeira década do século XX, em 1907, criou-se uma legislação que permitia as atividades sindicais. Trata-se do Decreto nº 1637, de 5 de fevereiro de 1907, que regulou o direito de associação dos trabalhadores. Entendeu-se que a liberdade do indivíduo compreendia o direito de associação.¹⁴⁹ A legislação deixava os sindicatos livres da tutela do Estado e permitia que se organizassem de forma autônoma e independente sem uma prévia autorização do governo. Mas havia a obrigatoriedade de se registrar os estatutos das associações, junto com os nomes de seus diretores.¹⁵⁰ A lei fora criada num período de grande agitação operária. A luta operária nos sindicatos já estava em curso e a legislação veio apenas institucionalizar estas organizações, buscando de maneira precária, regulá-las e vigiá-las.

Outra tentativa fragilizada do Estado intervir e regular o movimento operário se deu em 1912, com a realização de um congresso operário que foi convocado pelo próprio Estado.¹⁵¹

¹⁴⁷ “Nas sociedades civilizadas, a atividade humana se exerce em quase todos os governos sob o regime do contrato. Intervir o Estado na formação dos contratos é restringir a liberdade e a atividade industrial nas suas mais elevadas e constantes manifestações, é limitar o livre exercício de todas as profissões, garantidas em toda a sua plenitude pela Constituição. O papel do Estado num regime livre, é assistir como simples espectador à formação dos contratos e só intervir para assegurar os efeitos e as consequências dos contratos livremente realizados”. VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 48.

¹⁴⁸ “O contrato não supõe uma relação de força ou de desigualdade, não é um ato de dominação, não viola a propriedade e a liberdade de ninguém, e, por isso, é um assunto que só concerne aos contratantes enquanto indivíduos. É um assunto privado no qual o Estado jamais pode intervir”. MUNAKATA, Kazumi. *Op. cit.*, p. 13.

¹⁴⁹ “Pelo decreto, a criação e o funcionamento dos sindicatos pertenciam ao domínio do direito privado e não ao de nenhuma legislação especial (como acontece nos dias de hoje). Considerado como pessoa jurídica de direito privado, o sindicato era como que uma extensão do indivíduo, em cuja vida particular o Estado não podia se intrometer – a não ser, é claro, em casos que demandavam intervenção policial. Em suma, ainda perfeitamente dentro do espírito liberal, asseguravam-se a autonomia e a liberdade sindicais”. *Ibidem*, p. 25.

¹⁵⁰ GIANOTTI, Vito. *A liberdade sindical no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 19.

¹⁵¹ “(...) a realização deste evento só foi possível graças ao patrocínio do governo federal, que forneceu não apenas o local da reunião (o palácio Monroe), mas também o transporte aos participantes. Este fato é indicativo de que mesmo no nível do Estado liberal começam a surgir uma certa preocupação em relação ao problema do trabalho: o liberalismo, que só reconhecia os indivíduos relacionando-se livremente pelo contrato, começa a sofrer rearranjos e acomodações”. MUNAKATA, Kazumi. *Op. cit.*, pp. 29-30.

Sob o patrocínio de Mário Hermes, deputado federal e filho de Hermes da Fonseca, então presidente do Brasil, o congresso teve o objetivo de discutir as reivindicações operárias e sistematizá-las em propostas que seriam encaminhadas ao parlamento. Mesmo com o boicote anarcossindicalista, o congresso conseguiu reunir algumas associações, como a dos Ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil e outros sindicatos de empresas estatais: “Esse congresso, de inspiração oficialista, aparecia como uma tentativa de aprofundar o esforço do governo em cooptar politicamente a classe operária, dando sequência a obras de caráter assistencial e à criação de sindicatos ligados ao governo”.¹⁵² Os libertários denunciaram este congresso como “amarelo” e “pelego”.

Até a eclosão das mobilizações operárias predominava por parte dos industriais e do Estado a concepção de que as relações entre patrões e empregados deveriam se pautar pelo *laissez-faire*. Mas a partir de 1917 surgiram as primeiras tentativas de se regulamentar os contratos de compra da força de trabalho. A luta pelos direitos dos trabalhadores começou a repercutir no parlamento por meio da atuação do deputado Maurício de Lacerda.¹⁵³ Em maio de 1917, ainda antes das grandes greves, ele apresentou à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara a proposta de um Código do Trabalho. Lacerda ainda apresentou um projeto para a criação de um Departamento Nacional do Trabalho, que foi aprovado em outubro de 1918, mas nunca saiu do papel. Em 1919, a primeira lei de proteção ao trabalhador foi aprovada e versava sobre acidentes de trabalho (Decreto nº 3724), mas até ser reformada em 1923, permaneceu sem aplicação.

A atuação de Lacerda e também a de Nicanor de Nascimento e do advogado Evaristo de Moraes apontavam para os limites da política liberal. Denunciavam que a ausência de uma legislação trabalhista era a causa da efervescência revolucionária. Os socialistas argumentavam que a intervenção do Estado teria um caráter positivo como conciliador e árbitro dos conflitos que abalavam as relações de trabalho. Neste período, as propostas em torno da mediação estatal que se contrapunham a ortodoxia liberal começaram a entrar na pauta.

¹⁵² VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 54.

¹⁵³ “Lacerda, proveniente de uma família tradicional de Vassouras, no interior fluminense, foi a figura mais representativa dos raros democratas radicais de seu tempo. Bacharel em direito, advogado em sua cidade de origem, tomou uma posição excepcional no restrito círculo de intelectuais da época, ao apoiar em 1909 a candidatura de Hermes, do qual se tornou oficial de gabinete. Ao ingressar na Câmara em 1912, eleito por seu estado, já rompera com o marechal, pelo recuo deste em relação às “salvações” realizadas em várias unidades da Federação, sobretudo por jovens oficiais. Maurício não aderiu a nenhuma organização de esquerda, ao contrário de seus irmãos Paulo e Fernando, que ingressaram no Partido Comunista na década de 1920. Manteve-se como um franco-atirador, adversário do sistema oligárquico e de todos os governos até a Revolução de 1930. Defendeu, no curso dos anos 1917-1920, um sindicalismo autônomo e combativo, atacando os “pelegos”. *Ibidem*, p. 253.

De acordo com Luiz Werneck Vianna, essa etapa dominada pela ortodoxia liberal, se encerrou em 1919, quando o parlamento brasileiro sob a pressão do Tratado de Versalhes iniciou as discussões sobre a regulamentação das relações de trabalho.¹⁵⁴ Esta questão se tornou um tema debatido mundialmente após a Primeira Guerra Mundial. A Revolução Russa assustava o mundo capitalista e o “perigo vermelho” fez com que se colocasse em pauta a situação dos operários. Surgiu então a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, entre outras medidas, tinha o objetivo de melhorar as condições de trabalho e diminuir a desigualdade, a miséria e as privações que colocavam em perigo a paz e a harmonia social.¹⁵⁵ Era uma medida preventiva com o objetivo imediato de evitar que a revolta operária se arrastasse para os demais países europeus.

Todavia, a implementação de uma legislação protetora do trabalho, significava um ônus ao capitalista, resultando na queda da sua taxa de lucro. Assim, para evitar uma competição desigual, a OIT apontava que estas medidas não poderiam ficar restritas a alguns países, uma vez que resultaria em desvantagens econômicas para as empresas que fossem atingidas. Por conseguinte, o esforço da organização foi de forçar que as leis protetoras ao trabalho fossem cumpridas por todos os países. No início da década de 1920, a questão social começava a repercutir na esfera do Estado brasileiro. As primeiras leis trabalhistas foram aprovadas ainda em 1923 e se ampliaram a partir da reforma constitucional de 1926.

2. O debate historiográfico sobre a fundação do PCB

No final da década de 1910, em meio à sucessivas greves com vitórias e derrotas, a influência do anarcossindicalismo no movimento operário começou a declinar. Ao mesmo tempo, no rastro da Revolução Russa, a teoria comunista começou a penetrar entre as lideranças sindicais e conquistou vários adeptos, culminando na fundação do PCB em março de 1922.

A origem das ideias comunistas no Brasil é motivo de ampla controvérsia entre memorialistas e historiadores. Por algum tempo, circulou de forma ampla a história em torno do “Cometa de Manchester”. Trata-se de Ramison, um enviado da IC à América Latina que, chegando ao Rio de Janeiro encontrou Edgard Leurenroth e o questionou se estava interessado em fundar um partido comunista no Brasil. O libertário disse que não tinha interesse na

¹⁵⁴ VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 38.

¹⁵⁵ MUNAKATA, Kazumi. *Op. cit.*, p. 31.

empreitada, pois não era um partidário do bolchevismo, mas teria indicado Astrojildo Pereira.¹⁵⁶ Contudo, não há nenhuma fonte, até o momento, que confirme esta história e, no relato sobre a fundação do PCB, também não consta qualquer menção a este fato, que é carregado de um teor lendário.¹⁵⁷

Por seu turno, a versão oficial que consta na ata de fundação do PCB¹⁵⁸, assim como a interpretação memorialista de Astrojildo Pereira¹⁵⁹ afirmam que o movimento comunista brasileiro teve sua origem a partir de uma cisão do anarcossindicalismo, que teria se consolidado no final de 1921, quando após um longo debate teórico e ideológico um grupo rompeu com os princípios libertários e abraçou as teses do bolchevismo.

Por outro lado, José Oiticica, líder anarcossindicalista, que permaneceu nas fileiras da corrente libertária, afirmou que a fundação do PCB não foi precedida por discussões ou debates. Pelo contrário, em sua interpretação o bolchevismo foi difundido entre as lideranças do movimento operário de maneira sorrateira, a partir da atuação clandestina de alguns militantes, especialmente de Astrojildo Pereira, que teria traído a causa libertária e, introduzido e propagado às ideias comunistas e alcançado a simpatia de alguns.¹⁶⁰

¹⁵⁶ Astrojildo Pereira nasceu em 1890 em Rio Bonito-RJ, tinha formação de jornalista e desde muito jovem atuou no movimento operário libertário. Era filho de uma família classe média alta, seu pai era médico e proprietário rural. Astrojildo estudou em colégio jesuíta em Nova Friburgo, se aproximou da vida religiosa, foi seminarista, mas acabou abandonando as concepções religiosas. Na década de 1910 começou a atuar no movimento sindical influenciado especialmente pelas leituras de Kropotkin e, em 1921, se aproximou do bolchevismo, se tornando o principal dirigente comunista até 1930.

¹⁵⁷ “Embora vindo de Londres, Ramison passou à lenda como sendo o “cometa de Manchester”. Assim como as origens de alguns povos se confundem com a missão de enviado dos deuses, esse controvertido incidente envolvendo o lendário delegado do centro mundial da revolução, em meados de 1921, demarca as fontes de referência e de inspiração internacionais para a fundação do Partido Comunista no Brasil”. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. Op. cit.*, p. 31.

¹⁵⁸ “(...) as camadas mais avançadas do proletariado foram sempre quase que exclusivamente influenciadas pelos anarquistas. Mas muitos militantes demonstraram, desde a primeira hora, grande simpatia pela obra do Partido Comunista Russo e da Terceira Internacional. Todavia, só lentamente, mercê das lições e experiências da Revolução Russa e pela leitura direta da literatura bolchevista, foi a ideologia mais ou menos caótica, até então predominante se transformando e firmando num sentido marxista. (...) Depois de uma série de ardentes debates, as posições e atitudes se definiram numa parte – a maior parte – se inclinou decididamente pelos bolchevistas, e outra parte permaneceu irredutivelmente contra”. COMISSÃO CENTRAL EXECUTIVA DO PCB. In: *Movimento Comunista*. n. 7. Rio de Janeiro. 1922, p. 177.

¹⁵⁹ “E o que se sabia e se compreendia da Revolução Russa era que se tratava efetivamente de uma “revolução proletária”. Postas as coisas nesses termos, tudo o mais vinha a ser secundário – e foi justamente essa consideração que serviu para esclarecer os melhores elementos do anarcossindicalismo brasileiro e levá-los ao rompimento com os dogmas e preconceitos do anarquismo e à plena aceitação de princípios da ditadura do proletariado e das 21 condições de adesão estabelecidas pela III Internacional”. PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB: 1922-1928, Op. cit.*, p. 47.

¹⁶⁰ Ao comentar sobre a conversão de Octávio Brandão ao bolchevismo, José Oiticica expressou: “Creio que muito concorri para tornar Brandão anarquista militante... Conheci bem Octávio Brandão, culto, inteligentíssimo, profundamente sincero, honesto, decidido e boníssimo. Em fins de 1919, porém, principiou a produzir frutos à intromissão sorrateira, venenosa, nefasta do bolchevismo, operada, sem nenhuma ciência minha nem dos anarquistas mais conscientes, pela cavilação manhosa de Astrojildo Pereira. Brandão muito chegado a Astrojildo, resistiu seu tanto, mas deixou-se por fim contaminar... e transformou-se logo. De espírito independente, senhor de si, avesso ao mando como à submissão, anarquicamente desrespeitador de ídolos por um lado e, por outro incapaz

Estas histórias memorialistas estão repletas de intenções, carregadas de partidarismo. Se a versão apresentada por Astrojildo Pereira guarda seus interesses e apresenta uma versão que busca justificar e legitimar a fundação do PCB, a versão apresentada por José Oiticica também não é isenta ou desprovida de interesses políticos, pois busca desqualificar a divulgação das ideias comunistas entre os operários brasileiros.¹⁶¹ O historiador deve ficar atento a maneira pela qual os líderes do movimento operário se referem à própria história, pois a utilizam com uma função política e ideológica. Trata-se de uma maneira de controlar o passado. Utilizam-se da história das suas organizações para se posicionarem nas lutas ideológicas. Assim, a história operária é transformada em instrumento de justificação. Como afirma Haupt:

Erigida em fonte de legitimidade e utilizada como instrumento de legitimação, a história operária fica como uma espécie de depósito de acessórios, de disfarces, onde cada facção, cada grupúsculo encontra sua referência justificadora, utilizável para as necessidades do momento.¹⁶²

Trata-se de uma história com função ideológica, cujo interesse é forjar a coesão e dar legitimidade ao grupo. Esta história militante é construída a partir da “percepção que os partidos operários têm de si mesmos e da representação que querem dar e que orientam seus discursos históricos”.¹⁶³ Esta história é repleta de recortes, emendas e esquecimentos. Trata-se de uma história utilitarista, feita a partir da triagem dos fatos e dos documentos; aqueles que contradizem a posição oficial são excluídos. Nesta perspectiva, aponta Haupt: “A história do movimento operário torna-se essencialmente uma arma entre rivais no seio do movimento, serve para justificar esta hostilidade e legitimar as aspirações hegemônicas”.¹⁶⁴ Esta história não se assimila automaticamente, ela é uma construção e está em disputa. As diferentes organizações buscam se apropriar dela para apresentá-la de forma a justificar suas ações e corroborar com suas pretensões.

Já a historiografia acadêmica, de maneira geral, durante muito tempo acabou referendando e reproduzindo a versão apresentada por Astrojildo Pereira. É a leitura que

de receber ordens, passou repentinamente, ao servilismo do partido, a dizer amém às imposições de cima e a ditar, aos seus subordinados, tarefas e preceitos”. *Apud* BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 374.

¹⁶¹ “As organizações dos partidos políticos reivindicam o direito de representar, de reconstituir e de controlar a memória coletiva do movimento operário do qual eles se julgam ao mesmo tempo os depositários e os legatários. Eles modulam a maneira de conservar, de conceber e de transmitir a história operária”. HAUPT, Georges. *Op. cit.*, pp. 54-55.

¹⁶² *Ibidem*, p. 58.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 51.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 55.

encontramos nas obras de Dulles¹⁶⁵, Carone¹⁶⁶, Bandeira¹⁶⁷, Canale¹⁶⁸, Vianna¹⁶⁹, Ferreira¹⁷⁰, entre outros. Mas no meio acadêmico também houve discordâncias. Zaidan Filho foi o primeiro a lançar dúvidas sobre esta interpretação. Ele questionou a versão de Astrojildo e afirmou que ao lado dela também havia outras, como a de Oiticica, e que esta, não havia recebido o devido crédito.¹⁷¹ E por fim, concordando com a versão anarcossindicalista, apontou que realmente não houve um debate que antecedeu a cisão, da qual originou o grupo comunista.¹⁷²

Corroborando com esta interpretação, encontramos Angela de Castro Gomes, em *A invenção do trabalhismo*, ela argumenta contra a existência de um debate anterior à fundação do PCB e rejeita a ideia de que os comunistas surgiram de uma cisão no movimento anarcossindicalista.¹⁷³ A autora ainda aponta que o declínio do movimento libertário foi resultado do recrudescimento da repressão e nada teve a ver com a Revolução Russa ou com possíveis repercussões dela.¹⁷⁴ Por fim, destaca que os debates entre comunistas e libertários só ocorreram a partir de 1922, com o surgimento da Revista *Movimento Comunista*.¹⁷⁵

¹⁶⁵ DULLES, John W. F. *Op. cit.*, pp. 142-147.

¹⁶⁶ CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*, *Op. cit.*, p. 84.

¹⁶⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 360.

¹⁶⁸ CANALE, Dario. *Op. cit.*, p. 124.

¹⁶⁹ VIANNA, Marly de A. Gomes. *Revolucionários de 1935*. *Op. cit.*, p. 62.

¹⁷⁰ FERREIRA, Pedro Roberto. *Op. cit.*, p. 53.

¹⁷¹ “Aqueles declarações [de Astrojildo Pereira] tornam-se muito relativas. Primeiro, pelo fato de outras versões [a de José Oiticica] não menos dignas de crédito, porém de manifesto que a discussão político-ideológica acerca das “lições e experiências da Revolução Russa” e “dos problemas da Revolução Mundial” não passou efetivamente pelas lideranças, ao menos todas as lideranças, mais representativas do proletariado, nesse então. Ainda mais: afirma-se que o proselitismo político-partidário, pelos comunistas, nos meios sindicais, foi feito à revelia e às escondidas das lideranças anarquistas, com todo um cortejo posterior de nocivas consequências para a unidade do movimento sindical”. ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929)*. *Op. cit.*, p. 17.

¹⁷² “O que se afigura como mais ou menos claro é que, para além da versão corrente a respeito da fundação do PCB, os comunistas brasileiros não surgiram no bojo de uma intensa e prolongada discussão, entre as lideranças então mais balizadas da classe operária, sobre o movimento socialista nacional e internacional”. *Ibidem*, p. 19.

¹⁷³ “Embora os primeiros núcleos comunistas datem formalmente de fins do ano de 1921 e o próprio Partido Comunista tenha sido fundado em março de 1922, os acontecimentos que desencadearam o declínio do anarquismo não se prendem à competição ou mesmo ao debate com os comunistas. (...) O fundamental no caso é reter que os primeiros grupos comunistas não surgiram de um amplo e prolongado debate travado entre lideranças e militantes do movimento anarquista, debate este que envolveria não apenas uma reavaliação da experiência do anarquismo, como também uma compreensão precisa da proposta política bolchevista”. GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. *Op. cit.*, pp. 129-130.

¹⁷⁴ “O declínio que então se iniciou não teve, portanto, como base o fracasso da militância anarquista nos sindicatos, mas sua expulsão e eliminação por forças policiais com amplo respaldo político e social. (...) Mas a questão social, ou melhor, a questão do anarquismo, havia sido definida como uma ameaça à ordem constituída, devendo ser eliminada por ação policial. Sendo assim, as prisões de militantes invasões e destruições de sedes de associações de classe não cessavam”. *Ibidem*, pp. 130-135.

¹⁷⁵ “(...) justamente porque não houve um amplo debate precedendo a criação de um Partido Comunista, era inevitável que ele ocorresse *a posteriori*, em circunstâncias distintas das narradas por Astrojildo Pereira. (...) a revista mensal *Movimento Comunista*. Foi praticamente a partir desta ocasião que o debate entre anarquistas e comunistas se explicitou, ganhando claros contornos no tocante à questão dos princípios doutrinários e da disputa de influências no movimento sindical”. *Ibidem*, pp. 130-135.

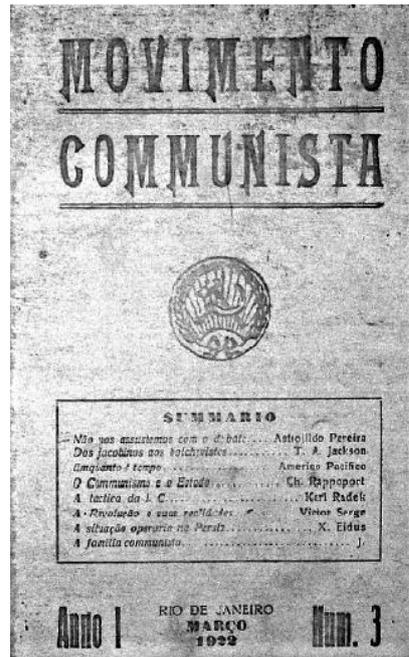


Fig. 01 - Capa da revista *Movimento Comunista*, nº 3, mar. 1922
Fonte: AMORJ

É difícil afirmar se houve ou não um amplo debate teórico entre os militantes anarcossindicalistas. Não se trata apenas da necessidade de fontes que possam comprovar, mas também da dificuldade em se determinar a abrangência e o alcance das discussões que ocorreram. Mas, de qualquer forma, a documentação existente parece não deixar dúvidas de que a partir de 1919, ocorreu sim, uma discussão que trouxe à tona a problemática em torno da descentralização sindical e da constituição de um partido, abordou o caráter do Estado e a necessidade histórica da “ditadura do proletariado”.

As fontes evidenciam que houve uma discussão sobre problemas e temas que se relacionavam com as questões que estavam em pauta na Revolução Russa e refletiam os problemas da organização operária no Brasil. Apesar da tese bastante difundida de que a Revolução Soviética foi pouco discutida entre nós e que predominava a desinformação, a publicação de textos e artigos sobre o tema era bastante ampla nos jornais. A fundação de um Partido Comunista-anarquista em 1919, assim como as discussões sobre o apoio e as críticas à ditadura soviética revelam um período de disputas, incertezas e questionamentos.

2.1 As repercussões da Revolução Russa no movimento sindical brasileiro

A Revolução de Outubro foi um acontecimento que extrapolou as fronteiras europeias e repercutiu para além do velho continente. Os ecos da vitória proletária também foram sentidos na América Latina e no Brasil. Desde a Revolução de Fevereiro, passando pela ascensão e

queda de Kerenski, a imprensa mundial e brasileira acompanhou de perto as transformações na política russa. As linhas editoriais expressavam os interesses de classe de cada jornal.¹⁷⁶ Quando o Czar caiu em fevereiro, as publicações burguesas noticiaram com entusiasmo e apoiaram a integração da Rússia no terreno da democracia e da liberdade. Defenderam as ações de Kerenski e o apresentaram como o verdadeiro líder da revolução que introduzia a Rússia nos valores do mundo ocidental.

Em seguida, quando Lênin entrou em cena, iniciou-se o processo de difamação, apresentando-o sempre como “traidor”, um “agente à soldo da Alemanha”, um “espião à serviço do Kaiser”.¹⁷⁷ A campanha contra o projeto soviético teve início antes mesmo dele existir e, após a Revolução, jamais cessou, pelo contrário, ampliou-se. Quando a insurreição se consagrou vitoriosa, os jornais lamentaram a queda do governo provisório e o triunfo de Lênin.

Por outro lado, as publicações operárias divulgavam e demonstravam entusiasmo pela revolução e seus líderes. Mesmo os grupos anarquistas e anarcossindicalistas tiveram simpatia pela Revolução Soviética.¹⁷⁸ Vários periódicos direcionados à classe operária publicaram textos favoráveis à Revolução. Escreveram editoriais e artigos encantados com o caráter “libertário” que os bolcheviques apresentavam. Viam como positiva a queda do regime czarista e de Kerenski e se manifestavam partidários da vitória dos soviets.¹⁷⁹

Enquanto as páginas dos jornais operários traziam informações sobre cenário político internacional, os trabalhadores brasileiros sofriam com a carestia de vida e com a crescente repressão. A luta de classe se acirrava e o movimento operário partia para a ofensiva. No final de 1918, ainda sob os ecos da Revolução de Outubro, as lideranças sindicais da capital federal, organizaram uma insurreição armada. Esta ação deve ser entendida como resultado de um momento de grande efervescência social. Os anarcossindicalistas interpretaram que o cenário

¹⁷⁶ “O Brasil acompanhou a queda do tsar e a deposição de Kerenski com a retina de Haas, United Press e outras agências internacionais. A imagem da revolução russa, que projetavam, era a imagem que as altas finanças de Nova York, Londres e Paris dela faziam”. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 104.

¹⁷⁷ “O nome de Lênin começou a aparecer no noticiário, de abril em diante, como “espião alemão”, “agente do Kaiser” e “vendido aos impérios centrais”. Noticiou-se que Guilherme II permitira sua passagem pela Alemanha, da Suíça para a Rússia, num trem blindado, ao qual também teria dado cobertura aérea, durante o seu trajeto”. *Ibidem*, p. 125.

¹⁷⁸ (...) para a vanguarda do movimento operário brasileiro daquele momento, *anarquia* tinha significado de estado positivo e desejável, indicando uma ordem de livres e iguais, as notícias que chegavam eram motivo de júbilo e estímulo para atingir o mesmo objetivo “fazer como na Rússia”. DEL ROIO, Marcos. **O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil**. In: In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. 2 ed. Vol. 1. Campinas: Unicamp, 2013, p. 65.

¹⁷⁹ “A defesa das duas revoluções, e dos acontecimentos históricos posteriores a elas, aparece como tônica em várias publicações espalhadas pelo Brasil: *Tribuna do Povo* (Recife), *Alba Rossa* (São Paulo), *A Hora Social* (Recife), *A Razão* (Bauru), *Spartacus* (Rio de Janeiro), *A Vanguarda* (São Paulo), *A Semana Social* (Maceió), *O Semeador* (Belém), *Germinal* (Bahia), *Voz do Operário* (Aracaju), etc. Completando a ação dos jornais e revistas temos as manifestações individuais de Lima Barreto, Humberto Campos, Afonso Schmidt e outros”. CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. *Op. cit.*, p. 64.

era adequado para o advento de um levante. Assim, José Oiticica, Agripino Nazaré e Astrojildo Pereira atuaram de forma decisiva na preparação da insurreição.¹⁸⁰

Ao contrário da greve de julho de 1917 em São Paulo, que foi marcada por um certo grau de espontaneidade, o levante de 18 de novembro do Rio de Janeiro foi largamente preparado. A ação foi convocada para começar às 16h com a paralisação de diversas indústrias da capital, Niterói, Petrópolis e Magé. A greve teve início conforme o planejado tendo adesão dos trabalhadores das fábricas de tecidos, da construção civil e da metalurgia. Todavia, a luta não ganhou o apoio de outras categorias e não se transformou num movimento de massas. Além disso, as autoridades controlaram rapidamente a atividade dos grevistas. Realizaram-se combates em algumas regiões. Mas, em pouco tempo, o Exército controlou a situação. O fato é que não se tomou os cuidados necessários com a preparação da ação. Agentes policiais infiltrados sabiam dos planos e se prepararam para reprimir o levante.¹⁸¹

Centenas de operários foram presos durante a repressão policial, inclusive José Oiticica que foi apontado com o grande articulador. A repressão também atingiu os sindicatos operários, a recém fundada União Geral dos Trabalhadores (UGT) foi fechada três dias depois pelo Decreto nº 13.295. As atividades da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), dos metalúrgicos e da construção civil também foram suspensas provisoriamente. Justificava-se que eram organizações com objetivos nocivos à ordem.

Após o fracasso da insurreição de 1918, a questão organizativa começou a permear os debates no interior do movimento sindical. Alguns militantes começaram a se questionar sobre as razões das derrotas que os operários vinham sofrendo desde o momento em que as lutas se tornaram mais agudas. A descentralização que caracterizava o movimento anarcossindicalista foi posta em dúvida. Nesse ínterim, a vitória da Revolução de Outubro aparecia como o contraponto. O sucesso dos bolcheviques despontava como um novo modelo a ser seguido.¹⁸²

¹⁸⁰ “José Oiticica foi designado lidero do “conselho” diretor da insurreição, sendo nesta tarefa auxiliado por Agripino Nazaré, advogado da Bahia, e Astrojildo Pereira (...) Outros que estiveram ligados ao conselho insurrecional foram Manuel Campos, o anarquista espanhol que dirigia *Na Barricada* em 1915-1916, Álvaro Palmeira, um professor de certo prestígio entre os operários da construção civil, e Carlos Dias, o operário Gráfico que por mais de 10 anos vinha trabalhando na publicação de jornais anarquistas”. DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 67.

¹⁸¹ “Há fatos que demonstram os limites da ação revolucionária, como no caso do tenente José Elias Ajúz: este fica sabendo da conspiração e, obedecendo a ordens de seus comandantes, infiltra-se entre os anarquistas, no dia 13 de novembro, isto é, cinco dias antes da data do golpe. Depois de apresentado a José Oiticica, este, sem a mínima cerimônia, lhe expõe como pretendem agir”. CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. *Op. cit.*, p. 67.

¹⁸² “Depois do malogro do movimento revolucionário de novembro de 1918, muitos dos seus implicados partem para novas experiências. Esta é motivada pela visão que se tem da revolução Russa (...)”. *Ibidem*, p. 69.

O movimento operário russo estava organizado em torno de um partido, no qual o centralismo-democrático era o pilar fundamental.

A ideia de formação de um partido operário começou a ganhar força. Tal concepção entrava em xeque com pressupostos basilares da teoria libertária, mas a constituição de um partido realmente combativo, que não concentrasse suas atividades na via parlamentar-reformista ganhava simpatia entre as lideranças sindicais. Assim, começou se desenhar o processo de ruptura ou transição de alguns militantes que abandonaram a perspectiva anarcossindicalista e abraçaram a teoria comunista. Em meio a essas discussões e debates se constituiu o Partido Comunista do Brasil de 1919.¹⁸³

Entusiasmados com a notícia da fundação da III Internacional em março de 1919, um grupo de militantes anarcossindicalistas que se identificavam com a Revolução Russa tomaram a iniciativa de criar um Partido Comunista. A organização foi fundada em 9 de março, no Rio de Janeiro. Predominava até então a concepção de que o centro da agitação e luta dos trabalhadores deveria se dar a partir dos sindicatos que se organizavam de forma democrática e descentralizada. O advento da revolução colocou a questão do Partido centralizado como uma alternativa à organização sindical. Almejavam construir uma coordenação política nacional que não se limitasse as reivindicações imediatas. Canale assinala que “embora o “PC do B” fosse bastante heterogêneo, havia nele elementos favoráveis a uma ação especificamente *política* utilizando como instrumento uma organização um pouco menos descentralizada”.¹⁸⁴

O livro *O que é maximismo ou bolchevismo* de Hélio Negro (pseudônimo de Antônio Duarte Candeias) e Edgard Leuenroth foi elaborado e publicado com o objetivo de expor o programa do referido partido. Os autores apresentaram uma descrição ideal de como seria a constituição de uma “República Comunista”. Esta sociedade idealizada fazia alusão a uma organização transitória baseada nos conselhos: “Atualmente na Rússia, conforme a sua constituição... está estabelecida uma organização política e econômica de transição, que confere todo o poder nacional aos trabalhadores e soldados reunidos em conselhos (soviets)”.¹⁸⁵

Entre 21 e 23 de junho, o Partido Comunista realizou, no Rio de Janeiro, a “I Conferência Comunista do Brasil”. A reunião foi presidida por Oiticica e contou com a

¹⁸³ Ao comentar a fundação do Partido Comunista do Brasil de 1919, Del Roio aponta que ele significou “os primeiros passos de uma longa e tortuosa cisão e transmutação ideológica no seio da intelectualidade vinculada ao movimento operário no Brasil”. DEL ROIO, Marcos. **O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil**. *Op, cit.*, p. 69.

¹⁸⁴ CANALE, Dario. *Op, cit.*, p. 124.

¹⁸⁵ *Apud* DULLES, John W. F. *Op, cit.*, p. 78.

participação de grupos e delegados de diversos outros Estados.¹⁸⁶ O programa apresentado defendia a abolição do Estado, de todas as leis e instituições políticas. Afirmava que todas as decisões deveriam ser tomadas em assembleias públicas pelo próprio povo reunido. Defendia a igualdade, a liberdade plena, o fim da propriedade privada e repudiava a autoridade religiosa.¹⁸⁷

Os anarcossindicalistas brasileiros se aproximavam dos princípios estabelecidos pela Revolução Russa: constituíram um partido operário (Comunista) e aceitaram a existência de um poder responsável pela transição da sociedade capitalista à libertária. Contudo, apesar de flertar com alguns princípios do bolchevismo e do nome de “comunista”, este partido não pode ser caracterizado como tal. Seus princípios estavam muito mais próximos das concepções libertárias do que das orientações leninistas.¹⁸⁸ De acordo com Canale, se constituiu como “uma espécie de Estado-Maior de alguns dos mais importantes grupos libertários”.¹⁸⁹ O partido organizou uma série de atividades ao longo de 1919, inclusive as manifestações do 1º de maio daquele ano. Diante da repressão política que se seguiu, o partido desapareceu após janeiro de 1920, sem nenhuma dissolução oficial.

Não obstante, a aproximação dos anarcossindicalistas com o bolchevismo não perdurou muito tempo. No início de 1920 alguns militantes começaram a lançar dúvidas e críticas à Revolução Russa. O primeiro a escrever em *A Plebe* atacando os bolcheviques foi Florentino de Carvalho. Ele afirmou em seus artigos que os anarquistas não poderiam se esquecer que são contra a ditadura, a lei e o Estado. Acrescentou que os bolcheviques caminhavam para a consolidação de um governo centralizado.¹⁹⁰ Logo, outros militantes se somaram a Florentino e passaram a denunciar os abusos da Revolução Russa.¹⁹¹

Em outubro de 1920, *A Plebe* publicou um artigo intitulado “Ditadura proletária” que, tomando o exemplo da Rússia, defendeu a necessidade histórica da manutenção do Estado no período posterior a revolução: “a ditadura proletária na Rússia é necessária, é humana (...)”

¹⁸⁶ “Durante a primeira reunião, no Centro Cosmopolita, centenas de pessoas acompanharam o desenvolvimento dos trabalhos conduzidos por 22 delegados que se sentavam em volta de uma larga mesa posta no meio do salão. Estes delegados representavam grupos “comunistas” do Distrito Federal e dos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo”. Ibidem.

¹⁸⁷ Ibidem, pp. 79-80.

¹⁸⁸ “(...) o efêmero Partido Comunista, criado pelos anarquistas em junho de 1919, pagou apenas tributo ao signo da Revolução Russa e não importou em nenhuma modificação das concepções básicas da corrente”. FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*, *Op. cit.*, p. 198.

¹⁸⁹ CANALE, Dario. *Op. cit.*, p. 125.

¹⁹⁰ DULLES, John W. F. *Op. cit.*, pp. 132-133.

¹⁹¹ “A vigorosa campanha antibolchevista de *A Plebe* teve início em 27 de novembro, com um artigo que não dava lugar a dúvidas: “Pela Revolução Anarquista contra a Burguesia e contra o Bolchevismo”. (...) A reação anarquista consistiu na publicação em *A Plebe* (dezembro de 1920) de sensacionais histórias contra os bolchevistas. Uma manchete dizia do “Terror Bolchevista na Rússia” e outra de Pedro Kropotkin, “O Velho Libertário, Reduzido à Miséria”.” Ibidem, p. 136.

Enquanto houver um só burguês na terra, um só burguês pigmeu, nulo, nos confins da Patagônia ou nos confins da Groelândia, o libertário não deverá dispensar a força”.¹⁹² Argumentou-se que o Estado, enquanto portador da violência institucionalizada era uma condição para a vitória definitiva das forças revolucionárias contra a burguesia:

Com todo esse elemento perigoso em casa, a revolução poderá se manter sem ditaduras? Por muitos anos, enquanto a formidável tarefa de reeducação do caráter humano não estiver terminada, a ditadura proletária, isto é, a força bruta, a força detestada, odiosa, mas necessária, imprescindível, não deverá ser dispensada.¹⁹³

Contudo, este artigo apenas abriu o debate. Imediatamente abaixo, havia uma “nota da redação” apresentando uma resposta aos defensores da “ditadura do proletariado”:

A nossa fé nas forças ideais não vai até negar a necessidade das forças que são o braço executor da ideia, braço pesado tanto quanto necessário for. Mas esse braço não podemos, nós, os anarquistas, pô-lo a serviço de um governo ditatorial, mesmo que esse governo se proclame representar o proletariado.¹⁹⁴

Recuperando os princípios libertários, a nota repudiou a ditadura, mesmo sendo comandada pelas forças operárias. Argumentou-se que não havia necessidade histórica que justificasse a implantação de um governo centralizador e autoritário. Em novembro, *A Plebe*, retomou a discussão e apontou o rompimento: “E eis que os socialistas ou maximalistas da Rússia declaram guerra aberta aos anarquistas, definindo francamente a posição que cada um deve ocupar para o futuro: maximalistas de um lado, e anarquistas de outro”.¹⁹⁵ José Oiticica também participou do debate e escreveu para a *Voz do Povo*, onde demonstrou oposição ao caminho que a Revolução Russa estava seguindo.¹⁹⁶

2.2 A tese da confusão sobre o caráter da Revolução Russa

A historiografia do movimento operário, memorialista e acadêmica tem reafirmado que a simpatia da corrente libertária pela Revolução Russa foi resultado de uma verdadeira “confusão”. Argumenta-se que devido à falta de informações corretas e precisas do que realmente acontecia na Rússia, os anarcossindicalistas se enganaram e confundiram o caráter político-ideológico dos bolcheviques.

¹⁹² Apud BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, p. 363.

¹⁹³ Ibidem, p. 363.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 364.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 371.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 366.

A literatura “militante” apresenta a concepção de que a simpatia inicial dos libertários com a Revolução Russa foi resultado de uma “incompreensão”. Astrojildo observa: “havia a suposição de que se tratava de uma revolução de tipo libertário, abrindo caminho ao anarquismo. Mas isso resultava simplesmente da completa ignorância”.¹⁹⁷ José Oiticica também corrobora com essa perspectiva ao assinalar que em 1921 “já não nos iludíamos mais com Lenin, Trotski e outros ‘revolucionários’ dessa espécie”.¹⁹⁸ Afirma-se que o apoio e o entusiasmo direcionado aos soviéticos se produziram devido à ausência de clareza do processo. Estes mesmos argumentos também aparecem entre os historiadores. Mattos argumenta que “A historiografia tendeu a endossar essa imagem de anos confusos, de adesão mal informada dos anarquistas à causa da revolução soviética”.¹⁹⁹ Vejamos como está problemática é apresentada por alguns historiadores do movimento operário brasileiro.

Carone, afirma que ninguém tinha um conhecimento preciso sobre o que ocorria de fato na Rússia: “O que domina, por falta de informação, é a visão confusa e fantasiosa da realidade soviética, o que leva os interessados a confundirem os valores”.²⁰⁰ Canale, por sua vez, aponta que devido às informações truncadas, a imprensa revolucionária acabou se enganando quanto ao caráter político-ideológico dos bolcheviques: “o apoio hipotecado pelos anarcossindicalistas brasileiros aos bolcheviques após 7/11/1917 foi o resultado de um equívoco. Eles julgavam que na nova Rússia o poder estatal estivesse em extinção”.²⁰¹

Em Bandeira também encontramos o argumento de que o apoio libertário foi resultado da incompreensão: “Os militantes anarcossindicalistas saudavam-na como realização da utopia libertária. Faltava, na verdade, a todos, inclusive à intelectualidade, a informação exata e precisa sobre o tipo de regime que, na Rússia, se implantava”.²⁰² Mesmo a historiografia mais recente tem repetido esta interpretação. Ferreira também argumenta que o entusiasmo libertário era resultado da falta de conhecimento: “A vitória do proletariado russo em 1917 ressoou em todo o mundo do trabalho. No Brasil, o operário mais atuante politicamente vai saudá-lo com todo o entusiasmo, sem entretanto, conhecer o processo histórico que o gerou”.²⁰³

Não obstante, a concepção de que o apoio dos libertários à Revolução Russa procedeu da falta de informações concretas parece não se sustentar historicamente. Na contramão desta

¹⁹⁷ PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*, *Op. cit.*, p. 47.

¹⁹⁸ OITICICA, José *Apud* MATTOS, Marcelo Badaró. **O impacto da revolução soviética no Brasil: o debate dos militantes**. In: COGGIOLA, Osvaldo. (Org.) *História e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 268.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

²⁰⁰ CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*, *Op. cit.*, p. 63.

²⁰¹ CANALE, Dario. *Op. cit.*, p. 110.

²⁰² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, pp. 203-204.

²⁰³ FERREIRA, Pedro Roberto. *Op. cit.*, p. 41.

interpretação que se tornou hegemônica, Mattos assinala que: “A revolução foi entre nós noticiada e comentada exaustivamente. Assim é que os militantes anarquistas, ainda durante o primeiro semestre de 1918, criticaram severamente a imprensa burguesa por tentar confundir os brasileiros com falsas notícias sobre a revolução”.²⁰⁴ O argumento de que não havia conhecimento sobre o que realmente se passava em território russo se revela bastante frágil, pois as notícias chegavam por meio de vários veículos.

Astrojildo Pereira que era uma das lideranças anarcossindicalistas expressou em diversas publicações o seu apoio à Revolução Soviética. Inconformado com as calúnias que eram publicadas diariamente, resolveu responder aos ataques que a revolução sofria na imprensa brasileira. Entre 25 de novembro de 1917 e 4 de fevereiro de 1918, ele escreveu uma série de cartas questionando alguns dos jornais burgueses que difamavam e distorciam os acontecimentos na Rússia. Estes textos foram reunidos e organizados numa brochura, intitulada *A Revolução Russa e a imprensa* e publicada com o pseudônimo de Alex Pavel.²⁰⁵ Sobre os objetivos de sua publicação, Astrojildo argumentou: “Creio valerão como um documento e um protesto mais duradouro contra as calúnias e imbecilidades de que se tem servido a nossa imprensa nas apreciações sobre a obra dos maximalistas russos”.²⁰⁶

Pela imprensa proletária internacional os militantes brasileiros tiveram acesso a outros textos, artigos e documentos produzidos pelos próprios bolcheviques. O *Alba Rossa*, jornal de imigrantes italianos, apresentou em março de 1919, a tradução de um artigo de Lênin sobre a paz de Brest-Litovski. Ainda em março, *A Razão* transcreveu a “Constituição Política da República Federativa dos Sovietes”. Em agosto, uma edição do *Spartacus*, publicou em seu número inaugural a “Mensagem aos trabalhadores americanos”, assinado por Lênin. O semanário ainda divulgou “A democracia burguesa e democracia proletariado”, texto teórico fundamental que foi apresentado ao I Congresso da IC, no qual se discutiu de forma clara as questões em torno do conceito de Estado, democracia e ditadura do proletariado. Assim, parece evidente que os libertários brasileiros tinham consciência das discussões e do caráter do regime soviético, pois todos estes textos, ao apresentarem a constituição da República Soviética e ao discutirem o conceito de “ditadura do proletariado” evidenciavam as características do regime russo.

²⁰⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. **O impacto da revolução soviética no Brasil**. *Op. cit.*, p. 268.

²⁰⁵ PEREIRA, Astrojildo. **A Revolução Russa e a imprensa**. In: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, pp. 405-424.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 405.

Outros jornais como *A Hora Social*, órgão da Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco e o *Vanguarda*, também publicaram traduções de textos de líderes bolcheviques com o objetivo de esclarecer e difundir os princípios da revolução. Mattos reafirma sua posição esclarecendo que: “Em 1919, as páginas dos principais jornais operários de orientação anarquista estavam repletas de artigos destinados a divulgar os feitos da revolução soviética”.²⁰⁷ Diante de todo o material que era divulgado, a tese de que faltavam informações não parece satisfatória.

Neste cenário, os militantes libertários defenderam a Revolução Russa, não porque desconheciam a constituição do Estado Soviético na forma da “ditadura do proletariado”, mas sim, apesar da “ditadura do proletariado”. Os libertários adotaram uma posição ambígua, se mantiveram fiéis aos princípios do anarquismo, mas reconheceram a necessidade da ditadura do proletariado como forma transitória na Rússia Soviética. De acordo com Mattos:

A defesa da necessidade da ditadura do proletariado foi comum a diversas análises de militantes anarquistas brasileiros sobre o processo revolucionário soviético que a ideia de uma confusão ideológica decorrente de desinformação precisa ser relativizada. Tratava-se de um posicionamento consciente em desacordo com os princípios mais gerais do anarquismo, mas justificado pelos militantes em função das dificuldades reais de implantação do comunismo.²⁰⁸

A brochura escrita por Hélio Negro e Edgard Leuenroth, publicada em 1919, intitulada “O que é o maximismo ou bolchevismo”, evidencia que os militantes tinham informações sobre a natureza do regime que se construía na Rússia. Apesar de se declararem “inimigos irreconciliáveis do coletivismo ou do socialismo de Estado, que tendendo à destruição dos privilégios capitalistas criam inevitavelmente os privilégios burocratas”²⁰⁹, o texto de Negro e Leuenroth, que tem características de uma carta constitucional, defendia a organização de uma “República Comunista”.

Manifestava-se um pensamento ambíguo, pois ao mesmo tempo em que negava a necessidade de um Estado, defendia um Estado de transição: “A administração geral da República comunista será confiada ao conselho geral dos comissários do povo, constituído pelos representantes de todos os comissários regionais”.²¹⁰ O texto ainda apresentava a descrição da Constituição aprovada em 1918 durante o III Congresso Pan-Russo dos Sovietes, onde aparece de forma clara a constituição de um Estado de transição, que representava a manutenção, sob novas formas, de um poder centralizador e do princípio de autoridade.

²⁰⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. **O impacto da revolução soviética no Brasil**. *Op. cit.*, p. 269.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 270.

²⁰⁹ *Apud* BANDEIRA, p. 228.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 230.

Diante de todas estas publicações, não parece convincente a afirmação de que os militantes brasileiros desconheciam a realidade russa. É claro que não tinham conhecimento de toda organização ou dos detalhes do regime soviético. Mas é evidente que tinham informações sobre a ditadura do proletariado, ou seja, sobre a organização de um Estado transitório. Influenciados pela experiência russa, os anarcossindicalistas brasileiros, opositores do Estado, passaram admitir a República comunista de forma consciente.

Ainda em 1919, Antônio Bernardo Canellas, militante do movimento anarcossindicalista, viajou à Europa para participar da Conferência Internacional Sindicalista. O evento se realizaria em Amsterdam, mas diante de alguns imprevistos, o brasileiro permaneceu na França e não conseguiu participar do congresso. Mesmo assim, ele aproveitou sua estada no velho continente para buscar informações sobre a organização sindical francesa e sobre a Revolução Russa. Ao retornar ao Brasil, em agosto daquele ano, Canellas elaborou um relatório com as suas impressões. Dulles aponta que, neste documento, ele não fez qualquer oposição ao Estado transitório soviético: “Quanto à ditadura do proletariado, ele a aceitava como uma medida temporária para dar combate à burguesia, salientando que, ao deixar de existir a burguesia, não haveria sobre quem exercer uma ditadura”.²¹¹

Mais uma vez parece evidente que os libertários brasileiros tinham conhecimento sobre a organização bolchevique e, mesmo tendo informações sobre a ditadura do proletariado, defendiam a revolução. A tese de que houve uma ausência de informações e uma confusão, parece ter surgido a partir da cisão ocorrida em 1921. Foi uma argumentação lançada pelos próprios libertários, para justificar os seus atos, para retirá-los de uma situação de embaraço.

Quando o rompimento se estabeleceu, se propagou a ideia de que o apoio teria sido fruto de uma confusão. Tratava-se de um subterfúgio para fugir do constrangimento de terem apoiado os bolcheviques. Na busca de legitimação e justificação das suas posições, os libertários não reconheceram que se simpatizaram e se aproximaram das teses bolchevistas. Assim, construíram uma argumentação que buscava justificar a posição anterior, afirmando ter se tratado de um equívoco, um engano que foi gerado pela falta de conhecimento detalhado sobre a Revolução Russa.

Parece bastante evidente que as repercussões da Revolução Russa entre as lideranças do movimento operário brasileiro foram intensas. Entre simpatias e críticas, o bolchevismo e suas teses estiveram entre os principais pontos debatidos pelos anarcossindicalistas. Desta forma, acreditamos que há documentação suficiente que comprove a existência de um debate

²¹¹ DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 83.

prévio que antecedeu a formação do PCB, que teve entre os seus fundadores, quase todos oriundos das fileiras do anarcossindicalismo.

2.3 A cisão no movimento anarcossindicalista

Em meados de 1921, as lideranças anarcossindicalista estavam divididas. Os contrastes entre as teses libertárias e as concepções comunistas estavam evidentes e a cisão se concretizou. Alguns permaneceram fieis aos princípios libertários e passaram a atuar na denúncia da Revolução Russa e do seu modelo centralizador. Outros adotaram as teses bolcheviques em torno da ditadura do proletariado e da constituição de um partido disciplinado.

Sobre este rompimento, Joaquim Pimenta destacou:

Com a revolução Russa e a ascensão ao poder do partido bolchevique, foram os anarcossindicalistas ficando em plano secundário, tornando-se a palavra *comunismo* uma espécie de termo litúrgico, sacramental, na oratória das assembleias e dos comícios juntamente com os nomes de Marx, Engels, Lenin e Trotski.²¹²

Ao mesmo tempo em que surgia o “Partido Comunista-Anarquista”, outros grupos de diversas outras correntes teóricas se formavam e se auto intitulavam comunistas. Em meados de 1919, organizou-se em São Paulo o Grupo Comunista Brasileiro Zumbi.²¹³ Não era composto por libertários, mas por tendências que flertavam com o reformismo. Também vale destacar a União Maximalista²¹⁴ de Porto Alegre que surgiu em 1918 e logo passou a se chamar Grupo Comunista. O imigrante de origem libanesa Abílio Nequete desempenhou o papel de liderança da organização, que era bastante pequena, composta por apenas uma dezena de militantes. Em Recife havia sido fundado em 1919 o Centro de Estudo Sociais que contava com

²¹² *Apud* BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Op. cit.*, pp. 359-360.

²¹³ O manifesto inaugural do movimento que reuniu membros da classe média e operários foi assinado por Afonso Schmidt, jornalista e poeta que estava engajado no movimento operário. Escolheram o nome de Zumbi, para homenagearem este “admirável Spartacus negro da História”. À luta dos negros escravizados durante o Brasil colônia e império foi tomada como referência para os trabalhadores. O programa era bastante conciso e não apresentava qualquer reflexão mais elaborada sobre seus princípios filosóficos ou sobre a realidade socioeconômica brasileira. Conferir: SCHMIDT *Apud* CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*, *Op. cit.*, p. 334.

²¹⁴ “Maximalismo” que era a tradução do bolchevismo, usada por agências jornalísticas. Em 1918, militantes anarquistas, simpatizantes com a revolução de outubro, fundaram em Porto Alegre a União Maximalista. Os bolcheviques “eram identificados com o nome de *maximalistas*, isto é, os defensores de um programa máximo, e qualificados como anarquistas. Esse nome foi incorporado nos debates e informativos do movimento operário, talvez porque guardasse similaridade linguística com a vertente *massimalista* do socialismo italiano, conhecida de grande número de migrantes vindo daquele país peninsular, ou por algum problema de tradução inglesa, ou ainda porque a vertente social revolucionária russa era também assim chamada”. DEL ROIO, Marcos. **O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil**. *Op. cit.*, p. 65.

a participação de Rodolfo Coutinho, Cristiano Cordeiro e Antônio Bernardo Canellas e que em 1922 passou a se chamar Grupo Comunista de Pernambuco.

Em 1920, Nequete realizou uma viagem à capital do Uruguai e entrou em contato com representantes da IC que já atuavam no país vizinho e na Argentina. Após este contato, retornou ao Brasil como membro representante e com a função de fundar um “verdadeiro” Partido Comunista. Sem demora, ele estabeleceu contatos com Astrojildo Pereira, que em 7 novembro de 1921, ao lado de outros 11 militantes fundou o Grupo Comunista do Rio de Janeiro²¹⁵, que se tornou o centro de difusão do movimento comunista nascente.

Já em janeiro de 1922, expressando a preocupação dos militantes com questões teórica e com a divulgação de suas ideias, o grupo lançou a revista mensal *Movimento Comunista*.²¹⁶ Publicada entre janeiro de 1922 e junho de 1923, as edições apresentavam questões conjunturais e discutiam sobre o movimento operário, a reorganização dos sindicatos, o partido, o caráter do Estado, etc. Neste momento, a polêmica com os anarcossindicalistas ainda era central e a revista dedicou vários textos para tratar do tema.²¹⁷ Outro aspecto relevante da publicação foram as traduções de artigos de membros do governo soviético. Encontra-se nas páginas da revista textos assinados por Bukhárin, Zinoviev, Radek, M. N. Roy, Serge e Trotski.²¹⁸

Na primeira edição, Astrojildo Pereira expressou claramente os objetivos da revista: “Este mensário, órgão dos Grupos Comunistas do Brasil, tem por fim defender e propagar, entre nós, o programa da Internacional Comunista”.²¹⁹ A revista foi lançada pelo grupo do Rio de Janeiro, mas também agregava o grupo de Porto Alegre e outros, que já começavam a se constituir em Recife, Juiz de Fora e Santos. Todas estas organizações manifestavam concordância com o programa da IC, que em 1921, já havia realizado três congressos e tinha seu material divulgado na América Latina, a partir do PC argentino que estava em atividade desde 1918.

Ao delimitar de forma mais precisa o programa político que a revista divulgava, Astrojildo argumentou que: “Consciente e lealmente aderimos à plataforma da Internacional

²¹⁵ Participaram da fundação desta organização Antônio de Carvalho, Antônio Branco, Francisco Ferreira, entre outros. João da Costa Pimenta e Joaquim Barbosa também estavam entre os membros da nova organização.

²¹⁶ A Revista *Movimento Comunista* pode ser consultada no CEDEM-CEMAP, onde se encontram disponíveis digitalmente os números 2 ao 13.

²¹⁷ “É um fato que os pequenos fascículos de *Movimento comunista* contribuíram tenazmente, nas condições então existentes, para clarificar a diferenciação ideológica entre comunismo e anarquismo, e assim mostrar a oposição que os separava na teoria e na prática”. PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB: 1922-1928*. *Op. cit.*, p. 84.

²¹⁸ Existem traduções de textos de Trotsky nas edições, 6, 9 e 12. Os artigos traduzidos são respectivamente os seguintes: O “nacional em Lênin”; Aos caluniadores da Rússia dos soviets; A revolução bolchevista foi feita em data previamente fixada.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 16.

Comunista. Defendemos, por consequência, o princípio da “ditadura do proletariado”.²²⁰ Os debates em torno dos conceitos de Estado e de democracia foram centrais nos primeiros congressos da IC. Assim, a defesa da ditadura do proletariado havia se tornado o princípio fundamental dos bolcheviques e de todos os comunistas na luta contra o Estado burguês e contra os reformistas que optavam pela via parlamentar. Este também era um ponto de ruptura com o anarcossindicalismo.

No mesmo editorial, Astrojildo declarou adesão as características fundamentais da estrutura partidária bolchevique: “Centralização e disciplina não significam, porém nem quebra de autonomia, nem renúncia de vontade. Queremos centralização por acordo mútuo e entendemos por disciplina a responsabilidade nos compromissos tomados”.²²¹ O editorial parece já se direcionar aos libertários, buscando enfatizar que a centralização e a disciplina não significavam o fim da autonomia e da liberdade dos militantes.

Em fevereiro de 1922, Astrojildo Pereira recebeu um comunicado de Abílio Nequete orientando a realizar o congresso de fundação do partido o mais rápido possível, pois se aproximava a realização do IV Congresso da IC. Assim, teve início os preparativos para o congresso de fundação do PCB que ocorreu entre os dias 25 e 27 de março de 1922. As reuniões se realizaram na cidade do Rio de Janeiro e Niterói²²² e contou com a participação de apenas nove militantes²²³ que representaram os grupos comunistas do Rio de Janeiro, Niterói, São Paulo, Cruzeiro, Recife e Porto Alegre. Os grupos de Santos e Juiz de Fora não conseguiram enviar delegados. Vale destacar que com exceção do alfaiate Manuel Cendón, todos os demais membros eram oriundos do movimento sindical libertário.

O primeiro ponto da ordem do dia do congresso de fundação do PCB foi a discussão em torno das 21 condições de admissão à IC. De acordo com a publicação o tema foi “objeto de minucioso e demorado exame por parte dos delegados presentes, sendo discutidas e aceitas unanimemente, uma a uma”.²²⁴ As condições de admissão apresentavam diversos pontos que versavam sobre o partido e sua estrutura interna.

²²⁰ Ibidem.

²²¹ Ibidem, p. 16-17.

²²² “Astrojildo Pereira andava preocupado com a polícia, tanto assim que, por algum tempo, andou disfarçado, usando uma longa capa e exibindo uma barba semelhante à do Tzar Nicolau II. Com o correr dos dias 25 e 26, Astrojildo achou conveniente transferir as reuniões para lugar mais seguro e, pó este motivo, as duas últimas reuniões do dia 27 já se realizaram na residência de seu pai em Niterói, onde moravam suas tias idosas”. DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 147.

²²³ Abílio de Nequete (barbeiro); Astrojildo Pereira (jornalista); Cristiano Cordeiro (operário); Hermogênio Silva (eletricista); João da Costa Pimenta (gráfico); Joaquim Barbosa (Alfaiate); José Elias da Silva (operário); Luís Peres (vassoureiro) e Manuel Cendón (Alfaiate).

²²⁴ PEREIRA, Astrojildo. **Partido Comunista (S.B.I.C)**. In: *Movimento Comunista*. n. 7. Rio de Janeiro. 1922, pp. 179-180.

No fim do século XIX, predominava no movimento operário a concepção de que a consciência revolucionária dos trabalhadores se desenvolveria naturalmente, a partir das lutas diárias no interior da fábrica. Acreditava-se que as reivindicações por aumento de salários, pela redução da jornada e por melhores condições de trabalho, possibilitariam o florescimento de uma consciência política de crítica ao capital. Essa concepção pautada na espontaneidade, fundamentada numa leitura economicista começou a ser criticada por Lenin em 1902, quando ele escreveu *Que fazer?* Sua posição era contrária ao culto da espontaneidade e da autonomia do movimento operário. Ele se dedicou como poucos a questão em torno do partido, justamente por compreender que a luta puramente sindical, apresentava limites para o desenvolvimento de uma consciência revolucionária e esta só poderia ser alcançada se vinculada às reivindicações políticas. Isso não quer dizer que Lenin não acreditava na capacidade espontânea das massas. Ocorre que ele enxergava limites e fragilidades.

Os partidos social democratas frequentemente adotavam uma estrutura “frouxa”, na qual os militantes não mantinham uma relação estreita com a direção. Assim, os membros participavam das atividades apenas esporadicamente. Lenin se contrapôs a essa estrutura e desenvolveu um novo conceito de organização partidária. Em sua concepção, este reuniria a “vanguarda”, agregando seus melhores membros e desempenharia uma função de “direção”. Dessa maneira, o partido era compreendido como a “ponta de lança” da revolução e, para tanto, precisava de uma estrutura interna rigorosamente disciplinada e centralizada.

Este era o “modelo” almejado pela IC. A condição nº 12 trazia a exigência de que os seus membros se organizassem segundo o princípio do “centralismo democrático”. Para Lenin o partido deveria ser totalmente democrático durante os períodos de congressos, que são momentos propícios para discussão e debates, onde diferentes tendências se posicionam e buscam impor sua linha política. Mas passado este período, o programa que conquistar a maioria deveria ser seguido mediante rígida centralização e disciplina militar. Todavia, é importante apontar que essa concepção não foi apresentada como um dogma. Não se tratava de uma forma imutável, de um modelo único e universal. Ela era resultado de uma conjuntura histórica. Refletia a realidade de uma Rússia autoritária e da Europa do pós-guerra.²²⁵

²²⁵ “No atual período de guerra civil encarniçada, um Partido Comunista só poderá cumprir seu dever se for organizado da maneira mais centralizada possível, se nele predominar uma disciplina férrea que beire a militar e se seu órgão central gozar de forte autoridade, de amplos poderes e da confiança unânime da militância”. INTERNACIONAL COMUNISTA. *As 21 condições de admissão dos Partidos na Internacional Comunista*. 1920. Disponível em: http://ciml.250x.com/archive/lenin/portuguese/lenin_1920_condicoes_de_admissao_na_internacional_comunista_portuguese.html. Acessado em 25 jul. 2015.

Para Lenin, na conjuntura instável do pós-guerra, os partidos comunistas só poderiam atuar de maneira se seguissem uma estrutura interna pautada pela disciplina. “Atuando em meio a mais encarniçada guerra civil, a Internacional Comunista deve ser organizada de forma muito mais centralizada do que a II Internacional”.²²⁶ Logo, a linha política traçada pelos PCs nacionais deveria impreterivelmente estar de acordo com a linha geral apresentada pelas teses e resoluções apresentadas, discutidas e aprovadas pelos congressos. A condição nº 16 não deixa dúvidas: “Todas as resoluções dos congressos da Internacional Comunista, bem como as de seu Comitê Executivo, são obrigatórias para os Partidos a ela filiados”.²²⁷

Tratava-se da implementação de uma disciplina rigorosa que deveria permear todas as esferas do partido. Os meios editoriais, por exemplo, “devem estar inteiramente submetidas ao Comitê Central”²²⁸. Logo, os chefes de jornais, revistas e outros veículos da agitação e propaganda não poderiam gozar de autonomia. As publicações não deveriam divergir da linha política adotada durante os congressos. A condição nº18 afirmava que a imprensa partidária “deve publicar todos os documentos oficiais importantes do Comitê Executivo da Internacional Comunista”. Os partidos filiados tinham de seguir a orientação política estabelecida pelos congressos e a base deveria ter acesso a esses documentos.

As condições resultaram em um processo de “padronização” dos partidos que almejavam aderir à IC. O modelo a ser seguido era o do vitorioso Partido Bolchevique. Dessa forma, se afirmava a centralização, a disciplina e a subordinação à liderança de Moscou.²²⁹ Ao aceitarem as “21 condições”, os fundadores do PCB estavam aceitando um novo modelo de organização do movimento operário. Era uma estrutura organizativa bastante diferente dos sindicatos de resistência libertários. Tratou-se de um verdadeiro rompimento com o passado orientado pela horizontalidade sindical.

3. O “caso Canellas”: entre o sindicalismo autônomo e o partido de vanguarda

No Estatuto do PCB, o partido já se autodeclarava como “Seção Brasileira da Internacional Comunista”, mas ainda faltava o reconhecimento oficial. A direção do partido acreditava que este processo seria uma mera formalidade. Pensava que tendo aceitado as “21

²²⁶ Ibidem.

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ Ibidem.

²²⁹ “Na IC estrutura-se uma organização militar, centralizada e hierarquizada em âmbito mundial (...) Nas 21 condições de admissão à IC, formuladas no II Congresso, pode-se constatar como essa militarização dos termos, enfatizando uma característica existente em todo o vocabulário relativo ao poder, decorre do “centralismo democrático”. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Op. cit.*, p. 28.

condições” e contando com o suporte dos argentinos e uruguaios, a incorporação à estrutura da IC já era certa. Todavia, os militantes brasileiros não conseguiram enviar nenhum delegado para representar a seção no IV Congresso, que estava marcado para julho, mas acabou sendo adiado para fim de novembro de 1922. Diante das dificuldades financeiras que se apresentavam ao partido recém fundado, optou-se pela indicação de Mário Barrel e Antônio Bernardo Canellas, pois já estavam em viagem à Europa. Os delegados brasileiros não foram escolhidos por seus pares, foi a circunstância de urgência e penúria que proporcionou estas indicações.

Todavia, apenas Canellas esteve presente ao congresso em Moscou. Não se sabe exatamente por qual razão a delegação brasileira teve apenas um representante.²³⁰ Mas o que realmente interessa é que a participação do brasileiro não teve o resultado esperado. Suas intervenções causaram divergências e não foram bem recebidas pelos dirigentes da IC. As questões levantadas por Canellas foram encaradas pelos delegados como inoportunas. Suas manifestações foram tão impactante que Trotski o chamou de “fenômeno da América do Sul”.

Antônio Bernardo Canellas era um militante com certa experiência. Nascido em Niterói, teve papel destacado durante as greves de 1917-1920. Em 1918, fundou a *Tribuna do Povo*, um semanário dirigido aos trabalhadores de Pernambuco. A publicação se tornou o órgão da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras (FRCT). Em 1919, viajou à Europa como representante da federação na Conferência Internacional Sindicalista de Amsterdam (ISA).²³¹ Todavia, não conseguiu obter o visto de entrada na Holanda e não pôde comparecer na conferência. Em agosto, Canellas retornou ao Brasil. E em setembro de 1921, ele viajou uma segunda vez à França. Sua intenção, como relatou posteriormente, era a de entrar em contato com membros da IC. Ele entendia que o que faltava ao movimento operário brasileiro era uma organização centralizada e o contato com os russos. Na Europa, manteve troca de correspondências com Astrojildo Pereira e aceitou o convite para representar os brasileiros no IV Congresso da IC.

O delegado brasileiro chegou a Moscou disposto a estudar e participar ativamente de todos os debates propostos. No início do congresso, ele recebeu da comissão o poder de voto

²³⁰ “Não resulta que Mário Barrel tenha tido uma militância política no Brasil, antes de radicar-se em Paris. A CCE do PCB, através da correspondência com A. B. Canellas, tinha recebido a informação de que M. Barrel “chegara ocupar postos de certa responsabilidade no PCF”. Tampouco consta que M. Barrel tivesse solicitado sua admissão no PCB, diretamente ou através de A. B. Canellas. Este último não esclareceu os motivos pelos quais M. Barrel não chegou a representar o PCB no IV Congresso. O. Brandão afirma que o CEIC, em 26/6/1922, teria decidido convidar um único delegado do PCB”. CANALE, Dario. *Op. cit.*, p. 239.

²³¹ “Canellas, que esperava representar a Federação em uma conferência sindicalista na Europa, procurou em 1919 a ajuda do Chefe de Polícia de Pernambuco. O Chefe de Polícia considerava perigosas as ideias de Canellas, como a criação de uma escola de orientação anarquista para os filhos dos operários; louco para se ver livre de Canellas, conseguiu-lhe passaporte e embarque imediato como tripulante de um cargueiro – numa época em que este tipo de passagem era quase impossível de se obter”. DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 81.

(mandato) deliberativo, ou seja, admissão com participação regular. Diante dessa premissa, pensou que já havia conseguido o reconhecimento da IC, uma vez que poderia se pronunciar e votar nas questões que fossem tratadas.²³² Todavia, Canellas destacou que havia uma distinção de poder entre os delegados. Segundo seu relatório, os russos eram os mais prestigiados, eram eles quem propunham os debates, apresentavam as resoluções e encaminhavam as votações. Os alemães também se manifestavam com facilidade e tomavam parte nas discussões. Por outro lado, os delegados oriundos de países atrasados ficavam apenas observando: “A posição destes delegados é quase a de simples espectadores, sendo-lhes quase impossível obter a palavra, não lhes sendo dado intervir nos trabalhos do Congresso de uma maneira regular e eficiente”.²³³

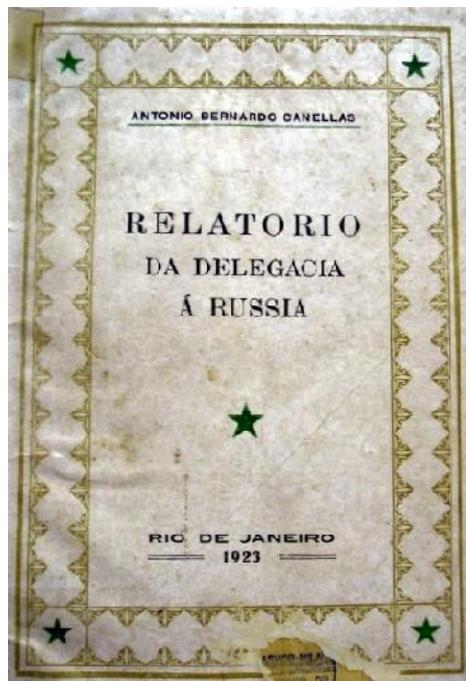


Fig. 02 - Capa do Relatório da delegacia à Rússia de Antônio Bernardo Canellas
Fonte: CEDEM/UNESP

Canellas relatou que tentou tomar a palavra após o discurso de Lenin sobre as “perspectivas da revolução mundial”, mas não conseguiu se manifestar. E quando houve a discussão em torno da “questão colonial”, ele novamente teve sua fala impedida. Posteriormente, quando Eberlein, apresentou seu projeto para uma reorganização da IC, Canellas voltou a pedir a palavra e, mais uma vez, a parte lhe foi negada. Alegou-se que as inscrições para fala já haviam se encerrado.

²³² “A questão da admissão do nosso Partido não estava bem esclarecida. Ignorando o protocolo, eu não conhecia bem as vias a seguir e os passos que cumpria dar par obter essa admissão oficial. Porém, pelo facto de o nosso Partido ter sido, como tal, convidado a participar do Congresso e, depois, receber eu um mandato com voto deliberativo, julguei que a nossa admissão *de jure* no seio da Internacional já estava conseguida”. CANELLAS, Antônio Bernardo. *Relatório de Delegacia à Rússia*. Rio de Janeiro, 1923, p. 25.

²³³ *Ibidem*, p. 26.

Mas quando entrou em pauta a chamada “questão francesa”, o delegado brasileiro pôde manifestar sua opinião. Esta foi uma das questões centrais deste congresso, pois retomava a discussão em torno da maçonaria e causou grande polêmica. O tema era uma crise do Partido Comunista Francês (PCF) que passava por um conflito interno com o surgimento de uma fração de esquerda e outra centrista. Trotski apresentou um relatório sobre a problemática, no qual saiu em defesa da ala esquerda e apontou que os centristas adotavam uma política social democrata, sabotando as ações do partido.²³⁴ Ele afirmou que estes ainda estavam presos aos valores burgueses e estavam impedindo que o partido completasse sua evolução do “socialismo parlamentarista” ao comunismo revolucionário.²³⁵

Um fator decisivo era que parte destes elementos eram maçons, assim, a questão avançou para discussão em torno da compatibilidade entre a maçonaria e os partidos comunistas. Trotski afirmou que esta relação não era admissível e que uma resolução da II Internacional já apontava para incompatibilidade. Assim, apontou que a maçonaria era uma sociedade secreta de origem burguesa, e que esta questão só não entrou nas “21 condições” por que a proibição já havia sido estabelecida em outra resolução do mesmo congresso.²³⁶ Por fim, a resolução decidia pelo expurgo dos maçons do PCF.²³⁷

Depois da leitura do relatório, a mesa já encaminhou o mesmo para a votação. Neste momento, Canellas se levantou e protestou. Acusou a mesa de encaminhar a votação sem discussão e, quebrando o protocolo e interveio, com a seguinte declaração:

*Considerando que a questão do Partido Francês foi relatada ao Congresso de uma maneira unilateral e demasiado tendenciosa; Considerando que aos delegados que sustentavam modos de ver diversos dos do Executivo e da maioria do Congresso não foi permitido manifestar seus pareceres, o delegado do Brasil protesta contra essa pratica inadmissível e vota contra as resoluções apresentadas à aprovação do Congresso.*²³⁸

A intervenção de Canellas causou espanto e gerou tumulto. Os membros da esquerda do PCF o insultaram. A mesa não traduziu a sua declaração, impedindo que outros militantes

²³⁴ “La causa fundamental de la aguda crisis que atraviesa actualmente el partido es la política expectante, indecisa y vacilante, de los elementos dirigentes del centro que, ante las exigencias urgentes de la organización del partido trataban de ganar tiempo, realizando así una política de sabotaje directo em las cuestiones sindicales, dels frente único, de la organización partidária y otras”. TROTSKI. **Resolución sobre la cuestión francesa**. In: ARICÓ, José (Director). *Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista*. Segunda parte. Córdoba: Ediciones Pasado y presente, 1973, p. 272.

²³⁵ Ibidem, p. 273.

²³⁶ Ibidem, p. 278.

²³⁷ “La Internacional considera que es indispensable poner fin, de una vez por todas, a esas vinculaciones comprometedoras y desmoralizante de la cúspide del Partido comunista com las organizaciones políticas de la burguesia. El honor del proletariado de Francia exige que el partido depure todas sus organizaciones de clase de elementos que pretenden pertenecer simultáneamente a los dos campos de lucha”. Ibidem, p. 279

²³⁸ CANELLAS, Antônio Bernardo. *Relatório de Delegacia à Rússia, Op. cit.*, pp. 38-39.

tomassem conhecimento da sua posição. Canellas tinha conhecimento sobre a situação francesa, pois nas suas viagens tinha passado bastante tempo em Paris, onde teve contato com o Partido Comunista. Assim, escreveu em seu relatório que reconhecia e concordava com a Comissão Executiva da Internacional Comunista (CEIC) quando esta afirmava que o PCF ainda não era um verdadeiro partido comunista. Todavia, assinalou que quanto a solução da “questão francesa”, sua posição era divergente. Mas, de acordo com o brasileiro, a direção da IC havia abraçado a causa da fração da esquerda²³⁹ e nenhum delegado quis questionar a autoridade de Trotski sobre a questão.

A posição de Canellas também causou espanto quando este respondeu o questionário apresentado pela publicação *Bolchevik*. A direção da Comintern promoveu uma pesquisa entre os delegados, na qual eles deveriam se posicionar sobre o tema da maçonaria. O delegado brasileiro escreveu suas opiniões sem fugir do debate e do confronto. No relatório, ele reproduziu sua resposta de memória. Para uma melhor análise, cabe a citação completa do trecho:

*Considerando que, no terreno moral, só o socialismo utópico e o socialismo sectário tomaram posições definidas; Considerando que o nosso gênero de Socialismo é neutro no terreno moral; Considerando que a Maçonaria do rito escocês, como as demais seitas religiosas, é negócio privado, de ordem moral, o nosso Partido, que contra, entre seus aderentes alguns bons camaradas maçons, cuja ação pro revolucionária no seio da sua seita é notável e notória, decerto não julgará de grande urgência a abertura de uma campanha contra a Maçonaria. Sou, todavia, de opinião que os camaradas que porventura ocupem na Maçonaria posição de destaque, não poderão ser eleitos para cargos de responsabilidade política no Partido. Tal medida deverá ser extensiva, aos camaradas católicos, positivistas, protestantes, israelitas etc. que ocupem posições de destaque no seio das suas respectivas seitas.*²⁴⁰

Esta resposta causou surpresa aos membros do *Presidium* da IC.²⁴¹ O grau de tolerância com os maçons teria sido interpretado como uma atitude conciliadora e contrarrevolucionária. Posteriormente, ele tentou se justificar dizendo desconhecer a resolução do II Congresso que proibia a participação de lojas maçônicas. Canellas afirmou que “Si eu conhecesse esse artigo no momento do inquérito, a minha resposta não tenderia à

²³⁹ “No IV Congresso, a causa da esquerda estava bem apadrinhada pelo Executivo, o que aos olhos da maioria dos delegados, constituía motivo suficiente para que o fosse também por eles”. *Ibidem*, p. 37.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 20-30.

²⁴¹ “Ora, numerosos delegados, e disseram-me, o *Presidium* do Congresso, ficaram algo escandalizados com esse parecer que, no dizer do *Bolchevik*, denotava “um espírito de transigência e de tolerância deploráveis”. *Ibidem*, p. 30.

controvérsia”.²⁴² O delegado ainda tentou argumentar que havia um mal entendido, afirmando que não tinha qualquer simpatia com a maçonaria ou com qualquer outra seita religiosa.²⁴³

Com o fim do congresso, a direção da IC optou por reunir uma comissão para discutir a situação dos partidos sul-americanos e, entre as pautas surgiu a “questão brasileira”. Esta comissão foi composta por alguns nomes de prestígio, destaca-se a presença de Gramsci, do PC italiano e Souvarine do PC francês. A resolução foi aprovada pela Junta Executiva Ampliada da IC em dezembro de 1922. Eis o parecer:

O Comitê Executivo da Internacional Comunista, depois de ter discutido o relatório do representante do Partido Comunista do Brasil, estabelece que este partido não é ainda um verdadeiro Partido Comunista. Ele conserva restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença da maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas, o que explica a estrutura centralizada do partido e a confusão reinante sobre a teoria e a tática comunistas.²⁴⁴

Diante desta análise o CEIC decidiu sobre a questão que “Provisoriamente, o Partido Comunista do Brasil deve ser aceito na Internacional Comunista como partido Simpatizante”. Canellas ficou muito surpreso com a negativa e antes de retornar, redigiu uma réplica ao secretariado da IC questionando a decisão e apresentando-a como inadmissível.²⁴⁵ Ele solicitou que a resolução fosse modificada, “porque, se ela permanece tal como está, isso pode diminuir o prestígio da IC no Brasil e criar dificuldades incriveis ao nosso trabalho futuro”.²⁴⁶

Canellas retornou ao Brasil em 29 de janeiro de 1923. Seu objetivo era que seus camaradas o apoiassem e que juntos pudessem recorrer da decisão. Mas em abril, quando ele começou a ler seu relatório, os demais membros do PCB ficaram desapontados com sua representação: “Um “pronunciamento literário” fenomenal... Mas era sobretudo um completo desastre. Uma decepção”.²⁴⁷ Canellas se surpreendeu quando percebeu que seus camaradas aceitaram a resolução²⁴⁸ e optaram por não lutarem ao seu lado para que a mesma fosse revista.

²⁴² Ibidem, p. 31.

²⁴³ “Respondi ao questionário com os olhos fitos na situação particular do meu país, onde a maçonaria não se nos afigura um obstáculo digno de nota. Aliás, tudo isso fiz sem ser levado por nenhuma simpatia especial por essa instituição, que considero grotesca, anódina e anacrônica. Mas achei por demais rigoroso dar-se à maçonaria um tratamento diferente do que reservamos às demais seitas religiosas ou mitológicas”. Ibidem, p. 32.

²⁴⁴ Ibidem, p. 58.

²⁴⁵ “A Resolução que foi aprovada é absolutamente inadmissível. Em cada palavra d’essa resolução se revela o “parti pris”, o sectarismo e o espírito de vindicta ou de incompreensão do camarada que a redigiu”. Ibidem, p. 60.

²⁴⁶ Ibidem, p. 59.

²⁴⁷ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *O processo de um traidor*. (O caso do ex-comunista A. B. Canellas). Rio de Janeiro. 1924, p. 5.

²⁴⁸ “N’este caso, a aceitação da Resolução por parte da Comissão Central Executiva do Partido representaria não somente um gesto de avacalhamento vergonhoso, como também um ato de auto execução capital, que afinal de contas não traria proveito algum à Internacional Comunista. De resto, nunca me passara pela mente a ideia de que a C.C.E. do meu Partido aceitasse jamais semelhante Resolução”. Ibidem, p. 74.

Em seu relatório, buscou legitimar sua atuação afirmando que agiu de forma independente e que não havia viajado até Moscou apenas para contemplar os debates sem se posicionar. Afirmou ainda em várias passagens que percebia os demais delegados agindo de forma passiva e que essa não era a atitude que ele tomaria. Acrescentou que o partido brasileiro, ao aceitar a resolução, estava se acovardando, perdendo sua autonomia e independência, ficando nas mãos de outras instituições: “Lastimo o mal que possa porventura este dissídio causar (...) todavia, infinitamente menor que o que resultaria de uma capitulação incondicional que nos reduzisse à mercê de instituições situadas no estrangeiro”.²⁴⁹ Ele propôs então que, ou o partido ou apoiaria e lutaria pela revisão da resolução ou ele abandonaria o partido.

Em 6 de junho de 1923, em reunião a CCE desaprovou o relatório de Canellas e afirmou que sua delegacia à Moscou tinha sido desastrosa.²⁵⁰ Nesta mesma seção, adotaram uma resolução sobre o caso e esta foi publicada pelo partido em uma brochura, sob o título de “O processo de um traidor (o caso do ex-comunista A. B. Canellas)”. Sobre a questão em torno da maçonaria, observou-se:

A respeito, por exemplo da questão maçônica, o camarada Canellas, resumindo, no Relatório o que respondeu ao inquérito aberto pelo BOLCHEVIK emite uma opinião absolutamente inadmissível do ponto de vista do comunismo: aquela, segundo a qual “nosso gênero de socialismo é neutro em moral”, e que, em consequência, o Partido pode contar em seu seio, não somente maçons, mas ainda católicos, protestantes, positivistas, israelitas (no sentido religioso). Há nisso um grave erro doutrinário, que não admira haja escandalizado o Executivo, pois que também a nós nos deixou escandalizados.²⁵¹

A CCE do partido ainda acrescentou que não conhecia os pormenores da “questão francesa”, mas julgavam que a resolução de Trotski sobre o caso era correta e justa.²⁵² Os comunistas brasileiros, se colocaram ao lado de Canellas apenas na rejeição a afirmação de que o PCB continha vestígio da ideologia burguesa. Na resolução, assinalaram que: “Nosso partido não sofre nenhuma influência de ideologia maçônico-burguesa”. E acrescentaram que era falsa a afirmação de Canellas de que o partido contava com vários membros maçons. Assinalaram que existiam sim maçons no partido, mas que eram apenas dois bons camaradas.²⁵³

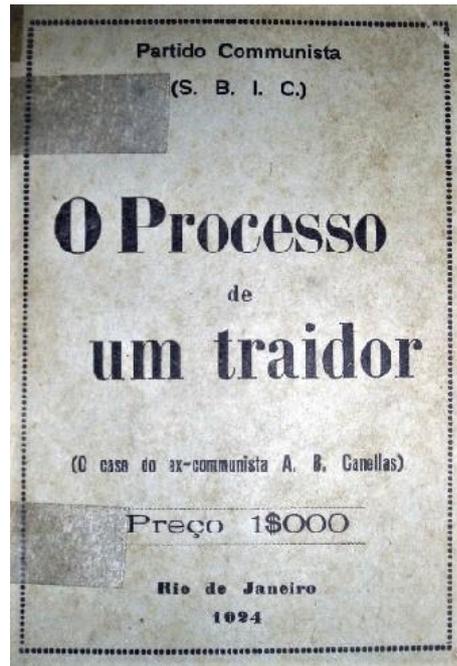
²⁴⁹ Ibidem, p. 79.

²⁵⁰ Ibidem, pp. 27-28

²⁵¹ Ibidem, p. 11

²⁵² “Nós julgamos – baseados nos elementos de juízo de que temos conhecimento – que a resolução do IV Congresso a respeito da questão francesa foi justa e necessária. Aliás, melhor que as palavras e os debates, os factos estão comprovando que o P.C. francês, depurado que foi dos elementos duvidosos, só agora se vai mostrando um verdadeiro partido comunista”. Ibidem, p. 13

²⁵³ “São dois camaradas de origem pequeno-burguesa, mas sinceramente revolucionários e dos mais dedicados a causa proletária, sendo, porém que a CCE dando rigoroso cumprimento a resolução do IV Congresso, determina desde já que escolham eles entre ficar na maçonaria ou no Partido”. Ibidem, p. 15



**Fig. 03 - Capa da brochura *O processo de um traidor*, 1924
Fonte: Fonte: CEDEM/UNESP**

Sobre os preconceitos anarquistas, reconheceram a influência anterior da teoria libertária e que era possível sim ainda existir vestígios dessa doutrina. Mas acrescentaram que entre as lideranças, já “se acham totalmente livres de tais preconceitos e grandes esforços tem empregado na reeducação comunista dos demais aderentes”.²⁵⁴ Destacaram os esforços que haviam realizado para conhecer melhor a teoria comunista, especialmente o estudo de algumas obras fundamentais, como o texto de Bukarin sobre o Programa Comunista. Por fim, a resolução afirmou acreditar que a CEIC aceitaria o PCB como membro permanente da Internacional.

Dias depois da aprovação desta resolução, ainda em junho, Canellas foi preso. Foi quando a polícia teve acesso aos documentos referentes a sua delegacia. Em 30 de agosto, ele foi posto em liberdade e, duas semanas depois, em reunião no dia 16 de setembro, o CCE decidiu suspendê-lo até que ocorresse o II Congresso do PCB. Diante da suspensão, Canellas se demitiu do cargo que ocupava e do próprio partido: “Para ser comunista não necessito da assistência nem do beneplácito de instituição alguma. Sou-o por minha espontânea vontade e continuarei a selo contra a vontade de quem quer seja”.²⁵⁵

E ainda como resposta a punição que havia sofrido, Canellas publicou o relatório em uma brochura que foi editada em novembro de 1923. O CCE entendeu que esta era uma medida intransigente e que ultrapassava todos os limites de tolerância, era um ato de indisciplina que

²⁵⁴ Ibidem, p. 16

²⁵⁵ CANELLAS, Antonio Benardo. *Relatório de delegacia a Rússia*. Op. cit., p. 79.

feria o estatuto do partido. E assim respondeu: “Quer a guerra, terá a guerra”.²⁵⁶ Então, em reunião no dia 30 de novembro o CCE decidiu tomar a medida mais drástica, expulsando-o definitivamente por traição e deserção: A CCE resolveu: “Considerar o cidadão Antônio Bernardo Canellas não apenas “demitido”, mas expulso definitivamente das fileiras do Partido Comunista (S.B.I.C.), como desertor dos exércitos da Internacional Comunista, o que vale a dizer como traidor da causa proletária”.²⁵⁷

O não reconhecimento do PCB como uma de suas seções da III Internacional é um ponto fundamental para compreendermos as dificuldades e os “choques” de realidade que os militantes oriundos das fileiras anarcossindicalistas sofreram quando se depararam com uma estrutura centralizada e disciplinada. Canellas teve uma longa militância em organizações sindicais estruturadas horizontalmente, estava acostumado com a autonomia e o direito individual de cada militante se manifestar expressando suas ideias. A estrutura centralizada e hierarquizada era algo novo. Canellas não tinha experiência neste tipo de organização.²⁵⁸ Logo, agiu de forma espontânea, da mesma maneira que agiria numa reunião entre seus camaradas libertários. Sobre esse ponto, sua declaração é reveladora:

Instalou-se o congresso. Até ali nunca tivera eu assumpto numa assembleia dessa ordem. A ideia de que até então sempre fizera de um Congresso era a de uma reunião onde os diferentes delegados gozavam de prerrogativas iguais, sendo dado a cada qual discutir qualquer assumpto posto na ordem dos trabalhos e votar segundo seu juízo próprio. Vi, mais tarde, que essa, como muitas outras, é uma verdade relativa.²⁵⁹

É evidente que Canellas se surpreendeu com a estrutura centralizada e hierarquizada do congresso da IC. Acostumado à horizontalidade e à autonomia dos debates anarcossindicalistas, atuou de forma estranha aos comunistas, mas de acordo com a sua experiência anterior. Os dirigentes do PCB, ao expulsá-lo do partido, deixaram para o segundo plano a não adaptação de um sindicalista libertário à organização estrutural dos partidos comunistas.

Assim, para explicarem a recusa, apontaram várias questões em torno da sua personalidade, buscando desqualificá-lo. Brandão, por exemplo, observou em suas memórias

²⁵⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *O processo de um traidor. Op. cit.*, p. 29.

²⁵⁷ Ibidem.

²⁵⁸ “Canellas é um pragmático ou “ativista”, como quiserem, acostumado a agir individualmente e com espontaneidade. Esta é uma maneira corriqueira no nosso meio operário de então, onde as reuniões eram pequenas e livres, e os temas em debate eram simples. O próprio Canellas confessa que percebeu tardiamente a dicotomia entre a sua vivência brasileira e a organização e disciplina das discussões na IC, onde as questões se decidiam nas comissões ampliadas ou restritas e o Congresso, em plenário, limitava-se virtualmente a homologar o que as comissões decidiram”. CARONE, Edgard. **Uma polêmica nos primórdios do PCB: o incidente Canellas e Astrojildo**. In: Carone, Edgard. *Da esquerda à direita*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, p. 24-25.

²⁵⁹ CANELLAS, Antonio Bernardo. *Relatório de Delegacia à Rússia. Op. cit.*, p. 25-26.

que “Canellas nada estudava a sério. Tinha o vício do jornalista burguês: garatujava papel sobre todos os assuntos possíveis e imagináveis”.²⁶⁰ Em suas memórias, Heitor Ferreira Lima apontou: “Todos os que lidaram com Canellas de perto salientam sua inteligência, mas, ao mesmo tempo, sua preguiça mental. Intransigente nas discussões, repelia qualquer contestação aos seus pontos de vista”.²⁶¹ Fica bastante evidente a intenção dos dirigentes do PCB em demonstrar que o delegado era incapacitado para a missão em Moscou.

A IC era uma organização disciplinada, com uma estrutura e um regimento que não deixava muitos espaços para o debate e a discussão livre. Canellas, ao contrário, vinha de uma experiência diferente.²⁶² Nessa perspectiva, concordamos com Canale, quando este afirma que: “O equívoco do delegado do PCB consistia em ter tratado as “propostas” do *Presidium* (e das comissões de trabalho do congresso, que refletiam inevitavelmente suas posições) exatamente como propostas, isto é, para discussão”.²⁶³

Canellas foi o primeiro militante expulso do PCB, um pouco mais de um ano após este ter sido fundado. Ele foi punido por um ato de indisciplina, o motivo capital foi a publicação do relatório. Este caso é o fundamental para compreendermos as dificuldades da transição entre as estruturas sindicais autônomas para os partidos centralizados. Ele não era um traidor, como foi taxado, mas um militante que não havia se adequando ao regime interno disciplinado.²⁶⁴

O PCB continuou como membro simpatizante da IC até a realização do V Congresso que ocorreu entre junho e julho de 1924. Interessante observar que este foi o primeiro sem Lenin e no qual se discutiu a chamada “questão russa” que tratava da Oposição de 1923, que havia sido derrotada no XIII Congresso do Partido em abril de 1924. Rodolfo Coutinho²⁶⁵ foi o representante brasileiro com a missão de apagar a má impressão deixada por Canellas. Coutinho

²⁶⁰ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas. Op. cit.*, p. 256.

²⁶¹ LIMA, Heitor Ferreira. *Op. cit.*, p. 54-55.

²⁶² “Até então, Canellas só tinha tido experiência de congressos libertários, nos quais todas as questões eram discutidas no plenário, sendo praticamente nulo o poder das eventuais comissões e não havendo quase nenhuma norma preestabelecida para os debates”. CANALE, Dario. *Op. cit.*, p. 244.

²⁶³ *Ibidem*, p. 245.

²⁶⁴ Fora do PCB, Canellas não abandonou sua militância. Fundou e dirigiu o jornal *5 de julho* que apresentava simpatias com as lutas tenentistas, especialmente com Luiz Carlos Prestes, e foi publicado, de forma irregular, até 1930. Após 1932 não há conhecimento de registros das suas atividades posteriores. Cf. SALLES, Iza. *Um cadáver ao sol*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 196.

²⁶⁵ De acordo com Castro, Coutinho era filho de um “coronel” pernambucano, proprietário de três engenhos e, membro desta elite oligárquica se bacharelou em Direito com apenas 19 anos. Foi durante seus estudos na Faculdade de Direito do Recife que Coutinho teve acesso à textos progressistas e vinculados à esquerda. Ao lado do seu primo, Cristiano Coutinho, organizou o Grupo de Estudos Marxistas do Recife. Em 1922, já no Rio de Janeiro, os dois participaram do processo de fundação do PCB, no qual, Cristiano ingressou como membro titular do CCE e Rodolfo como membro suplente. Ele era um dos intelectuais que compunham o partido e chegou a escrever um artigo para a Revista *Movimento Comunista*, no qual abordou concepções educacionais. CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *Rodolfo Coutinho: o marxista que falava alemão (1901-1955)*. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio. 2010, p. 6.

foi escolhido por que era um membro destacado do partido e tinha intenção de permanecer na Europa para estudar, ampliando seus conhecimentos sobre o marxismo, especialmente sobre a questão agrária, tema sobre o qual vinha se dedicando. Os brasileiros contavam ainda com um relatório elaborado por Rodolfo Ghioldi, do PC argentino, que havia visitado o Brasil, conversado com os militantes e enviado um relatório à CEIC afirmando que o PCB estava apto a ingressar nas fileiras da III Internacional.

Ao contrário do que observou Canellas, Coutinho apontou em seu relatório que “O V Congresso da IC, foi um modelo de liberdade de discussão, em que tomaram parte mesmo os delegados dos partidos menos importantes (...)”.²⁶⁶ Coutinho chamou atenção ao clima democrático, de plena liberdade existente durante o encontro dos delegados em Moscou. No entanto, Canale observa que ele “foi um delegado incomparavelmente mais disciplinado do que A. B. Canellas: não consta das atas do V Congresso que ele tenha tomado a palavra em sessões plenárias, nem tenha assumido alguma vez atitudes contrárias às da vontade da CEIC”.²⁶⁷

É bem provável que após o quiproquó causado pelas intervenções de Canellas, Coutinho tenha conscientemente optado por realizar uma delegacia mais tranquila, mantendo-se afastado de qualquer polêmica. E, logo após o congresso, ele foi para a Alemanha com o objetivo de estudar na Faculdade de Filosofia de Berlim. Ele só retornou ao Brasil no início de 1927 e ingressou novamente entre os quadros da direção do partido.

²⁶⁶ COUTINHO, Rodolfo. *À Comissão Central Executiva do Partido Comunista Brasileiro*. 5 jul. 1924. In: PEREIRA, Astrojildo. *Memória e História*. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1981, p. 136.

²⁶⁷ CANALE, Dario. *Op. cit.*, p. 300.

CAPÍTULO 2

O PCB E A FRENTE ÚNICA

1. Repressão e reorganização sindical

A bibliografia é unânime em afirmar que no início da década de 1920, o movimento operário brasileiro sofreu um recuo. Esta perspectiva corresponde a situação brasileira e mundial. A onda revolucionária que tinha se alastrado pela Europa no rastro da guerra e da Revolução Russa foi barrada na Alemanha, na Itália e na Hungria. Para impedir a eclosão de novas revoluções a burguesia colocou a repressão na ordem do dia. No Brasil, após as grandes mobilizações do período entre 1917 e 1920, a violência do Estado se ampliou e atingiu os sindicatos mais ativos. O aparelho estatal adotou medidas para frear a vaga revolucionária e perseguiu, prendeu e expulsou diversas lideranças operárias.²⁶⁸

O resultado da violência estatal foi a queda no número de greves e mobilizações. Neste período, os sindicatos reformistas ampliaram a sua influência e se tornaram os mais numerosos, dominando especialmente os setores vinculados à exportação; como os sindicatos do transporte marítimo e terrestre, dos carregadores de café e dos portuários.²⁶⁹ O movimento operário revolucionário estava fragilizado. Diante das derrotas e da repressão, as associações operárias iniciaram nova década buscando se reorganizarem. O surgimento do PCB foi parte deste processo de reestruturação. Os comunistas surgiram como uma alternativa ao anarcossindicalismo e ao reformismo, buscando disputar espaço e conquistar a confiança dos trabalhadores reorganizando os sindicatos em novas bases.

As primeiras atividades organizadas pelos comunistas foram pequenas. Buscaram participar ao lado de outras organizações dos comícios e assembleias que se realizavam em datas especiais, como o 1º de maio. Apesar dos debates e polêmicas, Dulles aponta que as comemorações do dia do trabalhador de 1922 ainda foram planejadas em conjunto por comunistas, anarcossindicalistas e socialistas. A Federação dos Trabalhos do Rio de Janeiro (FTRJ), reunindo as diversas tendências político-ideológicas, preparou um comício na Praça

²⁶⁸ “A seletiva expulsão de militantes operários cresceu nos anos 1919-20. Partiriam para sempre do país: Gigi Damiani; Alexandre Zanella; Silvio Antonelli; Antônio Fernandes. Secretário da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro cuja deportação provocou uma greve parcial de solidariedade. Alberto Castros, antigo secretário da União Geral de Ferroviários de São Paulo; Joaquim de Moraes, ex-secretário da UOFT carioca etc. (...) Com relação aos trabalhadores nacionais, utilizou-se frequentemente o expediente da prisão não comunicada às autoridades judiciárias e a soltura dos presos, tempos depois, sem recursos, fora de seu estado”. FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. *Op. cit.*, p. 269.

²⁶⁹ CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. *Op. cit.*, p. 159.

Mauá e conseguiu reunir grande número de trabalhadores. Diversas lideranças falaram sobre as lutas operárias e a necessidade de unificação. Ainda de acordo com Dulles, naquele momento, antes do levante de Copacabana, o cenário favoreceria a reorganização do movimento operário.²⁷⁰

As atividades destinadas a propaganda foram uma das principais realizações dos comunistas em seus primeiros anos. Destacam-se as publicações em jornais, revistas e traduções. A revista *Movimento Comunista* (1922-23), o jornal *A Classe Operária* (1925) e a publicação de artigos em jornais sindicais, operários e oficiais, bem como traduções, foram as principais atividades de propaganda que contribuíram para difundir o ideário comunista. Merece destaque a primeira edição em português de o *Manifesto Comunista*, que foi traduzida por Octávio Brandão e publicado no jornal *Voz Cosmopolita* (RJ).²⁷¹

Todas estas atividades se realizaram na clandestinidade. Após 3 meses de existência o PCB teve sua legalidade cassada. Da sua fundação até 1927, os comunistas trabalharam sobre o ataque constante da repressão. Diante dos levantes tenentistas de 1922 e 1924, o Estado de sítio se transformou no instrumento utilizado para silenciar as classes subalternas que nestes anos iniciavam uma reação. A ilegalidade e a perseguição política se tornaram questões rotineiras. Os militantes viviam sob a permanente ameaça de prisão e de maus-tratos. Neste período, dezenas foram presos e, sem *habeas corpus*, ficavam por tempo indeterminado a disposição dos chefes da política. O secretário geral do PCB, Abílio Nequete foi uma das vítimas da repressão e, após o seu encarceramento optou pelo abandono da militância comunista, sendo substituído por Astrojildo Pereira.

Esta onda repressiva afetou diretamente a organização do PCB que não conseguiu realizar anualmente os seus congressos, como estava previsto em seu estatuto. Enquanto os sindicatos estavam fechados e os comícios proibidos, uma série de ações, encontros, reuniões e assembleias eram realizadas clandestinamente, em casas de operários ou simpatizantes.²⁷²

²⁷⁰ “A comemoração desse Primeiro de Maio de 1922 no Rio de Janeiro foi descrita como a “mais brilhante” desde a de 1919, desmentindo assim os boatos sobre uma profunda cisão no movimento operário. A *Plebe*, particularmente orgulhosa com a atuação da união dos operários em construção civil, de orientação anarquista, comentou que o comício da Praça Mauá “esteve à altura de satisfazer os mais pessimistas”. Astrojildo Pereira achou o comício “m indicador da elevação de temperatura, que se vai notando, de uns meses pra cá, no movimento obreiro”. DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 152.

²⁷¹ Brandão traduziu o *Manifesto Comunista* enquanto trabalhava em sua farmácia nos primeiros meses de 1924: “À vista dos agentes, sentei-me num tamborete junto à escrivaninha e, em maio de 1923, comecei a traduzir o imortal *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, da edição francesa de Laura Lafargue (filha de Marx), revista pelo próprio Engels. Traduzi-o como um protesto contra as perseguições da polícia aos trabalhadores. Terminei a tradução a 25 de julho de 1923”. BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas*. *Op. cit.*, pp. 2441-242.

²⁷² Sobre as comemorações do 7 de novembro de 1924 em meio a ilegalidade do partido, Heitor Ferreira Lima apresenta um relato interessante: (...) realizou-se num subúrbio da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Engenho Novo, na residência de uma camarada israelita, se não me falha a memória. Foi muito secreta, pois a vigilância e

Brandão observa em suas memórias que nos primeiros 3 anos de existência do partido ocorreram quatro grandes investidas policiais contra os comunistas, a primeira após o 5 de julho de 1922, a segunda após o comício do 1º de maio de 1923, a terceira em janeiro de 1924 e a quarta imediatamente após o levante tenentista de 5 de julho de 1924.²⁷³

Os levantes de julho de 1922 e 1924 apareceram como resultado das fissuras que já se tornavam evidentes no interior da Primeira República. A economia baseada na valorização do café dava sinais de esgotamento o que refletiu no surgimento de movimentos contestatórios. A hegemonia das burguesias paulista e mineira começava a ser questionada. A insatisfação não era oriunda apenas das classes subalternas, mas no seio da própria burguesia surgiram frações que passaram a organizar uma oposição. De um lado, a burguesia paulista e mineira e de outro as demais frações regionais.

Durante a campanha sucessória de Epitácio Pessoa as lutas políticas se aprofundavam e as oligarquias do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco começaram a contestar a “vocação cafeicultora” do país. Constituiu-se então a Reação Republicana que lançou a candidatura de Nilo Peçanha, enquanto o eixo São Paulo e Minas Gerais apoiou o nome de Arthur Bernardes. Diante desta cisão no interior das classes dominantes, o PCB optou pelo abstencionismo. Em editorial publicado na Revista *Movimento Comunista*, intitulado “O dever mais urgente”, Astrojildo defendeu a posição de que este conflito não interessava aos trabalhadores.²⁷⁴ A descrença nas disputas suscitadas pela democracia burguesa não era reflexo apenas da herança do movimento libertário, também era resultado das orientações da IC que em seus primeiros congressos atacou veementemente os socialistas e o parlamentarismo.²⁷⁵

a perseguição policiais eram fortes. Não me lembro dos presentes nem do que falaram. Estou certo, todavia, de que Astrojildo, no começo ou no fim da reunião, pediu-nos que cantássemos a Internacional, à meia voz, o que foi feito. Havia poucas pessoas. Dez ou quinze”. LIMA, Heitor Ferreira. *Op., cit.*, pp. 46-47.

²⁷³ Brandão observa em suas memórias que na primeira metade de 1924, ele era constantemente vigiado e ameaçado por agente policiais e que quando estourou a insurreição ele foi avisado por um camarada e sabendo que seria preso, fugiu imediatamente de sua farmácia que jamais voltou a abrir sob a sua direção. Brandão viveu mais de dois anos na clandestinidade, escondido, sem residência fixa e sem emprego, passando ao lado de sua família diversas privações: “Mergulhei na vida ilegal. Mas não fugi. Fiquei dentro do Rio de Janeiro. Lutando sempre. Os cães da fila de Bernardes e do Marechal Fontoura resolveram toda a cidade e arredores, atrás de mim e de outros comunistas. Prometeram contos de réis a quem me denunciasse. Em vão. Espalhei a notícia que estava em Minas Gerais. A polícia foi em cima da pista falsa. Vivi na ilegalidade 2 anos e 9 dias, sem interrupção. Todo um período de provas, privações e provações. Mas o ânimo, sempre firme e inquebrantável”. BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas, Op. cit.*, p. 283.

²⁷⁴ “O proletariado nenhum interesse tem em intervir na contenda Nilo-Bernardes. Um ou outro que suba à Presidência será um presidente de uma república burguesa, chefe constitucional de um regime capitalista, de opressão e exploração dos trabalhadores”. PEREIRA, Astrojildo. **O dever mais urgente**. In: *Movimento Comunista*. n. 2. Rio de Janeiro. 1922, p. 38.

²⁷⁵ “Esta questão era um verdadeiro tabu para o movimento libertário. O PCB considerava então os anarcossindicalistas como os únicos parceiros possíveis para eventuais entendimentos políticos. Daí porque os neocomunistas estavam sumamente preocupados em demonstrar aos seus ex-companheiros que sua opção pela

Em editorial intitulado “Comentários sobre o motim de 5 de julho”, publicado na *Movimento Comunista*, número duplo, edição 9 e 10 de agosto e setembro de 1922, os comunistas apontaram que o levante “nasceu do choque de ambições pessoais”, resultado da disputa eleitoral entre Bernardes e Peçanha:

Na verdade, não havia, entre a corrente Bernardes e a corrente Nilo, nenhuma diferenciação programática. Uma e outra declarando-se desde logo fundamentalmente conservadoras, defendiam mais ou menos os mesmos princípios políticos, econômicos, financeiros e sociais. O que separava uma da outra era, pois, uma simples e subalterna rivalidade de ambições pessoais.²⁷⁶

Os comunistas desqualificaram o movimento afirmando que não significava qualquer alternativa real para a classe trabalhadora. Neste primeiro momento, não identificaram os militares como portadores de um projeto alternativo à burguesia cafeicultora, tampouco pensaram que poderiam ser aliados numa frente contra um adversário comum. Evidencia-se uma postura bastante sectária, na qual a única alternativa era a via revolucionária pelas mãos da classe operária sob direção de sua vanguarda. Posteriormente, Brandão criticou esta interpretação: “Débil, sectário, o PCB não compreendeu a situação política de 1922. Limitou-se a uma atitude passiva em face dos revoltosos da insurreição de Copacabana”.²⁷⁷

Distante da luta parlamentar, o interesse dos comunistas era difundir suas ideias e conquistar os trabalhadores, especialmente no interior dos sindicatos. Não obstante, essa era uma tarefa árdua, o movimento operário estava em refluxo e a luta tinha que se desenvolver na ilegalidade. Vale lembrar que o PCB era composto por um pequeno grupo e começava da estaca zero, enquanto que reformistas e anarquistas já exerciam influência sob determinadas categorias e sindicatos. A tática adotada pelos comunistas sob a bandeira da reorganização dos trabalhadores, foi a de criar novos sindicatos e se aproximar daqueles controlados por outras tendências.

1.1 A luta pela unidade e unificação sindical

Entre 1922 e 1928, a política sindical dos comunistas se caracterizou pela defesa da “unidade sindical”. A tática era a de lutar no interior dos sindicatos, buscando uma aproximação com a classe trabalhadora, expondo suas ideias e denunciando as direções anarcossindicalistas

execrada “política” não significava uma renúncia aos princípios revolucionários em favor de ambições eleitorais”. CANALE, Dario. *Op. cit.*, p. 271.

²⁷⁶ PAOLIELLO, Virgínio. **Comentários sobre o motim de 5 de julho**. In: *Movimento Comunista*. n. 9 e 10. Rio de Janeiro. 1922, p. 241.

²⁷⁷ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. *Op. cit.*, p. 227.

e reformistas. Para entender o significado desta política de unidade sindical é preciso se atentar as orientações da IC, que a partir de 1921, tomou a palavra de ordem pela “frente única” como slogan do período de retração revolucionária e de estabilidade capitalista.

Antes da realização do III Congresso da IC em 1921, o movimento comunista internacional sofreu uma nova derrota. Na Alemanha, o fracasso da “Ação de Março” suscitou um grande debate. Evidenciou-se que a revolução na Europa havia entrado num período de recuo. A tática ofensiva que partia do pressuposto de que existia uma situação de crise revolucionária e que o elemento ausente era o partido disciplinado e centralizado, começou a ser questionada e revisada. O grande período de crise capitalista começava a dar lugar à estabilidade e à desaceleração do ritmo da revolução.

Foi nesse ínterim que ocorreu o III Congresso da Internacional. A avaliação da tática comunista foi o tema central. Era possível manter uma luta ofensiva? A fala de Trotski foi bastante reveladora: “Pela primeira vez, hoje sentimos e vemos que não estamos mais tão perto do objetivo final, da conquista do poder, da revolução mundial. Em 1919, nós nos dizíamos: é uma questão de meses, hoje dizemos que talvez seja uma questão de anos”.²⁷⁸ A bibliografia pertinente ressalta que o III Congresso marcou a primeira grande “virada” da IC.

A tática que visava à derrubada imediata do Estado foi abandonada em prol de uma nova concepção, na qual a tarefa passou a ser uma aproximação com a classe trabalhadora. Logo, era preciso marcar presença no terreno das demandas econômicas e reformistas, lugar onde a social democracia atuava e tinha grande influência. “¡A las masas! Así como los intereses generales del movimiento comunista exigen que la Internacional Comunista y sus secciones apoyen la consigna de la unidad del frente proletario y encarnen su realización”.²⁷⁹ Essa tática foi apresentada no documento intitulado “Teses sobre a unidade da frente proletária”. O texto indicava que diante da nova ofensiva capitalista, era necessária uma unidade das forças operárias numa “aliança defensiva”. Assim, era dever dos comunistas atuar nos sindicatos reacionários.²⁸⁰

²⁷⁸ HÁJEK, Milos. **A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha.** In: HOBBSAWM, Eric. *História do marxismo.* Vol. 6. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985, p. 187.

²⁷⁹ COMITÉ EJECUTIVO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. *Tesis sobre La unidad del frente proletario.* 1921. Disponível em: http://ciml.250x.com/archive/comintern/spanish/1921_ecci_united_front_theses_spanish.html. Acessado em 25 jul. 2015.

²⁸⁰ “Não atuar dentro dos sindicatos reacionários significa abandonar as massas operárias insuficientemente desenvolvidas ou atrasadas à influência dos líderes reacionários, dos agentes da burguesia, dos operários aristocratas ou “operários aburguesados”. (...) a absurda “teoria” da não participação dos comunistas nos sindicatos é que demonstra do modo mais evidente a leviandade com que esses comunistas “de esquerda” encaram a questão da influência sobre as “massas”. Para saber ajudar a “massa” e conquistar sua simpatia, adesão e apoio é preciso não temer as dificuldades, mesquinhas, artimanhas, insultos e perseguições dos “chefes” (...) Além disso, deve-

Numa frente única com os socialistas, os comunistas sairiam do isolamento e estariam em contato com um número muito maior de trabalhadores, ampliando as possibilidades de influência sobre as massas. Não obstante, o objetivo era duplo: estabelecer uma frente única com os socialistas, mas ao mesmo tempo, mostrar a insuficiências de suas reivindicações e arrastar a classe operária para a luta revolucionária. Buscavam ganhar novos membros para a causa comunista e, para tanto, seria necessário não apenas se aliar aos social democratas, mas também combatê-los, para que se pudesse “Desenmascarar en este momento su reincidência en la traición es uno de los deberes más importantes de los partidos comunistas”.²⁸¹ A frente única tinha um sentido transitório. Ela não era um fim em si mesmo, mas apenas o ponto de partida para se avançar em direção à tomada do poder. Entre o partido e o Estado havia as massas que precisavam passar para o lado comunista. A conquista da classe operária passava pela superação das lutas econômicas imediatas e reformistas.²⁸²

Cabe destacar que o CEIC também alertou para que essa colaboração com os partidos socialistas não desencadeasse a perda de independência dos comunistas. Estes deveriam permanecer difundindo em seus meios de agitação e propaganda o seu programa particular. “Mientras preconizan la unidad de todas las organizaciones obreras en cada acción práctica contra el frente capitalista, los comunistas no pueden renunciar a la propaganda de sus ideas (...)”.²⁸³ Os partidos deveriam lutar juntos, mas marcharem em separado.

A frente única foi lançada com o objetivo de aproximar os comunistas dos trabalhadores. Não obstante, a real aplicação desta tática encontrou muitas dificuldades. Afinal, conhecendo das intenções últimas dos comunistas, parecia óbvio que os socialistas rejeitariam estabelecer ações comuns. Depois de realizar uma depuração da influência social democrata no interior de suas fileiras por meio das “21 condições” para admissão, não seria fácil convencer os partidos socialistas da validade da frente única.

Destarte, os reformistas não aceitaram a frente única e os sindicatos começaram a se dividir. Os comunistas eram tidos como “infiltrados” e passaram a ser perseguidos e expulsos

se trabalhar obrigatoriamente onde estejam as massas”. LENIN, V. I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. 6 ed. Rio de Janeiro: Global, 1981, p. 53-54.

²⁸¹ Ibidem.

²⁸² “Deviam fazer com que os trabalhadores compreendessem como eram frágeis todas as vantagens que pudessem obter no capitalismo e, assim, prepará-los, mesmo que fosse através da luta pela conquista dessas vantagens para a batalha final. (...) como o trampolim da revolução”. DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, o profeta desarmado: 1921-1929*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2005, p. 91.

²⁸³ Ibidem.

dos sindicatos reformistas.²⁸⁴ Assim, já no IV Congresso da IC em 1922, a resolução sobre o movimento sindical apresentou a palavra de ordem pela unificação sindical:

O IV Congresso da Internacional Comunista declara ser o dever de todo partido comunista fazer o seu melhor para impedir uma divisão nos sindicatos; ele torna seu dever fazer todo o possível para restaurar a unidade do movimento sindical nos países onde ela tem sido destruída, e para persuadir os sindicatos a aderirem à Internacional Vermelha das Centrais Sindicais.²⁸⁵

O objetivo era conclamar a unidade para garantir a presença dos comunistas junto às massas no interior dos sindicatos reformistas. Assim, diante das ameaças de expulsão os comunistas deveriam exigir a unidade sindical e denunciar a ação divisionista da social democracia. E onde o movimento operário já havia se cindido, o dever era criar novos sindicatos, mas também insistir na unificação, por meio das lutas imediatas. O objetivo fundamental era impedir o isolamento.

Diferentemente do cenário europeu, no Brasil, os comunistas buscaram, num primeiro momento, estabelecer alianças com os anarcossindicalistas. Diante do debate sobre a reorganização da classe trabalhadora brasileira, Astrojildo Pereira defendeu em diversos artigos a opção pela frente única e denunciou o divisionismo. A ideia era a de manter os sindicatos unidos, ampliando o tamanho e a influência das associações operárias. Neste sentido, a luta econômica foi colocada em primeiro plano, pois era no terreno das reivindicações imediatas que se deveria gerar os acordos entre as diversas tendências políticas.²⁸⁶ No artigo-programa publicado na primeira edição da revista *Movimento Comunista*, Astrojildo esboçou a concepção que era adotada pelos comunistas:

No terreno sindical bater-nos-emos energicamente contra todas divisões e fragmentações. A organização sindical, para responder a seus fins específicos, deve assentar sobre uma base econômica comum a todos os trabalhadores. De conformidade com este critério amplo e positivo, combateremos todos os desvios, todas as deturpações, todos os germes de dissolução que surjam no interior dos organismos sindicais.²⁸⁷

²⁸⁴ “Os reformistas estão tentando usar as expulsões para provocar uma divisão. Seu objetivo ao expulsar sistematicamente os melhores elementos dos sindicatos é fazer os comunistas perderem a paciência e a cabeça, para que ao invés de completar seu plano cuidadosamente elaborado de ganhar os sindicatos de dentro, eles os abandonem e se pronunciem em favor de uma divisão”. INTERNACIONAL COMUNISTA. **Teses sobre o trabalho comunista nos sindicatos**. In: AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008, pp. 156-157.

²⁸⁵ *Ibidem*, pp. 159-160.

²⁸⁶ “As opiniões políticas, idealísticas, religiosas, etc., divergem, no meio proletário, mas seus interesses econômicos fundamentais, em face da burguesia capitalista, são comuns a todos. Por consequência, para poder unificar-se, como é necessário, a organização sindical terá que assentar nesta base de interesse comum, que é o econômico”. PEREIRA, Astrojildo. **Unificação sindical**. In: *Movimento Comunista*. n. 20. Rio de Janeiro, abril de 1923, p. 116.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 2.

O secretário geral do PCB destacou que o movimento sindical precisava permanecer unido, pois as cisões o enfraqueceriam ainda mais. Não obstante, apesar de enfatizar a unidade também já apontou para a necessidade de se combater “desvios” e “deturpações” de outras lideranças no interior dos sindicatos. Esta tática está em conformidade com a frente única lançada pela IC, pois o objetivo era penetrar nos sindicatos e desmascarar as outras lideranças que apareciam como adversários políticos.

Dentro desta lógica, o PCB preconizava uma reorganização do movimento operário, que enfatizava a necessidade de se ampliar a centralização. Assim, além da “unidade sindical”, também propagavam a “unificação sindical”. Antes da fundação do PCB, ainda em 1921, Astrojildo Pereira publicou um artigo em *A Plebe*, no qual defendeu uma proposta pela unificação sindical. Refletindo sobre o recuo e a desorganização do movimento operário, ele argumentou que:

(...) é de preliminar bom senso, no estudo do problema da organização procurar e buscar novos meios, novos métodos, novos sistemas. Chegamos, assim, a oportunidade de se tentar, entre nós, o que se vai fazendo mais ou menos por toda a parte: a organização única.²⁸⁸

Astrojildo, acompanhando os encaminhamentos da fundação da Internacional Sindical Vermelha (ISV), demonstrou entusiasmo pela organização da International Workers World (IWW) dos Estados Unidos que participava do congresso.²⁸⁹ Buscando superar a dispersão dos sindicatos, o dirigente brasileiro argumentou em favor do estudo dos métodos adotados pelos sindicatos norte-americanos e que eram defendidos por Moscou.²⁹⁰

Assim, o Secretário Geral do PCB apresentou uma proposta em defesa da centralização, da criação de um organismo geral. A ideia era agrupar vários sindicatos a partir de uma única confederação. A unificação deveria partir da organização numa única cidade, até alcançar uma organização única de caráter nacional.²⁹¹ Segundo Astrojildo, este trabalho de

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 1.

²⁸⁹ A unificação em uma estrutura sindical nacional já aparecia nas teses do III Congresso da IC em julho de 1921: “É preciso tender a fusão dos sindicatos similares pela via revolucionária colocando a questão diretamente para os sindicalizados das fábricas e empresas, levando mais tarde o debate até as conferências locais e regionais e aos congressos nacionais”. INTERNACIONAL COMUNISTA. **A Internacional Comunista e a Internacional Sindical Vermelha**: programa de ação da Internacional Comunista. In: AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008, p. 134.

²⁹⁰ “Os Trabalhadores Industriais do Mundo (IWW) formam uma única grande união de todos os trabalhadores, com um único secretariado, um único fundo de propaganda, um único centro de coordenação”. PEREIRA, Astrojildo. **Reorganização operária**. In: *A Plebe*. n. 119, Rio de Janeiro, maio de 1921, p. 1.

²⁹¹ “Ninguém compreende que a Federação *federa*, agrupo num só organismo os vários sindicatos ou associações de classe. Daí, dessa incompreensão total, o fracasso sempre renovado do sistema federativo, corpo inarticulado e sem vida. (...) começando simultaneamente por dois caminhos convergentes: a organização geral e única nas cidades onde isso for desde já possível, e a organização única, nacional de determinados ramos de indústria.” *Ibidem*.

reorganização já poderia começar a partir da União dos Operários em Fábricas de Tecido (UOFT), que segundo ele já apresentava certa centralização local. O objetivo era a formação de uma poderosa União Industrial de todos os trabalhadores em tecidos do Brasil.²⁹²

Já no artigo-programa publicada em *Movimento Comunista*, Astrojildo retomou esta proposta, afirmando que era preciso reorganizar o movimento sindical, unificando as diferentes associações a partir de uma direção e plano comum. Já ficava evidente que a luta do PCB era pela unidade e unificação sindical a partir da direção dos comunistas:

Preconizaremos a mais íntima e estreita ligação orgânica e funcional entre todas as unidades sindicais locais, nacionais e internacionais. Somos pela frente única de combate do proletariado e de todo o mundo, sob a bandeira revolucionária da Internacional Sindical Vermelha”.²⁹³

A proposta pela unificação sindical abrangia uma verdadeira reestruturação do movimento operário brasileiro. Cabe especificar que a unificação ainda lançou dúvidas sobre o modelo de organização sindical por ofício que resultava na existência de diversos pequenos sindicatos, num único ramo industrial. Os comunistas argumentavam que os sindicatos de ofícios ou profissões, como tradicionalmente se organizava o movimento operário brasileiro, deixavam os operários isolados em lutas pouco abrangentes e demasiado parciais.

Em busca da unificação, justificavam que o avanço da indústria capitalista e a divisão do trabalho ampliou a interdependência entre os ramos produtivos. Por conseguinte, o sindicato de ofício foi se tornando incapaz de proteger os trabalhadores e deveria dar lugar ao sindicato de indústria que era mais eficiente, pois abrangia uma mesma unidade produtiva e unificava a luta.²⁹⁴

De origem anarcossindicalista, a maioria dos militantes tiveram que se adaptar a novas práticas de luta. O PCB também buscou se estruturar a partir de células de indústrias e não por células territoriais ou de bairros. Todas estas mudanças estavam de acordo com as orientações de Moscou²⁹⁵ e, muitas vezes, se contrapunham as especificidades regionais.

²⁹² Ibidem.

²⁹³ Ibidem, p. 2.

²⁹⁴ “Esses últimos anos de luta mostraram com uma particular evidência toda a fraqueza das uniões estreitamente profissionais. A adesão simultânea dos operários de uma empresa a vários sindicatos enfraquece-os durante a luta. É preciso passar, e esse deve ser o ponto inicial de uma luta incessante, da organização puramente profissional à organização por indústria: “Uma empresa – um sindicato”, tal é a palavra de ordem no campo da estrutura sindical”. INTERNACIONAL COMUNISTA. **A Internacional Comunista e a Internacional Sindical Vermelha**. *Op. cit.*, p. 134.

²⁹⁵ “Todas essas inovações de arregimentação e direção das massas, que os comunistas apresentavam, vinham da Europa, através das teses e resoluções da Internacional Comunista (I.C.) e da Internacional Sindical Vermelha (I.S.V. ou Profintern), provocando fortes atritos, acirrando os ânimos, cindindo os meios trabalhistas”. LIMA, Heitor Ferreira. *Op. cit.*, p. 37.

1.2 O dogmatismo contra a unidade sindical

O que a tática da unidade e da unificação sindical almejava era colocar os comunistas em contato com as massas, criando a oportunidade para se ampliar a propaganda, denunciar as demais tendências e conquistar os sindicatos. Nesse ínterim, uma questão central que se apresenta ao debate é aquela que trata da relação entre o “partido” e o “sindicato”.

No II Congresso da IC, estabeleceu-se uma orientação bastante sectária que colocava as associações dos trabalhadores na dependência direta dos partidos: “(...) os comunistas devem tentar realizar, na medida do possível, a união perfeita entre os sindicatos e o Partido Comunista, subordinando-os a este último, vanguarda da revolução”.²⁹⁶ Esta resolução determinava uma “fusão” entre partido e sindicato, o que ampliava os poderes da vanguarda partidária sobre os órgãos de defesa econômica dos trabalhadores. Tal medida resultava na subordinação dos interesses imediatos dos operários aos anseios políticos do partido: “Os comunistas devem submeter, de fato, os sindicatos e os comitês operários ao partido comunista e criar assim grupos proletários de massa que servirão de base a um poderoso Partido proletário centralizado, englobando todas as organizações proletárias”.²⁹⁷ Assim, uma das determinações do partido, enquanto vanguarda, era a de dirigir os sindicatos, e estes ao se fundirem ao partido perdiam autonomia. No III Congresso da IC esta concepção hierarquia foi reafirmada:

As ações isoladas do partido comunista e dos sindicatos revolucionários estão de antemão destinadas ao fracasso e à derrota. Por isso, a unidade de ação, a ligação orgânica entre os partidos comunistas e os sindicatos operários constituem a condição preliminar do sucesso da luta contra o capitalismo”.²⁹⁸

Contrário a esta subordinação dos sindicatos, os anarcossindicalistas denunciaram os comunistas. Edgard Leurenroth argumentou:

Em face da Internacional Sindical Vermelha, mantemos uma atitude de simpatia, prestando apoio a sua obra de preparação revolucionária, considerando, porém, como um empecilho a adesão das organizações sindicais revolucionária a sua dependência a III Internacional de Moscou, associando-nos, por isso, ao movimento sustentado no seio do proletariado organizado com o fim de modificar as suas bases de acordo com os princípios sindicais.²⁹⁹

²⁹⁶ INTERNACIONAL COMUNISTA. **O movimento sindical, os comitês de fábricas e de usinas.** In: AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008, p. 127-128

²⁹⁷ Ibidem, p. 130.

²⁹⁸ Ibidem, p. 139.

²⁹⁹ LEURENROTH, Edgard et al. **Aos anarquistas, aos simpatizantes do ideal libertário, ao proletariado.** In: *A Plebe*. n. 177, Rio de Janeiro, mar. 1922, p. 4.

Não tardou para que as lideranças anarcossindicalistas se posicionassem contrárias ao avanço dos comunistas no interior de seus sindicatos. Por conseguinte, lançaram críticas ao programa da IC que almejava implementar uma direção externa à classe trabalhadora. Vale destacar que José Oiticica também respondeu denunciando a artimanha dos comunistas. Em artigo publicado em *A Plebe*, o líder anarcossindicalista argumentou não ser contra a unidade sindical, mas contrário as pretensões hegemônicas apresentadas pelos comunistas: “Quanto à frente única, sempre o fizeram, como já acentuei, os anarquistas. Nossa dissidência com a IC está somente em que a IC não quer a frente única dos trabalhadores, mas frente única dos trabalhadores dentro do partido comunista”.³⁰⁰ A consequência foi a inviabilidade de qualquer aliança entre as tendências revolucionárias do movimento sindical.

Em 1923, as disputas entre anarcossindicalistas e comunistas se acirraram no interior dos sindicatos da cidade do Rio de Janeiro. Os libertários não viam com bons olhos as pretensões que se apresentavam por trás do discurso de unidade lançado pelos comunistas. Apontavam que o objetivo do PCB era deixar todos os operários e suas associações sob o comando da disciplina do partido.

Buscando responder estas iniciativas, em fevereiro de 1923, Florentino de Carvalho, reunindo o Sindicato de Ofícios Vários e o Sindicato da União dos Operários da Construção Civil, propôs a realização de um congresso para reorganizar as forças sindicais da cidade do Rio de Janeiro e região. Ao longo de três meses, a FTRJ convocou todas as associações de classe para uma série de reuniões, onde debateram as diversas questões em torno da reorganização sindical. O objetivo era a formulação de uma plataforma comum de interesses sob a qual se estabelecesse a unificação. Não obstante, as reuniões não tiveram uma adesão satisfatória e durante os diversos encontros, as discussões giravam em torno de princípios doutrinários e ideológicos, sob as quais não havia qualquer acordo possível.³⁰¹

Os anarcossindicalistas constituíram a maioria durante as assembleias e forjaram um projeto para a constituição de uma nova federação. Propuseram que as organizações sindicais deveriam se estruturar a partir de uma declaração de princípios. Tal declaração, de caráter libertário, estabelecia a proibição de qualquer vínculo das organizações sindicais com partidos políticos, sejam eles operários ou burgueses. Obviamente, os comunistas discordavam desta proposta. O projeto foi enviado aos diversos sindicatos do Rio de Janeiro para que cada um

³⁰⁰ OITICICA, José. **Uma resposta necessária**. In: *A Plebe*. n. 226, Rio de Janeiro, jan. 1924, p. 2.

³⁰¹ “Em uma das reuniões de reorganização operária no Rio de Janeiro (11 de fevereiro), ficou bem claro a influência anarquista nos sindicatos, quando um participante declarou que “Bakunin era superior a Lenin”. DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 172.

deles decidissem sobre a adesão. A organização sindical apresentada pelos anarcossindicalistas foi uma resposta sectária à infiltração e avanço dos comunistas nos sindicatos. Com a declaração, eles buscavam repelir a “ameaça”.³⁰²

Assim, o congresso resultou na criação de uma nova organização, a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), que obedecia aos princípios libertários de independência político-partidária. Em meio a propaganda e luta pela unidade sindical, consolidou-se a cisão e a formação de duas federações rivais: “O efeito mais grave destas divergências foi, sem dúvida, a fragmentação das já precárias associações operárias”.³⁰³ De um lado estavam os anarcossindicalistas, acusando os comunistas de colocarem o partido acima dos interesses operários. Do outro lado das trincheiras, estavam os comunistas, denunciando os libertários por dividir o movimento operário.³⁰⁴

A divisão entre as tendências revolucionárias contribuiu para fracionar ainda mais as associações existentes. Apesar da tática da frente única defender a unidade sindical e combater a cisão, a luta em torno da reorganização sindical resultou em disputas doutrinárias e programáticas. Em suas memórias, Octávio Brandão deu um exemplo claro de como a postura dos comunistas era ambígua, pois ao mesmo tempo em que buscavam o estabelecimento de alianças, atuavam como um elemento provocador, denunciando e atacando os pretensos aliados, o que resultava na fragmentação dos sindicatos:

Os sindicatos dos sapateiros e da construção civil eram duas posições do anarquismo e anarcossindicalismo. Neles, os comunistas cometeram erros grosseiros. Fizeram ameaças aos adversários. Praticaram atos de indisciplina. Tentaram cindi-los. Isto impediu a conquista desses dois sindicatos. (...) Os comunistas dividiram o sindicato dos sapateiros, violando a decisão da Comissão Central Executiva do PCB.³⁰⁵

Esta divisão se expressou até mesmo nas comemorações do 1º de maio. Nos anos seguintes comunistas e anarcossindicalistas convocaram manifestações independentes. Em 1924, por exemplo, os comunistas da FTRJ prepararam e organizaram as comemorações ao lado da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB) de Sarandi Raposo e outras

³⁰² “É provável que boa parte das razões responsáveis por esta direção seja atribuível ao sectarismo dos anarcossindicalistas do Rio de Janeiro, que, frente à “invasão”, agora, dos comunistas nos meios sindicais, cariocas, decidiram organizar as suas associações na base de declarações de princípios “libertárias”. ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto*. Op. cit., p. 109.

³⁰³ Ibidem, p. 113.

³⁰⁴ “Podemos, de tal sorte, caracterizar a política anarquista em matéria de organização sindical como sendo a *política de divisionismo*. Esta política deriva em linha reta de seu idealismo. Eles fizeram estes estatutos baseados unicamente no *ideal*, que vivem a sonhar. Pouco lhes importa o que é *real*. (...) Para os anarquistas, a organização sindical deve ser construída à base idealística, doutrinária, política”. PEREIRA, Astrojildo. **Unificação sindical**. Op. cit., p. 116.

³⁰⁵ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. Op., cit, p. 250.

associações reformistas e autônomas. O comício foi marcado para se realizar na Praça Mauá, local tradicional de manifestação operária e contou com a presença de vários sindicatos operários, como; Associação Gráfica do Rio de Janeiro, União dos Empregados em Padarias, União dos Operários de Fábricas de Tecidos, União dos Alfaiates, Centro Cosmopolita, entre outras.

Os anarcossindicalistas reunidos na FORJ também organizaram um evento para a data. Convocaram trabalhadores e sindicatos para comício na Praça 11 de junho. Estavam sob influência libertária a Aliança dos Operários em Sapatos, a União dos Operários em Construção Civil, a União Geral dos Metalúrgicos, a Associação dos Carpinteiros Navais, entre outras. Não obstante, com a cisão bastante evidenciada, as trocas de acusações deram a tônica dos discursos.³⁰⁶ Ambos eventos tiveram público escasso. Segundo dados apresentados por Dulles, o comício organizado pelos comunistas teve a presença de 1500 operários, enquanto que o comício na praça 11 de junho contou com cerca de 500.³⁰⁷

Diante das divergências com os anarcossindicalistas, os comunistas acabaram se aproximando dos reformistas, especialmente da CSCB que era presidida por Custódio Alfredo de Sarandy Raposo. Fundada em março de 1921, durante o governo Epitácio Pessoa, esta confederação contava com o respaldo e com um auxílio pecuniário estatal. Os cooperativistas tinham uma proposta sindicalista que repudiava o confronto entre capital e trabalho, buscando harmonizar as disputadas mediante uma política de colaboração de classe. De acordo com esta concepção, a classe operária deveria galgar melhores condições de vida e de trabalho por meio de lutas “dentro” do sistema, ou seja, negociando com as instituições republicanas.³⁰⁸ Sarandy Raposo se tornou o maior expoente e divulgador do cooperativismo durante este período.

Com a repressão desencadeada sobre os sindicatos revolucionários, o cooperativismo colaboracionista encontrou terreno fértil para expandir sua influência no meio operário. Sarandy Raposo ainda contava com uma importante arma de propaganda. Foi escolhido pelo governo para controlar a “seção operária” de *O País*, jornal oficial e com circulação nacional.³⁰⁹

³⁰⁶ “Em 1924, a comemoração do dia do trabalho em São Paulo quase se transformou em “desconfraternização”, devido à intransigência, ao sectarismo e à intolerância de militantes comunistas e anarcossindicalistas, que terminaram convertendo a reunião numa torrente recíproca de acusações”. ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto*. *Op. cit.*, p. 112.

³⁰⁷ DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 184.

³⁰⁸ “Tentando representar o espírito da conciliação, a CSCB contava com a colaboração de patrões e empregados, além de prestigiosas instituições. Procurava, com o apoio da Liga de Defesa Nacional, a Sociedade Nacional de Agricultura, o Centro Industrial do Brasil e o Instituto de Engenharia Militar, manter-se no limite entre as reivindicações sociais e os interesses patronais”. SAMIS, Alexandre; RAMOS, Renato. **Anatomia da crise**: do sindicato revolucionário ao colaboracionismo cooperativista. In: *Verve*. n. 1, jan-jun, 2002, p. 217.

³⁰⁹ Fundado em 1884 na cidade do Rio de Janeiro, *O País* foi dirigido por nomes destacados da política nacional, como Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva e ainda contou com intelectuais eminentes entre seus colaboradores. Em

E segundo os dados da própria associação, eram a maior força sindical do país. Sarandy afirmava que sua confederação reunia 122 sindicatos e cerca de 140 mil operários, entre Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Todavia, estes dados jamais foram confirmados e é muito provável que a CSCB jamais atingiu essa magnitude.³¹⁰

Na segunda metade de 1923, buscando ampliar a influência do cooperativismo, Sarandy procurou o PCB para realizarem um acordo. A aliança era provável, uma vez que a frente única entre comunistas e ácratas havia eclodido. Além disso, os comunistas não rejeitavam, por princípio, o diálogo e a participação nas esferas institucionais. Não obstante, Sarandy também via na aliança uma oportunidade para expandir sua influência. Ele imaginava que os operários revolucionários logo se convenceriam da vitalidade e eficiência da concepção cooperativista.³¹¹

No interior do PCB houve resistência a esta aliança.³¹² Mas para consolidar o acordo, Sarandy colocou à disposição do partido a seção operária do jornal *O País*. Os comunistas aceitaram e realizaram frente única com os cooperativistas entre 1923 e 1924, período em que publicaram centenas de artigos no jornal.³¹³ A revista *Movimento Comunista* havia sido fechada e os comunistas estavam em busca de órgãos que aceitassem propagandear suas ideias. Assim, por mais de um ano vários militantes contribuíram com o jornal, entre os quais, Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Joaquim Barbosa e Heitor Ferreira Lima.³¹⁴ Escreveram artigos sobre a conjuntura e questões pontuais, como greves e manifestações. Utilizavam pseudônimos, mas

outubro de 1930 o jornal foi fechado por lançar críticas à Getúlio Vargas. Em dezembro de 1933 voltou a ser publicado, mas sem sucesso, encerrou suas publicações definitivamente em novembro de 1934.

³¹⁰ “Astrojildo partiu para Moscou em 1924. Na ausência dele, fui algumas vezes a sede da Confederação. Só encontrei Sarandy com dois auxiliares. Nenhum movimento. Onde estavam os 140 mil sócios? Denunciei a situação à CCE”. BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. *Op. cit.*, p. 255.

³¹¹ “Para Sarandy Raposo, a exemplo do que previam os cooperativistas para o anarquismo, ao contrário do fortalecimento da facção “neo-comunista”, a “confluência” dos membros do PC para CSBC era uma questão de tempo, ou amadurecimento. E, como ensejo a esta apreciação, um acordo com os mesmos, em que estava prevista a formação da grande “frente proletária”, parecia razoável”. SAMIS, Alexandre; RAMOS, Renato. *Op. cit.*, pp. 217-218.

³¹² “Na CCE, Antonio de Carvalho e eu desconfiávamos de Sarandy. Astrojildo não. Deu provas de provas de extrema confiança. Acreditou no que dizia Sarandy”. BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. *Op. cit.*, p. 254.

³¹³ “A breve aliança do PC com a CSCB, em termos imediatos, significou a conquista de um dos mais importantes diários da época. Circular pela grande imprensa significava atingir um público maior e diferenciado daquele atingido pela revista *Movimento Comunista*. Para um partido recém-criado, com a tarefa de disputar o meio operário aos anarquistas, ponto por ponto, centímetro por centímetro, dispor de uma página operária deve ter sido importante. Suas publicações voltadas para a defesa da Revolução Russa quase sempre se constituíam de traduções de artigos dos teóricos da revolução, considerados pelo partido como a vanguarda das vanguardas. Por que não colocar o público em contato direto com eles?” PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *O Trem da História: A aliança PCB/CSCB/O PAIZ*. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990, p. 63.

³¹⁴ Sobre estas publicações, Brandão argumentou: “Aproveitamos bastante. Traduzi para ela fragmentos de Lênin, documentos da Internacional Comunista e artigos da revista *Correspondance internationale* de Paris. Tudo isto foi publicado no órgão oficioso, sem censura, sob o estado de sítio, num ambiente de perseguições policiais”. BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. *Op. cit.*, p. 254.

não havia censura quanto ao conteúdo, podendo manifestar livremente as ideias comunistas.³¹⁵ O governo Bernardes fazia um jogo duplo. Ao mesmo tempo em que perseguia os revolucionários de forma feroz, permitia que se publicassem seus textos num jornal oficial de circulação nacional.³¹⁶ Essa abertura a publicação só foi possível devido ao fato do governo estar sendo pressionado a cumprir com as determinações do Tratado de Versalhes, entre as quais estava a liberdade de imprensa aos movimentos operários.

Uma característica marcante do governo de Arthur Bernardes, e que muitas vezes é menosprezada, é que além da repressão aos movimentos revolucionários, ele também lançou um projeto de cooptação política dos trabalhadores urbanos por meio dos sindicatos. A Primeira República alterou sua relação histórica com o movimento operário e buscou não apenas se aproximar de líderes sindicais, mas também discutir e criar uma legislação social. Tratava-se de um projeto de incorporação da classe operária à vida estatal que buscava regular e harmonizar a relação capital e trabalho. O resultado foi a ampliação da influência do reformismo sobre organizações tradicionalmente combativas.

Bernardes promoveu uma série de eventos junto as organizações sindicais buscando ampliar suas bases. Duas iniciativas marcantes foram o I Congresso Nacional de Operários em Fábricas de Tecidos e o II Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social. Ambos ocorreram em julho de 1923. Estas iniciativas contaram com líderes trabalhistas e associações reformistas e marcaram a penetração mais consistente das ideias legalistas de colaboração de classe.³¹⁷

Enquanto os movimentos anarcossindicalista e comunistas sofriam com a repressão e tentavam se organizar na ilegalidade, os sindicatos reformistas ganhavam terreno e transformavam os programas sindicais. Sobre esta mudança dos fins das associações operárias, Zaidan Filho argumenta:

(...) a reforma dos estatutos, em adequação aos novos objetivos da luta sindical, troca a opção pelas formas diretas (greves, boicotes, sabotagens, etc.) de luta pela opção de formas indiretas e paliativas (instância político-administrativa, cooperativas de consumo, crédito, etc.). Por sua vez, omite-se a exploração do patronato, contra a qual deveria ser dirigida toda a luta, e

³¹⁵ Cf. CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. *Op. cit.*, p. 123.

³¹⁶ “Durante a década de 10 e 20, os jornais da classe dominante – *A Pátria*, *O Brasil*, *O País*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca* – tinham seção dedicada ao movimento operário. Em cada um, ela ficava sob a responsabilidade de um líder trabalhista. (...) O espaço era importante, porque estes jornais tinham atrás de si uma estrutura organizativa sólida e uma circulação regional ou nacional”. *Ibidem*, p. 122.

³¹⁷ “A “nova orientação” dos sindicatos operários cariocas na década de vinte foi se explicitando, na prática, a partir do I Congresso Nacional de Operários em Fábrica de Tecidos, realizado em julho de 1923 nos “porões” do Palácio Monroe. (...) Este congresso, organizado por figuras, organizado por figuras intimamente ligadas ao regime tinha como objetivo recolher subsídios, na discussão entre líderes sindicais, para a formulação de uma política trabalhista estatal e foi aberto e encerrado com a participação de ministros de Estado”. ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto*. *Op. cit.*, p. 86-87.

constituiu-se no governo um interlocutor privilegiado para resolver os problemas da classe.³¹⁸

É preciso ressaltar que a ampliação das bases do sindicalismo reformista só foi possível diante da atuação governamental, que atuou de diversas maneiras, bloqueando o sindicalismo revolucionário, patrocinando congressos reformistas, cooptando lideranças sindicais e abrindo espaços para a discussão de uma legislação do trabalho. A partir de 1923, Bernardes lançou uma plataforma que buscava atender demandas operárias abrindo caminho para as negociações entre operários, patrões e Estado.

Dentro desta lógica, respondendo as exigências internacionais e também aproveitando a fragmentação do movimento sindical revolucionário, o governo Bernardes ainda criou em abril de 1923 o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), que surgiu em substituição ao Departamento Nacional do Trabalho (DET). O órgão foi concebido com um caráter consultivo, tinha a função de assessorar o governo em assuntos trabalhistas e previdência social.³¹⁹ O CNT reuniu comissões mistas de operários, patrões e funcionários públicos³²⁰ para discutir a questão social, buscando estudar a implementação de uma legislação trabalhista.³²¹ Destarte, o governo alcançava um duplo objetivo; por um lado buscava cumprir com a agenda internacional e, por outro, ampliava suas articulações com a classe operária, atraindo simpatias dos trabalhadores.

A tímida regulamentação começou a ser implementada antes mesmo da criação da CNT; em janeiro de 1923, Bernardes, por meio de decreto, a Lei Eloy Chaves criou as Caixas de Aposentadoria e Pensões para os trabalhadores de transportes; empresas de estradas de ferro. Estes trabalhadores ocupavam uma posição estratégica para o funcionamento da economia agroexportadora. O escoamento do café dependia dos trabalhadores ferroviários. Por conseguinte, buscando prevenir distúrbios e cooptar estes setores, o governo estendeu apenas a

³¹⁸ *Ibidem*, p. 75.

³¹⁹ “O Conselho Nacional do Trabalho ocupar-se-á do seguinte: dia normal do trabalho nas principais indústrias, sistemas de remuneração do trabalho, contratos coletivos do trabalho, sistemas de conciliação e arbitragem, especialmente para prevenir ou resolver piores, trabalho de menores, trabalho de mulheres, aprendizagem e ensino técnico, acidentes do trabalho, seguros sociais, caixas de aposentadorias e pensões de ferroviários, instituições de crédito popular e caixas de crédito agrícola”. MESQUITA, A. J. P. (Org.). *Do CNT ao TST*. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, 1975, p. 105.

³²⁰ O órgão era composto por 12 membros escolhidos pelo Presidente da República, dois representando as empresas, dois altos funcionários do Ministério da Agricultura e Comércio, dois representando os operários e outros 6 com reconhecida competência em assuntos de organização do trabalho e previdência social.

³²¹ “Com a criação do CNT, o poder executivo assume para si parte da responsabilidade no encaminhamento da questão social. Mas o significado deste embrião do Ministério do Trabalho vai além: o CNT representa uma certa postura que despreza os mecanismos políticos tradicionais – os debates parlamentares –, valorizando a convocação dos interessados diretos na solução de um determinado problema, mas com a mediação de técnicos e especialistas “competentes” e “neutros”. Instaura-se o domínio do discurso competente, agora contra a “incompetência” dos políticos. Aliás, é sintomático que os industriais, na sua tentativa de retardar a criação de leis trabalhistas, comecem a apelar para o argumento de que os parlamentares, apesar de sua boa vontade, são incompetentes para legislar sobre o trabalho, pois desconhecem a realidade do interior das empresas”. MUNAKATA, Kazumi. *Op. cit.*, p. 38.

eles o sistema previdenciário.³²² Os fundos seriam arrecadados a partir de deduções mensais dos trabalhadores e das empresas. Apenas em 1926, com a posse de Washington Luís, as caixas de aposentadoria também foram criadas para os trabalhadores em empresas de navegação e portos pertencentes ao Estado.

Assim, através do CNT, Bernardes buscou colocar em pauta algumas das reivindicações da classe trabalhadora, como a questão em torno do trabalho de menores, dos acidentes e das férias. O PCB lançou críticas a iniciativa, afirmando que se tratava de uma “manobra suspeita”³²³, mas aceitou participar destas reuniões por meio dos sindicatos sob a sua influência, entre os quais os alfaiates, que tiveram a representação de Joaquim Barbosa que era o encarregado sindical da CCE do partido. Sabemos pouco sobre como se desenvolveram estas reuniões, mas posteriormente, o militante comunista criticou veementemente a participação nestas conferências.

Por fim, a partir das reuniões do conselho regulamentou-se o trabalho de menores, proibindo a contratação de jovens com idade inferior a 12 anos e de 14 sem educação primária. Também estabeleceu o funcionamento e as responsabilidades de assistência médica aos trabalhadores que sofressem acidentes de trabalho. Outra importante questão regulamentada foi a Lei de Férias. O decreto promulgado por Bernardes estabeleceu o direito a 15 dias de férias anuais pagas aos empregados em estabelecimentos comerciais, industriais e bancários.

Após o fracasso da aliança com os sindicatos libertários, os comunistas se aproximaram de Sarandy Raposo e das lutas reformistas. Aceitaram participar dos espaços abertos pela via institucional. Não apenas se aliaram aos cooperativistas, como também publicaram em jornais oficiais. Se por um lado, estas ações pareciam uma “traição” aos princípios revolucionários, por outro, significou a ampliação da influência comunista. Além disso, a aprovação da legislação trabalhista era uma antiga reivindicação da classe operária que

³²² “Sabia-se do mal-estar reinante nos redutos onde se concentravam os servidores das ferrovias estaduais e federais, e uma lei previdenciária ineludivelmente viria evitar que o clima de agitação, que lavrava em todos os quadrantes nacionais, os atingisse mais firmemente. O temor de uma possível insurreição no setor os alarmava, uma vez que, paralisados os transportes ferroviários, incalculáveis seriam os prejuízos de todas as zonas a que serviam, prejuízos tanto maiores quanto de complexidade inestimável, a atingir moral, econômica, financeira, social e politicamente todo o país”. VIEIRA, Hermes Pio. *Eloy Chaves: precursor da previdência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 231.

³²³ “O governo que tem a seu serviço a maior parte dos dirigentes das associações de transportes marítimos e terrestres, pretende, ao organizar o Conselho, captar o prévio apoio das mesmas. Isso, com um duplo e evidentíssimo propósito: conservá-las sob sua tutela, isto é, imunes ao vírus revolucionário, e isolar os vermelhos, cuja influência predomina precisamente em associações mais fracas e de menor importância econômica e social”. PEREIRA, Astrojildo. **Manobras suspeitas**. In: *Movimento Comunista*. n. 18-19. Rio de Janeiro, mar. 1923, p. 83.

lhe garantia alguns direitos. A questão para os comunistas era fazer as demandas avançarem do terreno econômico para o campo da política.

Não obstante, a frente única com a CSCB de Sarandy Raposo chegou ao fim diante da nova onda repressiva lançada por Bernardes após a insurreição armada de 5 julho de 1924. Diante do levante tenentista, Sarandy evidenciou todas suas amarras com o Estado e propôs lançar um manifesto em apoio ao governo. Tal proposta motivou o rompimento com os comunistas. Com a reimplantação do Estado de Sítio e a nova onda de perseguições aos revolucionários, os reformistas encontraram o caminho aberto para reorganizar os sindicatos de acordo com os interesses da colaboração de classe. Apenas para exemplificar, a União dos Operários em Fábrica de Tecidos e a União dos Operários Metalúrgicos eram duas associações tradicionalmente combativas que neste período foram cooptadas pelos agentes do governo e abraçaram a via legalista reformista. Quando Bernardes encerrou seu mandato o sindicalismo colaboracionista já controlava boa parte do movimento operário.³²⁴

1.3 O PCB e a luta nos sindicatos

Mesmo diante do fracasso da frente única, os comunistas alcançaram uma importante vitória no terreno sindical. Trata-se da Greve dos Gráficos em São Paulo em fevereiro de 1923. Apesar do movimento sindical ser mais frágil nesta cidade, foi na capital paulista que os gráficos iniciaram um movimento paredista que teve grande repercussão. Esta greve instituiu o 7 de fevereiro com o Dia do Gráfico e, de acordo com Dulles, “revelou uma força fora do comum para os sindicatos operários de seu tempo”.³²⁵ À frente do movimento estava o gráfico João da Costa Pimenta, que se tornou uma das principais lideranças operárias do seu tempo.

Nascido em 1891, na cidade de Campos no Rio de Janeiro, iniciou suas atividades políticas em 1915, quando se tornou redator do jornal anarquista, *Na Barricada*, onde atuou ao lado de Astrojildo Pereira. Em 1918 foi preso durante a greve da Cantareira e também esteve envolvido na fracassada insurreição de novembro. No ano seguinte, participou da fundação da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) e se tornou uma das mais importantes lideranças da

³²⁴ “A lista de organizações sindicais que comparecem à cerimônia de homenagem ao fim do mandato de Bernardes é reveladora do número de associações que terminaram por se bandear para o lado do governo neste período. (...) No ato da cerimônia da homenagem que lhe foi prestada pelas entidades sindicais, Bernardes pôde concluir seguramente que depois de si o panorama sindical brasileiro já não seria o mesmo. Tanto pelo controle como pela cooptação, a vida de muitas associações operárias cariocas tinha se transformado radicalmente”. Z Aidan Filho, Michel. *Comunistas em céu aberto*. Op. cit., pp. 81-95.

³²⁵ DULLES, John W. F. Op. cit., p. 169.

categoria. João da Costa Pimenta atuou junto aos anarcossindicalistas, depois ingressou no PCB e, posteriormente, se juntou aos trotskistas.

Durante a greve de 1923, entre as reivindicações destacavam-se o reconhecimento de um salário mínimo e um aumento salarial entre 15 e 20%. Em 31 de janeiro esta proposta foi apresentada numa grande assembleia que reuniu mais de 3 mil trabalhadores. Depois de aprovada pelos operários, ela foi encaminhada às 45 indústrias gráficas da cidade. Exigiu-se o aumento nos vencimentos e a aplicação do salário mínimo. Sem receber qualquer resposta dos diversos patrões, a UTG realizou em 7 de fevereiro um grande comício e declarou greve.

Em menos de duas semanas, os grevistas conseguiram que 5 empresas aceitassem os termos. A greve ganhou força quando começou a faltar bilhetes impressos e o tráfego ferroviário foi suspenso. A agitação lançada pelos gráficos atingiu outras categorias que também pararam, reivindicando aumentos salariais. Diante da ampliação do movimento, a repressão entrou em cena e no final de fevereiro, João da Costa Pimenta foi intimado a depor, acabou preso e enviado para o Rio de Janeiro. Essa detenção arbitrária gerou uma comoção social e uma manifestação organizada pelos comunistas conseguiu a libertação do líder sindical que voltou a São Paulo para negociar o encerramento da greve. Ao longo do mês de março diversas empresas foram firmando acordos com os gráficos e no dia 24, a imprensa operária celebrou a vitória dos grevistas.³²⁶

O sucesso do movimento e o crescimento da liderança de João da Costa Pimenta animaram os comunistas que viam boas perspectivas de luta em São Paulo. Astrojildo Pereira ainda aproveitou a oportunidade para reafirmar a superioridade da tática comunista sob a tática anarcossindicalista, indicando que a centralização era uma medida necessária.³²⁷ Não obstante, a greve dos gráficos de 1923 foi uma experiência isolada. A perspectiva de que a partir de então, o PCB ampliaria sua força junto aos sindicatos e impulsionaria a vitória de outras categorias, não se confirmou. Neste primeiro momento, esta greve permaneceu como o único exemplo de sucesso da luta dos comunistas nos sindicatos.

A partir de 1925 os comunistas ampliaram suas atividades sindicais. As resoluções do II Congresso reafirmaram a unidade sindical e a necessidade de se aproximarem dos sindicatos

³²⁶ “Foi com efeito necessária uma energia férrea para, no meio da desorganização em que nos arrastamos, fazer triunfar as reivindicações de uma classe isolada. Mas os gráficos venceram”. PEREIRA, Astrojildo. **O despertar do proletariado: a vitória dos gráficos paulistas**. In: *Movimento Comunista*. n. 18-19. Rio de Janeiro, mar. 1923, p. 112.

³²⁷ “O movimento operário no Brasil só poderá tomar corpo e progredir se obedecer a um plano de conjunto, a uma direção firme e definida. Para isso é necessário organizar o mais breve possível uma confederação geral dos trabalhadores, apoiada sobre bases que permitam o ingresso de todas as categorias de assalariados de todos os partidos e tendências”. Ibidem.

dominados por tendências reformistas. A partir da frente única começaram a desenvolver um trabalho de agitação e propaganda, a fim de denunciar as lideranças reformistas, conquistar os trabalhadores e a direção destas organizações.

Segundo dados apresentados por Heitor Ferreira Lima, por volta de 1925, os comunistas já controlavam, pelo menos 8 sindicatos: Centro Cosmopolita; União dos Operários em Fábricas de Tecidos; Sindicato dos Metalúrgicos; Associação dos Marinheiros e Remadores; União dos Alfaiates; Sindicato dos Barbeiros; Sindicato dos Gráficos e o Sindicato do Padeiros.³²⁸ Em São Paulo, a influência era menor, destacando apenas a atuação junto aos Gráficos e aos empregados em hotéis, restaurantes, confeitarias, bases, cafés e congêneres, que publicavam o jornal *O Internacional*.³²⁹

O II Congresso apontou os nomes de Joaquim Barbosa e Manoel Cendón como os responsáveis pela questão sindical na CCE do PCB. E neste período alguns militantes do partido já se destacavam como líderes sindicais. Podemos citar Heitor Ferreira Lima que atuava na União dos Alfaiates; João da Costa Pimenta, Mário Grazzini e Aristides Lobo que dirigiam os gráficos em São Paulo, José Lago Morales que atuava entre cozinheiros e garçons no Centro Cosmopolita, Minervino de Oliveira entre os marmoristas e Joaquim Nepomuceno entre os ferroviários.

Os gráficos eram uma categoria que reunia jornalistas, escritores e outros intelectuais. Desde 1923, com a presença de João da Costa Pimenta na UTG, este sindicato esteve sob influência dos comunistas. Com a presença de Mário Grazzini e Aristides Lobo a tendência comunista ficou ainda mais fortalecida. Grazzini que era do CE do PCB em São Paulo se tornou o primeiro secretário geral da Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil (FTGB), fundada em maio de 1927. Aristides Lobo também se tornou uma importante liderança entre os gráficos. Nascido em 1905, na cidade de Monte Santo em Minas Gerais, entrou para o PCB com apenas 18 anos, em 1923. Professor de língua portuguesa, se destacava como ativista e grande orador, além de redator, contribuiu com diversos artigos em jornais operários.

Mesmo diante da pequena expressão numérica³³⁰ e de todas as dificuldades impostas pela clandestinidade e pela repressão desencadeada a partir do levante de 1922, os comunistas

³²⁸ LIMA, Heitor Ferreira. *Op. cit.*, p. 37.

³²⁹ DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 153.

³³⁰ Não existem documentos que nos apresente dados exatos sobre a quantidade de membros do PCB. São poucos documentos e alguns contraditórios ou superestimados. Mas de acordo com a documentação disponível, sabemos que no ato da fundação o partido contava com 73 militantes em seus diversos núcleos. No ano seguinte, o cálculo gira em torno de 250, dos quais mais da metade residia no Rio de Janeiro. Octávio Brandão fala em 300 membros em maio de 1923. BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*, *Op. cit.*, p. 249. Por sua vez, Heitor Ferreira Lima informa 150 filiados no Rio e Niterói em 1924, organizados em células de bairros. LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 47..

conseguiram avanços em alguns sindicatos da capital federal e de São Paulo. Permaneciam uma força minoritária, mas seguiam ampliando o terreno de atuação e divulgando o programa em torno da unidade e da unificação sindical.

2. A teoria dualista e as etapas da revolução brasileira

As revoltas tenentistas de 1924 tiveram um grande impacto sobre os comunistas brasileiros, pois motivou uma interpretação mais acabada sobre a estrutura econômica nacional e sobre o caráter da revolução brasileira, destacando os seus agentes e o papel do proletariado. Até 1924 a principal questão teórica debatida pelos comunistas havia sido o problema da organização do movimento operário. A questão em torno da interpretação da realidade brasileira ainda não havia sido colocada em pauta.³³¹

Aos militantes comunistas não faltava força de vontade e disposição para lutarem pela causa operária. Todavia, apresentavam limitações teóricas, tinham pouco conhecimento sobre as obras clássicas do marxismo, o que resultou em leituras e interpretações esquemáticas que não traduziam a realidade social brasileira. No início da década de 1920, a maior parte dos textos de Marx não havia sido traduzida para o português e poucos conseguiam realizar leituras em outras línguas.

Octávio Brandão não esteve ao lado de Astrojildo Pereira quando este constituiu o Grupo Comunista do Rio de Janeiro em 1921 e também não foi um dos membros fundadores do PCB em março de 1922. Ele iniciou sua militância no movimento anarcossindicalista de Maceió por volta de 1916, onde atuou nos sindicatos e contribuiu com vários jornais operários locais, tais como *Tribuna do Povo* e *A Semana Social*, ambos dirigidos por Canellas. Foi neste período que conheceu a literatura anarquista de Kropotkin e de Bakunin, e também entrou em contato com Astrojildo e José Oiticica, que tinham sido deportados para Alagoas depois da fracassada insurreição de 1918.

No ano seguinte, Brandão se transferiu para o Rio de Janeiro e participou da fundação do Partido Comunista-Anarquista de 1919, do Grupo Comunista Brasileiro Zumbi e, em 1921, foi um dos fundadores do Comitê de Socorro aos Flagelados da Rússia. Atuando na capital federal, esteve próximo de Oiticica e de Pereira e participou de perto das discussões sobre a

³³¹ “No início da década de vinte, no Brasil, o que estava em jogo para a esquerda era a *Teoria da Organização*. Ao que parece, o PCB não sentia falta de uma teoria da revolução. (...) O período entre março de 1922 aos começos de 1924, é o período da constituição do partido como seção brasileira da Internacional Comunista. Todas as questões internas e externas, enfrentadas pelos comunistas, estão voltadas para a construção da organização partidária”. FERREIRA, Pedro Roberto. *Op. cit.*, pp. 68-70.

Revolução Russa que levaram ao processo de cisão no movimento operário brasileiro. Por um momento, Brandão esteve mais próximo de Oiticica e dos libertários. Contudo, em outubro de 1922 ele se aproximou definitivamente do bolchevismo e se filiou ao PCB.

Desde que começou a militar, Brandão demonstrou interesse em questões teóricas e históricas, antes de estudar os anarquistas, havia se interessado pelo positivismo e pelo evolucionismo social, que dominava o pensamento acadêmico daquele período. Assim, além de contribuir com diversos jornais e periódicos, em 1922 também publicou o livro *Rússia proletária*, que apresentava uma coletânea de artigos sobre a situação da Revolução Russa. Foi neste período que teve contato com duas obras de Lenin, *O Estado e a Revolução* e o *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, textos que exerceram grande influência em seus escritos posteriores.³³²

Octávio Brandão se empenhou na escrita da primeira análise mais abrangente sobre a realidade brasileira. Sua motivação imediata foi a derrota da revolta tenentista de julho de 1924.³³³ O texto teve seu primeiro rascunho apresentado em agosto daquele mesmo ano. Mas só foi publicado em abril de 1926, com o pseudônimo de Fritz Mayer e com uma editora com sede em Buenos Aires. Estas manobras foram necessárias para burlar a repressão. A obra recebeu o título de *Agrarismo e industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*.

O objetivo imediato da análise era compreender as revoltas militares que estavam agitando a vida política brasileira. Todavia, a proposta tomou uma forma mais abrangente e avançou de questões pontuais para uma reflexão sobre a estrutura de desenvolvimento econômico e político do Brasil. A tese fundamental lançada pelo revolucionário alagoano foi a da oposição entre os interesses dos produtores de café e a burguesia industrial. De um lado uma economia agrária-feudal, baseada no latifúndio e na servidão e, de outro, uma economia urbano-industrial fundada na produção em série e no trabalho assalariado. O agrarismo dos produtores de café representava o passado, mais precisamente uma estrutura “medieval”, enquanto que o industrialismo urbano representava o capitalismo avançado. Esta disputa entre dois setores da

³³² Sobre a influência de *Agrarismo e Industrialismo*, Brandão escreveu em suas memórias: “O livro foi orientado pela obra de Lênin – *O Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, que eu acabava de ler em tradução francesa. Baseou-se em materiais que vinha acumulando, durante anos, sobre as empresas estrangeiras”. BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas. Op. cit.*, p. 285.

³³³ “Nesta hora, na clandestinidade, caçado pela polícia política, eu estava na casa do meu amigo e conterrâneo jornalista Rodolfo Mota Lima, (...) O amigo chegou da rua, completamente desesperado com a notícia da derrota dos revoltosos de São Paulo. No fundo da sala de jantar, sentado no primeiro degrau de uma escada de ferro, ouvi a narrativa da derrota e, serenamente, comecei a escrever *Agrarismo e Industrialismo*. Terminei a parte fundamental menos de um mês depois, a 22 de agosto de 1924. Tirei imediatamente cópias a máquina e espalhei-as entre os amigos”. *Ibidem*.

economia nacional foi apresentada como o ponto determinante dos confrontos políticos que estavam em curso.

O livro apresenta diversas limitações. Uma breve leitura do texto é suficiente para se constatar várias deficiências e confusões teóricas.³³⁴ Salta aos olhos a forma mecânica e até ingênua como o método “dialético” foi empregado.³³⁵ Era como se Brandão tivesse encontrado uma fórmula matemática, ou melhor, uma “lei histórica” a qual aplicava esquematicamente a realidade brasileira. A dialética de Marx parece se reduzir à tríade hegeliana: tese, antítese e síntese, que foi utilizada em diversas passagens para legitimar a superioridade do PCB, bem como a inevitabilidade da vitória do movimento operário.

Assim, a partir de uma interpretação dualista da estrutura econômica brasileira, Brandão desenvolveu uma argumentação esquemática, apresentando a história como um processo linear e progressista, no qual os modos de produção se sucediam como etapas necessárias.³³⁶ Sua concepção refletia mais a influência do positivismo e das ciências naturais baseadas numa perspectiva progressista do que propriamente a interpretação de Marx.³³⁷

O primeiro ponto tratado pelo alagoano foi a revolta de 1924, que foi apresentada como a “segunda batalha que a pequena-burguesia nacional travou contra os fazendeiros de café, senhores da nação”.³³⁸ O comunista lançou a tese de que as revoltas tenentistas significavam a luta da classe média contra a oligarquia cafeicultora. Depois das eleições de 1922, Brandão afirmou que a burguesia estava cansada de se empenhar pela via legalista e partiu para via

³³⁴ O próprio Brandão reconhece que seu texto apresenta problemas: “A obra tem *falhas*. Não compreendeu, com a devida clareza, o caráter e o conteúdo da revolução no Brasil. Nem suas forças motrizes. Nem suas etapas. Nem a ligação e a correlação entre as etapas. Nem o desenvolvimento e a transformação da revolução agrária, popular, democrática e anti-imperialista, em revolução proletária, socialista. Subestimou a importância camponesa – os melhores aliados da classe operária. Não viu com clareza a diferença entre os vários grupos dos trabalhadores revoltosos. Exagerou a significação da tríade – a tese, antítese e síntese. Fez uma aplicação esquemática da tríade materialista à História do Brasil. Apesar destas e de outras falhas, trata-se de um livro progressista e revolucionário, de pioneiro e precursor”. *Ibidem*, p. 287.

³³⁵ “Do ponto de vista instrumental conceitual utilizado, a inovação teórica mais espetacular do estudo é a adesão do autor à “dialética marxista”. Exatamente nesse ponto, porém, nos deparamos com um formidável mal-entendido, já que Brandão reduz a “dialética marxista” à tríade hegeliana: “tese-antítese-síntese”.” KONDER, Leandro. *A derrota da dialética. A recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 183.

³³⁶ “A “dialética” de O. Brandão se constitui através de conteúdos preestabelecido, dispensando as principais singularidades da realidade social, levando-o a uma exarcebação do mecanicismo analítico, cujas afirmações se negam por se chocarem entre si. Elementos positivos e não afirmações/negações, apropriados para o entendimento das antinomias, mas nunca para as contradições”. FERREIRA, Pedro Roberto. *Op. cit.*, pp. 81-82.

³³⁷ “Octávio Brandão na sua própria trajetória intelectual de um apaixonado pelas ciências da natureza, pelo progresso e pela ciência como remédio para os piores males que assolam a humanidade. Essa perspectiva de fundo positivista que permeou toda a reflexão socialmente progressiva no Brasil, esteve presente não só na juventude militar em suas ações voltadas para o progresso social, mas também na cultura operária de estampa anarcossindicalista”. DEL ROIO, Marcos. *Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil*. In: **Crítica Marxista**. n. 18, 2004, p. 122.

³³⁸ BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo*. *Op. cit.*, p. 25.

armada. A guerra civil seria a forma pela qual ela levaria a cabo sua “tentativa de aniquilamento dos elementos feudais”.³³⁹

Ao apontar as causas econômicas do levante, Brandão destacou a oposição entre campo e cidade: “A rivalidade entre os grandes industriais e os grandes fazendeiros de café”,³⁴⁰ foi apresentada como a grande causadora dos motins militares. A revolta era resultado das precárias condições de desenvolvimento da burguesia nacional que tinha seu crescimento restringido pela atuação dos setores agrários. Argumentou-se que o crescimento dos setores urbanos, propriamente burgueses, estava sendo barrados e a burguesia sofria as consequências de uma política econômica pautada na exportação do café.³⁴¹

Um dos principais pontos apresentados foi a caracterização do Brasil como um país atrasado. Em primeiro lugar, Brandão enfatizou a estrutura econômica arcaica, a qual ele identificou como “feudal” ou “semifeudal”. Afirmou que “a economia é instável, baseada num produto secundário, o café, sujeito a todas as flutuações do mercado (...). Economia agrária, economia feudal, como a da Espanha”.³⁴² De acordo com esta leitura, o que caracterizava a economia brasileira era o agrarismo, o qual ele não identificou como um empreendimento burguês, mas como produto de uma economia pré-capitalista, marcada pelo atraso do desenvolvimento das forças produtivas.³⁴³ Brandão não percebeu que apesar do campo possuir características arcaicas, como o baixo desenvolvimento das forças produtivas, estes elementos se combinavam com outros propriamente capitalista.

As discussões sobre a formação econômico-social do Brasil perpassam pela caracterização das formas produtivas. A obra de Brandão inaugurou no interior da esquerda brasileira a interpretação de que o Brasil colonial apresentava um caráter feudal.³⁴⁴ Tal

³³⁹ Ibidem, p. 28.

³⁴⁰ Ibidem, p. 26.

³⁴¹ “As restrições aos interesses dos grandes comerciantes, dos grandes usineiros e exportadores de açúcar, que não se resignam a ver seus lucros diminuírem. A exploração desenfreada dos país pelos grandes fazendeiros de café. A concentração capitalista e o seu corolário – o empobrecimento sistemático dos pequenos proprietários, pequenos comerciantes, industriais e funcionários nestes últimos dez anos, isto é, a proletarização da pequena burguesia”. Ibidem, p. 26.

³⁴² Ibidem, p. 33.

³⁴³ “(...) caracterizando a agricultura cafeeira como uma empreitada pré-capitalista, associando o fazendeiro de café ao senhor feudal, e os trabalhadores das fazendas como servos de gleba. Este esquematismo permeia toda a sua obra. Para corroborar as suas teses sobre o “Brasil feudal”, estabelece uma relação de vassalagem entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, relação esta baseada no valor da produção cafeeira para cada estado”. ALMEIDA, Miguel Tavares de. *Liga Comunista Internacionalista*. *Op. cit.*, p. 29.

³⁴⁴ Essa interpretação foi bem aceita pela intelectualidade do partido, não apenas por serem as teses da Internacional, mas porque era uma tese já aceita e bastante difundida pelos intérpretes da história brasileira. De acordo com Mazzeo “a presença de uma análise que admitia a existência de formas sociais de caráter “feudal” no Brasil antecede à introdução das teses da Internacional Comunistas, por meio do Partido Comunista. Capistrano de Abreu, em seu pioneiro *Capítulos da história do Brasil*, já em 1907, realçava os “elementos feudais” na organização das capitânicas hereditárias, passos analíticos que foram seguidos por importantes pensadores

concepção apresenta similaridades com as teses evolucionistas, positivistas, propriamente burguesas, mas também com àquelas lançadas e difundidas pela II Internacional, por Plekanov, pelos mencheviques e, com a interpretação stalinista da teoria da história.³⁴⁵

A estrutura econômica do Brasil foi comparada a estrutura da Europa medieval.³⁴⁶ Para Brandão este atraso se expressava principalmente no predomínio da produção cafeeira que utilizava dos recursos públicos para garantir por meio da política de valorização, da construção de armazéns e da concessão de empréstimo, os lucros destes fazendeiros cafeeiros. As estruturas do Estado apareciam como um reflexo da economia agrária: “A política é fatalmente agrária, política de fazendeiros de café, instalados no Palácio do Catete”.³⁴⁷

As revoltas militares apareciam então, como uma manifestação da burguesia contra a política agrária. Buscavam uma transformação: “vemos nessa revolta um processo, a elaboração de alguma coisa nova que quer surgir sem poder ainda: a vitória do industrialismo sobre o agrarismo; a vitória da burguesia industrial sobre os agrários”.³⁴⁸ Esta interpretação após a segunda revolta tenentista já era bem diferente daquela apresentada em 1922, quando em artigos na revista *Movimento Comunista*, Astrojildo se manifestava descrente com tais iniciativas.

Brandão apresentou estas revoltas como portadoras de um elemento progressista, como uma etapa necessária para a revolução brasileira: “São dois mundos que se chocam: o feudalismo e o industrialismo. O industrialismo despedaçará o feudalismo. E o socialismo despedaçará o industrialismo burguês”.³⁴⁹ Assim, a luta ganhou um caráter positivo, entendida como uma etapa necessária para o avanço do capitalismo e das próprias forças proletárias.

O desenvolvimento histórico e econômico do Brasil foi analisado à luz da experiência histórica europeia. Ele interpretou a realidade social brasileira de forma esquemática, tentando enquadrá-la no mesmo padrão apresentado pelos europeus. Fez referências ao “feudalismo” e a “medievalidade” e afirmou ser necessário superar esta estrutura agrária. O que ele almejava

brasileiros, como Oliveira Vianna e Nestor Duarte, entre outros”. MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 115-116.

³⁴⁵ No artigo intitulado “A influência do Leninismo de Stalin no comunismo brasileiro”, João Quartim de Moraes desenvolve uma reflexão sobre uma possível influência do stalinismo nas teses apresentadas em *Agrarismo e industrialismo*. Para o autor, existe sim uma convergência, mas ele aponta que ela provavelmente se deu de forma espontânea, uma vez que dificilmente, Brandão teria tido acesso, naquele momento, aos textos teóricos de Stalin. Ver: MORAES, João Quartim de. **A influência do Leninismo de Stalin no comunismo brasileiro**. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. 2 ed. Vol. 1. Campinas: Unicamp, 2013, p. 109 – 160.

³⁴⁶ “O fazendeiro do café, no Sul, como senhor de engenho, no norte, é o senhor feudal. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas. A organização proveniente daí é o feudalismo na cumieira e a servidão nos alicerces. Idade Média”. BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo*. *Op. cit.*, p. 36.

³⁴⁷ *Ibidem*, p. 35.

³⁴⁸ *Ibidem*, p. 138.

³⁴⁹ *Ibidem*, p. 47.

era que o Brasil realizasse a sua “Revolução Burguesa” seguindo o padrão inglês e francês.³⁵⁰ Trata-se de uma visão evolucionista e progressista, na qual é preciso ultrapassar etapas necessárias de desenvolvimento: superar o feudalismo, desenvolver o capitalismo e, posteriormente construir o socialismo.³⁵¹ Tal teoria é similar àquela que a IC começou a difundir a partir do V Congresso para serem aplicadas na China. Trata-se da tese etapista da revolução democrática-burguesa.³⁵²

Brandão também apontou que para compreender o verdadeiro significado das revoltas militares de 1922-24 era preciso assinalar a relação da economia brasileira com o mercado internacional. Baseando-se na leitura de Lenin, apontou a influência decisiva do imperialismo na economia nacional e na luta entre o campo “feudal” e “industrial”.³⁵³ Ele buscou situar a posição do Brasil no mercado internacional e afirmou que mesmo tendo relações com a burguesia alemã e francesa, apontou que “Inglaterra e América do Norte disputam a supremacia no mercado brasileiro”.³⁵⁴ Por conseguinte, as revoltas militares também expressavam o conflito entre o imperialismo inglês e norte-americano:

A luta pela supremacia no mercado brasileiro lança as duas burguesias inglesa e norte-americana numa guerra mortal. A Inglaterra apoia o presidente Bernardes, isto é, o fazendeiro de café, o agrário retrógrado. A América do Norte, direta ou indiretamente, apoia os revoltosos, isto é, a pequena-burguesia, atrás da qual, mais cedo ou mais tarde, agirá a grande burguesia industrial.³⁵⁵

As burguesias internacionais foram apresentadas como forças auxiliares dos dois setores que estavam em luta. Nesta concepção, os ingleses eram os principais aliados das forças

³⁵⁰ Brandão “acaba, de fato, por construir uma análise da realidade a partir de elementos pré-concebidos e cria um modelo que, apesar de se apresentar como original, na prática reproduz as concepções “etapistas da revolução” criadas a partir da realidade europeia, devendo o Brasil inevitavelmente passar pelo mesmo processo”. ALMEIDA, Miguel Tavares de. *Liga Comunista Internacionalista: Op. cit.*, p. 36.

³⁵¹ “Industrialismo significa burguesia industrial progressista, maior concentração da força de trabalho, revolução burguesa como já se prenunciava em “1924”, enfim, a transformação de um país semicolonial, feudal, atrasado e reacionário, em um país progressista do século XX. Como se vê, são projeções distantes da realidade concreta do Brasil, mas bem próximas das que envolvem a “via clássica” da revolução burguesa” FERREIRA, Pedro Roberto. *Op. cit.*, p. 79.

³⁵² Tal teoria se tornou consagrada e perdurou por várias décadas. Ela começou a ser questionada por Mário Pedrosa e Lívio Xavier em 1930, quando estes escreveram o *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*. Caio Prado Jr. em diversas obras, lançou um olhar atento sobre a formação econômica brasileira e rejeitou esta tese feudalista, apontando que o processo de colonização estava inserido no amplo processo de acumulação primitiva de capital. Assim, o autor buscou evidenciar o caráter capitalista do processo de colonização e inserindo-o também na lógica imperialista.

³⁵³ “Pela primeira vez na História do Brasil, a partir de agosto de 1924, mostrei as características do imperialismo como etapa especial do capitalismo, o papel dos monopólios e do capital financeiro. Citei muitos fatos sobre sua penetração no Brasil. Apontei-o como o inimigo principal. Tratei de mobilizar contra ele, milhares de trabalhadores. Chamei todo o povo brasileiro à luta mortal contra o imperialismo” BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas. Op. cit.*, p. 289.

³⁵⁴ Idem. *Agrarismo e industrialismo. Op. cit.*, p. 85.

³⁵⁵ Ibidem, p. 103.

agrárias, enquanto que os norte-americanos eram os apoiadores dos setores industriais.³⁵⁶ A análise das relações comerciais internacionais surgiu apenas para reafirmar o esquema dualista que norteava a argumentação de Brandão: “De um lado, o fazendeiro de café alia-se, nacional (Banco do Brasil) e internacionalmente (Rotshchild), ao financeiro. Do outro lado, o pequeno-burguês alia-se, nacional (José Carlos Macedo Soares) e internacionalmente (Estados Unidos), ao burguês industrial”.³⁵⁷ O conceito de imperialismo apareceu na análise como um elemento auxiliar que cumpriu o importante papel ao corroborar com a estrutura dualista.

De acordo com Brandão, a principal luta no campo nacional deveria ser contra o fazendeiro de café, que representava os resquícios do feudalismo no Brasil. E no campo internacional a luta era contra o imperialismo inglês, pois este representava as forças mais retrógradas, a manutenção da estrutura agrária e o impedimento da indústria e do próprio proletariado. “Neste momento, nosso combate principal não é contra a burguesia da Suíça ou da Bélgica, não é contra a burguesia do dólar, e sim contra a burguesia da esterlina, protetora da bestial burguesia do café no Brasil”.³⁵⁸ As teses de Brandão também apresentaram um imperialismo mais ‘atrasado’ e outro mais ‘progressista’. E nesta configuração, o grande adversário era o imperialismo inglês, uma vez que estava atrelado à estrutura agrária.

2.1 A pequena-burguesia, o proletariado e as alianças do PCB

Os levantes militares de 1922 e 1924 foram interpretados como resultado da contradição fundamental entre os setores agrários e industriais. Tal conflito não havia sido solucionado e caminhava para o advento de uma “terceira revolta”. Ao PCB caberia o papel de ampliar suas alianças forjando uma articulação entre o proletariado, o campesinato e a pequena-burguesia revolucionária (tenentista). Assim, a luta contra as forças agrárias-feudais apareceu como continuidade aos movimentos militares. Surgiu então, a tese de que os comunistas deveriam estabelecer alianças com as forças que se colocassem contrárias aos setores do campo.

³⁵⁶ “O Feudalismo brasileiro, apontado por O. Brandão, não se achava suspenso no ar. Recebia uma sustentação importante do Capitalismo financeiro inglês, com empréstimos e investimentos, diretos e indiretos para a produção cafeeira. Estabelecendo um paralelo com os empréstimos e investimentos do Capitalismo norte-americano, feitos no Brasil dessa época, Brandão e os pecebistas inferiam a célebre tese: O Agrarismo se apoia no Imperialismo Inglês, o Industrialismo, no Imperialismo Ianque. Por quê? Como o Imperialismo norte-americano é competidor do inglês só restará essa outra alternativa como setor para a sua expansão inicial” FERREIRA, Pedro Roberto. *Op. cit.*, p. 91.

³⁵⁷ BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo*, *Op. cit.*, p. 103.

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 110.

Brandão identificou que a pequena-burguesia, especialmente os setores militares, apareciam como verdadeiros agentes revolucionários.³⁵⁹

Neste cenário, no qual a luta principal deveria ser contra as oligarquias cafeicultoras, as forças pequeno-burguesas apareceram como aliadas e, caberia ao PCB marchar ao lado delas contra o inimigo comum: “Apoiemos, como aliados independentes como classe independente, a pequena-burguesia na sua luta contra o fazendeiro de café, pois, segundo Marx, é preciso sustentar os partidos pequeno-burgueses quando estes resistem à reação”.³⁶⁰ Esta aliança foi apresentada como temporária, pois, num momento posterior ela deveria ser quebrada: “Empurremos a pequena-burguesia à frente da batalha, para que, mais cedo seja desbaratada pelas forças destruidoras da História, sustentando-a, diria Lenin, como a corda sustenta o enforcado”.³⁶¹

Na terceira parte de *Agrarismo e industrialismo*, escrita em 13 de março de 1925, a tática de alianças com as forças pequeno-burguesas se tornou ainda mais clara. Brandão lançou as seguintes palavras de ordem: “Pelo industrialismo! Pela revolta! Pelos militares pequeno-burgueses revoltosos! Pelos operários camponeses, soldados e marinheiros coligados!”.³⁶² Ao proletariado caberia a tarefa de se posicionar ao lado do industrialismo em sua luta contra o agrarismo. Tal objetivo colocava os trabalhadores como aliados destas forças urbano-burguesas.

Lançou-se assim, as bases para a aliança das forças operárias com a pequena burguesia e com a burguesia industrial, pois o objetivo imediato não era a revolução socialista, mas a revolução burguesa. A pequena burguesia se caracterizava, para Brandão, como uma vanguarda beligerante. O tenentismo apareceu como uma organização militarizada que estava na ponta de lança no combate às forças “feudais”.³⁶³ Caberia a pequena burguesia a tarefa de deflagrar a luta armada contra o agrarismo retrógrado. Assim, as revoltas militares foram entendidas como etapas da revolução democrática que se aproximava. Neste processo, o PCB tinha o papel de

³⁵⁹ “Em “Agrarismo e Industrialismo”, a costura de uma revolução burguesa no Brasil passa pelo pespontear da radicalização pequeno-burguesa, daí se privilegiar a análise da Insurreição de Isidoro em São Paulo. Octávio Brandão obstina-se na defesa de um projeto político revolucionário que compreende os militares, a burguesia nacional e o proletariado. Claro que, para um comunista, ao PC deveria caber sua condução. Mas, como seria possível tal condução, se esse nem sequer havia obtido uma grande penetração no meio operário?” FERREIRA, Pedro Roberto. *Op. cit.*, pp. 74-75.

³⁶⁰ BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo*. *Op. cit.*, p. 132.

³⁶¹ *Ibidem*.

³⁶² *Ibidem*, p. 160.

³⁶³ “O que seduz O. Brandão, entretanto, é a caracterização da força e organização, enfim, uma vanguarda beligerante que o tenentismo esboçou. Efetivamente, a vanguarda tenentista não procurava organizar os trabalhadores, o povo em geral, mas para um partido revolucionário na clandestinidade, tal colete se abecava muito bem”. FERREIRA, Pedro Roberto. *Op. cit.*, p. 75.

apoiar os revoltosos num primeiro momento e, posteriormente, levar a luta adiante, conquistando a hegemonia do processo. A teoria da revolução brasileira foi caracterizada como democrática, dirigida pela pequena-burguesia e apoiada pelo proletariado.

A China era entendida como o exemplo a ser seguido pelos demais países que se encaixavam na caracterização de “atrasados”, “feudais” ou “semicoloniais”. Por conseguinte, a linha política adotada na China a partir de 1924, que preconizava o ingresso do Partido Comunista Chinês no Kuomintang passou a ser referência também para os brasileiros. Essa aliança era justificada teoricamente a partir de uma perspectiva evolucionista, da noção de que a revolução passava por etapas necessárias. Por conseguinte, se concebia que a China e o Brasil, ainda deveriam passar pelo estágio de desenvolvimento capitalista para só num futuro indeterminado lutar pela revolução efetivamente socialista.³⁶⁴

Chama atenção o fato de que nas teses de Brandão a classe operária brasileira ocupa um papel complementar e subordinado. A classe operária não aparece na dianteira do processo. Ela não é o agente revolucionário da revolução. No final da década de 1910, o movimento operário brasileiro havia mostrado toda sua força mediante a realização de sucessivas greves e diversos atos de resistência. Todavia, este movimento recuou no início da década de 1920. Foi diante desta conjuntura que Brandão parece ter abandonado a classe operária como agente revolucionário para apostar suas fichas no tenentismo, identificando-o com a pequena-burguesia. Ferreira afirma que tal concepção expõe “um diagnóstico que poderia ser muito preocupante aos pecebistas: de que no Brasil não existia uma classe operária em condições de reivindicar uma transformação social revolucionária. Ou seja, a revolução social careceria do seu principal sujeito”.³⁶⁵ Almeida acrescenta:

Brandão concebia a sua teoria da revolução democrática pequeno-burguesa, como uma revolução burguesa sem burguesia, dirigida por um setor das forças armadas, os tenentes, que eram tomados por ele como os mais expressivos representantes da pequena-burguesia no Brasil. O autor não esclarece, contudo quem seriam esses setores médios e a sua representatividade social real. Toma os tenentes e os projeta como a vanguarda social da revolução democrática no Brasil.³⁶⁶

³⁶⁴ Brandão também lança palavras de ordem em apoio aos comunistas chineses que, naquele período estavam subordinados ao Kuomintang: “Pelo partido popular chinês Kuomintang, contra o partido feudal Tchili! Pelo pequeno-burguês progressista Sun Yat Sen, contra os imperialistas anglo-americanos e seus cães fila! Mas acima de tudo, pelo Partido Comunista Chinês, pelos operários, lavradores, soldados e marinheiros da China!”. BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo*. *Op. cit.*, p. 175. Esta passagem evidencia que os comunistas brasileiros estavam atentos ao cenário internacional e as lutas que os comunistas realizavam na Europa e no oriente.

³⁶⁵ FERREIRA, Pedro Roberto. *Op. cit.*, p. 87.

³⁶⁶ ALMEIDA, Miguel Tavares de. *Liga Comunista Internacionalista*. *Op. cit.*, p. 36.

Assim, crente numa suposta fragilidade dos trabalhadores e na incapacidade da burguesia industrial, Brandão apontou os militares revoltosos como os verdadeiros agentes do processo de transformação. O que as teses expressas em *Agrarismo e industrialismo* apontaram e que se tornou evidente nas formulações posteriores foi o abandono da classe operária como agente revolucionário.

A tese da revolução democrática pequeno-burguesa promoveu uma mudança substancial na tática dos comunistas brasileiros. Com a renúncia de uma perspectiva imediatamente socialista, a classe operária e suas lutas sindicais perderam a centralidade programática. A concepção de que a revolução seria resultado da ação da classe operária organizada em seus sindicatos e dirigida pelo partido de vanguarda foi substituída por uma concepção insurrecional com base no apoio militar.

Enquanto não se concretizasse a revolução democrática-burguesa e se formasse as condições para uma revolução socialista, a luta sindical cumpriria um papel meramente econômico, de defesa das condições materiais dos trabalhadores. Sua perspectiva política era deixada de lado. Afinal, argumentava-se que não havia condições para uma revolução com caráter socialista, dirigida pela classe operária. Com efeito, os sindicatos passaram a ser vistos simplesmente como uma base de apoio para o partido ampliar sua influência em e seu poder de barganha junto à pequena burguesia e ao movimento tenentista.

Um dos pontos mais debatidos pelos historiadores gira em torno da relação teórico-política estabelecida entre o PCB e a Comintern. Alguns defendem que esta relação sempre se deu pela sujeição dos brasileiros. Paulo Sérgio Pinheiro, por exemplo, apresenta a ideia de que a fundamentação teórica da concepção lançada pelos comunistas não traz características próprias, mas seria apenas uma adaptação das teses da IC. Assim, os brasileiros não tiveram nenhuma autonomia criativa, nem política, nem teórica. Ele afirma que “A aplicação dessas condições padecia de uma transposição mecanicista para um contexto muito diferente”.³⁶⁷

Nesta questão, concordamos com Zaidan Filho quando este afirma que até a realização do VI Congresso da IC em 1928 e do III Congresso do PCB, os brasileiros desfrutaram de uma “relativa autonomia em relação à Internacional Comunista”.³⁶⁸ Acreditamos que ela foi possível porque precedeu o período de bolchevização (stalinização) dos partidos latino-americanos. Durante o V Congresso da IC em 1925, o triunvirato lançou a palavra de ordem pela “bolchevização” dos partidos comunistas, mas este processo atingiu fundamentalmente os

³⁶⁷ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 121.

³⁶⁸ ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto*. *Op. cit.*, p. 22.

partidos europeus, especialmente aqueles onde militantes simpatizantes da Oposição ocupavam cargos na direção, como França e Polônia. Na América Latina, este processo só ocorreu a partir do VI Congresso da IC, já no período posterior à derrota da Oposição Unificada.

Zaidan Filho ainda aponta que esta relativa autonomia proporcionou uma elaboração teórico-política original: Em suas palavras: “Especificidade esta que se consubstancia na chamada “revolução democrática pequeno-burguesa””.³⁶⁹ Ele identificou que a tese da revolução brasileira como “democrática pequeno-burguesa” expressava a materialização teórica das análises do momento político-econômico brasileiro.³⁷⁰ Por conseguinte, a elaboração de Brandão, não seria mera transposição das teses da Comintern, mas um projeto original que se deu a partir das reflexões sobre os movimentos de 5 de julho.³⁷¹

Segundo Zaidan Filho, a originalidade era justamente a ênfase dada ao papel da pequena-burguesia. Ora, acreditamos que esta proeminência conferida ao papel das classes médias, antes de ser uma originalidade era um grande equívoco teórico. Pois, a pequena-burguesia não possui um programa próprio, independente. Como classe média, ela segue a burguesia ou o proletariado. Ou seja, ela é uma classe que sempre estará à reboque das duas classes fundamentais, nunca na vanguarda.³⁷² Zaidan Filho argumenta que “Esta caudalosa proposta organizatória vai desaguar, numa “revolução permanente” (no sentido marxista-leninista), onde as forças mais revolucionárias vão, através de sua agitação, impondo às forças mais moderadas uma aprofundamento das conquistas”.³⁷³ Neste ponto, discordamos do autor, pois a teoria da “revolução permanente” se baseia justamente na incapacidade de qualquer fração da burguesia levar adiante um processo revolucionário.

As concepções lançadas por Brandão apresentam diversas limitações. Mas, mesmo com todos seus problemas conceituais, *Agrarismo e industrialismo* lançou uma teoria que

³⁶⁹ Ibidem, 1989, p. 10.

³⁷⁰ “Na verdade, ela procurou mediatizar as concepções “leninistas” (ou “Kominternianas”) à luz das particularidades nacionais. Daí, a singularidade da teoria revolucionária brasileira: nem burguesa, nem proletária, mas pequeno-burguesa”. Ibidem, p.25.

³⁷¹ “Será uma injustiça imperdoável não reconhecer que as suas estratégias e táticas, em relação aos movimentos de revolta da pequena burguesia, refletem profundamente as características da formação social brasileira. (...) a elaboração teórico-política do PCB na década de vinte é uma construção simultânea a eventos político-militares associados ao que se convencionou chamar de *tenentismo*”. Ibidem, pp. 13-14.

³⁷² “A sociedade contemporânea se compõe de três classes: a grande burguesia, o proletariado e as classes médias, ou pequena burguesia. As relações entre estas três classes determinam, em última instância, a situação política. As classes fundamentais são a grande burguesia e o proletariado. Estas duas classes são as únicas que podem ter uma política independente, clara e consequente. A pequena burguesia se caracteriza por sua dependência econômica e sua heterogeneidade social. Sua camada superior toca imediatamente a grande burguesia. Sua camada inferior se mescla com o proletariado, e chega mesmo a cair no estado de lumpemproletariado. De acordo com sua situação econômica, a pequena burguesia não pode ter uma política independente. Oscila sempre entre os capitalistas e os operários”. TROTSKI. *Aonde vai a França*. 1934. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1934/franca/cap01.htm>. Acessado em 15 abr. 2015.

³⁷³ ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto* (1922-1930). *Op. cit.*, pp. 19-20.

acabou perdurando pelas décadas seguintes. A interpretação dualista da realidade brasileira foi talvez o legado mais duradouro do PCB.³⁷⁴ A oposição feudalismo-capitalismo se evidenciou como o ponto-chave da interpretação de Brandão e, até a década de 1960, predominou entre boa parte da esquerda e da intelectualidade progressista.

2. 2 A frente única eleitoral

Quando a perseguição cessou e os pecebistas puderam gozar da liberdade de propaganda e manifestação, eles se propuseram a ocupar os espaços e iniciaram o ano de 1927 aproveitando a legalidade. Foi neste momento que conseguiram publicar no jornal *A Nação*. Órgão que tinha circulação nacional e pertencia a Leônidas de Rezende que era opositor de Bernardes, motivo que o levou à prisão durante o Estado de Sítio. Foi no cárcere que ele entrou em contato com os comunistas e se transformando num simpatizante. “Intelectual de formação positivista aproveitou os ócios do cárcere para estudar as teorias socialistas, que adquiriam ardente atualidade ao calor da Revolução Russa em desenvolvimento”.³⁷⁵ Assim, quando o Estado de Sítio foi suspenso, Leônidas procurou a direção do PCB e ofereceu transformar o seu diário em órgão comunista.³⁷⁶

Rapidamente o diário se tornou o carro-chefe da agitação do partido.³⁷⁷ Foi pelas páginas de *A Nação* que os comunistas publicaram a *Carta Aberta* com a Plataforma que lançou o Bloco Operário (BO) e fizeram a propaganda em torno dos seus candidatos para as eleições de fevereiro de 1927. Vale destacar que os comunistas não tinham nenhuma experiência anterior com a via eleitoral. Até então, tinham sido impedidos de participar ou tinham optado por

³⁷⁴ “Além de ter no Brasil orientado a leitura e a ação política do PCB, o texto foi levado a Moscou por Paulo Lacerda, entregue a Luiz Carlos Prestes na Bolívia e a disseminado no exército pelo positivista histórico Gal. Ximeno de Villerov, tendo conseguido, portanto, a repercussão possível naquele difícil momento”. DEL ROIO, Marcos. **Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil**. *Op. cit.*, p. 121. “A démarche de Octávio Brandão que estipula uma economia agrário exportadora na Primeira República, em contradição com a industrial, voltada para o mercado interno, liberal, progressista, pode ser apontada como a precursora das teses de Nelson Werneck de Sodrê, H Jaguaribe, G. Ramos, W. Guilherme, E. Carone, etc” FERREIRA, Pedro Roberto. *Op. cit.*, p. 76.

³⁷⁵ PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*. *Op. cit.*, p. 101.

³⁷⁶ “No cabeçalho do jornal que saiu a 3 de janeiro de 1927, evidenciavam-se à primeira vista os veementes sinais de seu novo caráter: desenho da foice e o martelo, o dístico “Proletários de todos os países uni-vos!”. *Ibidem*.

³⁷⁷ *A Nação* ocupou lugar de destaque na difusão da proposta da “unidade sindical” e na preparação do Congresso Sindical Regional de 1927, no qual foi fundada a Federação Sindical do Rio de Janeiro. Além de questões concernentes a política e a economia nacional, o jornal também atuou na difusão de questões internacionais. Publicou artigos em defesa da Revolução Russa, lembrando que jamais publicou questões acerca das disputas internas. As críticas da Oposição Unificada e os debates que se travavam não eram publicados se quer na própria URSS. Mas também se escreveu sobre o fascismo e sobre a Revolução Chinesa. Sobre este último ponto, as versões que chegavam até os brasileiros era a stalinista, que defendia a união dos comunistas ao kuomintang. Enfim, entre janeiro e agosto de 1927, quando foi fechado pela Lei Celerada, *A Nação* ocupou o vazio deixado pela publicação de *A Classe Operária* serviu de porta-voz do partido.

boicotar as eleições.³⁷⁸ Na primeira República o processo eleitoral ainda era bastante restrito, pois excluía mulheres, analfabetos e mendigos.³⁷⁹ Não havia nenhuma legislação específica acerca da organização dos partidos políticos e os candidatos poderiam se apresentar de forma livre, sem estabelecer vínculo com legendas partidárias.

Diante da proximidade das eleições e das dificuldades apresentadas, o PCB optou por lançar uma “frente única” com o objetivo estritamente eleitoral. De acordo com Astrojildo, os comunistas avaliaram a situação e perceberam que “não possuíam capacidade real para participar da eleição com alguma vantagem, mínima que fosse, e que a saída mais acertada seria apelar para unidade da classe operária e formar uma frente única eleitoral”.³⁸⁰ Foi então, que em 05 de janeiro de 1927, as páginas de *A Nação* apresentaram uma *Carta aberta* a diversas entidades e personalidades políticas, que se proclamavam representantes da classe operária.³⁸¹

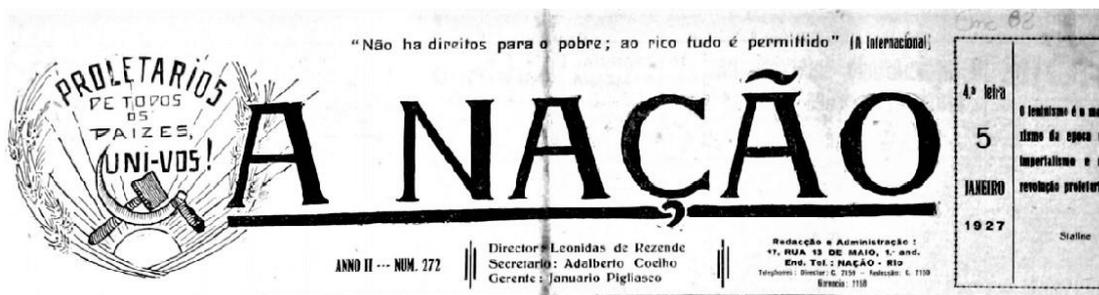


Fig. 04 - Logotipo de *A Nação*, nº 272, 5 jan. 1927.
Fonte: AMORJ

A aliança deveria se fundar a partir do consentimento em torno de uma plataforma eleitoral. Esta apresentava 13 pontos que deveriam orientar a atuação dos candidatos. Em primeiro lugar, almejava-se que os candidatos se comprometessem em desenvolver uma política independente de classe, que seus mandatos se tornassem da classe trabalhadora: “Os candidatos do Bloco Operário tomam o prévio compromisso de subordinar sua atividade

³⁷⁸ “Mesmos cientes da existência de um posicionamento categórico da IC com relação à participação dos comunistas no processo eleitoral e nos parlamentos, havia uma resistência, decorrente da formação anarquista de grande parte dos militantes que compuseram o núcleo inicial do PCB, a atuar nesse campo”. KAREPOS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 32.

³⁷⁹ “Apenas 2.190.539 tinham direito de voto em 1920, ou seja, 7,15% da população do país. Esta era, todavia, a população que potencialmente tinha esse direito. A que efetivamente exercia era bem menor, pois o alistamento e o voto não eram obrigatórios”. *Ibidem*, p. 15.

³⁸⁰ PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*. *Op. cit.*, p. 110.

³⁸¹ “O PCB, recobrada a legalidade, decidiu levar a fundo a ideia de frente única, buscando ampliá-la por meio de alianças eleitorais, de aproximação com intelectuais positivistas e liberais, em defesa de pontos específicos do programa de proteção dos interesses imediatos das massas populares. Por um certo período o exemplo de política de alianças foi sacado da experiência chinesa”. DEL ROIO, Marcos. *O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil*. *Op. cit.*, p. 81.

parlamentar ao controle da massa operária, cujo pensamento ouvirão em cada ocasião”.³⁸² O programa continha reivindicações imediatas e de ordem política. Mas de forma geral, podia ser caracterizado como reformista, pois trazia aspirações mínimas.

Assim, o PCB apelou à Maurício Lacerda³⁸³, ao Partido Socialista e à diversos centros políticos de operários do Rio de Janeiro e de Niterói. A direção comunista afirmou que se estes eram verdadeiros representantes do proletariado, deveriam se aliarem ao BO e aceitarem a Plataforma. Todavia, analisando os termos que a carta apresentou, parece ficar claro que o objetivo dos comunistas não era a concretização da frente única com Lacerda e com o Partido Socialista. Afinal, quando se referiu a Lacerda, afirmou-se: “O PCB, mesmo desconfiado, quer confiar em Maurício de Lacerda e, em nome da classe operária, propõe-lhe a formação de uma frente única proletária”.³⁸⁴ E quando convocou o Partido Socialista afirmou: “Falando claro e franco, nós não acreditamos na sinceridade dos chefes do PSB nem dos seus candidatos e muito menos em sua influência ou força eleitoral (...)”.³⁸⁵

Diante dessas palavras, parece que os comunistas não desejavam de fato o aceite dos socialistas. O objetivo da carta parece ser provocar a recusa destes, para que o PCB pudesse denunciá-los como traidores da classe operária, por não se submeterem à unidade. Buscavam uma aproximação com os socialistas, justamente para denunciá-los perante o proletariado, revelando que não defendiam de fato os interesses da classe trabalhadora. E, de fato, Maurício de Lacerda e o PSB não aceitaram a proposta dos comunistas e não aderiram ao BO. Por conseguinte, durante a campanha eleitoral o PCB não apenas promoveu os seus candidatos como repudiou os candidatos socialistas.

Das diversas entidades e personalidades as quais o PCB solicitava adesão à frente única, responderam favoravelmente, Azevedo Lima³⁸⁶, o Centro Político Proletário da Gávea e o Centro Político de Niterói. Maurício de Lacerda, o Partido Socialista e as demais organizações não aceitaram participar do BO. As eleições estavam marcadas para 24 de fevereiro de 1927. A

³⁸² Ibidem, p. 119-120.

³⁸³ “Maurício de Lacerda obteve um mandato de deputado federal no ano de 1912, mesmo ano em que seu pai fora nomeado pelo presidente da República para o Supremo Tribunal Federal. Reeleito sucessivamente até 1921, quando perdeu o mandato em razão de sua oposição ao governo de Epitácio Pessoa. Lacerda foi, na Câmara dos Deputados, um defensor de causas relativas ao mundo do trabalho e um dos patrocinadores da chamada legislação social, que buscava regulamentar as relações entre patrões e empregados”. KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento*. *Op. cit.*, p. 51-52.

³⁸⁴ Ibidem, p. 112.

³⁸⁵ Ibidem, p. 117.

³⁸⁶ “Sua atuação como deputado ganhou destaque a partir de 1924, quando se tornou opositor do governo de Arthur Bernardes – por se recusar a participar do processo de “degola” de Irineu Marinho à vaga de senador pelo Distrito Federal – e passou, após as revoltas “tenentistas”, a ser um dos poucos parlamentares a dar vazão aos apelos e às denúncias dos revoltosos e a criticar as arbitrariedades e os atos de violência, corrupção e desperdício do dinheiro público realizados pelo governo, sob o regime de estado de sítio”. Ibidem, p. 51.

frente única teve apenas 7 semanas para trabalhar na campanha, com propaganda, comícios, panfletagem e outras atividades em torno dos nomes de Azevedo Lima e de João da Costa Pimenta. O primeiro, que não era membro do partido foi o único candidato eleito.³⁸⁷ Sua atuação esteve sempre em conformidade com a plataforma, mas este não percebia seu mandato como pertencente ao Bloco e não tardou a entrar em conflito e receber críticas dos comunistas. O rompimento ocorreu oficialmente em abril de 1929, depois que Azevedo Lima declarou apoio à Júlio Prestes, candidato à presidência indicado por Washington Luiz.

Em meados de 1927, após alguns meses de liberdades democráticas, a reação lançou um novo projeto para barrar o avanço dos movimentos opositores. A proposta foi apresentada pelo deputado Aníbal de Toledo e ficou conhecida como “Lei Celerada”. Tratava-se de uma regulamentação que combatia os chamados delitos ideológicos. Fundamentava-se numa determinação anterior que proibia toda agitação ou revolta dos trabalhadores contra seus patrões. A lei garantia as forças repressivas o direito de fechar toda agremiação, clube, sindicato ou partido que representasse alguma ameaça à ordem. Esta legislação se voltava principalmente contra os comunistas. Para legitimar a ação, neste mesmo período, a imprensa burguesa espalhou notícias sobre um plano de expansão comunista pela América Latina, que envolvia espionagem, sabotagem e agentes soviéticos infiltrados.³⁸⁸

2. 3 A aproximação com o tenentismo e as primeiras divergências

Votada a “Lei Celerada”, o partido caiu novamente na ilegalidade e houve a necessidade de se rever a tática da frente única eleitoral. Na segunda quinzena de agosto, em reunião ampliada, a direção do partido apresentou a proposta em torno de uma aproximação

³⁸⁷ “João da Costa Pimenta, embora não se elegendo, obteve expressiva votação advinda de sua campanha pelo Bloco Operário e baseada no movimento sindical, principalmente no sindicato dos gráficos e na atuação do CPP da Gávea”. DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. *Op. cit.*, p. 29.

³⁸⁸ Estes acontecimentos foram discutidos nas páginas de *La Correspondencia Sudamericana*, na edição de 15 de julho afirmou-se: “Contra el Partido Comunista, la represión tiene mayor desenvolvimiento. El diputado Toledo ha fundamentado la ley que amplía la legislación penal contra las huelgas. (...) Otro diputado habló del espionaje sovieta, y dijo que estaba perfectamente enterado que el Soviet había derramado dinero em Brasil, Argentina y Uruguay (...)” SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. **La lucha contra el comunismo en el Brasil**. In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 27, Buenos Aires, 15 jul. 1927, p. 9. Na edição seguinte, datada de 31 de julho, acrescentou-se: “Nosotros negamos directamente la existencia y autenticidad de tales documentos aducidos por los parlamentarios brasileños, que están empeñados en bien servir a sus patrones, los imperialistas. Y negamos directamente el envío de esa suma dinero que se denuncia. La clase obrera brasileña será la primera em comprender que en la base de estos proyecttos represivos de la burguesia no hay sino una mentira flagrante;” Idem. **En Brasil se prepara un processo monstruo contra los comunistas**. *La Correspondencia Sudamericana*. n. 28, Buenos Aires, 31 jul. 1927, pp. 25-26.

mais efetiva com a Coluna Prestes.³⁸⁹ O que estava em debate era a necessidade de se ampliar o leque de alianças e de se efetivar uma aproximação real com o tenentismo.

Levando a diante a tática preconizada por Brandão e confirmada pelo II Congresso, afirmou-se que era o momento de se efetivar a aliança entre o PCB, representante do proletariado e o movimento tenentista, vanguarda da pequena-burguesia revolucionária. Mais uma vez, Brandão foi o responsável por elaborar a fundamentação teórica. O documento intitulado “O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa” foi apresentado, discutido e aprovado pela direção do partido em outubro. Convém observar que desta discussão surgiram posições divergentes. Joaquim Barbosa e Rodolfo Coutinho apresentaram reticências à frente única com o tenentismo. O primeiro se absteve e o segundo votou contra.³⁹⁰

A interpretação sobre a revolução brasileira começou a suscitar divergências. A linha apresentada pela direção se aproximava cada vez mais da política de alianças amplas, ao estilo do Kuomintang. Esta tática suscitou o surgimento de uma primeira oposição no interior do partido. Rodolfo Coutinho e Joaquim Barbosa foram os primeiros a apresentar críticas.

Não é possível afirmar qual foi a razão que levou Rodolfo Coutinho a votar contra a tática de aliança com Luís Carlos Prestes. É provável que enquanto esteve na Europa, ele tenha tido informações sobre o que ocorria na China e, por isso, teria questionado a aliança. Todavia, também pode ser influência mais doutrinária, ou seja, a convicção teórica de que o proletário é o verdadeiro agente revolucionário. Marques Neto, opta pela segunda opção, ele afirma que: “O eixo dos argumentos de Coutinho baseava-se muito mais na defesa doutrinária da posição de locomotiva da história que o proletariado urbano organizado deveria ter do que na crítica ao estágio do PCB e da luta de classes no Brasil”.³⁹¹

A reação da direção do partido foi atacar a posição de Coutinho como “esquerdismo”. Afirmou-se que ao não reconhecer a aliança como oportuna, ele adotara uma linha sectária. Em suas memórias, Brandão disparou uma série de críticas contra Coutinho e, sobre a reunião do CCE que decidiu sobre Luís Carlos Prestes, ele afirmou:

³⁸⁹ “(...) a CCE do Partido procedeu a rigoroso exame da situação criada, chegando à conclusão de que a derrota sofrida seu devia principalmente às posições sectárias do Partido. Levantava-se, em toda sua plenitude, o problema dos aliados para a classe operária e para a participação da classe operária no movimento revolucionário em marcha. Em resumo: tais considerações levaram a CCE a buscar uma aproximação efetiva, em termos políticos com a Coluna Prestes, que se havia internado na Bolívia justamente em fins de 1926 e cujo prestígio popular e revolucionário mantinha-se intacto e mesmo crescente”. PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*. *Op. cit.*, pp. 129-130.

³⁹⁰ “A grande maioria aprovou a linha política da aliança. A Comissão Central Executiva ratificou-a em outubro de 1927. Houve um único voto contrário, o de Rodolfo Coutinho, e uma abstenção, a de Joaquim Barbosa”. BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. *Op. cit.*, p. 338.

³⁹¹ MARQUES NETO, José de Castilho. *Solidão revolucionária*. *Op. cit.*, p. 100.

Em outubro de 1927, sustentou na CCE do PCB uma linha oportunista de “esquerda”. Bateu-se contra a aliança do PCB com os revoltosos de Copacabana, São Paulo e das Colunas Prestes-Miguel Costa. Citou opiniões de Kautsky (em alemão), de menchevistas e outros, tudo de cambulhada, em defesa de seu “esquerdismo”. Vencido na discussão, ficou voto completamente isolado. Abandonou o PCB. Rodolfo Coutinho nunca foi marxista.³⁹²

Leôncio Basbaum apresenta uma crítica similar: “Repelir a aliança é oportunismo da esquerda (anarquismo). Aceitá-lo em quaisquer condições é oportunismo da direita (menchevismo). Coutinho foi o líder da primeira tática”.³⁹³ Por sua vez, Astrojildo também lembrou o fato e afirmou que estes dissidentes “foram os mesmos que pouco tempo depois abriram a primeira oposição organizada dentro da CCE e do Partido”.³⁹⁴ A forma agressiva e ríspida como os dirigentes do PCB se referem aos antagonistas de 1927 indica como aquela divergência foi decisiva no desenvolvimento posterior do partido. Eles não atacaram Coutinho e Barbosa de forma pontual, especialmente Brandão e Astrojildo, já relacionaram aquela divergência com a cisão de 1928. Ambos buscaram desqualificar as posições políticas e teóricas dos divergentes com a intenção de atacar também os opositoristas que se juntaram a eles posteriormente.

Os anos que passou estudando na Europa, contribuíram para que Rodolfo Coutinho entrasse em contato com outros militantes e tivesse acesso às publicações que discutiam questões pertinentes à crise interna no Partido Bolchevique e à Revolução Chinesa.³⁹⁵ Ao se posicionar contrário à tática de alianças com a pequena-burguesia, ele se transformou no primeiro opositorista. Esta divergência pode ser encarada como o prelúdio da cisão que ocorreu em 1928. A divergência tática apresentada não foi pontual, nem uma questão menor, pois ao se posicionar contra a aproximação com Prestes, ele apresentou uma divergência quanto a própria teoria da revolução brasileira lançada por Brandão e Astrojildo. Ao questionar a aliança com o tenentismo, Coutinho estava questionando a teoria da revolução democrática pequeno-burguesa. Tratava-se de uma questão fundamental e que foi um dos pontos que separaram os comunistas daqueles que se aproximaram das teses trotskistas.

Em “O proletariado perante a revolução democrático-pequeno-burguesa”, Brandão apresentou a linha tática seguida pelos comunistas. O texto não apresentou divergências com

³⁹² BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. *Op. cit.*, p. 338.

³⁹³ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. *Op. cit.*, p. 13.

³⁹⁴ PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*. *Op. cit.*, p. 130.

³⁹⁵ “Recém chegado da Europa, leitor de *Clarté* e de outras publicações atentas ao desenrolar da crise política da União Soviética, Coutinho não deve ser analisado apenas como um esquerdista”. MARQUES NETO, José de Castilho. *Solidão revolucionária*. *Op. cit.*, p. 101.

as diretrizes lançadas em *Agrarismo e industrialismo*, mas se preocupou menos com as questões econômicas estruturais e deu mais atenção à problemática em torno da política de alianças. Ele manteve a concepção de que era necessário distinguir duas revoluções, a “revolução democrático pequeno-burguesa” e a “revolução proletária”: “dada a perspectiva atual, a revolução proletária parece-nos ser a consequência natural de uma revolução democrático pequeno-burguesa nascida da terceira revolta, agravada por uma crise cafeeira (...)”.³⁹⁶ A partir dessa visão etapista, a perspectiva de se estabelecer uma luta imediata pela revolução proletária foi desacreditada: “Sem o país atravessar a terceira revolta e a consequente revolução democrática pequeno-burguesa, não poderemos pensar na conquista imediata do poder”.³⁹⁷

Uma vez estabelecido o caráter da revolução brasileira, Brandão abordou a questão em torno das alianças que o partido deveria estabelecer. “Primeira: do proletariado urbano e rural com os revoltosos pequeno-burgueses e com a grande burguesia liberal (grandes industriais e comerciantes) contra o czarismo brasileiro: o partido republicano, os fazendeiros de café, o Estado agrário...”.³⁹⁸ De maneira geral, Brandão havia apontado para alianças com a pequena-burguesia, mas nesta passagem a aliança se estendeu às forças da grande burguesia.

Foi a partir destas orientações, discutidas pela direção e sistematizadas por Brandão que a frente única foi rebatizada de Bloco Operário Camponês (BOC).³⁹⁹ O BOC deveria ampliar suas alianças e também a sua extensão. Ele se transformou numa cobertura legal para os comunistas. Foi assim que em 1928, a tática frentista foi utilizada em outros centros, como São Paulo e Santos. O objetivo era transformá-lo numa organização de caráter nacional.

E, levando adiante o projeto de alianças, os comunistas iniciaram uma aproximação real com Luís Carlos Prestes. No final de dezembro de 1927, Astrojildo foi enviado pela direção do PCB para a Bolívia com o objetivo de se encontrar com Prestes e apresentar a proposta de adesão ao BOC. O encontro aconteceu na cidade fronteiriça de *Porto Suarez* e durou quase dois dias. Astrojildo expôs o programa e a tática comunistas para a revolução brasileira.⁴⁰⁰ Não

³⁹⁶ BRANDÃO, Octávio. **O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa**. In: Z Aidan Filho, Michel. *O PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985, p. 122.

³⁹⁷ Ibidem, p. 122.

³⁹⁸ Ibidem, p. 125.

³⁹⁹ A ideia era incorporar as massas de trabalhadores rurais à luta, por isso se acrescentou o “Camponês”. Todavia, não houve transformações no interior do bloco, pois os comunistas não sabiam como incluir as pautas dos trabalhadores do campo: “O elemento “camponês” representava apenas uma palavra incluída no BOC, era um desejo, um propósito, mas mesmo assim servia como indicação de largos e justos objetivos. Nada se fez de prático nesse sentido porque na realidade o Partido não sabia como fazê-lo, como aproximar-se do campo, como promover a tarefa, que os livros diziam ser fundamental, de aliança entre operários e camponeses”. PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*. *Op. cit.*, p. 127.

⁴⁰⁰ “Eu lhe transmiti claramente o pensamento da direção do Partido sobre as questões que nos levaram a procurá-lo e que tudo se resumia em coordenar as nossas forças tendo em vista os objetivos comuns. Era, em suma, o

obstante, apesar do entendimento em alguns pontos, as divergências programáticas ainda eram muito acentuadas. Por fim, o encontro não selou a almejada aliança.

Sem Prestes, os comunistas deram continuidade à frente eleitoral do BOC e, nas eleições de fevereiro de 1928, conseguiram eleger Brandão e Minervino como intendentes da cidade do Rio de Janeiro. No campo sindical, os comunistas mantiveram a proposta pela unidade e unificação. Mas não houve avanços na formação de uma frente única sólida com as demais tendências, uma vez que as direções permaneciam presas em discussões doutrinárias. Além disso, a luta sindical havia perdido a centralidade no programa comunista, que passou a apostar suas fichas numa aproximação com Prestes e seus companheiros militares.

Mas ao longo daquele ano e dos seguintes ocorreram diversas transformações que tiveram um impacto decisivo na atuação dos comunistas brasileiros. A derrota da Oposição Unificada no XV Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) foi o preâmbulo para o VI Congresso da Comintern que apresentou um giro tático à esquerda a partir da teoria do “Terceiro Período”. Além disso, pela primeira vez a Internacional apresentou orientações específicas para a América Latina, o que influenciou diretamente as concepções táticas e organizacionais. Foi a partir deste período que se iniciou as intervenções diretas no regime interno e nas questões teóricas. A relativa autonomia que o PCB gozava, deixou de existir. Foi neste contexto que ocorreu a primeira cisão entre os comunistas brasileiros, a partir da qual surgiu um movimento oposicionista que se aproximou das posições de Trotski e da OIE.

problema político da aliança entre os comunistas e os combatentes da Coluna Prestes, ou, em termos mais amplos, entre o proletariado revolução sobre influência do Partido Comunista e as massas populares, especialmente as massas camponesas, sob a influência da Coluna e do seu comandante”. Ibidem, p. 131.

CAPÍTULO 3

A QUESTÃO SINDICAL E O GIRO À ESQUERDA

1. O Partido e o papel dos sindicatos

No campo sindical, o PCB seguia denunciando e criticando o sindicalismo reformista e buscando ampliar seus espaços de influência. Uma vitória significativa ocorreu no final de 1926, quando os comunistas se organizaram para concorrer às eleições da nova direção da UOFT do Rio de Janeiro. Os comunistas lançaram a campanha pelo Bloco Têxtil que estava sob a sua coordenação e tinha o objetivo de impedir a reeleição de José Pereira de Oliveira, o “Zé Doutor”. Durante a campanha, apontaram uma série de críticas à Oliveira, que além de ser acusado de reformista e conciliador, ainda foi denunciado por não representar os trabalhadores, e sim “os delatores, os patrioteiros amarelos, a autocracia operária, os oportunistas, os reformistas, os alisadores de casaca, os agentes de seus patrões (...)”.⁴⁰¹

Depois de uma campanha bastante agitada, os comunistas estavam confiantes para as eleições de dezembro, pois acreditavam que suas propostas e denúncias tinham alcançado uma boa receptividade entre os trabalhadores têxteis. Mas no dia que antecedeu as eleições, de acordo com Dulles, José Pereira de Oliveira convocou uma assembleia especial e com lágrimas nos olhos disse ter recebido uma carta na qual era ameaçado de morte pelos comunistas. Em resposta, para contradizer o fato, Octavio Brandão preparou um panfleto que foi distribuído na manhã seguinte, desmentindo as acusações.⁴⁰²

Durante os dois dias de votação, compareceram 554 associados, entre homens e mulheres, e o Bloco Têxtil se sagrou vitorioso com 444, contra apenas 88 votos para a chapa de José Pereira de Oliveira.⁴⁰³ A imprensa comunista considerou uma grande vitória: “Desde 1917-1920, não víamos uma luta semelhante. Depois desse áureo período *as eleições de 18 a 19 de dezembro constituem a maior batalha do proletariado*. Há 6 anos, não víamos uma luta igual”⁴⁰⁴

Entusiasmados com a eleição entre os trabalhadores têxteis, o PCB retomou o projeto de reorganização do movimento operário sob as bases da unificação sindical. O objetivo era

⁴⁰¹ BLOCO TÊXTIL. **Como decorreram as eleições para a nova diretoria da União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro**. In: *O Internacional*. n. 113. São Paulo, Jan. 1927, p. 1.

⁴⁰² DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 245.

⁴⁰³ BLOCO TÊXTIL. **Como decorreram as eleições para a nova diretoria da União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro**. *Op. cit.*, p. 1.

⁴⁰⁴ *Ibidem*.

realizar a união de diversos sindicatos locais, formando federações regionais que, por sua vez, constituiriam uma confederação nacional, a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores). A proposta pela criação de uma confederação sindical nacional remonta o ano de 1922, mas as dificuldades para a sua realização eram gigantescas. Assim, foi só a partir do início de 1927, aproveitando a legalidade, que os comunistas se viram em condições de levar a diante tal projeto e iniciaram os preparativos para concretizar a frente única sindical.

O primeiro passo na construção da CGT se realizou quando o Comitê Nacional Pró-CGT, convocou os trabalhadores do Rio de Janeiro para o I Congresso Sindical Regional que se realizou entre 27 de abril e 1º de maio de 1927. A iniciativa foi amplamente divulgada por meio do jornal *A Nação*. O congresso ocorreu na Associação de Resistência dos Cocheiros e Carroceiros e teve participação de diversos sindicatos do Rio de Janeiro, Niterói e Petrópolis. Participaram sindicatos dos têxteis, gráficos, marinheiros, cozinheiros, camareiros, construtores, metalúrgicos, alfaiates, entre outros. Os comunistas conseguiram reunir cerca de 40 mil trabalhadores representados pelos sindicatos de diversas categorias.⁴⁰⁵ Segundo Ferreira Lima, ao todo 24 entidades aderiram.⁴⁰⁶

O principal objetivo do congresso foi a fundação da Federação Sindical Regional do Rio (FSRR), que se tornou a primeira federação regional a compor a CGT. No discurso de abertura João da Costa Pimenta argumentou:

Estamos aqui para lançar as bases da Confederação Geral do Trabalho. Sabeis, militantes experimentados que sois, que não cometeríamos a insensatez de tentar levantar a cumeeira de um edifício sem que fossem lançados os respectivos alicerces. Alicerces estes que serão os sindicatos, as federações locais, regionais, rematando na Confederação Geral do Trabalho, que é a cúpula do organismo que há de no futuro centralizar todos os movimentos da classe operária, no sentido de emancipá-la do jugo do capitalismo.⁴⁰⁷

A unidade sindical foi justificada pelos comunistas como uma adaptação, ou melhor, como uma necessidade imposta pelo desenvolvimento material da indústria:

As empresas industriais ou comerciais expandem-se no sentido horizontal, enfeixando e agrupando elementos homogêneos do mesmo ramo; quer no sentido vertical, concentrando elementos heterogêneos. Nasceu de tal sorte, os

⁴⁰⁵ “El trabajo del Congreso fué preparado por el Comité Central Nacional Pro Confedera General del Trabajo, el cual elaboró tesis para cada tema del congreso. De tal modo, la creación de la Federación Sindical Regional de Río es el primer jalón de la Confederación. Al inaugurar el Congreso, el Compañero Pimenta estudió los antecedentes del acto y dijo, en el curso de su exposición: “Lo que hoy realizamos en este congreso, es la primera etapa de realización de la Confederación. Estamos aquí para echar las bases de la Confederación General del Trabajo”. SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Progresos del movimiento comunista brasileño**. In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 25. 2ª Época. Buenos Aires, 15 jun. 1927, p. 27.

⁴⁰⁶ LIMA, Heitor Ferreira. *Op. cit.*, 1982, p. 38.

⁴⁰⁷ COMISSÃO EXECUTIVA DO CCN pró-CGT. **Discurso do camarada J.C. Pimenta, pronunciado na sessão inaugural do congresso**. In: *A Nação*. n. 368. Rio de Janeiro, 30 abr. 1927, p. 3-4.

“trusts”, os “carteis”, os “consórcios”, as combinações de toda ordem, de que resultam formidáveis organizações, centralizando capital e poder de forma jamais verificada na história econômica da humanidade. (...) Pois bem: ao capital unificando e centralizando devemos opor a unificação e a centralização das forças do Trabalho. Eis o que nenhum trabalhador amigo de sua classe pode recusar.⁴⁰⁸

Dessa forma, a unificação e a centralização dos sindicatos era afirmada a partir da realidade objetiva, como resultado da complexidade atingida pela organização da indústria brasileira. Ou seja, apenas a unificação e centralização do movimento operário poderia responder ao avanço e desenvolvimento da burguesia. Considerou-se que diante da nova dinâmica da acumulação capitalista, os sindicatos por ofícios haviam se tornado obsoletos e não conseguiam mais responder aos interesses proletários. Por conseguinte: “a reorganização sindical deve ser feita a base de indústria e não de ofício ou profissão, acompanhando o próprio desenvolvimento do industrialismo moderno”.⁴⁰⁹ Se a burguesia se organizava de forma cada vez mais centralizada a fim de defender seus interesses, “consequentemente, as organizações operárias devem ligar-se e coligar-se entre si, num poderoso organismo central, que coordene e concentre suas forças, fortificando cada sindicato em particular e todos em geral”.⁴¹⁰

Os comunistas ainda argumentavam que, mesmo diante das divergências político-ideológicas do movimento sindical brasileiro, a unificação era possível pois ela deveria privilegiar as reivindicações econômicas dos trabalhadores e agregar as diferentes correntes políticas: “a organização sindical deve basear-se na mais fraternal e sólida unidade de estrutura e de orientação, estabelecida no terreno comum dos interesses gerais de classes, sem distinção de tendências”.⁴¹¹ Foi justamente sobre este ponto que se concentrou a maior dificuldade para a concretização da unidade sindical. Pois, apesar dos comunistas lançarem a ideia de pluralidade política, as demais tendências, socialistas e anarcossindicalistas não se dispuseram a unificação.

O que os estatutos não explicitavam era que os comunistas estabeleciam que a frente única sindical deveria ser dirigida pelo PCB e com férrea disciplina. A CGT foi pensada para ser um organismo de caráter nacional que a partir da direção da sua vanguarda partidária congregasse as lideranças regionais, organizando as reivindicações proletárias de forma unificada e internacional.⁴¹² Tal proposta não agradava socialistas e anarcossindicalistas que se

⁴⁰⁸ Idem. **A unidade do movimento sindical**. In: *A Nação*. n. 364. Rio de Janeiro, 26 abr. 1927, pp. 3-4.

⁴⁰⁹ Idem. **Pela federação sindical, base da CGT**. In: *A Nação*. n. 366. Rio de Janeiro, 28 abr. 1927, p. 1.

⁴¹⁰ Ibidem.

⁴¹¹ Ibidem.

⁴¹² “A luta pela unidade internacional dos sindicatos a frente da qual vem os sindicatos da União Soviética, deve pouco a pouco tornar-se internacional. os comunistas precisam desenvolver por todas as formas o trabalho da congregação internacional dos sindicatos vermelhos, esforçando-se por aumentar a influência e o prestígio da

quer enviaram representantes dos seus sindicatos.⁴¹³ Eles não acreditaram que o PCB estava disposto a abrir mão da sua hegemonia sobre as orientações da federação sindical.

Enquanto os comunistas lançavam as bases para uma reorganização sindical sob as orientações do centralismo, os anarcossindicalistas, por seu turno, permaneciam fieis ao princípio do federalismo autônomo e da organização a partir dos sindicatos de ofício. Repudiavam a tendência centralizadora que se apresentava por trás da unificação sindical. Apontavam que o centralismo desembocaria rapidamente na perda da autonomia individual. Assim, alertavam aos operários: “Não esqueceis de que o sindicato deve ser formado de homens que se guiem pela consciência e não pela disciplina, exclusivamente”.⁴¹⁴ Para os anarcossindicalistas, a unificação sindical, como era proposta pelos comunistas, retiraria dos operários o poder de decisão, impondo uma estrutura burocrática e disciplinadora. Os libertários eram contrários às ações de partidos no interior dos sindicatos e sempre orientavam aos trabalhadores para ficarem atentos e desconfiarem de qualquer sigla partidária.⁴¹⁵

Para o PCB, a criação da FSRR era o primeiro passo em direção a unificação sindical no plano nacional. Pouco tempo depois, graças a energética atuação de João da Costa Pimenta, a segunda federação surgiu. Fundou-se a Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil (FTGB). Ainda assim, os comunistas tinham apenas duas federações. Os sindicatos operários continuavam fragmentados em diversas tendências políticas-ideológicas. Diante das condições reais de luta e de organização, a proposta do PCB de construir e dirigir uma organização nacional dos trabalhadores acabou se revelando um projeto megalomaniaco.

No início de 1928, a direção do PCB lançou uma ofensiva contra um dos seus principais adversários no campo sindical; José Pereira de Oliveira. As divergências eram anteriores a própria constituição do partido.⁴¹⁶ Mesmo depois de ser derrotado pelos comunistas

Internacional Sindical Vermelha”. EXECUTIVO AMPLIADO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Os partidos comunistas e os sindicatos**. In: *A Nação*. n. 369. Rio de Janeiro, 1 mai. 1927, p. 4.

⁴¹³ Em seu discurso João da Costa Pimenta argumentou: “Infelizmente, algumas associações guiadas por um incompreendido espírito corporativo, (...) entenderam não enviar representantes que traduzissem seus pensamentos, seus objetivos, suas tendências, suas mentalidades, para que, deste concerto proletário pudesse sair uma obra que consultasse os interesses e as aspirações de toda a classe operária”. COMISSÃO EXECUTIVA DO CCN pró-CGT. **Discurso do camarada J.C. Pimenta, pronunciado na sessão inaugural do congresso**. *Op. cit.*, p. 1.

⁴¹⁴ **A luta dos trabalhadores**. In: *A Plebe*. n. 245. Rio de Janeiro, 12 fev. de 1927, p. 4.

⁴¹⁵ “Nenhum benefício conseguireis sem que seja o resultado de vossos próprios esforços e associados. De fora, de partidos ou de elementos políticos nada podeis e deveis esperar – a não ser uma obra de desorientação. (...) Contai apenas com a força de vossas organizações, livres de qualquer intervenção de elementos políticos, embora apresentem sob a denominação de blocos, partidos ou vanguarda proletária – disfarce berrante de que se estão servindo os mistificadores metidos entre os operários”. **À classe operária do Brasil**. In: *A Plebe*. n. 245. Rio de Janeiro, 12 fev. 1927, p. 4.

⁴¹⁶ “(...) as denúncias dos comunistas contra ele precedem o próprio PCB. Astrojildo Pereira já o criticara em artigo publicado em *A Plebe*, de 1921, acusando-o de “elemento de tumulto, confusão e intriga””. MARQUES NETO, José de Castilho. *Solidão revolucionária*, *Op. cit.*, p. 106.

do Bloco Têxtil na eleição pela direção da UOFT do Rio de Janeiro, Oliveira manteve considerável influência.

No início de 1928, os sindicatos estavam discutindo a legislação trabalhista que havia sido aprovada pelo CNT. O tema era a “Lei de Férias” que havia sido sancionada, mas era constantemente burlada pelos patrões. Em 18 de janeiro, os comunistas convocaram uma reunião para avaliar a questão. A propaganda que chamou a reunião prometia uma sessão muito importante para a classe trabalhadora.⁴¹⁷ Durante o encontro, os dirigentes do PCB aproveitaram para atacar. Quem tomou a iniciativa das denúncias foi Azevedo Lima. De acordo com a descrição de Dulles, o deputado afirmou que os trabalhadores têxteis tinham um impostor entre eles, um agente infiltrado que fornecia nomes à polícia e que este era José Pereira de Oliveira.⁴¹⁸

A sessão era presidida por João da Costa Pimenta que não gostou da denúncia sem provas e encarou o fato como uma provocação desnecessária e irresponsável. Em entrevista concedida à Dulles em 1970, o dirigente lembrou o caso e afirmou que “não via com agrado a transformação, pelo PCB, de assuntos sindicais em instrumento de sua política”.⁴¹⁹ Pimenta não permitiu que a polêmica persistisse. Ele não queria ver a assembleia do sindicato sendo utilizada pelo partido para atacar seus adversários. Assim, interrompeu Azevedo Lima e solicitou que ele abordasse apenas as questões que estavam na pauta do dia. Ele também não permitiu que Pereira tomasse a palavra para se defender, pois não queria dar continuidade à discussão e temia que a reunião se transformasse num embate de caráter pessoal.

Em meados de fevereiro, João da Costa Pimenta havia viajado para São Paulo para participar de um evento comemorativo ao dia do gráfico. Os dirigentes do PCB aproveitaram que Pimenta estava ausente e convocaram uma assembleia para o dia 14, na qual iriam retomar as acusações contra “Zé Doutor”. Em entrevista à Dulles, Pimenta reiterou que havia solicitado aos seus camaradas que “o caso de Pereira de Oliveira não deveria ser discutido, como queria o PCB, numa assembleia”.⁴²⁰ Mas, ignorando esta orientação, os comunistas aproveitaram a reunião para fazer novas denúncias contra o adversário político.

A sede da UTG atraiu um grande número de operários. Além destes, também havia jornalistas, fotógrafos e policiais.⁴²¹ Logo no início da assembleia, Azevedo Lima retomou as

⁴¹⁷ DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 284.

⁴¹⁸ *Ibidem*.

⁴¹⁹ *Ibidem*.

⁴²⁰ *Ibidem*.

⁴²¹ “Para justificar a presença da polícia. *O País* notou que alguns componentes do quadro da UTG defendiam “doutrinas comunistas, que nem sempre estão de acordo com a ordem social e a tranquilidade pública”. Achou,

acusações e afirmou que possuía provas das relações escusas de Oliveira com agentes da polícia. Assim, de acordo com Dulles, o deputado apresentou um documento manuscrito e assinado por três operários que afirmavam terem sido denunciados por Oliveira. Houve troca de insultos e quando o acusado tomou a palavra iniciou-se uma grande confusão. Quando os policiais que estavam à espreita ouviram disparos, entraram e tomaram o recinto. O conflito resultou em sete feridos, três mortes e inúmeros prisioneiros.⁴²²

Diante do ocorrido, valendo-se da Lei Celerada e, sob acusação de desordem, as autoridades fecharam a sede da UTG. Os comunistas que controlavam o órgão protestaram. Azevedo Lima, que afirmou que o tiroteio havia sido causado pelas forças policiais que agiam em acordo com Oliveira. A CE da UTG argumentou que ela não teve culpa no incidente e que não poderia ser responsabilizada, solicitando a reabertura do prédio. No jornal *A Voz do Gráfico*, de 1º de maio daquele ano, a direção dos gráficos publicou um comunicado oficial, no qual afirmou que permanecia funcionando parcialmente e solicitou o esclarecimento da sua situação jurídica, para que pudesse retomar todas suas atividades.⁴²³

Quando João da Costa Pimenta tomou conhecimento dos fatos, ele não poupou seus colegas de partido de críticas. Afinal, ele havia alertado sobre os perigos que tal iniciativa poderia causar. Posteriormente, Pimenta abriu mão de se candidatar pelo BOC nas eleições que se seguiram, sendo substituído por Minervino de Oliveira. Seu objetivo era permanecer atuando junto aos trabalhadores no sindicato dos gráficos e na federação regional.⁴²⁴ Ele começou a questionar a forma como os comunistas estavam utilizando as estruturas sindicais.

A crise provocada pelo confronto na UTG foi sucedida por uma nova divergência. Na semana seguinte ocorreu a Conferência da FSRR, durante a qual, Joaquim Barbosa, que ocupava o cargo de secretário sindical do partido, também entrou em choque com Astrojildo Pereira. O secretário-geral do PCB apresentou um relatório no qual criticava a atuação de Joaquim Barbosa e de João da Costa Pimenta, afirmando que o trabalho destes a frente da federação sindical não havia alcançado os resultados desejados: “Barbosa e Pimenta foram

por isso, acertada a ação do governo, tomando, como felizmente era seu costume, “medidas com o intuito de evitar que tais doutrinas proliferem no futuro, com graves danos para o País””. Ibidem, p. 285.

⁴²² Ibidem.

⁴²³ “Consoante a própria declaração da portaria, a U.T.G. não foi dissolvida, estando apenas, em consequência daquela acta ministerial, impedida de realizar atos públicos, tais como assembleias gerais, reuniões do Conselho Geral de Representantes, etc.”. COMISSÃO EXECUTIVA DA UTG. **A UTG Vive**. In: *Voz do Gráfico*. n. 12, Rio de Janeiro, 1º mai. 1928, p. 1.

⁴²⁴ “Era sua intenção permanecer sobretudo um líder trabalhista e, por esse motivo, rejeitou a ideia de ser lançado como candidato ao BOC nas eleições de 1928 para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro”. DULLES, John W. *Op. cit.*, p. 285.

chamados a prestar contas e criticados pela ineficiência da FSRR, recebendo ordens para seguirem as diretrizes partidárias no movimento sindical”.⁴²⁵

Os dirigentes do PCB começaram a utilizar da estrutura do regime interno para enquadrar os militantes que estavam apresentando um discurso dissonante. Astrojildo apontou que ambos atuavam de forma independente, sem defender os interesses do partido. Acusou ambos líderes sindicais de corporativismo e exigiu que fossem substituídos, pois a política sindical não poderia estar acima dos interesses do partido. Por seu turno, Barbosa e Pimenta compreendiam que o partido estava desvirtuando a função dos sindicatos e transformando este num órgão partidário, num instrumento político do PCB.⁴²⁶ O choque foi inevitável. Não concordando com tal política, Pimenta acabou demitindo-se da secretaria da FSRR. Barbosa também entregou o cargo de secretário sindical do Partido.

Os acontecimentos na sede da UTG e as críticas levantadas por Barbosa e Pimenta são fundamentais para compreendermos a maneira como o PCB atuava junto aos sindicatos. Os dirigentes comunistas produziram uma fusão esquemática e burocrática do partido com o sindicato, isto é, da organização da vanguarda da classe com a organização de massa. A confusa junção das organizações gerou a subordinação, a dependência e a perda de autonomia das organizações operárias. Com efeito, o movimento sindical passou a ser instrumentalizado pelos interesses políticos da vanguarda da classe. A luta sindical foi estreitamente delimitada pelo partido. Como afirma Alzira Campos:

A confusão de ideias de sindicato e partido determinou, em grande parte, a liquidação não só da CGT como da maioria dos sindicatos mecanicamente controlados pelo PC. Generalizou-se a ideia de que cada sindicato deveria se tornar um apêndice do Partido, transformando-se em foco de agitação comunista.⁴²⁷

Os dirigentes comunistas produziram uma justaposição entre o partido e o sindicato, o que resultou na perda de autonomia do segundo, pois o vinculou excessivamente ao primeiro. Uma vez reduzida a iniciativa autônoma das massas em seus sindicatos e instrumentalizada pelo PCB, mutilou-se a atuação independente das organizações de massas. Por conseguinte, os sindicatos deixaram de ser órgãos de luta dos trabalhadores e se transformam em órgãos

⁴²⁵ Ibidem, p. 286.

⁴²⁶ “Chamavam atenção para o caráter sectário da política sindical do PCB, que, de um lado, lutava pela unificação das forças do movimento sindical e, de outro, levava uma acirrada disputa ideológica com os “amarelos” e os anarcossindicalistas, resultando numa excessiva identificação entre partido e sindicato”. KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José de Castilho. **Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)**. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Vol. 5. Campinas: Unicamp, 2007, p. 124.

⁴²⁷ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, p. 147.

políticos do partido. Esta questão nos parece decisiva para compreendermos as limitações da atuação do PCB juntos aos sindicatos.

1.1 Os grupos oposicionistas e a cisão de 1928

Marques Neto cita uma carta de Joaquim Barbosa datada de 13 de maio de 1928 dirigida à CCE do partido, na qual o dirigente afirmou que o fracasso da FSRR não era culpa dele, mas da “política sindical adotada pela direção do partido nestes últimos tempos, política contra a qual sempre me coloquei”.⁴²⁸ Posteriormente, Barbosa enviou nova carta reafirmando sua posição e a resposta do PCB foi um “ultimato”. Mediante tal situação, Barbosa optou por expor publicamente a suas divergências com o partido por meio de uma carta aberta.⁴²⁹

Este documento é bastante revelador, uma vez que traz à tona uma série de divergências anteriores, evidenciando um acúmulo de diferenças. A primeira questão exposta por Barbosa girava em torno da atuação do partido durante a discussão suscitada pela CNT sobre a Lei de Férias. Ele apontou que o governo de Bernardes utilizou da proposta do deputado Henrique Doswort para amenizar a rejeição que havia despertado junto ao proletariado. Segundo Barbosa, o governo se sentiu seguro ao levantar esta discussão junto às massas porque estava amparado no Estado de Sítio.

Para o militante comunista, as sessões públicas da CNT não passaram de uma artimanha de Bernardes para melhorar sua imagem junto à classe trabalhadora: “Vi que o estado de sitio não nos permitia realizar um trabalho positivo *dentro do Conselho* e nesse caso a nossa representação colocava-nos na posição de cúmplices daqueles mistificadores (e foi este o nosso papel)”.⁴³⁰ Todavia, Barbosa não teve o apoio do partido nesta questão, pois a maioria do CCE aprovou a adesão de todos os sindicatos dirigidos pelos comunistas a participarem das discussões no Conselho.

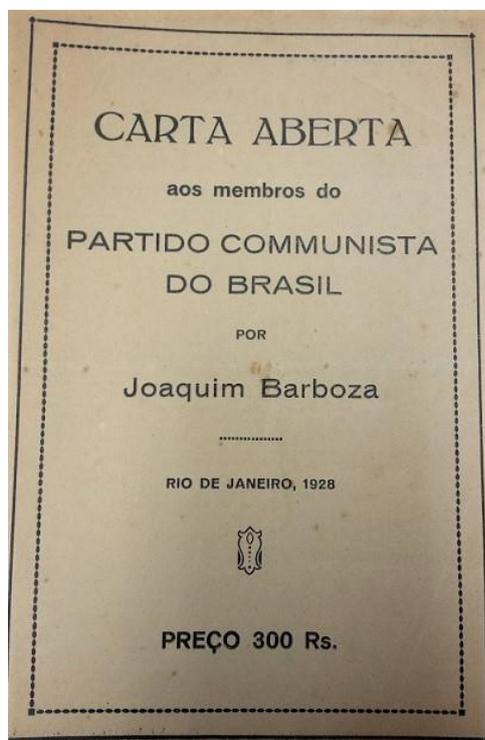
Barbosa apontou que a participação dos trabalhadores nas sessões da CNT só poderia ser aceita se eles realmente tivessem o papel de decisão, o que não ocorria, uma vez que os representantes dos trabalhadores sempre estavam em minoria. Nestas condições, a participação dos sindicatos serviu apenas para dar legitimidade ao processo: “Deduz-se que o nosso papel nas reuniões do Conselho, foi pior do que o de simples espectadores: foi o de comparsas da

⁴²⁸ BARBOSA, Apud MARQUES NETO, José de Castilho. *Solidão revolucionária*, Op. cit., p. 109.

⁴²⁹ BARBOSA, Joaquim. *Carta aberta aos membros do Partido Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro, 1928, p. 3.

⁴³⁰ *Ibidem*, p. 3.

comedia ignóbil, o de colaboradores deste mistifório que é o regulamento da lei de férias”.⁴³¹ Para Barbosa a participação dos sindicatos foi um erro, pois os delegados não podiam propor medidas e sequer tomar a palavra de forma a apresentar reivindicações. Por fim, concluiu que “a participação constituiu um passo mal dado, para não dizer um desvio”.⁴³²



**Fig. 05 - Capa da *Carta Aberta* de Joaquim Barbosa, 1928
Fonte: CEDEM/UNESP**

A segunda questão levantada por Barbosa girou em torno da construção da CGT. De acordo com ele a iniciativa foi um passo muito audacioso, resultado de uma análise irreal das condições do movimento operário brasileiro. Assim, os dirigentes comunistas descuidaram e menosprezaram as bases sindicais já existentes, privilegiando a atuação na direção de uma perspectiva imaginária: “Não são precisos sindicatinhos, diziam, o que se impõe já e já, é a formação da C.G.T., das federações locais etc. etc.”.⁴³³ Barbosa apontou que a CCE do partido supervalorizou as possibilidades da construção sindical, pensou que o movimento já estava suficientemente maduro quando as condições ainda eram insuficientes para tal empreitada.

Barbosa também apontou que a tática dos comunistas de atacar os seus adversários, pouco contribuiu. E neste ponto, ele afirmou que as publicações de denúncias aos socialistas e anarcossindicalistas em *A Nação* não fortaleceram os comunistas no meio sindical, pelo

⁴³¹ Ibidem, p. 4.

⁴³² Ibidem, p. 3.

⁴³³ Ibidem, p. 5.

contrário, resultaram na divisão do movimento, contrariando a proposta de unidade em torno da central nacional. Assim, a frente única que se baseava no ataque direto, com o objetivo de desmascarar os sindicatos reformistas e libertários, acabou criando resistência e aversão.

Esta política ofensiva suscitou conflitos e criou um ambiente de tensão entre as diferentes tendências que atuavam no movimento sindical: “Em vez, no entanto, de procurar amainar os ânimos, acalmar as paixões, diminuir a temperatura do ambiente, dávamo-nos ao esporte de agredir os adversários, no momento mesmo em que os convidávamos para a obra de unificação”.⁴³⁴ Este clima de rivalidade e concorrência não contribuiu para a construção da federação, pelo contrário, acabou provocando um desgaste muito grande aos comunistas e fez com que os trabalhadores se afastassem. “Sucedem que as nossas campanhas nestas condições em vez de refletirem satisfatoriamente entre a massa, pelo contrário, ferem-nas, fazem com que, dado o seu atraso, se julguem elas também atacadas e neste caso os resultados são negativos”.⁴³⁵

Barbosa lançou dúvidas sobre os resultados alcançados pelo congresso operário que culminou na constituição da FSRR. Pois, em sua concepção, como a iniciativa da federação foi do PCB, vários sindicatos boicotaram o congresso e outros aceitaram as resoluções, mas não as seguiram:

Além da abstenção dos sindicatos mais importantes, a maior parte dos sindicatos que participaram do Congresso, não ratificou as conclusões do mesmo. Por que? Porque tais sindicatos, lutando grande parte deles, com desavenças internas, tornaram-se infensos aos pontos de vista dos comunistas. Aqueles que chegaram a ratificar as resoluções do Congresso, fizeram-no formalmente (...). Mas o que é incontestável é que os seus núcleos sindicais não deram a obra do Congresso a menor importância.⁴³⁶

De acordo com Barbosa, sindicatos de outras tendências não se aproximaram da federação porque os comunistas não tiveram um discurso e uma atuação condizente com a proposta de unidade sindical. Afinal, a direção do PCB não via a construção da federação regional ou da CGT como um órgão coletivo, mas como uma organização do partido: “Convém notar que o nosso sectarismo concorreu para que a Federação fosse malvista pelos dirigentes portadores de outras tendências. Enquanto afirmávamos que a Federação era alheia às tendências, dizíamos (...) que ela tinha sido obra do Partido”.⁴³⁷

Em sua carta aberta, Barbosa expôs uma série de polêmicas e lançou várias críticas à direção do PCB, afirmando que a política sindical havia sido conduzida de forma equivocada. Ele se defendeu da acusação lançada pelo CCE de que a política sindical fracassara devido ao

⁴³⁴ Ibidem.

⁴³⁵ Ibidem.

⁴³⁶ Ibidem.

⁴³⁷ Ibidem, p. 7.

seu espírito corporativista. Para ele, os resultados negativos do partido no campo sindical eram oriundos de uma continuidade de erros:

O que se conclui é o fracasso das nossas iniciativas, é o resultado da nossa falta de visão. É que o nosso lirismo é superior a nossa capacidade de apreender as situações e o meio que nos cerca. É que o nosso Partido, ou melhor; os nossos dirigentes, se deixam empolgar por ideias espetaculares, afastando-se das massas, seguindo a sua frente, mas sem distância inatingível para estas últimas.⁴³⁸

As críticas de Barbosa ressoaram no interior do partido e fora dele, promovendo uma crise que o transformou na liderança de um grupo que também apresentava divergências com a linha sindical adotada. Além disso, ele se aproximou de Rodolfo Coutinho que estava insatisfeito com a política de alianças do PCB. Assim, foi se construindo um grupo oposicionista. Marques Neto aponta que “não se tratava de um simples incidente localizado, mas de um momento de profunda crítica à trajetória do Partido”.⁴³⁹ A linha geral adotada por Astrojildo e Brandão foi colocada em cheque no início de 1928, o grave incidente da UTG foi o estopim que fez emergir as divergências que convergiram para a ruptura. Fora de suas fileiras, as tendências rivais aproveitaram a publicação das críticas de Barbosa para atacar os comunistas. Os ácratas do grupo “Braço e Cérebro”, liderado por José Oiticica, também publicaram a carta aberta do ex-secretário sindical.

No início de abril, a direção do PCB optou pela expulsão de Joaquim Barbosa. Em seis anos de partido, ele era o segundo membro expulso. Nos próximos anos muitos outros se somariam a estas cifras. Mas o mais importante é que as críticas de Barbosa e a sua posterior expulsão fizeram surgir no interior do partido um debate que ultrapassou as questões sindicais e nacionais e se arrastou por meses.

Ainda em abril, o CR do Rio de Janeiro que era formado por militantes próximos de Barbosa, realizou a leitura e o debate da sua carta aberta. Uma nova crise se instaurou, pois a divulgação da carta havia sido proibida pela direção do partido. Assim, a CCE se voltou também contra estes militantes e os repreenderam por ato de indisciplina. O comitê foi destituído em 21 de abril. A punição aos membros do CR-RJ motivou Rodolfo Coutinho a se manifestar novamente. Por não concordar com a medida autoritária, ele se demitiu da CCE.

Foi então que se evidenciou que um grupo realmente grande estava insatisfeito com a orientação sindical do partido. Em 2 de maio a direção do PCB recebeu um documento assinado por 50 militantes que apresentava uma série de divergências, especialmente com o regime

⁴³⁸ Ibidem, pp. 7-8.

⁴³⁹ MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária. Op. cit.*, p. 111.

interno. O abaixo-assinado buscou apresentar as falhas da direção, enfatizando o abuso de atribuições e o desprezo pela consulta aos militantes, ignorando o processo democrático. Devido à importância deste documento, segue uma longa citação:

Considerando que a atual CCE do Partido, exorbitando de suas atribuições, tem levado a efeito um sem número de atentados aos direitos, mesmo os mais elementares, dos membros do Partido, permitindo ainda que alguns deles intervenham abusivamente em trabalhos que estão sob a alçada de outros;(...) Considerando que os Estatutos só são invocados e aplicados pela CCE quando se trata de acobertar esbulhos praticados pelos órgãos superiores contra os inferiores; (...)

Considerando que a CCE tem assumido atitudes sérias e comprometedoras, algumas delas em conflito com resoluções do 2º Congresso e quase sempre sem consultar devidamente as organizações do Partido, e que a perpetuação desse estado de coisas é um crime como qual nó não podemos acumpliciar; Considerando que os processos políticos empregados pela CCE não obedecem ao princípio do centralismo democrático, mas se inspiram na volúpia, a um tempo ridícula e antibolchevista (...)

Considerando que o brado de alarma dado pelo camarada Barbosa longe de chamar à razão os detentores atuais da direção do Partido, pelo contrário, os irritou e os levou aos mais desprezíveis e insidiosos processos de maquinação política;

Considerando assim que a CCE chegou ao cúmulo de destituir o CR (...)

Considerando que a CCE, ainda não satisfeita, nomeou para o cargo de maior responsabilidade no CR, o seu organizador, o maior responsável talvez, pelos descabros a que temos chegado, (...)

Considerando, portanto, que à CCE falta idoneidade bastante para continuar a dirigir o PC: Exigem a convocação de uma Conferência Nacional (...).⁴⁴⁰

A solicitação da realização de uma conferência era um indicativo que o partido estava realmente dividido. A direção havia perdido, pelo menos parte de sua base. Assim, estes oposicionistas reivindicavam o direito de reunir todos os militantes e apresentar suas críticas aos demais membros, buscando uma nova direção para o partido. Todavia, Castro e Almeida chamaram atenção a uma questão importante, a carta deu mais destaque às questões estatutárias e não apresentou ou discutiu os temas que havia suscitado as divergências. Ao centrarem suas críticas na ausência de democracia interna, os opositores não abordaram a questão em torno da política sindical.⁴⁴¹ Por sua vez, a CCE ignorou o abaixo-assinado. Diante deste silêncio que significava a recusa em abrir o debate, 46 membros demitiram-se do partido em 8 de maio.⁴⁴²

⁴⁴⁰ PEREIRA, Astrojildo. (Et al). *Memória e História. Op. cit.*, pp. 116-117.

⁴⁴¹ “É interessante que o documento principal da Oposição Sindical não explicita suas críticas de fundo à política do partido, mas sim a defesa do centralismo democrático, mais facilmente aceitável pelos militantes comunistas. O problema é que ela na verdade propôs a destituição da CCE, o que não foi aceito pelos seus integrantes. Um partido comunista da IC tinha seu poder concentrado em sua direção e substituí-la não era algo exequível nos moldes tentados pela Oposição Sindical”. CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *A oposição de esquerda brasileira. Op. cit.*, p. 39.

⁴⁴² “A Dissidência, entretanto, atingiu não somente a C.C.E., como se estendeu à Juventude Comunista e até a alguns sindicatos, como dos alfaites, dos gráficos e talvez outros”. LIMA, Heitor Ferreira. *Op. cit.*, p. 57.

Em artigos publicados entre julho e outubro de 1928 no *Diário Carioca*, Joaquim Barbosa retomou questões em torno da luta sindical e, mais uma vez reafirmou a necessidade de se estabelecer uma unidade entre as diversas tendências ideológicas que buscavam representar os anseios da classe trabalhadora. Nestes artigos, podemos perceber que Barbosa, retomou ideias desenvolvidas na carta aberta. Em sua concepção, o fator determinante para a vitória das reivindicações dos trabalhadores era a unidade da ação e, neste processo de luta, os princípios ideológicos de grupos ou partidos não poderiam estar acima dos interesses dos trabalhadores: “a unidade não deve estar condicionada aos interesses, nem sempre comum aos trabalhadores, de tal ou qual grupo, de tal ou qual partido”.⁴⁴³

Barbosa afirmou que a unidade do movimento operário só poderia ser alcançada “quando os representantes das diversas tendências procurarem, desapaixonadamente, honestamente, um caminho comum”.⁴⁴⁴ Retomando a história do movimento operário, Barbosa tentou demonstrar como está questão não era uma dificuldade nova para os trabalhadores, mas um problema constante. Ele afirmou que desde o I Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, a unidade deu lugar ao dogmatismo e aos princípios ideológicos abstratos: “(...) não puderam aqueles doutrinadores do nosso movimento operário libertar-se das suas fórmulas rígidas e, por isso mesmo, dificilmente adaptáveis a um meio de formação, fenômeno este ao qual ainda hoje pagamos pesadíssimo tributo”.⁴⁴⁵ A crítica de Barbosa também atingiu as organizações libertárias que dominaram o movimento operário brasileiro no início do século XX. Ele tocou na ferida e atacou o dogmatismo que permeava a luta dos revolucionários:

Convenhamos em que por mais respeitáveis, por mais justos, por mais racionais que sejam estes ou aqueles princípios, não podem, a menos que se queira incorrer em gravíssimo erro de tática, ser endossados por organismos sindicais, cuja função característica é a defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores, cujos pontos de vista político-sociais variam infinitamente.⁴⁴⁶

Para Barbosa os sindicatos eram órgãos de defesa das reivindicações materiais imediatas dos trabalhadores e que não podiam ser transformados em meio para atuação político-partidária. Em sua concepção, eles deveriam permanecer no nível da luta econômica dos trabalhadores. Afinal, enfatizava ele, que eram as disputas entre as diversas tendências que impossibilitava a unidade e enfraquecia o movimento operário.

⁴⁴³ BARBOSA, Joaquim. **Pela unidade do nosso movimento sindical**. In: CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil*. (1877-1945). 2 ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 424

⁴⁴⁴ Ibidem.

⁴⁴⁵ Ibidem, p. 425.

⁴⁴⁶ Ibidem.

O artigo publicado por Barbosa deixou claro que sua censura ao partido permaneceu nas questões sindicais. Contudo, o grupo mais próximo de Rodolfo Coutinho, entre os quais podemos citar Lívio Xavier e Mário Pedrosa, formularam uma crítica mais abrangente, na qual buscaram expor por meio de um “memorial”. Este documento deveria sistematizar as principais críticas ao PCB e seria apresentado às bases do partido para discussão no III Congresso. Contudo, a direção recebeu o texto e não o encaminhou para debate, permanecendo fora das discussões do congresso. O memorial tornou-se público em julho de 1930, quando o GCL o publicou no terceiro número do jornal *A Luta de Classe*.

A citação que segue apresenta uma síntese de todos os pontos de divergência e descontentamento dos opositoristas:

A ausência das mais rudimentares noções do marxismo na grande maioria do partido, a intervenção indébita de membros da CCE nas discussões das células, absorção de todos os recursos do partido, mesmo os pecuniários, pela CCE, a carência de toda a sorte de recursos nos organismos de base e intermediários, o funcionamento irregular das células, a desorganização consequente ao fechamento do jornal a lei celerada, a dificuldade de comunicação com as outras regiões tornavam inexecutável a formação de opinião no seio do partido e sua manifestação por meio das instâncias regulares. O único meio que podia movimentar e agitar a massa amorfa e inativa do partido fazendo-lhe tomar novo curso, era fazer convergir a sua atenção para a atividade exercida pelo organismo central.⁴⁴⁷

Essa passagem expressa diversos pontos que suscitavam conflitos e divergências. Os opositoristas destacaram as limitações teóricas, a orientação tática, o regime interno, as intervenções nas células, a desorganização do partido, entre outros. Todavia, o memorial carece de um desenvolvimento mais sistemático das questões apresentadas. Mas sobre a questão teórica, chama atenção outra passagem em que lançaram críticas a interpretação dualista sobre a econômica brasileira:

Assim, os erros doutrinários da CCE, a estratégia tonta por ela preconizada e a concepção de um antagonismo irremediável entre o agrarismo e o industrialismo em substituição a luta de classes, provocaram nas esferas superiores do partido os resultados mais lastimáveis, a mais completa confusão.⁴⁴⁸

A análise estrutural da economia brasileira desenvolvida por Brandão e seguida pelo partido até então, foi colocada em dúvida. De acordo com as teses dualistas, o grande adversário do proletariado era o chamado setor agrário, considerado feudal e atrasado. A luta entre os trabalhadores e seus patrões ficava em segundo plano. Os opositoristas alertavam que esta

⁴⁴⁷ **Memorial ao 3º Congresso.** In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Jul. 1930, p. 1.

⁴⁴⁸ *Ibidem*.

orientação teórica gerava uma grande confusão, pois não os colocavam em luta diretamente contra o capital, pelo contrário, os aproximavam dos setores burgueses.

Nesse sentido, aprofundaram a crítica denunciando a política de alianças preconizada pelo PCB. Afirmaram que o BOC “tornou-se a caixinha de segredos dos conchavos, tramados a revelia do partido, com parlamentares profissionais e políticos da burguesia (...) A questão do Kuomintang, preconizado pela CCE, foi a pedra de toque de todos os desvios”.⁴⁴⁹ Em agosto de 1927, Coutinho e Barbosa haviam se posicionado contra a tática de aproximação com a Coluna Prestes. Este posicionamento se deu por divergirem da concepção de que a pequena-burguesia militar poderia desempenhar um papel revolucionário. Já no memorial de 1928, esta crítica avançou e passou a englobar o BOC, afirmando que as alianças estabelecidas deixavam o proletariado a mercê de uma burguesia dita revolucionária e anti-imperialista.

Não é difícil imaginar que Coutinho e Xavier desenvolveram esta crítica graças ao material internacional que recebiam. Ambos tinham contato com Pedrosa que estava na Europa e com Pierre Naville, que era um dos líderes da oposição francesa.⁴⁵⁰ Por meio da leitura de revistas e jornais, puderam ter acesso à crítica que Trotski lançou à política de aliança dos comunistas chineses com a burguesia nacionalista.

Percebe-se que este grupo que se reuniu em torno de Coutinho não partilhava da perspectiva economicista apresentada por Barbosa. Assim, os opositoristas não constituíram um grupo homogêneo. Enquanto Barbosa permaneceu desenvolvendo suas críticas no nível sindical, buscando uma linha mais próxima do economicismo, o grupo em torno de Coutinho mostrava insatisfações mais amplas.

A documentação disponível não nos permitiu traçar um roteiro minucioso sobre o desenvolvimento destes grupos opositores no período posterior a saída do PCB. Mas na carta escrita em 20 de abril de 1930 pela direção do GCL e enviada ao Secretariado Internacional Provisório, temos uma pista de como esse processo ocorreu: “O primeiro movimento de oposição surgiu há quase dois anos, condenando a política do partido nas questões sindicais. Este grupo pouco depois se subdividiu porque uma parte adoptou uma orientação francamente sindicalista”.⁴⁵¹ Fica claro que, aqueles que em 1930, constituíram o primeiro núcleo da OE no

⁴⁴⁹ Ibidem.

⁴⁵⁰ Basbaum afirma em suas memórias que “Mario Pedrosa e Lívio Xavier, os quais, já naquele tempo, tinham tendências trotskistas, pois os prenúncios da luta que se verificava na União Soviética entre Stalin e Trotsky, já começaram a chegar ao Brasil através da imprensa comunista francesa, principalmente o *L’Humanité*.” BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos* (Memórias). *Op. cit.*, p. 50.

⁴⁵¹ GRUPO COMUNISTA LENINE. [Carta] 20 abr. 1930, Rio de Janeiro. [para] SECRETARIADO INTERNACIONAL PROVISÓRIO, Paris - França. (Arquivo Lívio Xavier, Caixa 3, CEMAP).

Brasil havia surgido a partir das polêmicas suscitadas em 1928. Além disso, evidencia-se que este grupo não permaneceu homogêneo, se subdividindo.⁴⁵²

O grupo que se formou em torno de Coutinho permaneceu com uma relação frágil, com contatos esporádicos e, ao longo de 1929 não conseguiram formar uma fração oposicionista. Todavia, em relação as divergências com a política oficial do partido permaneceram congregados em torno de alguns pontos essenciais:

(...) o nosso grupo reduzido, sem o menor recurso, sem ligação com os demais grupos de oposição nos outros países, traído pela espionagem do Partido e pela hesitação de *leaders* sindicais que haviam prometido o seu apoio, perdeu toda eficiência, mas permaneceu congregado em torno de três questões essenciais – a da formação de um Kuomintang no Brasil, a do Bloco Operário e Camponês, e a política sindical do Partido.⁴⁵³

A cisão de 1928 não forjou um grupo oposicionista coeso, tampouco uma organização foi constituída de forma imediata.⁴⁵⁴ Todavia, foi neste momento que as divergências entre os militantes do partido se evidenciaram. A princípio as questões parecem girar em torno apenas de problemáticas nacionais, como a aliança com o tenentismo e a questão sindical. Contudo, os debates travados no Brasil também refletiam divergências que haviam motivado a luta no interior do PCUS.⁴⁵⁵ A interpretação da revolução nos chamados países coloniais a partir de uma lógica etapista, a aliança com a pequena-burguesia e a burocratização do partido foram temas que aproximaram os dissidentes brasileiros das teses de Trotski.

Neste sentido, discordamos de Carone, quanto este afirma que: “O ano de 1928 inicia grave momento de ajuste de contas ideológicas dentro do PCB. O episódio não se relaciona, de maneira alguma, com a luta em torno da liderança interna, nem é reflexo da crise entre Trotski e Stalin”.⁴⁵⁶ É claro que a cisão de 1928 não é resultado direto dos debates soviéticos ou da tomada de posição dos militantes brasileiros em favor de Trotski. Mas há sim uma relação

⁴⁵² “Há forte indícios de que a Oposição de Esquerda refutava veementemente a “acusação” de que teriam surgido a partir da Oposição Sindical, por não querer, ser confundida com um grupo rebelde, que procurasse dividir o partido. A Oposição de Esquerda queria se colocar como uma fração de esquerda preocupada em ajudar o partido, não cindi-lo”. CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *A oposição de esquerda brasileira*. *Op. cit.*, pp. 45-46.

⁴⁵³ GRUPO COMUNISTA LENINE. [Carta] 20 abr. 1930, Rio de Janeiro. [para] SECRETARIADO INTERNACIONAL PROVISÓRIO, Paris - França. (Arquivo Lívio Xavier, Caixa 3, CEMAP).

⁴⁵⁴ “O que temos relativamente á gênese da Oposição de Esquerda no interior do PCB é que, no computo final destas divergências que ocorreram em 1928, emergiu um pequeno grupo de apenas 5 pessoas (Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, Venceslau Azambuja, José Neves e Octaviano du Pin Galvão) que se mantiveram na militância e em oposição, dado que os outros, ou voltaram ao PCB ou abandonaram a militância”. ALMEIDA, Miguel Tavares de. *Liga Comunista Internacionalista*, *Op. cit.*, p. 54.

⁴⁵⁵ “Em 1928 houve abalos sérios no Partido Comunista do Brasil (PCB). O embrião do trotskismo provavelmente surgiu em 1928, com a rebelião da célula 13 do PCB, no Rio de Janeiro, sob a liderança de João da Costa Pimenta e Hilcar Leite”. COGGIOLA, Osvaldo. **O trotskismo no Brasil (1928-1964)**. In: MAZZEO, A. C.; LAGOA, M. I. (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 239.

⁴⁵⁶ CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. *Op. cit.*, p. 218.

direta, relacionada à interpretação da revolução, à tática revolucionária e ao regime interno do partido. Não é coincidência que vários militantes que ficaram ao lado de Joaquim Barbosa, João da Costa Pimenta e Rodolfo Coutinho, constituíram em 1930 o GCL, primeira organização brasileira a estabelecer relações com a OIE.⁴⁵⁷ Neste sentido, concordamos com Marques Neto quando afirma que este foi o “período fundante para a futura Oposição de Esquerda”.⁴⁵⁸

Os pontos que suscitaram a cisão de 1928 não foram questões menores, que foram resolvidas e sanadas durante aquele ano. Ao longo da década de 1930, as organizações trotskistas seguiram desenvolvendo críticas que retomavam àquelas problemáticas. A questão sindical, por exemplo, será um dos principais pontos de desacordo entre as duas organizações.

1.2 O combate aos opositoristas

A resposta dos dirigentes aos opositoristas foi publicada em um artigo intitulado “O que a ex-oposição queria: desertar”. Neste texto, a CCE respondeu as críticas dos ex-militantes. Em primeiro lugar, desqualificaram as reivindicações dos opositores, afirmando que a demissão de 46 membros significou um abandono da luta: “Eis aí em que deu a “oposição” formada em torno da Carta Aberta de Joaquim Barbosa: na deserção vergonhosa”.⁴⁵⁹ Em segundo lugar, passaram a questionar a reivindicação pela Conferência, afirmando que um grupo minoritário não tinha o direito de solicitar que o partido mudasse o seu curso.⁴⁶⁰ Justificaram esta negativa afirmando que a forma de organização dos opositores feria o estatuto do partido:

Contra os Estatutos do Partido não existe, não pode existir nenhum “direito” para os membros do Partido. Ora, os Estatutos do Partido não reconhecem nenhuma forma de organização de membros do Partido fora das células, dos núcleos, das instâncias regulares. A “oposição” organizou-se em fração à parte (...). É mais do que evidente que tais camaradas, organizando-se e agindo contrariamente à “lei” do Partido, perdiam, por isso mesmo, todo e qualquer “direito”.⁴⁶¹

Ainda acusaram os opositores de não apresentarem nenhuma divergência real com o partido. De acordo com a CCE, as discussões eram apenas secundárias, por isso, afirmaram que o verdadeiro motivo da polêmica era o desejo de abandonar o partido: “Não havia nenhuma

⁴⁵⁷ “O “caso Canelas” foi uma simples crise na direção, enquanto que a Dissidência constitui verdadeira luta interna, culminando com uma cisão de grave repercussão, o que deu lugar, mais tarde, ao nascimento da corrente trotskista entre nós”. LIMA, Heitor Ferreira. *Op. cit.*, p. 57.

⁴⁵⁸ MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária. Op. cit.*, p. 114.

⁴⁵⁹ COMISSÃO CENTRAL EXECUTIVA DO PCB. **O que a ex-oposição queria: desertar.** In: *Memória e História*. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1981, p. 120.

⁴⁶⁰ “Nenhuma minoria tem o “direito” de “exigir” da direção do Partido que faça isto ou aquilo”. *Ibidem*, p. 121.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 121.

questão de princípio a defender; o que havia era somente, unicamente, exclusivamente, o propósito de desertar”.⁴⁶² Por fim, apontaram que a oposição sindical tinha um caráter social bem definido, eram “intelectuais pequeno-burgueses” e “ex-anarquistas” que ainda não tinham assimilado a teoria comunista. Após estas considerações sobre o perfil social e ideológico dos opositores, o documento concluiu que “Juntem-se esses dados à obra da intriga, da deslealdade, da calúnia – e estará tudo explicado”.⁴⁶³

A CCE recusou a proposta da realização de uma conferência extraordinária. Mas, por outro lado, lançou um debate interno que ocorreu por meio da publicação de uma nova revista com circulação interna. Entre 1928-1929 foram lançados 8 números da revista *Autocrítica*.⁴⁶⁴ O intuito era fomentar o debate no sentido de preparar as teses para a realização do III Congresso do partido. Todavia, os militantes expulsos ou os que tinham se demitido não participaram das discussões, pois já não faziam parte das fileiras da organização e quando os documentos dos opositoristas eram publicados era apenas com o objetivo de serem criticados.⁴⁶⁵ Marques Neto, cita que no número 3 da revista, os comitês que compunham o partido puderam se manifestar sobre a resolução da CCE que havia expulsado Joaquim Barbosa; 8 comitês se manifestaram favoráveis a expulsão e apenas 1 se pronunciou parcialmente contrário.⁴⁶⁶

Tomando como ponto de partida as divergências apresentadas entre 1927-1928, a revista apresentou artigos que abordavam diversos temas. Todavia, posteriormente, Astrojildo Pereira que foi o organizador dos 6 primeiros números criticou o conteúdo apresentado: “o nível teórico era baixo, mantendo-se a discussão quase que só no terreno da atividade prática comunista, inclusive naqueles pontos que mais de perto se relacionavam com a linha e a tática do Partido”.⁴⁶⁷ Mesmo sem conseguir argumentar satisfatoriamente no terreno teórico sobre os mais diversos temas, a revista cumpriu o papel de preservar a autoridade dos dirigentes.

⁴⁶² Ibidem, p. 122.

⁴⁶³ Ibidem, p. 123.

⁴⁶⁴ “A nova publicação tomou o nome de *Autocrítica*, saindo em forma de revista, com um mínimo de 16 páginas cada número. Sua coleção consta de 8 números, 6 publicados antes do III Congresso, e mais 2 já em 1929, depois do Congresso. Ao todo 160 páginas de texto, formato 28x19, composição em duas colunas. *Autocrítica* tornou-se raridade bibliográfica, o que justifica estes detalhes descritivos”. PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*. *Op. cit.*, p. 134.

⁴⁶⁵ Nesse sentido, discordamos da versão apresentada por Carone, segundo a qual a publicação de *Autocrítica* se realizou mediante um debate aberto e sanou as divergências: “Durante o período de publicação de *Autocrítica* são realizados os ajustes finais entre a direção central e a oposição. A CCE publica os seus documentos e os que a criticam, enviando-os às diversas células e organismos locais; todos são convidados a participar dos debates e a linha do partido é aprovada pela base (com exceção dos membros da oposição)”. CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. *Op. cit.*, p. 224.

⁴⁶⁶ MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária*. *Op. cit.*, p. 113.

⁴⁶⁷ PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*. *Op. cit.*, p. 134.

Durante o III Congresso do PCB que ocorreu entre 28 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929, a questão da Oposição foi novamente colocada. Contudo, não se travou um debate aberto com a participação dos dissidentes, pelo contrário, a questão retornou apenas para ser execrada. No relatório final o tema foi abordado e mais uma vez os opositoristas foram desqualificados. Afirmou-se que o movimento se caracterizava por uma “mentalidade claramente pequeno-burguesa, por sua fraseologia “esquerdista” e sua atitude oportunista, o pequeno grupo de oposição cometeu um verdadeiro ato de deserção e de traição, quando abandonou o Partido (...)”.⁴⁶⁸ Assim, sem a participação dos opositores, o congresso ratificou as formulações de Astrojildo e de Brandão.

O relatório do congresso ainda apontou que o partido realizou uma avaliação minuciosa do caso e, após este debate que durou alguns meses, concluiu-se que as reivindicações e críticas dos opositores não eram legítimas e que a maioria dos militantes permaneceu ao lado dos seus dirigentes: “O fecundo trabalho de verdadeira autocrítica realizado pelo III Congresso, com a participação ativa da antiga direção, provou a absoluta sem-razão dos ataques caluniosos da oposição e demonstrou, pelo contrário, o espírito sadio dominante no Partido”.⁴⁶⁹ Por fim, acrescentou-se que os opositoristas havia conseguido, mais pelas relações pessoais do que pelos argumentos, convencer valiosos militantes, mas estes, poderiam retornar ao partido, se realizassem uma autocrítica, reconhecessem a deserção e se subordinassem as teses adotadas.⁴⁷⁰

Brandão, em suas memórias também recordou o episódio da cisão de 1928 e atacou os opositores de forma ainda mais agressiva. Para o dirigente, o grupo de Joaquim Barbosa e Rodolfo Coutinho não passava de “esquerdistas” que estavam ansiosos para destruir tudo que o partido vinha construindo nos últimos anos.⁴⁷¹ De acordo com o dirigente, os opositores: “Eram sectários, liquidadores, anarcossindicalistas de fato, embora membros do PCB”.⁴⁷² Ele ainda afirmou que durante aquele período tomou a iniciativa de ser um dos homens de frente

⁴⁶⁸ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Resoluções do III Congresso do PCB**. In: CARONE, Edgard. *O PCB (1922–1943)*. Vol. 1. São Paulo: Difel, 1982, p. 76.

⁴⁶⁹ *Ibidem*.

⁴⁷⁰ “Considerando, porém, que alguns operários, sinceramente revolucionários, haviam sido arrastados para a oposição mais por motivos de ligação pessoal com seus chefes, o III Congresso declarou poderem os mesmos voltar ao Partido, mediante o reconhecimento da saída do Partido como tendo sido ato de deserção e o acatamento sem reservas das resoluções do Congresso e da disciplina do Partido”. *Ibidem*.

⁴⁷¹ “Joaquim Barbosa foi quem provocou essa oposição. (...) Esse artesão e seus seguidores queriam *liquidar* tudo: a Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro e o próprio PCB. Queriam impedir a fundação da Confederação Geral dos trabalhadores dos Brasil. Eram nihilistas de fato”. BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas*. *Op. cit.*, p. 339.

⁴⁷² *Ibidem*.

no combate aos divergentes.⁴⁷³ Mas a questão mais interessante registrada em suas memórias é a afirmação de que houve uma reunião logo após concretizada a cisão em maio, na qual ele buscou atacar a ideologia que estava por trás dos dissidentes, o “trotskismo”. Em suas palavras:

Vários membros da fração de liquidadores faziam propaganda do *trotskismo*. Em abril de 1928, convoquei uma reunião. Durante 3 horas e meia, fiz uma conferência contra a ideologia, a política e a história do trotskismo. Ataquei-o decididamente. Demonstrei meu caminho antileninista desde 1903.⁴⁷⁴

Esta afirmação é bastante interessante. Ela demonstra que o PCB, orientado pela IC, iniciou neste período a política de ataques à Trotski. A Oposição Unificada havia sido derrotada no final de 1927 e, nos meses que se seguiram, os partidos comunistas de todo o mundo foram notificados sobre as atividades da Oposição e sobre a cisão ocorrida. No Brasil, as divergências internas e as críticas da OE não eram temas debatidos e, os militantes brasileiros só tinham informações sobre estas questões por meio das publicações internacionais, especialmente as francesas. Mas a partir de 1928, com a vitória da fração stalinista e o exílio de Trotski, a propaganda antitrotskista chegou ao Brasil.

Em 1928, o PCB trabalhava para retornar à publicação de um jornal operário. Depois do fechamento de *A Nação* pela Lei Celerada, o partido vinha trabalhando para retomar *A Classe Operária*. Assim, no dia 1º de maio de 1928, o jornal foi relançado. E já neste primeiro número, um dos temas centrais apresentados foi a luta contra o trotskismo.

Na primeira página do jornal foi publicada a “Resolução sobre o relatório de Bukharin acerca da oposição trotskista adotada por unanimidade”, na qual se expôs os resultados do XV Congresso do PC Soviético, no qual se “liquidou energicamente a oposição trotskista, pondo-a fora das fileiras do partido”.⁴⁷⁵ Afirmou-se que foi uma medida necessária para pôr fim ao grupo que desenvolvia “atividade antissoviética”. O relatório também apresentou uma caracterização ideológica ao trotskismo, afirmando que seus militantes se aproximavam da política dos reformistas de esquerda e que o perigo da atividade destes grupos no movimento operário internacional residia no fato:

(...) de que os trotskistas dão força aos *leaders* “de esquerda” do oportunismo na sua luta contra o comunismo e contra a U.R.S.S.; de que os trotskistas multiplicam as mentiras e calúnias empregadas pelos reformistas na sua luta contra o comunismo; de que o trotskismo se tornou uma variedade do Bauerismo e das outras agências análogas do reformismo. Em todas as questões fundamentais, a oposição trotskista passou para as posições dos

⁴⁷³ “Tomei parte ativa na primeira linha do combate contra esses liquidadores, dentro da CCE e na base do PCB”. Ibidem.

⁴⁷⁴ Ibidem, p. 340.

⁴⁷⁵ COMITÊ EXECUTIVO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Resolução sobre o relatório de Bukharin acerca da oposição trotskista adotada por unanimidade**. In: *A Classe Operária*. n. 1. Rio de Janeiro, 1 mai. 1928, p. 1.

supostos “esquerdistas” do oportunismo, adquirindo um caráter claramente contrarrevolucionário.⁴⁷⁶

A caracterização do trotskismo lançada nas páginas de *A Classe Operária* é muito similar àquela que já se manifestava na URSS e nos países europeus desde a derrota da “Oposição de 1923” e da realização do V Congresso da IC. O relatório apontou que o grupo que subsistia ao redor de Trotski no interior do Partido Bolchevique foi completamente vencido durante o congresso. Todavia, fez um alerta de que a ameaça persistia, pois estavam se espalhando, buscando simpatizantes em outros países: “O grupo dos adeptos do trotskismo, que ainda subsiste, tenta, depois de ter sido derrotado no P.C. da U.R.S.S. e na U.S., transportar o centro da gravidade de sua ação para outras secções da I.C.”⁴⁷⁷

Diante desta ameaça, afirmou-se que era necessário que os dirigentes comunistas ficassem atentos e não medissem esforços para combater e expulsar estes grupos. Afinal, afirmava o relatório: “pertencer à oposição trotskistas e solidarizar-se com seus conceitos, não é mais compatível com o facto de pertencer à Internacional Comunista”.⁴⁷⁸ Os trotskistas eram acusados de serem os piores elementos, os mais oportunistas e degenerados.⁴⁷⁹ O relatório concluiu que: “Os partidos comunistas devem fazer a mais encarniçada guerra para liquidar os grupos trotskistas, concentrando os fogos, antes de tudo contra os cabeças”.⁴⁸⁰

A direção do PCB aproveitou o III Congresso para mais uma vez condenar os opositores e reafirmar suas posições dominantes. Por seu turno, os dissidentes derrotados e fora do partido não demonstravam conter um projeto e uma organização para defender suas posições contra o grupo hegemônico. Os opositores estavam divididos e, nos primeiros meses de 1929 mantiveram contatos esparsos.

Enquanto Joaquim Barbosa e seus companheiros mais próximos tomaram posição estritamente sindical, o grupo de Rodolfo Coutinho não conseguia se organizar. Mesmo assim, Azambuja argumentou com Xavier que era necessário reunir os dissidentes para preparar uma resposta ao Congresso e continuar defendendo suas posições contra o grupo que dominava o partido: “É preciso pensar nos meios de continuar a luta e, sobretudo, decidir sobre a nossa atitude ante a resposta do Congresso. Esta resolução parece-me, é o ponto de convergência de

⁴⁷⁶ Ibidem.

⁴⁷⁷ Ibidem.

⁴⁷⁸ Ibidem, p. 4.

⁴⁷⁹ “Todos os piores elementos do movimento operário, os elementos francamente oportunistas do movimento comunista, todos os pequenos grupos de renegados expulsos da I.C. unem-se atualmente sob a plataforma trotskista de luta contra a U.R.S.S.”. Ibidem.

⁴⁸⁰ Ibidem.

todas as questões”.⁴⁸¹ Os opositores ainda esperavam ter alguma representatividade no congresso. Diante da negativa, começaram a formular alternativas, avaliar o cenário, contabilizar os números para decidir quais seriam os próximos passos: “Daremos o balanço das forças com que contamos, das que temos contra nós, dos camaradas desanimados, da situação do P., da dissidência e estudaremos o que há a fazer”.⁴⁸² Todavia, o grupo permaneceu disperso e só retomou os contatos a partir do retorno de Mário Pedrosa no final de 1929.

2. O giro à esquerda e o fim da luta pela unidade sindical

Foi apenas após a derrota da Oposição Unificada no XV Congresso do PCUS e da expulsão de Trotski que o VI Congresso da IC entrou na pauta. Desde o processo de “bolchevização”, o aparato burocrático do partido comandado por Stalin evitou reunir a militância em debates e discussões, sempre optando pelo jogo subterrâneo, pelas resoluções propostas pelo alto, pelo centralismo e não pela democracia. Este congresso, ocorrido em julho de 1928, brandiu o movimento comunista internacional, pois ainda sob orientação de Bukharin, iniciou uma nova guinada em suas orientações teóricas e táticas.

O VI Congresso é notadamente reconhecido pelo seu “giro à esquerda”. O programa apresentado deu continuidade à política de ziguezagues. Em suas teses e resoluções, estabeleceu-se a teoria do “Terceiro Período”, que produziu uma reorientação tática. De acordo com a direção da IC, o primeiro período correspondeu ao pós-guerra, caracterizando-se pela fragilidade das economias capitalistas e ascensão do movimento operário em toda Europa. Esse momento se encerrou com a derrota da Revolução Alemã em 1923, quando se iniciou o segundo período, que foi marcado pela estabilização capitalista e pela adoção da frente única. Já o Terceiro Período, que começou em 1928, apontava para o amadurecimento das contradições do capital e para ascensão do movimento operário em direção à luta revolucionária.

A interpretação econômica sobre o Terceiro Período, indicou o fim da estabilidade capitalista e o início a uma nova crise que deveria ser acompanhada pela radicalização das massas. Os comunistas deveriam adotar uma postura mais agressiva que foi intitulada, “Classe contra classe”. Esta tática se caracterizou pela recusa de alianças ou colaborações com os social

⁴⁸¹ *Apud* MARQUES NETO. José Castilho. *Solidão revolucionária. Op. cit.*, p. 118.

⁴⁸² *Ibidem*.

democratas, estabelecendo uma “frente única pela base”, ou seja, os PCs não aceitariam acordos com os líderes da social democracia, mas apenas com os operários socialistas.⁴⁸³

Vale destacar que antes mesmo do VI Congresso da IC ocorrer, parte desta reorientação começou a ser apresentada e implantada no movimento sindical. O IV Congresso da ISV realizado entre 18 e 24 de março de 1928 em Moscou, reuniu líderes sindicais de 40 países e, sob a presidência de Losowski, lançou as teses da “frente única pela base”. A mudança foi decisiva, pois demarcou o fim da luta pela unidade sindical, abrindo espaço para a fragmentação do movimento operário.

As teses lançaram duras críticas aos sindicatos socialistas, destacando que estes tinham abandonado e traído a classe trabalhadora, uma vez que atuavam como conciliadores, mediando a relação entre trabalho, capital e Estado. Losowski denunciou os reformistas por insistirem na via legal, buscando soluções institucionais e parciais. Por conseguinte, apontou que a classe operária já não confiava em seus representantes socialistas: “essa estreita colaboração entre capital e o reformismo tem suscitado crescente desconfiança das massas em relação aos *leaders* reformistas e tem provocado tentativas de ação independente do proletariado contra o capital”.⁴⁸⁴ Para Losowski, as orientações e o programa colaboracionista dos sindicatos reformistas já não era aceito pelos trabalhadores que estavam abandonando estas organizações.

Os socialistas passaram de possíveis aliados para inimigos declarados, pois o objetivo dos comunistas passou a ser “conduzir as massas não somente contra o patronato, mas ainda contra os *leaders* reformistas”.⁴⁸⁵ A luta contra o reformismo, apresentado como a “direita sindical” passou a ocupar o primeiro plano da tática comunista. Losowski apontou que era necessário se aproximar das massas para denunciar a traição dos socialistas afastando-os dos sindicatos: “Para garantir a vitória nas lutas econômicas é preciso depurar as instâncias dirigentes do movimento sindical reformista, expelindo delas os furadores de greve e os agentes do capital. Sem depurar os sindicatos desses elementos será muito difícil vencer o patronato.”⁴⁸⁶

Não era a primeira vez que os comunistas se voltavam contra os socialistas. Vale lembrar que a própria III Internacional foi construída como uma negação da social democracia. A traição diante da eclosão da I Guerra Mundial e as derrotas da revolução na Alemanha e na

⁴⁸³ De acordo com as resoluções do congresso: “Agora, devemos tentar a tática de frente única, na maior parte dos casos, somente de baixo para cima. Nenhum apela às cúpulas dos partidos socialdemocratas. Só em casos raros talvez sejam admissíveis apelos a organizações singulares e locais de um partido social democrata”. *Apud* HÁJEK, Milos. **A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha**. *Op. cit.*, p. 206.

⁴⁸⁴ LOSOWSKI. **O IV Congresso da ISV**. In: *A Classe Operária*. n. 2. Segunda fase. Rio de Janeiro, 5 mai. 1928, p. 4.

⁴⁸⁵ *Ibidem*.

⁴⁸⁶ *Ibidem*.

Hungria, bem como as orientações dos dois primeiros congressos da IC reforçaram o distanciamento entre as duas tendências. Se o III Congresso, propondo uma frente única, buscou uma reaproximação, as teses que agora eram propostas voltavam a reafirmar a necessidade de afastamento e depuração dos socialistas.

Losowski delimitou a tática comunista afirmando que: “A principal palavra de ordem da ISV deve ser: frente única pela base, nas empresas e nas organizações de base dos sindicatos reformistas”.⁴⁸⁷ A frente única não poderia ser simplesmente negada e abandonada. Afinal, ela era uma formulação de Lenin, elaborada em 1921 após a derrota da “Ação de março” na Alemanha e todos ainda se lembravam da forma como ele havia se empenhado na defesa dessa tática. Por conseguinte, buscou-se construir uma lógica de continuidade. Assim, a palavra de ordem; “Às massas!” continuou em vigor. A luta pela conquista das maiorias operárias foi reafirmada ao mesmo tempo em que a frente única era rejeitada. As teses do ISV falavam em “frente única pela base” e abriram a possibilidade para que alguns partidos se lançassem na construção de novos sindicatos.⁴⁸⁸

Já no VI Congresso da IC, a questão sindical foi abordada de forma bastante breve. A problemática ocupou pouquíssimas linhas na resolução de Bukharin que buscou apresentar a nova linha sem caracterizar rupturas. Argumentou pela necessidade de se persistir com um trabalho dedicado nos sindicatos com o objetivo de se construir a frente única. “Não devemos perder a iniciativa de lutar pela unidade sindical”.⁴⁸⁹ O congresso considerou que o abandono da luta pela unidade sindical significaria um afastamento das massas. Assim, a tarefa elementar de se aproximar e conquistar as massas era reafirmada diante do Terceiro Período e da situação de crise mundial do sistema capitalista. Os operários tenderiam para a radicalização e os comunistas precisavam atuar onde eles estivessem. Citando *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* de Lenin, Bukharin defendeu a manutenção da luta nos sindicatos reformistas.⁴⁹⁰

Apesar de praticamente excluir a possibilidade de aliança e de trabalho conjunto com os sindicatos reformistas, a resolução combatia a ideia que buscava justificar o abandono da atuação nestes sindicatos: “Não pensamos de modo algum que seja preciso renunciar ao nosso trabalho nos sindicatos reacionários, ainda em países que possuem um movimento sindical

⁴⁸⁷ Ibidem.

⁴⁸⁸ “O problema da criação de uma Internacional sindical única continua de pé, apesar da abatinada recusa da Internacional de Amsterdam em aceitar as exigências e aos interesses das massas. A tática de unidade consiste não somente na troca de cartas e de entendimentos, mas igualmente na organização das massas ainda desorganizadas.” Ibidem.

⁴⁸⁹ VI CONGRESSO de la Internacional Comunista. Segunda Parte: informes y discusiones. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, 1978, p. 112.

⁴⁹⁰ Ibidem, p. 114.

dividido”.⁴⁹¹ Reafirmou-se assim a concepção de “frente única pela base”. Sem aliança com os reformistas se anunciou a tarefa de “conquistar a base, os comitês de fábricas, os diversos elementos do aparato”.⁴⁹²

Contundo, apesar de se afirmar que a frente única matinha sua validade, argumentou-se que era preciso aferir muito bem a situação histórica de cada local e tomar cuidado com os perigos que a social democracia representava. Com efeito, a resolução também destacou que em diversos países, os sindicatos reacionários não eram organizações de massa e o movimento operário estava em reconstrução. Nestes lugares, a maior parte dos trabalhadores estavam fora dos sindicatos e desorganizados. Logo, lançou-se a proposta de que os comunistas deveriam criar novas organizações, ou seja, novos sindicatos que lutariam contra os sindicatos reformistas. Como se vê, a resolução era demasiado ambígua, pois ao mesmo tempo em que se reafirmava a unidade se abriam precedentes para a fragmentação. Tal proposta consolidava o fim da unidade sindical.

Estas teses complementadas com as resoluções do X Plenum, limitou a política de alianças dos comunistas. A recusa da formação de “frentes”, mesmo que temporárias ou pontuais, lançada pela tática de Classe contra classe e aprofundada pela tese do “social-fascismo” resultou no isolamento dos comunistas que acabaram se afastando cada vez mais das massas operárias. Construindo sindicatos minúsculos e com uma postura permanente de ataques aos líderes sindicais socialistas, os partidos comunistas se transformaram em pequenas seitas e se afastaram ainda mais das massas.

A historiografia pertinente tem apontado que o “giro à esquerda” demarcado nas teses do VI Congresso foi uma resposta ao fracasso da revolução na Europa e no Oriente.⁴⁹³ Não obstante, Trotski afirmou que para conhecer realmente as razões por trás desse giro tático é preciso deixar de lado a conjuntura internacional e se atentar às dificuldades econômicas e ao

⁴⁹¹ Ibidem.

⁴⁹² Ibidem, p. 113.

⁴⁹³ “Voltando-se à abordagem referente ao VI Congresso, é importante salientar a situação chinesa como provavelmente o fato que mais tenha contribuído para a radicalização da linha política. (...) Outro fator importante neste processo corresponde à implementação do governo fascista na Itália, logo a seguir um período de formação de um bloco antifascista do qual os comunistas haviam participado. A análise daí decorrente defendia a ideia de que a aliança com outros segmentos da esquerda fora ineficaz e, até mesmo, contribuíra para tornar o fascismo vitorioso devido à vacilação de seus membros social democratas”. HENN, Leonardo Guedes. *A Internacional Comunista e a revolução na América Latina: estratégias e táticas as colônias e semi-colônias (1919-1943)*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2010, p. 75. “Depois, a luta “classe contra classe” deveria ser estendida com todo vigor a todos os países. Enfim, a linha proposta para o movimento revolucionário nas colônias sofria uma séria inflexão para a esquerda. No pano de fundo dessa guinada está o desastre da experiência chinesa, que havia aprofundado a condenação de correntes nacionalistas burguesas” PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. Op. cit.*, pp. 165-166.

contexto político que se desenvolvia no interior da URSS. Em suas palavras: “Foi a crise do abastecimento de grãos que, diferentemente da crise chinesa, do comitê anglo-russo e outras, não poderia passar em silêncio, que provocou um impulso a uma nova fase na política”.⁴⁹⁴

Até 1928, a economia soviética seguia o ritmo imposto pela Nova Política Econômica (NEP) que pressupunha uma aliança entre a famigerada indústria urbana e o *Kulak*. Estes teriam liberdade para acumular e enriquecer, mas em contrapartida, deveriam fornecer grãos aos trabalhadores urbanos. O campo abasteceria a cidade e vice-versa. A manutenção da NEP era legitimada pelo período de estabilidade capitalista, o que impossibilitava uma vitória da revolução em curto prazo. A Oposição Unificada questionou e alertou sobre as contradições que se desenvolviam a partir dessa política econômica. Os opositores defendiam a necessidade de ampliar os investimentos na indústria e no planejamento com o intento de substituir o livre mercado.

No início de 1928, os sinais de estagnação da NEP ficaram evidentes e a crise de abastecimento das cidades se tornou uma realidade. A economia soviética tinha se construído a partir de um desequilíbrio entre a produção do campo e da cidade. Os preços dos produtos agrícolas estavam em queda, enquanto que os produtos manufaturados apresentavam aumentos constantes. Uma linha decrescente e outra ascendente se cruzavam nos gráficos apresentados, daí a denominação de “crise das tesouras”. Com a queda do preço dos grãos, os camponeses ricos adotaram medidas que “sabotavam” o mercado. “Em janeiro de 1928, o trigo escasseou, apesar da colheita de 1927 ter sido excelente. Na realidade, os excedentes diminuíram em 25% porque os *kulaks* haviam armazenado a produção”.⁴⁹⁵ À espera de um aumento nos preços, esses camponeses abastados estocaram os grãos.⁴⁹⁶

O programa da Oposição já havia feito críticas ao desenvolvimento econômico traçado pela NEP e argumentava pela necessidade de recuperar o parque industrial e incentivar a industrialização mediante um planejamento centralizado e democrático. Trotski indicava que a crise era resultado de uma política econômica conduzida de forma equivocada pela direção do partido, que ao colocar a indústria em segundo plano, colaborou para o desequilíbrio entre cidade e campo. Nesse sentido, a crise de abastecimento de grãos não estava relacionada à sabotagem dos *kulak*, mas a uma crise do setor industrial que inviabilizava as trocas.⁴⁹⁷

⁴⁹⁴ TROTSKI. *Stalin, o grande organizador de derrotas*, *Op. cit.*, p. 58.

⁴⁹⁵ BROUÉ, Pierre. *União Soviética: da revolução ao colapso*. Porto Alegre: UFRGS, 1996, p. 87.

⁴⁹⁶ Trotski explicou a situação econômica: “O *Kulak* não apenas prosperou e enriqueceu, como não acha necessário tocar seus produtos naturais acumulados por rublos; quanto aos bens que ele necessita e consegue nas cidades, ele paga com uma quantidade de grãos que é insuficiente (...)”. TROTSKI. *Stalin, o grande organizador de derrotas: A III Internacional depois de Lenin*. São Paulo: Sundermann, 2010, p. 59.

⁴⁹⁷ *Ibidem*, p. 64.

A crise de abastecimento fez com que Stalin adotasse medidas que recuperavam os pressupostos da Oposição Unificada. Para solucionar a convulsão, o partido se voltou contra o *kulak*, a NEP e seus defensores. “Stalin parecia pensar numa guinada à esquerda para escapar à pressão do campesinato abastado. Tratava-se de coletivizar o campo e acelerar a industrialização”.⁴⁹⁸ Foi nesse contexto que ele travou uma luta velada contra Bukharin, partidário da NEP, em torno do qual se formou uma nova fração que ficou conhecida como “Oposição de Direita”.⁴⁹⁹ Foi para derrotar as concepções Bukharinistas que Stalin se aproximou do programa da Oposição Unificada e realizou esse ‘giro’.

Diante do avanço dos camponeses ricos, do desabastecimento das cidades e da nova Oposição, Stalin resolveu implantar uma nova orientação econômica. Era hora de deixar a NEP para trás e avançar numa luta contra o *kulak* e as formas mercantilistas. A coletivação dos campos, a industrialização e a planificação entraram na ordem do dia. Dentro desse panorama histórico, podemos compreender de forma mais clara, a política stalinista do “giro à esquerda” que foi transportada à IC, que já não se guiava pelas necessidades da revolução mundial, mas pelos interesses da burocracia soviética.

Trotsky também identificou que o programa do VI Congresso buscava justificar e legitimar a concepção stalinista do “socialismo num só país”. Esse é um ponto crucial e que correntemente é esquecido e menosprezado pela historiografia. De acordo com Trotsky as teses e resoluções do VI Congresso buscavam limitar a revolução ao território soviético.⁵⁰⁰ A emergência de movimentos e crises revolucionárias ou a concretização da revolução em outros países ocidentais criaria uma situação internacional conflituosa, o que poderia levar as potências capitalistas a uma política de intervenção contra o Estado soviético. A ausência de revoluções possibilitaria, de acordo com a perspectiva da burocracia stalinista, uma situação internacional adequada para a sua manutenção, enquanto casta privilegiada. Assim, por trás do discurso ultra esquerdistas do Terceiro Período se revelava a ausência de palavras de ordem que impulsionassem o internacionalismo proletário.

⁴⁹⁸ BROUÉ, Pierre. *União Soviética. Op. cit.*, p. 87.

⁴⁹⁹ “A Oposição de Direita é a segunda corrente internacional na IC. Considera-se geralmente que ela teve, também, sua fonte ideológica na União Soviética, nas ideias de Bukharin e na corrente dirigida por ele, Rykov e Tomsy. Mas é evidente que ela deita raízes também no mundo capitalista, por toda parte onde a política aventureirista da Comintern rejeitou militantes tendo profundas raízes no movimento operário. De certo modo, e em alguns casos, ela chega mesmo a aparecer como a fração da Internacional que não se destacou totalmente da social democracia”. Idem. *História da Internacional Comunista (1919-1934)*. Tomo I. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 689.

⁵⁰⁰ “Nós temos hoje uma “teoria” que ensina que é possível construir completamente o socialismo em um país e que as relações daquele país com o mundo capitalista podem ser estabelecidas na base de “neutralizar” a burguesia mundial (Stalin)” TROTSKI. *Stalin, o grande organizador de derrotas. Op. cit.*, p. 99.

As orientações em torno da tática de Classe contra classe foram se aprofundando a medida que a fração stalinista avançava sobre a chamada Oposição de Direita. Internamente, o stalinismo lançou um ataque feroz aos *kulaks* e aos *nepmans*, combatendo os setores privados da economia soviética por meio do Plano Quinquenal. Bukharin que ocupava o cargo de presidente da Internacional, foi afastado meses após o VI Congresso. A perseguição aos chamados ‘direitistas’ atingiu a cúpula do PCUS. Aqueles que se colocavam na contramão de Stalin foram expulsos, rebaixados ou enviados para países distantes. Assim, primeiro Humbert-Droz e mais tarde Guralski se tornaram ferramentas para intervenção direta da burocracia stalinista nos países latino-americanos.

As disputas internas e a crescente concentração de poder nas mãos de Stalin não deixaram de refletir nas orientações da IC. Este processo atingiu todos os partidos vinculados à Moscou. Depois que o expurgo da “direita” atingiu o PCUS, ele se alastrou para os partidos do mundo todo que lançaram fervorosas campanhas para combater os chamados “desvios de direita”.⁵⁰¹ Estas orientações chegaram ao Brasil em 1929 e se aprofundaram em 1930 quando alterou de forma decisiva a estrutura organizacional e a direção do PCB.

O X Plenum que ocorreu em julho de 1929, cumpriu um papel importante neste processo de consolidação interna e externa dos interesses da burocracia stalinista. Esta conferência não apenas reafirmou as teses do VI Congresso como aprofundou as orientações ultra esquerdistas. Foi durante este encontro que se sancionou a afastamento de Bukharin da CEIC e dos seus aliados, inclusive de Jules Humbert-Droz. Mas o fato mais relevante deste encontro foi a consolidação da tese do “social-fascismo”. Desde 1924 alguns dirigentes já sustentavam uma aproximação entre a social democracia e o fascismo.⁵⁰² A frente única com os reformistas já havia sido restringida, mas com a tese do social-fascismo, ela era abolida e apresentada como um desvio criminoso.

A social democracia e o fascismo foram apresentados como duas formas diversas do domínio burguês que se assemelhavam cada vez mais. Afirmou-se que ao defender a ordem democrática e criticar o Estado Soviético, os socialistas se aproximavam do fascismo como

⁵⁰¹ “Depois da introdução da coletivização e do primeiro Plano Quinquenal, Stalin tinha necessidade, mais talvez por insegurança do que pelo acertado de suas análises, de expurgar dos partidos e dos grupos dirigentes quem quer que pudesse contestar a brutalidade dos seus métodos e a sabedoria de suas opções. Até o final de 1931, sete membros do CEIC foram expulsos por desvios, e a liderança de doze partidos foi completamente modificada”. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. Op. cit.*, p. 200.

⁵⁰² “O ato de nascimento do conceito de social-fascismo indica Robert Paris, é uma resolução do Presidium do CEIC sobre a questão alemã em 9 de janeiro de 1924: “Atualmente os dirigentes da social democracia nada mais são do que uma fração do fascismo que se dissimula sob a máscara do socialismo (...). Toda a social democracia internacional torna-se assim, pouco a pouco, a auxiliar permanente da ditadura do grande capital”. Em setembro de 1924, Stalin definiria a social democracia como “a ala moderada do fascismo” e como “irmão gêmeo do fascismo””. Ibidem, p. 202.

garantidores da dominação do capital.⁵⁰³ Esta orientação equivocada e pobre teoricamente retirava do fascismo as suas particularidades. Pois apenas uma análise que apagava as especificidades e apresentava os socialistas e os fascistas de forma genérica poderia concluir que ambos eram equivalentes. Ao abstrair as particularidades do fascismo, esta teoria também acabou por subestimar a força reacionária que já havia se consolidado na Itália de Mussolini e que se fortalecia na Alemanha. A tese do social-fascismo foi fundamental para a vitória dos nazistas em 1933 quando os comunistas recusaram a aliança com os socialistas.⁵⁰⁴

Estas reorientações projetaram mudanças aos comunistas da América Latina. Todavia, não houve uma ruptura imediata. O “giro à esquerda” e o combate aos “desvios de direita” foram sendo impostos de maneira gradual, num processo que só se consolidou em meados de 1930. Seguindo uma orientação “à esquerda”, estas teses expressaram o esvaziamento do caráter revolucionário da pequena-burguesia. O estabelecimento de alianças com este grupo se tornou mais limitado. Não era condenado à priori, mas se tornou cada vez mais improvável. Estreitava-se o sistema de alianças para os comunistas.⁵⁰⁵

As teses do VI Congresso sobre a América Latina se caracterizaram pela generalização e pela ausência de uma análise político-econômica mais detalhada, que apresentasse e discutisse as diferenciações e particularidades dos países em questão.⁵⁰⁶ Dentro desta abordagem abrangente, as diretrizes lançadas englobaram toda a América Latina no rol dos países coloniais e semicoloniais, estabelecendo uma visão unitária.⁵⁰⁷

O Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista (SSA-IC) cumpriu um papel importante no processo de difusão das novas teses entre os comunistas latino americanos.

⁵⁰³ “A tendência de Stalin e Thalmann, agora vitoriosa, via na social democracia um “muro” a ser transposto no caminho da revolução, enquanto que a derrotada “direita” de Bukharin via na esquerda social democrata uma “ponte” possível de ser usada por parte significativa da classe operária em direção à revolução”. DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na revolução burguesa*. *Op. cit.*, p. 119.

⁵⁰⁴ “O PC da Alemanha via tanto os nazistas como os social democratas como instrumentos do grande capital, concebendo a luta então como luta entre ditadura fascista ou “social-fascista” e ditadura proletária, representada pelos comunistas, é claro”. *Ibidem*.

⁵⁰⁵ “A desconfiança em relação à pequena burguesia é clara não só na recusa em se fazer alianças “orgânicas”, mas também na ênfase de que a questão da hegemonia do proletariado no processo deveria ser colocada desde o primeiro momento: o que significa dizer que, embora o movimento de massa dirigido pela pequena burguesia devesse ser apoiado, o mesmo não deveria ocorrer com um governo dirigido pela pequena burguesia”. DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na revolução burguesa*. *Op. cit.*, pp. 114-115.

⁵⁰⁶ “A despeito do fato de que teoricamente fosse apregoad a necessidade se estudar cada caso em sua particularidade, nem mesmo nos textos da IC isso realmente era colocado em prática. Permanecia existindo um modelo de revolução para os países classificados como coloniais e semicoloniais, impossibilitando o aparecimento de teses locais originais”. HENN, Leonardo Guedes. *Op. cit.*, p. 144.

⁵⁰⁷ O desconhecimento da IC dos problemas da América Latina era completo, o que levava a cometer o sério erro de englobar os países da região na mesma categoria: seriam todos meros apêndices do imperialismo ianque, sem qualquer dinâmica própria que os diferenciasses em seu desenvolvimento interno, e isso tornava sua visão sobre a revolução latino-americana acentuadamente unidirecional. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935*. *Op. cit.*, p. 53.

O órgão foi fundado em Buenos Aires, em finais de 1925, mas só começou a exercer atividades em 1926, quando lançou a revista *La Correspondencia Sudamericana*. Todavia, a crise no interior do PC Argentino em 1927, que culminou com a expulsão de José Penelón, interrompeu as atividades do SSA. Foi durante o VI Congresso que o órgão foi reorganizado e retomou a publicação da sua revista que era dirigida aos membros dos PCs latino-americanos e serviu como instrumento para a IC difundir as reorientações táticas.⁵⁰⁸

A segunda fase de *La Correspondencia Sudamericana*, teve início no período posterior ao VI Congresso da IC.⁵⁰⁹ Não obstante, a diretriz da Classe contra classe não resultou num abandono imediato da aliança com a pequena-burguesia. Esta ruptura ocorreu de forma gradual e progressiva. Os artigos publicados no final de 1928 e no início de 1929 refletiam sobre o caráter da revolução latino-americana e ainda apresentavam a pequena-burguesia como possível aliada. O que chama atenção nestas publicações são os ataques lançados contra a social democracia, que foi apresentada como traidora da classe operária.⁵¹⁰

Os ataques que foram lançados contra os socialistas eram resultado da aplicação da tática de Classe contra classe e do combate à oposição bucharinista no interior da URSS. Foi neste mesmo período que se começou a se difundir a palavra-de-ordem contra os “desvios de direita”. A burocracia stalinista afirmava que depois de derrotar o trotskismo e os grupos de extrema-esquerda, era preciso voltar as atenções para os perigos que os reformistas representavam no interior de cada PC. A liquidação dos chamados conciliadores foi apresentada como uma tarefa urgente e necessária para o sucesso do movimento revolucionário.⁵¹¹ De acordo com Antunes:

⁵⁰⁸ “A criação do SSA e de sua imprensa representou a perda da autonomia involuntária que gozavam os partidos comunistas da América do Sul. Anteriormente, em virtude das dificuldades de contato e de controle, as organizações partidárias locais dispunham de uma ampla liberdade para interpretar o marxismo e o curso dos acontecimentos nacionais e mundiais conforme os seus debates internos”. HENN, Leonardo Guedes. *Op. cit.*, p. 120.

⁵⁰⁹ Em sua primeira fase (abril de 1926 à setembro de 1927) foi editada por José Penelón que em 1927 foi expulso do PCA acusado de desvio socialdemocrata. Em sua segunda fase (agosto de 1928 à junho de 1930) foi coordenada por Rodolfo Ghioldi.

⁵¹⁰ “La socialdemocracia tiene ahora una posición mucho más criminal que la que ocupó en 1914. En lo que respecta a sus relaciones con el Estado burgués, aporta ahora la actitud de la colaboración activa con el Estado, con todas las instituciones del Estado burgués, con el ejército, la policía, la gendarmería y los otros poderosos médios de que dispone este Estado capitalista de pillaje. (...) En estas condiciones, nos hemos visto obligados a reforzar la lucha contra los partidos social demócratas; lo hemos hecho no solamente contra la derecha sino también contra los social demócratas de izquierda, particularmente mentirosos y por eso especialmente peligrosos”. COMITÉ EJECUTIVO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Los resultados del VI Congreso mundial de la Internacional Comunista**. In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 6. 2ª Época. Buenos Aires, 15 dic. 1928, pp. 23-24.

⁵¹¹ “El congreso planteó con toda la nitidez necesaria la cuestión del peligro de derecha, como peligro *principal*. Comprobando el fracasso ideológico y de organización completo del trotskismo, la desagregación de los grupos de extrema-izquierda, el Congreso concentro el fuego sobre la derecha. El Congreso comprobó al mismo tempo que em el seno de las diferente secciones (ante todo em la sección alemana) existen grupos *conciliadores*. (...) El

E se a tese da *classe contra classe* e do *social-fascismo* mostraram-se equivocadas – *na verdade o contexto mundial era fortemente defensivo* para as forças da esquerda e francamente contrarrevolucionário – o transplante destas formulações para o mundo colonial estampavam limpidamente as impropriedades e descaminhos que marcaram a atuação da IC, depois da vitória staliniana.⁵¹²

Se no cenário europeu a social democracia tinha considerável influência sobre o movimento operário, na América Latina, os socialistas jamais conseguiram sedimentar uma base de apoio forte entre os trabalhadores. Mesmo assim, a tática de combate aos reformistas foi mecanicamente exportada e implementada pelos comunistas latino-americanos.⁵¹³ No Brasil, diante, da ausência de partidos socialistas fortes e influentes, esta orientação se direcionou contra os sindicatos reformistas e contra o movimento tenentista. Especialmente a partir do III Congresso do PCB, se desenvolveu uma assimilação acrítica das concepções que eram difundidas pela IC stalinizada que culminou num verdadeiro esfacelamento do partido em 1930.

2.1 O III Congresso do PCB e a reorientação sindical

Após o VI Congresso da IC, o PCB começou a trabalhar na organização do seu III Congresso. A elaboração das teses ficou sobre a responsabilidade de Astrojildo Pereira que ao longo do segundo semestre de 1928 escreveu e publicou alguns artigos em *Autocrítica* e na *Correspondência Sudamericana*.⁵¹⁴ Esses textos serviram de esboço para sistematização do que foi apresentado aos delegados durante o congresso. As bases teóricas foram os relatórios que Paulo Lacerda trouxe de Moscou.

O III Congresso do PCB realizou-se em Niterói, entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929. Contou com a participação de 31 delegados, representando 5 Estados da

congresso planteó a las secciones el problema de “la liquidación absoluta de todas las tentativas conciliadoras”, sin lo cual es imposible luchar con éxito contra las desviaciones de derecha”. Idem. **El VI Congreso Mundial de la Internacional Comunista**. In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 8. 2ª Época. Buenos Aires, 30 Ene. 1929, p. 15.

⁵¹² ANTUNES, Ricardo. **Os comunistas no Brasil**: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). In: *Cadernos AEL: Comunistas e comunismo*. N. 2. Campinas: Unicamp, 1995, p. 23.

⁵¹³ “Já estava presente no seio da IC um forte *taticismo* marcado pelo “oportunismo de esquerda”, onde a tática da luta de *classe contra classe*, concebida para o cenário europeu, transplantava-se sem mediações para o mundo latino-americano”. Ibidem, p. 20.

⁵¹⁴ Neste período Astrojildo publicou três artigos em *La Correspondencia Sudamericana: Brasil: situação econômica*, foi publicado na revista número 2, segunda época, em 15 de agosto; *Brasil: el imperialismo Anglo-americano*, saiu no número 3, segunda época, em 30 de agosto; *Brasil: síntesis de la política actual*, publicado no número 4, segunda época, em 15 de setembro.

federação. Representantes da SSA-IC também acompanharam as discussões. O ponto mais importante da pauta foi aquele dedicado a “linha política”. Tratava-se de apresentar a caracterização da revolução brasileira, revelando o seu conteúdo programático e o seu agente revolucionário. Logo na primeira tese se percebe a influência das orientações do VI Congresso, quando o Brasil deixa de ser caracterizado como país “semifeudal” e passa a ser designado como “semicolonial”, dominado economicamente pelo imperialismo.⁵¹⁵ As teses seguintes reforçaram as premissas de uma economia agrária de baixo desenvolvimento técnico. De maneira geral, a análise da estrutura social-econômica não apresentou mudanças substanciais daquelas desenvolvidas anteriormente por Brandão.⁵¹⁶

Ao analisar o papel desempenhado pelas forças burguesas se assinalou que estas já não podiam desempenhar qualquer papel revolucionário, pois capitulavam diante do imperialismo e se aliavam aos setores agrários.⁵¹⁷ Considerou-se também que a exploração dos trabalhadores havia aumentado no último período e tal processo resultou na ampliação do movimento operário que se radicalizava.⁵¹⁸ Cabe ressaltar que a premissa da constituição de uma aliança com a pequena-burguesia não foi abandonada.

Não obstante, apontou-se que estes setores apresentavam limites, pois “não poderiam levar a revolução as suas últimas consequências, mesmo dentro do quadro democrático-burguês”.⁵¹⁹ A tática aliancista com a pequena-burguesia apresentou a condição de que os comunistas não poderiam estabelecer uma aliança orgânica, quer dizer, não poderiam fundir-se

⁵¹⁵ “O Brasil é um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo, se bem que politicamente independente”. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **O III Congresso do PCB**. In: CARONE, Edgar. *O PCB (1922 – 1943)*. Vol. 1. São Paulo: Difel, 1982, p. 71.

⁵¹⁶ Influenciado pelas teses posteriores, Astrojildo Pereira comentou em suas memórias que “Os debates do III Congresso e as resoluções por ele aprovadas revelam como persistiam na direção do Partido as falsas concepções acerca do caráter da revolução brasileira. (...) É difícil resumir as teses políticas adotadas pelo III Congresso, justamente pelo que há nelas de confuso e contraditório. Elaboradas sob a influência de concepções errôneas, como a da “terceira revolta”, que se previa como continuação histórica necessária dos movimentos de 1922 e 1924-26, elas estava fadas a completo fracasso quando postas à prova pelo movimento real de 1930”. PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB. (1922-1928)*, *Op. cit.*, p. 138.

⁵¹⁷ “A burguesia nacional, que até um certo momento (Revolução de 1924) parecia poder desempenhar um papel revolucionário, capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra, que estão no poder”. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **O III Congresso do PCB**. *Op. cit.*, p. 71.

⁵¹⁸ “Em virtude mesmo dessa capitulação da burguesia diante do imperialismo, agravando-se cada vez mais a opressão deste último, acentua-se cada vez mais a exploração econômica e conseqüentemente a radicalização política das massas laboriosas do campo e da cidade, inclusive as camadas mais pobres da pequena burguesia”. *O Idem*, pp. 71-72.

⁵¹⁹ *Ibidem*, p. 72.

numa mesma organização. Sobre este ponto, é importante ressaltar que o BOC foi mantido e elogiado⁵²⁰, mas já apareceram as primeiras críticas e alertas.⁵²¹

A questão sindical também foi abordada durante o congresso. As teses apontavam de forma bastante otimista que o partido reunia “em seu seio os melhores militantes do nosso movimento sindical e por meio deles pôde sempre manter-se ligado a massa operária, dirigindo sua fração mais consciente e mais combativa”.⁵²² Por outro lado, os comunistas também apontaram alguns problemas, evidenciando algumas dificuldades referente à atuação nos sindicatos. As críticas não se direcionaram a estratégia lançada pelo partido, mas sim, aos níveis de consciência de alguns militantes que ainda não teriam alcançado um perfeito entendimento das teses comunistas.

As teses lançaram críticas aos “desvios” que os militantes apresentavam. Apontou-se que alguns ainda possuíam um “espírito corporativista”, estavam presos a “tradição anarcossindicalista”, enquanto outros se aproximavam do “reformismo praticista”. Estes eram os empecilhos que “dificultavam a compreensão, por parte de muitos camaradas, da verdadeira tarefa dos comunistas dentro dos sindicatos”.⁵²³

As teses ainda apontaram que a linha sindical devia ser aquela encaminhada pelo IV Congresso sindical da ISV, ou seja, sem alianças com os chefes reformistas e anarcossindicalistas, a tarefa era a da “frente única pela base”, contato direto com os trabalhadores para construir sindicatos de massa. Nesse sentido, em acordo com as orientações internacionais destacou-se a necessidade de se ampliar o trabalho para organizar “as massas operárias desorganizadas”.

As palavras de ordem de “unidade” e “unificação” foram substituídas por “coordenação e concentração”. A resolução esclareceu as novas orientações nos seguintes termos: “Coordenação do aparelho e da atividade sindical do Partido, de modo a sistematizar, sob uma direção central firme, o esforço dos nossos núcleos dentro dos sindicatos existentes.

⁵²⁰ “A obra do BOC pode ser apontada como das melhores coisas que tem feito o Partido. O BOC é hoje uma força política nacional, organização autorizada das massas trabalhadoras. Por meio da agitação e das campanhas políticas levadas a efeito, o BOC tem despertado as massas laboriosas para a atividade política independente. Este é o resultado positivo incontestável, cuja importância não é preciso encarecer”. Ibidem, pp. 74-75.

⁵²¹ “Outro perigo está na tendência que se manifesta, mesmo no Partido de considerar o BOC como “O” partido do proletariado, espécie de substituto legal do PC. (...) Dentro do BOC, dirigindo-o, guiando-o dando-lhe vida revolucionária, o Partido deve sempre conservar a sua própria fisionomia de Partido Comunista como tal, isto é, como único verdadeiro partido do proletariado, como “o” partido específico do proletariado (...) o congresso, para combater estes perigos, determinou como tarefa primordial, que se intensificasse o trabalho ilegal do PC como tal, paralelamente ao trabalho legal do BOC”. Ibidem, p. 75.

⁵²² Ibidem, p. 73.

⁵²³ Ibidem.

Concentração das forças sindicais no plano local, nacional e internacional”.⁵²⁴ Esta reorientação buscava reforçar uma linha centralizadora, estreitando ainda mais as relações entre o partido e os sindicatos. Coordenação e concentração se complementavam enquanto palavras de ordem que reafirmavam o papel dirigente do partido sobre os trabalhadores e suas organizações em nível local, nacional e internacional.

No plano sindical, é possível perceber de forma clara a influência das novas palavras de ordem que dominaram o movimento comunista internacional a partir de 1928. Já no aspecto político mais geral, as teses apresentadas e aprovadas pelo III Congresso do PCB não representaram uma ruptura com as diretrizes anteriores. Percebe-se que a influência do VI Congresso em algumas formulações, mas o programa do partido não sofreu uma alteração substancial. Todavia, ao longo de 1929, o “giro à esquerda” se aprofundou, especialmente a partir do X Plenum da IC e da aprovação da tese do Social-fascismo.

No primeiro semestre de 1929, após a realização do III Congresso, o PCB buscou reforçar a atuação no movimento sindical. O objetivo central era concluir a fundação de uma central nacional, a CGT, que deveria atuar junto as federações regionais. Mas antes do Congresso Operário Nacional, os comunistas participaram de duas greves; a dos operários em construção civil do Rio de Janeiro e a dos gráficos em São Paulo. A primeira ação paredista teve uma duração muito curta, enquanto que a segunda foi bastante longa, chegando a 72 dias, mas em ambas os resultados foram negativos e a ação sectária dos comunistas muito criticada.

Em 16 de abril de 1929, a União dos Operários em Construção Civil de tendência anarcossindicalista declarou greve da categoria. Esta associação havia sido fundada em 1919 e era dominada pelos libertários, mas durante os anos de repressão do longo Estado de sítio de Bernardes, a organização permaneceu fechada, vítima da perseguição do governo. Diante da inatividade forçada da organização libertária, os comunistas fundaram uma entidade rival, que inicialmente foi chamada de Círculo dos Operários em Construção Civil, posteriormente rebatizada de União dos Pintores e Anexos.

Não obstante, em janeiro de 1927, com o fim do Estado de Sítio, os anarcossindicalistas reabriram a União dos Operários em Construção Civil que pôde retomar suas atividades legalmente. Assim, os comunistas adentraram na organização, mas diante dos sucessivos embates político-ideológicos foram expulsos e retomaram a União dos Pintores e Anexos, que mudou de nome mais uma vez, e passou a se chamar União Regional dos Operários

⁵²⁴ Ibidem.

em Construção Civil. Nesse ínterim, a fragmentação entre os trabalhadores da construção civil se consolidou.

Antes da greve, em meados de 1927, a organização anarcossindicalista deu início a um debate sobre os salários dos construtores civis. Durante 7 meses promoveram reuniões e assembleias para discutir e preparar uma tabela salarial que deveria ser apresentada aos patrões. Os libertários consideravam a aplicação desta uma reivindicação fundamental e levaram a proposta de greve aos trabalhadores. De acordo com o prognóstico dos anarcossindicalistas a perspectiva de vitória era real: “A seu ver, a iniciativa se coroaria de êxito, (...) havia abundância de trabalho e predisposição dos industriais para a aceitação do novo tabelamento”.⁵²⁵

Todavia, diante da fragmentação da categoria, a União Regional, comandada pelos comunistas se posicionou contra a iniciativa anarcossindicalista e passou a denunciar a campanha como um “truque para atrair os trabalhadores”. Em assembleia realizada em 15 de abril os comunistas defenderam e aprovaram uma resolução que afirmava que a tabela proposta pelos libertários não correspondia a realidade e que o movimento não tinha condições de triunfar, sendo uma medida oportunista. Não obstante, com o início da greve, os comunistas reviram sua posição e passaram a apoiar o movimento defendendo uma frente única.⁵²⁶

Mas quando os comunistas e os anarcossindicalistas se reuniram em uma mesma assembleia as divergências se escancararam, deixando os interesses econômicos dos trabalhadores em segundo plano. Enquanto os comunistas defendiam a frente única, os ácratas atacavam a iniciativa afirmando que se tratava apenas de uma artimanha bolchevista. Diante das polêmicas, o presidente da assembleia adiou a votação sobre a frente única, afirmando que seria preciso encaminhá-la em outra oportunidade. Insatisfeitos, os comunistas deixaram e recinto denunciando o sectarismo dos libertários:

A Regional [comunista] declarou que procurar, por todos os meios, realizar uma frente única com a União [anarcossindicalista]. A União replicou que a maneira mais lógica de alcançar unidade seria fortalecer os organismos operários já existentes, e não criar novas associações como a Regional, e que a frente única sugerida era, na realidade, uma manobra derrotista, no que se referia à greve.⁵²⁷

Diante do desacordo entre as lideranças sindicais, o jornalista comunista Danton Jobim, ao lado de outros militantes do PCB foram até alguns jornais denunciar os anarcossindicalistas. O diário, *O Jornal*, aproveitou para publicar um artigo afirmando que o

⁵²⁵ DULLES, John W. F. *Op. cit.*, p. 308.

⁵²⁶ *Ibidem*.

⁵²⁷ *Ibidem*, p. 309.

movimento grevista estava dividido e que devido as divergências entre as duas correntes a greve estava “virtualmente anulada”.

Posteriormente, os comunistas voltaram a denunciar a greve, em assembleia de 20 de abril, Minervino de Oliveira afirmou que o movimento paredista era inoportuno, pois não partia de uma análise concreta da realidade e, por isso, aconselhava a desistência. “Heitor Marques, presidente da Regional, disse à imprensa que o aumento pleiteado pela União era deficiente, havendo operários de construção civil que percebiam maiores salários”.⁵²⁸ Em meio aos desacordos e ao boicote dos comunistas, a greve perdeu força e a greve se encerrou em menos de uma semana sem nenhuma conquista.

Os anarcossindicalistas denunciaram veementemente a traição. O boicote à greve coordenado pelo PCB evidenciou a mais completa fragmentação do movimento sindical revolucionário. Dominados por uma postura sectária, comunistas e anarcossindicalistas acabaram se posicionando contra a classe operária, colocando os interesses “partidários” em primeiro lugar. A impossibilidade de realização de uma frente única temporária diante de um momento grevista revela que os interesses políticos destas associações estavam acima dos interesses econômicos dos trabalhadores.

Dias depois do fracasso gigantesco da greve dos trabalhadores em construção civil, os comunistas voltaram todas as suas atenções para a realização do Congresso Operário Nacional que encaminhou a fundação da CGT. O encontro ocorreu no Rio de Janeiro e teve início em 26 de abril, sendo concluído no dia do trabalhador. O congresso reuniu cerca de 100 representantes sindicais de associações de diversos Estados, incluindo Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, entre outros.

Sob a presidência da Minervino de Oliveira, as assembleias fizeram longas discussões sobre a situação da classe trabalhadora nacional e internacional, ressaltando o momento de crise do capital e sua ofensiva, o que exigia uma resposta dos operários. Entre os principais temas abordados estava a questão em torno da Lei de Férias, ressaltando a necessidade de se lutar energeticamente para que sua legislação fosse cumprida pelo patronato. Também se destacou a necessidade de se posicionar contra o recém fundado Partido Trabalhista, pois segundo os comunistas, tratava-se de um partido criado pelo imperialismo com o apoio dos reformistas.

Ao final do encontro, o Estatuto da central sindical foi aprovado por unanimidade e Minervino de Oliveira foi eleito o presidente da nova organização. O congresso se encerrou com um grande comício convocado para comemorar o 1º de maio. Realizado mais uma vez na

⁵²⁸ Ibidem, p. 310.

Praça Mauá, a manifestação contou com a participação de cerca de 10 mil operários. Era um número expressivo e superior aos que se direcionaram a outro comício convocado pelos anarcossindicalistas da FORJ, que ocorreu na Praça 11 de junho.

Diante de um movimento operário dividido, fragmentado por tendências político-ideológicas adversárias, o PCB encaminhou a criação da primeira central sindical de caráter nacional no Brasil. Sem contar com adesão dos libertários ou dos reformistas, a CGT se constituiu com apenas duas federações regionais, a do Rio que havia sido fundado em 1927 e a de São Paulo que tinha sido criada pouco antes.

Ao mesmo tempo em que ocorria a paralisação dos trabalhadores em construção civil e a fundação da CGT, os comunistas também estavam empenhados na direção da greve dos gráficos de São Paulo que se transformou numa das maiores mobilizações daquele período. A greve estourou em março de 1929 e estava sob o comando da UTG de São Paulo que era dirigida pelo PCB. Inicialmente o movimento paredista envolveu cerca de 7 mil operários, mas este número aumentou significativamente porque a manutenção da greve suscitou a solidariedade. As reivindicações eram pelo cumprimento da Lei de Férias que estabelecia 15 dias anuais e pela proibição da jornada de trabalho superior a 6 horas para mulheres e menores.

No início de fevereiro, os gráficos haviam encaminhado suas demandas às empresas por meio de um memorial. Todavia, as exigências não foram atendidas e a greve foi deflagrada em 23 de março por uma assembleia que contou com 3 mil gráficos. O governo reagiu com violência e a sede da UTG foi invadida, alguns líderes foram presos e, a partir de então, a repressão só aumentou.⁵²⁹ Os trabalhadores mantiveram a posição e não retornaram ao trabalho. Permaneceram em suas casas sem salários. Começaram a sofrer privações o que gerou uma onda de solidariedade que levou a arrecadação de mantimentos e permitiu que a greve se prolongasse. Os comunistas estavam no comando do CDP.

Em suas memórias, Brandão descreveu o comício de solidariedade realizado em 25 de março no Rio de Janeiro, mas nada disse sobre o acordo e o fim da greve. Ele apenas destacou que os trabalhadores “triunfaram nessa batalha memorável”.⁵³⁰ Por outro lado, Basbaum, apresentou uma descrição mais realista dos resultados do movimento paredista. Ele afirmou

⁵²⁹ “A greve dos gráficos foi uma espécie de divisor na forma de ação do governo em relação aos trabalhadores e, particularmente, aos comunistas e às entidades por eles controladas. Antes da greve, o governo disputava espaço com os comunistas no âmbito das eleições para as instituições sindicais. No entanto, desde a greve a atuação dos governos, tanto estaduais como o federal, passou a incorporar uma intensa e violenta repressão dirigida contra as mobilizações, os sindicalistas e as suas entidades, bem como contra as ações que lhes manifestassem solidariedade. Além de reprimir mobilizações e prender manifestantes, o governo ordenava a invasão e o fechamento das sedes das entidades, causando mortes e ferimentos”. KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento*. *Op. cit.*, p. 130.

⁵³⁰ BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas*. *Op. cit.*, p. 357.

que após dois meses de greve, os trabalhadores estavam cansados e passando necessidades. A fome era uma realidade para diversas famílias.⁵³¹

Por conseguinte, a direção da CDP comunista verificou que era indispensável realizar passeatas e comícios públicos. Assinalaram que era preciso retirar a greve da clandestinidade para “despertar o interesse e a solidariedade do povo, dos trabalhadores e sindicatos de outras categorias e, se possível, ampliar a greve levando-a a outros setores”.⁵³² Diante desta proposta o comando de greve se cindiu e caminhou-se para o fim, aceitando um acordo que, de acordo com Basbaum, não deixou os trabalhadores satisfeitos, depois de mais de 70 dias de sacrifícios. Ele afirmou que a greve “terminou com algumas migalhas dadas aos trabalhadores, através de um acordo, que o Partido considerou como uma vitória, mas que os operários, com razão, consideraram uma derrota”.⁵³³

A forma como a greve foi conduzida e o seu desfecho suscitaram novas críticas à direção do PCB. João da Costa Pimenta que ainda era membro do partido, ficou mais uma vez insatisfeito com a forma com que a direção do partido conduziu e encerrou a greve. De acordo com Marques Neto, o fracasso do movimento resultou no “fortalecimento do grupo oposicionista em São Paulo, formado em sua maior parte por militantes da UTG”.⁵³⁴ Basbaum acrescentou que: “foi depois disso [da greve dos gráficos] que os partidários de Trotski, que eram muitos entre os gráficos, conseguiram apossar-se da direção do sindicato em S. Paulo”.⁵³⁵

O desfecho da greve dos gráficos em São Paulo acabou instalando uma nova crise no interior do partido. Em meados de 1929, as consequências da “virada esquerdista” do VI Congresso da IC já repercutiam no Brasil. O III Pleno do PCB realizou-se em outubro e, entre outras questões se discutiu os “perigos da direita” e a questão sindical. Foi neste ínterim que o Pleno expulsou a célula 4-R, afirmando que esta representava uma tendência direitista no interior do partido. O relatório final acusou os membros desta célula de atividade liquidacionista, corporativista, desvio ideológico e outras atividades contrarrevolucionárias.⁵³⁶

⁵³¹ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. *Op. cit.*, p. 73.

⁵³² *Ibidem*.

⁵³³ *Ibidem*.

⁵³⁴ MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária*. *Op. cit.*, p. 123.

⁵³⁵ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. *Op. cit.*, p. 73.

⁵³⁶ “A tendência a atribuir a reação burguesa como consequência das atividades revolucionárias do PC e, além disso, a subestimação da situação objetivamente revolucionária do país e das forças do partido. Esta tendência se manifestou particularmente entre os membros de uma célula que trabalhava numa imprensa. Os membros de tal célula, militantes sindicais que sofriam de um corporativismo acentuado com tendências marcadamente reformistas, atribuíam a reação ao que chamavam de “exibicionismo revolucionário” do Partido, exigindo do mesmo uma atitude menos combativa e um maior trabalho de organização sindical. (...) O Pleno resolveu também iniciar a luta ideológica contra os desvios de direita, mas começando por proceder à expulsão dos componentes da célula precitada, cuja ação contrarrevolucionária nas fileiras do Partido foi cabalmente comprovada”. PARTIDO

Poucos documentos fornecem informações mais precisas sobre esta célula e o que motivou sua expulsão. Sabemos que era residencial e reunia gráficos que trabalhavam no jornal *O Paiz*.⁵³⁷ Mas não temos informações sobre quantos membros compunham nem quais eram seus nomes. Uma carta sem data e sem assinatura, disponível no acervo Lívio Xavier, nos fornece alguns dados, ainda insuficientes, mas capaz de esclarecer alguns pontos. Trata-se de uma carta encaminhada à direção do partido, após a realização do III Pleno, que contesta a expulsão da célula 4-R e descreve os acontecimentos anteriores.

Após o desfecho da greve dos gráficos em São Paulo, os militantes da célula em questão, apresentaram críticas à atuação sindical do PCB. As apreciações destes militantes não foram bem recebidas pelos dirigentes que, durante a realização do Pleno, decidiu expulsar os membros da 4-R. Todavia, o que a carta revela é que esta medida abriu uma nova crise no partido: “Não julgueis vã a afirmação de ser profunda a crise pois é impossível esconder o descontentamento que reina em nosso meio, aparentando talvez um esboço de cisão”.⁵³⁸

Afirmou-se que pairava sobre o partido o temor de que o que ocorreu com os companheiros expulsos se tornasse comum e que outros militantes que apresentassem críticas também fossem punidos. Tratava-se de uma crítica à estrutura interna do partido que não adotava uma prática democrática, prevalecendo o interesse e a vontade dos dirigentes:

Além do mais, devido ao atraso do nosso P., as organizações de base pouca vida tem e os seus militantes, como seus delegados, quase nunca levam aos comitês superiores pareceres, pontos de vista, sugestões, que provenham de facto do trabalho coletivo das células. Em reuniões de zona, de região, ou nacionais, a fonte única de inspiração é a Direção.⁵³⁹

A crítica central era contra o controle político que os dirigentes tinham sobre o partido. Os membros das células tinham pouca ou nenhuma influência sobre as decisões fundamentais: “Tal atraso ideológico e orgânico do P. se explica, em grande parte pelo centralismo da Direção, pelo seu desamor à crítica dos seus atos, (...) É assim que entendemos ser a direção do P. a responsável direta pela decisão precipitada do Plenum”.⁵⁴⁰ De acordo com o documento, os

COMUNISTA DO BRASIL. **O III Pleno do C.C.** In: CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922-1943)*, Vol. 1. São Paulo: Difel, 1982, pp. 81-82.

⁵³⁷ Hílcar Leite, que foi membro do PCB e da Oposição de Esquerda esclareceu alguns pontos. De acordo com seu relato, tratava-se de “uma célula do gráficos estabelecida no jornal governista *O Paiz*, que era conhecida como 4R. Antigamente as células tinham um número e um indicativo: havia células residenciais e de empresas. Como não havia gente suficiente em *O Paiz* para formar uma célula, eles a transformaram em residencial para poder agrupar gente de outras oficinas próximas. Daí 4R – 4 residencial”. GOMES, Angela Castro. *Velhos militantes: depoimentos*. São Paulo: Zahar, 1988, p. 52.

⁵³⁸ À DIREÇÃO do PCB. [Carta] 1929, Rio de Janeiro. [para] PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, Rio de Janeiro. (Arquivo Lívio Xavier, Caixa 2, CEMAP).

⁵³⁹ Ibidem.

⁵⁴⁰ Ibidem.

dirigentes não conseguiram lidar com a divergência e a atacaram estes militantes, rotulando-os de contrarrevolucionário, buscando justificar a expulsão.⁵⁴¹

Mas porque foram expulsos? A carta encaminhada à direção ajuda a entendermos melhor este processo. Afirmou-se que a célula em 2 de julho, enviou ao *Presidium* uma ata da sua sessão, na qual apresentavam críticas à forma como foi conduzida a greve dos gráficos de São Paulo. Porém, o conteúdo exato não está registrado na carta. Em 19 de julho receberam uma resposta afirmando que ao encaminhar a carta diretamente ao *Presidium* do partido tinham cometido um “ato de indisciplina”.

Além disso, a direção também buscou coagir os militantes se referindo “à falta de cultura” destes e solicitando que se retificassem. Por sua vez, os militantes da célula reencaminharam suas críticas em 28 de julho. Em 20 de agosto, a direção ainda sem responder as questões apresentadas, solicitou que eles formassem uma nova versão do texto. Requereu que “os companheiros da 4-R reduzissem a artigo os seus pontos de vista para a publicação em “Autocrítica”.⁵⁴² A estratégia adotada pela direção foi a de retardar o debate, apresentando seguidas demandas aos críticos.

Por fim, mais uma vez os militantes divergentes atenderam ao pedido da direção e reformularam suas críticas na forma de artigo. O mesmo chegou a ser publicado na revista, juntamente com outro texto da direção em resposta. Mas, a publicação só ocorreu quando o grupo já tinha sido expulso.⁵⁴³ O documento acusou a direção de não ter possibilitado a realização de um verdadeiro debate, adotando uma postura antidemocrática: “No caso da 4-R a Direção fez a mais grosseira sabotagem de liberdade de crítica”.⁵⁴⁴ E questionou a expulsão dos membros, afirmando que não havia justificativa para tomar tal atitude: “Referências acadêmicas à falta de cultura teórica”, de mistura com golpes de força não bastam para justificar a expulsão de uma célula composta de companheiros cheios de serviços e dedicados ao Partido.”⁵⁴⁵

Por fim, os militantes apresentaram uma série de reivindicações que julgavam necessárias para solução da questão:

Reivindicamos, por todas as razões expostas: a) anulação suspensiva do ato de Plenum expulsando a 4-R e das sanções sobre o chamado “desvio de direita”; b) restabelecimento da autocrítica, com participação dos

⁵⁴¹ “A Direção do P. esquecendo, ou pouca importância dando a sua carta de 20 de agosto, dá o seu apoio a uma tão desnecessária violência, para não dizer, entrincheira-se no Plenum para atirar melhor sem ser vista. (...) Não temos, deste modo, dúvida alguma da responsabilidade da Direção na expulsão da célula 4-R”. Ibidem.

⁵⁴² Ibidem.

⁵⁴³ “De sorte que, no caso da 4-R, chega-se a seguinte conclusão reconhece-se o direito de crítica a um organismo de base; decide-se que ele apresente seus pontos de vista; antes que os mesmos sejam publicados põe-se fora os componentes”. Ibidem.

⁵⁴⁴ Ibidem.

⁵⁴⁵ Ibidem.

companheiros da 4-R e sob sanção; c) convocação de uma conferência que balanceará o trabalho de autocrítica feita democraticamente e se pronunciará em definitivo sobre a expulsão da 4-R e dos demais companheiros.⁵⁴⁶

Estas reivindicações expõem o momento conturbado que passava o PCB. A questão sindical mais uma vez suscitou críticas ao partido e revelou o descontentamento de seus militantes. A forma antidemocrática e o centralismo da direção se tornavam mais evidentes. Estes militantes acabaram se somando aos opositores de 1928 e se aproximaram das teses trotskistas. Segundo depoimento de Hílcar Leite: “A 4-R era o núcleo da oposição sindicalista. Os trotskistas começaram a fornecer elementos teóricos para a luta da oposição sindical, até que houve o rompimento”.⁵⁴⁷

Em finais de 1929, vários membros já haviam rompido com a direção do partido e outros estavam descontentes, especialmente, após as repercussões do VI Congresso. Todavia, não havia uma oposição organizada. Este cenário começou a mudar com o retorno de Mário Pedrosa da Europa. Foi a partir da sua iniciativa e de Lívio Xavier que se encetou um trabalho mais sistemático com o objetivo de se constituir uma fração em oposição à direção do PCB.

3. A stalinização do PCB e a Revolução de 1930

O artigo intitulado *Projeto de teses sobre o movimento revolucionário da América Latina*, publicado em maio de 1929, em *La Correspondencia Sudamericana*, é um texto fundamental para compreendermos este processo de radicalização gradual, no qual a aliança com a pequena-burguesia foi sendo cada vez mais criticada. Em primeiro lugar, admitiu-se que era possível uma colaboração com o movimento nacional revolucionário pequeno-burguês, desde que a luta exigisse este acordo. Mas alertou-se que a pequena burguesia apresentava limites intransponíveis, pois sob o seu comando as transformações seriam superficiais e ficariam restritas ao nível superestrutural.

E seguindo as tendências de afastamento da pequena-burguesia, as teses lançaram críticas ao PCB, especialmente ao BOC que foi chamado de “Kuomintang brasileiro”: Afirmou-se que o partido se escondia por trás do bloco e que ele poderia perder a sua fisionomia e independência. Nesta mesma edição de *La Correspondencia Sudamericana*, outro texto, intitulado “Sobre el Bloque Obrero y Campesino” corroborou com o alerta sobre os riscos do

⁵⁴⁶ Ibidem.

⁵⁴⁷ Apud GOMES, Angela Castro. *Velhos militantes*. Op. cit., p. 52.

bloco se degenerar. Alertou-se que, por seu caráter amplo, o PCB arriscava perder a direção do bloco e sua própria identidade ao adaptar toda sua política ao BOC.⁵⁴⁸

Estas teses foram sancionadas em maio de 1929, quando se realizou em Buenos Aires a I Conferência Comunista Latino-americana. Sob a coordenação de Jules Humbert-Droz, a conferência ressaltou que a aliança com a pequena-burguesia ainda estava no horizonte tático dos comunistas brasileiros. A *Classe Operária*, nº 63, de 6 de julho de 1929, publicou um artigo tecendo diversos elogios ao movimento tenentista, reafirmando que este evoluía para uma aliança com os trabalhadores do campo e da cidade.⁵⁴⁹ Neste sentido, Paulo Lacerda e Basbaum aproveitaram a viagem à Buenos Aires para realizarem mais uma investida sob Luís Carlos Prestes que se encontrava na cidade. O objetivo era efetivar a aliança entre os comunistas e os combatentes da Coluna que tomaria forma com o apoio do PCB à candidatura de Prestes à presidência da República pelo BOC. Contudo, a distância entre os dois programas era gigantesca e a aliança novamente não se concretizou.

Três meses após a realização da I Conferência Comunista Latino-americana, a *La Correspondencia Sudamericana* publicou uma “Carta aberta aos partidos comunistas da América Latina sobre os perigos da direita” que se caracterizou como um momento chave no processo gradual de assimilação das teses stalinistas e da intervenção direta da IC nos partidos do continente. A carta foi elaborada e publicada após a realização do X Plenum na URSS. Assim, ela apareceu como um sinal do triunfo da linha stalinista e do “giro à esquerda”.⁵⁵⁰

Por meio da carta, a direção da SSA fez duras críticas aos dirigentes comunistas latino-americanos. Afirmou-se que os debates realizados na conferência demonstraram que os partidos ainda apresentavam um certo “provincialismo”. A partir destas deficiências, apontou-se que “el

⁵⁴⁸ “El PCB arriesga perder su fisionomia propia como consecuencia de la adaptación de toda su política al contenido político del BOC subordinando sua acción a las posibilidades de trabajo legal. Este es el peligro más grave y contra él debemos tomar todas las medidas”. SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Sobre el Bloque Obrero y Campesino en el Brasil**. In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 12, 13 y 14. 2ª Época. Buenos Aires, Mayo 1929, p. 37.

⁵⁴⁹ “Com o tempo, se vão ampliando os objetivos dos revoltosos da classe média. Vem a marcha da Coluna Prestes através do Brasil. Os rebeldes as põem em contato com as massas agrarias do sertão. Compreendem, que num país como o Brasil, essas massas constituem uma das grandes forças motrizes da revolução democrático-popular. Entendem que o proletariado das cidades é que impulsionará essas massas para a frente. Verificam que a fracção da burguesia que se diz democrática trata de aliar-se à outra que se manifesta retintamente reacionária”. COMISSÃO CENTRAL EXECUTIVA DO PCB. **A verdadeira significação da data revolucionária de ontem. (5 de julho)**. In: *A Classe Operária*. n. 63. Segunda Fase. Rio de Janeiro. 6 jul. 1929, p. 3.

⁵⁵⁰ Neste mesmo período, *La Correspondencia Sudamericana* publicou a declaração de capitulação assinada por Bukharin, Tomsky e Rikov: ““Há sido probado que nuestras concepciones expuestas em ciertos documentos eran erróneas. Reconociendo las faltas que hemos cometido, empleamos todas nuestras fuerzas em llevar con el conjunto del Partido, una enérgica lucha contra las desviaciones de la línea general del Partido y ante todo contra las desviaciones de derecha y contra los conciliadores a fin de descartas todas as dificultades y asegurar una rápida victoria de la edificación socialista”. COMITÉ EJECUTIVO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Declaración de los jefes de la derecha del PC de la URSS**. In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 23. 2ª Época. Buenos Aires, 31 Dic. 1929, p. 12.

peligro más grande para nuestros partidos es el de permanecer a remolque del movimiento de masas, esas vacilaciones derrotistas representan el peligro principal para nuestros partidos”.⁵⁵¹ Nesta perspectiva, lançou-se um ataque fervoroso contra a pequena-burguesia que foi caracterizada como conciliadora e, afirmou-se que lutar contra ela era parte indispensável para a liquidação da direita.⁵⁵²

Diante da ausência de partidos social democratas fortes, a transmutação da tese do social-fascismo para a América Latina atacou as bases das alianças que vinham sendo formadas com a pequena burguesia:

Cuales son la bases políticas de la derecha em America Latina? Primeiro, sobreestimación de la burguesia nacional y de la pequeña burguesia. Segundo, la ligazón de muchos de nuestros partidos com los partidos pequeño-burgueses y la falta de una táctica independiente de nuestro partido como tal. Tercero, subestimación del carácter semicolonial del país, incomprensión del contenido agrário del movimiento y, por consiguiente, el peligro de la perdida de las perspectiva revolucionarias.⁵⁵³

O SSA destacou ainda que os “perigos de direita” se manifestavam devido a debilidade dos partidos que não se apresentavam como organismos autônomos e, buscavam se ocultar por trás de organizações de frente única, como era o BOC. Após a divulgação da carta, os partidos de toda América Latina se movimentaram para a tarefa de reverem suas posições.

Os comunistas brasileiros convocaram o III Pleno que ocorreu em outubro de 1929. Assim, as resoluções se adaptavam aos ditames da IC stalinizada. Afirmou-se que era preciso ampliar a atuação política junto às massas trabalhadoras e reforçar a fisionomia do Partido Comunista.⁵⁵⁴ Por conseguinte, diante da aproximação das eleições presidenciais de 1930, o Pleno estabeleceu que “el Partido Comunista interviniese en la lucha con programa y candidatos propios, por intermedio del Bloque Obrero y Campesino, desensmascarando a todas estas agrupaciones políticas burguesas (...)”.⁵⁵⁵ Esta orientação significou o abandono da aliança estratégica com a pequena-burguesia. Sob orientação direta da IC, Prestes e o tenentismo deixaram de ser encarados como forças revolucionárias.

⁵⁵¹ SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Carta aberta a los Partidos Comunista de la América Latina sobre los peligros de derecha.** In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 18. 2ª Época. Buenos Aires, 20 Sep. 1929, p. 4.

⁵⁵² (...) Es por eso que la lucha contra los conciliadores pequeño-burgueses, es parte integrante de nuestra lucha contra la derecha; es por eso, también, que esta lucha sin merced contra estos “conciliadores” es la condición indispensable para la liquidación completa de los peligros de derecha”. *Ibidem*.

⁵⁵³ *Ibidem*, pp. 4-5.

⁵⁵⁴ “(...) el Pleno Pegó a la conclusión de que el Partido Comunista del Brasil, deberá acrecentar sua atividade em su lucha política, estableciendo su propia fisonomía, tendiendo a adquirir a todo precio, la hegemonía en el movimiento revolucionario que se desarrolla em el Brasil, cuyas principales fuerzas motrices serán el proletariado y la masa de asalariados agrícolas y los campesino pobres”. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **El III Pleno del C.C. de P.C.B.** In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 21. 2ª Época. Buenos Aires, 20 nov. 1929, p. 25.

⁵⁵⁵ *Ibidem*.

Assim, o PCB apresentou um programa e uma candidatura própria.⁵⁵⁶ Sob o slogan de “Votar no Bloco Operário e Camponês é votar pela Revolução” foi lançada a candidatura à presidência de Minervino de Oliveira. Tal política foi implementada no Rio de Janeiro e em todos os demais Estados onde o PCB atuava.⁵⁵⁷ Afirmava-se que o objetivo era corrigir os erros e desvios seguindo uma orientação à esquerda. Todavia, por trás da luta ideológica contra a direita, esta política de radicalização apontou para o início de um processo de perseguição e depuração dos velhos dirigentes. A luta contra os “desvios de direita” assinalou o início do processo de intervenções mais diretas da IC nos partidos latino-americanos.

Em novembro e dezembro de 1929, diante do agravamento da crise econômica no Brasil e da tensão que o PCB vivia, a CEIC convocou reuniões para discutir uma estratégia revolucionária para o partido. Estes encontros foram presididos por Dimitri Manuilsky e deles participaram August Guralsky, Astrojildo Pereira e Heitor Ferreira Lima. Estas reuniões resultaram no documento intitulado *Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira* que concluído em fevereiro de 1930, só foi publicado no jornal *A Classe Operária* em 17 de abril, no nº 89. A resolução apresentou duras críticas à direção do PCB. Afirmou que perdurava ainda uma ideologia pequeno-burguesa nas fileiras do partido.

Sobre a conjuntura brasileira, a CEIC ressaltou a gravidade da crise econômica que abalava a produção cafeeicultora e refletia na situação política. Sem se aproximar da Aliança Liberal ou dos tenentistas, a IC propunha que o PCB deveria aproveitar o momento de crise revolucionária⁵⁵⁸ e tomar a hegemonia do processo, liderando as massas numa revolução de caráter democrático-burguesa.⁵⁵⁹ Todavia, uma vez que o partido não se mostrava capaz de

⁵⁵⁶ “Só o Partido Comunista será capaz de guiar as massas trabalhadoras em suas lutas. Só ele deve merecer a confiança dos trabalhadores. Existem candidatos apresentados a Presidência (...) Todos eles são operários, e operários conscientes. Eles, só eles, defenderão os interesses dos trabalhadores porque são trabalhadores e pertencem á uma organização de trabalhadores, que deles exigirá o cumprimento de seus compromissos”. COMISSÃO CENTRAL EXECUTIVA DO PCB. **A verdadeira significação da data revolucionária de ontem. (5 de julho)**. *Op.cit.*, p. 1.

⁵⁵⁷ “De allí que el Pleno haya decidido dar um carácter más nacional a la lucha. Mediante la presentación de candidatos propios por intermédio del BOC, par alas elecciones precidenciales y legislativas, no solamente en Rio de Janeiro, sino en todas las regiones del país donde existan organizaciones del Partido Comunista”. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **El III Pleno del C.C. de P.C.B.** *Op. cit.*, p. 25.

⁵⁵⁸ “Esta análise da situação brasileira, entendida como de *incessante efervescência revolucionária*, é muito mais uma *sobreposição* da leitura que se consolidava no seio da IC, no seu IV Congresso, do que da caracterização que os comunistas do PCB procuravam fazer da realidade brasileira. A crise que aqui se vivenciava – real ou não poderia ser esquematicamente convertida em *crise revolucionária*, não fosse esta uma proposição vigente no VI Congresso”. ANTUNES, Ricardo. **Os comunistas no Brasil**. *Op. cit.*, p. 30.

⁵⁵⁹ “Isto significa que o P.C. do Brasil deve, desde agora, preparar-se para a luta, afim de poder encabeçar a insurreição revolucionária das grandes massas trabalhadoras, que tanto pode explodir por ocasião das eleições presidenciais, como por ocasião de uma qualquer greve importante ou de uma qualquer sublevação local de operários agrícolas, de camponeses ou de desempregados”. SECRETARIADO POLÍTICO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira**. In: *A Classe Operária*. n. 89. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1930, p. 3.

avançar na realização do processo revolucionário, os dirigentes da IC identificaram que o maior problema residia na incapacidade da direção do PCB. Lançou-se novas acusações de que o partido havia superestimado as forças da pequena-burguesia e que não atuava de forma independente. Assim, a linha de alianças foi novamente atacada e Brandão foi responsabilizado e acusado de defender uma teoria antileninista que encontrava sua expressão concreta no BOC.⁵⁶⁰

Por fim, o Pleno Ampliado do SSA-IC, ocorrido em maio de 1930, assinalou a consolidação da virada stalinista ultra esquerdista que vinha se aprofundando gradualmente desde o segundo semestre de 1928. A reunião foi comandada por August Guralisky que substituiu Humbert-Droz como representante da IC na América Latina. No campo econômico a avaliação seguiu a lógica do Terceiro Período e reafirmou o aprofundamento da crise capitalista, bem como a radicalização das massas laboriosas, o que apontava para uma situação de crise revolucionária. Prevendo um novo período de levantes operários, apontou-se que os partidos comunistas não estavam preparados para dirigir o processo, pois ainda apresentavam vacilações e confusões ideológicas.⁵⁶¹ Assim, o SSA afirmou a necessidade de uma “virada completa”: “El Secretariado Ampliado debe exigir un viraje decisivo en la posición política de los partidos, debe obtener una revisión de los métodos y formas de trabajo de masas”.⁵⁶²

A derrota da candidatura de Minervino de Oliveira nas eleições presidenciais também apareceu no rol de fracassos do partido. Assim, os dirigentes que haviam sido responsáveis pelas aproximações com os grupos reformistas, foram acusados de “desvios de direita” e começaram a ser atacados, expulsos e afastados dos seus cargos diretivos. As práticas stalinistas vigentes na IC desde o V Congresso começavam a se consolidar nos países latino-americanos. Iniciou-se um novo processo de depuração. Brandão foi novamente acusado de fomentar uma

⁵⁶⁰ “No conjunto dessas críticas ao BOC e aos representantes, observa-se um fenômeno recorrente em partidos políticos: as direções partidárias buscam eximir-se da responsabilidade da elaboração e da condução de uma linha política jogando-a sobre aqueles que a executam. E aqui não foi diferente, pois tanto Octávio Bandão quanto Minervino de Oliveira foram considerados responsáveis por orientações que eram discutidas e aprovadas em reuniões do Comitê Central do PCB”. KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento*. *Op. cit.*, p. 139.

⁵⁶¹ “Nuestros partidos podrán ser partido verdaderamente comunistas, partidos independientes de toda influencia de la ideologia y de la política del enemigo de clase, solamente luchando con todas sus fuerzas contra los jefes de la pequeño-burguesía revolucionaria, arrancando a las masas semi-proletarias, a las masas campesinas y la pequeña burguesía revolucionaria de la influencia del nacional reformismo”. SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Las tareas actuales de los PC de la América Latina**. In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. Extraordinario. 2ª Época. Buenos Aires, Jun. 1930, p. 12.

⁵⁶² Idem. **La situación política y los deberes y los deberes de nuestros partidos**. In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 26. 2ª Época. Buenos Aires, 1 May. 1930, p. 4.

“teoria menchevique” que superestimava a capacidade revolucionária da pequena-burguesia. Para evitar a expulsão do partido, ele optou por fazer uma autocrítica.⁵⁶³

O Pleno Ampliado completou o processo de alinhamento dos partidos latino americanos às teses e práticas stalinistas por meio da intervenção direta da IC. A “virada esquerdista” comandada por Moscou apresentou uma nova linha e esta foi acompanhada pela crítica e denúncia dos formuladores das diretrizes anteriores. Além de Brandão, também foram afastados Paulo Lacerda e Leôncio Basbaum. O BOC que já vinha sofrendo um processo de esvaziamento foi oficialmente extinto. Tal processo de depuração e de alinhamento às teses stalinistas abalou decisivamente a estrutura organizacional do partido.⁵⁶⁴

O afastamento de importantes dirigentes foi justificado por uma política que ficou conhecida como “obreirismo” ou “proletarização”. O SSA afirmava que o problema dos partidos latino-americanos era a permanência da ideologia pequeno-burguesa em suas fileiras devido a sua composição social heterogênea. Por conseguinte, afirmou-se que tal problema era resultado da ausência de verdadeiros proletários na direção do partido, uma vez que esta era controlada por intelectuais pequeno-burgueses. Apontou-se que era preciso liquidar estes dirigentes e os substituir por verdadeiros operários.⁵⁶⁵

O “obreirismo” partia da concepção de que os partidos eram controlados por intelectuais e que a mentalidade pequeno-burguesa destes havia sido o grande obstáculo para o avanço comunista entre as massas trabalhadoras. Para se transformar o partido numa verdadeira organização da classe operária, assinalou-se que era preciso colocar os trabalhadores na sua direção. No Brasil, vários operários assumiram cargos de responsabilidade no PCB. Todavia,

⁵⁶³ “(...) fui duramente combatido na Conferência dos Partidos Comunistas, em Buenos Aires, em 1930. Ouvi 16 discursos de ataques, inclusive pessoais. Procuraram fazer tábula rasa de minha vida, obra e luta. A Conferência de Buenos Aires deveria ter-me criticado pelos erros reais. Em vez disto, condenou-me em tudo e por tudo. Fui condenado porque preconizara a aliança do proletariado e do seu PCB com os revoltosos de Copacabana, São Paulo e da Coluna Prestes-Miguel Costa. Condenado porque considerar esta Coluna um movimento progressista. (...) Em vez de fazer a autocrítica de erros reais, fui obrigado a fazer a “autocrítica” de erros imaginários, por não ter lutado pela fantástica Revolução Soviética imediata. Tal absurdo”. BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas*. *Op. cit.*, pp. 379-380.

⁵⁶⁴ “Astrojildo, em 1930, capitulou facilmente diante da “teoria” absurda da Revolução Soviética imediata para o Brasil da época. Assim deformado, cometeu erros graves. Quais? Fez uma obra *niilista* e liquidacionista. Liquidou, em 1930, a direção do Partido Comunista do Brasil, o que, com as devidas modificações, o dirigiu desde o nascimento. Liquidou, também, o Bloco Operário e Camponês – organização de massas operárias e populares”. *Ibidem*, p. 229.

⁵⁶⁵ “Los Partidos no han sido capaces de realizar la mayoría de las decisiones de la Conferencia, por que no han roto con la ideología pequeño-burguesa y con los ideólogos infiltrados en sus filas; es por eso que el Pleno del Secretariado Sudamericano plantea como tarea central para todos los Partidos la proletarianización de su composición social y de sus cuadros dirigentes y la ruptura con las tradiciones pequeño-burguesas”. SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. **EL Plenum Ampliado del Secretariado Sudamericano de la Internacional Comunista**. In: *La Correspondencia Sudamericana*. N. Extraordinario. 2ª Época. Buenos Aires, Jun. 1930, p. 2.

de acordo com Basbaum, estes não estavam preparados, não tinham a experiência necessária ou se quer tinham tempo para cumprir com estas obrigações.⁵⁶⁶

Em novembro de 1930, o próprio Astrojildo Pereira foi afastado da Secretaria Geral. Assim, ao final daquele ano, toda a direção do PCB havia sido deposta.⁵⁶⁷ Enquanto José Villar, operário, assumiu o cargo de Secretário Geral, Inês Guralsky e Fernando Lacerda dirigiam o partido de fato. Desprezando a teoria e combatendo o intelectualismo, o partido seguiu se orientando pelas teses do Terceiro Período e, como afirmou Del Roio, se formou uma perspectiva “economicista-voluntarista” que acreditava numa crise revolucionária iminente, na radicalização das massas e menosprezando qualquer tática baseada em alianças.⁵⁶⁸

No momento decisivo da Revolução de 1930, o PCB enfrentava uma verdadeira crise causada pelas intervenções externas, as quais o impossibilitou de atuar de forma mais significativa naquela importante conjuntura histórica.⁵⁶⁹ Em fevereiro de 1930, a resolução da IC sobre a “Questão Brasileira”, expressou em linhas gerais qual seria a interpretação dos comunistas brasileiros sobre a crise econômica e as disputas entre as oligarquias dominantes. Destacou-se que a tensão que se aprofundava na economia mundial e no Brasil confirmava a tese do Terceiro Período, que assinalava o fim da estabilidade do capitalismo e a ascensão das massas trabalhadoras.

Sem discordar da linha apontada pela direção stalinista, os comunistas brasileiros publicaram em setembro de 1930, um texto que destacava a crise econômica e seus efeitos sobre

⁵⁶⁶ “Depois de longas discussões decidiu o CC que deveria haver “menos intelectuais na direção do Partido”, pelo menos no Buereau político. Assim, eu e Paulo fomos afastados do mesmo, e Fernando passaria a suplente; para nos substituir foram convocados dois operários, um ferroviário e um metalúrgico – os verdadeiros proletários -, de acordo com os conceitos em vigor. Um deles, o ferroviário, nunca compareceu a reunião alguma: não tinha tempo, pois estava quase sempre em viagem (era maquinista) e o metalúrgico, cujo nome era Miguel (José Vilar) se revelou tremendamente fraco e incapacitado para as responsabilidades que lhe queríamos atribuir. (...) O Obreirismo era apenas um “desvio”, uma incompreensão da proletarização, o desprezo pelos aliados de classes, sobretudo pelos intelectuais, endeusamento do operário, em vez de lutar pela hegemonia do proletariado, copiar os modos de vida e comportamento dos operários, principalmente os mais atrasados do ponto de vista político”. BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempo*. *Op. cit.*, pp.76-94.

⁵⁶⁷ No final de 1932, Astrojildo Pereira foi definitivamente expulso do PCB. Em *A Classe Operária*, número 145, a direção do Partido publicou um artigo intitulado “O astrojildismo e a luta pela formação do partido do proletariado”, no qual se lançou uma crítica feroz ao seu ex-dirigente: “O último Pleno do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, votou por unanimidade uma resolução expulsando Astrojildo Pereira como traidor e renegado da causa do proletariado. (...) antigo militante do movimento operário revolucionário brasileiro, anarquista primeiro, comunista depois, e, agora passado inteiramente para o outro lado da barricada, para o lado dos nossos inimigos de classe (...) Com este ato, Astrojildo vai definitivamente, reforçar o já numeroso núcleo de seus lacaios: os chefes trotskistas, anarcorreformistas e Miguel-Costistas que, como ele, também desertaram das fileiras revolucionárias”. BRADO. **O astrojildismo e a luta pela formação do partido do proletariado**. In: *A Classe Operária*. n. 145, Segunda fase. Rio de Janeiro, nov. 1932, p. 2.

⁵⁶⁸ DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa*. *Op. cit.*, p. 199.

⁵⁶⁹ “Infelizmente, em lugar da terceira revolta, com essas características especiais, veio a pretensa “revolução” de 1930. Então, o Partido Comunista do Brasil, em vez de corrigir os erros, foi completamente desorientado por uma linha política oportunista de “esquerda”. (...) Isolou-se totalmente das massas populares. Desagregou-se. Sofreu profunda catástrofe”. BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas*. *Op. cit.*, p. 298.

a produção do café. O PCB apresentou dados que evidenciaram os efeitos da recessão internacional sobre a economia nacional. Nestas condições, afirmaram que a situação da classe operária piorava a cada dia, mas ao mesmo tempo, se abria a possibilidade revolucionária: “A crise econômica paralisa toda a vida do Brasil e coloca na ordem do dia o problema da revolução”.⁵⁷⁰

Os dirigentes brasileiros, mantendo uma interpretação bastante esquemática, supervalorizaram o papel do capital internacional, destacando os laços que as oligarquias estaduais tinham com os imperialismos inglês e norte-americano. As lutas entre os Estados eram sempre apresentadas como conflitos entre os capitais internacionais.⁵⁷¹ De acordo com esta interpretação, as eleições presidenciais tendo Júlio Prestes e Getúlio Vargas como principais candidatos representavam os interesses do imperialismo inglês e norte americano. Nenhuma destas candidaturas poderia ser encarada pelo proletariado como defensora dos seus interesses. Afirmou-se que o discurso “revolucionário” da Aliança Liberal era apenas uma artimanha para alcançar maiores concessões das oligarquias e se aproximar do movimento operário, desvinculando este da sua direção de classe.⁵⁷² Reafirmou-se que Vargas não era uma alternativa para a luta dos trabalhadores.

Depois de apontar o caráter conciliador dos liberais reunidos em torno de Vargas, os comunistas não pouparam críticas aos tenentistas. Destacaram que a Coluna que já havia sido revolucionária tinha abandonado estes ideais e se transformado no organismo militar da Aliança Liberal. Tinha se afastado dos interesses das massas camponesas e conciliado com os reformistas. Assim, afirmou-se que os tenentes e o liberais cumpriam um papel contrarrevolucionário, ao “enfraquecer o movimento revolucionário dos operários e camponeses mediante a fraseologia de uma “revolução de preparação””.⁵⁷³

⁵⁷⁰ PRESIDÍUM DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **O movimento revolucionário do Brasil e a Liga Revolucionária de Prestes.** In: *A Classe Operária*. n. 92, Segunda fase. Rio de Janeiro, 3 jul. 1930, p. 87.

⁵⁷¹ “O desenvolvimento desigual da economia dos diferentes estados do Brasil, a opressão dos imperialistas, levam a uma luta permanente entre os diferentes estados. A luta contra a Paraíba levada a efeito pelo governo central, as conspirações organizadas com o apoio do imperialismo ianque pelo governo de Minas Gerais, as ameaças permanentes de parte do governo do Rio Grande do Sul, a quase independência do Amazonas que se acha nas mãos de Ford, caracterizam de forma bastante clara e suficiente a instabilidade política e econômica de todo o país”. *Ibidem*, p. 88.

⁵⁷² “A Aliança Liberal ligada às mesmas formas de exploração feudal-capitalista, continuou ameaçando com a “revolução” a fim de obter concessões maiores e mais eficazes por parte dos conservadores e assim debilitar o movimento revolucionário de operários e camponeses”. *Ibidem*, p. 90.

⁵⁷³ *Ibidem*.

Apenas no início de 1931, os pecebistas publicaram dois textos⁵⁷⁴ avaliando os acontecimentos de outubro de 1930. Segundo os comunistas, era preciso “mostrar a verdadeira significação desta “revolução” que abalou a República brasileira”.⁵⁷⁵ O PCB seguiu afirmando que a Aliança Liberal não representava uma organização revolucionária e que não era nem mesmo democrática: “Sua vitória é uma vitória da reação”.⁵⁷⁶ Na avaliação do PCB, o triunfo de Vargas tinha um sentido contrarrevolucionário, pois cumpriu o papel político de desviar o proletariado e os camponeses da revolução, os enganando com discurso progressista.

Nesta concepção, os comunistas retiraram da Revolução de 1930 qualquer sentido revolucionário, apresentando-a como uma artimanha da própria burguesia que, para não perder o seu domínio, voltou-se contra sua fração hegemônica e a derrubou do poder. Para os comunistas, a burguesia, compreendendo o momento econômico e político, foi ardilosa o suficiente para impedir que uma verdadeira revolução ocorresse.⁵⁷⁷

Astrojildo Pereira, no artigo “Campo de Batalha” em 1934, manteve esta interpretação de que a Revolução de 1930 não teve um caráter revolucionário, pelo contrário, foi um golpe contrarrevolucionário que tinha o objetivo de impedir a ação das massas. Em suas palavras, a ascensão de Vargas se configurou como uma “contrarrevolução preventiva, golpe reacionário contra as massas operárias e camponesas, terror fascista contra o proletariado revolucionário e sua vanguarda comunista”.⁵⁷⁸ Astrojildo também apontou que tal movimento estava diretamente vinculado a ação imperialista que financiava movimentos pseudo-revolucionários na América Latina com o objetivo de impulsionar seus aliados ao poder político.⁵⁷⁹

Para o PCB, a Revolução de 1930 não passou de um golpe de Estado que garantiu a continuidade do domínio oligárquico, uma vez que não alterou as relações de classe estabelecidas. Apesar do apoio das camadas populares, não se tratou de uma revolução operária:

Como na Argentina, Bolívia e Peru, o golpe de Estado do Brasil não modificou em nada as relações de classe, nem nas formas políticas nem na forma de

⁵⁷⁴ Trata-se do artigo intitulado “Os últimos acontecimentos no Brasil e as perspectivas de novas lutas” publicado pela Internacional Sindical Vermelha e “O Partido Comunista do Brasil frente aos próximos combates”, publicado na primeira edição da Revista Comunista.

⁵⁷⁵ COMISSÃO CENTRAL EXECUTIVA DO PCB. **Os últimos acontecimentos no Brasil e as perspectivas de novas lutas**. In: CARONE, Edgard. *O PCB (1922 – 1943)*. Vol. 1. São Paulo: Difel, 1982, p. 111.

⁵⁷⁶ *Ibidem*.

⁵⁷⁷ “Antônio Carlos viu o perigo que ameaçava a burguesia, compreendeu a necessidade de superar a crise realizando uma política inteligente e demagógica, enganando a pequena burguesia e o proletariado para poder, assim, continuar a política de agravamento das condições econômicas e políticas das amplas massas”. *Ibidem*, pp. 111-112.

⁵⁷⁸ PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa e Ômega: 1979, p. 191.

⁵⁷⁹ “A história da América Latina é fertilíssima em matéria de revoluções desta natureza. Pesquisas futuras provarão um dia que a “revolução” de outubro de 1930 no Brasil não escapou às manobras imperialistas. Os indícios são desde já veementes. (...) A Aliança Liberal foi originalmente alicerçada com a argamassa “democrática” de inspiração americana. O golpe de outubro foi o resultado lógico das manobras concertadas nos escritórios de Wall Street”. *Ibidem*, p. 197-198.

poder. Porém, ao contrário daqueles golpes militares, o desencanto das massas é mais profundo no Brasil porque, mais que nos países citados, as massas foram arrastadas para as lutas que se iniciaram nos diversos Estados.⁵⁸⁰

A análise dos comunistas ressaltava que os liberais conseguiram vencer a oligarquia cafeeira paulista com o apoio e a participação das massas. Eles assinalaram que três fatores contribuíram para que os liberais conseguissem o apoio popular. Em primeiro lugar, “a ausência de um partido comunista forte”.⁵⁸¹ Mais uma vez, manifestava-se as críticas abertas à antiga direção do PCB que era apontada como culpada. Os desvios de direita, o apoio à pequena-burguesia, as ilusões com o prestígio e a conciliação também foram assinaladas como as razões fundamentais para a incapacidade diretiva dos comunistas.⁵⁸²

Em segundo lugar, destacaram “o apoio tácito da Coluna Prestes”. O PCB afirmou que foi o apoio dos tenentes à Vargas que permitiu aos liberais constituírem uma imagem “revolucionária” e, assim, mediante um discurso progressista apareceram como alternativa à oligarquia cafeicultora. Por fim, apontaram que a agitação demagógica foi consolidada pelo “apoio dos partidos democráticos”. O Partido Libertador do Rio Grande do Sul, por exemplo, havia combatido com armas na mão o governo federal e gozava de simpatia das massas.

Todavia, de acordo com as memórias de Basbaum, parece que após a publicação destes artigos, o PCB começou a rever esta interpretação que afirmava o apoio das massas à “revolução de 1930”. O dirigente comentou sobre uma longa reunião do CC, ocorrida entre fins de fevereiro e início de março de 1931, na qual se discutiu o significado do triunfo da Aliança Liberal. Sob a presidência de Inês Guralsky, prevaleceu a interpretação de que a vitória de Vargas foi um “golpe de Estado” realizado com o apoio de parte da pequena burguesia: “Todos os presentes falaram e expressaram mais ou menos a mesma opinião: a revolução de outubro de 30, de Vargas e Gois Monteiro, era uma quartelada, tipicamente pequeno-burguesa, alheia ao povo, no máximo uma rebelião militar saída das classes médias”.⁵⁸³

De acordo com Basbaum, nesta reunião predominou a interpretação de que a “revolução” havia sido feita pelo alto, um golpe militar sem o apoio das classes populares. Ele ainda afirmou que se apresentou como voz dissonante, pois teria argumentado que a ação militar

⁵⁸⁰ COMISSÃO CENTRAL EXECUTIVA DO PCB. **O Partido Comunista do Brasil frente aos próximos combates**. In: CARONE, Edgard. *O PCB (1922 – 1943)*. Vol. 1. São Paulo: Difel, 1982, p. 123.

⁵⁸¹ Idem. **Os últimos acontecimentos no Brasil e as perspectivas de novas lutas**. *Op. cit.*, p. 112.

⁵⁸² “O Partido, na verdade, esperava que Prestes realizasse a revolução que, depois, deveria dar ao proletariado a hegemonia e ao Partido a direção do movimento revolucionário. Foi um dos grandes erros do Partido e será necessário muito tempo para corrigir as consequências extremamente nocivas à causa da classe operária”. Ibidem, p. 117.

⁵⁸³ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempo*. *Op. cit.*, p. 96-97.

dos aliancistas e tenentistas “havia se transformado em revolução popular, ou melhor, tivera inteiro apoio popular e somente os comunistas e ou seus simpatizantes foram contra ela”.⁵⁸⁴

Posteriormente, especialmente a partir do fim do Estado Novo, os comunistas reavaliaram a Revolução de 1930 e, cada vez mais, orientados por uma política de conciliação de classes e pela defesa do desenvolvimento nacional, passaram a interpretar os eventos de 1930 como o momento de ascensão das forças burguesas progressistas. Essa nova interpretação foi sistematizada por Nelson Werneck de Sodr , que ressaltou o desenvolvimento industrial alcançado a partir da ascensão de Vargas.⁵⁸⁵

Em 1930, o PCB estava totalmente fragilizado. No campo teórico, os comunistas passavam por um período de assimila o mecânica das teses oriundas do VI Congresso, as quais levaram o partido direto ao isolamento político, tornando-os incapazes de qualquer interven o real no movimento que se delineava. A CGT que havia sido criada em abril de 1929, não teve qualquer atividade relevante e sucumbiu, durante a crise de 1929-30 e, após a ascensão de Vargas, a organiza o desapareceu. Afastado das massas e desestruturado internamente pelas cisões, expulsões, persegui es internas e interven es externas, o PCB esteve impossibilitado de desempenhar um papel hegemônico durante a Revolu o de 1930.⁵⁸⁶

⁵⁸⁴ Ibidem, p. 97.

⁵⁸⁵ “A partir do final da década de 1950, coadunadas como pensamento nacionalista, as teses do PCB ganharam certa notoriedade nos meios acadêmicos. Nelson Werneck de Sodr , em sua *História da burguesia brasileira*, citando Wanderley Guilherme, definiu o ep sodio de 1930 como o “golpe da burguesia”. DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomiza o relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese (Doutorado História), Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012, p 262.

⁵⁸⁶ “O PCB permaneceu sem a o, distanciado e isolado. Incapaz de consolidar uma política de alianças com os setores médios (e em especial com o tenentismo dissidente), o PC, pela adesão às teses da IC, não conseguiu compreender efetivamente a realidade aqui vivenciada. Sua concep o catastrófica de crise econômica e da conseqente ruptura revolucionária, não encontrou concretude no solo brasileiro no final dos anos 20”. ANTUNES, Ricardo. **Os comunistas no Brasil**. *Op. cit.*, p. 34.

SEGUNDA PARTE

A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA NO BRASIL (1930-1936)

CAPÍTULO 4

A OPOSIÇÃO ENTRA EM CENA: O GRUPO COMUNISTA LENINE

1. Mário Pedrosa e a organização da Oposição de Esquerda no Brasil

Mário Pedrosa foi uma das figuras centrais para o desenvolvimento da OE no Brasil. Nascido em 1900, na cidade de Timbaúba, Pernambuco, cursou a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde por influência de Edgardo de Castro Rebello se interessou pelos problemas sociais e entrou em contato com o marxismo, se aproximou do movimento comunista e se filiou ao PCB. Todavia, durante todas as polêmicas que se sucederam entre agosto de 1927 e meados de 1929, ele esteve ausente. Pedrosa não participou diretamente dos debates sobre a política de alianças, nem sobre a questão sindical, pois estava na Europa, para onde tinha viajado em outubro de 1927. Mesmo distante, ele acompanhou as divergências por meio das correspondências que trocava com Lívio Xavier. Foi na Alemanha e na França que Pedrosa pôde se informar melhor sobre o que ocorria no interior do PCUS e sobre as articulações da Oposição. Assim, ao retornar ao Brasil, em julho de 1929, ele se transformou numa das figuras centrais da organização dos dissidentes do PCB.

Pedrosa entrou em contato com o PCB em meados de 1925, por intermédio do gráfico Mário Grazzini que era um dos dirigentes em São Paulo. Já no ano seguinte ele ingressou em suas fileiras, mas desde o primeiro momento manteve um olhar crítico e uma percepção questionadora. Pedrosa ingressou no partido, mas permaneceu cheio de dúvidas e suas correspondências revelam que desconfiava dos seus dirigentes.⁵⁸⁷ Mesmo assim, ele encarou seriamente sua militância e passou a desenvolver atividades partidárias. Tornou-se dirigente do Socorro Vermelho em São Paulo, onde atuou junto à Mário Grazzini. Da capital paulista,

⁵⁸⁷ O ingresso na organização não significou a aceitação irrestrita de suas teses. Essas indagações sobre o partido e seus dirigentes aparecem claramente em uma carta enviada a Lívio Xavier em fevereiro ou março de 1927, quando ele observou que: “Mas a Revolução onde é que está? Você acredita em Stalin e em [ilegível]? E no Brasil, você acredita em Octávio Brandão, em Astrojildo, em Leônidas de Rezende, em Azevedo Lima? As forças históricas do Brasil, o proletariado. Os soldados, Prestes à frente, não conseguiram uma revoluçãozinha pequeno-burguesa, que será de nós?” PEDROSA, Mário. [Carta] fev. ou mar. 1927, João Pessoa-PB [para] XAVIER, Lívio. Granja-CE. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 273.

Pedrosa manteve contato próximo com Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, Castro Rebelo e Plínio Melo que residiam e militavam no Rio de Janeiro.

Em 1927, Pedrosa foi indicado pelo partido para cursar em Moscou a Escola Leninista de formação. Ele aceitou a proposta e partiu para o velho continente no início de outubro daquele ano. Foi durante a passagem pela Europa que Pedrosa entrou em contato mais direto com alguns militantes da Oposição e conheceu melhor suas teses e se aproximou dos opositoristas. Contudo, não se pode apontar que a viagem foi a causadora principal de sua vinculação com a OE, afinal, a correspondência deixa evidente que ele e alguns outros militantes próximos já questionavam os rumos que a direção do PCB seguia.⁵⁸⁸

Ainda no Brasil, Pedrosa teve acesso aos jornais do PCF, *L'Humanité*, e a revista *Clarté*. Ambas publicações possibilitaram ao militante brasileiro acompanhar diversas questões em torno da Revolução Russa, especialmente no período posterior a 1924, quando o PCUS e a IC se tornaram cada vez mais burocratizados. O acesso a esse material instigou ainda mais as dúvidas de Pedrosa e seu grupo sobre as insuficiências da direção comunista brasileira e sobre os problemas da direção internacional. A discussão propriamente teórica no interior do partido era escassa e precária. Assim, as publicações internacionais contribuíram para ampliar os questionamentos à tática comunista. Neste período, Pedrosa e Xavier se aproximaram de Pierre Naville⁵⁸⁹ e trocaram correspondências. Foi mediante estes contatos com o dirigente francês que ambos tiveram conhecimento sobre os debates em torno da Revolução Chinesa.

Durante o período em que ficou na Europa, Pedrosa escreveu várias cartas.⁵⁹⁰ Para o objetivo do nosso trabalho, cabe apresentar alguns pontos importantes destas correspondências que evidenciam a relação do militante com a OE, com o que se passava na Rússia soviética e com o PCB.

Pedrosa saiu do Brasil e foi diretamente para Berlim, escala necessária para chegar em terras russas. Mas durante o período em que permaneceu na capital alemã, contraiu uma doença e passou algumas semanas sem condições de seguir viagem até Moscou.⁵⁹¹ Neste período

⁵⁸⁸ Sobre esta questão concordamos com a leitura apresentada por Marques Neto, segundo o qual: “sem minimizar o papel dessa vivência junto à oposição, deve-se ser cauteloso ao afirmar esquematicamente que houve um convencimento *a partir dessa viagem*. (...) Algumas questões reforçam meu ponto de vista de que havia uma disposição, em Mário e seu grupo, precedendo essa viagem, de procurar alternativa à direção do PC brasileiro, que afinava com os rumos tomados pela III Internacional, da qual os futuros opositoristas também discordavam”. MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária*. *Op. cit.*, pp. 199-200.

⁵⁸⁹ Naville se tornou uma liderança da oposição na França e publicou o jornal *La lutte de classes*, que sucedeu o *Clarté*.

⁵⁹⁰ Uma análise minuciosa destas correspondências foi realizada por Marques Neto em sua obra *Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*.

⁵⁹¹ “Na véspera da partida [para Moscou], já de passaporte visado etc. – uma gripe com dor nas costas, do lado mau, que pensei tinha chegado de vez. Vim pro quarto com medo, fazer o testamento. (...) Felizmente o médico é

ocorria o XV Congresso do PCUS que consolidou a vitória da fração stalinista sobre a Oposição Unificada. Em carta enviada em 24 de dezembro de 1927, Pedrosa escreveu a Lívio Xavier sobre estes acontecimentos revelando suas impressões sobre todo este processo. A derrota da Revolução Chinesa diante do massacre em Cantão também foi alvo de alguns apontamentos por parte do militante brasileiro.

Pedrosa afirmou nesta carta que a expulsão dos opositoristas soviéticos foi fundamental para que ele repensasse a continuidade de sua viagem: “Desanimei duma vez de ir, hoje mesmo te escrevo. O Congresso bolchevique do PR – expulsou Trotski e a oposição do partido! Acabou assim com a oposição”.⁵⁹² Ele ficou bastante decepcionado com a expulsão de Trotski e questionou Xavier se este já tinha recebido algo dos opositoristas: “Vocês já receberam aí – a plataforma da Oposição, unificada por Trotski, Zinoviev etc. – a apresentada ao congresso do partido. Já vi em alemão. Vou até mandar pro Coutinho”.⁵⁹³

Pedrosa mantinha contato com Naville, opositorista francês, e questionou sobre o futuro destes militantes e das suas publicações.⁵⁹⁴ Ele ainda acrescentou que as notícias mais recentes apontavam que parte dos opositoristas já haviam capitulado. Zinoviev, Kamenev⁵⁹⁵ e outros afirmaram que se submetiam sem restrições às exigências do partido. Pedrosa também apontou que faltou aos opositoristas o apoio do proletariado e se questionou se seria possível uma atuação revolucionária fora das fileiras do PC.⁵⁹⁶ Ele se interrogou sobre a atitude de Trotski e afirmou que não acreditava numa militância isolada.

Neste momento, Pedrosa ainda não cogitava deixar o partido e não enxergava muitas possibilidades de travar uma luta revolucionária fora dele. Também não afirmou que estava ao lado dos opositoristas, assumindo uma posição firme ou atacando o partido. Diante dos conflitos, ele preferiu permanecer na Alemanha e acompanhar de longe o processo: “E como é que vou pra Rússia assim? Me diga se é ou não é uma situação filha da puta a minha”.⁵⁹⁷

de graça, brasileiro, justamente aqui fazendo essa especialidade. Dura 8 semanas o tratamento. Desanimei. Depois dessa embrulhada toda – (uma semana toda quase sem sair de casa, com vontade de morrer) – ainda estou esculhambado”. PEDROSA, Mário. [Carta] 24 dez. 1927, Berlim, Alemanha [para] XAVIER, Lívio. Rio de Janeiro. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária, Op. cit.*, p. 282.

⁵⁹² Ibidem, p. 283.

⁵⁹³ Ibidem.

⁵⁹⁴ Ibidem.

⁵⁹⁵ “Hoje (21) é que soube que Trotski e o Zinoviev já tinham sido expulsos desde o dia 14 de novembro! E o resto da oposição é que foi agora expulsa, Radek, Rakovsky, Kamenev, etc etc. *L’Huma*, de ontem, 20, dá a resolução do congresso: 94 novas expulsões. E dá também a notícia que Zinoviev e Kamenev e mais 10 membros da oposição capitularam”. Ibidem, p 285.

⁵⁹⁶ “O erro da oposição, fundamental, é que ela ficou sem a massa. Agora, depois dos fatos consumados – expulsão, etc. – a razão individual deles só não basta. (...) Trotski compreende tudo isto. Que irá fazer ele? Se contentará fora do partido, é uma atitude de mero intelectual? Um homem como ele: o maior revolucionário depois de Lenin, depois de Lenin – a maior legenda revolucionária no espírito mesmo da massa?”. Ibidem, p. 286.

⁵⁹⁷ Ibidem, p. 287.

Em uma segunda carta enviada em 30 de janeiro de 1928, Pedrosa discorreu sobre mais algumas questões que merecem ser ressaltadas. Em primeiro lugar ele afirmou que Naville o havia convidado para escrever na *Clarté* sobre a América do Sul e ressaltou: “aqui não se conhece o Brasil ou Argentina etc. – é só América do Sul”.⁵⁹⁸ Ele demonstrou estar interessado em escrever sobre o tema e pensou no texto como uma construção coletiva, e o que é mais interessante, que esta análise se apresentasse como uma alternativa à leitura vigente no PCB: “Quero fazer uma coisa – como sendo quase coletiva, *nosso pensamento*. Desenvolvimento das classes, sobretudo Brasil e Argentina”.⁵⁹⁹ Ele percebia que era uma oportunidade para se apresentar a “nossa opinião”.⁶⁰⁰

Nesta carta, Pedrosa voltou a falar sobre a situação no PCUS e, mais uma vez ressaltou a atitude de Trotski pós-expulsão. Afirmou que este havia rejeitado a capitulação e rompido com Zinoviev. Também apontou que Trotski havia se colocado contra a formação de um novo partido e que optara por manter uma fração. Sobre essa opção estratégica, Pedrosa observou:

Minha impressão é que a posição dele, embora se justifique – pois (se Termidor existe, como ele acredita, - ficar dentro do partido – sem denunciar, pelo contrário, obrigado a negar Termidor – é inútil e prejudicial à Revolução e talvez pior do que ficar de fora, denunciando Termidor, sem se cansar) é muito difícil – pois pode se distanciar da massa – e a força da coisa levar a combater na direção do PC o próprio partido e no Governo – a própria URSS. Vamos ver.⁶⁰¹

Mais uma vez, Pedrosa não se posicionou abertamente ao lado do opositor. Quando ele fala sobre o “Termidor”, ele deixa evidente que esta é a posição de Trotski. Além disso, percebe-se que sua leitura da situação é bastante realista ao apresentar todas as dificuldades e riscos dessa estratégia.

Em outra carta para Xavier, enviada em 14 de maio de 1928, Pedrosa cobrou seu camarada sobre a necessidade da elaboração de um artigo sobre a estrutura econômico-social latino-americana e do Brasil. Esta insistência no tema comprova que para Pedrosa a elaboração de uma análise alternativa era urgente.⁶⁰² Nesta carta, ele também afirmou que havia viajado

⁵⁹⁸ PEDROSA, Mário. [Carta] 30 jan. 1928, Berlim, Alemanha [para] XAVIER, Lívio. Rio de Janeiro. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária. Op. cit.*, p. 288.

⁵⁹⁹ *Ibidem*.

⁶⁰⁰ “Os russos se interessam muito por nós. O Naville me mandou dizer que era muito interessante. E era uma ocasião – para darmos a nossa opinião – mais livremente, mais seriamente, com mais espírito crítico – do que nos órgãos oficiais. E a difusão seria garantida. Isto é uma coisa necessária. A questão da luta contra o imperialismo depois da experiência da China é por demais importante. (...) Converse com o pessoal – Castro, Coutinho etc. Concebam um plano (...) Acho que podemos fazer uma boa tarefa – e precisa – e que a Internacional pode dela ter conhecimento, sobretudo os chefes de responsabilidades – porque as fontes de informação que eles têm, você sabe, são as mais deploráveis possíveis. (Basta pensar no nosso caso aí)”. *Ibidem*.

⁶⁰¹ *Ibidem*, p. 289.

⁶⁰² “Como podemos, na nossa posição de intelectuais do Partido no Brasil, continuar sem de nossa parte tentar definir a situação brasileira, sul-americana? Que diabos de militantes somos nós? Não podemos continuar nessa

até Paris e que tinha finalmente conhecido Pierre Naville. Sobre o encontro, destacou que o dirigente era “muito inteligente e bem informado”, mas acrescentou que também tinha sido expulso do partido por sua militância oposicionista. Por conseguinte, Pedrosa lançou críticas a estrutura burocratizada que os partidos comunistas apresentavam. Ele abordou a situação do partido francês, alemão e belga, pontuando que inexistia uma “vida interna”.⁶⁰³

Pedrosa também abordou a situação da URSS. No início de 1928, Stalin já estava indicando que tomaria algumas medidas reivindicadas pela Oposição Unificada para combater a direita bucharinista. Sobre essas questões, o militante brasileiro observou que: “Mas ele [Stalin] não compreende ou não quer compreender – que para que essas medidas tenham eficácia – é preciso mudar o regime existente no partido, nos sindicatos e nos soviets. Não é a burocracia que pode lutar contra a ofensiva burguesa”.⁶⁰⁴ Esta crítica é bastante próxima as posições dos oposicionistas que reivindicavam desde 1923 um retorno à democracia operária.

Pedrosa apontou que era preciso lutar para que as organizações da classe trabalhadora voltassem a ter um papel ativo, rompendo com a hierarquização. Acrescentou: “O pior é que a degenerescência burocrática atingiu aos próprios órgãos de combate e defesa do proletariado, aos sindicatos e partido. O partido e os sindicatos veem primeiro os interesses do Estado antes de ver os de sua classe. E veem tudo, portanto, deformado”.⁶⁰⁵ A distância entre o Estado soviético e a classe operária já era evidenciado nesta leitura. Vale ressaltar que essa concordância não significava uma adesão às teses oposicionistas. Em alguns pontos ele se aproximava dos dissidentes, mas em outros apresentava divergências.

Por fim, Pedrosa retomou questões sobre o PCB. Ao que tudo indica, Xavier havia lhe informado de forma superficial sobre as polêmicas e debates que se travaram no início de 1928 em torno da “questão sindical”. Neste sentido, Pedrosa questionou: “Agora você me explique que história é essa de depuração. Vocês estão sendo ameaçados de expulsão também? Fizeram alguma coisa? Me diga qualquer coisa clara. Mas acho que vocês não devem esconder a própria opinião”.⁶⁰⁶ A comunicação entre Pedrosa e Xavier possibilitou que ambos

irresponsabilidade em que temos deixado o barco correr. Isso é até brincadeira. Estamos todos falhando ao nosso dever. (...) Não me recuso a fazer o artigo. Mas queria um ponto de partida – nem fosse o livro do Brandão – para dele fazer ponto de referência, embora contrariando. Aliás esse ponto de vista é essencial – porque é a única coisa que há sobre o assunto, é o ponto de vista oficial do partido e da IC (...) Espero pois que você me mande alguma coisa, alguma nota. Alguns pontos de vista etc”. PEDROSA, Mário. [Carta] 14 mai. 1928, Berlim, Alemanha [para] XAVIER, Lívio. Rio de Janeiro. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária. Op. cit.*, p. 292.

⁶⁰³ Ibidem, p. 294.

⁶⁰⁴ Ibidem.

⁶⁰⁵ Ibidem, p. 295.

⁶⁰⁶ Ibidem, p. 297.

analisassem a realidade europeia e brasileira em conjunto e não de forma isolada. Assim, a crise no PCB, em 1928, não foi percebida como uma questão pontual, mas como expressão de um problema geral que atingia diversos PCs.

Em outra carta escrita em agosto de 1928, Pedrosa fez novo comentário sobre a situação do PCB, sobre a Rússia e Trotski. Ele já estava informado sobre a “questão sindical” e a demissão de 46 membros do PCB. Pedrosa reagiu com espanto à demissão e ponderou: “você deram uma solução rápida demais à crise. Se bem que o ato final deveria ser esse mesmo – em todo caso acho que vocês se precipitaram”.⁶⁰⁷ Esta passagem demonstra que ele não interferiu diretamente durante a cisão. Ele soube dos acontecimentos em um momento posterior e demonstrou preocupação com a falta de organização do grupo: “Vocês erraram na tática – não aproveitaram nenhuma oportunidade, não para fazer conchavos ou concórdias puramente formais etc., não, - foram logo às vias de cabo etc”.⁶⁰⁸ Acompanhando os debates que ocorriam na Europa, ele percebeu que o grupo oposicionista brasileiro falhou ao não realizar um trabalho de propaganda.⁶⁰⁹ Neste sentido, ele censurou seus camaradas por não estarem se organizando, planejando ações, publicando suas concepções e atuando junto à classe operária:

Que é que vocês fizeram depois que deram o fora do partido? Estão verdadeiramente organizados? Estão trabalhando nos sindicatos seriamente onde podem ter influência? Já fizeram alguma publicação? Rudimentar que seja? Ou apenas se limitam a discutir nas mesas dos cafés como é o nosso hábito? (...) E da capacidade de agir e de organizar é que ponho vocês todos em dúvidas. Assim também como eu. Que estou passando por uma crise e tomando consciência de uma posição que só no Brasil poderá ser esclarecida.⁶¹⁰

Pedrosa já esperava que o grupo divergente se organizasse, preparando uma atuação contra a direção do PCB. Neste sentido, afirmou que encaminhava revistas e documentos para o Brasil, para que Xavier mostrasse aos demais e estes pudessem se informar sobre o que ocorria no cenário internacional: “Vocês precisam levar o resto que acompanhou vocês até o verdadeiro conhecimento da situação. Pelo menos fazer com que leiam os documentos da oposição”.⁶¹¹ E mais uma vez, ele ressaltou a necessidade do grupo de dissidentes do PCB se expressar de forma

⁶⁰⁷ PEDROSA, Mário. [Carta] 22 ago. 1928, Berlim, Alemanha [para] XAVIER, Lívio. Rio de Janeiro. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária. Op. cit.*, p. 300.

⁶⁰⁸ Ibidem, p. 301.

⁶⁰⁹ “Estou certo que tudo acabaria como acabou – e era mesmo a solução verdadeira – mas acho que foi tomada sem preparativo prévio – de modo a facilitar a compreensão do ato pela maioria ou ao menos pela parte hesitante, indecisa desta. Ou vocês não ligara, desdenharam esse resto – como massa sem significação? O que seria também uma atitude errada, intelectual e sectária”. Ibidem.

⁶¹⁰ Ibidem, pp. 301-302.

⁶¹¹ Ibidem, p. 304.

teórica, enviando um texto para Naville publicar na *Clarté*, com uma análise da estrutura social e com as críticas à direção do partido.⁶¹²

Mas também cabe ressaltar que Pedrosa ainda não tinha rompido com Astrojildo ou com Brandão. Ao contrário, eles permaneciam trocando correspondências.⁶¹³ Neste momento, Pedrosa adotava uma posição ambígua, pois não tinha se afastado do PCB, mas já antevia que seu retorno ao partido o levaria ao enfrentamento contra a direção deste. De qualquer forma, ele ainda não tinha tomado uma posição oficial, aderindo aos opositoristas.

Por fim, em outra carta encaminhada para Xavier, no início de abril de 1929, quando Pedrosa já estava em Paris se preparando para retornar ao Brasil, voltou a demonstrar preocupação com o fato do grupo dissidente não estar organizado e não ter produzido teses ou elaborado qualquer texto para marcar posição, como ele vinha insistindo.⁶¹⁴ Pedrosa reafirmou que o grupo deveria se reunir e discutir a situação nacional e internacional. Ele afirmou que estava enviando material da OE para que servisse de apoio às discussões.⁶¹⁵

O conteúdo destas cartas evidencia que ao mesmo tempo em que Pedrosa passa a criticar com mais veemência a burocracia soviética, ele vai cada vez mais se aproximando das teses opositoristas. Sem dúvida, o contato com a Oposição francesa foi fundamental para que essa aproximação se realizasse. É difícil afirmar um momento exato em que Pedrosa aderiu às teses “trotskistas”. Melhor pensar que isso ocorreu de forma gradual, no período entre 1928, quando ainda estava em Berlim e 1930, quando já havia retornado ao Brasil.

Quando Mário Pedrosa retornou em agosto de 1929, encontrou o grupo de dissidentes do PCB totalmente disperso. Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho e Castro Rebelo ainda mantinham contato, mas não realizavam qualquer atividade de cunho político prático ou teórico. Nem mesmo o texto que Pedrosa havia insistido para que fosse elaborado pelos opositoristas

⁶¹² “Não se esqueça – de fazer o troço pro Naville. Vocês precisam expressar o pensamento sobre a situação brasileira. Vocês agora, que diabo, são diretamente responsáveis sobre uma corrente de opinião. Aproveita a sessão do Secretariado Sul-Americano – veja todo o material que a respeito foi publicado – e faça a crítica. O Secretariado deve ter feito uma análise ou coisa que valha sobre a situação sul-americana – tome isto pois como ponto de referência. Fica muito bom para ser publicado em *Lutte de Classes*”. Ibidem.

⁶¹³ “Recebi outro dia carta do Astrojildo, junto com resoluções da reunião do Secretariado Sul-Americano – em Buenos Aires, naturalmente ultra stalinianos, ele me perguntava se tinha lido os documentos que tinha remetido sobre o caso de vocês mas ainda não pediu a opinião, até hoje nunca me referia ao caso. Mandeí uma tradução sobre as eleições – *A Classe Operária* publicou etc.”. Ibidem. 303.

⁶¹⁴ “É pena que vocês não se tenham aguentado organizados ou pelo menos juntos – não existam como grupo. E nem ao menos se tenham dado ao trabalho dum esforço comum de teorização do movimento brasileiro; a crítica fundamentada do Agrarismo do Octávio, etc. e nem tão pouco entrado pelo menos em correspondência com a oposição de Buenos Aires e Montividéu”. PEDROSA, Mário. [Carta] 6 abr. 1929, Paris, França [para] XAVIER, Lívio. São Paulo. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária. Op. cit.*, p. 305.

⁶¹⁵ “Vou te mandar *Contre le Courant*, últimos números e o *Bulletin Communiste*. Nestes estão os últimos documentos e escritos do Trotski etc. (...) Discutam. Não deixe o pessoal assim cretinizado pra depois não se perderem. Escreva ao Coutinho e ponha ele ao conhecimento disto tudo”. Ibidem, pp. 306-309.

brasileiros foi construído. Assim, a cisão de 1928 ainda não tinha dado origem a nenhuma organização ou a um grupo que apresentasse uma alternativa à direção política e teórica de Astrojildo e Brandão. Os esforços de Pedrosa em relatar os acontecimentos europeus, enviar material e incentivar a organização e a produção intelectual dos dissidentes não foi suficiente para que surgisse um grupo oposicionista coeso. Neste cenário, o grande desafio que se colocava era a dispersão dos militantes.

Esta realidade fragmentada não era uma característica exclusivamente brasileira. Até o início de 1930, os militantes que apresentavam críticas a fração dominante vinculada à Stalin ainda não tinham uma posição concreta de como deveriam agir. Os oposicionistas foram derrotados e expulsos do Partido Bolchevique e Trotski estava exilado em Alma-Ata, isolado e com dificuldades para produzir e estruturar um novo grupo. Assim, foi apenas a partir da constituição do Secretariado Internacional Provisório, em abril de 1930 que os militantes e grupos que tinham proximidades teóricas com Trotski começaram a se reorganizar.⁶¹⁶

Os dissidentes brasileiros, haviam rompido com o partido devido à política de alianças, à questão sindical e à exagerada centralização da direção. Eram conflitos que, a princípio, pareciam ter um caráter particular e nacional.⁶¹⁷ A visão de Pedrosa contribuiu para apresentar o contexto internacional de degeneração burocrática dos partidos comunistas. Sua experiência na Alemanha e na França foi fundamental para que se percebesse que a crise no interior dos partidos comunistas atingia diversas seções.

No Brasil, Pedrosa encontrou o grupo oposicionista desarticulado e sem qualquer trabalho ou perspectiva de atuação conjunta.⁶¹⁸ Ele buscou restabelecer contato e propôs a formação de um grupo de estudos coletivo. Em carta para Xavier, relatou que o primeiro passo

⁶¹⁶ “Nesses anos que precedem o primeiro encontro internacional da Oposição de Esquerda, a não-organicidade do movimento contribuiu para a dispersão. Os militantes revolucionários descontentes com o PC ou abdicavam da militância, ou atuavam sindicalmente, com eventuais debates localizados sobre os problemas internacionais do socialismo”. MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária. Op. cit.*, p. 127.

⁶¹⁷ Angelo Silva busca particularizar o desenvolvimento do grupo oposicionista no Brasil: “Estas cisões aconteceram, talvez, porque o partido possuía uma história recente, com pequena experiência política. Além disso, as pressões que pesavam sobre ele, como, por exemplo, a repressão, dificultavam uma postura mais conciliadora internamente. As divergências colocavam o partido em risco, ou seja, ou se estava com a revolução e com o que o partido formulava, ou se estavam com a contrarrevolução, e se tornava necessário eliminar o problema”. SILVA, Angelo José da. *Comunistas e Trotskistas. Op. cit.*, p. 62. Concordamos com Silva, quando ele aponta que a repressão era um empecilho para o desenvolvimento mais democrático no interior do partido. Mas a concepção de que o partido tinha uma história recente busca apresentar um elemento particular e acaba por apagar todas divergências que apontamos e ainda desconsidera o cenário internacional de divergências e lutas que ocorreram no interior dos partidos comunistas desde 1923.

⁶¹⁸ “E eu fico cada vez mais desesperado. Encontrei aqui tudo ainda pior do que esperava. Não só a cidade em si como a gente – com sobretudo – a nossa gente e meio. O Coutinho completamente desanimado (aliás com razão) etc. e os outros cretinos, [ilegível], e os outros, no mundo da lua, em plena seita. Isso aqui acaba tudo em nacionalismo histórico”. PEDROSA, Mário. [Carta] ago. ou set. 1929, Rio de Janeiro [para] XAVIER, Lívio. São Paulo. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária. Op. cit.*, p. 311.

seria desenvolver um trabalho teórico para construção de uma identidade ideológica, para só depois se buscar uma atuação política:

O Azambuja ainda não o vi – Mas combinei com o Coutinho – de reunirmos um grupo. Ele acha que o grupo deve ser o mais fechado possível só com gente de toda confiança. Não se faz nenhuma política de militante. Só estudos teóricos, revisão de pontos de vistas, informações da situação internacional, nacional etc. E depois de uma certa homogeneidade de ideologia – entra-se em comunicação com Trotski – por intermédio do Naville (coisa aliás combinada entre mim e este) – não só dando informações de que se passa aqui – como situando nossa posição do ponto de vista internacional, mas tudo numa atitude de completa independência.⁶¹⁹

No Rio de Janeiro, Pedrosa entrou em contato com seus pares, especialmente com Coutinho, e buscou organizar um grupo para estes estudos puramente teóricos. O objetivo era estudar a conjuntura nacional e internacional e situar a “crise do bolchevismo”, constituindo uma base comum de pensamento sobre os problemas da revolução mundial. O grupo em torno de Pedrosa era pequeno e deveria permanecer sob sigilo.⁶²⁰

É difícil precisar exatamente o momento em que este grupo superou o estágio de estudos e passou para uma organização política com objetivo de intervenção real. O fato é que entre março e abril, o GCL tomou forma, como evidencia outra carta de Pedrosa, de 31 de março de 1930: “Lívio: as coisas vão indo. Grupo reunindo-se. (...) Todos firmes – no trabalho de organização de um jornal *Alerta!* Que deve sair em 1º de maio”.⁶²¹

Em 6 de abril de 1930, em uma conferência realizada em Paris, foi fundado o Secretariado Provisório da Oposição Internacional de Esquerda. Antes mesmo da constituição deste órgão, os opositoristas franceses entraram em contato com Pedrosa por meio de uma carta. Em um documento interno, datado de 8 de abril,⁶²² os opositoristas brasileiros comentaram sobre o conteúdo desta correspondência. Tratava-se de um ofício solicitando uma resposta rápida sobre a criação de um Bureau Internacional de informação da OE, que teria a responsabilidade de editar um Boletim de informação que divulgasse documentos preparatórios para a realização de uma Conferência Internacional.

Por conseguinte, o secretariado solicitou que o grupo brasileiro escrevesse sua posição sobre cinco pontos específicos: 1) O melhor caminho para realizar a união internacional das

⁶¹⁹ Ibidem.

⁶²⁰ “O Coutinho acha que a coisa deve ser bem fechada. Só de elementos com que se conte absolutamente. Assim somente o Sávio e irmão, ele e eu, e talvez o Azambuja (pois casou-se e ninguém sabe mais) e o Silva, alfaiate e o Antonio Bento, enquanto não for embora. E mais ninguém. E isso não deve transpirar lá fora. Acha o Coutinho que não devo dizer nada a ninguém”. Ibidem, p. 311-312.

⁶²¹ Idem. [Carta] 31 mar. 1930, Rio de Janeiro [para] XAVIER, Lívio. São Paulo. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária, Op. cit.*, p. 326

⁶²² GRUPO COMUNISTA LENINE. *Informe sobre contato com a Oposição de Esquerda Internacional*. 8 abr. 1930. (Caixa 2 - Arquivo Lívio Xavier - CEMAP).

organizações de esquerda comunista; 2) Apontar os principais problemas a serem discutidos afim de se alcançar uma plataforma única da Oposição; 3) Enviar ao Secretariado todos os materiais produzidos para publicação pelo grupo brasileiro; 4) Indicar como o grupo pode contribuir financeiramente com a publicação do Boletim; 5) Indicar qual seria a difusão do Boletim no Brasil.⁶²³

Diante da solicitação, os dissidentes brasileiros convocaram uma reunião para o dia 13 de abril, com a finalidade de se discutir as questões postas pelo secretariado e também analisar as teses do III Congresso do PCB. A reunião ocorreu na data prevista e a carta enviada em resposta, de 20 de abril, nos revela qual foi o conteúdo da discussão. Em primeiro lugar, os opositoristas brasileiros afirmaram o interesse de manter e aprofundar o contato com a Oposição Internacional de Esquerda (OIE), pois havia uma convergência de ideias e interesses.⁶²⁴ Os brasileiros ainda destacaram os acordos teóricos e ideológicos com Trotski e com os opositoristas franceses: “(...) estamos autorizados a declarar que nosso grupo adota a mesma posição de Trotsky e de “Verité” em três questões – a teoria da edificação do socialismo em um só país, a questão do Comité Anglo-Russo e a questão chinesa”.⁶²⁵

Após apontar estes elementos de convergência, os brasileiros responderam cada uma das questões do secretariado provisório. Sobre a construção da OIE, assinalaram que o primeiro passo seria a unificação dos grupos esparsos. Acerca dos principais problemas a serem debatidos, apontaram que deveriam partir de um estudo sobre a situação mundial e que só poderiam contribuir “depois da discussão das teses do III Congresso do Partido Comunista do Brasil”.

Sobre as publicações assinalaram que estava previsto o lançamento de um jornal para o próximo 1º de maio. Também apontaram que diante das dificuldades encontradas e do número reduzido, o grupo não poderia contribuir financeiramente para a publicação do Boletim. Por fim, sobre as possibilidades de divulgação afirmaram que poderiam distribuir algumas dezenas de jornais em francês e em espanhol e também traduzir e publicar alguns textos. Esta documentação confirma que foi em abril de 1930 que o grupo em torno de Pedrosa efetivamente se organizou.

⁶²³ Ibidem.

⁶²⁴ “(...) a tarefa a que vos dedicais na escala internacional é a mesma que procuramos realizar na escala nacional. Procuramos reunir todos os elementos divergentes da política seguida pela direção do P.C. em torno de uma plataforma única”. Idem. [Carta] 20 abr. 1930, Rio de Janeiro. [para] SECRETARIADO INTERNACIONAL PROVISÓRIO, Paris - França. (Caixa 2 - Arquivo Lívio Xavier - CEMAP).

⁶²⁵ Ibidem.

1.1 O GCL e seu caráter de fração do PCB

Em 8 de maio de 1930, o GCL se lançou oficialmente por meio da publicação do primeiro número do jornal *A Luta de Classe*.⁶²⁶ Naquele momento a pequena organização era constituída por pouco mais de uma dezena de membros, entre os quais Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, João da Costa Pimenta, Wenceslau Azambuja, José Neves, Octaviano do Pin Galvão, entre outros. O grupo teve uma existência curta, cerca de sete meses, entre maio e novembro de 1930.

As fontes sobre esta organização são escassas. Não há atas, resoluções ou outros documentos que nos forneçam informações mais precisas sobre o funcionamento interno da organização, seus membros e etc. Assim, a principal fonte sobre o GCL é o jornal *A Luta de Classe*. Entre os meses de maio e outubro de 1930 foram publicados cinco números. Todavia, temos acesso apenas aos quatro primeiros, pois o quinto foi apreendido pelos aliancistas durante a luta armada em outubro. Por conseguinte, é mediante a investigação destas publicações que podemos analisar a sua atuação.



Fig. 06 - Logotipo de *A Luta de Classe*, nº 1, 8 mai, 1930
Fonte: CEDEM/UNESP

Cada publicação do jornal apresentava cerca de 1 dezena de artigos. Estes versavam sobre vários pontos, tático-estratégicos, político-ideológicos e teóricos. As primeiras publicações buscaram caracterizar a própria organização, num esforço para esclarecer qual era a posição do grupo diante do PCB. Nesse sentido, cabe destacar que a maior parte dos artigos publicados tinham como objetivo a denúncia e a crítica à orientação burocrática dos comunistas brasileiros e da IC. O GCL pensava a publicação a partir de uma perspectiva pedagógica. *A luta*

⁶²⁶ Esperava-se que a primeira edição do jornal *A Luta de Classe* fosse publicada no 1º de maio, junto às comemorações ao dia do trabalhador, mas o número inaugural só foi publicado na semana seguinte, no dia 8. O jornal apresentava uma diagramação bastante simples, suas edições contava com 4 ou 6 páginas. No seu cabeçalho havia apenas o nome da publicação e a indicação “Órgão do Grupo Comunista Lenine”, seguido por número, cidade e data.

de Classe seria o instrumento para levar esclarecimento e elevar a consciência dos seus leitores, buscando ampliar suas influências, conquistando novos simpatizantes e militantes.⁶²⁷

A fim de alcançar uma reorientação do movimento comunista nacional e internacional, vários textos buscavam apontar erros, evidenciar equívocos teóricos e práticos na política stalinista. Os temas mais frequentes versavam sobre a política nacional, o movimento operário, os sindicatos e o contexto internacional. Sobre este último ponto, o jornal foi fundamental para publicação de documentos importantes, como “Testamento de Lenin” e artigos que discutiam os problemas internos da URSS e do movimento operário em diversos países. Afinal, o objetivo era demonstrar que o processo de retrocesso e burocratização stalinista não era uma questão isolada, mas avançava de forma ampliada no cenário internacional.

Na primeira edição de *A Luta de Classe* já ficou evidente que o principal objetivo do jornal era criticar e denunciar a atuação do PCB. A maior parte dos artigos apresentados tratavam de apontar os problemas e erros dos comunistas. No primeiro editorial, intitulado “Nossos propósitos”, o grupo oposicionista discorreu sobre o contexto que contribuiu e levou ao surgimento da nova publicação: ““*Luta de Classe*” é, antes de tudo, a consequência dialética de dois fatos: a) uma situação objetiva favorável ao trabalho de agitação e organização das massas; b) o agravamento dos erros da direção do Partido Comunista”.⁶²⁸ Eram dois fatores que se complementavam: o fator objetivo; o avançar da crise econômica e política e a depreciação das condições de vida dos trabalhadores. O fator subjetivo, por sua vez, apontava para as sucessivas falhas e vacilações do PCB, que subordinado à direção stalinista, se transformava numa força que desorientava a classe operária.

Assim, o GCL afirmava ter surgido, juntamente com o seu periódico, como resultado das circunstâncias, como uma organização necessária para dirigir o movimento operário em sua luta contra a classe burguesa. Diante da desorientação tática e do abandono da perspectiva verdadeiramente revolucionária imposta pelas intervenções da IC, o jornal surgia com o intento de reorientar os comunistas brasileiros:

Fruto das próprias circunstâncias, resultante inevitável delas, “*A Luta de Classes*” significa e representa por isso mesmo, a *necessidade* imediata de uma luta sem tréguas, intransigente, enérgica, implacável, contra a burguesia

⁶²⁷ “As publicações comunistas tinham um tipo idealizado de leitor: os trabalhadores urbanos e os camponeses. Para os editores dessas publicações, a leitura seria o caminho de emancipação desses trabalhadores dos grilhões do sistema capitalista. Em seu projeto editorial, a imprensa comunista objetivava converter os trabalhadores em militantes, que por meio da cultura e da leitura, despertariam o seu espírito crítico em relação ao mundo - como os *lesender Arbeiter*, idealizados pelo dramaturgo e poeta comunista Bertolt Brecht (1898 – 1956)¹² -, o que outorgaria à imprensa comunista uma função doutrinária e pedagógica”. SOUZA, Fábio da Silva. *El Machete e A Classe Operária: Op. cit.*, 2015, p. 32.

⁶²⁸ GRUPO COMUNISTA LENINE. **Nossos propósitos**. In: ABRAMO; KAREPOVS. *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2015, pp. 41-42.

e seus privilégios de classe – em primeiro lugar; e em segundo lugar, contra todos os desvios ou deformações de que a direção do Partido Comunista vem sendo, nestes últimos tempos, uma espécie de casa editora atacadista, com importação e exportação, diretas e indiretas...⁶²⁹

Importante ressaltar que o objetivo dos opositoristas não era combater o PCB, no sentido de substituir ou destruir a organização, mas sim, de reorientá-lo às premissas fundamentais lançadas por Marx, Engels e Lenin. No editorial afirmavam que o grupo: “Não visa a *combater* o Partido Comunista, porque o que urge é *reintegrá-lo* na linha que se traçou por ocasião de sua fundação, de modo que o seu rótulo vermelho passe a ser a expressão revolucionária de uma realidade”.⁶³⁰ O alvo do ataque não era o Partido em si, mas seus dirigentes.

O segundo número de *A Luta de Classe* buscou avançar no entendimento do posicionamento do GCL e de seu jornal diante do PCB. O texto intitulado, “Nossa tática para com o Partido”, é complementar ao primeiro editorial e avança no detalhamento da postura e dos objetivos do grupo:

Somos um núcleo de resistência a degenerescência burocrático-ideológica que infelizmente vem se alastrando pouco a pouco por todo o organismo da Internacional. Somos uma reação de vida, que se alimenta da seiva rica dos princípios estabelecidos pela IC nos seus quatro primeiros Congressos e que serviram de alicerce a fundação e desenvolvimento do PCB. Nada esperamos dos métodos de blefe e corrupção que reinam soberanos no Partido. (...) Continuaremos dentro do Partido, quando podermos ficar, fora dele quando excluídos – mas sempre, em qualquer emergência, ficaremos onde estiverem operários revolucionários.⁶³¹

Destacando o contexto internacional, se caracterizaram como um “grupo de resistência” à degeneração que atingia todos os partidos comunistas orientados pela IC. Contra o avanço da decomposição dos princípios revolucionários defendiam as resoluções e orientações dos quatro primeiros congressos da Internacional, aqueles que ocorreram antes da morte de Lenin e do avanço de Stalin sobre o aparelho da IC. Importante destacar que mesmo fora do partido, não tinha o objetivo de criar outro. Não almejavam substituí-lo, pois ainda apontavam o PCB como o “nosso partido”. Mesmo excluídos, se posicionavam como “fração”:

Formalmente excluídos do mecanismo administrativo-funcional do Partido, não estamos, porém, fora dele, nem quanto a sua função histórica nem quanto a sua atividade política cotidiana. Pelo contrário, com a nossa crítica severa e impessoal, rigorosamente marxista (...) estamos cada vez mais dentro dele, levando sangue novo ao seu coração, queiram ou não queiram os burocratas.⁶³²

⁶²⁹ Ibidem, p. 42.

⁶³⁰ Ibidem.

⁶³¹ GRUPO COMUNISTA LENINE. **Nossa tática para o com o Partido.** In: *A Luta de Classe*. n. 1. Rio de Janeiro. Jun. 1930, p. 1.

⁶³² Ibidem.

Ao constituir a OIE, Trotski defendeu a ideia de que era preciso lutar para que o partido se reencontrasse com a democracia e com as premissas revolucionária dos seus primeiros congressos. Mesmo fora do partido, ainda acreditava que era possível promover uma reorientação. Assim, os opositoristas se caracterizavam como “frações à esquerda”, como um grupo divergente que estava lutando para que suas críticas fossem assimiladas e o partido fosse reorientado.

Mesmo excluídos do PCB, constituindo um outro grupo, com outra direção e um jornal próprio, os opositoristas do GCL ainda se consideravam como membros do partido. Não obstante, essa caracterização enquanto fração à esquerda do PCB se revelou demasiado problemática para a atuação da organização. Afinal, como era possível levar a cabo uma atuação fracional se os membros do GCL tinham sido expulsos do partido e, de fato, já não atuavam em seu interior, estando assim incapacitados de influenciar diretamente na sua política interna?

Com efeito, eles acabaram desenvolvendo uma ação ambígua. Ao mesmo tempo em que o GCL de fato, não apresentou uma atividade fracional, esta caracterização impediu o grupo de crescer e expandir suas ações, evitando que se apresentasse como uma alternativa ao PCB. Se por um lado os opositoristas brasileiros acabaram apresentando uma política autônoma, diferenciada do PCB e exterior a este, por outro lado, eles não convocaram aqueles que permaneciam nas fileiras comunistas a abandonarem o partido, ao contrário, afirmou a necessidade dos descontentes permanecerem para lutar contra a direção que se burocratizava.⁶³³

Em outro texto, publicado no terceiro número de *A Luta de Classe*, o GCL explicitou de forma ainda mais clara qual era a sua posição diante do PCB:

Fazemos, sim, uma obra de polícia revolucionária, porque fiscalizamos e denunciemos as massas todos os erros da burocracia dirigente; porque seguramos pela goela os que tentam deformar os ensinamentos de Marx e de Lenine, porque não permitimos, como fieis interpretes desses ensinamentos, que se comentem erros políticos em seu nome: porque indicamos a classe operaria o verdadeiro caminho da organização para a luta contra a classe capitalista.⁶³⁴

Esta passagem é bastante emblemática para compreendermos como os opositoristas entendiam a relação que tinham com o Partido. A fração vinculada à Trotski acusou a direção de apresentar uma interpretação que se afastava e manipulava as concepções de Marx, Engels

⁶³³ KAREPOVS, Danis; MARQUES NETO, José Castilho; LÖWY, Michel. **Trotski e o Brasil**. In: MORAES, João Quartim de. (Org). *História do marxismo no Brasil: Os influxos teóricos*. Vol. 2. Campinas: Unicamp, 2007, p. 248.

⁶³⁴ GRUPO COMUNISTA LENINE. **Como se argumenta contra nós**. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Jul. 1930, p. 1.

e Lenin. Neste sentido, de forma sectária e quase messiânica, os oposicionistas se colocavam como os verdadeiros “apóstolos” e interpretes “fiéis” do marxismo. E enquanto legítimos herdeiros, lançavam críticas aos falsificadores, denunciando-os como deturpadores.

Os oposicionistas se dirigiam aos membros e ex-membros do partido. Aos primeiros afirmavam que era necessário permanecer e lutar contra a burocracia dirigente e aos demais lançavam a seguinte convocação: “Fora do Partido, devemos procurar nuclear todos os elementos operários que dispersaram, ou porque foram expulsos arbitrariamente do PC ou porque cansaram na luta desesperados pelo fracasso sistemático do aparelho dirigente”.⁶³⁵ Permanecia o interesse demonstrado por Pedrosa em suas cartas enviadas à Lívio de em unificar as forças oposicionistas, arregimentar os militantes e operários que dispersaram durante o processo de divergências e cisões que transcorreu entre 1928 e 1930. Buscavam convencer estes camaradas a não abandonarem a luta revolucionária: “Vinde lutar com o **Grupo Comunista Lenine**: rejeitai os agrupamentos anarquistas, socialistas democráticos, liberalizantes. O lugar de um operário revolucionário, mesmo excluído do Partido, é nas fileiras da oposição (...)”.⁶³⁶

A burocratização foi um dos temas centrais apontados pela crítica dos oposicionistas. Eles identificaram que a partir de 1929, uma hierarquização e uma centralização exacerbada se instalou no partido e as discussões foram se restringindo. O PC se dividia entre dirigentes e dirigidos. Os primeiros, sem ouvir a base operária, apenas se preocupavam em lançar palavras de ordem e resoluções, deixando os militantes sem voz:

O PC, desde princípios de 29 passou a ser orientado e dirigido por meia dúzia de “jovens” bem-intencionados, um tanto viajados e bem-falantes. Mas, esquecidos, que estavam à frente de um partido (...) entenderam de iniciar a política que denominaram centralizada; isto é, passaram a dar ordens e a despejar manifestos sem se importar com os que deviam cumprir essas ordens, na certeza de que, após um tanto de papelório despejado ao léo, todos estariam ideologicamente preparados para a revolução.⁶³⁷

A crítica lançada pelo GCL era semelhante àquela que Trotski já apontava em 1923, especialmente em o *Novo Curso*, quando denunciou o desequilíbrio entre o centralismo e a democracia. O partido fechava os espaços para discussão livre ao mesmo tempo que impunha uma disciplina mais feroz. O GCL destacava que a centralização só deveria se impor após um longo e minucioso debate teórico. Ela só poderia ser cobrada depois da discussão, e esta deveria ser totalmente livre, democrática e exaustiva, até se construir uma unidade de pensamento. “A nossa disciplina comunista é de ferro porque foi forjada na forja candente da **liberdade de**

⁶³⁵ Idem. **Nossa tática para o com o Partido**. *Op. cit.*, p. 1.

⁶³⁶ Ibidem.

⁶³⁷ GRUPO COMUNISTA LENINE. **Notas sindicais**. In: *A Luta de Classe*. n. 1. Rio de Janeiro. 8 Mai. 1930, p. 1.

opinião. Difere da católica, porque não é passiva, não humilha a personalidade, não é imposta (...).⁶³⁸ A disciplina não deveria estar vinculada ao princípio de obediência e a passividade ou a hierarquização burocrática, mas à convicção em torno das medidas que eram tomadas.

Destacaram que o que faltava ao partido era justamente o terreno propício para o debate, uma vez que a discussão havia se tornado cada vez mais rara e menos livre. Com o avançar da burocratização, o pensamento divergente passou a ser tratado como um “desvio”, automaticamente considerado contrarrevolucionário. Apontaram que ideias divergentes não poderiam ser vítimas de chantagem ou constrangimento: “Que ninguém seja mais expulso do Partido por crime de opinião. Pela democracia Interna!”⁶³⁹

O surgimento do GCL e do jornal *A Luta de Classe*, não passou despercebido pela direção do PCB. Em julho de 1930, dois números de *A Classe Operária*, apresentaram artigos sobre o surgimento da Oposição no Brasil. Os textos tinham o claro objetivo de desqualificar a ação do GCL: “Um grupo de renegados do comunismo, excluídos do nosso Partido, começaram a publicação de um jornal “A Luta de Classe”, cheio de calúnias e de raiva contra o Partido do proletariado e contra a Internacional Comunista”.⁶⁴⁰ Dessa maneira, os opositores foram acusados de atividade contrarrevolucionária, de fomentarem intrigas e desinformação entre os operários, a serviço das forças burguesas.⁶⁴¹

Apontou-se que o grupo tinha origem nos debates e discussões de 1928 e que eram “traidores” e não tinha autoridade para lançar críticas à direção do PCB. Entre os diversos adjetivos pejorativos, aquele que se destacava era a acusação de que o grupo era composto de intelectuais.⁶⁴² Por conseguinte, afirmaram que a publicação oposicionista cumpria o papel de proliferar “divagações literárias de bacharéis pedantes, que se julgam de posse do monopólio da “cultura marxista”, si não visasse, na realidade, pregar o derrotismo e a intriga na base do Partido, contra a sua direção”.⁶⁴³

⁶³⁸ Idem. **Nossa tática para o com o Partido.** *Op. cit.*, p. 1.

⁶³⁹ Ibidem.

⁶⁴⁰ BUREAU POLÍTICO DO PCB. **O trotskismo:** Aos camaradas do Partido e a todos os trabalhadores conscientes. In: CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922-1943)*. Vol. I. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 130.

⁶⁴¹ “(...) o trabalho desse grupo de renegados e a publicação dessa folha caluniadora não podem ser qualificados senão como traição completa aos trabalhadores e apoio direta à contrarrevolução”. Ibidem, p. 131.

⁶⁴² “(...) um grupo de intelectuais que, em começos de 1928, desertaram covardemente das fileiras do Partido, com mais medo da revolução que da reação”. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Caricatura de oposição.** In: *A Classe Operária*. n. 92. Rio de Janeiro, 3 jul. de 1930, p. 2.

⁶⁴³ Ibidem.

Os comunistas ainda afirmaram que esta oposição não era estranha no interior da IC, pois se tratava da versão brasileira da “oposição trotskista”.⁶⁴⁴ Desde o XV Congresso do Partido Bolchevique, o combate ao “trotskismo” se tornou uma política oficial. Assim, a fração coordenada por Trotski era rapidamente vinculada ao liquidacionismo e à contrarrevolução:

Não é por acaso que esse grupo utiliza a velha bagagem do trotskismo contrarrevolucionário que o proletariado internacional já compreendeu o que significa. Esse grupo de renegados procura utilizar o trotskismo reacionário visando desagregar as fileiras do nosso Partido. Mas engana-se, pois que o sentido reacionário do trotskismo, sua luta contra a União Soviética e a Internacional Comunista, está completamente desmascarado aos olhos do proletariado internacional, tanto mais que os trabalhadores e os chefes mais capazes que estavam nas fileiras do trotskismo o abandonaram (por exemplo, Radek, Piatakov, Smilga etc.), à medida que o trotskismo se transformava numa força nitidamente antissoviética e contrarrevolucionária.⁶⁴⁵

O discurso antitrotskista, que vinha sendo fomentado no interior da URSS desde 1924, ganhou ainda mais força após a expulsão e o exílio de Trotski. A fração stalinista movia uma campanha incessante afirmando que o líder da insurreição de outubro tinha adotado orientações anticomunistas, transformando-se num difamador do Estado proletário. Logo, a burocracia acusou os opositoristas de cúmplices da burguesia, afirmando que as críticas e denúncias lançadas eram simplesmente propaganda antissoviética. O discurso oficial dos PCs apresentava o “trotskismo” como sinônimo de contrarrevolução.

2. Os opositoristas e a luta sindical

A organização do movimento operário e os sindicatos foram pontos bastante debatidos nas primeiras edições de *A Luta de Classe*. O GCL publicou vários artigos analisando a situação das associações operárias e as condições de luta daquele período. A crítica à orientação sindical do PCB e a tática do Terceiro Período que apontava para uma suposta radicalização das massas foram temas constantes. Mas além de destacar e descrever uma série de fatos em torno da organização sindical, os opositoristas também buscaram aprofundar o debate sobre a questão, discutindo a problemática dos fatores subjetivos, da luta econômica e o conturbado tema em torno da relação entre partido e sindicatos. A organização dos trabalhadores e seus sindicatos eram temas urgentes para a nascente organização trotskista.

⁶⁴⁴ “Muito mais séria foi a oposição Trotskista, no Partido Russo, onde a luta contra esses liquidadores durou anos. Hoje, do trotskismo, restam apenas Trotsky, um grupo de intelectuais da França e os ridículos gatos pingados daqui do Brasil”. Ibidem.

⁶⁴⁵ BUREAU POLÍTICO DO PCB. **O trotskismo**: *Op. cit.*, p. 131.

Já nas primeiras duas edições, destaca-se a análise sobre as comemorações em torno do 1º de maio de 1930. Como ocorria tradicionalmente, o PCB convocou os trabalhadores para um “comício monstro” na Praça Mauá. De acordo com os oposicionistas, a atividade programada pelos comunistas resultou num grande fracasso. Além do ato reunir um pequeno grupo de operários, a ação foi vítima da polícia que invadiu a praça, agrediu os manifestantes e ainda prendeu 30 trabalhadores.⁶⁴⁶ Para os trotskistas, o malogro da ação era “resultado da política errônea, *putchista*, anticomunista da direção” do PCB.⁶⁴⁷

Um dos principais pontos contestados pela oposição foi a interpretação em torno da “radicalização das massas”. Segundo os oposicionistas, os comunistas se orientavam unicamente pelos ditames da IC e não pela realidade concreta do movimento operário nacional. Acrescentaram que esta política de radicalização se baseava numa crise revolucionária inexistente, pois era apenas um *slogan* introduzido em todos os países, independente da realidade regional. Assim, as manifestações públicas operárias não buscavam expressar as necessidades ou interesses do proletariado, mas apenas reafirmar as teses que eram lançadas pela burocracia stalinista.⁶⁴⁸ O GCL denunciou que faltou aos comunistas prepararem antecipadamente as comemorações da data e que esta deveria ter como pauta os problemas internos e não as demandas políticas exteriores. Argumentaram que o PCB estava sendo guiado exclusivamente pelo calendário e pela disciplina à Moscou.⁶⁴⁹

Os oposicionistas denunciaram que a política ultra esquerdista introduzida pela IC e seguida fielmente pelos comunistas brasileiros era inaplicável nas condições existentes. Afirmaram que ao invés de uma radicalização, o que existia de fato era a desorganização das massas. No início de 1930, diante do conturbado período eleitoral, as organizações sindicais foram novamente vítimas das forças repressivas do Estado. Assim, a realidade apontava para a ausência de uma organização da base operária nas empresas e nos sindicatos, e para a diminuição da influência comunistas nas fileiras proletárias.

⁶⁴⁶ GRUPO COMUNISTA LENINE. **O 1º de Maio e a demagogia da direção do PC.** In: *A Luta de Classe*. n. 1. Rio de Janeiro. 8 Mai. 1930, p. 1.

⁶⁴⁷ *Ibidem*.

⁶⁴⁸ “Tendo de acordo com as instruções que recebeu da direção stalinista, elaborado um plano mirabolante de “comício monstro” e comemoração “custe o que custar” deste 1º de Maio, que justificaria a “descoberta” sobre a radicalização das massas, a direção do partido, como já esperavam os que sabem ver as coisas pelo seu lado prático, não conseguiu ainda desta vez a realização de suas miragens. Para os dirigentes do PC uma demonstração pública deve realizar-se não pela necessidade que existe do proletariado demonstrar a sua consciência de classe e sim pelos simples fato de sua realização. Para eles isto basta.” *Ibidem*.

⁶⁴⁹ “Preocupando-se unicamente com o aspecto exterior da questão, a direção do PC não tem sabido preparar uma base séria para a realização das demonstrações de massas, guiando-se ora pela folhinha, ora por uma noção estreita de disciplina, segundo a qual é necessário “cumprir ordens”. *Ibidem*.

Neste cenário, argumentaram que a tática de realizar grandes ações públicas acabava cumprindo um papel contrarrevolucionário ao expor os trabalhadores à polícia: “Os nossos comunistas têm resumido sua atividade no seguinte: barulho, prisões e deportações, sem nenhum resultado prático. Obra inconscientemente policial”.⁶⁵⁰ De acordo com os oposicionistas, estas orientações radicais, que aconselhavam os operários a resistirem à polícia e a tomarem o poder, servia de combustível para a reação. Nesta perspectiva, apontaram que “A classe proletária não é composta de apóstolos ou mártires com tendências ao sacrifício pela humanidade. Todas as façanhas do PCB nestes últimos anos têm acabado na 4ª delegacia”.⁶⁵¹

O GCL argumentou que embebedos pela tese do Terceiro Período, os comunistas acreditavam na existência de uma crise revolucionária iminente e se esqueciam de realizar o trabalho mais elementar, ou seja, o trabalho de base nas fábricas e empresas. Ao contrário da “radicalização das massas”, os oposicionistas afirmaram que faltava ao proletariado brasileiro justamente o desenvolvimento do fator subjetivo:

É evidente que não havendo base séria nas empresas, nunca se conseguirá nada. Os trabalhadores só comparecem à praça pública para demonstrar a sua consciência, se esta consciência existe, isto é, se eles estão fortemente organizados sindicalmente e revolucionariamente. E o que vemos no Brasil? Um proletariado inorganizado, a ser chamado inutilmente, por muitos inadequadamente, à luta para a qual não foi preparado.⁶⁵²

Nos últimos anos da década de 1920, o PCB conseguiu criar duas federações regionais e uma confederação nacional. Parecia que o trabalho no interior do movimento operário começava a dar resultado e aumentava a influência comunista. Não obstante, na segunda metade de 1929 e 1930, o movimento sindical comunista entrou num período de estagnação e recuo: “De nada nos adiantou termos fundado sucessivas e burocráticas federações e confederações, que acabaram existindo apenas no papel, sem termos adquirido a capacidade de orientá-las e torná-las organismos em condições de defender a classe trabalhadora”.⁶⁵³

Ao comentar os resultado da criação da CGT, os oposicionistas apontaram que ela se tornou um símbolo, não do avanço das forças comunistas, mas do seu desgaste: “Essa iniciativa que devia marcar o ponto de partida de um grande trabalho, marcou justamente o inverso: o início do desbaratamento do pouco que já se havia feito”.⁶⁵⁴ Para o GCL, o principal fator que

⁶⁵⁰ Ibidem.

⁶⁵¹ Idem. **O 1º de agosto e a política dos “blefes”**. In: *A Luta de Classe*. n. 4. Rio de Janeiro. Agosto de 1930, p. 1.

⁶⁵² Idem. **O 1º de Maio e a demagogia da direção do PC**. In: *A Luta de Classe*. n. 1. Rio de Janeiro. 8 Mai. 1930, p. 1.

⁶⁵³ Idem. **A ISV e o movimento sindical revolucionário no Brasil**. In: *A Luta de Classe*. n. 4. Rio de Janeiro. Ago. 1930, p. 6.

⁶⁵⁴ Ibidem.

motivou as derrotas e a desorganização do movimento operário foi a orientação política equivocada apresentada pelo partido. Não obstante, argumentaram que a direção comunista não realizava qualquer autocrítica, buscando verificar os erros e corrigi-los, pelo contrário, apenas reafirmava as concepções em torno do avanço do proletariado em direção à revolução.⁶⁵⁵

Para o 1º de agosto de 1930, os comunistas preparam e convocaram uma nova manifestação pública. O comício foi anunciado em acordo com o calendário de manifestações da IC, que havia determinado a data como “dia da jornada internacional de luta dos explorados do mundo inteiro contra a exploração e a guerra imperialista”.⁶⁵⁶ Assim, mesmo com palavras de ordem estranhas e distantes das necessidades imediatas dos trabalhadores brasileiros, o PCB almejava mobilizar as massas e comprovar a tese da radicalização. No nº 4 de *A Luta de Classe*, os opositoristas se dedicaram a comentar sobre a manifestação. Mais uma vez, eles reafirmaram as críticas à linha ultra esquerdistas que se consolidava naquele momento, juntamente com o processo de depuração interna, resultado do “obreirismo” e do combate aos “desvios de direita”.

O artigo destacou a impertinência da convocação de uma manifestação para uma data que não era capaz de mobilizar os trabalhadores. Ora, a luta contra a guerra e o imperialismo não dizia nada aos trabalhadores sobre as suas imediatas condições de vida.⁶⁵⁷ Assim, o PCB esquecia de apresentar as demandas econômicas dos trabalhadores e importava uma palavra de ordem buscando aplicá-la mecanicamente sobre outra realidade. De acordo com o GCL, o comício estava esvaziado e os presentes pouco entendiam sobre as discussões: “os oradores do Partido não conseguiram prender a atenção dos operários, com a eterna falação sobre o imperialismo, perigo de guerra na América do Sul e etc”.⁶⁵⁸ Os trabalhadores brasileiros viviam os efeitos da crise de 1929 e da queda da produção do café, suas demandas econômicas, por

⁶⁵⁵ “Cegos de vaidade, os homens da direção chegam ao cúmulo de dizer que o 1º de maio, ao contrário de ter sido um fracasso, serviu para demonstrar que a massa está “radicalizada” e “preparada” para “a revolução agrária... que já começou!” (...) Em lugar de, à bolchevista, confessar os seus inúmeros erros e estudar as verdadeiras causas desses erros, para logo traçar uma linha justa, rigorosamente marxista, a direção trata de inverter os fatos e lança a confusão, para poder continuar a ilusão de dominar a massa do Partido, a conquistar a “fama” exigida por seu cabonitismo, e, conseqüentemente, a prejudicar o proletariado em seus interesses de classe revolucionária”. Idem. **Ainda o 1º de Maio**. In: *A Luta de Classe*. n. 2. Rio de Janeiro. Jun. 1930, p. 1.

⁶⁵⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL **Convocação**. In: *A Classe Operária*. n. 93, Segunda fase. Rio de Janeiro. 19 jul. 1930, p. 1.

⁶⁵⁷ “E essas manifestações devem ser feitas nas ocasiões propícias, quando a burguesia, com medidas reacionárias, tiver desencadeado mais fortemente o antagonismo de classe do proletariado, e não em dias convencionais, como, precisamente, o 1º de agosto, data estranha ao proletariado da América do Sul, que até hoje não sofreu diretamente os horrores da guerra nem está sob os perigos iminentes desta”. GRUPO COMUNISTA LENINE. **O 1º de agosto e a política dos “blefes”**. *Op. cit.*, p. 1.

⁶⁵⁸ Ibidem.

emprego e salários eram urgentes e capazes de mobilizar toda a classe.⁶⁵⁹ De acordo com a Oposição, o partido virava as costas para estas questões imediatas.⁶⁶⁰

Neste artigo, os oposicionistas voltaram a questionar a virada ultra esquerdista no PCB. Quando os comunistas anunciaram mudanças táticas, rompendo com a pequena-burguesia, com Prestes e aniquilando o BOC, eles afirmaram que esta era uma orientação que vinha de Moscou, mas que não significava nenhuma alteração profunda nas concepções do partido: “Afastou-se, talvez, um ou outro membro do CC, e modificou-se talvez ligeiramente a redação de alguns dos artigos que a Classe Operária vinha a muitos meses repetindo. E foi tudo”.⁶⁶¹ Apesar de se falar em mudança da linha política,⁶⁶² o GCL destacou que a consolidação das orientações do VI Congresso não representavam uma ruptura, mas a continuidade dos erros.⁶⁶³ Assinalaram que não houve nenhuma mudança real. Tratava-se de uma reorientação que tocava apenas em pontos superficiais, pois não partia de uma reavaliação da estrutura econômica brasileira.

Diante do aprofundamento da linha política do Terceiro Período, o GCL reafirmou suas críticas à utilização de palavras de ordem radicais, tais como “armai-vos e tomai o poder”.⁶⁶⁴ Apontaram ainda que estas iniciativas só poderiam ser lançadas se houvesse uma verdadeira crise revolucionária e uma possibilidade real de vitória para o proletariado. Isto exigiria um partido bem organizado, uma vanguarda de operários preparados e amplo apoio entre a base. Mas esta era uma realidade distante naquele momento, o que acabava por levar o movimento operário ao confronto direto com a polícia: “O proletariado tinha como palavra de ordem, tomar as fábricas e resistir a polícia, o que conduziria forçosamente a luta armada, do

⁶⁵⁹ “As palavras de ordem devem ser lançadas de acordo com as necessidades do momento, e não feitas a priori, copiadas de palavras de ordem lançadas na Rússia, em ocasiões e condições muito diferentes”. Ibidem, p. 3.

⁶⁶⁰ “(...) o proletariado brasileiro está a braços com problemas prementes que interessam direta e profundamente não só a vida do operário individualmente como a sua existência coletiva. Enquanto não tratar destes últimos assuntos, o PC, não mobilizará nenhuma massa”. Ibidem, p. 1.

⁶⁶¹ Ibidem.

⁶⁶² “De toda parte começaram a surgir confissões de erros da Direção do Partido, e planos mirabolantes de uma nova linha de ação”. Ibidem.

⁶⁶³ “Não houve mudança, nem poderia haver, primeiramente porque o Partido, debaixo da atual orientação da Internacional tem de continuar a errar. Desvirtuado pela burocracia dirigente, a Internacional nesses últimos anos tem se afastado completamente da linha marxista revolucionária, e baseia sua ação em falsas deduções, tais como a “radicalização” decretada para todo o mundo, mas não constatada, o socialismo num país só, e etc. Com tais descobertas ela traça para os Partido nacionais linhas que só podem ser erradas, e depois, quando os acontecimentos a forçam a ver que os resultados foram maus, responsabiliza pelos fracassos os partidos”. Ibidem.

⁶⁶⁴ “Seguindo a praxe adotada em toda Internacional de fixar de acordo com o calendário as datas de suas manifestações, o *presidium* do PCB decretou para o dia 1º de agosto uma manifestação que seria ao mesmo tempo o início da execução de seu novo programa de ação revolucionária. Alguns dias antes dessa data começou a propaganda com a distribuição de folhetos, manifestos e convites. Foram pregados cartazes pelas paredes, e pintadas a tinta vermelha palavras de ordem tais como: “Armai-vos e tomai o poder”. “A luta contra o fascismo e pela revolução!”, “Pelos conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros!” Nos manifestos aconselhava-se aos militantes a resistirem à polícia”. Ibidem.

qual um dos dois sairia vitorioso e o outro esmagado”.⁶⁶⁵ Tal orientação aparecia como uma medida suicida, semelhante ao que ocorreu na China em dezembro de 1927, quando se convocou a insurreição em Cantão.

No interior dos sindicatos, o PCB se apresentava como corrente majoritária e forjava uma crise revolucionária, um cenário que não correspondia à realidade concreta. Por sua vez, os opositoristas denunciavam este discurso fantasioso e afirmavam que as demais tendências sindicais, reformistas e anarquistas acabavam se fortalecendo. A política sectária de enfrentamento e ataque direto a estas correntes acabou por reforçar ainda mais a posição delas, pois os trabalhadores não viam com simpatias as provocações lançadas pelos comunistas.⁶⁶⁶

Nas eleições de 1930, Minervino de Oliveira que havia sido lançado como candidato à presidência pelo BOC, teve uma votação irrisória. Nesse cenário, no momento que antecedeu outubro, o PCB permaneceu isolado, enquanto a Aliança Liberal e o movimento tenentista conseguiram apoio das massas e derrubaram Washington Luiz. O que os trotskistas afirmavam era que a política sindical do PCB, que deveria ser o principal meio para atingir a classe trabalhadora havia fracassado e que no momento decisivo de 1930, os sindicatos estavam desorganizados: “Quando lhes pareceu tudo pronto para irromper a sonhada revolução “agraria e anti-imperialista” (...) Os sindicatos foram abandonados a sua sorte”.⁶⁶⁷

Logo, concluíram os opositoristas, que não era de se espantar que o proletariado “lendo os fabulosos convites do Partido e sabendo onde eles os levariam preferiam ficar como estão até encontrar outra solução melhor”.⁶⁶⁸ A política de radicalização acabou por expor os operários engajados à ação da polícia e, ao mesmo tempo que levava os trabalhadores para as prisões, ainda fazia uma verdadeira propaganda contra o comunismo, disseminando o desânimo e a desconfiança entre os trabalhadores.⁶⁶⁹

Em outro artigo, intitulado, “Notas sindicais”, os trotskistas abordaram a situação da organização operária naquele momento. Eles ressaltaram a facilidade que os agentes da repressão de Washington Luiz tiveram para fechar sindicatos, confiscar os arquivos e levar

⁶⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶⁶ “Os nossos “*leaders*” pensaram sempre que o melhor meio de conquistar a massa desses sincantos era dizer desaforos aos seus chefes, taxa-los de traidores, etc., sem se preocupar com fazer despertar na base o espírito e a consciência de classe (...)”. Idem. **A ISV e o movimento sindical revolucionário no Brasil**. *Op. cit.*, p. 6.

⁶⁶⁷ Idem. **Notas sindicais**. In: *A Luta de Classe*. n. 1. Rio de Janeiro. 8 de maio de 1930, p. 1.

⁶⁶⁸ Idem. **O 1º de agosto e a política dos “blefes”**. *Op. cit.*, p. 3.

⁶⁶⁹ Quer conhecer os índices da nossa influência progressiva no seio da massa? Pois leia: nas eleições para intendentess de 1928 cerca de quatro mil indivíduos votaram nos nossos candidatos. Nas eleições de 1930 que foram duas, obtivemos na 1ª, 534 votos e na 2ª, 162. Eis a que se reduz a nossa influência política no seio da massa, na capital do país. Em matéria sindical a coisa é pior. Presentemente temos: 0, mais 0, mais 0 igual a 0”. Idem. **A ISV e o movimento sindical revolucionário no Brasil**. *Op. cit.*, p. 6.

militantes e operários às prisões. É importante destacar que em março de 1930 se realizaram as eleições presidenciais e diante da instabilidade política, a classe dominante recorreu a uma forte reação contra as associações operárias. Assim, no período que antecedeu as eleições, diversos sindicatos foram invadidos e impedidos de funcionar; o sindicato dos gráficos, dos alfaiates, dos tecelões, o Centro Cosmopolita, foram apenas algumas das organizações fechadas.

De acordo com os opositores, a repressão havia triunfado sobre as organizações operárias e os sindicatos revolucionários se encontravam totalmente desorganizados. Não obstante, argumentaram que a ação repressiva teve seu trabalho facilitado pelos próprios comunistas, que devido a inexperiência não souberam trabalhar de forma a conciliar a ação legal e clandestina. Manifestações públicas e a utilização de palavras de ordem radicais levaram o temor à burguesia, que reagiu com força policial dissolvendo as associações operárias e perseguindo militantes e operários. Nesse sentido, o GCL destacou que o discurso ultra esquerdista da direção comunista fomentou a ação repressiva e, quando a ação policial veio à tona, os sindicatos estavam expostos e desprotegidos.

Quando lhes pareceu tudo pronto para irromper a sonhada revolução “agraria e anti-imperialista”, veio em cima a reação e pôs em evidencia toda a incapacidade dos encenadores da imaginária aventura. Os sindicatos foram abandonados a sua sorte, enquanto o grupelho que há de tornar célebre pela imensa quantidade de mançadas cometidas, procurava compreender aquilo que suas mentalidades ainda não conseguiam discernir.⁶⁷⁰

A grande crítica da Oposição era a de que a política desenvolvida pelos comunistas havia contribuído para o esfacelamento dos sindicatos. Nestas condições, o patronato havia encontrado as melhores condições para aumentar a exploração sobre os trabalhadores. Afinal, a crise econômica somada a ausência de associações operárias deixava o terreno livre para a burguesia aumentar a taxa de mais valia absoluta. Por sua vez, os opositores argumentaram que tal situação era propícia para uma rápida reorganização do movimento operário.⁶⁷¹

Desvelando o clima de entusiasmo e otimismo lançado pelos comunistas, o GCL apontou que o movimento operário não estava em condições de preparar um levante e que, a tarefa imediata não era a de preparar uma insurreição, mas a de analisar as razões para a não consolidação do movimento sindical revolucionário no país. Ao invés de mistificar a realidade,

⁶⁷⁰ Ibidem.

⁶⁷¹ “Apavorada com a histeria “revolucionária” do grupo de “iluminados” que dirige o PC, a polícia vem efetuando prisões a torto e a direitos, não só encarcerando, mas espancando e maltratando por todos os meios os militantes operários. Martírio inútil a que pela direção do Partido são submetidos esses companheiros, porque na realidade nada existe, mesmo do ponto de vista burguês, que o justifique. (...) a onda de violência contra os trabalhadores não está decorrendo de uma ação revolucionária justa, de um só fato real palpável, mas do medo (somente medo) que a burguesia inspira as bochechas dos nossos dirigentes, quando se enchem de “vento revolucionário”. Idem. **Como combater a reação.** In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Julho de 1930, p. 3.

era necessário rediscutir sua organização, apontar suas fraquezas e falhas: “Mas esse trabalho não se fará, aqui, com a atual direção. Ela não tem a hombridade de confessar seus erros e arcar com as responsabilidades da derrocada que sofremos (...)”.⁶⁷² Em uma interessante passagem, buscaram resumir o problema da política sindical realizada pelo PCB e destacaram o predomínio da política e o menosprezo pela luta econômica e pela organização da base operária:

O fracasso da política sindical é fruto da mentalidade predominante na direção do partido a partir do III Congresso. De lá para cá não se fez outra coisa senão inutilizar todo o trabalho já feito nas organizações sindicais de classe, num trabalho sistematizado de desprestígio dos militantes sindicais, de abandono das organizações, porque a maioria absoluta do *Presidium* e os “*leaders*” da juventude entendiam que o trabalho de organização de massas devia ser relegado para... depois da revolução. Para eles a ação “política” era tudo.⁶⁷³

No texto intitulado “Marx e a questão sindical”, publicado no segundo número de *A Luta de Classe*, o GCL buscou desenvolver melhor esta problemática em torno da relação entre a luta política e econômica e a relação entre partido e sindicato. Assim, buscaram se apoiar em algumas citações de Marx.⁶⁷⁴ O artigo apresentou uma longa passagem da *Resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre os sindicatos*, na qual Marx lançou um olhar mais atento sobre a questão sindical. Neste documento, encontramos uma análise sobre o passado, o presente e o futuro das associações operárias.

Sobre o passado, afirmou que apesar de suas limitações, os sindicatos se revelaram como centros organizativos do proletariado e, nesse sentido, eram indispensáveis na luta para a emancipação dos trabalhadores. No momento presente, considerou que eles se ocupavam quase que exclusivamente das lutas locais e imediatas e se mantinham distantes das questões políticas, não participando de movimento políticos. E sobre o futuro destas organizações, evidenciou que tinham a tarefa de lutar pela emancipação radical, ou seja, “em lugar de se circunscreverem a limites estreitos e egoístas, seu objetivo tende à emancipação de milhões de proletários”.⁶⁷⁵

Nesta perspectiva, os opositoristas apontaram que o PCB não compreendia a relação entre partido e sindicato e, apresentara uma concepção estreitamente instrumentalizada das associações operárias. Por conseguinte, a partir da análise da resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), criticaram o fato do PCB insistir em utilizar da estrutura

⁶⁷² Idem. *A ISV e o movimento sindical revolucionário no Brasil*. *Op. cit.*, p. 6.

⁶⁷³ Ibidem.

⁶⁷⁴ “Hoje, mais do que nunca, é necessário voltar-se continuamente as fontes diretas do marxismo, para repor as questões mais importantes da luta política do proletariado nos seus devidos termos – nos termos mesmos em que a puseram Marx, Engels e Lenin”. Idem. *Marx e a questão sindical*. In: *A Luta de Classe*. n. 2. Rio de Janeiro. Jun. 1930, p. 2.

⁶⁷⁵ ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES. *Resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre os sindicatos*. In: AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sudermann, 2008, p. 91-92.

sindical para alcançar seus interesses partidários.⁶⁷⁶ Eles reafirmaram as críticas que Joaquim Barbosa e João da Costa Pimenta haviam feito em 1928, de que o partido transformara os sindicatos em instrumento político.⁶⁷⁷ Em outra passagem, desenvolveram esta crítica, caracterizando a política do PCB como próxima da corrente de Lassalle, uma vez que determinava a completa submissão dos órgãos operários aos interesses do partido:

Atualmente, porém, campeia nas esferas burocráticas da IC uma tendência a deformar esta concepção, caíndo-se no exagero oposto do sindicalismo, (caso do Brasil) isto é, - no lassallianismo, - procurando substituir-se a ligação orgânica, por assim dizer, subterrânea, dos diferentes membros da classe, - sindicato e partido – preconizada por Marx e restaurada por Lenine, por uma hierarquia burocrática dos aparelhos dirigentes, o sindicato direta e automaticamente subordinado ao partido.⁶⁷⁸

Desta maneira, estabeleceu-se que a relação do partido com os sindicatos não poderia se basear na submissão hierárquica e burocrática do segundo pelo primeiro. Os sindicatos, enquanto órgãos que expressavam a luta imediata dos trabalhadores, não poderiam se submeter às demandas do partido. Não obstante, as organizações não poderiam estar totalmente desvinculados, separados, como pensavam os adeptos do sindicalismo: De acordo com os opositoristas, a concepção marxiana pressupõe uma relação dialética e recíproca entre o partido, os sindicatos e os trabalhadores. “Nem, pois a negação mecânica de toda ligação entre o partido e o sindicato, como querem os sindicalistas nem o predomínio automático e formal do partido diretamente sobre o sindicato, como o estão querendo os burocratas”.⁶⁷⁹

Os opositoristas acusaram a direção comunista de transformar os sindicatos em apêndices do PCB, instrumentos para sua propaganda e de combate às demais tendências. Dessa forma, as reuniões sindicais se transformavam em palanque para a direção divulgar suas palavras de ordem radicais e, atacar e provocar adversários, o que deixava a classe operária desamparada e desinteressada. Ora, o partido não devia se inserir nos sindicatos para apresentar

⁶⁷⁶ “Marx lançou estas críticas contra o trade-unionismo e contra o lassalianismo, isto é, contra a forma puramente política da luta de proletária. Tendência esta, aliás que hoje infelizmente está tomando um grande incremento dentro da IC, e particularmente do nosso partido!”. GRUPO COMUNISTA LENINE. **Marx e a questão sindical**. *Op. cit.*, p. 2.

⁶⁷⁷ “O nosso partido impunha por uma hierarquia burocrática a sua vontade nos sindicatos e por esta predominância fazia o alarde o mais estéril e contraproducente. (...) Em nada adiantava para a organização sindical e para o partido proclamar-se quixotesicamente nos comícios de 1º de maio que a Federação é obra do Partido, que todos os sindicatos são comunistas. (...) Estas asserções, que em nada contribuem para a educação revolucionária, servem unicamente para o aparelho policial da burguesia cair rigidamente sobre os sindicatos, impedindo a luta organizada pelas reivindicações imediatas dos trabalhadores, transformando toda luta contra a classe operária num simples episódio de perseguição aos comunistas. Esta diretriz não serve para fortalecer os sindicatos nem aproximá-los do Partido. É uma simples provocação que, ao contrário, serve para afastar o partido cada vez mais das massas operárias”. Idem. **Provocação e clandestinidade**. In: *A Luta de Classe*. n. 4. Rio de Janeiro. Ago. 1930, p. 3.

⁶⁷⁸ Idem. **Marx e a questão sindical**. *Op. cit.*, p. 2.

⁶⁷⁹ *Ibidem*.

suas demandas e suas disputas políticas, mas para orientar a própria luta econômica dos trabalhadores e fazê-la avançar:

O Partido deve, porém, aparecer nesta luta, pela sua experiência acumulada, como o guia mais seguro dos operários e pela justeza das suas palavras de ordem e de sua diretriz, arrastar as massas operárias para dentro dos seus sindicatos, porque si o Partido representa a minoria revolucionária consciente, os sindicatos são, na fórmula de Marx “escolas de socialismo” em que os operários tem permanentemente a luta diante dos olhos e tornam-se socialistas sem o saber.⁶⁸⁰

De acordo com a GCL, os sindicatos eram órgãos de frente única da classe operária e os interesses imediatos dos trabalhadores deveriam ser colocados em primeiro lugar, sem a subordinação aos interesses político-táticos ou ideológicos dessas organizações a qualquer partido. A luta nos sindicatos pelas reivindicações econômicas mais imediatas não deveria ser menosprezada pelo partido. “É preciso convencer os trabalhadores de que os sindicatos não são organizações exclusivamente políticas, mas sim, e em primeiro lugar, organismos de luta econômica dos operários que se colocam no terreno da luta de classe”.⁶⁸¹ Os comunistas não poderiam simplesmente apontar estas demandas como reformistas e insuficientes, pelo contrário, deveriam tomá-las como o ponto de partida necessário para o desenvolvimento da luta de classe.⁶⁸² O antagonismo entre capital e trabalho aparece de forma mais clara nas demandas econômicas e era a partir destas que o partido deveria fazer avançar o conflito, trazendo à superfície todo o cenário irreconciliável da luta entre capital e trabalho.

Com efeito, o GCL também criticou a vertente sindicalista que afirmava que as associações operárias não deveriam apresentar qualquer demanda política, permanecendo no terreno exclusivamente econômico.⁶⁸³ Tal concepção apontava que os partidos não poderiam atuar junto dos sindicatos, pois estes deveriam defender apenas as demandas imediatas dos trabalhadores, reivindicações exclusivamente econômicas e nunca políticas. Discordando deste entendimento, o GCL elucidou que era preciso seguir um desenvolvimento dialético, partindo das lutas imediatas para se chegar as mais concretas, quer dizer, partir das reivindicações econômicas para se alcançar as políticas.

Por fim, também destacaram a necessidade de um trabalho contínuo de educação revolucionária. O partido deveria confiar menos na “radicalização” espontânea das massas e

⁶⁸⁰ Idem. **Provocação e clandestinidade**. *Op. cit.*, p. 3.

⁶⁸¹ Idem. **Notas sindicais**. *Op. cit.*, p. 1.

⁶⁸² “E o melhor meio de se preparar militantes capazes e massas combativas é levar os sindicatos à luta, periodicamente, pelas reivindicações de melhorias econômicas, pois só na prática os operários se convencerão mais facilmente da inevitabilidade de se transformar a luta econômica em luta política”. *Ibidem*, p. 3.

⁶⁸³ “Isto é a resposta de Marx aos sindicalistas puro-sangue que tem as vezes o topete de invocar Marx em apoio do seu sindicalismo sem cor política nem cheiro de classe”. Idem. **Marx e a questão sindical**. *Op. cit.*, p. 2.

trabalhar para desenvolver os fatores subjetivos, fazendo avançar a consciência de classe, expondo aos operários por meio da luta sindical, todo o processo produtivo ao qual eles estão submetidos.⁶⁸⁴ Acrescentaram que a educação política da classe operária estava muito atrasada. Consideravam que havia uma evidente insuficiência no desenvolvimento da consciência de classe entre os operários, que estes não compreendiam que o papel político que poderiam e deveriam desempenhar na luta por seus interesses de classe.⁶⁸⁵

Para os oposicionistas, a luta sindical cumpria um papel fundamental no desenvolvimento da consciência de classe. Assim, o partido deveria atuar junto aos sindicatos defendendo as reivindicações mais imediatas dos trabalhadores, mas buscando superá-las, pois compreendiam que era a partir das lutas econômicas, por meio greve, no processo dialético da luta de classe, que se avançaria na conscientização e, assim, as tarefas políticas entrariam na ordem do dia: “Só no curso desta luta; pela acentuação dos antagonismos de classe, é que as massas operárias alcançam a compreensão do seu interesse vital – a revolução – e o papel do Partido como guia revolucionário de sua classe”.⁶⁸⁶

Em seu curto período de existência, os membros do GCL buscaram se aproximar dos sindicatos, especialmente daqueles dominados pelos comunistas. O objetivo era denunciar a direção, a fim de reorientar a sua política sindical. Não obstante, só conseguiram ser bem-sucedidos junto aos trabalhadores gráficos. Nesse processo, foi fundamental a participação de João da Costa Pimenta, que havia rompido com o PCB em 1929, e naquele período, havia se aproximado das teses oposicionistas atuando junto ao GCL.

Assim, no campo sindical, a principal tarefa que se colocava de forma mais imediata aos trotskistas era a reorganização da UTG que havia sido fechada pelas forças repressivas no início de 1930. Assim, sob a liderança de João da Costa Pimenta, se trabalhou pela reestruturação do sindicato e uma Junta Governativa foi eleita para desempenhar esta tarefa. Em seu segundo número, *A Luta de Classe* anunciava que “a nova direção do órgão União dos Trabalhadores Gráficos, assim como a do sindicato, está sendo guiada de maneira a retomar a atividade que antes tinha e que tantas vitórias conquistou para a corporação”.⁶⁸⁷

⁶⁸⁴ “A experiência nos tem demonstrado inúmeras vezes que nós nos descuidamos, pois não procuramos interessar os operários na luta em que estamos empenhados. Confiamos demasiadamente na tradição revolucionária das massas e muito poucas vezes nos lembramos de pôr à prova a sua capacidade. E é disto que ela mais precisa, de adestramento, treino, educação revolucionária”. Idem. **Notas sindicais**. *Op. cit.*, p. 3.

⁶⁸⁵ “Os que militam nos sindicatos, aqueles que vivem em contato com a grande massa nas empresas podem atestar da pobreza ideológica do nosso proletariado urbano, ignorante na sua quase totalidade do papel que representa na sociedade e sem espírito de classe”. Idem. **A ISV e o movimento sindical revolucionário no Brasil**. *Op. cit.*, p. 6.

⁶⁸⁶ Idem. **Provocação e clandestinidade**. *Op. cit.*, p. 3.

⁶⁸⁷ Idem. **U.T.G.** In: *A Luta de Classe*. n. 2. Rio de Janeiro. Jun. 1930, p. 2.

Durante os meses de maio e junho a Junta realizou uma série de reuniões a fim de avaliar a situação dos trabalhadores e do sindicato com o intuito de apresentar “um plano de trabalho tendente a reerguer essa associação”.⁶⁸⁸ De maneira geral, as principais atividades da UTG, nesse primeiro momento, seriam para fortalecer o sindicato, visando a agitação e propaganda e o recrutamento de membros.

Com efeito, uma das principais tarefas que se apresentava era a de retomar a publicação do jornal sindical *A Voz do Gráfico*. E para reconquistar os membros afastados dos sindicatos, se concedeu anistia de mensalidade aqueles que tinham mais de três em atraso. Realizou-se ainda diversas atividades buscando aproximar e cadastrar novos membros, fazendo com que os trabalhadores voltassem a confiar na sua associação de classe.

A UTG sob a liderança de João da Costa Pimenta buscava se reaproximar dos trabalhadores, atuar na defesa dos seus direitos e representar os seus interesses mais imediatos.⁶⁸⁹ Um dos pontos elucidados em *A Luta de Classe* foi a defesa que a UTG fez da lei de descanso dominical, antiga reivindicação dos trabalhadores gráficos.⁶⁹⁰ Também se enfatizou que o sindicato atuaria no sentido de auxiliar todos “aqueles que tem “casos” de Lei de Férias dependentes do Conselho Nacional do Trabalho”.⁶⁹¹ Ambas reivindicações apresentavam um caráter reformista que buscava apenas impor limites ao grau de exploração da mão de obra operária. A luta pelo cumprimento e ampliação das leis sociais que buscavam regular a relação entre capital e trabalho eram medidas de caráter político, mas que não tocavam diretamente no sistema. Contudo, era a partir destas medidas que se almejava poder elevar a consciência dos trabalhadores, revelando os limites destas reivindicações parciais.

2.1 A Luta de Classe discute o cenário nacional e internacional

Foi nas páginas de *A Luta de Classe*, que o GCL lançou as primeiras críticas à interpretação comunista da estrutura econômico social do Brasil. Tratava-se de uma análise ainda em desenvolvimento, mas que já mostrava alguns traços essenciais. Segundo os opositoristas, a “linha” ultra esquerdista adotada pelo PCB, mantinha em sua base a concepção de que o Brasil era um país agrário e que, portanto, o caráter da revolução brasileira era

⁶⁸⁸ Ibidem, p. 3.

⁶⁸⁹ “(...) a Junta Governativa que está a frente da União, procura, cada vez mais, reconduzir esse organismo de classe pelo seu verdadeiro caminho: o da luta intransigente em defesa dos interesses e direitos dos seus associados”. Ibidem, p. 2.

⁶⁹⁰ Ibidem.

⁶⁹¹ Ibidem, p. 3.

democrático-burguesa, antifeudal e anti-imperialista. O GCL denunciava que mesmo com palavras de ordem radicais, o elemento central da teoria revolucionária comunista sobre a revolução brasileira permanecia inalterado. Assim, destacaram desde o primeiro editorial que tinham o objetivo de mostrar:

(...) a diferença fundamental que existe entre a concepção “retalhista” de Revolução (por etapas ou a prestações) e a verdadeira concepção marxista do desenvolvimento histórico, segundo a qual os acontecimentos se interdependem dialeticamente, marchando com o ritmo que lhes é próprio e não dando jamais a possibilidade de uma classe *resolver* os problemas da outra.⁶⁹²

A crítica à concepção de uma revolução em “etapas” ou em “retalhos”, como falavam os opositoristas, se tornou a principal contestação teórica lançada pelo GCL. Para o grupo, a teoria da revolução democrático-burguesa se mostrava contrarrevolucionária, pois mistificava a realidade econômico-social ao apontar que a contradição fundamental era entre o campo e a cidade, ou melhor, entre os fazendeiros de café e a burguesia industrial.

Tal concepção encobria o antagonismo entre capital e trabalho e não tinha como objetivo o combate à burguesia, mas o seu desenvolvimento, a sua ampliação mediante o incentivo a uma lógica industrializante. Assim, o proletariado era deslocado do centro da luta revolucionária:

Como se sabe, tem-se pretendido vulgarizar a ideia abstrata de que o proletariado *primeiro* deve resolver os *problemas nacionais* da burguesia, para *depois* realizar a obra de sua libertação! A outra coisa, senão à traição mais evidente dos interesses vitais da classe operária, não podia conduzir a concepção estreitíssima de que Revolução deva ser feita a *retalhos*.⁶⁹³

De acordo com a teoria da “revolução em retalhos” as tarefas socialistas não poderiam se realizar, pois não havia ainda condições objetivas para o seu desenvolvimento. Desde às intervenções de Trotski sobre a Revolução Chinesa, esta era uma das principais críticas desenvolvidas pela OE, que contestava esta interpretação “menchevista” dos países de capitalismo retardatário.

Os opositoristas lançaram sucessivas críticas à teoria da revolução democrático-burguesa. Afirmaram que mesmo diante dos desastres da experiência chinesa entre 1925-1927, a “ideologia kuomintanguista” persistia sendo aplicada nos países coloniais e semicoloniais. Criticavam a interpretação do PCB sobre a atuação do imperialismo na economia nacional: “O imperialismo vai assim servir para apagar a luta de classes e mobilizar o proletariado indígena

⁶⁹² Idem. **Nossos propósitos**. *Op. cit.*, p. 43.

⁶⁹³ Ibidem.

a serviço da própria burguesia nacional”.⁶⁹⁴ Esta interpretação questionava a tese de Brandão que partia do pressuposto de que o setor agrário era apoiado pelos investimentos ingleses, enquanto que o setor urbano-industrial estava atrelado ao capital norte-americano⁶⁹⁵ e que ambos impediam o florescimento de uma indústria autônoma e nacional. Os opositoristas questionavam: “Onde está a precisão marxista? A ideia abstrata da opressão nacional é a base do pior confucionismo. (...) A ideologia “anti-imperialista” concebe o jugo do imperialismo como uma ação mecânica, única sobre as classes das colônias”.⁶⁹⁶ Nessa perspectiva, denunciaram que a concepção em torno de um antagonismo entre o capital internacional e nacional era a base teórica que sustentava a tática da revolução democrático-burguesa:

A oposição comunista nas discussões sobre a revolução chinesa, denunciou esse erro grosseiro e, via-se logo, fatal. A luta revolucionária contra o imperialismo não cria uma coesão de classe na colônia, mas é, ao contrário, fator de diferenciação política. A força do imperialismo reside na ligação econômica e política do capital estrangeiro com a burguesia indígena.⁶⁹⁷

Para os opositoristas não havia oposição entre a burguesia nacional e a internacional, mas apenas conciliação. Não havia um interesse dos capitalistas nacionais em combater os investimentos e financiamentos do capital imperialista. Assim, criticavam a direção do PCB que a partir desta teoria de combate ao “imperialismo” acabava por aproximar os comunistas da burguesia nacional, apresentando-a como interessada e possível aliada na luta pelo desenvolvimento nacional. Tal concepção, extinguiu o conflito entre capital e trabalho e apresentava o capital internacional como o grande adversário a ser combatido. Não obstante, estes primeiros artigos publicados pelo GCL representaram apenas o início do desenvolvimento de uma crítica que se aperfeiçoou nos anos seguintes.

Ainda sobre a política nacional, o GCL não deixou de se posicionar sobre a espinhosa questão em torno de Luiz Carlos Prestes. Já no primeiro número de *A Luta de Classe*, publicaram o artigo intitulado, “Cavaleiro da esperança... da burguesia ou militante comunista?”. Importante observar que este texto antecedeu a publicação do “Manifesto de maio” de Prestes. No artigo, os opositoristas enfatizaram que havia se criado uma mística em torno do nome de Prestes. Principalmente a partir das ações da Coluna, percorrendo o interior

⁶⁹⁴ Idem. **A ideologia “Kuomintangista” e as Ligas anti-imperialistas**. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Jul. 1930, p. 1.

⁶⁹⁵ “É preciso abandonar o simplismo ridículo das teses do 3º Congresso do PC, quando se referem ao imperialismo inglês cavalgando a burguesia agrária e feudal de São Paulo em oposição ao “jovem e irresistível imperialismo rival Yankees”. Idem. **A última agitação política e as novas posições do imperialismo**. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Jul. 1930, p. 2

⁶⁹⁶ Ibidem.

⁶⁹⁷ Ibidem.

do país, o tenente apareceu nas publicações burguesas e até comunistas, como um nome envolto de simbologia que encontrou sua expressão no título de “Cavaleiro da Esperança”.

Nesta perspectiva, diversos partidos que faziam oposição à burguesia cafeeira encontraram na figura de Prestes, um símbolo que gostariam de atrair para angariar apoio das massas. Como a ideologia e o programa do tenentismo era demasiado genérico, ele passou a atrair diferentes grupos: “Todos faziam do Chefe da Coluna Prestes a menina política dos seus olhos”.⁶⁹⁸ Não apenas o PCB, mas também os liberais, realizaram reuniões e encontros com o líder tenentista, sempre em busca de um acordo político.⁶⁹⁹

Assim, os opositoristas estavam interessados em desvelar quem era Prestes e qual a classe que ele representava. Apontaram que o tenente tinha um programa eclético e não assumia nenhuma posição de classe, buscava aparecer apenas como um indivíduo interessado numa reforma social e moral.⁷⁰⁰ Buscando determinar a quem servia o programa tenentista, os opositoristas apontaram que Prestes “não é membro de nenhuma classe: não faz parte integrante nem da grande, nem da pequena burguesia. É um componente do Estado. Serve aos interesses das classes dominantes, sejam quais forem, que detenham as rédeas do governo”.⁷⁰¹ Ao contrário da interpretação dos comunistas, que apontavam Prestes como um líder da pequena-burguesia revolucionária, os trotskistas afirmavam que seu discurso e seu programa o colocavam “acima das classes sociais”, mas sempre servindo às classes dominantes e em busca do controle do Estado. Por conseguinte, concluíram que o chefe militar da coluna se apresentava como “uma individualidade, um general de mão no punho da espada, à espera do momento próprio a ação... bonapartista”.⁷⁰²

Os membros do GCL foram os primeiros a trazerem para o marxismo brasileiro a leitura de “O 18 Brumário de Louis Bonaparte” de Marx. Assim, introduziram no vocabulário marxista brasileiro o conceito de “bonapartismo”. Para os trotskistas, Prestes vinha apresentando as características de um Napoleão. Uma figura com carreira militar reconhecida, que se apresentava como indivíduo acima das classes e que poderia ser ao mesmo tempo

⁶⁹⁸ Idem. **Cavaleiro da Esperança... da burguesia ou militante comunista.** In: A Luta de Classe. n. 1. Rio de Janeiro. 8 Mai. 1930, p. 1.

⁶⁹⁹ “Durante muito tempo ela [a direção do PCB] traçou a linha política do Partido em torno da pessoa do “cavaleiro da esperança”. E era de ver quem – dos partidos burgueses ao PC – se enfeitava com as misangas mais cativas e as cores mais sedutoras para conquistar o “general” Carlos Prestes.” Ibidem.

⁷⁰⁰ “Mas quem é afinal esse fabuloso “general” L. Carlos Prestes? Para nós – comunistas – é apenas um nome individual. E nós não fazemos política com um indivíduo por maior que seja. A nossa política é com as massas. E os indivíduos só valem politicamente na medida em que são as direções representantes de uma classe, de um partido. Carlos Prestes não é nada disso.” Ibidem.

⁷⁰¹ Ibidem.

⁷⁰² Ibidem.

aclamado pelas massas e apoiado pela burguesia.⁷⁰³ Se assumisse o controle do Estado não tocaria na lógica estrutural de produção, garantindo o domínio do capital e ainda apareceria como o benfeitor das classes baixas e médias.

Três semanas após a publicação deste texto em *A Luta de Classe*, Prestes lançou o seu “Manifesto de maio”, no qual buscou uma aproximação com a classe trabalhadora e com o PCB, e ainda apresentou uma série de críticas ao tenentismo, especialmente aos seus ex-companheiros que estavam apoiando a Aliança Liberal. Diante da nova manifestação de Prestes, o GCL apresentou um novo texto, no qual já se nota mudanças importante na avaliação político-ideológica do tenentista.

A interpretação de que Prestes era um potencial candidato à Bonaparte foi deixada de lado. Em “O que dá e o que esconde o manifesto do camarada Prestes”⁷⁰⁴, os opositoristas afirmaram que o Manifesto apresentava um enorme esforço do ex-chefe da coluna em se definir politicamente e que, por isso, representava um importante passo à frente. Ressaltaram que Prestes havia abandonado o discurso bonapartista e buscou definir seu posicionamento de classe, se colocando ao lado das massas populares, o que o afastou dos liberais e levou ao rompimento com os demais líderes tenentistas.

Sobre a interpretação econômica e social que o Manifesto apresentava sobre o Brasil, os opositoristas apontaram que era muito similar àquela apresentada e defendida por Brandão: “parece até um decalque do Agrarismo e Industrialismo”.⁷⁰⁵ Prestes reproduziu a perspectiva dualista, enfatizou que o Brasil era um país agrário e feudal, dominado pelo latifúndio e pelo imperialismo e que lutava pela independência nacional. A principal crítica lançada em *A Luta de Classe* é que Prestes também subestimou a luta entre capital e trabalho, menosprezou o desenvolvimento da classe operária, das forças burguesas e do próprio capitalismo:

Dessa análise é que parte o manifesto para declarar uma luta de morte, total, contra – nomeadamente – os senhores da terra, fazendeiros, contra a burguesia agrária, vulgo feudal, e contra o imperialismo. E é aqui que se revela em toda a sua gravidade, a grande omissão sintomática do manifesto. (...) queremos nos referir a completa ausência de referência á burguesia nacional das grandes cidades, a burguesia industrial, a grande burguesia comercial e bancaria, que se nota no manifesto. Será possível que o autor do manifesto negue a existência dessa burguesia?⁷⁰⁶

⁷⁰³ “Há vários anos que está no exílio, e até hoje ninguém sabe ao certo a posição política que ocupa. (...) Não se conhece ato político seu, que o defina. Será que o “general” tem medo de perder a popularidade alijando as simpatias quem conta em grande parte da burguesia liberal?”. Ibidem.

⁷⁰⁴ Idem. **O que dá e o que esconde o manifesto do camarada Prestes.** In: *A Luta de Classe*. n. 2. Rio de Janeiro. Jun. 1930, p. 4.

⁷⁰⁵ Ibidem.

⁷⁰⁶ Ibidem.

Para os opositoristas brasileiros, Prestes reproduzia os mesmos erros que o PCB. Eles apontaram uma confluência entre a concepção pecebista e a do tenente. Por conseguinte, assinalaram que o programa apresentado no “Manifesto de maio” era radical quando se dirigia contra as estruturas “feudais” e contra o imperialismo, mas era conservador quando apresentava as reivindicações dos trabalhadores: “E nem uma palavra sobre o programa verdadeiramente proletário-socialista. (...) A desproporção entre os dois programas é assim evidente. Ao proletariado urbano cabe assim no final do movimento um quinhão de parente pobre”.⁷⁰⁷ A crítica era a de que a estratégia de Prestes não garantia aos trabalhadores uma política de independência de classe. Os operários estavam a reboque da burguesia porque a perspectiva não era socialista, mas capitalista.⁷⁰⁸

Ao receberem o Manifesto de Prestes, a direção do PCB o acusou de negar a hegemonia do proletariado na revolução vindoura e de não reconhecer o papel do partido como direção, mas não questionou a interpretação econômica e o programa. Por sua vez, o GCL destacou que os comunistas e Prestes apresentavam a mesma estratégia menchevique, ressuscitada por Stalin, da revolução em etapas. Por conseguinte, denunciaram que, ao subestimarem o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ambos camuflavam a luta de classe e adiavam as tarefas propriamente socialistas para um futuro indefinido.

Em *A Luta de Classe* nº 4, os opositoristas publicaram mais um artigo sobre Prestes. Nesta edição a discussão girou em torno do lançamento da Liga de ação revolucionária (LAR). A liga era uma tentativa de Prestes romper o isolamento e, segundo o mesmo, era um órgão técnico-militar para auxiliar os comunistas no processo revolucionário. De acordo com a publicação do GCL esta nova empreitada do “cavaleiro da esperança” era uma organização cujos caracteres ainda não estavam claramente definidos, mas apresentava uma tendência a se transformar numa ampla frente nacionalista, uma nova versão do Kuomintang.⁷⁰⁹

Em uma entrevista à Carone, Prestes afirmou que apesar de ter desde o início se posicionado ao lado de Stalin e do PCB nas polêmicas acerca da condução da revolução soviética e mundial, a construção da LAR foi uma influência dos trotskistas:

Eu não admitia a crítica a Stalin, porque eu achava que Stalin era realmente o homem que tinha conseguido iniciar a construção do plano... e concordava

⁷⁰⁷ Ibidem.

⁷⁰⁸ “(...) o que se tende (embora inconscientemente) é – para a formação de um capitalismo nacional, tendo por base no campo a pequena propriedade ao lado das grandes empresas agrícolas, e na cidade, a burguesia industrial, senhora do governo, sob a forma política democrática... ou fascista”. Ibidem.

⁷⁰⁹ “Por enquanto, ninguém pode garantir que ela não seja de fato ou não transforme em um simples partido político, no caráter dessas múltiplas variações de Kuomintang, que proliferam hoje por volta da IC, como cogumelos do stalinismo”. Idem. “**Liga**” ou “**Partido**”. In: *A Luta de Classe*. n. 4. Rio de Janeiro. Ago. 1930, p. 1.

com as posições dos documentos do Partido Comunista da União Soviética. Mas eles (os trotskistas influíram numa coisa... no Manifesto da Liga de Ação Revolucionária tem uma palavra de ordem que não era da *Comintern*, era dos trotskistas: era o *poder ao governo proletário, governo proletário*.⁷¹⁰

A LAR não obteve o sucesso almejado por Prestes e pereceu depois de poucos meses. Assim, para tentar eximir-se da culpa, apresentou esta versão que identificava a LAR com o trotskismo. Pedrosa também comentou sobre a Liga e sobre a posição dos trotskistas, em entrevista ele afirmou:

Eu era contrário a que ele fizesse um partido independente. Isso iria prejudicar profundamente o Partido Comunista, pois com seu enorme prestígio iria arrastar muita gente. O PC era um partido novo ainda, sem grande expressão, a não ser nos meios operários mais adiantados. Opunha-se àquela ideia, porque ramos bolcheviques leninistas. Como já disse, nosso objetivo era repor o partido em sua verdade histórica leninista. Éramos todos fieis a esse princípio. (Apud, Marques Neto, p. 143).

Esta declaração de Pedrosa corrobora com a publicação de *A Luta de Classe*, evidenciando que a LAR não foi instigada pelos oposicionistas. Assim, a iniciativa de Prestes acabou tendo um fracasso total, pois foi repudiada pelos tenentistas, pelos stalinistas e pelos trotskistas, confirmando o isolamento do ex-chefe da Coluna.

O GCL também utilizou as páginas de *A Luta de Classe* para publicar diversos textos e documentos sobre a conjuntura internacional, pois entre os comunistas brasileiros as questões debatidas internacionalmente ainda estavam muito obscuras. O objetivo era a cada edição publicar artigos para esclarecer ao leitor brasileiro sobre o processo de degeneração burocrática que ocorria nos diversos PCs ao redor do mundo.

Conforme Pedrosa observou em carta para Lívio, era preciso trazer à tona estas problemáticas para só então buscar uma aproximação e arregimentar novos militantes.⁷¹¹ Por conseguinte, publicaram diversos textos criticando a direção soviética e a construção do socialismo isolado na Rússia. Também denunciaram as orientações da Comintern e destacaram o desenvolvimento e a luta dos oposicionistas em diversos países. Dessa forma, *A Luta de Classe* se tornou porta-voz da OIE, publicando traduções de Trotski e outros textos importantes sobre o desenvolvimento da luta dos trabalhadores ao redor do mundo.

⁷¹⁰ PRESTES Apud CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. Op. cit., p. 301.

⁷¹¹ “Ninguém pode exigir dos outros que tomem partido por alguma coisa, sem ter o menor conhecimento dela. Isso é besteira. Ninguém sabe nada da situação internacional. Você pensa que o creta do Partido sabe o que é socialismo num país só, questão chinesa, democracia na base, comitê anglo-russo, burocracia, centrismo, direitismo, oposição, Stalin, Trotski, etc. (...) Nós estamos agindo direito. Primeiro é preciso dar a essa gente alguma coisa a respeito para ler, antes de exigir que tomem posição. E é o que estamos fazendo, publicando de cada vez um documento com um comentário simplesmente elucidativo e traduzindo também alguns para publicar em folheto e espalhar.” PEDROSA, Mário. [Carta] jun. 1930, Rio de Janeiro [para] XAVIER, Lívio. São Paulo. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária*. Op. cit., p. 327.

Já na primeira edição de *A Luta de Classe*, em sua primeira página, ao lado do editorial, os opositoristas publicaram trechos do “Testamento político de Lenin”. Vale destacar que a passagem divulgada era justamente aquela nota acrescida em 4 de janeiro de 1923, que solicitava o afastamento imediato de Stalin do cargo de Secretário Geral do partido. Com esta nota, a nova organização já mostrava claramente a sua postura crítica à linha stalinista. Neste mesmo número ainda foi publicado um trecho do texto produzido por Trotski, intitulado “O que é radicalização”, no qual ele lançou críticas às teses do VI Congresso, especialmente à política ofensiva do Terceiro Período.

Em seu segundo número, *A Luta de Classe* também apresentou outro documento histórico que revelava e discutia o processo de degeneração burocrática do Partido Bolchevique. Sob o título de “O último serviço à causa”, os opositoristas publicaram a carta que Adolf Abramovich Yoffe⁷¹² escreveu à Trotski antes de cometer suicídio em 16 de novembro de 1927. A longa carta de Yoffe é um documento de denúncia à burocratização, no qual ele buscou demonstrar como a sua tragédia pessoal estava relacionada à própria tragédia da revolução.⁷¹³

Uma das preocupações do GCL era publicar textos que abordassem o momento atual que a revolução soviética vivia e uma das questões centrais no início da década de 1930 era o Plano Quinquenal. O objetivo era contrapor a versão oficial da burocracia soviética, a qual apontava que o plano e todo o cenário soviético era otimista e de avanço inquestionável. Assim, traduziram e publicaram um texto assinado por Trotski, “O Plano quinquenal e a desocupação”, que havia sido publicado pelos opositoristas franceses em *La Verité*, em março de 1930. O texto assinalava que a principal problemática em torno do Plano era teórica, pois indicava que era possível que a URSS avançasse na construção do socialismo de forma isolada. Argumentou-se que não se poderia desconsiderar a relação de interdependência entre economia soviética e a

⁷¹² Yoffe conheceu Trotski em Viena quando o ajudou a dirigir o *Pravda* e ingressou no Partido Bolchevique em 1917, se tornando membro do Comitê Central. Ao lado de Trotski, Yoffe atuou durante as negociações de Brest-Litovsk e, posteriormente se tornou embaixador na Alemanha, sendo transferido para o Japão devido sua simpatia pelas demandas opositoristas. No início de 1927, retornou à Moscou gravemente debilitado pela tuberculose e foi orientado pelos médicos a buscar tratamento no exterior. Trotski solicitou a aprovação da liberação de Yoffe junto ao Comissário de Saúde e ao *Politburo*, mas o pedido de tratamento que custava mil dólares foi recusado sob alegação de ultrapassar o orçamento. Neste mesmo período, Yoffe recebeu uma proposta de um jornal inglês para publicar suas memórias por 20 mil dólares, mas Stalin o proibiu de publicá-las, recusou seu visto de saída e impediu a sua assistência médica.⁷¹² Sem vislumbrar nenhuma solução para o seu problema de saúde e diante da expulsão de Trotski do Partido, Yoffe apontou uma contra a própria cabeça e atirou.

⁷¹³ Se é permitido comparar o que é grande como que é pequeno, direi a importância imensa do acontecimento histórico que é a sua exclusão e a de Zinoviev, expulsão que há de abrir inevitavelmente um período termidoriano na nossa Revolução, e o facto que me reduzem depois de 27 anos de trabalho revolucionário nos postos responsáveis do Partido, a uma situação, em que nada mais me resta a fazer do que meter uma bala na cabeça, estes 2 factos, torno a dizer, ilustram um só e único regime do Partido. YOFFE, A. A. **O último serviço à causa**. In: *A Luta de Classe*. n. 2. Rio de Janeiro. Jun. 1930, p. 3.

economia mundial e que as contradições internas da URSS só poderiam ser resolvidas com a revolução internacional.

Ainda sobre a situação da Rússia Soviética, o GCL publicou a tradução de um texto de A. Senine, membro da oposição de esquerda russa. O artigo intitulado, “Antes do XVI Congresso do Partido Bolchivique”, publicado originalmente em *La Verité*, em junho de 1930, apresentou uma crítica à estrutura burocrática que dominava o PCUS. Depois da expulsão dos membros da Oposição Unificada, o centralismo e o autoritarismo continuou avançando no interior do partido. Diante das indicações de delegados e da ausência de discussões, o XVI Congresso teria a missão de apenas aprovar a linha oficial: “O XVI Congresso vai se realizar debaixo do chicote do aparelho. A justeza deste prognostico se confirma pela discussão atual. (...) centenas de camaradas foram excluídos já antes do Congresso”.⁷¹⁴

Senine ainda afirmou que mesmo com a exclusão dos principais líderes oposicionistas, as ideias divergentes permaneciam proliferando entre os trabalhadores.⁷¹⁵ Assim, destacou que antes do congresso, a repressão também atingiu os operários que demonstravam simpatias pelos oposicionistas: “Nos últimos meses milhares de operários foram presos nos centros industriais da URSS: em Moscou 450 operários foram presos por sua atividade oposicionista”.⁷¹⁶ A exclusão destes operários foi publicada no *Pravda*, que justificou afirmando se tratar de sabotadores mencheviques e trotskistas. Mas o que estes trabalhadores reivindicavam, afirmou Senine, era a discussão livre de suas propostas, um debate aberto com todas as tendências ou linhas divergentes sobre todas as questões em torno da construção econômica da URSS.

A Luta de Classe também destacou a atuação de grupos oposicionistas em outros países. Nesta perspectiva, publicaram um artigo sobre a Liga Comunista (Oposição) de Paris, que dirigiu um apelo a todas as organizações da OEI, denunciando a repressão sangrenta do imperialismo francês ao movimento de libertação da Indochina.⁷¹⁷ Os revolucionários da Indochina foram massacrados pelo governo francês numa ação que executou dezenas e ainda condenou outros a morte e a prisão perpetua. De acordo com os oposicionistas franceses, era preciso denunciar e protestar contra esses crimes. Os revolucionários da península indochinesa

⁷¹⁴ SENINE, A. **Antes do 16º Congresso do Partido Bolchevique**. In: *A Luta de Classe*. n. 4. Rio de Janeiro. Ago. 1930, p. 4.

⁷¹⁵ “Ao mesmo tempo a nossa oposição de esquerda se desenvolve e é reforçada no muno inteiro, sob a direção do espirito mais lucido da Internacional, o camarada Trotsky, que apesar do criminoso exilio da Rússia, a que foi condenado e todas as calunias stalinianas, vai ganhando cada vez mais as simpatias dos operários revolucionários”. *Ibidem*.

⁷¹⁶ *Ibidem* 4.

⁷¹⁷ GRUPO COMUNISTA LENINE. **O movimento revolucionário na Indochina**. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Jul. 1930, p. 3.

eram simpáticos a OE e lutavam denunciando a política de conciliação da IC.⁷¹⁸ Por isso, os stalinistas permaneceram em silêncio.

O GCL também destacou que a Oposição começava a se desenvolver na Espanha. De acordo com o artigo de *A Luta de Classe*, a base do Partido Comunista Espanhol (PCE) havia aprovado o reingresso dos militantes oposicionistas expulsos do partido. Mas a direção do mesmo ao invés de reintegrar estes militantes, manobrou e excluiu outros membros simpatizantes de Trotski.⁷¹⁹ Não obstante, uma vez excluídos do PC, impossibilitados de luta dentro do partido, os espanhóis organizaram um grupo oposicionista e deram início a publicação do jornal, “Contra a corrente”. Ainda sobre as atividades oposicionistas em outros países, *A Luta de Classe* informou que estava surgindo um grupo na Argentina.⁷²⁰

3. A falência do Grupo Comunista Lenine

Quando o movimento insurrecional liderado por Vargas chegou ao Rio de Janeiro, o GCL ainda era uma organização muito pequena e frágil, com pouquíssima influência política. Ainda assim, os oposicionistas tentaram intervir nos eventos de outubro. A descrição deste acontecimento foi relatada em uma carta para os oposicionistas franceses que publicaram alguns trechos em *La Lutte de Classe*, número 28-29, de fevereiro-março de 1931. Vale destacar que nesta mesma edição, também foram publicados em francês, o manifesto “Aos trabalhadores do Brasil” e o “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil”.

Os oposicionistas relataram na carta que mesmo diante das dificuldades e da fragilidade material do grupo, acompanharam de perto o processo, produziram uma análise sobre o levante em curso e foram às ruas com palavras de ordem para orientar os trabalhadores: “Conseguimos publicar um folheto naquela noite, convidando os trabalhadores a se

⁷¹⁸ “Nossos camaradas indochineses condenam toda a política staliniana da IC, no mundo inteiro e, particularmente, na Ásia – na China, na Indochina e na Índia. A oposição Comunista não deve ser solidária com eles, mas lutar com eles até o fim”. Ibidem.

⁷¹⁹ “Em todas as localidades e regiões de Espanha, a base do partido aprovou a reintegração dos camaradas da oposição excluídos pelos burocratas stalinistas. Desde que tomaram conhecimento das decisões da base, estes últimos começaram a manobrar e a dar ordens de excluir todos os reintegrados assim como a outros oposicionistas que ainda não haviam sido excluídos. Começam por acusar os camaradas da oposição de quererem desagregar o partido. (...) Na realidade a CC do Partido prepara a liquidação do Partido excluindo os melhores camaradas e todos os que se opõem a uma política nefasta.” Idem. **Em Espanha**. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Jul. 1930, p. 3.

⁷²⁰ “Acaba de ser organizado na Argentina um grupo de oposição comunista, que o único a manter realmente os princípios sustentados por Lenine e por Trotsky e que ainda é um grupo muito reduzido, não só por ser recente a sua organização, como também porque, tem que lutar num movimento comunista ignorante e corrompido como os movimentos comunistas da América do Sul.” Idem. **Na Argentina**. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Jul. 1930, p. 3.

organizarem imediatamente e a não esperarem nada da burguesia”.⁷²¹ Buscaram explicar aos trabalhadores que a simples queda do governo de Washington Luiz não representava nenhuma resposta satisfatórias as suas demandas. Argumentaram que era preciso organizar a continuidade da luta a partir das empresas e dos sindicatos.⁷²² O objetivo era levar a revolução adiante, colocar os trabalhadores e suas reivindicações imediatas na ponta de lança do processo.

Todavia, num tom de crítica apontaram que os trabalhadores estavam festejando a queda de Washington Luiz, e num clima “carnavalesco” de comemoração e alegria não demonstraram muita preocupação em construir uma alternativa a via burguesa: “O Rio deu mais a impressão de uma festa de carnaval popular (é o feriado mais popular no Brasil, com uma verdadeira tradição nacional), do que a de um momento de uma “revolução” vitoriosa após vinte dias de guerra civil”.⁷²³ Nessa perspectiva, evidenciaram a ausência de uma organização operária, ou mais precisamente, a ausência de uma orientação política, de uma direção revolucionária. As massas comemoravam e festejavam a queda do governo de Washington Luiz e isso parecia ser suficiente para elas. Devido à ausência de direção, a construção de um novo Estado não estava em pauta: “Em todos os lugares, as pessoas estavam de vermelho, com fitas, laços e bandeiras, mas não havia um único slogan ou palavra de ordem, nada, nenhum sinal de atividade e consciência política”.⁷²⁴

Os quatro primeiros números de *A Luta de Classe* foram publicados seguindo um cronograma mensal, mas para o quinto houve um intervalo de quase dois meses. E este já foi publicado com o intuito de intervir nos acontecimentos de outubro de 1930. O não cumprimento da periodicidade do jornal é um indicio de que a organização do grupo começava a apresentar fragilidades. A publicação de um mensário exigia bastante trabalho; estudo, produção, diagramação, impressão, distribuição, etc., e como o grupo era reduzido, o trabalho se acumulava e os prazos não eram cumpridos.

Em novembro, os sinais de desgaste e paralisação das atividades do grupo se tornaram evidentes. Algumas cartas descrevem este cenário de falência do GCL. Em correspondência de

⁷²¹ GRUPO COMUNISTA LENINE. *L'Opposition de Gauche au Brasil*. In: **La Lutte de classes**. n. 28-29. fevrier-mars 1931, p. 143, tradução nossa.

⁷²² “O partido tentou realizar uma reunião por meio da CGT (que existia apenas em papel), para a organização sindical. Distribuímos nosso folheto sobre a organização sindical. Os camaradas do partido nos ajudaram a distribuir este folheto. Os oradores do partido falaram de arrancar a terra dos senhores feudais (?), sem dizer uma palavra sobre a necessidade de organizar os trabalhadores, nem sobre suas demandas imediatas. A cavalaria do exército, que era a polícia no Rio, dispersou a reunião, e alguns camaradas, entre os quais os nossos, foram momentaneamente presos”. *Ibidem*.

⁷²³ *Ibidem*.

⁷²⁴ *Ibidem*.

Coutinho para Lívio, fica clara a fragilidade na comunicação entre os membros e a ausência de atividades, pois cada militante parecia cuidar de outros interesses:

Aqui, a mesma quietude. Pedrosa, doente, e a gente quase sem notícias dele. Escobar também, com um bruto depauperamento: esquecido, mole, vai pra serra. Pimenta, acuado, a tirar as contas atrasadas da cooperativa. Déa, sempre ativo, mas com possibilidade de ir trabalhar no Rio Grande, num jornal de Porto Alegre. Visaco (escreve assim?) não se mostra mais. Os outros reservas nossos, na reserva. O Signatário, agora de férias, se ocupa dos seus lavradores.⁷²⁵

Neste mesmo período, dois dos principais articuladores do grupo adoeceram. Por motivo de saúde, Pedrosa e Azambuja ficaram impossibilitados de desenvolverem atividades políticas. O primeiro permaneceu várias semanas de cama, em repouso e sem contato com os demais.⁷²⁶ Com o afastamento do principal articulador, o grupo se rendeu ao desânimo e praticamente encerrou suas atividades. Sob o nome do GCL não foi publicado mais nenhum número de *A Luta de Classe* e também não se realizou mais nenhuma intervenção pública.

Em carta de 8 de dezembro para Lívio, Pedrosa falou sobre sua saúde e comentou com o amigo sobre a situação em que se encontrava o GCL: “A sua carta veio me confirmar muita coisa que suspeitava. Estou em linhas gerais de acordo com você. O GCL faliu. Acabou-se. Vocês aí em S. Paulo – são a única possibilidade de um trabalho que ainda resta”.⁷²⁷ A vitória da Aliança Liberal sobre a burguesia paulista e a doença de Pedrosa e Azambuja provocaram a desorganização do grupo e mais uma vez, os opositoristas se dispersaram. Estes acontecimentos revelam a precariedade organizativa da Oposição.

Nesta mesma carta, Pedrosa revelou à Lívio que não estava disposto a encerrar as atividades completamente. Ele tinha intenção de dar continuidade aos trabalhos da OE no Brasil. Mas apontou que era preciso recrutar novos membros, pois os antigos militantes não estavam mais dispostos e insistir não traria resultados.⁷²⁸ Assim, ele apontou a possibilidade de desenvolver atividades num nível mais teórico, realizando um trabalho de discussão e esclarecimento sobre as questões mais urgentes do cenário nacional e internacional: “Prefiro

⁷²⁵ COUTINHO *Apud* MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária*. *Op. cit.*, p. 159.

⁷²⁶ “Passei mais de 20 dias esculhambados, no quarto, com febre. Foi uma gripe que me atacou na base de um pulmão. Agora porém já estou melhor e faz dias que não tenho mais febre. (...) Foi um desastre a minha doença. Sobretudo também porque o Azambuja adoeceu ao mesmo tempo, segundo soube. Além disso, por mais que mandasse recada para ele vir aqui – ninguém veio (...)” PEDROSA, Mário. [Carta] 8 dez. 1930, Rio de Janeiro [para] XAVIER, Lívio. São Paulo. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária*, *Op. cit.*, p. 332.

⁷²⁷ *Ibidem*.

⁷²⁸ “Se não conseguirmos *novos* elementos, qualquer trabalho nosso é antecipadamente nulo, pois não podemos mais contar com os nossos antigos elementos. – se não se puder constituir *num novo núcleo* por mínimo que seja que possa trabalhar ativamente, desisto de continuar na mesma tapeação e masturbação de antes”. *Ibidem.*, pp. 334-335.

fechar mais o grupo, e dar-me um trabalho puramente teórico de divulgação dos princípios do comunismo internacional e da linha da oposição de esquerda e de tentativa de análise e comentário da situação brasileira, na sua ligação com a ideologia da oposição”.⁷²⁹ Pedrosa ainda estava incerto sobre os rumos que a Oposição tomaria, mas seu objetivo era constituir um novo agrupamento: “precisamos constatar oficialmente a liquidação do GCL, e ver se é possível dar novas bases a um novo núcleo, com que caráter, etc”.⁷³⁰

O novo impulso que Pedrosa esperava foi dado quando Aristides Lobo rompeu com o PCB e aderiu à Oposição. Aristides da Silveira Lobo era professor e jornalista, havia ingressado no PCB em 1923 e atuava em São Paulo. Em 1930 foi um dos candidatos pelo BOC e, vítima da repressão, foi ao exílio no Uruguai e depois na Argentina, onde manteve estreitos laços com Luiz Carlos Prestes e juntos fundaram a LAR. Mesmo atuando fora do país, Aristides Lobo ainda era membro do PCB e quando retornou ao Brasil em dezembro de 1930, acabou sendo expulso acusado de “desvios de direita”, afinal, esteve ao lado de Prestes. Após o seu acerto de contas com o partido, Lobo publicou uma longa carta aberta, na qual atacou de forma impiedosa a direção do PCB e se apresentou como partidário da OE.

O fato é que Aristides Lobo apresentava algumas críticas ao partido desde 1928 e mantinha contato com Pedrosa e Lívio, como a correspondência comprova.⁷³¹ E na mesma carta de 8 de dezembro, Pedrosa comentou sobre a situação de Lobo: “O nosso amigo está para vir. Aqui ele terá também de definir-se. Ele não pode mais continuar a manobrar com o partido, pois é isto o pior oportunismo. Ele precisa assumir abertamente a responsabilidade da luta pela linha da oposição de esquerda”.⁷³² Apesar de manter contato com os opositores, Aristides Lobo permanecia desenvolvendo uma atividade independente. Ele não seguia as orientações do PCB e, tampouco, estava em acordo com a Oposição brasileira. Todavia, Pedrosa mostrou interesse em cooptar Aristides Lobo para as fileiras da OE. Sabendo que ele estava retornando do exílio, orientou Lívio a procurá-lo, estabelecer um contato, apresentar os materiais e conquistá-lo.⁷³³

⁷²⁹ Ibidem p. 335.

⁷³⁰ Ibidem.

⁷³¹ “É bom que você escreva já ao nosso amigo Lobo, para Buenos Aires. É preciso manter uma comunicação constante com ele e com o Ogum de lá”. Ibidem, p. 329.

⁷³² Ibidem, p. 333.

⁷³³ Você precisa ter muita habilidade em discutir com ele e mostrar-lhe o erro, e a capitulação diante da burocracia, sobretudo no sentido internacional e é preciso que ele entre em conhecimento imediato dos nossos documentos, desde o último nº de *A Luta*, que ele não conhece (...) É preciso agirmos de modo a conquistá-lo ao nosso ponto de vista, de modo que ele possa assumir com você abertamente a direção da linha política da oposição de esquerda. Ibidem, p. 337.

A carta aberta de Aristides Lobo apresentou uma contundente crítica à direção do PCB e repercutiu bastante entre os comunistas. Para os stalinistas significou mais um ataque de um ex-militante que era respeitado e tinha uma certa inserção no movimento operário. Para os trotskistas representou mais uma importante vitória; mais um comunista que reafirmava as críticas e denúncias contra a direção e sua burocratização.

A carta não apresentou nenhuma grande formulação teórica ou uma análise minuciosa sobre a situação brasileira e o posicionamento do PCB nos últimos anos. Tratou-se mais de um energético desabafo contra os seguidos erros e equívocos da direção do PCB. Ele dirigiu sua crítica especialmente a “troika” que comandou o partido a partir do II Congresso. Seu ataque era direcionado à Astrojildo Pereira (jornalista), Octávio Brandão (farmacêutico) e Paulo Lacerda (advogado), os quais teriam levado o partido à aliança com o tenentismo:

Foi essa “direção” que, manejada pela “troika” desse tempo (o jornalista, o farmacêutico e o bacharel), que cometeu toda a série de atentados ao marxismo que já se conhecem e que mal se confessam. Foi ela a autora da monstruosidade Kuomintangista e da “aliança política e ideológica” com os militares rebeldes, a quem chamava de “pequena burguesia revolucionária.”⁷³⁴

O principal alvo foi a política de alianças com a pequena-burguesia. Assim como os oposicionistas, ele também questionou a virada lançada pelo VI Congresso e a perseguição aos “desvios de direita”. Apesar de não desenvolver uma crítica mais sistemática sobre estes “novos erros”, Aristides afirmou que foi a partir deste momento que se aprofundou a centralização e a disciplina no interior do partido. Tal processo, segundo ele, cumpriu o papel de perseguir e expulsar os militantes que apresentavam divergências e atuavam criticando as orientações táticas lançadas pela direção.

Por fim, depois de apresentar aquilo que acreditava serem diversos erros da direção do PCB e de apontar o vínculo desta com o “papa Stalin”⁷³⁵, Lobo declarou que sua expulsão era mais um ataque dos burocratas à democracia operária e que a queda desta direção seria inevitável.⁷³⁶ Ele encerrou sua carta declarando-se partidário da OE: “Viva a oposição bolchevista-leninista de esquerda! Abaixo a burocracia dirigente, aventureira e lacaia”.⁷³⁷

⁷³⁴ LOBO, Aristides. **Carta aberta aos membros do Partido Comunista**. In: ABRAMO; KAREPOVS. *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2015, p. 46.

⁷³⁵ *Ibidem*, p. 48.

⁷³⁶ “A burocracia “dirigente” acaba de expulsar-me e o motivo da expulsão é o mesmo de que decorre todo o seu ódio, toda a trama de calúnias e de intrigas contra os verdadeiros bolchevistas: a convicção de que a sua queda é inevitável e resulta de sua falência ideológica e política. A oposição bolchevista-leninista de esquerda derrocará o aventurismo”. *Ibidem*, p. 52.

⁷³⁷ *Ibidem*, p. 53.

Após a publicação da carta aberta, em correspondência de Rodolfo Coutinho para Lívio Xavier, datada de 2 de janeiro de 1931, o opositorista revelou entusiasmo: “Antes de ir ao Correio, recebi a acarta aberta de Aristides. Boa. Vou procurar gente para distribuí-la, quero dizer, para fazê-la ler. (...) Que carta boa! Parece que vai tirar a insônia”.⁷³⁸ O GCL havia encerrado suas atividades e os militantes estavam dispersos mais vez,⁷³⁹ mas a partir da carta de Lobo as perspectivas de atuação foram renovadas e algumas semanas depois surgiu a Liga Comunista.

⁷³⁸ COUTINHO *Apud* MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária*, *Op. cit.*, p. 160.

⁷³⁹ (...) do nosso grupo aqui, nem cinza resta, e da atividade proletária aqui nada sei, a não ser as petições que se publicam dirigidas ao Collorzinho”. *Ibidem*, *Op. cit.*, p. 159.

CAPÍTULO 5

A LIGA COMUNISTA: AVANÇOS TEÓRICOS E LUTA SINDICAL

1. A organização interna da LC

Em meados de janeiro de 1931 os opositoristas conseguiram, mais uma vez, superar a dispersão e reagrupar os dissidentes numa nova organização. Em 21 de janeiro, aniversário da morte de Lenin, ocorreu em São Paulo, a primeira reunião da Liga Comunista - Oposição de Esquerda (LC). Reunindo remanescentes do GCL, a LC contava com novos membros, dos quais destacam-se Aristides Lobo e Plínio de Melo. Ambos ex-membros do PCB que romperam com a direção e se aproximado dos opositoristas. Mesmo com estes reforços importantes, a Oposição brasileira permaneceu como uma organização minúscula, contando com pouco mais de uma dezena de militantes.

Em comparação ao período analisado anteriormente, este tem a vantagem de apresentar um número maior de fontes. Além das edições de *A Luta de Classe*, outros documentos foram preservados, o que permite uma investigação mais minuciosa sobre a estrutura, a organização e os debates internos do grupo. Dos primeiros meses de atuação, por exemplo, o Arquivo Lívio Xavier (UNESP-CEDEM) preserva nove atas de reuniões, inclusive as cinco primeiras. Entre outros documentos relevantes, podemos citar o *Boletim da Oposição*, o *Boletim da UTG*, a carta da LC *À direção do PCB sobre a questão sindical* e o manifesto assinado por Aristides Lobo, intitulado *Sobre a questão sindical*. Todos estes documentos ampliam as possibilidades de análise sobre a atuação teórica e prática dos opositoristas.

Iniciamos expondo algumas questões importantes presentes nas atas das reuniões ocorridas no final de janeiro e início de fevereiro de 1931, o que nos revela aspectos importantes sobre a estrutura interna e os debates iniciais. Na ata da primeira assembleia, datada de 21 de janeiro, consta que estiveram presentes nove membros, todos identificados por pseudônimos. Os opositoristas tinham o desafio de atuar diante de uma dupla ilegalidade, pois era preciso preservar a identidade diante da polícia repressiva e do PCB. Os nomes falsos eram uma espécie de camuflagem, que também foram se alterando à medida que os membros eram fichados pela repressão.⁷⁴⁰ Aristides Lobo, por exemplo, foi identificado como Antônio, Leônidas, Leão,

⁷⁴⁰ “Os pseudônimos não eram de escolha individual, mas decididos pela organização. Quando entendiam que a polícia já decifrara seus codinomes, os opositoristas solicitavam um novo”. CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, p. 130.

Aristeu, Paulo de Oliveira, Fernando e Gustavo. Mario Pedrosa, Lívio Xavier e outros também tiveram vários codinomes durante o período que atuaram na LC.⁷⁴¹

Na assembleia de 21 de janeiro, estavam presentes nove membros: Antônio (Aristides Lobo); Lyon (Lívio Xavier); Cunha (Mario Pedrosa); Tapejara (Plínio de Gomes Mello); Jorge (João da Costa Pimenta); Maurício (Benjamin Peret); José (João Matheus); Pedro (Mário Dupont) e Francisco (Victor de Azevedo Pinheiro). A ordem do dia encaminhou a discussão de seis pontos: 1) Rakovsky; 2) Situação internacional; 3) Situação nacional; 4) Questões de organização, nacional e local; 5) Boletim da Oposição e “A Luta de Classe”; 6) Assuntos vários.⁷⁴² Chama atenção o fato da primeira reunião não se constituir como marco de fundação da nova organização. Esta discussão se quer entrou na pauta. Pensamos que isso ocorreu porque a LC era entendida como uma continuidade do antigo grupo.

A ata desta reunião é bastante curta, mas evidencia que a discussão se prolongou e apenas os dois primeiros tópicos da ordem do dia foram discutidos. Sobre a situação internacional, coube a Pedrosa apresentar uma análise sobre a OIE, expondo a sua origem, desenvolvimento, principais teses, situação atual e perspectivas. Esse debate se prolongou e a reunião foi suspensa continuando no dia seguinte.

Já no dia 22 de janeiro, a reunião contou com um novo membro de pseudônimo Sérgio (Salvador Pintaúde). O debate prosseguiu tratando a “situação nacional” e a organização da estrutura interna do grupo. Sobre o primeiro ponto, apresentou-se algumas considerações sobre o manifesto “Aos trabalhadores do Brasil”, o qual discutiremos adiante. E sobre a organização da LC, estabeleceu-se que sua sede central seria em São Paulo e se realizou a eleição do Secretário e da Comissão Executiva que se dividiu em três comissões de trabalho; de Organização, de Agitação e Propaganda e a Sindical. Aristides Lobo foi eleito para ocupar a Secretaria, na Organização ficaram Lobo, Mário Dupont e João Matheus, na Agitação e Propaganda, Lívio Xavier, Benjamin Peret e Salvador Pintaúde e, por fim, na Comissão Sindical, João da Costa Pimenta e Plínio Mello. Pedrosa não ocupou nenhuma função nestas comissões, mas ficou responsável por reorganizar o grupo no Rio de Janeiro.⁷⁴³

A criação de uma comissão com a função específica de tratar da questão sindical, indica que o tema era entendido como fundamental para o avanço da Oposição junto as organizações operárias. João da Costa Pimenta que já havia passado por organizações

⁷⁴¹ Campos apresenta uma tabela os principais membros e seus pseudônimos em sua tese. Cf. CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, pp. 130-131.

⁷⁴² COMISSÃO EXECUTIVA DA LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). *Ata de reunião*. 21 jan. 1931, p.1

⁷⁴³ Idem. *Ata de reunião*. 22 jan. 1931, p.1

anarcossindialistas e pelo PCB, era um militante muito experiente e respeitado entre os gráficos. Ao seu lado, atuando junto aos sindicatos estava Plínio Mello, ex-PCB, mas que ao contrário de Aristides Lobo, não havia publicado nenhuma carta aberta ou assumido qualquer posição pública em defesa da OE. Assim, nesta mesma ata, Pedrosa defendeu que Mello publicasse uma carta manifestando seu apoio aos opositoristas, o que acabou ocorrendo posteriormente.

Na reunião seguinte, ocorrida em 25 de janeiro de 1931, os opositoristas discutiram o papel e as tarefas de cada comissão. Estabeleceu-se que cada uma deveria apresentar um “plano de trabalho” e se destacou o caráter centralizador da Comissão de Organização sob as demais: “Além das funções propriamente burocráticas (redação de atas, convocação de reuniões, etc.), a comissão de organização tem a desenvolver um importante trabalho propriamente revolucionário centralizando e controlando as atividades das demais comissões”.⁷⁴⁴ Assim, a estrutura interna impunha uma hierarquia e apresentava o controle da “Organização” sobre as comissões de Agitação e Propaganda e Sindical.

Nesta mesma reunião, o trabalho sindical foi abordado, era o segundo ponto da ordem do dia. João da Costa Pimenta afirmou que a Comissão Sindical não havia conseguido se reunir para discutir o trabalho e elaborar o plano de atividades. Assim, consta em ata que Plínio Mello começou a esboçar algumas questões sobre a situação sindical, mas “desistiu, por notar o desinteresse da maioria”.⁷⁴⁵ Diante da situação embaraçosa, alguns membros solicitaram que já se passasse ao próximo ponto, mas Lobo, “mostrando a importância do assunto em discussão, manifestou-se contrário e pediu, então, vários esclarecimentos”.⁷⁴⁶ A reunião prosseguiu com Pimenta e Plínio Mello expondo a situação sindical, número de organizações e trabalhadores sindicalizados. Infelizmente, estes dados não constam no documento.

Os membros da Comissão de Agitação e Propaganda afirmaram que também não conseguiram se reunir, mas Lívio Xavier destacou que o *Boletim da Oposição* estava impresso na gráfica e que já poderia ser distribuído. Sobre este ponto, consta em ata um importante debate. Xavier havia afirmado que este boletim não deveria ser distribuído de forma aberta nas fábricas e oficinas. Para ele, era um documento de circulação interna e, por isso, deveria permanecer restrito aos membros e simpatizantes da LC. Xavier ainda apontou que esta era a orientação do SI. Discordando, Aristides Lobo, se posicionou afirmando que “pelos assuntos que trata, interessa a massa e deve, portanto, ser distribuído também nas grandes fábricas”.⁷⁴⁷

⁷⁴⁴ Idem. *Ata de reunião*. 25 jan. 1931, p.1

⁷⁴⁵ Ibidem, p. 2.

⁷⁴⁶ Ibidem.

⁷⁴⁷ Ibidem.

E acrescentou que era preciso se dirigir ao Secretariado Internacional e mostrar a “conveniência de uma distribuição mais aberta do Boletim”.

Diante do debate sobre a circulação do panfleto, Aristides Lobo, julgou necessário caracterizar o *Boletim da Oposição* e o jornal *A Luta de Classe*. De acordo com o secretário, o primeiro era destinado a publicação de documentos ainda inéditos no Brasil e outros que apresentassem temáticas que poderiam interessar ao movimento operário. Por sua vez, o segundo, como “jornal de massa”, era a publicação para se discutir os problemas do momento e expor as palavras de ordem da LC. Logo, cada publicação teria um caráter diferente, mas os dois impressos deveriam ser distribuídos de forma aberta.⁷⁴⁸



Fig. 07 - Logotipo do *Boletim da Oposição*, n° 1, jan. 1931
Fonte: CEDEM/UNESP



Fig. 08 - Logotipo de *A Luta de Classe*, n° 6, fev-mar. 1931
Fonte: CEDEM/UNESP

Nesta mesma reunião se determinou que o texto de Pedrosa e Xavier sobre a “situação nacional” deveria ser publicado na próxima edição de *A Luta de Classe* e enviado ao SI para tradução. Importante observar que se estabeleceu que o artigo deveria permanecer com a assinatura dos dois membros, e não ser apresentado como produção da liga. O objetivo era que a análise de Pedrosa e Xavier servisse de base para elaboração coletiva de novas teses, ainda mais desenvolvidas, sobre a conjuntura nacional. Por conseguinte, este futuro texto seria publicado como um documento da LC.

⁷⁴⁸ Ibidem.

No dia 31 de janeiro, a Comissão de Organização se reuniu e se registrou algumas importantes questões sobre os objetivos da LC. Consta na ata que a Liga buscava se aproximar de operários que não pertenciam ao PCB, mas, no primeiro momento, deveria realizar um trabalho “principalmente com operários do Partido, que deverão ser convidados para reuniões onde se discutam os pontos de vista da oposição de esquerda e se mostre o oportunismo da linha política da direção da IC e, conseqüentemente, do PCB”.⁷⁴⁹ Esta orientação demonstra que os objetivos da nova organização não se diferenciavam daqueles propostos pelo GCL, ou seja, os oposicionistas brasileiros permaneciam atuando como fração do PCB, buscando atuar no seio do partido, desenvolvendo uma luta contra as orientações da direção, tentando se aproximar e conquistar simpatizantes.

Ainda se estabeleceu que a Comissão de Organização trabalharia para expandir as atividades do grupo para além de São Paulo, mantendo contato permanente com os camaradas do Rio de Janeiro e, procurando ligar-se a militantes em outras regiões para formar novos grupos. Também se apresentou o objetivo de formar “grupos idiomáticos” para se aproximar das colônias de operários estrangeiros, especialmente, entre os italianos e alemães. Por fim, determinou-se que era função da Organização impedir que as atividades da LC sofressem interrupções, procurando acompanhar todo o trabalho regular dos membros.⁷⁵⁰

Em nova reunião no dia seguinte, o tema em torno dos sindicatos voltou a pauta. Plínio Mello esclareceu que mais uma vez não conseguiu se reunir com João da Costa Pimenta, mas que uma nova reunião da comissão tinha sido agendada. Na ata consta que Mello expôs a situação sindical do momento e destacou a desorganização das associações operárias. Mas sobre as atividades práticas, afirmou que diante da aproximação da Conferência Operária Estadual seria pertinente preparar uma resolução sobre a Lei de Férias para ser apresentada. Também levou a discussão sobre a questão em torno da palavra de ordem pela Constituinte e questionou se a LC deveria preparar teses sobre a questão para também apresentar na conferência. Estabeleceu-se que esta deveria ser apresentada primeiramente em reunião da Federação Operária de São Paulo (FOSP) e que as comissões de Agitação e Propaganda e a Sindical deveriam elaborar em conjunto as teses para serem levadas à Conferência Operária Estadual.⁷⁵¹

Desde este primeiro momento de organização da liga, já se percebe que os oposicionistas se preocuparam em discutir a necessidade da constituinte e da luta pelas liberdades democráticas nas organizações operárias. Dessa forma, não restringiram o trabalho

⁷⁴⁹ Idem. *Ata de reunião*. 31 jan. 1931, p.1.

⁷⁵⁰ Ibidem.

⁷⁵¹ Ibidem.

junto aos sindicatos às lutas estritamente econômicas, mas já buscavam levar questões políticas pertinentes aos trabalhadores para o debate junto a estas organizações.

No final de janeiro, a LC se manifestou publicamente pela primeira vez por meio do *Boletim da Oposição*. A publicação de 10 páginas apresentou diversos artigos que discutiram o cenário internacional e o papel da OIE. No longo texto, intitulado “Ao proletariado do mundo inteiro”, se reafirmou as posições fundamentais da Oposição, especialmente, a crítica a degeneração burocrática do PCUS e da IC.⁷⁵²

Os opositores se apresentaram como “fração de esquerda” e defenderam que os PCs ainda eram a vanguarda operária, mas precisavam se reconciliar com os princípios revolucionários de Marx e Lenin, expressos nos quatro primeiros congressos da IC. Em outro texto, “A ditadura do proletariado na URSS”, os opositores apontaram que apesar das deformações burocráticas do Estado Soviético, este ainda era um Estado Operário e a URSS ainda estava sob os ditames de uma “ditadura do proletariado”, pois a propriedade privada burguesa havia sido exterminada e esta era a grande conquista da revolução e que expressava o seu caráter de classe.⁷⁵³

Com efeito, esta publicação inicial cumpria um papel de lançar a nova organização opositora no Brasil, mas também apresentava as teses fundamentais da OIE, difundindo a crítica necessária à burocratização soviética, mas também pregando a sua defesa. Neste momento, a Oposição se colocou como fração e não buscava criar uma organização independente. Persistiu a intenção de, mesmo fora do partido, lutar pela sua regeneração, denunciando a direção burocrática.

Entre os documentos do Arquivo Lívio Xavier (CEDEM-UNESP), encontramos uma “papeleta de adesão” à LC. A ficha em papel cartolina, tamanho 10x15 traz impresso o símbolo da foice e do martelo entrelaçada às letras L e C, mesmo desenho que encontramos no jornal *A Luta de Classe* a partir de 1931. Na parte da frente da papeleta havia um “compromisso” ao qual o filiado deveria ler, concordar e assinar, assumindo sua concordância com os princípios ali descritos. Por sua relevância, cabe transcrever na íntegra o termo exposto:

Declaro aceitar o programa e a tática da Liga Comunista (Oposição), submetendo-me à disciplina revolucionária e lutando, por todos os meios ao meu alcance, para que o Partido Comunista, restabelecida em suas fileiras a liberdade de discussão e de crítica, receba novamente em seu seio todos os verdadeiros comunistas expulsos pelos golpes de força da fração centrista. Assumo o compromisso de orientar a minha atividade revolucionária de acordo com os ensinamentos de Marx e de Lenin, consubstanciados nas teses e resoluções dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista. Reconhecendo a justeza do programa e da tática da Liga Comunista (Oposição),

⁷⁵² Cf. LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). **Aos proletários do mundo inteiro**. In: *Boletim da Oposição*. jan. 1931, pp. 1-4.

⁷⁵³ Cf. TROTSKI. **A ditadura do proletariado na URSS**. In: *Boletim da Oposição*. jan. 1931, pp. 4-5.

comprometo-me a lutar até o fim, sem desfalecimentos, pela vitória da Revolução Proletária Internacional no setor brasileiro da luta de classes.⁷⁵⁴

O “compromisso” apresenta de forma breve os princípios teórico-doutrinários que orientavam a militância da LC. No verso da papeleta havia um “questionário” para dados pessoais e outras informações relevantes. Além de nome, idade, nacionalidade, endereço e profissão, também se questionava se pertencia a algum sindicato, se era membro do PCB ou se já tinha pertencido e por que havia saído. Por fim, perguntava se tinha instrução militar.

LIGA COMMUNISTA (OPPOSIÇÃO)
(FILIA DA OPPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ESQUERDA)

PAPELETA DE ADHESÃO N.º

COMPROMISSO

Declaro aceitar o programma e a tactica da Liga Communista (Opposição), submettendo-me á disciplina revolucionaria e lutando, por todos os meios ao meu alcance, para que o Partido Communista, restabelecida em suas fileiras a liberdade de discussão e de critica, receba novamente em seu seio todos os verdadeiros communistas expulsos pelos golpes de força da fracção centrista. Assumo o compromisso de orientar a minha actividade revolucionaria de accordo com os ensinamentos de Marx e de Lenine, consubstanciados nas theses e resoluções dos quatro primeiros congressos da Internacional Communista. Reconhecendo a justeza do programma e da tactica da Liga Communista (Opposição), comprometto-me a lutar até o fim, sem desfalecimentos, pela victoria da Revolução Proletaria Internacional no sector brasileiro da luta de classes.

....., de de 19.....
(Assignatura)

Fig 09. Papeleta de adesão da Liga Comunista (Frente)
Fonte: CEDEM/UNESP

QUESTIONARIO:

Nome Idade

Nacionalidade Estado civil

Profissão Residencia

Local de trabalho Salario

Pertence a algum syndicato? Qual?

Pertence ao Partido Communista? Desde quando?

Se já pertenceu, porque sahi?

Se foi expulso, qual o motivo?

Já pertenceu a alguma organização politica, sem ser o P. C.?

Qual? Já recebeu instrução militar? E' eleitor?

O SECRETARIO DO GRUPO DE BAIRRO OU DE EMPRESA (a)

O SECRETARIO DO COMITE' DE CIDADE (a)

O SECRETARIO DO COMITE' DE REGIAO (a)

O SECRETARIO DA COMMISSÃO EXECUTIVA (a)

Fig 10. Papeleta de adesão da Liga Comunista (Verso)
Fonte: CEDEM/UNESP

⁷⁵⁴ LIGA COMMUNISTA (OPPOSIÇÃO). Papeleta de adesão. 1931.

É difícil ter uma dimensão exata de quantos militantes aderiram à liga. Afinal, são poucos os nomes que aparecem nos documentos, na maioria dos casos, apenas os dirigentes. Muitos se aproximavam, mas não aderiam ou assumiam funções, permanecendo como simpatizantes ou tendo uma militância inconstante.

Alzira Campos aponta que o ano de 1931 correspondeu ao período com maior número de aderentes à LC.⁷⁵⁵ Foram 29 novas adesões, sendo 16 em São Paulo e outras 13 no Rio de Janeiro. Na capital federal, por exemplo, na reunião de 24 de abril, ocorreram 7 adesões, entre os novos membros figuravam velho conhecidos, como Rodolfo Coutinho e Wenceslau de Azambuja e outros como Edmundo Moniz e Octaviano Du Pin Galvão. Também foi nesse período que os futuros dirigentes da Liga, Fúlvio Abramo e Hilcar Leite ingressaram na organização oposicionista.⁷⁵⁶

A historiadora ainda assinala que “o prestígio de algumas das lideranças da LC atraía para as cercanias da agremiação grupos importantes de intelectuais e operários – estes últimos cooptados pela importância que tinham os opositores nos meios sindicais de São Paulo”.⁷⁵⁷ João da Costa Pimenta era uma dessas lideranças sindicais que conseguia agregar simpatizantes ao seu redor. Campos também apresenta uma lista com o nome de 51 membros da liga e suas profissões. De acordo com essa tabela, a penetração dos oposicionistas entre os gráficos foi a mais abrangente, pois somam 21. Também constam 7 comerciários, 6 motoristas, 3 ferroviários e outros entre professores, jornalistas, advogados, pedreiros, alfaiates e sapateiros.⁷⁵⁸

Em sua maioria, os aderentes eram ex-militantes do PCB, que depois de expulsos do partido devido as repercussões do combate aos “desvios de direita” e a política contra os “intelectuais”, se aproximaram da LC. Também é relevante apontar que a LC conseguiu uma penetração mais abrangente entre os intelectuais. A maior parte dos seus membros eram gráficos, jornalistas, comerciários, etc. Pedrosa, Xavier, Lobo, Coutinho e outros tinham formação acadêmica e até dominavam outras línguas, faziam traduções e se correspondiam com militantes europeus.⁷⁵⁹

⁷⁵⁵ “O ano de 1931 registrou o maior número de adesões à LC (78,72%), explicável pelos expurgos que o PCB praticou nesse e no ano anterior. O levantamento das datas deixa ver a dinâmica da organização na sua política básica de conseguir aderentes, demonstrando claramente que o grande risco que os oposicionistas representara para o partido concentrou-se no primeiro ano de vida da Oposição de Esquerda”. CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, p. 136.

⁷⁵⁶ *Ibidem*, pp. 134-135.

⁷⁵⁷ *Ibidem*, p. 135.

⁷⁵⁸ *Ibidem*, pp. 137-138.

⁷⁵⁹ “Os intercâmbios comuns entre intelectuais de esquerda acabavam por criar simpatizantes da liga, como Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Osório César, Tarsila do Amaral, Patrícia Galvão. Simpatizantes, em geral, que

Esse primeiro ano representou o auge do crescimento da organização e nos dois anos seguintes o número de novos membros caiu de maneira vertiginosa. Foram apenas 6 em 1932 e 4 em 1933. Diversos pontos ajudam a explicar a queda no número de aderentes. Em primeiro lugar houve uma mudança na política da LC que passou a ser mais rigorosa no aceite, com o objetivo de evitar que pessoas despreparadas adentrassem na organização. Além disso, o ano de 1932 foi marcado pelo movimento constitucionalista e pela repressão as organizações operárias, o que sufocou as agremiações operários. Por fim, este período também marcou a estabilização do PCB que não realizou novos expurgos.⁷⁶⁰

1.1 A interpretação sobre a formação social brasileira e a Revolução de 1930

A interpretação que a LC realizou sobre a Revolução de 1930 se difere daquela apresentada pelo PCB. Trata-se de uma análise que encontra suporte numa investigação original sobre a formação social do Brasil, repudiando a teoria dualista que Brandão construiu ao longo da década de 1920. Foi no artigo “Aos trabalhadores do Brasil”, publicado no *Boletim da Oposição*, em finais de janeiro de 1931, que a análise dos oposicionistas sobre os acontecimentos de outubro de 1930 começou a se delinear.

Os oposicionistas da LC foram os primeiros a lançarem a leitura de que a Revolução de 1930 efetivou um “acordo”, no sentido em que significou um reajuste das relações econômicas e políticas no Brasil, se adequando a nova realidade do capitalismo internacional. Apesar de não usarem o conceito de “bonapartismo” de forma explícita, ele está implícito na análise dos oposicionistas. A queda da oligarquia cafeeira paulista diante da falência do modelo agroexportador teria possibilitado a realização de um novo “acordo” burguês, ou seja, uma reorganização da produção sob uma base capitalista ainda mais desenvolvida, organizada e centralizadora. A raiz bonapartista deste acordo está na incapacidade de uma fração burguesa ocupar o lugar hegemônico deixado pelos produtores de café. As burguesias regionais dissidentes, a classe média e o proletariado não reuniam condições de dirigir o Estado de forma direta de acordo com seus interesses. Neste cenário, o poder executivo ocupou um papel cada vez mais central, revelando uma autonomia relativa diante das classes.

Nas palavras dos oposicionistas: “Esse acordo geral será no Brasil burguês a última forma conciliatória da centralização do Estado, processo econômico de desenvolvimento

se moviam nas fronteiras do partido, adernando para liga nos momentos em que ocorriam expulsões – próprias ou de seus companheiros.” Ibidem, p. 139.

⁷⁶⁰ Ibidem, p. 136.

capitalista, e a forma federativa, garantia da unidade política”.⁷⁶¹ Em meio à crise econômica que acumulava sacas de café sem compradores e jogava os preços para baixo, a burguesia paulista se viu diante da necessidade de deixar o poder, realizando uma aliança forçada pela diversificação da produção: “a burguesia afogada nos estoques de café e de tecidos, abdica nas mãos de uma ditadura militar todo o controle do Estado, apavorada pelo desenvolvimento da crise econômica, unindo-se numa “santa aliança” cimentada pelo suor do proletário”.⁷⁶²

Deixando de lado a concepção de que havia um conflito entre o campo (feudal e agrário) e a cidade (burguês e industrial), apresentaram uma interpretação mais sofisticada que os comunistas, apontando que a queda do Partido Republicano Paulista (PRP) e a ascensão de Vargas representou um “acordo geral”, uma “última forma conciliatória” ou ainda uma “santa aliança” entre as mais diversas frações burguesas.

Marques Neto e Silva salientaram que a interpretação desenvolvida por Boris Fausto em *A Revolução de 1930* era bastante próxima daquela desenvolvida pelos opositores.⁷⁶³ Ambos autores mostram similaridades entre a interpretação da LC e a noção de “Estado de compromisso” utilizada por Fausto.⁷⁶⁴ Não obstante, em seu trabalho sobre *O longo bonapartismo brasileiro*, Felipe Demier, a partir de um minucioso trabalho historiográfico demonstra que o alcance desta interpretação foi muito além da obra de Boris Fausto. Ele apresenta a tese de que o conceito de bonapartismo que começou a ser desenvolvido neste momento pela LC, acabou se tornando, posteriormente, um conceito chave para investigação da sociedade brasileira pós-1930 e, foi utilizado em várias pesquisas acadêmicas histórico-sociológicas, estando inclusive na base do conceito de populismo.⁷⁶⁵ Ainda argumenta que

⁷⁶¹ COMISSÃO EXECUTIVA PROVISÓRIA DA LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). **Aos trabalhadores do Brasil**. In: *Boletim da Oposição*. n. 1. São Paulo, Jan. 1931, p. 9.

⁷⁶² *Ibidem*, pp. 8-9.

⁷⁶³ CF MARQUES NETO. José Castilho. *Solidão revolucionária*. *Op. cit.*, p. 182 e SILVA, Angelo José da. *Op. cit.*, pp. 140-143.

⁷⁶⁴ “O acordo se dá entre várias frações da burguesia; as classes médias – ou pelo menos parte delas – assumem maior peso, favorecidas pelo crescimento do aparelho do Estado, mantendo, entretanto, uma posição subordinada. À margem do compromisso básico fica a classe operária, pois o estabelecimento de novas relações com a classe não significa qualquer concessão política apreciável”. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. *Op. cit.*, pp. 104 – 105.

⁷⁶⁵ “De forma explícita ou implícita, a categoria de bonapartismo este presente como um elemento estruturante em muitos conhecidos estudos sobre o Brasil Contemporâneo produzidos pela academia no pós-1964. (...) uma “teoria do bonapartismo” – embasou interpretações sobre o processo sócio-político brasileiro do pós-1930 realizadas por autores como Leôncio Martins Rodrigues, Carlos Estevam Martins, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e o próprio Ruy Marini. (...) Desse modo, nos esmeramos em expor, um tanto quanto detalhadamente, aquilo que é a principal tese deste trabalho: a “teoria do bonapartismo” foi a base fundamental daquela que se tornaria conhecida como a “teoria do populismo (brasileiro)”, formulada e desenvolvida, nos anos 60, 70 e 80, por autores marxistas como Francisco Weffort, Octavio Ianni, Régis Castro Andrade, René Dreifuss, Décio Saes e Armando Boito Jr. Secundariamente, este trabalho tem por fito evidenciar a existência de uma relação pouco conhecida – para não dizermos simplesmente ignorada – entre essas interpretações acadêmicas sobre o período populista brasileiro e aquelas que, bem antes, no calor dos

Weffort utilizou a noção de “Estado de compromisso” antes de Fausto.⁷⁶⁶ Em ambos autores o “compromisso” seria resultado da debilidade política dos grupos dominantes dissidentes em tomar a direção do Estado substituindo a oligarquia cafeeira paulista.

Outubro de 1930 não promoveu uma transformação radical das estruturas de apropriação e dominação. Não colocou em xeque a lógica vigente, pois expressou a necessidade de se promover uma transformação dentro da ordem, num processo de reajuste, de readequação do sistema. Reflexo de um processo de rearticulação e de desenvolvimento de novas formas de domínio do capitalismo internacional que buscou responder as mudanças fomentadas a partir da crise de 1929. A nova realidade internacional se caracterizou pela imposição de limites ao livre mercado e a ascensão de um Estado mais intervencionista e planejador, capaz de controlar e organizar as forças produtivas e as relações de produção.

Ao interpretarem o cenário político brasileiro após a vitória armada da Aliança Liberal, os opositoristas destacaram as bases materiais da crise política que colocou fim à “velha” República. Nessa perspectiva, as dificuldades econômicas dos cafeicultores apareceram como o elemento chave para o colapso do PRP. A derrocada econômica evidenciou o esgotamento da política de valorização café, que caracterizava a primeira República sob hegemonia da burguesia cafeeira paulista, e foi o combustível que deu coesão e ampliou as forças das burguesias dissidentes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba.⁷⁶⁷ Diante do agravamento da crise, revelou-se o colapso da República e as burguesias regionais alojadas do poder se lançaram à disputa pelo Estado para reorientar e diversificar a produção.

A interpretação da LC sobre a Revolução de 1930, aponta que ela foi resultado de disputas internas entre as frações burguesas. Significou o fim do domínio monopolista dos cafeicultores de São Paulo e a vitória dos grupos dissidentes que almejavam ampliar e

acontecimentos, haviam sido elaboradas por organizações políticas do movimento operário entre os anos de 1930-1964. Mais especificamente, intentamos expor como pequenos agrupamentos de extração trotskista (ou próximos ao trotskismo), como a Liga Comunista Internacionalista (LCI), o Partido Operário Leninista (POL), o Partido Socialista Revolucionário (PSR), o Partido Operário Revolucionário (POR) e a Política Operária (POLOP) anteciparam, em suas análises conjunturais sobre o caráter político assumido pela dominação de classe no país, muitos elementos que, mais tarde, reapareceriam nas tais interpretações acadêmicas sobre o período populista”. DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese (Doutorado História), Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012, pp. 3-4.

⁷⁶⁶ “Essa abordagem de Weffort – distinta, portanto, daquelas que atribuíam o fim do sistema oligárquico a um “golpe da burguesia” (industrial) ou das classes médias – seria desenvolvida pelo historiador Boris Fausto em seu trabalho que se tornaria o “divisor de águas” do debate acerca da Revolução de 1930. As semelhanças entre as visões do cientista político e as do historiador são notórias”. Ibidem, p. 264.

⁷⁶⁷ “No Rio Grande do Sul, a burguesia já se sentia bastante forte para arrebatar o governo da União das mãos do PRP. Em Minas, a oligarquia dominante, com Bernardes à frente, lutava pela hegemonia política que estava sendo exercida por São Paulo. Quanto o levante da Paraíba, temos nele um índice dos anseios da burguesia local do Nordeste ambicionando maior liberdade política”. COMISSÃO EXECUTIVA PROVISÓRIA DA LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). *Aos trabalhadores do Brasil*. Op. cit., p. 8.

diversificar as bases produtivas.⁷⁶⁸ Não obstante, como parte do “acordo”, os derrotados não foram totalmente excluídos ou expropriados, mas, realocados no poder. A unidade nacional foi preservada por um governo centralizado, organizado sob bases militares e sob hegemonia da burguesia gaúcha. O Estado que emergiu então, mais intervencionista e regulador, estabeleceu uma nova orientação econômica, deixou para trás o monopólio, acolhendo as necessidades das burguesias regionais.⁷⁶⁹

Por conseguinte, para a Oposição, a Revolução de 1930 não foi obra da burguesia industrial contra a burguesia do campo, mas das burguesias regionais contra o monopólio paulista e em nome da unidade nacional:

Manter a unidade burguesa do Brasil, manter a centralização do poder político, sob a forma de ditadura militar manifesta ou mascarada, de baioneta calada sobre as massas exploradas e oprimidas, manter essa unidade num país em que o desenvolvimento das forças produtivas nos diferentes Estados se faz desigualmente, acelerado o processo de desagregação pela invasão do capital financeiro internacional, pretender livrar a “pátria brasileira” do desmembramento, eis a “missão histórica” dos “generais da revolução”, dos Juarez Távora e Miguel Costa, dos João Alberto e Góis Monteiro à serviço da burguesia.⁷⁷⁰

Os opositoristas ainda afirmaram que o proletariado não deveria ter qualquer esperança diante desta nova forma de dominação burguesa. Pois, por trás do discurso liberal, revelava-se um Estado autoritário e centralizador que não estava disposto a defender ou a garantir as liberdades democráticas: “Nenhuma fração da burguesia, por mais liberal que seja o seu rótulo, pode efetivar as promessas democráticas. A luta de classes é mais poderosa do que as abstrações do liberalismo político”.⁷⁷¹ Ao contrário, neste aspecto, a burguesia e os tenentes representavam a continuidade da repressão aos trabalhadores e as suas organizações.

A tese apresentada pelos opositoristas sobre a Revolução de 1930 difere da teoria dualista de Brandão por que parte de uma interpretação diferente da estrutura social brasileira.

⁷⁶⁸ “A “república nova”, evangelizada pelos velhos e jovens politiqueros da “antiga”, auxiliados por um pronunciamento típico de oficiais superiores (...) foi feita em nome da unidade nacional em perigo. A burguesia do Rio Grande do Sul, esquecida das suas tendências separatistas, fez-se assim, campeã da unidade nacional... sob a sua hegemonia política. E foi apeado do governo federal o partido mais representativo dos interesses da burguesia monopolizadora de São Paulo, uma vez vacilante a sua base econômica, caracterizada pela monocultura capitalista. Agora, está-se vendo a burguesia, baseada na policultura, pecuária e industrias correlatas, fazendo a campanha pela “unidade da pátria””. Ibidem.

⁷⁶⁹ “O Estado de compromisso, expressão do reajusto nas relações internas das classes dominantes, corresponde, por outro lado, a uma nova *forma de Estado*, que se caracteriza pela maior centralização, o intervencionismo ampliado e não restrito apenas à área do café, o estabelecimento de uma certa racionalização no uso de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional (Código de Minas, Código de Águas)”. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. *Op. cit.*, pp. 109 – 110.

⁷⁷⁰ COMISSÃO EXECUTIVA PROVISÓRIA DA LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). **Aos trabalhadores do Brasil**. *Op. cit.*, p. 9.

⁷⁷¹ Ibidem.

Foi no texto intitulado “Esboço de análise da situação econômica e social do Brasil” que os oposicionistas apresentaram de forma mais sistemática esta interpretação. Este artigo foi concluído em outubro de 1930, mas só foi publicado no nº 6 de *A Luta de Classe*, em fevereiro-março de 1931, com o assinatura de M. Camboa e L.Lyon, pseudônimos de Mário Pedrosa e Lívio Xavier. O texto também foi traduzido por Benjamin Peret e publicado simultaneamente no jornal oposicionista francês, *La Lutte de Classe*, nº 28-29.

Del Roio considera o Esboço “a mais consistente reflexão do ponto de vista marxista sobre a formação social brasileira”⁷⁷² daquele período e, de acordo com Ferreira, o artigo está entre os três principais textos produzidos pelo pensamento marxista na década de 1930.⁷⁷³ Escrito enquanto o processo “revolucionário” ainda estava em curso, Pedrosa e Xavier apresentaram interessantes reflexões teóricas. Por meio de uma análise diacrônica e sincrônica, buscaram compreender a crise econômica e política à luz do desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil.⁷⁷⁴ A investigação parte do processo de colonização, analisa a formação do Estado brasileiro, a República e a crise da oligarquia em curso, buscando trazer à tona a estrutura econômica brasileira, sua inserção no mercado mundial e o papel das classes.⁷⁷⁵

Na primeira parte do texto, a preocupação é determinar as particularidades da colonização brasileira. O texto se inicia com a seguinte afirmação: “O modo de produção capitalista e a acumulação – e, por consequência, a propriedade privada capitalista – foram exportados diretamente das metrópoles para o Novo Mundo”.⁷⁷⁶ Já na frase de abertura do texto estabelece um grande rompimento com a literatura consagrada pela direção comunista. O processo colonizador é interpretado como empreendimento da burguesia comercial portuguesa.

⁷⁷² DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa*. *Op. cit.*, p. 171.

⁷⁷³ “(...) reflexões de Mário Pedrosa e Lívio Xavier elaboradas no texto *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, de outubro de 1930. Este texto, juntamente com o livro de Caio Prado Jr., *A evolução Política do Brasil*, e *Caminho da Revolução Operária Camponesa*, de Leôncio Basbaum, podem ser considerados os três principais da esquerda marxista brasileira, publicados na década de 1930”. FERREIRA, Pedro Roberto. **O Brasil dos trotskistas (1930-1960)**. In: *Cadernos AEL: Trotskismo*. Vol. 12. n. 22/23, 2005, pp. 22-23.

⁷⁷⁴ “Embora seja apenas um esboço, explicitado no próprio título, esse trabalho consegue analisar minimamente as condições históricas concretas da introdução do capitalismo na formação econômica brasileira. Há, pois, nesse curto ensaio uma sensibilidade teórica em articular o abstrato do modo de produção com o concreto da formação econômica e uma preocupação em demonstrar a especificidade do capitalismo brasileiro em relação ao caráter universal”. CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *Mário Pedrosa, Lívio Xavier e as origens do marxismo no Brasil*. Disponível em: <https://marxismo21.org/mario-pedrosa-e-livio-xavier-2/>. Acessado em 10 dez 2017.

⁷⁷⁵ “Há, pois, nesse curto ensaio uma sensibilidade teórica em articular o abstrato do modo de produção com o concreto da formação econômica. O texto consegue definir satisfatoriamente a especificidade do capitalismo brasileiro em relação ao seu caráter universal”. CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *A oposição de esquerda brasileira*. *Op. cit.*, p. 112.

⁷⁷⁶ CAMBOA M. (PEDROSA, Mário) LYON, L. (XAVIER, Lívio). **Esboço de uma análise sobre a situação brasileira**. In: *A Luta de Classe*. n. 6. Ano 2. Rio de Janeiro. Fev-mar. 1931, p. 3.

Essa tese lançada pelos opositoristas está em acordo com o pensamento que Marx apresenta em *O Capital*, essencialmente nos capítulos XXIV e XXV do livro primeiro⁷⁷⁷, onde aparece a estreita relação entre o processo de acumulação primitiva e a colonização europeia na América. Diz Marx: “A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravidão e o enfurnamento da população nativa nas minas (...) Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva”.⁷⁷⁸ A teoria da história de Marx elucida que a realidade não pode ser apreendida de forma particular e isolada. Pelo contrário, deve-se buscar a totalidade histórica. Nessa perspectiva, a colonização portuguesa da América esteve diretamente vinculada ao processo capitalista de acumulação primitiva.

Um aspecto interessante do texto é que Pedrosa e Xavier tiveram dificuldades em caracterizar o modo de produção que vigorou durante o Brasil Colônia. Sobre este importante aspecto, o texto apresenta uma certa confusão e inconsistência conceitual. Apesar de identificarem a colonização com a acumulação primitiva capitalista, os autores compreendem que o desenvolvimento econômico colonial apresentava particularidades. Logo, era complicado afirmar que o Brasil já era capitalista, por isso, devido as especificidades, os opositoristas recorreram ao conceito de feudalismo:

Nunca houve aqui terras livres, aqui também não conhecemos o colono livre dono de seus meios de produção, mas o aventureiro o da metrópole, o fidalgo português, o comerciante holandês, o missionário jesuíta – que não tinham qualquer outra base a não ser o monopólio das terras. Sob uma forma peculiar de feudalismo, todos vinham explorar a força de trabalho indígena adaptado e do negro importado.⁷⁷⁹

Apesar de usarem o conceito de feudalismo, os autores não o comparam com a experiência europeia, afirmam que era uma forma particular. Era evidente para eles que este conceito era insatisfatório para caracterizar o modo de produção vigente no Brasil colônia. De acordo com Vilas Boas, “Pedrosa e Xavier utilizaram feudalismo como figura retórica, não aplicando este conceito à formação social brasileira por analogia ao feudalismo europeu. (...) usaram o termo por falta de um conceito específico na literatura marxista do período”.⁷⁸⁰ Assim, em algumas passagens, os autores apontam aproximações com o capitalismo, mas também

⁷⁷⁷ Castro aponta que os opositoristas “tinham um mínimo de conhecimento da teoria econômica marxista contida em *O Capital*. Lembramos que Mário Pedrosa, um dos autores do texto de 1930, tinha conhecimentos da língua alemã, além de ter estudado, nos anos 1920, teoria econômica alemã”. CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *Mário Pedrosa, Lívio Xavier e as origens do marxismo no Brasil*. *Op. cit.*

⁷⁷⁸ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 285.

⁷⁷⁹ CAMBOA M. (PEDROSA, Mário) LYON, L. (XAVIER, Lívio). *Op. cit.*, p. 3.

⁷⁸⁰ VILAS BOAS, Josnei Di Carlo. **A interpretação sobre o Brasil de Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil**. In: *1 Semana de Pós-Graduação em Ciência Política*. Universidade de São Carlos, 2013, pp. 6-7.

relacionam com um sistema feudal particular. Como afirma Castro: “não é explicitado qual seria o modo de produção hegemônico no Brasil colonial”.⁷⁸¹

Pedrosa e Xavier sabiam que não se tratava do mesmo capitalismo ou feudalismo europeu. Assim, na ausência de um melhor arcabouço teórico, deixaram uma pequena lacuna na análise. Todavia, a leitura do texto deixa implícito que compreendiam a colonização como atrelada ao processo de acumulação capitalista e entendiam o Brasil com características próprias. A interpretação oposicionista aponta que a economia colonial brasileira mesclava e combinava elementos avançados e retrógrados. Mas do encontro entre as formas capitalistas e arcaicas, a lógica da produção e acumulação de capital era a que se impunha. De acordo com Ferreira:

O capitalismo monopolista ao encontrar-se com a produção pré-capitalista imediatamente a submete, redefinindo suas premissas sob o império da sua lógica de produção. (...) a análise que o texto dos oposicionistas fez do capitalismo no Brasil, verifica-se sob a égide da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, a constituição de uma economia/social produzida pelas lutas entre a burguesia e o proletariado.⁷⁸²

A partir dessa perspectiva, Pedrosa e Xavier evidenciaram em várias passagens a relação estreita entre a economia colonial e a metrópole: “O Brasil nunca foi, desde a sua primeira colonização, mais que uma vasta exploração agrícola”.⁷⁸³ E acrescenta: “A produção agrícola colonial foi destinada desde o começo aos mercados externos. O Brasil foi, no século XVII, o principal produtor de açúcar do mundo”.⁷⁸⁴ Eles foram os primeiros a destacarem o caráter complementar da economia colonial. Assinalaram que os ciclos econômicos do açúcar, das minas de ouro e, posteriormente, do café, se impuseram a partir das demandas exteriores.⁷⁸⁵ Em muitos aspectos, estas considerações anteciparam as análises de Caio Prado Jr., consagradas nas páginas de *A formação do Brasil contemporâneo*.

Uma vez analisadas as características do Brasil colônia, Pedrosa e Xavier avançaram para a investigação sobre a formação do Estado brasileiro, relacionando-o com os elementos fundamentais da sociedade brasileira. Assim, apontaram que o Estado se constituiu sob uma

⁷⁸¹ CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **As esquerdas e o processo constituinte brasileiro de 1933-34**. In: *História Social*. Campinas, vol. 1, n. 2, 1995, p. 69.

⁷⁸² FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de revolução na esquerda brasileira*. *Op. cit.*, p. 211.

⁷⁸³ CAMBOA M. (PEDROSA, Mário) LYON, L. (XAVIER, Lívio). *Op. cit.*, p. 3.

⁷⁸⁴ *Ibidem*.

⁷⁸⁵ “O texto de Pedrosa e Xavier, redigido para a Liga Comunista, antecipa, em grande medida e por várias décadas, uma interpretação da realidade social no Brasil. A começar pelo entendimento da economia no período colonial, articulada à economia da metrópole, e precedendo fundamentalmente a sua organização estatal. Uma economia colonial que de maneira sistemática respondia aos interesses da metrópole, “complementando” as suas necessidades. Embora contasse com inúmeras peculiaridades, a produção econômica no Brasil nunca deixou de ser conectada contraditoriamente a um todo, a um sistema mais global”. FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de revolução da esquerda brasileira*. *Op. cit.*, p. 209.

base social que preservava as características da colonização, especialmente o monopólio da terra e a força de trabalho escravocrata: “O Estado brasileiro se caracteriza sempre por rígido esquematismo de classe. A sociedade monárquica sustentava-se com a exploração do braço escravo por uma minoria de donos da terra”.⁷⁸⁶ Essa rigidez social impediu que prosperasse a pequena propriedade, o trabalhador livre e o mercado interno. Sob o domínio da burguesia mercantil portuguesa, os elementos que caracterizaram a colônia permaneceram intocáveis. Nesse sentido, o que caracterizava a formação social brasileira era o “trabalho escravo, *latifundium*, produção dirigida pelos senhores da terra com a sua clientela, burguesia urbana e uma camada insignificante de trabalhadores livres, tanto nas cidades como nos campos”.⁷⁸⁷

O Brasil imperial preservou as bases do período colonial e, foi só no final do século XIX com a abolição da escravatura que as relações propriamente capitalistas se consolidaram de forma hegemônica. “A destruição do regime escravagista, que foi determinada pela necessidade do desenvolvimento capitalista do Brasil, abria ao mesmo tempo nova expansão a indústria inglesa que monopolizava, então, o mercado mundial”.⁷⁸⁸ Pedrosa e Xavier argumentaram que a implantação do trabalho livre foi uma adequação às demandas do mercado internacional, necessária para a ampliação das bases capitalistas. Afirmaram, citando Marx, que essa transformação foi uma “simples troca de forma”. Transformou-se a maneira de exploração da força de trabalho, mas a rigidez social não sofreu qualquer abalo.

A grande propriedade permaneceu intacta, assim como a separação entre os produtores e os meios de produção, o que conferia um terreno favorável para a acumulação de capital, que no Brasil continuou se desenvolvendo a partir do campo: “O formidável desenvolvimento da cultura cafeeira é, tipicamente, um desenvolvimento capitalista”.⁷⁸⁹ Aqui se nota que os autores não confundiram capitalismo com industrialização. Não é a forma da produção agrícola ou industrial que define uma sociedade capitalista, mas sim, as relações de produção estabelecidas e suas conexões com o mercado mundial.

De acordo com a interpretação de Pedrosa e Xavier, foi a burguesia cafeeira do Estado de São Paulo que determinou o fim do trabalho escravo e a derrocada da monarquia: “A República foi imposta ao Brasil pela burguesia cafeeira de São Paulo, que não podia aceitar a forma de produção reacionária e patriarcal”.⁷⁹⁰ Os autores interpretaram a República não como uma Revolução Burguesa, um rompimento sistemático, mas apenas como uma ação necessária,

⁷⁸⁶ CAMBOA M. (PEDROSA, Mário) LYON, L. (XAVIER, Lívio). *Op. cit.*, p. 3.

⁷⁸⁷ *Ibidem*.

⁷⁸⁸ *Ibidem*.

⁷⁸⁹ *Ibidem*.

⁷⁹⁰ *Ibidem*.

para que, “se possa operar, sem choques muito graves, o desenvolvimento capitalista nas antigas províncias”.⁷⁹¹ A República foi percebida como uma atualização superestrutural que respondia às exigências capitalistas. Nesse ínterim, ampliou-se a liberdade das oligarquias cafeicultoras no desenvolvimento do seu empreendimento capitalista, consolidando a hegemonia dos produtores paulistas sob as demais frações regionais:

Assim, o cafeicultor faz convergir simultaneamente todos os seus meios de produção para um único objetivo e, por conseguinte, obtém benefícios até então desconhecidos. O tipo de exploração determinou, portanto, prosperidade favorável ao desenvolvimento do capitalismo sob todas as suas formas. Desse modo, o sistema de crédito, o crescimento da dívida pública hipotecária, o comércio nos portos de exportação, tudo ajudava a preparar uma base capitalista nacional. Os braços que faltavam foram importados. A imigração adquiriu, a partir daí, caráter de empresa industrial.⁷⁹²

Os opositoristas também buscaram compreender as diferenças econômicas e a formação de frações burguesas regionais. São Paulo e Minas Gerais controlaram o poder executivo e, através do mesmo puderam valorizar e subsidiar a produção do café: “A burguesia orientava-se, até então, no sentido da manutenção do monopólio da produção cafeeira no mercado mundial”.⁷⁹³ Assim, a burguesia cafeeira consolidou sua hegemonia política e privilegiou a sua produção de forma monopolista, gerando insatisfação nas demais frações.⁷⁹⁴

Essas diferenciações e contradições se aprofundaram após o conflito mundial: “Com o surto da indústria e da maior penetração capitalista, o problema principal complicou-se com a necessidade da criação de um mercado interno”.⁷⁹⁵ Segundo Pedrosa e Xavier, a Primeira Guerra Mundial promoveu uma reorientação econômica, que possibilitou dinamizar a economia nacional para atender as demandas internas e colocou em xeque a hegemonia da burguesia cafeeira: “A urgência e penúria do mercado interno constitui um dos pontos nevrálgicos da instabilidade econômica e política do Brasil”.⁷⁹⁶ A política que se orientava para manutenção do monopólio cafeicultor começou a ser questionada pelas frações regionais dissidentes.⁷⁹⁷

⁷⁹¹ Ibidem.

⁷⁹² Ibidem.

⁷⁹³ Ibidem.

⁷⁹⁴ “Desde o surgimento da República já havia no Brasil o predomínio de alguns estados sobre outros em função da riqueza (poder econômico) ter sido construída a partir dos assim chamados *ciclos econômicos*. Este aspecto determinou características peculiares à relação entre o Estado e as províncias, o Estado e as classes, o Estado e as instituições políticas”. SILVA, Angelo José da. *Op. cit.*, p. 147.

⁷⁹⁵ CAMBOA M. (PEDROSA, Mário) LYON, L. (XAVIER, Lívio). *Op. cit.*, p. 3.

⁷⁹⁶ Ibidem.

⁷⁹⁷ “O pacto do liberalismo excludente e privilegiador da Primeira República mal conteve no bloco dominante as facções oligárquicas não-exportadoras, alinhando-as em nome da defesa da propriedade latifundiária e do mandonismo local. As demais classes, camadas e estratos, inclusive a burguesia industrial, permaneceram à margem da política do Estado”. VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 102.

A análise de Pedrosa e Xavier também assinalam o capitalismo brasileiro e sua inserção no mercado internacional, destacando o papel do imperialismo. Segundo os autores a inserção subordinada da economia brasileira no mercado mundial contribuiu para a manutenção da estrutura social baseada na grande propriedade e na produção de produtos primários, especialmente, a do café. A atuação das potências capitalistas centrais agravava as contradições internas e determinava o papel da burguesia nacional.

Na contramão da política de conciliação de classe e de alianças, os opositoristas afirmaram que: “O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais (...) Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista”.⁷⁹⁸ Pedrosa e Xavier negaram o papel progressista que o PCB afirmava que a burguesia nacional poderia desempenhar. A burguesia estava vinculada e subordinada ao imperialismo e operava sob bases incertas, pois a produção era voltada para o exterior e se desenvolvia em ciclos econômicos: “Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e – em todos os planos – a sua covardia”.⁷⁹⁹

Da subordinação que a burguesia nacional sofre do imperialismo, os trotskistas não concluíram a existência de um aliado, pelo contrário, afirmaram que era essa mesma subordinação que transformava a burguesia em adversário a ser combatido: “Nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos”.⁸⁰⁰ Dessa maneira, negavam qualquer papel progressista às classes capitalistas. Essa conclusão coincide com as teses da *Revolução Permanente* de Trotski que determinavam que nos países de capitalismo atrasado, a burguesia nacional não tinha condições de desempenhar qualquer tarefa revolucionária.

Fazendo referência ao *O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte*, no qual Marx analisou a queda da II República francesa e a ascensão de um governo forte e centralizado apoiado no campesinato, Pedrosa e Xavier observaram: “É assim que se repete na fase imperialista, a subordinação da sociedade ao poder executivo, na qual Marx via a expressão da influência política dos camponeses parcelários”.⁸⁰¹ O imperialismo cumpria um papel decisivo ao fomentar a hipertrofia do poder executivo. Diante destas condições, a indústria só poderia se desenvolver se estivesse entrelaçada com o Estado. Apoiando-se em Trotski, acrescentaram:

As exigências do desenvolvimento industrial obtêm, como condição essencial, o apoio direto do Estado: a indústria nasce ligada ao Estado pelo cordão umbilical. O reforço gradativo do poder executivo é, aliás um processo regular

⁷⁹⁸ Ibidem.

⁷⁹⁹ Ibidem.

⁸⁰⁰ Ibidem.

⁸⁰¹ Ibidem.

e sistemático do desenvolvimento em países politicamente secundário, como o demonstra Trotski com relação à Rússia czarista.⁸⁰²

Para os opositoristas, as condições do desenvolvimento capitalista no Brasil eram similares as da Rússia. Em terras brasileiras a monarquia já havia sido derrubada, mas as comparações ainda eram válidas, uma vez que a República se constituiu tendo no poder executivo a sua força determinante: “A apologia de governos fortes, a divinização da ordem, o ataque contra a democracia e o liberalismo foram os pontos principais da ideologia reacionária”.⁸⁰³ A reação contra a classe trabalhadora se ampliou a partir do governo de Epitácio Pessoa, quando assumiu um caráter de classe. A partir de então, com Arthur Bernardes e Washington Luiz o “fetichismo da autoridade constituída”⁸⁰⁴ ampliou a obsessão pela ordem.

Outro mérito dos opositoristas que ilustra o pioneirismo desse texto é a utilização do conceito de bonapartismo. Os membros da LC foram os primeiros a trazerem para a análise da realidade brasileira a interpretação lançada por Marx em *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. Ao identificarem o crescimento do poder executivo e a dependências que as frações burguesas tinham do Estado, realizaram uma analogia com a França do século XIX e, demonstraram que no Brasil a primeira República caía diante da incapacidade burguesa em solucionar as suas contradições e em garantir as liberdades democrática da República burguesa.⁸⁰⁵

Para Pedrosa e Xavier a centralização do poder estatal não aparecia como uma ruptura, mas como resultado do desenvolvimento capitalista. “Sob o regime burguês, o aparelho estatal tende a evoluir naturalmente para uma centralização crescente”.⁸⁰⁶ Ainda apontam que o Brasil reunia condições particulares que acentuavam e aceleravam o processo de hipertrofia do poder executivo. Segundo os autores diversos fatores eram favoráveis para esse desenvolvimento bonapartista, entre os quais, a baixa densidade populacional, o predomínio da agricultura, a ausência da renda fundiária, a divisão política, o impulso industrial progressivo e a pressão

⁸⁰² Ibidem.

⁸⁰³ Ibidem.

⁸⁰⁴ Ibidem.

⁸⁰⁵ “No Brasil todas as classes estão subordinadas ao executivo e as palavras de ordem liberais, mesmo as mais banais, tem, para o governo, um caráter subversivo. (...) Os chamados liberais aplaudem a repressão policial quando esta exerce contra as organizações proletárias. Marx escreveu que, na véspera do golpe de Estado de Napoleão III, a burguesia francesa tachava de heresia “socialista” o que ela qualificava, anteriormente, como “liberal” e reconhecia, desse modo que, para conservar intacto seu poder social, era mister romper seu próprio poder político e que a burguesia não pode continuar e explorar as outras classes e a gozar tranquilamente da propriedade, da família, da religião e da ordem, senão à condição de ver sua classe condenada a mesma nulidade política que as outras classes e, assim, proclama sua dominação política incompatível com sua segurança e sua própria existência”. CAMBOA, M. (PEDROSA, Mário) LYON, L. (XAVIER, Lívio). *Op. cit.*, p. 3.

⁸⁰⁶ CAMBOA M. (PEDROSA, Mário) LYON, L. (XAVIER, Lívio). *Op. cit.*, p. 3.

imperialista. Em suma, como resultado do “desenvolvimento desigual do capitalismo”⁸⁰⁷ surgia um Estado forte e centralizado que atuava ao lado das burguesias nacionais e internacionais.⁸⁰⁸

Pedrosa e Xavier investigaram a formação social brasileira e verificaram que a centralização do poder executivo era um contorno marcante desde o período colonial. E é a partir da centralidade que o Estado ocupa que os oposicionistas compreendem a Revolução de 1930. Os conflitos armados de outubro foram interpretados como uma disputa entre as frações burguesas regionais para controlar o poder executivo.⁸⁰⁹ O desenvolvimento capitalista fora do eixo do café despertou o interesse das demais classes dominantes regionais em defender seus interesses econômicos e participar de forma igualitária da gestão da máquina estatal.⁸¹⁰

A interpretação histórica lançada pela LC sobre a Revolução de 1930 é essencialmente distinta daquela apresentada pelos comunistas. Para Pedrosa e Xavier a Revolução de 1930 não foi compreendida como o processo de ascensão da burguesia industrial ao domínio político e também não representa um movimento das camadas médias, movidas por interesses ideológicos ou econômicos. A ascensão do governo Vargas foi caracterizada como resultado de um conflito entre as diferentes frações regionais em busca do controle do poder executivo, que diante da fragilidade política das classes se tornou cada vez mais autônomo.⁸¹¹

Pedrosa e Xavier concluem a análise reafirmando os princípios básicos do bolchevismo ao apontar que no Brasil: “A obra mais urgente do proletariado é a criação de um verdadeiro partido comunista de massas, capaz de conduzi-lo para sua tarefa histórica: a instauração da ditadura proletária”.⁸¹² Essa conclusão é importante, uma vez que expressa uma diferença fundamental com as teses defendidas pela IC e pela direção do PCB.

⁸⁰⁷ *Ibidem*.

⁸⁰⁸ “Na ordem do dia para o capitalismo brasileiro, estava a presença de um Estado centralizador que pudesse ser o sujeito da aliança tripartite, frente ao capital financeiro internacional e a da burguesia brasileira”. FERREIRA, Pedro Roberto. **O Brasil dos trotskistas (1930-1960)**. *Op. cit.*, p. 28.

⁸⁰⁹ “Com o desenvolvimento capitalista dos outros estados do Brasil, é natural que os partidos dominantes nesses estados desejem participar cada vez mais – em pé de igualdade – da gestão do aparelho do governo central. Assim, o poder executivo tornou-se, na sociedade brasileira, a força decisiva que permite a oligarquia do partido que o exerce um domínio quase completo”. CAMBOA M. (PEDROSA, Mário) LYON, L. (XAVIER, Lívio). *Op. cit.*, p. 3.

⁸¹⁰ “Não é à toa que as lutas se tornavam renhidas durante as eleições presidenciais. Daí os autores examinarem a Revolução de 1930 enquanto um processo inteligível com a análise da formação social brasileira desde a colonização”. VILAS BOAS, Josnei Di Carlo. *Op. cit.*, p. 19.

⁸¹¹ De acordo com a interpretação de Silva, as teses trotskistas em alguns momentos destacam o predomínio de fatores econômicos (a centralização do Estado como resultado do desenvolvimento capitalista) e o fatores políticos (a “Revolução de 1930” como resultado da luta de classes, ou melhor, uma luta interclasse). Para o autor, existe uma “concorrência” entre estas duas teses. Não obstante, ele aponta que o problema central na análise é que está na origem desta “oscilação” é a ausência de uma investigação sobre o papel desempenhado pelo tenentismo e pelas classes populares. Para Silva: “A completa ausência de uma análise eficiente sobre o tenentismo, esclarecendo sua força política e sua representação da classe média, constitui a raiz dos principais equívocos dessa corrente”. SILVA, Angelo José da. *Op. cit.* p. 157.

⁸¹² CAMBOA M. (PEDROSA, Mário) LYON, L. (XAVIER, Lívio). *Op. cit.*, p. 3.

De acordo com a LC, a revolução brasileira não teria um caráter burguês-democrático, pois não se tratava de criar condições materiais para se desenvolver o capitalismo. Os oposicionistas apresentaram um rompimento com a teoria etapista, uma vez que a tarefa mais urgente que se colocava era a da revolução socialista mediante a organização do proletariado. Nessa perspectiva, a luta entre capital e trabalho reconquistava a sua centralidade no programa revolucionário. Logo, a classe operária e suas organizações, de vanguarda (partido) e de massas (sindicato), deixavam de ser encaradas como forças auxiliares do desenvolvimento burguês, para se apresentarem como o alfa e o ômega da revolução socialista.

1.2 A LC e a Assembleia Nacional Constituinte

Entre 1931 e 1933, a principal luta política da LC foi a reivindicação pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Compreendiam que no cenário nacional, a reivindicação da constituinte, pelas liberdades democráticas se colocava como a questão mais imediata, pois era ela que garantiria a organização dos sindicatos e demais organizações operárias. E nesse tema, eles se colocaram em campo totalmente oposto à direção do PCB. Enquanto estes, seguindo uma orientação ultra esquerdista, repudiavam e denunciavam a luta no interior da democracia burguesa, os oposicionistas, o PSB e a oligarquia Paulista, cada um a partir de princípios diferentes, exigiam a convocação da Constituinte.⁸¹³

Já na primeira edição do *Boletim da Oposição*, de janeiro de 1931, a problemática em torno da constituinte foi abordada. Entre os artigos publicados, destaca-se a tradução de um texto de Trotski, intitulado “A palavra de ordem da Assembleia Constituinte na China”. Este artigo discutiu a pertinência da participação dos comunistas em uma Assembleia Constituinte burguesa. Tomando como referência a conjuntura chinesa, Trotski respondeu que mesmo diante dos limites do Estado de direito burguês, os revolucionários deveriam lutar pelas liberdades democráticas. Todavia, acrescentou que também era necessário expor os limites do direito burguês e reivindicar a sua superação, construir soviets e apontar para formas de participações políticas mais democráticas.⁸¹⁴

⁸¹³ “São Paulo tornou-se o *locus* privilegiado das oposições e da campanha pró-constituinte. Por motivos diversos a oligarquia paulista e a esquerda não-pecebista (a Liga Comunista e o PSB, principalmente) lutaram pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte”. CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **As esquerdas e o processo constituinte brasileiro de 1933-34: projeto e ação política**. In: *História Social*. Campinas, vol. 1, n. 2, 1995, p. 60.

⁸¹⁴ “Se não somos bastante fortes, para substituí-la, quer dizer, para tomar o poder, naturalmente que compareceremos. Um tal estágio de nenhum modo nos enfraqueceria. Pelo contrário, ele nos auxiliaria a reunir e desenvolver as forças da vanguarda proletária. Dentro desta pseudo-assembleia, e particularmente fora dela,

Em *A Luta de Classe*, nº 6 e 7, os oposicionistas reafirmaram a necessidade de se posicionar favoravelmente diante do debate sobre a constituição. Entendiam que Assembleia Constituinte representava os interesses mais imediatos, a aspiração política mais rudimentar, pois era o que garantiria o direito de associação, de organização e a liberdade de pensamento e ação.

Nos artigos *A Palavra de ordem da Constituinte* e *O proletariado e a constituinte*, esclareceram de forma mais consistente qual era o posicionamento da organização diante do debate apresentado. No Brasil, o governo Vargas era exercido desde outubro de 1930 de forma discricionária. As liberdades mais elementares e de reunião, de organização, de imprensa estavam suspensas. Com efeito, a tarefa fundamental era recuperar os direitos essenciais. A nova constituição deveria ser a mais democrática possível, com plenos poderes, com representação direta dos trabalhadores e que garantisse direito de voto secreto a todos, independente da profissão, sexo ou nacionalidade, extensivo à soldados e marinheiros:

Nós queremos uma Constituinte que seja a representação legítima e direta de todo o povo espoliado, onde não haja restrição de voto para ninguém, onde o soldado o marinheiro, o camponês, o operário, o trabalhador estrangeiro e as mulheres possam votar, uma constituinte na qual o próprio executivo fique subordinado. Esta constituinte os democráticos não querem.⁸¹⁵

Os democráticos eram a fração burguesa que havia perdido espaço pós-1930 e ansiava frear os avanços do governo discricionário. A burguesia paulista reivindicava a constituição a fim de recuperar parte da influência perdida no poder executivo e legislativo.⁸¹⁶ O interesse dessa fração burguesa não era ampliar as liberdades da classe trabalhadora. Por isso, a LC defendeu que a participação das organizações revolucionárias na constituinte era imprescindível. Era preciso apresentar os interesses dos operários e realizar a crítica, apontar os limites de uma constituição estritamente burguesa.

Nesse sentido, argumentaram: “se fossemos deixar os democráticos só em campo a pelear demagogicamente pela Constituinte, iríamos cair na mais estéril das abstenções,

conduziremos uma agitação por uma nova assembleia mais democrática”. TROTSKI. **A palavra de ordem da Assembleia Constituinte na China**. In: *Boletim da Oposição*. n. 1. Jan. 1931, p. 6.

⁸¹⁵ LIGA COMUNISTA (Oposição). **A palavra de ordem da constituinte**. In: *A Luta de Classe*. n. 6. Ano II. Rio de Janeiro. Fev-mar. 1931, p. 1.

⁸¹⁶ “A fração da burguesia, partidária da Constituinte, é formada de gente descontente e despeitada ou apeada do poder – burguesia urbana, comercial e financeira, com seu cortejo de advogados, professores, engenheiros e etc. Fazendeiros afogados na superprodução, e industriais que não podem viver sem ligação direta com o Estado burguês, não entram em apreciação sobre as vantagens do regime constitucional. O que eles querem é que o governo federal os tire do aperto. Quanto ao mais dão-se muito bem com o cambio baixo, etc”. Idem. **O proletariado e a constituinte**. In: *A Luta de Classe*. n. 7. Ano II. Rio de Janeiro. Mai. 1931, p. 3.

cometeríamos o crime de abandonar a massa à tapeação “democrática””.⁸¹⁷ A posição assumida pelos opositoristas era de denunciar a manobra da burguesia democrática, que ansiava uma constituinte censitária. Para a LC, a tarefa mais urgente era “desmascarar aos olhos da massa o jogo safado dos partidos burgueses, sejam a favor ou contra a Constituinte” e defender uma constituinte democrática e popular que garantisse a ampliação das liberdades às organizações dos trabalhadores.⁸¹⁸

A LC também lançou críticas à direção do PCB por se abster de lutar pela constituinte. Os stalinistas atuavam de acordo com as teses do Terceiro Período e desacreditavam qualquer luta no interior da democracia burguesa. Em *A Classe Operária* denunciaram a constituinte como uma “tapeação”, uma manobra dos fazendeiros, capitalistas e chefes militares.⁸¹⁹ Para os opositoristas esta postura dogmática e de crença numa “radicalização das massas” era ilusória e afastava o partido dos interesses mais imediatos da classe trabalhadora, que era a luta pelas liberdades democráticas:

Que fazem os burocratas? Fecham-se numa política sectária, negativista, recusam-se a tomar posição nas questões políticas da maior importância e suscetíveis de interessar a toda a massa popular como a Constituinte, e se limitam a “decretar” a fâlecia inevitável da burguesia, a radicalização das massas e a proclamar como um ideal abstrato o governo dos camponeses e operários.⁸²⁰

Em março de 1932, durante a Conferência Nacional da Oposição, a LC sistematizou de forma mais precisa a sua proposta em torno da constituinte. Na ocasião foi elaborado o *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte*, que foi publicado em maio de 1932 no *Boletim da Oposição*, nº 4.⁸²¹ Por meio da análise das 10 teses apresentadas neste documento é possível compreendermos o conceito que os opositoristas brasileiros tinham do Estado, e como caracterizavam a democracia e a República burguesa.

⁸¹⁷ Idem. **A palavra de ordem da constituinte.** In: *A Luta de Classe*. n. 6. Ano II. Rio de Janeiro. Fev-mar. 1931, p. 1.

⁸¹⁸ Ibidem.

⁸¹⁹ “(...) em nenhum momento e sob nenhum pretexto o Partido Comunista se solidariza com a palavra de ordem reacionária, demagógica e enganadora da “convocação imediata da constituinte” lançada pelos caudilhos e partidos de oposição feudal-burguesa e apoiada, defendida e propagada pelos chefes traidores e contrarrevolucionários do trotskismo brasileiro, agitadores, propagandistas e agentes no meio operário, dos fazendeiros e burgueses ligados aos imperialistas, que, disfarçados com frases e atitudes de “esquerda”, praticam atos de direita e de traição (...)”. **PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. A constituinte dos fazendeiros, capitalistas e chefes militares será uma arma a mais para eternizar a miséria e a opressão das massas e a preparar a guerra.** In: *A Classe Operária*. n. 145. Rio de Janeiro. Nov. 1932, p. 3.

⁸²⁰ LIGA COMUNISTA. **A palavra de ordem da constituinte.** In: *A Luta de Classe*. n. 6. Ano II. Rio de Janeiro. Fev-mar. 1931, p. 1.

⁸²¹ Idem. **Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte.** *Boletim da Oposição*. n. 4. Mai. 1932, p. 2.

A primeira tese apresentou o Estado como um instrumento de autoridade de uma classe sobre outra, que sob a ordem capitalista se caracterizava pela institucionalização da dominação da burguesia sobre o proletariado. Logo, o que fundamentava esta sociedade era a “ditadura da burguesia”. Por sua vez, a classe operária só poderia superar este domínio e libertar-se por meio de uma Revolução Proletária, que instituiria a “ditadura do proletariado”, baseada nos sovietes que funcionariam como órgão do governo e no Partido Comunista.

Segundo as teses, os sovietes poderiam e deveriam ser criados antes da insurreição, sempre que a questão da tomada do poder estiver posta, como durante uma greve geral. Assim, esclareceu a LC que os sovietes tinham uma dupla função: “Os sovietes têm duas utilidades: uma, de órgãos da insurreição, como organismo de frente única das massas no período que precede a tomada do poder pelo proletariado; e outra, de órgãos de poder, após a destruição do aparelho de Estado burguês”.⁸²² Um vez que o proletariado seja vitorioso e tome o Estado em suas mãos, os sovietes, enquanto órgãos do poder operário, se opõem às instituições democráticas burguesas, pois esta forma de poder é superior à representação política parlamentar. Somente, diante do triunfo da revolução e da consolidação do poder aos sovietes “soa a última hora da democracia burguesa”. Não obstante:

(...) enquanto a burguesia conservar o poder em suas mãos, o proletariado deverá recorrer a todas as formas da democracia burguesa, pois não só será esse o meio mais fácil de alcançar a destruição dos mesmos, como também a forma mais natural de conduzir as massas retardatárias, que ainda possuem ilusões democráticas, ao caminho da revolução proletária.⁸²³

Ora, enquanto a revolução proletária permanecesse apenas no horizonte, a palavra de ordem e a participação numa Assembleia Constituinte permanecia necessária. A vanguarda proletária deveria aproveitar das liberdades democráticas, e ocupar o parlamento, não para se adaptar e reformar o sistema, mas para destruí-lo, denunciando-o, desmascarando-o, realizando a propaganda comunista, a fim de elevar a consciência dos trabalhadores: “Por ocasião das eleições para as instituições democráticas da burguesia, o proletariado deverá apresentar candidatos próprios, saídas de sua classe e sustentar um programa revolucionário, baseado numa política revolucionária independente”.⁸²⁴ O boicote à democracia burguesa só poderia ocorrer diante de uma perspectiva concreta de tomada do poder. As liberdades democráticas burguesas só poderiam ser substituídas pela ditadura do proletariado e, se essa não estiver na ordem do dia, então, a luta pela constituinte deveria ser reivindicada.

⁸²² Ibidem, p. 3.

⁸²³ Ibidem.

⁸²⁴ Ibidem.

A tese cinco reforçou a ideia de que o parlamento deveria ser utilizado pelas forças revolucionárias para denunciar e esclarecer à classe operária sobre o caráter predatório do modo de produção capitalista e sobre as ilusões do seu regime institucional de poder:

A participação do partido comunista nos parlamentos burgueses é necessária para chamar as massas mais retrógradas a vida política. Em todo o mundo capitalista, ao lado do proletariado consciente dos seus objetivos revolucionários, encontram-se largas camadas da população trabalhadora, sustentáculo da democracia burguesa porque, escravas das ilusões constitucionais, esperam ainda do exercício do voto uma mudança radical de condições de vida. É para o esclarecimento dessas consciências, que o partido do proletariado revolucionário deve entrar nas eleições e na luta dos partidos no parlamento burguês.⁸²⁵

A tarefa do PC, enquanto vanguarda política do proletariado, é de organizar a massa trabalhadora em direção a tomada do poder e destruição do Estado burguês. Mas para realizar esta tarefa se coloca a necessidade de se aproximar da classe operária, conquistá-las e organizá-las nas fábricas e nos sindicatos. Para realizar estas tarefas imediatas, os comunistas precisavam das liberdades democráticas, pois na clandestinidade, a tarefa muito mais difícil. Nesse sentido, a tese sete apontou que “Antes da luta pelo poder, existe a luta pelas massas e essa luta se desenvolve sobre as bases da democracia burguesa e, em larga medida, sob as palavras de ordem da democracia”.⁸²⁶

Nota-se que a LC desqualificava as tentativas de tomar o poder por meio de uma insurreição, sem um prévio trabalho sistemático junto às organizações dos trabalhadores. Esta era mais uma crítica à direção do PCB que suscitava uma visão sectária e proclamava a insurreição como tarefa imediata. O *Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte* foi encaminhado à direção comunista que o ignorou e não respondeu aos opositoristas.

A luta pela Constituinte, pelas liberdades democráticas, levada adiante pela LC durante este período foi parte fundamental de um programa político que concebia a realização de uma frente única proletária. Os opositoristas compreendiam que a participação no parlamento burguês era parte fundamental da luta pela própria revolução. Afinal, sem as liberdades democráticas, o proletariado não poderia se organizar em sindicatos e defender de forma independente os seus interesses econômicos e políticos.

⁸²⁵ Ibidem, p. 5.

⁸²⁶ Ibidem, p. 6.

2. Os oposicionistas e as disputas pelos sindicatos

No início de 1931, o movimento sindical brasileiro passava, mais uma vez, por um momento de reorganização. Havia quatro tendências principais que divergiam entre si e buscavam orientar e dirigir a luta dos trabalhadores. Os reformistas que colaboravam com a política governamental e dirigia a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) e o Sindicato dos Ferroviários do Estado de São Paulo (SFSP). A corrente anarcossindicalista que havia reconquistado espaço e contava novamente com apoio dos operários revolucionários. Em março fundaram a FOSP e conquistaram a sua direção, contando com o suporte de outros treze importantes sindicatos. Havia ainda os comunistas que buscavam se reestruturar. Eles comandavam a CGT, mas a central sindical não tinha qualquer existência real, contando apenas com a simpatia de seus militantes e de alguns operários isolados. E, por fim, a LC que era um grupo minoritário e tinha influência apenas junto aos gráficos.

Mas além da luta que se travava no interior do movimento operário, uma outra batalha que se colocava diante das tendências revolucionárias, era o combate ao governo Vargas e sua política corporativista que começou a tomar forma com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), com a Lei de Sindicalização e com a implementação de novas leis trabalhistas.

2.1 O avanço do sindicalismo corporativista

Se até 1930 predominava o dogmatismo liberal de que o Estado não poderia intervir, influenciar ou regular as relações entre patrões e empregados, o governo provisório de Vargas caminhou em direção oposta. Os contratos de trabalho deixaram de ser objeto de relações pessoais e particulares e foram adquirindo cada vez mais um caráter impessoal. A relação capital-trabalho deixou de ser tratada como uma questão privada e foi incorporada ao âmbito das preocupações do Estado. Assim, logo no primeiro mês de governo, em 26 de novembro de 1930, através do Decreto nº 19.433, instituiu-se o MTIC, também conhecido como “Ministério da Revolução”, como foi denominado por seu primeiro ministro, Lindolfo Collor.

A regulação das relações de trabalho foi uma das principais preocupações do Estado intervencionista e centralizador que emergiu após outubro de 1930. A criação de um departamento governamental para tratar da “questão social” foi a primeira medida no sentido de institucionalizar as relações de trabalho. O objetivo do novo ministério era não apenas

regular, mas também mediar e disciplinar, para contornar e evitar distúrbios e conflitos que pudessem comprometer a produção e a ordem social. De acordo com Vargas:

O novo Ministério mantém estreito contato com as indústrias e comércio, sem falar nos representantes das classes operárias, procurando assisti-los em todos os seus interesses. A sua norma de ação consiste em substituir a luta de classes, negativista e estéril, pelo conceito orgânico e justo da colaboração entre as classes, com severa atenção às condições econômicas do país e aos reclamos da justiça social.⁸²⁷

Como demonstra o próprio Vargas, o Estado se apresentava como órgão regulador e mediador, buscando negar e camuflar os interesses antagônicos. O objetivo dessa orientação corporativista era a de impedir que a luta de classes se revelasse. A mediação e a colaboração deveriam substituir o conflito e as tensões entre a classe patronal e operária.⁸²⁸ Para tanto, o Estado se apresentou como agente regulador, a fim de limitar a ação política dos trabalhadores dentro dos limites da reprodução capitalista. A presença do Estado normatizando e regulando as relações entre capital e trabalho visava impedir que a relação produtiva se desequilibrasse, tendo a burguesia impondo condições insuportáveis ou, por seu turno, tendo a classe operária paralisando a produção e se radicalizando.

Os atores sociais deveriam ser organizados pelo Estado e, suas associações, especialmente os sindicatos operários, deveriam estar sobre o controle e fiscalização dos agentes governamentais. A criação do MTIC foi o primeiro passo de implementação de uma política de intervenção no sistema produtivo, a fim de regular o mercado de trabalho, superar a crise econômica, estabilizando as relações entre capital e trabalho.

A absorção da chamada “questão social” pelo Estado aparece como resultado das transformações econômicas e políticas do período pós-guerra, dentre as quais, destaca-se a Revolução Russa. Com efeito, desde o Tratado de Versalhes em 1919, a legislação trabalhista passou a ser discutida e implementada nos países de capitalismo avançado e retardatários. No Brasil, surgiram leis no início da década de 1920, mas com Vargas, esse movimento se concretizou diante da intervenção estatal que buscava fomentar uma indústria para atender o mercado interno. Bernardo aponta que a intervenção estatal “se inscreve no plano mais geral de ordenação do mercado de força de trabalho e de regulamentação da ação sindical, objetivando

⁸²⁷ *Apud* BERNARDO, Antônio Carlos. *Op. cit.*, p. 84.

⁸²⁸ “Em termos práticos, a expansão do Estado a todas as esferas da sociedade significa que todas as relações sociais são mediadas pelo Estado. No caso particular das relações de trabalho, consolida-se uma estrutura triangular, formada pela presença do patrão, do trabalhador e do Estado. De fato, no Brasil, tal estrutura passa a marcar todos os aspectos do mundo do trabalho. A presença do Estado é justificável como um meio de equilibrar a relação entre o patrão e o trabalhador, que sob o liberalismo, caracterizava-se pela desigualdade real, escamoteada pela igualdade formal de ambos perante a lei”. MUNAKATA, Kazumi. *Op. cit.*, p. 70.

o controle das variáveis que indiciam diretamente sobre o processo de produção industrial”.⁸²⁹ Nesse ínterim, a regulação dos conflitos entre capital e trabalho se apresentava como medida necessária para o desenvolvimento e ampliação das forças produtivas capitalistas.⁸³⁰

Ao buscar harmonizar as relações de classes, um dos principais alvos do Estado foram as organizações sindicais dos trabalhadores. O objetivo era transformar os sindicatos em órgãos de cooperação. Nesse sentido, em 19 de março de 1931, o decreto nº 19.770, revogou a legislação sindical vigente de 1907 e apresentou nova regulamentação sobre as organizações das classes operárias e patronais. Por meio da nova legislação se traçou as normas essenciais para atuação das agremiações.

Segundo o discurso oficial, os sindicatos deveriam atuar no sentido de harmonizar as relações entre capital e trabalho, buscando o vínculo de solidariedade e o entendimento entre as classes. O artigo 5º destaca que as organizações sindicais passavam a ter um caráter consultivo e técnico no estudo e solução, pelo Governo Federal, dos problemas que econômica e socialmente se relacionarem com os interesses de classe: “O sindicato, de acordo com a teoria corporativista, passa a assumir um caráter público, como uma agência do Estado”.⁸³¹

Assim, estabeleceu-se as normatizações para que as associações tivessem o aval governamental. “A legislação sindical, ao invés de procurar cortar o passo da crescente organização dos assalariados, buscará orientá-la para dentro do aparato estatal”.⁸³² Esta inclusão da classe operária ao cenário social se deu pela coordenação do Estado que ao dirigir e controlar deste processo, tomou todas as medidas para retirar o caráter político-ideológico das relações entre capital e trabalho.

Destaca-se o interesse explícito em limitar a atuação política dos sindicatos e expurgar uma parcela significativa das suas lideranças. A legislação determinou que os sindicatos não poderiam desenvolver propaganda de ideologias que fossem “sectárias” ou estranhas à natureza e finalidade da associação sindical. No mesmo sentido, também proibiram qualquer vínculo com entidades internacionais. De forma complementar, indicaram que as organizações deveriam ser compostas por no mínimo dois terços de trabalhadores brasileiros natos ou naturalizados. “O diploma legal regulador do sindicalismo não escondia a ação desmobilizadora

⁸²⁹ BERNARDO, Antônio Carlos. *Op. cit.*, p. 87.

⁸³⁰ “As novas leis eram até mesmo *necessárias* para administrar o uso da força de trabalho. Mas eram apresentadas para as massas vindas do campo como concessões, dádivas e benefícios. Assim, o Estado passa a ser visto como entidade acima das classes, e até protetor e pai dos pobres e dos fracos”. GIANNOTTI. Vito. *Op. cit.*, p. 21-22.

⁸³¹ MUNAKATA. Kazumi. *Op. cit.*, p. 84.

⁸³² VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 135.

das antigas lideranças sindicais, muitas delas, principalmente em São Paulo, de origem estrangeira”.⁸³³

Ainda se estabeleceu que o reconhecimento só seria obtido se os sindicatos enviassem ao MTIC a relação dos filiados e a cópia dos estatutos, o que garantia ao Estado controle sobre seus membros e sobre o funcionamento das associações. Além disso, admitia-se a presença de representantes governamentais que poderiam assistir às assembleias gerais e examinar a situação financeira dos sindicatos, comunicando ao Ministério quaisquer irregularidades ou infrações e, se houvesse alguma ilegalidade, a legislação previa diferentes penalidades, desde a imposição de multas, fechamento temporário, destituição da diretoria ou dissolução definitiva. A nova legislação, já em 1931, estabeleceu as condições para atrelar o sindicato ao Estado, impedindo-se que as organizações dos trabalhadores se manifestassem de forma independente. Como observou Bernardo:

Deixava praticamente de existir a autonomia sindical. O Estado, através da “Lei de Sindicalização”, procurava não apenas controlar o sindicato, mas retirar do mesmo toda e qualquer possibilidade de desenvolver, junto aos seus associados, uma ação mais coerente com os interesses definidos pelo operariado enquanto classe.⁸³⁴

A estrutura corporativista limitava a ação sindical operária, cerceava sua liberdade e incorporava ao âmbito do Estado a defesa dos interesses dos trabalhadores. O enquadramento jurídico era o pressuposto para a submissão e instrumentalização política dos sindicatos, que se transformavam em órgãos consultivos e de cooperação, organizados de acordo com os interesses governamentais. Como aponta Vianna, “Desmobilização, despolitização e desprivatização, eis o tripé que informava a nova sistemática sindical”.⁸³⁵

O papel do Estado, enquanto árbitro, se revelou de forma clara por meio da instituição das “Juntas de Conciliação e Julgamento”, criadas pelo decreto nº 22.132 de novembro de 1932. Por meio dessas juntas se estabelecia as condições jurídicas para o MTIC atuar nos litígios entre operários e patrões. O Estado assumia um papel de neutralidade, defensor dos interesses comuns, buscando apagar o seu caráter burguês.⁸³⁶ Da instalação do governo constituinte até a queda do Estado Novo, os agentes governamentais e suas instituições se preocuparam em

⁸³³ *Ibidem*, p. 146.

⁸³⁴ BERNARDO, Antônio Carlos. *Op. cit.*, p. 90.

⁸³⁵ VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 147.

⁸³⁶ “Apesar da “ideologia do Estado” concorrer para viabilizar o indivíduo e seu interesse, não resultava num mero disfarce de ocasião. A feição do Estado fixava uma máscara de ferro na natureza do regime – o interesse individual estaria condenado a se travestir de público, deixando de desfrutar de reconhecimento social enquanto simplesmente privado. A burguesia industrial arcará com esse ônus, por não ter sido capaz de se apropriar diretamente do aparato de Estado e de resolver sua realização como classe sob a liderança política de uma outra que tinha um dos seus pés fincados no passado”. *Ibidem.*, p. 135.

cunhar uma imagem de “imparcialidade”. A neutralidade era vinculada aos interesses maiores da “nação” como um todo. Como é típico de um Estado bonapartista, buscava-se apagar as classes sociais, apresentando este como imune aos interesses de grupos particulares. Em nome do “povo” e da “nação” se buscava camuflar a noção de classe.

Ao se transformarem em tribunais do trabalho, estas comissões cumpriam o papel de “justiça trabalhista”, órgãos criados para dirimir o mais rápido possível as tensões entre capital e trabalho. A legislação buscava alcançar os mais variados temas que suscitavam conflitos, de modo a não deixar lacunas.⁸³⁷

Para barrar a autonomia dos trabalhadores, a normatização apontava que apenas operários membros de sindicatos reconhecidos tinham direito à Junta de Conciliação. “Sobreviventes da legalidade liberal da Primeira República, os sindicatos livres encontram-se por fora do marco institucional vigente em toda a história do período”.⁸³⁸ Dessa forma, os órgãos de defesa dos operários se tornavam um braço do Estado, integrava-se ao seu aparelho de modo que todos os conflitos trabalhistas passavam a ser controlados, disciplinados e julgados pelas esferas governamentais. A sindicalização não era obrigatória, mas a fim de ampliar a adesão à estrutura corporativista, a partir de 1932, a legislação começou a abranger apenas aqueles trabalhadores que fossem membros de sindicatos reconhecidos. “Na prática revestia-se de caráter compulsivo, se bem que não expressamente estatuída por dispositivo legal”.⁸³⁹ Era a lógica do “só quem tem ofício, tem benefício”. Entende-se aqui, ofício por trabalhador vinculado a entidade oficial.

Ao mesmo tempo em que enquadrava as organizações sindicais, o Estado ampliou a legislação trabalhista. Antes mesmo da Constituição de 1934, o governo provisório publicou uma série de decretos que regulamentaram: jornada de trabalho para o comércio e indústria; estabilidade no emprego, pensão e aposentadoria; trabalho da mulher; trabalho do menor e férias para empregados no comércio e na indústria. Não obstante, uma das principais reivindicações dos trabalhadores foi deixada de lado em benefício dos empregadores. Até a década de 1940, não houve qualquer regulação sobre o salário mínimo.

Neste período, também foi instituída a Carteira Profissional. À primeira vista, ela apresentava vantagens e garantias ao trabalhador. Por meio deste documento, o portador se

⁸³⁷ “Nesse sentido, pouco ou nada foi deixado para ser resolvido diretamente entre empregados e empregadores. A legislação pós-revolucionária, através de um conjunto de normas reguladoras das relações de trabalho, estabeleceu os temas de disputa, a forma de solucioná-la e os instrumentos dos contendores”. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Op. cit.*, p. 53.

⁸³⁸ VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 142.

⁸³⁹ *Ibidem*, p. 147.

associava ao sindicato da sua categoria e tinha o controle para o gozo das férias. Estas carteiras, além de substituírem àquelas que eram emitidas pelos sindicatos operários, ainda possibilitava ao empregador anotar as razões da demissão do operário. Desse modo, os trabalhadores combativos teriam essa prática política registrada em seu documento profissional, o que dificultaria conseguir novo emprego após uma dispensa por atuação política. Assim, na mão dos empregadores a Carteira Profissional se transformava num instrumento de dominação.

Se por um lado a nova legislação garantia direitos, por outro, buscava controlar e submeter o movimento operário. Os direitos não eram uma dádiva, mas um instrumento que acentuava a relação de dominação da burguesia: “A legislação trabalhista criada procurava, assim, situar o operário muito mais como consumidor do que como produtor, fazendo com que a própria classe operária sofresse a influência dessa inversão, que objetivava a mudança da participação operária como classe”.⁸⁴⁰ Neste cenário, a função do sindicato passava a ser a de mero fiscalizador do cumprimento da legislação em vigor.

A complexa legislação corporativista lançava assim uma estrutura que incorporava os sindicatos ao Estado, retirando a autonomia dos trabalhadores e camuflando a luta de classe. Transformados em órgãos de cooperação e vinculados ao MTIC, as associações operárias perdiam independência política. Como afirma Maria Hermínia Tavares de Almeida:

O conflito entre trabalhadores e empresários não é apenas mediado pelo Estado, via Justiça do Trabalho, Ministério do Trabalho etc. O confronto processa-se por tabela. A pressão operária dirige-se ao Estado e, através de órgãos ou de porta-vozes deste, atinge o patronato. Não se trata aqui da existência de um terceiro protagonista “externo” atuando como árbitro. A disputa entre os dois contendores se dá *no interior* do aparato estatal, tanto através de um sistema de alianças políticas que cada um deles estabelece com os que controlam certos órgãos estatais, como através da existência de representantes diretos de seus interesses.⁸⁴¹

Nas publicações disponíveis do jornal *A Luta de Classe* não consta nenhum artigo que apresente uma crítica e faça uma análise mais atenta sobre a Lei de Sindicalização ou sobre o processo de controle e cooptação dos sindicatos. Não obstante, os oposicionistas sempre atuaram no sentido de denunciar a intervenção estatal. Em uma publicação de *O trabalhador Gráfico*, órgão dirigido pela UTG, que era dirigida pela LC, consta uma breve análise sobre o processo de subordinação dos sindicatos:

O traço característico do governo surgido da vitória do movimento de 1930 foi a tentativa de fazer frente às tendências espontâneas das corporações operárias a organizarem-se dentro dos sindicatos de luta de classes. O controle desejado das organizações operárias pelo Estado está expresso na famigerada

⁸⁴⁰ BERNARDO, Antônio Carlos. *Op. cit.*, p. 85.

⁸⁴¹ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Op. cit.*, p. 58.

Lei de Sindicalização (...) O objetivo do decreto 19.770 é limitar a ação direta do proletariado nas suas reivindicações, isto é, cercear a nossa defesa nas lutas quotidianas contra o patronato pela interposição do aparelho burocrático do Ministério do Trabalho. Ao mesmo tempo em que amortece o espírito de luta da massa operária, a Lei de Sindicalização organiza o controle do Estado sobre a vida das organizações sindicais.⁸⁴²

Os opositoristas denunciaram a ação governamental como uma tentativa de impedir a livre organização dos trabalhadores por meio do controle dos seus sindicatos, penetrando no interior das organizações e retirando o seu caráter combativo. Durante a Conferência Operária de São Paulo em março de 1931, a LC denunciou a ação e convocou os trabalhadores para repudiarem a iniciativa do Estado em tutelar seus organismos de luta. A orientação apontava que era necessário “Protestar energicamente contra as tentativas de oficialização dos sindicatos operários, que vêm sendo feitas pela burguesia por intermédio de seu Ministério do Trabalho e que anuncia o perigo de uma degenerescência dos sindicatos em organismos fascistas”.⁸⁴³ Para a LC, a Lei de Sindicalização tinha o objetivo de retirar dos sindicatos o seu caráter de luta. Destacavam que a instrumentalização destes órgãos operários pelo Estado era uma medida de caráter fascista, pois os sindicatos deixariam de atuar na defesa dos interesses dos trabalhadores e se transformariam em organismos de contenção da revolta operária.

Posteriormente, em julho, no panfleto “Aos grevistas e aos trabalhadores em geral”, a LC apresentou as seguintes palavras de ordem: “Contra o Ministério do Trabalho!”, “Contra a Lei de Sindicalização!” e “Contra as cadernetas de trabalho!”.⁸⁴⁴ Mais uma vez, se manifestava a denúncia ao projeto corporativista de Vargas. Os opositoristas falavam diretamente aos trabalhadores convocando para o combate aos sindicatos oficiais e todas as demais formas de tutela dos trabalhadores pelo Estado.

O PCB também atuou no sentido de denunciar as iniciativas do governo Vargas. Por meio da CGT e da FSR, o partido denunciou que a criação de sindicatos oficiais, fiscalizados e atrelados ao MTIC, era uma iniciativa fascistas que visava o cerceamento político das organizações operárias:

A sindicalização criada pelo outubrismo é reprodução fiel da Carta del Lavoro imposta a ferro e fogo pelos camisas negras ao proletariado italiano (...). Criou-se, para substituir revolucionariamente seus direitos, os tribunais arbitrais que tudo resolvem, de fato, favoravelmente ao patronato (...). Os

⁸⁴² Apud MUNAKATA, Kazumi. *Op. cit.*, p. 88.

⁸⁴³ LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). **Conferência Operária de S. Paulo**. In: *A Luta de Classe*. n. 6. Ano 2. São Paulo. Fev-mar. 1931, p. 6.

⁸⁴⁴ COMISSÃO EXECUTIVA DA LIGA COMUNITA (OPOSIÇÃO). *Aos grevistas e aos trabalhadores em geral*. São Paulo, 20 jul. 1931, p. 1.

sindicatos ministerializados deixam de representar os anseios do proletariado, para serem o porta-voz do governo.⁸⁴⁵

No mesmo sentido, atuaram os anarcossindicalistas. Estes, por meio da FOSP e de sua imprensa denunciaram a iniciativa do Estado em transformar os sindicatos em órgãos de harmonização da luta de classe, impedindo que os trabalhadores defendessem seus interesses imediatos de forma direta:

Considerando que a Lei de Sindicalização visa a fascistização das organizações operárias; (...)

Considerando que o Estado carece de autoridade para interpretar fielmente as necessidades dos trabalhadores e, por consequência, o espírito de luta existente entre os produtores e os detentores dos meios de produção, e que a sua ingerência neste caso, por parte do Estado, terá sempre um caráter partidário de classe (A Burguesia);

A Federação Operária resolve: a) não tomar conhecimento da lei que regulamenta a vida das associações operárias; b) promover uma intensa campanha nos sindicatos por meio de manifestos, conferências, etc., de crítica à lei; c) fazer, mediante essa campanha de reação proletária, com que a Lei de Sindicalização seja derrotada.⁸⁴⁶

Os libertários também assinalaram que a cooptação dos sindicatos pelo Estado era uma medida que aproximava Vargas do fascismo italiano. Afirmaram que esta intervenção estatal retirava a autonomia destes que eram órgãos organizados pelos e para os trabalhadores, sem interferência de quaisquer agentes políticos externos. Nas páginas do jornal *A Plebe*, acrescentaram:

Os atuais governantes entenderam de estabelecer o SINDICALISMO OBRIGATÓRIO, forçando os trabalhadores a pertencerem ao sindicato de seu ofício ou profissão, dando-lhes direitos eleitorais, impedindo que os estrangeiros façam parte de suas diretorias, etc. E nós, não concordamos com este zelo desmedido pelos sindicatos.⁸⁴⁷

Apesar do esforço dos agentes governamentais em combater o sindicalismo livre, estes permaneciam atuantes e mobilizando a classe operária. A resistência sindical à estrutura corporativa pode ser constatada no relativamente pequeno número de sindicatos reconhecidos pelo MTIC nos primeiros anos.⁸⁴⁸ De acordo com dados oficiais citados por Vianna, até outubro

⁸⁴⁵ *Apud* MUNAKATA. Kazumi. *Op. cit.*, p. 87.

⁸⁴⁶ *Apud* MUNAKATA. Kazumi. *Op. cit.*, p. 86.

⁸⁴⁷ **Lei de sindicalização obrigatória.** In: *A Plebe*. São Paulo. 17 dez. 1932, p. 1.

⁸⁴⁸ “O projeto corporativista falhava exatamente naquilo que deveria ser o seu principal ponto de sustentação – o controle dos sindicatos. Tal insucesso não se deve somente à resistência dos trabalhadores, mas também à pouca eficácia das agências ministeriais que ainda tateiam no próprio terreno por elas constituído”. MUNAKATA. Kazumi. *Op. cit.*, p. 88. “É importante ressaltar a forma como as parcelas significativas da classe operária reagiram frente a esta Lei. Suportando a coerção e a pura repressão e, ao mesmo tempo, a manipulação ideológica, os operários resistiram aos chamamentos dessa legislação sindical e não se sujeitaram às normas oficiais”. ANTUNES, Ricardo. *O que é sindicalismo?* São Paulo: Abril Cultural e Brasiliense, 1985, p. 60.

de 1934, apenas 288 sindicatos haviam sido reconhecidos, sendo a maioria deles de trabalhadores da construção civil e dos tecelões, totalizando 63 e 41 respectivamente.⁸⁴⁹

Analisando a documentação disponível dos trotskistas, comunistas e libertários, constata-se que todos atuaram no sentido de combater a intervenção estatal nas associações sindicais. No entanto, as críticas e as denúncias contra a Lei de Sindicalização e ao avanço do Estado sobre as organizações operárias não estiveram na linha de frente da atuação sindical de nenhuma das tendências revolucionárias. Nota-se que no período entre 1931-32, existem poucos documentos e artigos que analisam e debatam a ação estatal. Nesse sentido, é possível afirmar que a luta contra os sindicatos oficiais não foi tomada, neste primeiro momento, como a principal tarefa destas tendências. O que não quer dizer que menosprezaram o perigo que o avanço da estrutura sindical corporativa representava.

2. 2 A denúncia ao liquidacionismo da direção do PCB

Ao longo do ano de 1930, as atividades nos sindicatos das mais variadas tendências foram quase que totalmente interrompidas. A repressão que precedeu e sucedeu a corrida eleitoral, ao lado dos problemas internos e da desorganização do PCB contribuiu para o eclipse do movimento operário no momento decisivo da queda dos republicanos paulistas. Mas ainda no final do ano, teve início o debate e as movimentações pela reorganização do movimento sindical que contou com militantes e operários das mais diversas tendências. Em novembro, anarcossindicalistas, comunistas e opositores, constituíram em São Paulo, o Comitê Operário de Organização Sindical (COOS). Lembrando que neste período, o GCL já estava inativo, em processo de desaparecimento, mas no campo sindical permanecia atuando, especialmente, João da Costa Pimenta.

Nos debates que se sucederam no interior do COOS a posição dos anarcossindicalistas se chocou diretamente com a direção do PCB. Por conseguinte, buscando evitar que o sindicalismo libertário tomasse a direção da luta sindical, surgiu uma proposta pela formação de uma frente única sindical comunista, da qual participariam membros do PCB e a Oposição. De acordo com os trotskistas: “realizou-se uma conferência especial dos camaradas das várias tendências na qual ficou assegurado na base de um plano de reivindicações corretas a frente única para uma ação comum no terreno sindical”.⁸⁵⁰ Como resultado, o COOS elaborou e

⁸⁴⁹ VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 143.

⁸⁵⁰ COMISSÃO EXECUTIVA DA LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). *À direção do Partido Comunista: seção brasileira da IC*. In: *A Luta de Classe*. n. 6. Ano II. São Paulo. Fev-mar. 1931, p. 1.

publicou no final de novembro um manifesto aos trabalhadores de São Paulo, lançando as palavras de ordem da frente única dos comunistas e oposicionistas. É provável que a inatividade do GCL tenha possibilitado a unidade. Não obstante, logo depois a direção do PCB renunciou a frente única, abandonou o COOS e atacou os trotskistas afirmando que estes estavam “fazendo o jogo dos anarquistas”.⁸⁵¹

Percebendo que estavam em vantagem no interior da COOS, os anarcossindicalistas convocaram uma plenária, votaram e aprovaram a fundação de uma nova organização sob as suas bases programáticas. Surgiu assim a FOSP. A nova organização operária contava com o apoio da maioria dos sindicatos organizados, treze de acordo com os oposicionistas. “O proletariado organizado de São Paulo apoiava a Federação”.⁸⁵² Assim, a reorganização do movimento operário no maior centro industrial do país se realizou sob as bases do anarcossindicalismo. O movimento libertário que havia entrado em crise no final da década de 1910, mas permanecendo ativo durante a década de 1920, retomava a dianteira dos sindicatos no período posterior a outubro de 1930. Este fato reflete o descrédito dos comunistas entre os operários organizados. Aproveitando a crise de organização interna do PCB e os sucessivos equívocos políticos, os libertários reconquistaram a direção sindical em São Paulo.

Diante deste cenário, os oposicionistas da LC buscaram uma nova aproximação com o PCB. Encaminharam uma carta à direção do partido expondo suas posições sobre a questão sindical e propondo a concretização de uma frente única para lutar contra a direção anarcossindicalista. A carta foi assinada pela CE da LC e apresentou dez pontos sobre a situação sindical nacional e outros cinco que seriam as bases programáticas da unidade. Esta proposta foi ignorada pela direção do PCB. Os oposicionistas não tiveram qualquer resposta. Por conseguinte, com o intuito de denunciar o grupo dirigente do partido, publicaram a carta em *A Luta de Classe*, expondo a questão aos militantes e operários: “A burocracia afasta-se por completo da política leninista e não é de estranhar que recuse uma frente única comunista contra os anarquistas, reformistas, fascistas e demais tendências que procuram orientar o movimento sindical proletário no Brasil”.⁸⁵³

A CE da LC argumentou na carta que o contato com a direção do partido precedia qualquer crítica pública contra ela e que buscava expor lealmente suas opiniões sobre os sindicatos. Ainda buscaram esclarecer que não se consideravam uma organização paralela ao partido ou contrária a este. Não tinham o objetivo de substituí-lo, pois eram a “ala esquerda do

⁸⁵¹ Ibidem.

⁸⁵² Ibidem.

⁸⁵³ Ibidem.

PCB, organizada fracionalmente como oposição” e almejavam reconduzir o partido à política bolchevique-leninista.⁸⁵⁴

Os oposicionistas iniciaram a carta expondo a situação sindical, destacando o processo de reorganização e a constituição do COOS. E, lançando críticas à direção do PCB, argumentaram que estes desertaram do comitê e abandonaram a frente única que havia sido estabelecida, o que abriu caminho para que os anarcossindicalistas estabelecessem uma maioria e encaminhassem a criação da FOSP sob a sua direção.

Além disso, a LC ainda apontou que a criação da nova federação era legítima, havia sido fundada com o apoio dos sindicatos paulistas e que o PCB não poderia questionar a sua legitimidade: “Não ter em conta esse fato e pretender o contrário é alhear-se da realidade. Lutar contra uma organização sindical nessas condições é fazer o jogo da burguesia, dividindo o proletariado”.⁸⁵⁵ Para os oposicionistas era preciso lutar para alcançar a direção da nova federação, reconquistar a confiança do proletariado e expor os erros da sua direção anarcossindicalista, mas não combater a própria federação, buscando desmoralizá-la, pois era preciso reconhecer que ela era resultado da luta e da vontade do proletariado organizado.

A FOSP havia convocado uma Conferência Operária Estadual para o dia 8 de março. Por sua vez, a direção do PCB, segundo a LC, buscando boicotar e rachar o movimento operário fez ressurgir, de forma improvisada, comitês da CGT e convocou para a mesma data uma Conferência Operária Estadual: “Não é verdade, pois a sua intenção de dividir o movimento sindical?” Questionaram os oposicionistas. Ainda argumentaram que a CGT não tinha qualquer base real entre o proletariado e que esta convocação não passava de uma manobra criminoso e que isolava ainda mais os comunistas.⁸⁵⁶

Para a Oposição, a direção do PCB agiu de maneira sectária diante da conferência convocada pela FOSP. Ao invés de convocar outra, deveria se organizar, buscar a sua filiação e aproveitar a conferência para lutar no interior da FOSP.⁸⁵⁷ Os oposicionistas afirmaram que a atitude liquidacionista da direção do PCB apenas contribuiu para “desmoralizar aos olhos do

⁸⁵⁴ Ibidem.

⁸⁵⁵ Ibidem.

⁸⁵⁶ “Tenha-se em consideração agora o fato de não ter atualmente a CGT existência *orgânica* e melhor se compreendia quanto é falsa desonesta e criminoso a atitude dos camaradas da fração dirigente do Partido, fazendo ressurgir o seu nome em São Paulo sem a menor base sindical, sem o menor trabalho de preparação nesse sentido. A CGT se desorganizou completamente, não só em consequência da reação policial, mas, muito principalmente, devido a incapacidade e ao oportunismo dos camaradas da direção do Partido”. Ibidem.

⁸⁵⁷ “(...) a sua atitude [da direção do PCB] no caso da Conferência Operária Estadual não deveria ser de luta contra a Federação Operária de São Paulo. Esta é uma federação sindical *estadual*, aquela, uma confederação sindical *nacional*. A Conferência é estadual; foi convocada pela FOSP. A atitude da CGT, no caso, desde que a Federação não estivesse filiada a ela, deveria ser de *luta por essa filiação* e não de luta contra qualquer possibilidade nesse sentido”. Ibidem.

proletariado paulista o programa da CGT, e dividir os trabalhadores de São Paulo com a convocação de uma nova conferência sindical regional”.⁸⁵⁸

Para a LC, o PCB cometia um erro ao atacar diretamente a FOSP com acusações doutrinárias.⁸⁵⁹ Argumentavam que era preciso reconhecer o papel da federação junto aos trabalhadores: “A Federação tem cometido graves erros, mas o seu programa é de luta de classes, e a sua atividade, principalmente, nos últimos tempo, não tem desmentido esse programa”.⁸⁶⁰ Sob a direção anarcossindicalista, a federação vinha se posicionando pela defesa dos trabalhadores. Um manifesto publicado em 20 de janeiro, apresentava uma resolução sobre a Lei de Férias que continuava sendo descumprida pela burguesia. Nesse sentido, a federação lançou uma feroz denúncia ao governo provisório, ao MTIC e ao governo de São Paulo que acobertava as irregularidades patronais.

Ao longo dos dez pontos sobre a situação sindical, os opositores criticaram os comunistas por terem abandonado o COOS, depois os responsabilizaram por terem permitido que os anarcossindicalistas conquistassem a maioria e fundassem a FOSP. Por fim, acusaram estes de realizarem uma política liquidacionista e equivocada ao lançarem a proposta pela constituição da Federação Sindical Regional do Estado de São Paulo (FSR), buscando dividir o movimento operário.

A carta ainda apresentou cinco pontos que seriam a base programática da frente única. Devido à importância desta plataforma, segue a citação completa:

- 1ª) Todos os ataques pessoais aos opositores de esquerda devem cessar imediatamente.
- 2ª) Renuncia ao projeto de fundação de uma nova “Federação Sindical Regional”
- 3ª) Todo membro do Partido deve militar num sindicato da indústria em que trabalho, ou se não existe, tratar de organizá-lo.
- 4ª) Deve realizar-se uma reunião preparatória dos opositores de esquerda e membros da fração dirigente do PC, afim de se estabelecer uma plataforma única a ser defendida na Conferência Estadual Operária e nos sindicatos filiados à FOSP. Dessa plataforma, deve constar a palavra de ordem de reorganização da CGT.
- 5ª) Todas as células do Partido devem ser informadas do trabalho que se for realizando e discutir amplamente com inteira liberdade de crítica e de opinião, os assuntos referentes à questão sindical.⁸⁶¹

⁸⁵⁸ Ibidem.

⁸⁵⁹ “Os camaradas da fração dirigente do Partido, por intermédio do seu pseudônimo “Comitê da CGT” tem incriminado a FOSP e os militantes que se encontram a sua frente de “reformistas”, “fascistas”, “contrarrevolucionários”, etc. Ora, tais acusações não passam de invenções ridículas e calúnias indignas de verdadeiros comunistas”. Ibidem.

⁸⁶⁰ Ibidem.

⁸⁶¹ Ibidem.

Estes cinco pontos são bastante genéricos e pouco dizem sobre a luta sindical. O primeiro e o quinto reivindicam a liberdade de atuação da LC, enquanto fração no interior do partido. Os opositoristas demandaram o fim das ofensas e a liberdade para realizar a crítica à direção. O segundo ponto reivindicou o abandono da construção de uma nova federação que seria concorrente da FOSP. O terceiro não apresentou nada de novo, pois era uma proposta já apontada pelos congressos anteriores do partido. O quarto afirmou que a plataforma única deveria ser elaborada em conjunto pela fração dirigente do partido e pela fração de esquerda. Mais uma vez, aparecia a reivindicação pelo reconhecimento da Oposição. Ainda indicaram que a questão decisiva deveria ser a reorganização da CGT, que era uma federação nacional e não se colocava como concorrente da FOSP que era estadual.

Ao final da carta, lançaram o convite à direção do PCB para comporem uma frente única no terreno sindical. A LC solicitava que o documento fosse encaminhado aos militantes do partido por meio de uma assembleia geral. Por seu turno, os comunistas sequer responderam. A publicação da carta cumpriu o papel de denunciar a atitude sectária da direção comunista.

2.3 O combate ao apoliticismo sindical dos libertários

Enquanto a direção do PCB optou por não reconhecer a legitimidade da FOSP, abandonar a federação e fundar uma concorrente, os opositoristas optaram por permanecer. Apesar do número minoritário, os militantes da LC estavam dispostos a trabalhar pela frente única e defender o seu programa no interior da organização dirigida pelos libertários. O primeiro embate se deu durante a III Conferência Operária Estadual que ocorreu nos dias 13, 14 e 15 de março. Os trotskistas atuaram por meio dos sindicatos que exerciam influência. Representaram os Trabalhadores Gráficos de São Paulo, a União Gráfica de Bauru, o Sindicato dos Comerciários e a União dos Canteiros.

A atuação da LC durante a conferência foi bastante ativa. Além de intervenções, apresentaram um projeto de resolução sobre a orientação sindical. O documento apresentou uma análise sobre a situação nacional e as condições de organização e de luta da classe operária no Brasil. Os opositoristas destacaram que os sindicatos, enquanto “forma socialmente apropriada da organização do proletariado *como classe*”,⁸⁶² deveriam atuar na defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores. E que o movimento operário ao discutir e construir uma tática de luta, deveria levar em conta as condições objetivas e subjetivas. Apontaram a

⁸⁶² LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). *Conferência Operária de S. Paulo. Op. cit.*, p. 6.

necessidade de um exame preciso sobre a situação econômica e política, e a respeito do grau de organização de classe. Por fim, não menos importante, afirmaram que as experiências do movimento operário nacional e internacional também precisam ser consideradas.

Para os opositoristas, a situação nacional refletia as consequências da crise econômica internacional e se expressava na ampliação da exploração da classe trabalhadora: “o proletariado industrial e agrícola sofre uma ofensiva desenfreada do patronato contra os mais vitais interesses dos trabalhadores”.⁸⁶³ Diante da investida capitalista, apontaram que era urgente a elaboração de uma contraofensiva, na qual os sindicatos cumpririam o papel primordial. Assim, a reorganização “em poderosos sindicatos” era apontada como a tarefa prioritária. Criticando os dirigentes da FOSP, afirmaram que “a experiência do movimento operário, tanto no Brasil como no resto do mundo, aconselha que não insistamos na velha orientação anarcossindicalista do apoliticismo, da neutralidade e da indiferença dos sindicatos em face da luta política do proletariado”.⁸⁶⁴

A principal crítica da LC, aos anarcossindicalistas, era a recusa destes em reconhecer que a luta sindical também era uma luta política. Para os libertários, os sindicatos deveriam permanecer restritos às questões econômicas, aos seus interesses mais imediatos e que, as disputas políticas e ideológicas que impossibilitavam a unidade da classe. Por sua vez, os opositoristas apontaram que havia uma relação direta e inseparável entre as demandas econômicas e políticas e que elas não poderiam ser tomadas de forma isolada. A resolução apresentada pela LC destacava que era preciso considerar “a inevitável interdependência dos interesses econômicos e políticos do proletariado, em face da exploração econômica e da opressão política contra ele exercida pela burguesia, de onde se conclui que toda luta de classe é uma luta política”.⁸⁶⁵

A resolução apontava que a função específica dos sindicatos, enquanto organizações de massa da classe operária era “a luta permanente pelos interesses econômicos e morais comuns à classe operária”.⁸⁶⁶ Por sua vez, “o partido operário [tem como] função específica a luta no terreno político”.⁸⁶⁷ Logo, concluíram que era “do interesse do proletariado *como classe* e, por conseguinte, dos seus sindicatos, que se estabelecesse uma íntima colaboração entre as duas organizações”.⁸⁶⁸ Era essa “íntima colaboração” entre sindicatos e partido que os libertários

⁸⁶³ Ibidem.

⁸⁶⁴ Ibidem.

⁸⁶⁵ Ibidem.

⁸⁶⁶ Ibidem.

⁸⁶⁷ Ibidem.

⁸⁶⁸ Ibidem.

repudiavam, pois temiam que o partido constituísse uma relação de autoridade sobre os sindicatos, subordinando-os, retirando a autonomia dos trabalhadores e impedindo que estes se organizassem horizontalmente.

Todavia, a LC rejeitava a subordinação dos sindicatos. Seus membros afirmavam que não era do interesse deles que se estabelecesse uma relação hierarquizada entre as duas organizações. A resolução destacava que a “colaboração não deve chegar ao ponto de se confundir o sindicato com o partido – porque equivaleria em confundir a classe com a vanguarda consciente -, perdendo assim o sindicato a sua autonomia orgânica e administrativa e se transformando em apêndice do partido”.⁸⁶⁹ Esta questão em torno da relação entre o partido e os sindicatos já havia sido discutida pelos opositores quando ainda eram membros do PCB. A subordinação dos sindicatos pelo partido foi duramente denunciada durante os debates sobre a “questão sindical” em 1928. A LC entendia que esta hierarquização era uma deformação burocrática e que era preciso combater essa prática, defendendo a autonomia dos sindicatos.

A LC almejava demonstrar que a luta sindical perpassava pela interdependência entre os interesses econômicos e políticos e que, portanto, era preciso uma colaboração direta entre os sindicatos e o partido do proletariado. Apontavam que a luta estritamente econômica era insuficiente para emancipar os trabalhadores, pois se combatia os efeitos e as mazelas do capitalismo, mas não a causa. Assim, os sindicatos eram insuficientes, era preciso um partido de vanguarda e que estes, em contato com as massas, partindo das lutas econômicas imediatas avançasse para as tarefas políticas.

Por conseguinte, após todas estas considerações sobre a situação e a luta sindical, a resolução apresentada pela LC destacou que a Conferência Operária Estadual deveria:

- 1º) Condenar todas as tendências de apoliticismo sindicalista, de neutralidade e de alheamento a atividade política do partido revolucionário do proletariado, tendências que decorrem da influência burguesa no seio da classe operária;
- 2º) Lutar intransigentemente contra todas as manifestações de reformismo e corporativismo que surjam nos sindicatos como expressões típicas de colaboração de classes.⁸⁷⁰

A LC atuava no interior da FOSP, defendendo o seu programa e denunciando o apoliticismo dos anarcossindicalistas e o colaboracionismo reformista. Destacava as divergências teórico-programáticas, mas insistia na unidade sindical, rejeitando o divisionismo:

É preciso agir com toda a energia contra as manifestações de divisionismo no sentido de opor a ofensiva capitalista toda a classe operária unida. A tendência espontânea do próprio proletariado para se unir dentro dos seus sindicatos precisa de ser desenvolvida e sistematizada, afim de que se consiga a unidade

⁸⁶⁹ Ibidem.

⁸⁷⁰ Ibidem.

das massas operárias na ação revolucionária prática contra a burguesia. Na luta contra a frente capitalista, todas as tendências que existam no seio do movimento sindical devem desaparecer na hora da ação prática. A conquista da maioria da classe operária domina toda a atividade sindical e confunde-se com a luta pela unidade.⁸⁷¹

Após apresentação e discussão, o documento apresentado por Aristides Lobo, delegado dos comerciários, foi rejeitado.⁸⁷² Posteriormente, em *A Luta de Classe*, nº 7, os oposicionistas publicaram um artigo buscando esclarecer a questão em torno do “apoliticismo sindical”. Apontaram que esta orientação era “uma das tradições mais perigosas do movimento sindical no Brasil”⁸⁷³ e que ela havia se ampliado graças à atuação dos anarcossindicalistas e a “ausência de um partido operário fortemente ligado às massas”.⁸⁷⁴ Destacaram que era papel da vanguarda ter combatido esta concepção e elevado o nível de consciência de classes, esclarecendo o significado da “política proletária”.

A Conferência Operária Estatual, ocorrida em março, confirmou a força dos anarcossindicalistas e estes conseguiram aprovar no Estatuto a condenação de manifestações políticas no interior dos sindicatos da FOPS. A LC apontou que o apoliticismo era fruto de uma confusão, uma vez que estes relacionavam a política ao jogo burguês parlamentar: “A ideologia anarcossindicalista condena toda seção política por parte dos sindicatos porque encara a política sem relacioná-la com os interesses de classe em jogo. Chega mesmo a confundir política com eleitorismo”.⁸⁷⁵ A defesa do apoliticismo se baseava na compreensão de que os sindicatos deveriam defender os interesses econômicos e morais do proletariado, afastando-se da política. Para os oposicionistas era um dever esclarecer ao proletariado o quão falsa e perigosa era esta concepção, pois se traduzia num entrave para a luta de classe e para a emancipação social.⁸⁷⁶

A LC assinalou que a política do proletariado não era a mesma política burguesa.⁸⁷⁷ A organização do proletariado não poderia se restringir ao campo e aos limites ditados pela institucionalidade burguesa. Destacaram que os anarcossindicalistas não percebiam que os

⁸⁷¹ Ibidem.

⁸⁷² “Hermínio Marcos combateu os conceitos emitidos por Lobo, sustentando que a minoria comunista não visava a defesa dos operários, e, sim, a uma política de interesses partidários inconfessáveis. Sustentou as suas declarações delatando a política que os comunistas realizavam para se elevarem ao parlamentarismo parasitário”. CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, p. 156.

⁸⁷³ Idem. **Apoliticismo sindical**. In: *A Luta de Classe*. n. 7. Ano II. São Paulo. Mai. 1931, p. 2.

⁸⁷⁴ Ibidem.

⁸⁷⁵ Ibidem.

⁸⁷⁶ “Mostremos quanto é falsa essa concepção, afim de que melhor se evidencie o perigo que ela encerra para os trabalhadores não só no que se refere diretamente as suas reivindicações imediatas, como no que diz respeito a emancipação final do proletariado do jugo capitalista”. Ibidem.

⁸⁷⁷ “Existe a “política burguesa”, que visa resguardar os interesses econômicos da burguesia e existe “política proletária”, que procura defender os interesses do proletariado”. Ibidem.

interesses econômicos eram ao mesmo tempo políticos e que, portanto, era impossível reivindicar um apoliticismo quando se tratava da luta de classes.⁸⁷⁸

Para a LC o apoliticismo era uma concepção que aproximavam os anarcossindicalistas da burguesia, pois o Estado e os patrões também reivindicavam uma orientação apolítica por parte dos sindicatos dos trabalhadores:

O que interessa a burguesia do ponto de vista econômico, interessa-lhe também do ponto de vista político. E é precisamente por isso que a burguesia não podendo servir-se diretamente dos sindicatos operários para realizar a sua política, é a primeira a não querer que essas organizações tenham atitudes políticas. O decreto sobre a “sindicalização das classes” vem provar que, objetivamente, o apoliticismo burguês é, em essência, o mesmo apoliticismo anarquista.⁸⁷⁹

Com efeito, a LC também reafirmou a sua posição de que os sindicatos não deveriam ser controlados ou subordinados diretamente a qualquer partido. Defendeu que estes, enquanto órgãos de massa da classe operária, deveriam preservar sua autonomia e evitar qualquer tutela.⁸⁸⁰ Apontaram que eles deveriam reunir todas as tendências políticas que se posicionassem a favor dos interesses dos trabalhadores e que nenhuma corrente poderia cercear o direito de outras participarem ativamente das associações:

Dentro do sindicato, portanto, cabem todas as correntes ideológicas, se bem que, nenhuma delas tenha o direito de desestruturar o seu caráter fundamental de organização de massas, para transformá-lo em mero “instrumento” deste ou daquele partido, em igreja desta ou daquela seita, como pretendo o grupo dos anarquistas.⁸⁸¹

Em seus primeiros meses, a LC centrou sua luta no campo sindical na tarefa de denunciar o apoliticismo dos anarcossindicalistas que vinham dominando a FOSP. Não obstante, estas críticas provocaram um choque entre as duas tendências e acirrou ainda as disputas internas.

Em julho de 1931 ocorreu uma grande greve em São Paulo. Diversos setores operários paralisaram suas atividades, especialmente o têxtil. Em um panfleto distribuído no final de julho, a LC se posicionou diante dos proletários grevistas e lançou suas palavras de ordem. Mais uma vez, apresentaram uma série de críticas à direção anarcossindicalista da FOSP.

⁸⁷⁸ “A luta do partido contra as ideias de apoliticismo, neutralidade e independência dos sindicatos deveria ser feita de tal modo que as massas compreendessem claramente que não poderia haver posição intermediária na luta política travada entre o partido proletário e os partidos burgueses”. CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, p. 151.

⁸⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁸⁰ “O sindicato não deve, evidentemente, se manipulado por este ou aquele agrupamento ideológico, por este ou aquele partido político. Isso redundaria no erro contrário de desfigurar o caráter do sindicato”. *Ibidem*.

⁸⁸¹ *Ibidem*.

Afirmaram que o proletariado deveria se organizar em cada fábrica, constituindo comitês de greve e elaborando um programa com reivindicações próprias e gerais. Apontaram ainda, que os operários deveriam fazer pressão para que a FOSP dirigisse a greve por meio de um comitê central de greve formado por militantes da base. Esta era uma forma que os oposicionistas pensavam ser necessária para tentar tirar a direção da greve das mãos dos anarcossindicalistas: “Esse comitê formado por militante da base dos sindicatos é imprescindível, porquanto a direção da Federação é incapaz de agir”.⁸⁸² Mesmo durante a greve, a LC direcionava críticas contundentes à direção da FOSP. Todavia, neste caso não se tratou de uma mera crítica ao planejamento e à condução da greve. Os oposicionistas lançaram uma denúncia grave contra a direção anarcossindicalistas, acusando-os de estarem à serviço dos agentes da repressão:

Os anarquistas da direção da Federação Operária mostraram, ainda no comício recentemente realizado no Largo da Concordia, que estão sendo manobrados pela polícia, afim de defender a candidatura Miguel Costa. No comício, os anarquistas tiveram a palavra garantida pelos secretas, enquanto os militantes comunistas eram barbaramente espancados. E qual foi, afinal, o motivo da convocação precipitada desse comício? No dia seguinte, os anarquistas deram entrevistas aos jornais, procurando justificar-se, mas inutilmente, pois os fatos foram por demais palpáveis para demonstrar a sua ligação, direta ou indireta, com a Delegacia de Ordem Social e com a Legião Revolucionária.⁸⁸³

Essa grave denúncia contribuiu para acirrar ainda mais as relações entre a UTG e a FOSP. Os militantes anarcossindicalistas interpretaram que essa atitude era mais uma manobra para tentar desestabilizar a direção da federação, semeando desconfianças e dividindo o proletariado. A greve logo perdeu força e se encerrou em menos de 15 dias com uma vitória parcial negociada com cada empresa. Não obstante, o divisionismo e as tensões entre libertários e trotskistas se ampliaram.

Os anarcossindicalistas utilizaram dos órgãos da FOSP para lançarem sua resposta aos oposicionistas e, no final de julho o conflito entre os grupos culminou na suspensão do direito dos membros da LC atuarem na federação. Os libertários tinham entre os seus líderes nomes respeitados pelos operários: Edgard Leurenroth; José Oiticica; Florentino Carvalho; e Hermínio Marcos. Estes eram militantes que defendiam os princípios do antiestatismo e do antiautoritarismo mediante textos, palestras e discursos entre outras formas de propagação. O trabalho propriamente pedagógico de esclarecimento e difusão dos princípios libertários era realizado pela Federação Comunista Libertária (FCL), coordenada por José Oiticica, que residia

⁸⁸² Ibidem.

⁸⁸³ Ibidem.

no Rio de Janeiro, onde trabalhava como professor no Colégio Pedro II, mas mantinha sua militância em São Paulo.⁸⁸⁴



Fig. 11 - Logotipo do Boletim da FOSP, nº 1, 1 ago. 1931
Fonte: CEDEM/UNESP

Em artigo publicado na capa da primeira edição do Boletim da FOSP, de agosto de 1931, a comissão executiva anarcossindicalista apresentou uma resposta à LC reafirmando suas convicções. Para os libertários as pautas e reivindicações políticas estavam sempre vinculadas ao processo eleitoral-parlamentar e aos cargos do Estado. Afirmavam que: “Partidário da política, esperam que o prestígio das massas lhes abra as portas das câmaras, donde prometem realizar uma atividade em benefício dos que os elevem até os cargos públicos”.⁸⁸⁵ A corrente ácrata era tipicamente sindicalista. Rejeitava a luta parlamentar e os partidos políticos, mesmo os operários, e recusava qualquer vínculo dos sindicatos com estas organizações. Os anarcossindicalistas consideraram que os opositoristas estavam tendo uma atitude oportunista ao defenderem posições políticas no interior dos sindicatos. Argumentaram que esses “políticos” deveriam permanecer longe dos trabalhadores.⁸⁸⁶

A direção da FOSP destacou que a organização essencial dos trabalhadores eram os sindicatos, pois eram agremiações horizontais, enquanto que os partidos políticos, inevitavelmente, assumiam formas hierárquicas e burocráticas. Acrescentou que as organizações partidárias jamais tinham conseguido conquistar a confiança do movimento operário e que para buscar a simpatia destes, os “oportunistas” passaram defender a formação

⁸⁸⁴ Alzira Campos comenta que “em 1931, Oiticica realizou uma jornada densa de propaganda na capital paulista, proferindo três conferências: “Comentários às declarações de Trotski”; “O blefe do plano quinquenal” e “O movimento macknovista””. CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, p. 153. O conteúdo das palestras revela que o conflito teórico-político entre comunistas e libertários permanecia vivo no meio revolucionário. Oiticica propagava teses que denunciavam e combatiam as realizações da Revolução Russa e dos Bolcheviques, evidenciando que estes se apoderaram do Estado ao invés de destruí-lo e que, portanto, a solução “comunista” não era uma alternativa para os trabalhadores.

⁸⁸⁵ COMISSÃO EXECUTIVA DA FOSP. **A finalidade das organizações operárias.** In: *Boletim da Federação Operária de São Paulo*. n. 1. São Paulo: Ago. 1931, p. 1.

⁸⁸⁶ “Sendo a política a arma mais poderosa com que contam os interessados na perpetuação da exploração do homem pelo homem é natural que pretendam introduzi-la nos sindicatos e para conseguir empregam os disfarces que a mente humana pode conceber”. *Ibidem*.

de “partidos proletários”.⁸⁸⁷ Para os libertários, a constituição destas organizações não passava de uma artimanha para enganar os trabalhadores:

Felizmente os trabalhadores paulistas não pegaram o anzol que lhes foi atirado e continuam a considerar os “políticos proletários” tão farsantes quanto os políticos perrepistas, democráticos, libertadores, e a “política proletária” tão nefasta para a liberdade integral da humanidade, para a emancipação econômica e moral dos trabalhadores como outras, pois no fundo todas são iguais (...).⁸⁸⁸

Também responderam a argumentação de que eram divisionistas, afirmando que não eram contrários a união dos trabalhadores, pelo contrário, a defendiam e compreendiam que sem estabelecer uma unidade o movimento operário perdia terreno na luta contra os patrões. Contudo, reafirmaram que a unidade dos trabalhadores não poderia ter objetivos políticos: “Queremos a união, trabalhamos para a união, mas não com fins políticos. Queremos uma união consciente e livre e por isso não aceitamos frente única feita a base de subterfúgios com o propósito de criar um novo Estado”.⁸⁸⁹ Reafirmando os princípios libertários, apontaram que estes partidários da política estavam “aproveitando da boa fé” dos trabalhadores como haviam feito os líderes da Revolução Russa.⁸⁹⁰

Concluindo, a direção da FOSP e seus sindicatos associados reafirmaram que defendiam o “comunismo libertário” e que este não podia ser confundido com o “pseudo comunismo russo”. Destacaram que o interesse primordial das organizações sindicais era lutar pela liberdade e combater quaisquer instituições que se estruturassem a partir do princípio de autoridade. Por fim, ainda argumentaram que o objetivo último da federação era “Destruir todo o poder econômico e político e estabelecer uma sociedade que tenha por base o livre desenvolvimento do indivíduo sem a sujeição a nenhum poder, a nenhuma absurda ditadura, seja ela branca, vermelha ou preta”.⁸⁹¹

Nesta mesma edição do Boletim da FOSP, publicaram uma nota destacando que a UTG havia sido suspensa da organização. Apontou-se que a tentativa de “desviá-la para o

⁸⁸⁷ “Por isto, vendo fracassadas todas as tentativas até hoje feitas para arregimentar os trabalhadores em partidos políticos, crenças que o fracasso se deve apenas a uma questão de nome, estão ensaiando uma nova nomenclatura, na qual a palavra “proletários” apareça encobrindo o verdadeiro fim que se pretende”. Ibidem.

⁸⁸⁸ Ibidem.

⁸⁸⁹ Ibidem.

⁸⁹⁰ “(...) a semelhança do que fizeram os ditadores russos em 1917, que com promessas de estabelecer um regime de liberdade, obtiveram o apoio dos Libertários para assegurar-se no poder desde donde, uma vez seguros, reprimiram e continuam reprimindo até hoje, a sangue e fogo, toda manifestação popular contra os Czares Bolcheviques”. Ibidem.

⁸⁹¹ Ibidem.

terreno político” havia sido o fator que motivou tal medida.⁸⁹² Tal fato demonstra que a relação conflituosa entre a LC e a FOSP havia chegado a um limite.

Em outro texto, intitulado “Aclaração necessária”, a CE da FOSP expôs de forma minuciosa o conflito com os membros da LC. De acordo com os anarcossindicalistas, os oposicionistas concentrados na UTG buscavam a todo custo atacar a direção da federação para ampliarem suas influências e retornarem ao PCB:

Elementos que por ineptos ou traidores foram expulsos do partido comunista, desejando o reingresso no mesmo com o fim de satisfazer as suas ambições políticas, estão querendo que os trabalhadores venham servir-lhes de instrumentos. Para esse fim constituíram o seu quartel general na União dos Trabalhadores Gráficos, e desde aí lançam seus dardos venenosos contra aqueles que jamais se prostrarão aos seus torpes desígnios. A Federação Operária de São Paulo é um dos seus alvos prediletos, por ser uma entidade que até hoje se mantém fiel as normas do sindicalismo revolucionário, sem atemorizar-se dos arreganhos de quem quer que seja.⁸⁹³

Em uma circular encaminhada a todos os sindicatos filiados à FOSP, o seu secretário geral, Hermínio Marcos, buscou esclarecer os recentes desentendimentos com os oposicionistas. Assim, afirmou que Plínio Mello, representando os gráficos, em reunião do dia 15 de julho utilizou de todo o seu espaço na assembleia para reafirmar suas críticas à orientação claramente apolítica da Federação. Hermínio Marcos interpretou a fala do oposicionista como uma violação das resoluções da entidade e declarou que o objetivo de Mello era “fazer da Federação Operária de São Paulo uma entidade comunista trotskista”.⁸⁹⁴ Assim, diante do insistente conflito doutrinário em torno do apoliticismo, reivindicado pela entidade, os oposicionistas, foram suspensos de forma sectária pela direção libertária.

2.4 A reorientação sindical e o isolamento da LC

Em um documento de circulação interna, intitulado “Sobre a questão sindical”, assinado por Aristides Lobo, o secretário da LC apresentou orientações para a atuação dos oposicionistas após a UTG ter deixado a FOSP. De acordo com este documento, após a

⁸⁹² “A Comissão Executiva da Federação Operária de São Paulo, de acordo com as normas que a mesma se rege, e a resolução tomada no ato da reorganização da Federação, de que deve ser expulso de seu seio aquele que pretender desviá-la para o terreno político, deliberou suspender, até que um Plenário se manifeste respeito a representação da União dos Trabalhadores Gráficos junto à Federação Operária de São Paulo”. Idem. **A Federação Operária de São Paulo e a União dos Trabalhadores Gráficos**. In: *Boletim da Federação Operária de São Paulo*. n. 1. São Paulo: Ago. 1931, p. 1.

⁸⁹³ Idem. **Aclaração necessária**. In: *Boletim da Federação Operária de São Paulo*. n. 1. São Paulo: Ago. 1931, p. 2.

⁸⁹⁴ MARCOS, Hermínio. **Circular enviada aos sindicatos em 15 de julho de 1931**. In: *Boletim da Federação Operária de São Paulo*. n. 1. São Paulo: Ago. 1931, p. 2.

federação suspender a atuação dos gráficos, a CE do sindicato optou por desligar-se da entidade. Segundo Lobo, esta atitude teria sido um erro, pois reforçou a posição dos anarcossindicalistas e possibilitou a reeleição destes na direção da Federação. Ainda destacou que mesmo com a UTG fora, um dos militantes da liga permanecia integrando a CE da FOSP.

Para o secretário da LC, essa derrota era resultado da “atitude frouxa dos camaradas responsáveis pela aplicação da linha sindical”.⁸⁹⁵ Ele afirmou que após a suspensão da delegação dos gráficos, a situação favorecia uma contraofensiva: “seria fácil mostrar que os anarquistas agiram com o propósito exclusivo de diminuir a nossa votação”.⁸⁹⁶ Argumentou que era o momento de explorar essa suspensão para expor a atitude antidemocrática da direção da FOSP: “Manejada com habilidade essa arma fornecida por nossos próprios adversários em circunstâncias que nos eram excepcionalmente favoráveis (...) poderíamos ter conquistado uma posição capaz de assegurar a nossa vitória em alguns dias”.⁸⁹⁷ Não obstante, de acordo com Lobo, a chance havia sido perdida e era o momento de realizar uma “reviravolta tática” para reconquistar terreno no campo sindical. Por conseguinte, ele apresentou o que seriam sete medidas que deveriam ser tomadas de forma imediata.

Em primeiro lugar, apontou que a CE da UTG deveria distribuir entre todos os sindicatos um manifesto expondo e denunciando as manobras dos anarcossindicalistas para se perpetuarem na direção da FOSP. O texto deveria evidenciar que o desligamento da UTG da federação era a “única” atitude possível após a delegação dos gráficos ter sido suspensa. Por conseguinte, Lobo acrescentou que o militante da LC que permanecia na nova CE da federação deveria demitir-se e, em assembleia do seu sindicato, denunciar os anarcossindicalistas.

A segunda etapa consistia em buscar, mais uma vez, estabelecer uma aliança com o PCB: “A Liga deve dirigir uma carta ao Partido, narrando todos os fatos e mostrando a necessidade de uma frente única contra os anarquistas”.⁸⁹⁸ Os opositoristas mantinham uma perspectiva de que ainda era possível desenvolver um trabalho em conjunto com a direção comunista. Assim, propuseram que a frente única se materializasse na organização de um Comitê de Unidade Sindical (CUS), composto por operários descontentes recrutados nos sindicatos da FOSP e naqueles desligados da FSR. Uma vez constituído, o CUS deveria editar um jornal ou boletim, *A Unidade*, que seria o órgão preparativo para a realização de um Congresso de Unidade Sindical do qual resultaria uma Federação Unitária.⁸⁹⁹

⁸⁹⁵ LOBO, Aristides. *Sobre a questão sindical*. s/d, p. 1.

⁸⁹⁶ Ibidem.

⁸⁹⁷ Ibidem.

⁸⁹⁸ Ibidem.

⁸⁹⁹ Ibidem.

Esta reviravolta na tática sindical dependia da resposta do PCB sobre a frente única. Tendo em vista que a aliança fosse mais uma vez rejeitada, e ela realmente foi, a LC afirmou que era preciso adaptar as medidas. Logo, destacou que diante da recusa, deveria publicar um manifesto aos trabalhadores e “denunciar os anarquistas e stalinistas como inimigos do proletariado”.⁹⁰⁰ Esta medida indicava que a liga atuaria num círculo mais restrito, apenas no interior do sindicato de sua categoria. Com efeito, o trabalho sindical em busca de uma vitória pela direção da FOSP foi temporariamente abandonado.⁹⁰¹

Sem conseguir avançar na FOSP ou em sindicatos de outras categorias, a LC fez da UTG o seu reduto e junto aos gráficos realizaram diversas ações em variadas frentes. Na luta pela reorganização dos sindicatos, um dos boletins da entidade destacou que os trabalhadores com fotogravuras tinham aderido à associação⁹⁰² e o departamento de imprensa estava se reorganizando.⁹⁰³ De acordo com a publicação, a situação da UTG na cidade do Rio de Janeiro era complicada, pois avançavam as perseguições políticas, levando à cassação dos sindicatos pelas autoridades locais.⁹⁰⁴

A LC organizou um auxílio aos trabalhadores gráficos desempregados. A CE afirmou que havia se ampliado muito o número de associados que se encontravam sem trabalho e passando por sérias dificuldades. Assim, organizou um “Registro dos Desempregados” para apoiar trabalhadores que estivessem passando por necessidades.⁹⁰⁵ Nesse caso, a UTG estava retomando uma característica das sociedades mutualistas que organizavam “caixas” para socorrer os trabalhadores quando estes estivessem doentes, desempregados ou em greve.

⁹⁰⁰ Ibidem.

⁹⁰¹ Ibidem.

⁹⁰² “Está em vias de organização mais um departamento no seio da UTG, os fotogravadores. (...) Afastados até agora da UTG, compreenderam os companheiros fotogravadores que isolados nunca conseguiriam aquelas condições de trabalho que almejavam e sempre estariam sujeitos aos exíguos salários (...) A UTG congratula-se com mais essa preciosa aquisição e conta poder, dentre em breve ver completa a organização desse departamento”. UNIÃO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS. **Departamento de fotogravura**. In: *Boletim de informações da União dos Trabalhadores Gráficos*. n. 2. São Paulo: Fev. 1931, p. 2.

⁹⁰³ “Também o Departamento de Imprensa está, aos poucos voltando a atividade e a normalização. Quase todos os quadros dos jornais paulistas, matutinos e vespertinos deram a sua adesão à UTG, estando atualmente se procedendo a eleição de representantes e comitês de oficina e, assim se poder encaminhar definitivamente para a organização efetiva”. Idem. **Departamento de imprensa**. In: *Boletim de informações da União dos Trabalhadores Gráficos*. n. 2. São Paulo: Fev. 1931, p. 2.

⁹⁰⁴ “É precária a situação da UTG do Rio de Janeiro, cujo funcionamento foi proibido arbitrariamente e violentamente pela polícia do sr. Batista Luzardo. (...) Não se compreende realmente que, num regime de liberdade que a República Nova diz outorgar, um sindicato operário, legitimamente constituído, já com uma bela tradição de lutas em prol dos interesses da classe poligráfica do Brasil, não possa surgir legalmente”. Idem. **A situação da UTG no Rio de Janeiro**. In: *Boletim de informações da União dos Trabalhadores Gráficos*. n. 2. São Paulo: Fev. 1931, p. 3.

⁹⁰⁵ Idem. **Auxílio aos desempregados**. In: *Boletim de informações da União dos Trabalhadores Gráficos*. n. 2. São Paulo: Fev. 1931, p. 4.

A UTG também organizou uma biblioteca para os trabalhadores. O Boletim da entidade informou que a organização tinha disponível diversos jornais, incluindo diários, tais como “Diário de São Paulo” e o “Diário Nacional”, publicações operárias como “O Sindicalista” e também jornais internacionais como “El Obrero Grafico” de Buenos Aires, “Travailleur du livre et du papier” de Paris, “Il Problema del Lavoro” de Milão e outros de Berna e Nova Iorque. A biblioteca ainda tinha livros para empréstimo e outros para venda, entre os quais destacaram “Os dez dias que abalaram o mundo” de Jonh Reed e “O encorajado Potenkin” de Neal Bascomb. Tal iniciativa indica a preocupação em fornecer u material teórico e político para os operários acompanharem as lutas no cenário nacional e internacional.⁹⁰⁶

Por outro lado, o PCB, após romper com os anarcossindicalistas e fundar a FSR, buscou apoio através da realização de novos congressos operários. O primeiro deles realizou-se em março, ao mesmo tempo em que se realizou a III Conferência Operária Estadual, convocada pela FOSP. Não obstante, o congresso apenas comprovou o isolamento do PCB. Os comunistas tinham uma Confederação Nacional, a CGT, e tinham acabado de criar uma federação regional, mas lhes faltavam os sindicatos operários.⁹⁰⁷

Na tentativa de superar o isolamento e ampliar a influência no movimento sindical, os comunistas convocaram um novo congresso para 18 de setembro. Todavia, o Congresso de Unidade Sindical Operária foi remarcado para 2 de outubro e acabou se realizando apenas no dia 5. Em nome da FSR, os comunistas encaminharam uma circular convidando todos os sindicatos operários de São Paulo, recomendando-lhes que enviassem delegados ao evento. O objetivo era unificar o movimento sindical no Estado de São Paulo em uma poderosa frente única contra a ofensiva burguesia.

O PCB conquistou a adesão de poucos organismos operários de São Paulo. A maioria estava nas mãos dos reformistas colaboracionistas e dos anarcossindicalistas. Aderiram ao congresso apenas os sindicatos dos metalúrgicos, do vestuário e da madeira. A LC participou enviando dois representantes: Mário Dupont e Raguna. O objetivo dos opositoristas era desmascarar a conferência, evidenciando que seus organizadores utilizavam do discurso pela unidade para apagar uma divisão que eles mesmos haviam provocado quando não reconheceram a FOSP e, imediatamente, fundaram uma federação concorrente.⁹⁰⁸

⁹⁰⁶ *Boletim de informações da União dos Trabalhadores Gráficos*. n. 2. São Paulo. Fev. 1931.

⁹⁰⁷ “Tanto a FSR como a CGT tinham como valor apenas expressão nominal, pois não representavam potência numérica de organizações nem contingente de massas, mas adesões individuais e pequenos núcleos de ação”. CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, p. 160.

⁹⁰⁸ *Ibidem*.

Não obstante, o Congresso pela Unidade Sindical foi dissolvido pela ação policial. Agentes infiltrados da repressão denunciaram o local de realização da assembleia e os participantes foram surpreendidos e levados ao cárcere. Na segunda metade de 1931, a repressão ao movimento operário ganhou novo impulso. Diversas ações da Polícia de Ordem Social perseguiram e prenderam lideranças operárias.

3. A LC recua: reorganização e repressão

No final de 1931, após os anarcossindicalistas e a direção stalinista repudiarem a unidade sindical, os oposicionistas se viram isolados e com pouca influência e ação nos sindicatos. Permaneceram dirigindo os gráficos e com contatos entre os comerciários e bancários. Assim, no início de 1932 reduziram as atividades de agitação. O objetivo era se concentrar em atividades internas e organizatórias, visando ampliar suas influências nas bases sindicais.⁹⁰⁹

Nessa perspectiva, em abril iniciaram a publicação de um *Boletim de discussão*, documento interno que visava preparar o debate para uma Conferência Regional da LC Rio de Janeiro, que passava por um processo de reorganização dos Grupos de Bairro. O Boletim nº 3, publicou o “Projeto de teses sobre as relações entre partido e fração”. O documento apresentou uma breve análise sobre a origem da OE e a situação da Revolução Russa e da IC sobre o domínio da fração stalinista. Os oposicionistas reafirmaram que o objetivo da Oposição era lutar pela regeneração dos PCs.⁹¹⁰ Ainda reafirmaram que não tinham o interesse de formar um novo Partido ou uma nova Internacional, pois acreditavam na capacidade de se reformar e de se reconduzir estas organizações aos princípios leninistas. Nesse sentido, mais uma vez, se apresentaram como fração do partido:

Nos movimentos gerais da política proletária, a Oposição aparecerá como fração do Partido Comunista. Num pleito eleitoral, por exemplo, se o Partido apresentar candidatos próprios, a Liga prestigiará esses candidatos como

⁹⁰⁹ “Assim, após a atividade quase exclusiva de agitação que conheceu a LC, nos primeiros tempos, sucedeu uma atividade mais interna, organizatória, que foi dos fins de 1931 a meados de 1932, isto é, até o movimento constitucionalista de São Paulo. Isto foi uma reação natural ao exagero com que nos primeiros tempos fomos arrastados a uma ação quase que exclusiva agitação, sem uma base organizatório séria e que estava visivelmente acima das nossas forças. A prova disso se viu na facilidade com que a repressão nos pegou e a crise profunda por que passamos antes de adentrarmos na ilegalidade completa”. LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). *Relatório apresentado pela Comissão Executiva à Primeira Conferência Nacional da Liga Comunista*. Mai. 1933, p. 4.

⁹¹⁰ “Compete à Oposição de Esquerda, no Brasil como nos demais países, bater-se com vigor pelo restabelecimento do centralismo democrático no seio do Partido. Foi justamente esse princípio, hoje criminosamente desvirtuado e praticamente abolido pela burocracia da IC, que permitiu durante décadas o formidável desenvolvimento do bolchevismo como arma revolucionária do proletariado e o seu prepara ideológico para o poder”. Idem. **Projeto de teses sobre as relações de Partido e Fração**. *Boletim de discussão*. n. 3, São Paulo, jun. 1932, p. 5.

sendo seus. Isso não quer dizer, entretanto, que em certos momentos não sejamos abrigados a agir isoladamente, para suprir falhas determinadas que o Partido oficial venha a cometer em virtude da própria lógica de seus erros e desvios.⁹¹¹

Apesar de ainda se caracterizarem como uma fração do PCB, a LC comunista, na prática acabava agindo como uma organização independente. Os oposicionistas, em todos os temas fundamentais, tinham sua própria interpretação, linha tática e teórica. Assim era quanto a questão sindical, por exemplo. Ainda sobre a autonomia da LC diante do PCB, destacaram que “Os membros da Liga Comunista estão sujeitos a uma disciplina própria e devem obedecer aos princípios, estatutos e a tática adotada internacionalmente pela Oposição de Esquerda”.⁹¹² Os oposicionistas se apresentavam como fração do PCB, mas ao mesmo tempo declaravam que não se sujeitavam a disciplina do Partido, pois estavam sujeitos ao estatuto da OIE. Como se observa, o caráter de fração da LC estava imerso em contradições.

Sobre a atuação nos sindicatos, o projeto apontava a necessidade e obrigatoriedade de manter-se atuante nas organizações operárias.

Podem pertencer ao Partido e as Juventudes Comunistas. Devem pertencer aos sindicatos operários de sua profissão. Pelo que se vê, se a participação de cada membro da Liga a atividade do respectivo sindicato é obrigatória, o mesmo não acontece, entretanto, com a atividade dentro das organizações oficiais do Partido. (...)

Nos sindicatos, os membros da Liga devem sempre constituir e ampliar o mais possível os seus núcleos de militantes e simpatizantes e procurar influir e conduzir os elementos da fração oficial que a eles também pertencem.⁹¹³

Sobre os sindicatos, os oposicionistas não falaram em conquistar a direção sindical de algumas categorias ou em disputar a direção da FOSP. De maneira modesta e, tendo em conta as condições reais de atuação, apontaram apenas o dever de permanecer nos sindicatos e atuar para angariar mais simpatizantes.

Ao analisar a atuação da liga, os trotskistas apontaram que houve uma sobrecarga de atividades. A organização projetou avançar de forma muito rápida, sem antes construir uma base teórica e organizativa sólida. Nesse sentido, a tentativa de conquistar sindicatos se mostrou irreal e ineficiente:

Balanceando a atividade da Liga Comunista do Brasil, no seu primeiro ano de existência, verifica-se que houve da parte de sua direção um certo afobamento ao pretender influenciar diretamente a massa. Esse desejo, bastante explicável, aliás, ainda mais se compreende ao atentar para a situação do país na época, logo nos primeiros meses após o golpe militar de outubro de 1930. Entretanto, o resultado dessa ação, que contrastava com as nossas forças reais foi o

⁹¹¹ Ibidem, p. 3.

⁹¹² Ibidem.

⁹¹³ Ibidem, pp. 3-4.

desperdício de energias, a dispersão de movimentos, a falta de unidade, mesmo, no nosso trabalho prático.⁹¹⁴

Revido o planejamento do grupo, os membros da LC apontaram que era preciso recuar nas atividades de agitação e ampliar o trabalho voltado para a formação teórica de novos militantes, num trabalho paciente de esclarecimento e de educação. Doravante, o grupo optou por convergir todas suas forças e esforços na publicação de *A Luta de Classe* e, simultaneamente, realizar cursos de teoria política para simpatizantes:

Esse trabalho, na aparência modesto e sem repercussão, é o único que se recomenda para a situação concreta do Brasil. Os seus resultados serão mais lentos, mas muito mais seguros. Procurando conservar as posições que já conquistamos, os nossos grupos de bairro e as ligações com os sindicatos, devemos conduzir a nossa tarefa de proselitismo não visando tanto a quantidade, mas a qualidade dos nossos elementos. Se nem sempre ganharmos em extensão teremos, todavia, lançado raízes mais firmes na base – ponto de apoio para uma ação mais larga em momento de ascensão do movimento proletário.⁹¹⁵

A ata de reunião da CE da LC de 10 de junho de 1932, registra que os oposicionistas permaneciam buscando ampliar a influência junto aos sindicatos. Por meio da UTG, encaminharam uma nova proposta de frente única aos sindicatos da Construção Civil, dos Padeiros, dos Vidreiros e dos Canteiros, todos filiados à FOSP. O mesmo documento relata que o sindicato da Construção Civil respondeu afirmando que “a frente única já foi feita no seio da Federação Operária”.⁹¹⁶ O sindicato dos padeiros e os demais responderam que “apenas a FOSP tem autoridade para decidir sobre a questão”.⁹¹⁷ Todavia, o oposicionista Gabriel relatou que todas as respostas eram uniformes e que pareciam ter sido elaboradas pela mesma pessoa. Como se vê, a LC continuava, sem êxito, tentando penetrar nos sindicatos.

No mês seguinte, em 14 de julho de 1932, dirigiram uma nova Carta Aberta aos comunistas, mas desta vez, o texto não foi direcionada à direção do Partido, e sim aos membros do PCB. O conteúdo alertava sobre as novas condições concretas e a necessidade de organização diante do levante constitucionalista em São Paulo. Assim, os oposicionistas apresentaram uma breve interpretação sobre a conjuntura e ofereceram soluções para a reorganização do “nosso Partido”.⁹¹⁸

⁹¹⁴ Ibidem, p. 5.

⁹¹⁵ Ibidem, p. 6.

⁹¹⁶ COMISSÃO EXECUTIVA DA LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). *Ata de reunião*. 10 jun. 1932, p. 1.

⁹¹⁷ Ibidem.

⁹¹⁸ LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). *A todos os membros do Partido Comunista (SBIC)*. Rio de Janeiro, 14 jul. 1932, p. 1.

De acordo com a interpretação da LC, o conflito suscitado pela burguesia paulista era a “Expressão violenta do grave dissídio político que divide a burguesia brasileira, cuja dominação de classe vem sendo solapada por uma grave crise econômica, comprometendo a própria existência do capitalismo”.⁹¹⁹ O movimento constitucionalista aparecia como uma continuidade dos conflitos que marcaram outubro de 1930, ou seja, se tratava de um choque armado entre frações que disputam o poder político. Sem desenvolver uma análise mais aprofundada sobre o tema, os oposicionistas alertaram que o movimento iniciado em São Paulo, inevitavelmente, afetaria as massas operárias e estas precisavam reagir imediatamente.

Os oposicionistas apontaram então, que o PCB deveria “Realizar desde já uma viravolta completa em sua política, abandonando o sectarismo dos últimos tempos e colocando no centro de toda a sua atividade a palavra de ordem de “conquista das massas”.⁹²⁰ A tarefa imediata da vanguarda era a elaboração de um plano geral de reivindicações a serem encaminhadas ao exame de assembleias gerais de todos os sindicatos, a fim de se constituir uma frente única pela defesa das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. A pauta de reivindicações mínimas do proletariado compreendia a jornada de 8h para os homens, jornada de 6h para mulheres e menores, aumento geral de salários, reestabelecimento e efetivação da Lei de Férias sob o controle dos sindicatos não oficiais, revogação da Lei de Sindicalização e da carteira profissional, entre outras medidas.

O objetivo da LC era fazer com que os membros do PCB refletissem sobre a pertinência da proposta e pressionassem a direção do Partido a apoiar as reivindicações apontadas. Com o suporte da base do Partido seria possível uma reintegração:

Nós, oposicionistas de esquerda, nos comprometemos a trabalhar de comum acordo com a fração dirigente do Partido, submetidos à disciplina deste. Compreendemos mais do que ninguém a necessidade que tem o Partido, principalmente num momento como este, de se apresentar unido aos olhos das massas. Mas, isto só é possível quando ele age em função dos seus interesses de classe, de acordo com uma linha política justa, perfeitamente adaptada à estratégia do processo revolucionário.⁹²¹

Mais uma vez, o apelo lançado pelos oposicionistas não teve o resultado esperado. Durante o segundo semestre de 1932, todas as tendências operárias sentiram a força da repressão, especialmente os trotskistas. A reação, as prisões e a clandestinidade provocaram novamente uma dispersão entre os militantes da LC. De forma arbitrária, o governo provisório de Vargas fechou os espaços para as vozes dissonantes. Este cenário de perseguição se

⁹¹⁹ Ibidem.

⁹²⁰ Ibidem.

⁹²¹ Ibidem.

consolidou com o movimento constitucionalista que estourou em julho e perdurou até outubro. O conflito armado em São Paulo colocou todas as organizações sindicais e partidárias na clandestinidade e diversos militantes foram presos. Para a LC a reação foi devastadora:

A repressão tremenda então dominante não nos poupou. Os camaradas Francisco, Inácio, Miguel e Leonidas foram presos. Camilo teve que esconder-se. Assim, a CE em peso era vítima da repressão, além de um militante novo, ainda inexperiente, que havia dias antes aderido à organização e da companheira de Miguel. (...) Ao findar o levante paulista, a atividade da LC estava reduzida a três ou quatro camaradas. A CE foi reorganizada provisoriamente.⁹²²

Durante o segundo semestre de 1932 a Secretaria Geral da Liga foi exercida por Plínio Mello e João Matheus. Foi um período sem atividades e que representou um grande declínio no número de membros da organização: “A LC entrara, então, numa fase que “quase foi o reverso da primeira”, marcada pela ausência de recrutamentos, publicações e atividades exteriores”.⁹²³ Alzira Campos, que realizou uma pesquisa minuciosa nos arquivos de DEOPS de São Paulo, afirma que a polícia política acompanhava e vigiava de perto todas as ações dos opositores. Ela aponta ainda que os relatórios deixam claro que havia policiais no interior da organização: “A polícia contava com agentes infiltrados na LC, o que ajuda a entender as prisões contínuas de seus membros”.⁹²⁴

A ausência de publicação do jornal *A Luta de Classe* durante um longo período (maio de 1931 a outubro de 1932) indica que os opositores enfrentaram grandes dificuldades. Em *A Luta de Classe*, nº 8, publicado em outubro, a LC apresentou um artigo com um breve relato sobre a repressão durante o último período. Não obstante, a preocupação central dos trotskistas foi, mais uma vez, a de denunciar as ações dos stalinistas, pois mesmo no cárcere, o conflito entre as tendências permanecia aflorado.

Um primeiro ponto que chama atenção, é que os membros da LC acusaram a direção do PCB de colaborar com os agentes da repressão, denunciando os nomes dos opositores: “Por ocasião das últimas prisões, os stalinistas se revelaram. Começaram por denunciar à polícia, em manifesto da FSR, vários camaradas da Oposição de Esquerda”.⁹²⁵ De acordo com os opositores, a direção comunista buscava disfarçar o seu crime afirmando que era o dever do partido denunciar os “trotskistas contrarrevolucionários”. Ainda destacaram que mesmo na

⁹²² LIGA COMUNISTA. *Relatório apresentado pela Comissão Executiva à Primeira Conferência Nacional da Liga Comunista*. Mai. 1933, p. 5.

⁹²³ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, p. 254.

⁹²⁴ *Ibidem*, p. 148.

⁹²⁵ LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). **A repressão ao comunismo e a desmoralização dos burocratas**. In: *A Luta de Classe*. n. 8. Ano II. São Paulo. Out. 1932, p. 2.

prisão, Lobo e Pedrosa foram perseguidos pelos stalinistas que dividiam o cárcere.⁹²⁶ *A Luta de Classe* denunciou estas atitudes aos militantes do partido para que estes “fiquem sabendo, mais uma vez, por que espécie de gente vem sendo dirigidos”.⁹²⁷

A LC publicou um relato interessante sobre as discussões que se travavam no interior dos cárceres:

Num dos xadrezes, não puderam os dois burocratas que ali se encontravam evitar o corpo a corpo teórico que tanto os apavorava. Os princípios e as ideias fundamentais da Oposição de Esquerda foram detalhadamente expostos aos operários. As calúnias grosseiras que diariamente se fabricam contra nós foram convenientemente pulverizadas. E acabamos por ter uma brilhante vitória: num xadrez de 20 camaradas, onde só existiam 5 da Oposição de Esquerda, conseguimos conquistar a simpatia da maioria, organizando o “coletivo” à base dos estatutos do Socorro Vermelho. Os dois burocratas, abandonados pelos operários do Partido isolaram-se inteiramente da maioria, demitindo-se do “coletivo”.⁹²⁸

Este relato é bastante ilustrativo, pois demonstra que a prisão também se tornou um espaço para o debate. Ao entrar em contato com outros operários encarcerados, trotskistas e stalinistas apresentavam seus argumentos e fundamentos teóricos para convencer os operários sobre a justeza de sua linha política. Mesmo no cárcere não havia trégua entre as posições divergentes.

Ao analisarem as condições do movimento sindical após o fim da luta armada em São Paulo, os opositoristas apontaram que, mais uma vez, a organização da classe trabalhadora não teve condições de intervir: “a ação sindical foi praticamente nula”.⁹²⁹ Diante do conflito entre o governo Vargas e a burguesia paulista, as organizações sindicais não conseguiram reagir e realizar qualquer mobilização independente do proletariado: “Limitaram-se os sindicatos existentes a não fecharem as portas. A repressão toda poderosa que se desencadeou sobre os militantes mais combativos e conscientes foi a causa imediata da inação”.⁹³⁰

⁹²⁶ “O camarada Aristides Lobo, preso antes da delação stalinista que atingiu outros camaradas, não só esteve no Gabinete de Investigações com os operários do Partido, como foi mesmo posto, apesar de doente, numa das celas de tortura ali existentes. Transferida, depois, para o Presídio da Liberdade, foi esse camarada obrigado a passar por todos os xadrezes do mesmo, pois os stalinistas quando não provocavam conflitos, com o fim de obrigar as autoridades do presídio a determinar o seu isolamento, como “truculento” ou “indisciplinado”, chegavam mesmo a negociar com os chefes da guarda a sua transferência de xadrez para xadrez. (...) O camarada Mario Pedrosa, cuja prisão foi consequência da ação policial dos burocratas dirigentes, foi igualmente transferido do xadrez em que se encontrava, em virtude de um pedido feito aos diretores do presídio por dois chefes stalinistas”. *Ibidem*.

⁹²⁷ *Ibidem*.

⁹²⁸ *Ibidem*.

⁹²⁹ LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). **O movimento sindical**. In: *A Luta de Classe*. n. 8. Ano II. São Paulo. Out. 1932, p. 4.

⁹³⁰ *Ibidem*.

Mesmo reconhecendo que a repressão cumpriu um papel fundamental em desarticular a resistência das organizações dos trabalhadores, a LC não deixou de criticar a direção do PCB e os anarcossindicalistas:

Stalinistas e anarquistas, por caminhos diferentes, chegam ao mesmo objetivo comum, que é a liquidação do movimento sindical. Os primeiros, em nome do dogma da “radicalização das massas”, desprezam sistematicamente o trabalho nos sindicatos, “esquecendo-se”, portanto, de conquistar as próprias massas; os segundos, baseando-se no dogma do apoliticismo dos sindicatos, “esquecem-se” de tomar partido na luta de classe, isto é, vão fazendo o jogo da burguesia.⁹³¹

A LC reafirmava suas críticas ao PCB e aos anarcossindicalistas, assinalando que estes realizaram uma política que desarticulava a organização dos trabalhadores e favorecia a manutenção do domínio burguês. Para a LC, a “radicalização das massas” e o “apoliticismo”, cada uma a sua maneira, pavimentavam o caminho de novas derrotas aos operários.

Em janeiro de 1933, em *A Luta de Classe*, nº 9, retomaram estas críticas. No artigo intitulado, “Anarquismo e stalinismo”, eles traçaram um histórico sobre as duas tendências, buscando demonstrar que elas eram responsáveis pela incapacidade organizativa da classe trabalhadora. Os libertários foram apresentados como “tristes múmias históricas”, como uma corrente que tinha ideias envelhecidas:

Quando vemos a lepra anarquista invadir o organismo do proletariado, destruindo-lhe os tecidos, não podemos deixar, nos dias que correm, de recordar um episódio da Conferência Operária, aqui realizada no primeiro semestre do ano passado. O espetáculo era quase comovedor: ocupando as cadeiras reservadas aos delegados sindicais, alinhavam-se, como que ligados por um fio, aquelas velhas carcaças alegóricas com seus bigodes alegóricos à Bakunin, última reminiscência do anarquismo defunto.⁹³²

Para os opositoristas, esta sobrevida das lideranças libertárias só poderia ser compreendida diante dos sucessivos erros da direção comunista: “Os stalinistas podem vangloriar-se de ter feito ressuscitar um cadáver”.⁹³³ Ao transformarem os sindicatos em comitês partidários, os comunistas teriam provocado a repulsa dos trabalhadores à “política”. Essa instrumentalização das organizações dos trabalhadores pelo partido era apresentada pelos opositoristas como a razão do retorno da concepção libertária no movimento sindical.

Depois de explicar as razões do ressurgimento anarcossindicalista, apresentaram um retrospecto da atividade stalinista após outubro de 1930. Ressaltaram o abandono do COOS, a convocação de uma “nova” conferência sindical e a fundação da FSR sem nenhuma base

⁹³¹ Ibidem.

⁹³² Idem. **Anarquismo e stalinismo.** In: *A Luta de Classe*. n. 9. Ano 3. São Paulo. Jan. 1933, p. 3.

⁹³³ Ibidem.

sindical. Posteriormente, assinalaram que a direção comunista ainda empregava esforços para liquidar a UTG. E concluíram: “Eis os serviços do stalinismo. Não é por acaso que o anarquismo germina e viceja sobre este esterco”.⁹³⁴

A LC retomou a palavra de ordem em prol da reorganização do movimento sindical em suas bases e incitou os trabalhadores a lutarem pelas reivindicações mínimas e pelas liberdades democráticas. Afirmaram que após a vergonhosa derrota e capitulação da burguesia paulista,⁹³⁵ a pequena burguesia e os proletários que a apoiavam lutando pela constituinte não se conformaram com a defecção e estavam dispostos a permanecer lutando em outro campo de batalha.

Nessa perspectiva, apontaram que a burguesia paulista, desmoralizada, perdia a direção da luta pela constituinte para a pequena-burguesia, que permaneceria radicalizada contra o governo de Vargas. Assim, destacaram que era preciso aproveitar o espírito combativo que permanecia entre as classes subalternas e inserir o proletariado na luta pelas liberdades democráticas, mas dirigindo a pequena-burguesia: “Esse estado de espírito precisa ser aproveitado, para reagrupar todas essas massas pequeno-burguesas atrás do proletariado e conduzi-las a luta contra a fração burguesa vitoriosa”.⁹³⁶

Os opositoristas aproveitaram para reafirmar que a luta do proletariado contra o Estado burguês passava pela reivindicação das liberdades democráticas, pela liberdade de organização: “Só se podem mobilizar as camadas mais oprimidas contra os arreganhos fascistas da ditadura vitoriosa, arregimentando-as sob a bandeira das palavras de ordem democráticas, quer dizer, sob a bandeira da Constituinte soberana, nas bases mais democráticas”.⁹³⁷ A LC buscando reorganizar o proletariado, apontava que a mobilização em torno da constituinte deveria ser aproveitada para reagrupar o proletariado numa campanha decisiva pelas reivindicações democráticas.

⁹³⁴ Ibidem.

⁹³⁵ “A burguesia constitucionalista, com a simples ameaça de ser derrotada, entregou os pontos sem cerimônia, desistindo de qualquer resistência, esquecendo-se cinicamente dos solenes juramentos da véspera. Os seus representantes renderam-se sem condições, covardemente, desertando do campo de luta, mandando as ortigas a bandeira constitucionalista (...) Mas esses pequenos burgueses e mesmo os proletários traídos que em nome da constituinte foram se sacrificar nas trincheiras, não se conformam com essa defecção nem se resignam a ideia de que tanto sacrifício tenha sido em vão. Eles esperam poder continuar a luta num outro terreno”. Idem. **A situação**. In: *A Luta de Classe*. n. 8. Ano II. São Paulo. Out. 1932, p. 3.

⁹³⁶ Ibidem.

⁹³⁷ Ibidem, p. 4.

CAPÍTULO 6

A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA INDEPENDENTE: A LUTA NOS SINDICATOS OFICIAIS E A REPRESSÃO PÓS-1935

1. Um novo Partido e uma nova Internacional

O *crash* econômico de 1929 promoveu uma gigantesca crise social e política na Alemanha que, diante da paralisia dos comunistas, acabou se tornando o cenário da ascensão fascista. O Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores (PNSAT) apareceu na cena política no final de 1923 quando realizou o “*Putsch* de Munique”, golpe contra o governo Bávaro. A quartelada fracassou e Hitler foi para prisão, mas quando foi libertado, retomou seu projeto político arregimentando militantes e conseguindo resultados eleitorais expressivos já no final da década de 1920.

Todavia, para a IC, o crescimento do partido de Hitler não era a maior ameaça. Orientados pela tese do Terceiro Período e do social-fascismo, os stalinistas apontavam que a social democracia era o principal adversário, pois além de ser considerada irmã gêmea do fascismo ou sua ala moderada, os socialistas ainda tinham influência sobre o movimento operário. A burocracia argumentava que não seria possível barrar a crescente fascista sem antes derrotar os socialistas. Isto significou a recusa de qualquer aliança, mesmo que temporária, com o Partido Social Democrata da Alemanha (PSDA). Levando a cabo essa política, em 1931, o Partido Comunista da Alemanha (PCA) participou, ao lado dos nazistas do plebiscito sobre *Landstag*, votando pela dissolução da assembleia representativa da Prússia que era majoritariamente social democrata.

Entre 1930 e 1933, Trotski acompanhou de perto os acontecimentos que abalavam a República de Weimar e publicou diversos artigos criticando a orientação sectária do PCA. Ele considerou que diante da ameaça nazista, a unidade entre os comunistas e os socialistas era a orientação correta para barrar o avanço de Hitler.⁹³⁸

⁹³⁸ “O fascismo cairia verdadeiramente em pedaços se o PCA fosse capaz de unir a classe operária, transformando-a em poderoso polo de atração de todas as massas oprimidas da população. Mas a política do PCA, desde as eleições de setembro, só tem feito agravar a sua inconsistência: frases declamatórias sobre o “social-fascismo”, namoro com o chauvinismo, imitação do fascismo autêntico com o objetivo de fazer-lhe concorrência no mesmo mercado e essa aventura criminoso do “plebiscito vermelho”. Tudo isso impede que o PCA se torne o guia do proletariado e do povo”. TROTSKI. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*. São Paulo: Sundermann, 2011, pp. 38-39.

Não obstante, diante da política ultra esquerdista que não ofereceu resistência, o Partido Nazista ampliou suas bases sociais entre a pequena-burguesia e, em 30 de janeiro de 1933, Hitler foi nomeado Chanceler Alemão, assumindo o posto de chefe de um governo de coalizão. A avalanche que enterrou o movimento operário alemão veio logo em seguida. Em 27 de fevereiro ocorreu o incêndio provocador do *Reichstag*, que serviu de pretexto para desencadear a repressão. No dia seguinte, milhares de militantes comunistas e socialistas foram detidos e encarcerados. O fechamento do PCA, em 6 de março, simbolizou o cataclismo do PC mais poderoso da Europa.

Ainda em novembro de 1931, no artigo intitulado “A chave da situação internacional está na Alemanha”, Trotski apontou que a luta contra a ascensão do fascismo alemão seria decisiva para o futuro do movimento revolucionário internacional. E de fato, o triunfo do partido de Hitler foi crucial não apenas para sacramentar a derrota do PCA, mas também para expor, uma vez mais, os equívocos do stalinismo. A queda dos comunistas alemães motivou Trotski e os opositoristas a revisarem a política pela regeneração dos PCs e da IC.

Consolidada a vitória de Hitler, Trotski, em 14 de março de 1933, publicou um artigo intitulado “A tragédia do proletariado alemão”,⁹³⁹ no qual destacou os inúmeros erros da direção stalinista e decretou a falência do PCA. Aos trabalhadores alemães se colocava a tarefa de construir um novo partido. Este era o resultado lógico da falência após a catástrofe. Mas destacou que ainda não era o momento de se proclamar a derrocada da III Internacional, pois era preciso aguardar e ver qual seria a reação. A IC não reagiu. A burocracia stalinista insistiu em afirmar que a política traçada havia sido correta. Com efeito, em 15 de julho, em outro artigo, intitulado “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”,⁹⁴⁰ Trotski defendeu a necessidade histórica de se preparar a fundação da IV Internacional.

O grau de degeneração burocrática havia avançado e penetrado nas estruturas partidárias dos PCs e da IC e tornava irreversível qualquer tentativa de reformá-los. Em 27 e 28 de agosto, em Paris, durante a I Conferência da OIE, foi oficialmente proclamada a palavra de ordem pela construção da IV Internacional. Assim, ao longo de 1933, os opositoristas discutiram se ainda era possível permanecer como fração ou se era o momento de construir partidos independentes e trabalhar pela fundação de uma nova Internacional. Estes debates alcançaram os opositoristas brasileiros que realizaram duas conferências nacionais neste

⁹³⁹ Idem. *La tragedia del proletariado alemán*: Los obreros alemanes se levantarán de nuevo. El stalinismo jamás! 14 mar. 1933. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1933/marzo/14.htm>. Acessado em 18 set. 2018.

⁹⁴⁰ Idem. *Es necesario construir partidos comunistas y una internacional nuevos*. 15 jul. 1933. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1933/julio/15.htm>. Acessado em 18 set. 2018.

período, nas quais a polêmica sobre a construção de novos partidos, a caracterização da URSS e a fundação de uma nova Internacional estiveram no centro das discussões.

1.1 A I Conferência Nacional da LC: fração ou partido?

Os militantes da LC só conseguiram se reorganizarem após o fim da reação desencadeada pelo movimento constitucionalista de 1932. A necessidade de uma conferência já era discutida desde o período que antecedeu a onda repressiva e desestruturou as atividades da Liga. Julgavam que o grupo precisava se reunir para debater e avaliar as atividades da organização, a fim de extrair os ensinamentos para a retomada do trabalho. Programada inicialmente para abril de 1933, a I Conferência Nacional da LC aconteceu em São Paulo, de 6 a 10 de maio, ou seja, antes de Trotski apontar a necessidade histórica de se construir novos PCs e uma nova Internacional.

A conferência da Oposição brasileira contou com 15 militantes e 1 simpatizante. Os membros presentes foram: Leônidas (Aristides Lobo); Camilo (Lívio Xavier); Miguel (Mário Pedrosa); Francisco (Victor de Azevedo Pinheiro); Sérgio (Salvador Pintaúde); José (João Matheus); Djalma (Gofredo Rosini); John; Max; Luga; Klassenkampf; Paulo; Lopes; Ruivo; Neif. Os oito últimos não conseguimos identificar.⁹⁴¹

Felizmente, a documentação produzida pela conferência foi preservada e se encontra disponível no Arquivo da Unesp CEDEM, para historiadores e outros pesquisadores que desejam investigar a questão. O corpo documental reúne não apenas o relatório final da conferência, mas também todas as atas das reuniões, registrando os comentários de todos os militantes, o que nos permite ter uma visão ampla sobre os debates e posicionamentos.

A conferência foi chefiada por Aristides Lobo, Secretário Geral da LC e contou com a seguinte ordem do dia: 1) Situação Internacional; 2) Questão Nacional; a) Questão agrária. 3) Oposição e Partido; 4) Questão Sindical; 5) Questão da URSS; 6) Imperialismo; 7) Tarefas práticas: a) jornal; b) campanha eleitoral; 8) Questões de organização: a) Relatório geral da atividade da LC. b) Estatutos; c) Eleição da CE.; d) Escolha do delegado a Conferência Internacional.⁹⁴²

A Conferência Nacional precedeu a Conferência Internacional da OIE que ocorreria em agosto de 1933. O grande debate que permeou diversos pontos tratados foi aquele sobre a repercussão da vitória de Hitler na Alemanha e a posição que os opositoristas adotariam diante

⁹⁴¹ PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA LIGA COMUNISTA. 6 a 10 mai. 1933, p. 1.

⁹⁴² Ibidem.

dessa nova traição da burocracia stalinista. No primeiro ponto, sobre a “situação internacional”, a discussão partiu do texto “A chave da situação internacional está na Alemanha” de Trotski.

A questão central que permeava o debate era sobre a permanência do caráter de fração dos opositoristas. A resolução formulada pela OIE apontou que os últimos acontecimentos mundiais, especialmente a capitulação vergonhosa dos stalinistas diante de Hitler, “acentuaram o caráter organizatório independente de nossa fração”.⁹⁴³ Comparou-se o momento e a tática com a linha adotada pelos bolcheviques em 1912, quando romperam definitivamente com os mencheviques, mas não com a II Internacional. Naquele momento, foi preciso a lição do conflito mundial e a Revolução de Outubro para se colocar na ordem do dia a construção de uma nova Internacional. Assim, concluiu-se que “A nossa posição organizatória atual é idêntica a tomada em 1912 pelo Partido Bolchevique”.⁹⁴⁴

Apesar de todos os equívocos políticos e do avanço da burocratização, apontou-se que ainda não havia chegado o momento de uma ruptura definitiva com a IC.⁹⁴⁵ A criação de um novo partido ou de uma nova internacional ainda não estava colocada. Todavia, se apresentava como necessário reforçar o caráter independente da Oposição. Permaneceria se apresentando como uma fração, mas com inteira autonomia política e organizatória:

(...) se continuarmos como até aqui foi certo, com a nossa dependência do stalinismo, nós estaremos condenados a uma derrota que significará também a derrota da Revolução Proletária. (...) Depois da traição cometida pelo stalinismo na Alemanha, onde um partido de 6 milhões se apresentou como um cadáver, nós não temos outro remédio senão romper politicamente com os stalinistas.⁹⁴⁶

Embora rejeitassem a criação de outro partido, optando por permanecer como fração, a ruptura com o stalinismo e a conseqüente ampliação da independência política e organizativa se apresentava na prática como a formação de um partido paralelo. Almejavam realizar uma política autônoma, mas ao mesmo tempo rejeitavam a alcunha de outro partido e também não desejavam perder o vínculo com a Internacional: “É preciso que internacionalmente tenhamos independência organizatória em todas as questões. Não rompemos inteiramente, nos constituindo em outro Partido. Continuamos a dizer-nos fração da III Internacional”.⁹⁴⁷

⁹⁴³ Ibidem, p. 13.

⁹⁴⁴ Ibidem.

⁹⁴⁵ “Acontece que na Internacional Comunista a soma de ziguezagues à direita até hoje não foi suficiente para se considerar a Internacional como traidora do proletariado, e principalmente por que a existência da III Internacional esta intimamente ligada a do Estado Proletário. Uma vez que reconheçamos que ainda existe na União Soviética a ditadura do proletariado, somos obrigados a reconhecer que ainda existe a III Internacional”. Ibidem, pp. 13-14.

⁹⁴⁶ Ibidem, p. 14.

⁹⁴⁷ Ibidem, p. 14.

Essa primeira parte da discussão não suscitou discordâncias entre os militantes da Oposição brasileira. A polêmica se instalou no debate sobre o caráter da URSS. Por princípio, a luta pela formação de um partido paralelo ao PCR, significava não reconhecer mais o Estado Operário e a ditadura do proletariado, pois a função de um partido é ser o instrumento político de uma classe para tomar o poder. Ao defender que a Oposição não conseguiria retornar ao Partido dominado pela burocracia e que era preciso construir um outro, apontava-se para a necessidade de uma nova revolução.

Aristides Lobo não acreditava mais na possibilidade de se reformar ou regenerar o partido dominado por Stalin e defendeu a construção de outro: “nós podemos admitir teoricamente a fundação de um segundo partido na URSS, não para fazer uma segunda revolução, mas para fazer a reforma do Estado proletário”.⁹⁴⁸ Todavia, seus companheiros consideraram esta posição inaceitável. Pinheiro afirmou que “a ideia de um segundo partido na URSS é prática e teoricamente colocar mal a questão”.⁹⁴⁹ “Neif” também se posicionou contra: “Na argumentação de Leônidas [Aristides Lobo], notei que houve um desvio monstruoso. Teoricamente é impossível dois partidos do proletariado na URSS”.⁹⁵⁰ Mesmo diante das críticas, Lobo manteve sua posição: “Se é uma questão de palavra, eu retiro a expressão de partido paralelo. Mas nesse caso também na URSS não se trata de partidos paralelos, por que o PC Russo não existe mais”.⁹⁵¹ Ao final da discussão a proposta de Lobo foi recusada.

A polêmica em torno da atitude da Oposição diante do Estado Soviético voltou à pauta no ponto cinco: “A URSS”. A discussão tomou como base o artigo de Trotski, “Sinal de alarme!”, publicado em 3 de março de 1933.⁹⁵² Neste texto-manifesto, o líder da OIE discutiu a situação econômica, política e social no interior da URSS, apontando os resultados insatisfatórios do Plano Quinquenal e o avanço da degeneração burocrática no PCR e na IC. Trotski afirmou que o perigo “termidoriano” se aprofundava e reivindicou o retorno da democracia operária e o reingresso da OE ao PCR: As palavras de ordem exigiam: “Um regime partidário honesto!” e “Um congresso partidário honesto!”.

Pinheiro abriu a discussão destacando que a análise de Trotski era muito preocupante, pois evidenciava que a revolução e suas conquistas estavam em perigo: “chegamos a triste constatação de que a ditadura do proletariado está oscilando sobre os seus próprios alicerces”.⁹⁵³

⁹⁴⁸ Ibidem, p. 16.

⁹⁴⁹ Ibidem, p. 16.

⁹⁵⁰ Ibidem, p. 17.

⁹⁵¹ Ibidem.

⁹⁵² TROTSKI. *Señal de alarma!* Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro3/T04V119.htm>. Acesso em 20 set. 2018.

⁹⁵³ PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA LIGA COMUNISTA. 6 mai. 1933, p. 26.

Não obstante, ele apontou que as palavras de ordem levantadas não correspondiam ao processo de avanço terdioriano que estava em curso.⁹⁵⁴ A urgência da situação impunha palavras de ordem mais enfáticas: “O camarada Trotski dá o sinal de alarme, mas acho eu que não aconselha uma tática de acordo com os perigos que ele aponta”.⁹⁵⁵

Por sua vez, Aristides Lobo afirmou que já não era mais possível acreditar na via reformista, uma vez que os princípios da democracia proletária estavam aniquilados nas fileiras do PCR e da IC. Destacou então que as palavras de ordem levantadas pela OIE nos seus dez anos de existência já não eram adequadas. Acrescentou que “é idealismo hoje esperar que uma reação da base do Partido possa derrubar a burocracia stalinista. Hoje, lutar pela democracia interna no Partido não é mais tática”.⁹⁵⁶ Lobo questionou a manutenção de palavras de ordem reformistas e apontou que era preciso abandonar a via passiva e lançar uma tática mais agressiva e violenta: “Só podemos consegui-lo pela força. Não existe contradição entre o reconhecimento de um Estado proletário e a insurreição armada”.⁹⁵⁷

Para Lobo, a estrutura burocrática e hierarquizada que dominava o PCR impossibilitava qualquer ação reformista. Os opositoristas não venceriam por meio de um congresso. Era preciso assumir uma nova tática e organizar a base nas fábricas: “o proletariado não pode derrotar a burocracia com o Partido, tem de derrotá-la como classe e na situação em que está a Rússia, só tem um meio: a greve geral”.⁹⁵⁸ Concluiu que a luta deveria ser travada junto aos trabalhadores e, para tanto, a Oposição deveria atuar como partido: “Naturalmente, se se vai preparar uma greve dentro da URSS, a Oposição de Esquerda vai agir como partido”.⁹⁵⁹

Por fim, Mario Pedrosa se posicionou sobre o debate e apresentou uma interpretação que se aproximava daquela de Trotski. Após uma longa explanação sobre a situação econômica da URSS, ele apontou que em 1928, as medidas realizadas pela burocracia stalinista em direção a industrialização e a luta contra os *kulaks* se deram devido a “pressão” da OE. Destacou que: “Não se deve subestimar a função política da Oposição”.⁹⁶⁰ E, apontou que os opositoristas deveriam seguir uma tática passiva: “Devemos aguardar os acontecimentos com confiança”.⁹⁶¹

⁹⁵⁴ “Eu apenas tenho a impressão de que o camarada L.D.T. [Trotski] procura atenuar um pouco, com as palavras de ordem que ele lança no seu estudo, a situação política que se criou na União Soviética, quer dizer, ele não lança palavras de ordem em exata correspondência com o conteúdo da análise. Constituem repetição quase que direta de todas as palavras de ordem que a Oposição de Esquerda em lançando desde as primeiras crises (...)”. Ibidem, p. 26.

⁹⁵⁵ Ibidem.

⁹⁵⁶ Ibidem, p. 27.

⁹⁵⁷ Ibidem.

⁹⁵⁸ Ibidem.

⁹⁵⁹ Ibidem.

⁹⁶⁰ Ibidem, p. 29.

⁹⁶¹ Ibidem.

Pedrosa não acreditava que o momento exigia uma ação imediata. Para ele, o Termidor só ocorreria diante de uma luta violenta e a classe operária se levantaria para defender a sua ditadura. Assim, concluiu: “Quando chegar o momento em que se verá o chamamento do processo termidoriano, isso há de provocar uma reação”.⁹⁶²

Ao final da discussão, havia três propostas sobre a questão da URSS; a tática ofensiva de Lobo, a passiva de Pedrosa e a centrista de Pinheiro. Diante deste cenário, este último retomou a palavra e defendeu sua posição intermediária, apresentando-a como a mais prudente. Pinheiro argumentou que não descartava a greve geral, mas afirmou que não cabia aos opositoristas brasileiros levantarem essa bandeira, pois somente o proletariado russo poderia medir as condições para tal medida.⁹⁶³

Outros membros tomaram a palavra e se posicionaram, mas não houve qualquer consenso. Lobo, insistiu em defender uma tática mais ofensiva e a reelaborou. Ele propôs que a Conferência Nacional da LC deveria resolver: a) considerar errônea a tese adotada pela pré-Conferência Internacional, segundo a qual a OE deveria continuar como fração e não como partido; b) que só a OE poderia convocar o VII Congresso da IC; c) aprovar que a OE deveria declarar-se com funções de partido; d) aprovar a tese da palavra de ordem de greve geral pela derrocada da burocracia stalinista e pela ascensão da OE, com o camarada Trotski a frente; e) aprovar a tese de que é preciso estender a agitação e a propaganda das ideias da Oposição no Exército Vermelho e na Armada Vermelha, para, caso necessário, diante de uma greve geral, seja apoiada pelas forças armadas.⁹⁶⁴

Posta em votação, a proposta de Lobo foi rejeitada com os votos contrários de Pinheiro, Pintaúde, “Lopes” e “Max”. O impasse persistiu. Pedrosa então apresentou nova proposta. Ele não manteve a postura passiva e propôs que a Conferência Nacional aprovasse uma resolução manifestando inquietação diante do gravíssimo cenário soviético que colocava em risco a manutenção da ditadura do proletariado. Afirmou então que:

(...) já é tempo de serem levantadas mais concretamente, dentro dos quadros da OIE, todas as questões concernentes a posição e a atitude políticas que a marcha dos acontecimentos internos e externos possa impor à Oposição de Esquerda russa, avultando dentre essas as formas de luta e resistência à reação termidoriana ou bonapartista, como por exemplo, uma greve geral ou até a insurreição armada, tendo em vista a defesa do sistema soviético.⁹⁶⁵

⁹⁶² Ibidem.

⁹⁶³ “Já demonstrei aos camaradas que não está excluída do meu pensamento a necessidade de uma greve geral e mesmo de uma insurreição armada chefiada pela Oposição russa contra a burocracia stalinista. Mas, como frisei, esta questão de greve geral é uma coisa muito séria que depende da relação das forças em presença. Todos os marxistas sabem disso. Isso aqui já não é uma questão de política, mas de tática militar e insurrecional”. Ibidem.

⁹⁶⁴ Ibidem, pp. 33-34.

⁹⁶⁵ Ibidem, p. 34.

Esta segunda proposta apresentada por Pedrosa foi aprovada. Os delegados consideraram que a tática defendida por Lobo era demasiado ofensiva. A resolução aprovada tinha um carácter menos agudo, mas não deixou de afirmar a necessidade de rever a tática passiva e debater os meios para a defesa da URSS, inclusive, considerando a possibilidade da greve e da insurreição.

A polémica entre fração ou partido voltou ao centro do debate no item sobre as Tarefas Práticas que discutiu a “Campanha eleitoral”. “Ruivo” apresentou a questão. Ele destacou que a LC reivindicou e lutou pela Assembleia Constituinte, pois, mesmo diante das limitações da democracia burguesa, a classe trabalhadora tinha de se posicionar e buscar influenciar o processo. Assim, Aristides Lobo foi lançado como candidato à constituinte. Por seu turno, o PCB boicotou e denunciou a campanha eleitoral como uma manobra burguesa e se absteve de mobilizar os operários para a luta parlamentar.

Todavia, no momento decisivo, a direção do PCB abandonou sua tática de abstenção e requereu sua inscrição eleitoral que foi rejeitada. Diante da negativa, os candidatos comunistas foram lançados sob a bandeira da União Operária e Camponesa (UOC), uma espécie de partido paralelo. Com o aparecimento de candidatos do Partido, a CE da Liga se reuniu e optou por retirar a candidatura de Lobo para apoiar o nome do PCB. Mesmo assim, os opositoristas foram perseguidos pela direção comunista. Em reunião na UOFT “os oradores da Liga foram violentamente impedidos de falar, foram postos na rua com os adjetivos mais fortes”.⁹⁶⁶

Quando se abriu o debate sobre a questão eleitoral, “Lopes” considerou que a CE da Liga errou ao retirar a candidatura de Aristides Lobo: “A CE da Liga devia ter examinado com mais atenção este detalhe, porque Partido Comunista não é a União Operária e Camponesa”.⁹⁶⁷ Ele argumentou que o PCB não se apresentou como partido, assim, a fração de esquerda tinham o dever de substituí-lo. “Neif” concordou com a posição de Lopes. Por sua vez, Lobo afirmou que o PCB não se manifestou oficialmente declarando seus candidatos os apresentados pela UOC. E concluiu: “Diante do silêncio do Partido, endossamos a União Operária e Camponesa como organização paralela”.⁹⁶⁸

Por sua vez, Pedrosa defendeu a retirada da candidatura e disse que era a atitude correta de acordo com as orientações da OIE de que a posição de fração é incompatível com a apresentação de candidatos próprios. Não obstante, afirmou que em futuras eleições, a LC

⁹⁶⁶ Ibidem.

⁹⁶⁷ Ibidem.

⁹⁶⁸ Ibidem, p. 42.

deveria sim, apresentar candidatos independentes: “E nós devemos dizer que só apoiaremos candidatos que venham sob a legenda do Partido Comunista e apresentar candidatos se o Partido continuar se escondendo na União Operária Camponesa”.⁹⁶⁹ Em acordo com Pedrosa, Pinheiro apresentou uma proposta aprovando a atitude tomada pela CE, mas acrescentou que em futura eleição, a LC deveria lançar um candidato próprio, “se o PCB não aparecesse como partido”.⁹⁷⁰

Pintaúde, por outro lado, afirmou que essa proposta implicava que o caráter de fração impossibilitava a Liga de apresentar candidatos próprios concomitantemente aos da burocracia. E justificou: “Entendo que essa autolimitação abre a porta a sabotagem da burocracia do Partido e que a apresentação de candidatos próprios em face aos da burocracia não é afirmar-se como um segundo partido”.⁹⁷¹ Corroborando esta concepção, Lobo propôs que a LC levasse até à Conferência Internacional a proposta para que os opositores pudessem apresentar “candidatos próprios nas eleições”.⁹⁷² Mais uma vez, Lobo se posicionou no sentido de que a Oposição deveria se tornar mais independente e, novamente foi derrotado. Sua proposta foi recusada por cinco votos contra e duas abstenções.

Ao final da discussão a proposta aprovada determinou que “a Conferência Internacional não se ponha como posição de princípio a não apresentação de candidatos da Oposição diante do Partido”.⁹⁷³ No fundo, esta proposta tinha o mesmo sentido daquela apresentada por Lobo. A apresentação de candidatos opositores deixava de ser uma questão de princípio, ou seja, determinada de antemão, para ser debatida: “As seções opositores se inspirarão a respeito tendo em vista apenas as circunstâncias do momento”.⁹⁷⁴ Essa proposta foi aceita por três votos a favor, dois contrários e duas abstenções.

A I Conferência Nacional da LC deu a chance aos opositores brasileiros discutirem os problemas que permeavam toda a organização da OIE. A questão em torno da independência da Liga e do rompimento com a burocracia stalinista era demasiado complexo e abarcava uma série de princípios e considerações sobre a URSS e a sua caracterização. Este debate colocou as duas principais lideranças da LC em campos opostos. Enquanto Aristides Lobo defendeu uma ruptura imediata com o PCR e com a IC, Pedrosa adotou uma orientação mais cautelosa. Diante do conflito, as resoluções apontaram soluções intermediárias, mas que mesmo sem abandonar a posição fracionista reforçaram a independência da LC.

⁹⁶⁹ Ibidem, p. 43.

⁹⁷⁰ Ibidem.

⁹⁷¹ Ibidem.

⁹⁷² Ibidem, p. 44.

⁹⁷³ Ibidem.

⁹⁷⁴ Ibidem, p. 45.

1.2 A II Conferência Nacional (Extraordinária) da LC: em direção a IV Internacional

Em julho, dois meses após a realização da conferência, o debate sobre a construção da IV Internacional voltou ao centro da discussão. A LC recebeu uma carta para discussão interna assinada pelo SI da OIE. O documento destacou que o movimento operário internacional havia chegado num ponto crucial e era o momento da OIE rever sua orientação: “A nossa situação de “fração” excluída da Comintern não pode se prolongar eternamente”.⁹⁷⁵ Seis meses após a ascensão de Hitler na Alemanha e o posterior aniquilamento das organizações operárias, o SI encaminhou esse documento às seções nacionais apontando que o caminho que se colocava era o de completo rompimento com a burocracia stalinista: “Estamos prontos a colaborar como camaradas e mesmo a nos unir com todas as organizações e grupos que queiram realmente construir uma Internacional sobre as bases de Marx e Lenin”.⁹⁷⁶

Em 1º de outubro a LC se reuniu em São Paulo para a Segunda Conferência Nacional (Extraordinária). A ata registrou a presença de onze membros: Gustavo (Aristides Lobo), Juliano (Mario Pedrosa), José (João Matheus), Novela (Lívio Xavier), Abaeté (José Neves), Andrade (Febus Gikovate), Eloy (Hilcar Leite), Waldo (Fúlvio Abramo), Leão, Korvinus, Frederico e Red. A ordem do dia foi assim estabelecida: 1) Expediente; 2) Nova Internacional; 3) Questão da URSS; 4) Os onze pontos adotados pela pré-conferência Internacional; 5) Mudança de nome da organização; 6) Vários. O debate sobre a IV Internacional e a caracterização da URSS eram os problemas centrais.⁹⁷⁷

Na discussão sobre a construção da IV Internacional, vários militantes apresentaram pontos de vistas divergentes e não houve consenso. Formou-se então uma comissão de resolução com três membros, sendo dois da maioria e um da minoria. Os eleitos foram Aristides Lobo, João Matheus e Korvinus. A comissão redigiu duas resoluções, a primeira apresentando a posição da maioria e outra com a posição da minoria.

A resolução da maioria, encabeçada por Lobo, defendeu a necessidade de um rompimento imediato com a III Internacional burocratizada. Sinalizou pelo fim da tática reformista que vinha sendo trilhada pela OE desde o seu aparecimento em 1923. Destacou que era preciso preparar novos quadros e novos partidos revolucionários e que esta tarefa se

⁹⁷⁵ SECRETARIADO INTERNACIONAL DA OPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ESQUERDA. *Discussão interna sobre a questão da IV Internacional*. 8 jul. 1933, p. 1.

⁹⁷⁶ *Ibidem*.

⁹⁷⁷ SEGUNDA CONFERÊNCIA DA LIGA COMUNISTA (Extraordinária). 1º out. 1933, p. 1.

realizaria em escala mundial. Não obstante, os oposicionistas brasileiros pregaram cautela. Reconheceram que a tarefa que se propunham realizar não poderia se efetivar por meio de um decreto. Por fim, concluíram: A IV Internacional “exige antes uma preparação sistematizada e tenaz, até que possa tornar-se uma realidade concreta”.⁹⁷⁸

Por sua vez, a resolução da minoria, concordava que era preciso um rompimento imediato com a burocracia stalinista, o que implicava a tarefa de fundar novos partidos e da OIE se transformar na nova direção centralizada do proletariado internacional. A divergência tinha sua origem na situação da URSS e era apenas em relação a nomenclatura: “A questão do nome que deverá ter a OIE, nesta nova etapa depende da solução, da situação na URSS: Se o Estado proletários se regenerar, seremos a III Internacional; se, pelo contrário, a URSS deixar de ser um Estado proletário, seremos a IV Internacional”.⁹⁷⁹ Essa tática, argumentaram, visava impedir que fieis à III Internacional, enquanto o Estado proletário existisse, se separassem dos oposicionistas. Aberta a votação, a resolução da maioria, que proclamava a necessidade de preparar a IV Internacional foi vitoriosa, com quatro votos contra um.

Em seguida, passando ao próximo ponto, Aristides fez a leitura do artigo de Trotski, intitulado “Problemas do Estado Soviético”, que abordou a polêmica em torno da caracterização da URSS. Foi nesse período que Trotski começou a traçar as linhas gerais sobre a posição política que a OIE deveria tomar diante do Estado Soviético. Abordagem esta que só apareceu de forma acabada nas páginas de *A Revolução traída*, publicada apenas em 1936. Mas nesta publicação, ele já apontou que a nova Internacional não estava em contradição com a existência do Estado Operário e afirmou que a sua constituição era necessária por ser o único meio de defesa da Revolução de Outubro.

No texto de 1933, Trotski afirmou que no campo político a ditadura do proletariado havia sido aniquilada. Mas as conquistas econômicas ainda justificavam a defesa da Revolução de Outubro: “Existe ainda atualmente uma estrutura econômica que justifica falar em Estado Operário. A estrutura econômica do Estado operário existe. A forma política da ditadura do proletariado é que não existe mais”.⁹⁸⁰ O objetivo que se colocava para a Oposição era a de aliar-se as massas operárias para derrubar a casta burocrática e reconstruir as bases democráticas desse Estado: “A tarefa do novo partido é organizar a vanguarda do proletariado.

⁹⁷⁸ Ibidem, p. 11.

⁹⁷⁹ Ibidem.

⁹⁸⁰ Ibidem, p. 14.

Isto quer dizer que a política de insurreição está implícita nas tarefas do novo partido e dentro das perspectivas gerais do desenvolvimento político interno”.⁹⁸¹

A discussão entre os membros da LC seguiu e houve um consenso quanto a caracterização da URSS como Estado Operário, apesar dos desvios burocráticos. É importante destacar que nesse momento, ainda não havia surgido o conceito de “Estado Operário (burocraticamente) degenerado”. A divergência surgiu apenas quando se tratou da tática para derrotar a burocracia stalinista e restabelecer a democracia operária. Mais uma vez, os delegados se dividiram e optaram por apresentar duas resoluções.

A primeira, resolução da maioria, defendeu que a transformação dos opositores em um novo partido significava o fim do caminho da reforma pacífica, e que para a defesa das conquistas da Revolução de Outubro, “os opositores devem recorrer a todos os meios políticos, inclusive aos meios insurrecionais”.⁹⁸² Essa resolução, defendida por Lobo e outros, destacava que a via insurrecional estava no horizonte, mas não era apresentada como a única possibilidade para restaurar a ditadura proletária. Já a segunda resolução, de forma mais radical, apontou que “A regeneração do Estado proletário só é possível por meio de uma insurreição de massas dirigida pela Oposição de Esquerda transformada em partido”.⁹⁸³ Aberta a votação, a primeira proposta foi vitoriosa com quatro votos contra um.

Por fim, o último ponto abordado na Conferência Extraordinária tratou da proposta de mudança de nome da organização. Lobo afirmou que junto com a papelada encaminhada pelo SI, veio um documento no qual o nome da Oposição constava como “Liga Comunista Internacionalista”. Mas não havia qualquer orientação específica propondo esta alteração. Mesmo assim, o secretário afirmou que concordava com a mudança: “Como não somos mais fração, não podemos continuar com nome de fração, mas precisamos um de Partido”.⁹⁸⁴ E acrescentou: “o nome de Liga dos Comunistas tem uma tradição, pois foi o nome dado por Marx e Engels a primeira organização proletária marxista. Os camaradas do SI acrescentaram o adjetivo Internacionalista, que serve para nos separar bem dos stalinistas”.⁹⁸⁵ Para Lobo, o novo nome deixava explícito a posição contrária ao socialismo num só país e, portanto, achava que a mudança era positiva.

Não obstante, “Frederico” discordou da proposta e ainda se posicionou contrário a iniciativa do Secretariado. Acrescentou que se o SI encaminhasse uma resolução tratando da

⁹⁸¹ Ibidem, p. 15.

⁹⁸² Ibidem, p. 17.

⁹⁸³ Ibidem.

⁹⁸⁴ Ibidem, p. 18.

⁹⁸⁵ Ibidem.

mudança de nome de forma explícita poderia tratar de discutir, mas de qualquer maneira, era preciso “protestar contra o fato de se tomarem decisões sem consultar”.⁹⁸⁶ A proposta de Frederico foi aceita por unanimidade. Não obstante, no jornal *A Luta de Classe*, nº 19, que foi publicado ainda em outubro de 1933, o nome da organização já aparece alterado, constando o adjetivo “internacionalista”. Logo, podemos concluir que não foi alteração durante a Conferência Extraordinária, mas dias depois o SI deve ter encaminhado uma proposta formal sugerindo a mudança e esta foi aceita.

Em outubro de 1933, a OIE e os opositores brasileiros abandonavam a política fracionista e a perspectiva de reformar os PCs e a III Internacional. A partir de então, a Oposição brasileira deixava de ser fração de esquerda do PCB e se transformava em Partido independente. Transformada em Liga Comunista Internacionalista (LCI), a organização opositora ganhou autonomia e independência política e pôde se apresentar como nova direção da classe operária brasileira. A perda do vínculo com o PCB repercutiu diretamente na tática da LCI, especialmente na luta sindical.

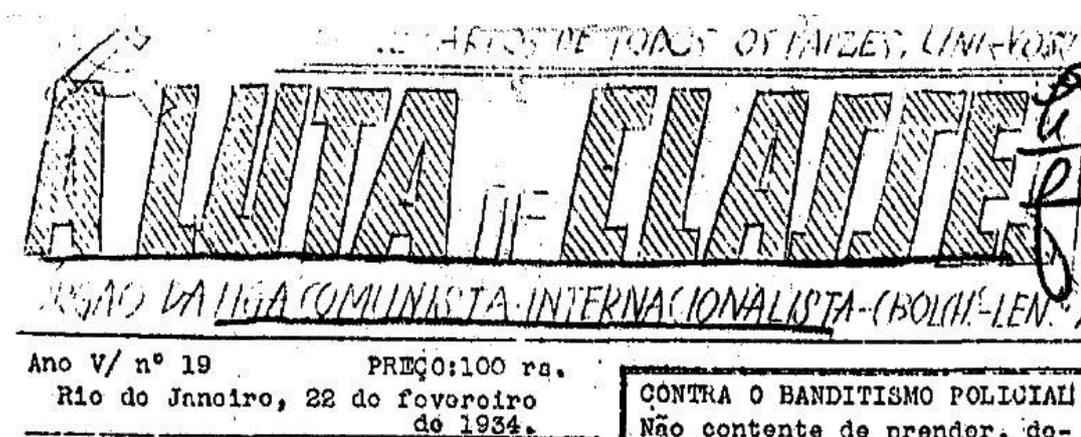


Fig. 12 - Logotipo de *A Luta de Classe*, nº 19, 22 fev. 1934
Fonte: CEDEM/UNESP

2. Os opositores e a discussão sobre o ingresso nos sindicatos oficiais

A questão sindical também esteve presente nas discussões da I Conferência Nacional da LC. “Neif” foi o relator da tese. Ele apresentou um breve histórico sobre o trabalho sindical realizado pelos opositores, discutiu as perspectivas e apresentou algumas medidas necessárias para a reorganização do movimento operário. A tese gerou uma ampla discussão, contando com a participação de quase todos os delegados presentes. Este debate revela as

⁹⁸⁶ Ibidem.

diversas táticas e possibilidades que cada militante enxergava no movimento sindical. O problema em torno da frente única, da unidade sindical, da luta contra anarcossindicalistas e comunistas, e da ação diante dos sindicatos oficiais foram tratados de forma franca e aberta.

É importante destacar que a questão do ingresso nos sindicatos tutelados já vinha sendo debatida pelos comunistas. Em uma sessão plenária do CC, ocorrida em janeiro de 1932, Leôncio Basbaum defendeu “uma política mais flexível em relação aos sindicatos oficiais, onde se poderia exercer alguma influência”.⁹⁸⁷ Esta orientação foi denunciada e combatida por Fernando de Lacerda. Em maio, em nova reunião ampliada do CC, o tema voltou à pauta e, com o apoio de Mário Grazzini, optou-se por lutar “em qualquer sindicato de categoria existente, até mesmo nos reconhecidos e orientados pelo Ministério do Trabalho”.⁹⁸⁸ Como se vê, o ingresso nos sindicatos oficiais já vinha sendo discutido pela direção do PCB que já sinalizava de forma positiva.

Iniciando a discussão entre os delegados da LC, “Neif” destacou que as tentativas de unidade sindical não lograram qualquer êxito. O proletariado estava dividido: a FOSP sob direção anarcossindicalistas, a FSR com o PCB e, nos sindicatos oficiais os reformistas. Apontou ainda que diversas “manobras” impediram que os opositoristas retomassem o trabalho junto à Federação Operária e que a política da direção comunista era “aventurista e cheia de erros”.⁹⁸⁹ “Neif” também afirmou que os chefes do PCB buscavam instrumentalizar os sindicatos, transformando estes em órgãos que atuavam em função dos interesses partidários: “os comunistas confundiram política de Partido com política das organizações do proletariado”.⁹⁹⁰

O isolamento no qual os opositoristas se encontravam dificultava até mesmo o trabalho de agitação e propaganda: “por esses fatores e pela pequenez de nossa organização, nada pudemos fazer”,⁹⁹¹ acrescentou o relator. A grande questão que se apresentava aos membros da LC, era encontrar uma maneira de romper o isolamento e retomar o trabalho junto às massas. Uma vez que era bastante improvável a formação de uma frente única com os anarcossindicalistas ou com os comunistas, “Neif” afirmou que havia a possibilidade de iniciar um trabalho junto aos sindicatos oficiais:

Nos sindicatos reformistas, a meu ver, é possível desenvolver a propaganda. Ali se encontram muitos elementos não presos a nenhuma influência sectária. Eles estão sindicados ali pelo objetivo de obter melhorias econômicas e a

⁹⁸⁷ DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa*. *Op. cit.*, p. 201.

⁹⁸⁸ *Ibidem*, p. 203.

⁹⁸⁹ PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA LIGA COMUNISTA. 6 mai. 1933, p. 18

⁹⁹⁰ *Ibidem*.

⁹⁹¹ *Ibidem*.

garantia de existência para os sindicatos oficializados faz congregar em torno deles grande número de operários.⁹⁹²

A tese apontou para a possibilidade de atuação nos sindicatos reconhecidos. Diante do fracasso da política junto às associações livres, a proposta era de que havia chegado o momento de lutar nos órgãos legalizados. A proposta determinava uma virada tática. Os opositoristas deveriam deixar de criticar e de lutar pela revogação da Lei de Sindicalização e passar a penetrar nas organizações oficiais: “Em teoria e na prática, não precisa destruir esses sindicatos: precisa conquistá-los”.⁹⁹³

A proposta era confusa e em alguns aspectos contraditória. “Neif” defendeu a concepção de que os sindicatos legais estariam mais abertos a atuação dos opositoristas do que os sindicatos livres que estavam sob a direção dos anarcossindicalistas e dos comunistas: “Eu acho que nestes sindicatos há mais probabilidades de conquistar elementos do que nos que seguem esta ou aquela ideologia política”.⁹⁹⁴ A proposta subestimava o controle que os agentes do MTIC e as direções reformistas tinham no interior destas organizações. Dessa forma, concluiu de maneira bastante simplista: “Como conquistá-los? Levando as massas congregadas nesses sindicatos à luta cada vez mais corajosa, e evidenciar qual a ação e quais as intenções que os governos burgueses têm ao sindicalizá-las”.⁹⁹⁵

Por fim, “Neif” destacou que as dificuldades de atuação no campo sindical também se davam pela ausência de um trabalho sistemático de propaganda. Lançou então a proposta da criação de um jornal sindical, que não estivesse diretamente atrelado à orientação política opositorista e que chegasse às massas e se transformasse em plataforma de debate: “Falta-nos um curso sindical, falta a possibilidade de discussão dos problemas de interesse da massa. Essa é uma tarefa que poderá ser cumprida apenas por um jornal sindical, sem cor sectária, onde se debatam e divulguem todas essas questões”.⁹⁹⁶ Esta proposta de um jornal sindical sem vinculação partidária deve ser destacada, pois demonstra a compreensão das diferenças entre as esferas de atuação do partido e dos sindicatos. Tal medida era importante para evitar a confusão entre a ação do partido e a organização das lutas imediatas dos trabalhadores.

Após a exposição da tese, “Lopes” foi o primeiro a tomar a palavra. Ele demonstrou apoio à sistematização geral e aproveitou para falar sobre a situação do movimento operário no Rio de Janeiro. O delegado destacou que na capital federal, os sindicatos estavam esvaziados,

⁹⁹² Ibidem.

⁹⁹³ Ibidem, p. 19.

⁹⁹⁴ Ibidem, p. 19.

⁹⁹⁵ Ibidem.

⁹⁹⁶ Ibidem.

tanto os oficiais como os livres. Afirmou que o proletariado estava à margem das lutas e que o refluxo das massas era resultado da política stalinista e da ação repressiva da polícia.⁹⁹⁷

Quanto a nova proposta tática, que orientava o trabalho da LC em direção aos sindicatos oficiais, “Lopes” apresentou divergências. Ele ressaltou as barreiras que a sindicalização corporativista apresentava e a dificuldade em se desvencilhar da orientação governamental: “A lei de sindicalização traz, por sua vez, outros obstáculos a organização da massa consciente, a qual deve ir a reboque do governo”.⁹⁹⁸ Por conseguinte, afirmou que era preciso manter a mesma orientação tática, ou seja, a LC deveria insistir na luta junto aos sindicatos livres e trabalhar pela frente única com os comunistas e anarcossindicalistas:

A tarefa de reorganização é árdua, mas deve ser feita pacientemente, a política a se empregar é a de frente única, tendo como tarefa primordial a sindicalização livre. (...) devemos ir trabalhando (indecifrável), propondo a frente única não só pela base, como faz o Partido, mas de direção a direção, porque, na verdade, a classe ainda não compreende a política de frente única. Proponho que a frase empregada: pelos direitos e etc, seja acrescentada “e pela sindicalização livre””.⁹⁹⁹

Para “Lopes” não era possível desenvolver um trabalho revolucionário nas organizações que estavam cooptadas e controladas pelos agentes do MTIC. Ao reafirmar a tática da frente única nos sindicatos livres, ele estava reforçando que era necessário, buscar mais uma vez, uma aproximação junto aos anarcossindicalistas e comunistas. Para tanto, apontou a necessidade de desenvolver um trabalho sem sectarismo, junto às direções sindicais, tendo como principal objetivo combater o avanço do Estado sob as organizações operárias. Por isso, reforçou que a luta deveria ser pelos sindicatos livres.

Gofredo Rosini foi o segundo delegado a se posicionar sobre a questão sindical. Ele considerou que o primeiro passo para a reorganização da luta operária era a constituição de sindicatos fortes. Em sua concepção, um grande problema para a organização sindical era o fluxo e o refluxo dos operários que não permaneciam nas organizações e as procuravam apenas em determinadas situações, buscando soluções imediatas. Nesse sentido, apontou que era preciso ampliar as suas funções, de maneira que os operários encontrassem vantagens: “Devemos prender os operários aos sindicatos por meio da criação de cooperativas de produção e consumo, caixas de indenização, etc. O operário, uma vez entrando no sindicato, deve

⁹⁹⁷ “O sindicato do Rio está esquelético, devido as calúnias dos stalinistas, os quais andam espalhando as mais absurdas infâmias acerca do nosso sindicato. Acrescente-se a isso as visitas quase cotidianas da polícia a secretaria do sindicato e, compreende-se então, o porque do refluxo da massa”. Ibidem.

⁹⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹⁹ Ibidem.

permanecer no sindicato”.¹⁰⁰⁰ Para Rosini, as associações operárias não perderiam ser apenas organizações da luta política e econômica, eles deveriam recuperar a função mutualista de assistência aos trabalhadores. O delegado concluiu: “Devemos julgar que isto não é reformismo. Só através dessas organizações sólidas, bem alicerçadas, é que podemos criar uma vanguarda numerosa”.¹⁰⁰¹

Sobre a tática de penetrar nos sindicatos oficiais, Rosini não recusou a proposta. Assinalou que era possível, em determinadas circunstâncias, realizar esse tipo de atuação política, especialmente na capital federal, onde o movimento operário autônomo estava paralisado: “Pode a situação levar-nos ao ponto de, por exemplo, no Rio, deixar nosso sindicato aberto proforma e entrar no sindicato ministerialista, a fim de conquistá-lo por dentro”.¹⁰⁰² Todavia, afirmou que não era correto abandonar a palavra de ordem pela frente única junto aos sindicatos independentes: “Acho que devemos terminar com a política de isolamento. Os sindicatos livres devem penetrar na Federação Operária para fazer possível a política de frente única, obtendo adesões lá dentro”.¹⁰⁰³

Por seu turno, Salvador Pintaúde apresentou uma visão mais crítica e alertou que a LC não tinha realizado um estudo mais sério sobre a Lei de Sindicalização.¹⁰⁰⁴ Os opositoristas realmente não tinham efetivado uma discussão sistemática e minuciosa sobre o significado das ofensivas do Estado sobre as organizações sindicais. Não obstante, o delegado também não avançou na proposta. Por fim, apontou que a solução passava pelo fortalecimento da direção: “não se trata apenas de levar as massas aos sindicatos, mas de criar uma vanguarda, de criar núcleos capazes de desempenhar um papel decisivo nas lutas pelas reivindicações econômicas e políticas do proletariado”.¹⁰⁰⁵

Posteriormente, Lívio Xavier tomou a palavra. Ele combateu a ideia de abandonar os sindicatos livres diante de um insucesso e de tentar avançar em sindicatos corporativistas: “Se o DET organizar um sindicato oficial qualquer um que não consiga ter sucesso num sindicato livre, ou de outra ideologia qualquer, não deve ir para o sindicato oficializado”.¹⁰⁰⁶ Mas acrescentou que a ação junto aos órgãos oficiais só deveria ser colocada em prática no caso de

¹⁰⁰⁰ Ibidem.

¹⁰⁰¹ Ibidem.

¹⁰⁰² Ibidem.

¹⁰⁰³ Ibidem, p. 20.

¹⁰⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁰⁶ Ibidem.

não haver mais sindicatos autônomos: “Se pelo contrário, os sindicatos paralelos minguarem e morrerem, então, pode-se mantê-los formalmente e ir par os oficiais”.¹⁰⁰⁷

Mário Pedrosa também apresentou críticas e reflexões importantes. Sobre o problema em torno da atuação nos sindicatos oficiais, destacou que a questão não poderia ser simplificada e a conferência deveria deixar a questão em aberto, para ser avaliada de acordo com as possibilidades reais de organização do movimento sindical, sem traçar uma linha fixa: “Bastaria para responder a esta pergunta, dar uma forma menos fechada a tese”.¹⁰⁰⁸ Mas acrescentou que era preciso ingressar e tentar desenvolver um trabalho de conscientização no interior dos sindicatos legais:

Acho que a luta contra os sindicatos ministerialistas deve ser levada adiante, mas não deve ser exagerada. O que devemos fazer, agora, que tudo está ministerializado, é entrar para os sindicatos oficiais e criar núcleos comunistas que trabalhem ativamente no sentido de mostrar as massas o embuste em que caíram preferindo os sindicatos oficializados aos sindicatos livres. Essa é uma tarefa prática no caso de nosso sindicato A, do Rio de Janeiro.¹⁰⁰⁹

Para Pedrosa, no caso dos sindicatos do Rio de Janeiro, a tarefa de atuar no interior de associações oficiais já se colocava como imediata. Não obstante, em São Paulo, afirmou que a tarefa era a de permanecer atuando nos sindicatos livres, especialmente junto aos libertários, penetrando em suas organizações para retomar a luta pela unidade sindical e pela frente única. A primeira medida era a de trabalhar para retornar à FOSP: “Agora, já se vê a consequência do erro do sindicato em retirar-se da Federação Operária. Devemos entrar para lá a fim de criar núcleos de defesa das ideias do comunismo”.¹⁰¹⁰ Pedrosa afirmou que era preciso vencer a barreira anarcossindicalista e retomar o trabalho, criando núcleos de simpatizantes. E concluiu: “Uma vez lá dentro, devemos propor a unidade sindical em torno de uma única federação”.¹⁰¹¹ Todavia, ele não expôs quais seriam os meios para penetrar novamente nos sindicatos dominados pelos libertários.

Por fim, Aristides Lobo se pronunciou sobre a problemática em debate. O Secretário da LC argumentou que a política de atuação nos sindicatos oficiais era de conciliação e não poderia ser aceita: “Creio que a questão não pode ser posta assim, porque isso seria uma capitulação do proletariado diante da burguesia. Nossa política não tem capitulação, é uma política de luta até o fim”.¹⁰¹² Para ele, o ingresso nos sindicatos legalizados significava uma

¹⁰⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁰⁸ Ibidem, p. 21.

¹⁰⁰⁹ Ibidem.

¹⁰¹⁰ Ibidem.

¹⁰¹¹ Ibidem.

¹⁰¹² Ibidem.

rendição à política corporativista. Por conseguinte, pontuou que a Liga deveria recomeçar sua luta nos sindicatos livres, reconquistando suas posições perdidas.

Lobo destacou ainda que esta luta deveria ser orientada pela unidade sindical e pela frente única. Afirmou que a unidade só seria possível diante do abandono do sectarismo: “Nós sabemos que quando os anarquistas falam em frente única é sob o rótulo anarquista e os stalinistas a mesma coisa. Devemos patentear que nós queremos frente única mesmo que não seja sob a nossa orientação”.¹⁰¹³ Lobo identificou que a barreira que impedia a construção de uma frente sindical de luta pelas reivindicações imediatas dos trabalhadores era o sectarismo dos stalinistas e dos anarcossindicalistas. Em suas considerações, Lobo afirmou que a LC não poderia cometer esse erro:

O sindicato A [UTG] deve dirigir-se às federações que existem propondo a realização de um congresso de unidade sindical. Ali, representados todos os sindicatos, a maioria resolverá. O sindicato A se compromete a respeitar a vontade da maioria e não reivindicar absolutamente nenhuma direção nesta federação única. Isso será uma grande propaganda pela unidade sindical e constitui prestígio para a nossa organização.

A proposta de Lobo, reconhecendo que a dificuldade na concretização da frente única passava por essa questão, buscou apresentar uma orientação tática que concebia o sindicato como organização autônoma dos trabalhadores.

Depois de todo o debate, a conferência resolveu que a tese deveria ser aprovada, mas apenas parcialmente. As conclusões foram suprimidas e se nomeou uma comissão com três membros (Lobo, Pedrosa e Lopes) para redigir um substitutivo da parte suprimida, para posteriormente ser reapresentada e posta em votação pelos delegados.¹⁰¹⁴ Todavia, não consta nas atas da conferência nenhuma anotação sobre o trabalho dessa comissão. Dessa forma, a I Conferência Nacional da LC se encerrou sem apresentar uma resolução definitiva acerca do trabalho da Oposição nos sindicatos.

O conteúdo do jornal *A Luta de Classe* também entrou em discussão: o órgão oficial da LC deveria ter um caráter sindical e propagandístico ou ser mais teórico e doutrinário, contribuindo para formação de quadros? Pedrosa assinalou que o ideal seria a publicação de dois jornais. Mas as condições estruturais e financeiras da Liga impossibilitavam a realização dessa tarefa. Os delegados apontaram que a publicação não poderia ser apenas teórica e doutrinária, deveria ser mais acessível aos trabalhadores e, inclusive, apresentar mais contribuições dos operários, destacando as suas lutas e condições de trabalho. A resolução

¹⁰¹³ Ibidem, p. 22.

¹⁰¹⁴ Ibidem, p. 24.

aprovada determinou que *A Luta de Classe* teria um caráter mais aberto e de massa. A matéria do jornal ficou dividida em: a) teoria e crítica; b) reivindicações imediatas; c) organização sindical; d) informação do movimento comunista internacional.¹⁰¹⁵

Ainda sobre *A Luta de Classe*, Pinheiro reafirmou a importância da publicação para a LC. Afirmou que sua função ia muito além da agitação: “O jornal não só faz propaganda, não só educa novos quadros, não só penetra nos sindicatos, mas também coordena, liga os quadros e, portanto, trabalha também para a organização”.¹⁰¹⁶ Manter a regularidade e a distribuição do jornal era o grande desafio apresentado aos oposicionistas. Buscando arrecadar fundos para a publicação, a conferência determinou que além da mensalidade regular, os aderentes da liga iriam oferecer uma contribuição extra. As atas também apresentaram um dado interessante sobre a distribuição do jornal. Naquele momento, não excedia o número de 400 exemplares em São Paulo e 250 no Rio de Janeiro.¹⁰¹⁷

No debate sobre a situação nacional, no qual se tratou da questão agrária se tocou em um ponto importante e, muitas vezes, menosprezado pelas diversas tendências revolucionárias, que é a organização dos trabalhadores agrícolas. O debate sobre a situação nacional se desenvolveu a partir de uma tese elaborada por Xavier. A discussão foi acalorada e vários membros se pronunciaram discutindo questões históricas, como o fim da escravidão, a introdução do capitalismo, as diferenças regionais e a questão em torno da unidade nacional. Não cabe aqui apresentarmos os pormenores do debate, mas apenas destacar a fala de Pinheiro, que questionou a palavra de ordem levantada pelo PCB reivindicando um governo operário e camponês. Ele apontou que o campesinato não encontrava terreno na formação econômica brasileira:

Na Europa, camponês é a palavra que se dá aos pequenos proprietários. Aplicar esse significado a expressão brasileira é asneira. A massa rural brasileira é composta, na sua esmagadora maioria, de operários agrícolas. Dizer camponês no Brasil é uma besteira que só pode medrar na cabeça de um stalinista, pois a própria burguesia não dá tal nome a esses trabalhadores. Nunca devemos falar em camponês no Brasil, mas devemos dizer trabalhadores, operário agrícola.¹⁰¹⁸

Pinheiro afirmou que no Brasil, dominado pelo latifúndio, a pequena propriedade não se desenvolveu e, portanto, os trabalhadores do campo não eram autônomos, mas operários agrícolas. Assim, destacou que era o momento de trabalhar pela formação de sindicatos que reunissem e organizassem os trabalhadores do campo.

¹⁰¹⁵ Ibidem, p. 39.

¹⁰¹⁶ Ibidem, p. 37.

¹⁰¹⁷ Ibidem.

¹⁰¹⁸ Ibidem.

Ao comentar as teses de Pinheiro, Lobo afirmou que estava de acordo e, acrescentou: “Em excursão no interior, verifiquei *in loco* a situação dos trabalhadores agrícolas. Verifiquei que a grande massa rural que se acha concentrada no Estado de São Paulo é quase totalmente assalariada”.¹⁰¹⁹ Assim, argumentou que o camponês deveria ser omitido de qualquer programa revolucionário, porque sua existência era muito pequena e também porque o pequeno proprietário rural acabava desenvolvendo uma perspectiva reacionária, se transformando na base para o fascismo.¹⁰²⁰

Por sua vez, Pintaúde questionou a tese afirmando que o trabalhador rural assalariado era a realidade do Estado de São Paulo, mas nas demais regiões do país o camponês ainda era uma força social: “Julgo que a tese subestima o papel do pequeno lavrador no Brasil. Há regiões onde o pequeno camponês pesa notadamente sobre a balança, como por exemplo, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e etc”. Considerou que a questão agrária estava sendo tratada de forma superficial e insuficiente. Afirmou então que o estudo de Pinheiro deveria ser tratado apenas como contribuição e não como tese. Depois de mais algumas considerações, aprovou-se que devido as insuficiências teóricas, seria convocada nova conferência para tratar da questão agrária, com o objetivo de elaborar uma tese definitiva.¹⁰²¹ Infelizmente, o problema agrário não foi retomado pelos opositoristas durante a II Conferência, tampouco conseguiram avançar com a proposta de formação de sindicatos junto aos trabalhadores agrícolas.

Como vimos, a questão em torno da atuação nos sindicatos oficiais não se encerrou durante a I Conferência da LC. Todavia, até o final de 1933, o debate em torno da IV Internacional e da luta contra o integralismo, com a criação da Frente Única Antifascista (FUA), passaram ao primeiro plano e a questão sindical foi protelada. Assim, a discussão sobre a luta nos sindicatos tutelados pelo MTIC voltou a pauta apenas em 18 de fevereiro de 1934, numa reunião ampliada da CE. A ata registra a presença de Frederico (João Matheus), Waldo (Fúlvio Abramo), Novela (Lívio Xavier), Gustavo (Aristides Lobo), Abaetê (José Neves), “Red”, “Rumich”, “Serrano” e “Spártaco”.

A reunião teve início com a leitura de uma proposta de resolução sobre a questão sindical, elaborada por João Matheus e Mário Pedrosa, que não estava presente. Infelizmente, a proposta não foi registrada em ata. Portanto, não temos acesso ao seu conteúdo integral,

¹⁰¹⁹ *Ibidem*, p. 9.

¹⁰²⁰ “No período atual, é bom lembrar-se, a pequena burguesia rural, o pequeno proprietário, constitui uma base ótima para fortalecer a base do fascismo: a pequena burguesia das cidades”. *Ibidem*, p. 10.

¹⁰²¹ *Ibidem*, p. 12.

apenas à discussão, a partir da qual podemos deduzir a orientação e conhecer o posicionamento de cada um dos membros sobre a problemática em discussão.

Ao comentar a resolução, Fúlvio Abramo destacou as suas linhas gerais: “A proposta se baseia em dois pontos: a impossibilidade do Estado burguês criar uma burocracia forte e a possibilidade de com as novas leis sociais se organizar toda a massa operária”.¹⁰²² Essa consideração já esclarece que a resolução via com boas perspectivas a luta no interior dos sindicatos oficiais. Destacava a ausência de uma burocracia consolidada e apontava para a ampliação destas organizações, uma vez que apenas os seus filiados teriam acesso à legislação social.

No entanto, Abramo apontou alguns problemas. Ele afirmou que a sindicalização e as leis trabalhistas eram preteridas pela burguesia paulista e se esta se sagraisse vitoriosa durante a constituinte, a legislação seria revista. Assim, alertava: “depois da Constituinte a situação mudará, e teremos que modificar de novo nossa atitude”.¹⁰²³ O opositor também levantou suspeitas quanto a ausência de burocratas atuando nos sindicatos tutelados. Afirmou que o governo Vargas poderia avançar para formas mais autoritárias: “Quanto ao 1º ponto, há probabilidade do governo burguês empregar métodos fascistas”.¹⁰²⁴

A resolução previa o ingresso em massa dos operários nos sindicatos tutelados. A classe operária estaria então reunida nestas organizações e, diante da ausência de comunistas e anarcossindicalistas, os opositores poderiam conquistar a direção. Contestando essa visão otimista, Abramo apresentou uma perspectiva mais cautelosa: “Não devemos exagerar as possibilidades organizatórias da massa”. E reafirmou que “os sindicatos livres poderão subsistir, e há tradições de luta que não se deve subestimar”. Por fim, destacou que era preciso manter o trabalho nos sindicatos livres: “Não devemos nos iludir, o proletariado não irá tão em massa assim para a sindicalização oficial”.¹⁰²⁵

“Serrano” também apresentou questionamentos à proposta. Ele argumentou que os sindicatos livres não deveriam ser abandonados antes de uma análise mais minuciosa sobre as condições de luta: “Continuamos a defender a sindicalização livre. É preciso examinar bem as condições da sindicalização oficial e o grau de existência dos sindicatos livres”.¹⁰²⁶ Embora tenha levantado essas precauções, “Serrano” não desconsiderou totalmente o ingresso nos sindicatos oficiais, mas isto só deveria acontecer depois de se confirmar que a luta nos

¹⁰²² LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA. *Ata de reunião ampliada da CE*. 18 fev. 1934, p. 1.

¹⁰²³ *Ibidem*.

¹⁰²⁴ *Ibidem*.

¹⁰²⁵ *Ibidem*.

¹⁰²⁶ *Ibidem*.

sindicatos autônomos estava perdida: “Queimadas todas as etapas então iremos à oficialização”.¹⁰²⁷

Por sua vez, “Spártaco”, diferente dos demais, apontou que a luta nos sindicatos oficiais era a melhor opção para os opositoristas: “Acho que a proposta corresponde a necessidade do momento. Não há atualmente possibilidade de se lutar pela sindicalização livre eficazmente”. Para o militante, a luta nos sindicatos revolucionários já não era possível, pois estavam se esvaziando, enquanto que os oficiais conquistavam cada vez mais filiados: “os sindicatos livres são simples esqueletos, e não tem crescido. Devemos trabalhar na massa”.¹⁰²⁸

Aristides Lobo reafirmou a concepção que havia defendido durante a I Conferência Nacional. Considerou que por princípio deveriam defender a sindicalização livre, mas reconheceu que esta luta estava cada vez mais difícil de ser sustentada. Mesmo assim, afirmou que era preciso “fazer um último esforço para defender a existência dos sindicatos livres”.¹⁰²⁹ A derradeira tentativa citada por Lobo, já constava na proposta de resolução e orientava a UTG a encaminhar uma carta à FOSP propondo “fazer um grande movimento pelo reconhecimento dos sindicatos livres por parte dos patrões”.¹⁰³⁰ Caso a iniciativa fracassasse, estaria confirmada a impossibilidade de seguir fora das entidades oficiais.

Lobo também levantou algumas dúvidas quanto a perspectiva otimista apresentada pela resolução. Afirmou que a burocracia era um risco que não poderia ser subestimado: “Não devemos pensar que não há possibilidades de o governo criar uma burocracia nos sindicatos oficiais. Acho que esta burocracia tem muita probabilidade de se formar”.¹⁰³¹ Segundo o secretário da LCI, a burocracia sindical não pressupõe uma forma fascista de governo e mesmo diante de um regime democrático, a burguesia encontraria meios para criar um aparelho de submissão dos trabalhadores.

A discussão seguiu com a intervenção de José Neves que corroborou com a resolução. Segundo Neves, o objetivo de Vargas era submeter o proletariado por meio de uma burocracia sindical. Mas, ao contrário do que esperava o governo, a direção dos sindicatos oficiais não estava dominada por uma burocracia e sua direção se mostrava combativa: “Os conflitos surgidos nos sindicatos provocaram a formação de uma vanguarda e não de uma burocracia”.¹⁰³² Nesta perspectiva, apontou que o que faltava às direções reformistas era

¹⁰²⁷ Ibidem.

¹⁰²⁸ Ibidem.

¹⁰²⁹ Ibidem, pp. 1-2.

¹⁰³⁰ Ibidem, p. 2.

¹⁰³¹ Ibidem.

¹⁰³² Ibidem.

organizar o proletariado para lutar contra o MTIC. Concluiu que os opositoristas já deveriam ter ocupado este espaço: “Se desde o começo tivéssemos entrado lá dentro, hoje a situação seria outra: haveria movimento e a massa talvez estivesse organizada”.¹⁰³³

João Matheus afirmou que o corporativismo não conseguia barrar a luta de classe e, mesmo no interior dos sindicatos oficiais, o antagonismo entre as classes se manifestava: “Os conflitos entre os sindicatos oficiais e o MTIC se tem dado de desde o começo”.¹⁰³⁴ Assim, alertou que a proposta permanecia sendo pela revogação da Lei de Sindicalização e se esta viesse pelas mãos da burguesia paulista, “os sindicatos oficiais se transformariam em organizações livres”, portanto, era preciso agir e organizar os trabalhadores onde eles estivessem.¹⁰³⁵

Encerrando a discussão, Lobo propôs que se aprovasse a proposta, alterando algumas partes da redação acentuando o caráter tático da resolução e fazendo proceder uma afirmação de princípio pela sindicalização livre. A reunião ampliada de CE da LCI aprovou um giro na tática sindical, orientando seus militantes a atuarem no interior dos sindicatos oficiais, mas, sem abandonar o trabalho nos sindicatos livres, especialmente na UTG, onde não se faria campanha pela oficialização do sindicato. Assim, a partir dos primeiros meses de 1934, a LCI iniciou um trabalho ilegal no interior dos sindicatos controlados pelo MTIC. O fato de os opositoristas brasileiros não serem mais fração do PCB contribuiu para que essa tática sindical se consolidasse. A LCI não estava mais na dependência política do PCB. Dessa forma, o giro tático pôde se realizar de forma autônoma.

2.1 A luta nos sindicatos oficiais

Em *A Luta de Classe*, nº 20, publicado em maio de 1934, o órgão oficial da LCI lançou três artigos que abordavam a questão sindical. Nesta edição apresentaram análises sobre o avanço da estrutura corporativista sobre as organizações operárias e, confirmando a resolução aprovada pela CE em fevereiro, apontaram as perspectivas de luta no interior dos sindicatos legalizados. Foi somente quando optaram por penetrar nestas organizações que os opositoristas publicaram artigos caracterizando e analisando os sindicatos oficiais.

O artigo intitulado “O movimento sindical no Brasil e suas perspectivas revolucionárias”, buscou traçar um panorama sobre as motivações da Lei de Sindicalização e

¹⁰³³ Ibidem.

¹⁰³⁴ Ibidem, p. 3.

¹⁰³⁵ Ibidem.

suas consequências para o movimento operário. De acordo com a publicação, o sindicalismo oficial não passava de uma tentativa de harmonizar e atenuar os conflitos de classe por meio da subordinação das organizações do proletariado ao aparelho burocrático do Estado. Assinalaram ainda que este se colocava como árbitro dos conflitos entre operários e burgueses, descaracterizando e despolitizando os sindicatos, invalidando o seu caráter de defensor dos interesses imediatos dos trabalhadores. Assim, revelava-se o objetivo contrarrevolucionário do corporativismo sindical patrocinado pelo governo Vargas.

Todavia, de acordo com a interpretação da LCI, os sindicatos legais não estavam sendo capazes de cercear e limitar a ação da classe operária, pois a luta persistia e se acentuava: “Os conflitos de classe não se atenuaram, mas ao contrário, tornaram-se mais extensos e mais profundos. A ação “mediadora” do Ministério do Trabalho não tardou a mostrar a uma camada bastante ponderável da classe operária o seu sentido mistificador e reacionário”.¹⁰³⁶ Os oposicionistas afirmaram que as massas operárias tomavam consciência do caráter negativo que a Lei de Sindicalização apresentava e utilizavam da estrutura sindical corporativista para garantirem sua organização e levarem adiante suas lutas:

Sindicatos que nunca haviam existido, sequer antes da lei de sindicalização, em lugar de serem os instrumentos servis da vontade da burguesia dirigente, começaram a voltar-se contra ela. Não foram raros os casos em que, em vários pontos do país, as organizações operárias ministerializadas se insurgiram contra o “seu” Ministério, chegando mesmo, algumas, a devolver-lhes a carta de oficialização. Assim, o tiro saiu pela culatra. A lei de sindicalização foi se tornando aos poucos bem contra a vontade dos seus idealizadores, bem contra os seus planos e seus objetivos finais, em poderoso canalizador de descontentamento de classe.¹⁰³⁷

De acordo com a LCI, os sindicatos legalizados não se tornaram instrumentos de submissão dos trabalhadores. Pelo contrário, afirmaram que estes sindicatos estavam se transformando no novo centro da luta operária. Percebiam com demasiado otimismo as possibilidades de luta no interior destes sindicatos tutelados e subestimavam a força da estrutura corporativista, a ação dos agentes governamentais e das direções colaboracionistas.

Ao voltar sua tática sindical para o interior dos sindicatos oficiais, a LCI ainda lançou críticas ao sindicalismo independente, apontando que estes estavam condenados ao desaparecimento: “A sindicalização livre ia ficando cada vez mais, condenada a não passar de um fantasma. Em São Paulo, principal centro industrial do país, só tinham verdadeira

¹⁰³⁶ LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA. **O movimento sindical no Brasil e as suas perspectivas revolucionárias.** In: *A Luta de Classe*. n. 20. Ano IV. Rio de Janeiro. Mai. 1934, p. 4.

¹⁰³⁷ *Ibidem*, p. 4.

consistência os sindicatos formados sob a égide da lei”.¹⁰³⁸ Nesse sentido, combateram comunistas e anarcossindicalistas, afirmando que a FSR e a FOSP não desempenhavam qualquer papel relevante para o movimento operário. A manutenção destes sindicatos era criticada como uma teimosia das direções que se recusavam em reconhecer o seu fracasso. Por conseguinte, o sindicalismo oficial era apontado como o único caminho para os trabalhadores se organizarem:

Quanto aos sindicatos independentes, que até aqui se vinham dando ao luxo de uma sindicalização livre, puramente formal, ou procuram, para continuar a existir; o balão de oxigênio da oficialização ou desaparecerá depois de uma lenta e quase imperceptível agonia, quando não continuam a viver apenas como a expressão rotineira da teimosia de meia dúzia de fanáticos sem futuro (...). É a única e exclusivamente este amor sagrado a este simbolismo que explica o fato de anarquistas e stalinistas preferirem abandonar a massa a sua própria sorte, não atender o seu apelo e permanecer na confusão de um palavreado inócuo (...).

O giro tático da LCI em direção à luta no interior dos sindicatos oficiais estava completo. Todavia, é preciso destacar que eles não apoiavam a estrutura corporativista, apenas afirmavam que a luta contra a tutela sindical teria que ser travada por dentro e não por fora. Se os trabalhadores estavam migrando para estas organizações, então era preciso ir até lá.

De acordo com a LCI, a Lei de Sindicalização só seria extinta pela própria classe operária organizada em um grande aparelho sindical, que ainda não existia, mas que poderia ser formado a partir dos sindicatos tutelados. Os opositoristas acreditavam que nestes órgãos ainda não havia uma hierarquização burocrática dominante e que, portanto, era possível se infiltrar e organizar a classe operária para subvertê-los:

(...) a burguesia não logrou ainda formar para si uma burocracia sindical operária facilmente manejável e uma vez que as condições objetivas da situação favorecem o aprofundamento dos conflitos entre o Ministério do Trabalho e os sindicatos oficializados, tudo isto a prognosticar que, se a vanguarda revolucionária souber agir em tempo e orientar-se por uma política justa, servida por uma tática consequente, haverá uma transformação radical, num futuro relativamente próximo de todo o aparelho sindical oficializado. Por enquanto, todos os acontecimentos não têm feito senão iluminar brilhantemente a este prognóstico.¹⁰³⁹

Na mesma edição de *A Luta de Classe*, a LCI publicou outro artigo comentando sobre as críticas que vinham recebendo da direção do PCB, dos anarcossindicalistas e dos comerciários.¹⁰⁴⁰ Com influência sobre a UTG e sobre o Sindicato dos Profissionais do Volante,

¹⁰³⁸ Ibidem.

¹⁰³⁹ Ibidem.

¹⁰⁴⁰ Idem. **A oficialização sindical e a crítica adversária.** In: *A Luta de Classe*. n. 20. Ano IV. Rio de Janeiro. Mai. 1934, p. 3.

os opositoristas encaminharam junto ao MTIC a oficialização destas organizações e foram questionados e atacados pelas lideranças da FOSP, da FSR e da Associação dos Empregados no Comércio. A LCI respondeu que permanecia fiel à sindicalização livre, mas também precisava permanecer vinculada à classe operária e, para tanto, deveria atuar onde ela estava: “Os anarquistas, os stalinistas e os comerciários não quiseram, por sectarismo estúpido, ou não puderam, por burrice, compreender essa medida puramente tática”.¹⁰⁴¹

Nos primeiros meses de 1934, os opositoristas confirmaram sua nova linha sindical e iniciaram o trabalho de penetração e infiltração nos sindicatos reconhecidos pelo MTIC. Enquanto as demais direções os acusavam de traição, estes respondiam que a realidade concreta apontava que este giro tático era necessário.

Já atuando nos sindicatos legalizados, os opositoristas trabalharam para reorganizar os operários e levar a classe às ruas durante o 1º de maio de 1934. A iniciativa partiu da FUA, que por meio de uma circular, encaminhada em 6 de abril para todas as organizações sindicais de São Paulo, os convidou para uma reunião para tratar da organização de um comício em praça pública e de uma marcha pelas ruas da cidade. O objetivo da manifestação era duplo, promover uma grande manifestação no dia dos trabalhadores e afirmar o repúdio do proletariado ao fascismo, uma vez que os integralistas haviam convocado uma manifestação para a mesma data.¹⁰⁴²

Quase todas as organizações convidadas responderam afirmativamente a circular encaminhada, exceto os sindicatos vinculados à FOSP e a FSR e o Sindicato dos Alfaiates, que não apresentou qualquer justificativa. O Sindicato dos Ferroviários da Sorocabana que havia confirmado presença não enviou representante à reunião. Segundo os opositoristas, Armando Laydner, que era presidente do sindicato e deputado de classe na constituinte atuou sabotando a manifestação do 1º de maio.¹⁰⁴³ Mas esta foi a única deserção e não prejudicou que o trabalho organizativo seguisse normalmente. Assim, formou-se um Comitê Central de Organização, eleito democraticamente nos sindicatos aderentes e da FUA.

¹⁰⁴¹ “A Federação Operária, com os seus anarquistas, a Federação Sindical Regional e o ex-Partido Comunista, com os seus stalinistas, e a Associação dos Empregados no Comércio, com os seus almofoadinhos constitucionalistas, vem pretendendo “criticar” a atitude da UTG e do Sindicato dos Profissionais do Volante em face da lei de sindicalização. Como se sabe essas organizações operárias, continuam fieis ao princípio da sindicalização livre, resolveram continuar também ligadas aos operários e, para tanto pediram a sua oficialização ao Ministério do Trabalho”. Ibidem, p. 3.

¹⁰⁴² Idem. **Ampla frente única de classe em 1º de maio de 1934**. In: *A Luta de Classe*. n. 20. Ano IV. Rio de Janeiro. Mai 1934, p. 2.

¹⁰⁴³ “O Sindicato dos Ferroviários da Sorocabana não enviou representantes a esta reunião, pois afirmando Laydner, deputado de classe e presidente daquele sindicato, veio imediatamente do Rio, a mando da interventoria de São Paulo, para desviar da manifestação do 1º de maio a massa ferroviária de São Paulo, (...) enfraquecendo assim esta frente única contra burguesia, os anarquistas e os stalinistas”. Ibidem.

O comício se realizou no Pátio do Palácio das Indústrias, pois o pedido feito à polícia de São Paulo para a mobilização em praça pública foi rejeitado. Posteriormente, devido à pressão realizada pela imprensa operária, houve a liberação, mas para um local fechado e sem marcha pelas ruas. O ato começou às 14h e, segundo o relato, ocorreu com ampla participação dos trabalhadores. O comício teve início com a fala de representantes de vários sindicatos. Estes destacaram a importância da manifestação, denunciaram a situação de miséria e de exploração dos operários e enfatizaram a luta contra o fascismo.

Para os membros da LCI, a manifestação do 1º de maio foi muito significativa, pois representava o início da reorganização e mobilização do movimento operário. Em *A Luta de Classe* apontaram que:

A sua importância se encontra, principalmente, no seu caráter, nos resultados positivos obtidos no sentido da unificação do movimento operário, na forma por que foi realizado e na qualidade e no número das organizações aderentes. Considerados em conjunto todos esses elementos, o comício de 1º de maio constitui uma nova etapa no movimento operário de São Paulo e ousamos afirmá-lo, de todo o Brasil.¹⁰⁴⁴

A última manifestação operária no dia do trabalhador havia ocorrido em 1930. Após a ascensão de Vargas era a primeira vez que as direções operárias conseguiam mobilizar a classe em um ato comemorativo e reivindicatório. Assim, mesmo diante de alguns limites, o seu significado não poderia ser menosprezado.

A LCI aproveitou para reafirmar o papel da direção na organização dos trabalhadores, enfatizando que “com a existência de uma vanguarda esclarecida e provada na luta, o proletariado readquire a confiança em si mesmo e luta pela conquista de suas reivindicações”.¹⁰⁴⁵ Dentro dessa perspectiva, argumentaram que o proletariado começava a reconhecer que a FUA e a LCI representavam a sua direção consciente.

Mas além destas duas organizações políticas, acrescentaram que as organizações sindicais surgidas sob a égide do MTIC também compunham a vanguarda proletária: “Parece, à primeira vista, contraditório ou duvidoso considerar como de vanguarda, os elementos dos sindicatos oficializados”.¹⁰⁴⁶ Mesmo diante da eminente contradição, os opositoristas destacaram que os sindicatos legalizados responderam ao chamado e apoiaram o ato, contribuindo para a mobilização da classe operária. Isto não significava que estas direções tinham uma consciência ou um programa revolucionário, mas mesmo diante de limites subjetivos e táticas, “os sindicatos oficializados agiram, na sua fração dirigente, em 1º de maio,

¹⁰⁴⁴ Ibidem.

¹⁰⁴⁵ Ibidem.

¹⁰⁴⁶ Ibidem.

com consciência de classe, porque a função objetiva obrigou-os a obedecer ao desenvolvimento da luta de classes”.¹⁰⁴⁷

A LCI aproveitou o sucesso da manifestação do dia do trabalhador para legitimar o ingresso nos sindicatos oficiais. Apresentou-a como o exemplo irrefutável de que mesmo sob a tutela do MTIC a luta de classe não poderia ser apagada ou camuflada pela estrutura corporativista. O que faltava a estes sindicatos era apenas uma direção capaz de organizar uma frente única de combate, reunindo organizações operárias e partidos.

2.2 A constituição de 1934 e decreto nº 24.694

A Constituição de 1934, promulgada em 16 de julho, representou, em alguns aspectos, uma revitalização de posições políticas defendidas pela burguesia agrária, que derrotada em 1930 e 1932 reconquistava parte de sua influência: “O período constitucional representa o reajustamento da política de concessões que caracterizava o “Estado de Compromisso””.¹⁰⁴⁸ A nova carta buscava conciliar os interesses da burguesia de São Paulo, com os do Clube 3 de Outubro e com o corporativismo que vinha sendo implementado por Vargas.

Uma questão central nesse processo constitucional foi a representação de classes profissionais na Assembleia Constituinte, que foi estabelecida pelo decreto nº 22.696 de 11 de março de 1933. O documento determinou que todos os empregados e empregadores sindicalizados, ou seja, vinculados aos sindicatos oficiais, teriam o direito de voto para eleger 40 delegados: 17 representantes patronais, 18 de associações de empregados, 3 das profissões liberais e mais 2 do funcionalismo público.

Este princípio de representação classista foi incorporado ao poder legislativo pelos constituintes. O artigo 23 da Constituição de 1934 estabeleceu que a Câmara de Deputados seria composta por representantes do povo, eleitos por sistema proporcional e sufrágio universal, e de representantes eleitos pelas organizações profissionais. Estabeleceu-se assim, um aprofundamento dos traços corporativistas na estrutura político e social brasileira, a fim de se consolidar uma política de conciliação, evitar conflitos e reordenar as classes e seus interesses junto ao Estado.¹⁰⁴⁹

¹⁰⁴⁷ Ibidem.

¹⁰⁴⁸ BERNARDO, Antônio Carlos. *Op. cit.*, p. 104.

¹⁰⁴⁹ “A organização semicorporativa, tentada a partir de 1934, está relacionada fundamentalmente com a rearticulação do compromisso estabelecido em 1930 para se evitar que o mesmo pudesse sofrer rupturas, em um momento onde nenhuma das classes sociais participantes da estrutura de dominação tinha condições de assumir a hegemonia da direção do poder público”. Ibidem, p. 106.

Os representantes das associações operárias só poderiam ser escolhidos entre os sindicatos legais. Logo, o MTIC exercia um controle sobre o processo eleitoral, o que resultava na eleição de lideranças articuladas e subordinadas aos ditames governamentais. Por meio dos chamados “sindicatos de carimbo”, a estrutura corporativista permitia que o Executivo exercesse influência sobre o Legislativo. Esse processo ganhou impulso após a Constituinte de 1934, quando Agamenon Magalhães assumiu o MTIC e promoveu “sindicatos que não tinham existência real, mas possuíam delegados-eleitores e escolhiam deputados classistas”.¹⁰⁵⁰

A unidade sindical aprovada pela Lei de Sindicalização de 1931 foi contestada por alguns constituintes. Vianna destacou que setores tradicionais, como a Igreja e a burguesia agrária não aprovavam a exclusiva influência do Estado sobre as associações operárias: “Ambos, por razões diversas, desejavam debilitar a capacidade do Estado nas suas relações com a sociedade civil e, com as mesmas razões impedir o desenvolvimento livre e unitário das classes subalternas”.¹⁰⁵¹ A Igreja que tinha influência em alguns sindicatos perdeu espaço e, disposta a reconquistar terreno, defendeu a pluralidade sindical. “A oficialização dos sindicatos vulnerava vitalmente o projeto católico”.¹⁰⁵² Estes, por sua vez, combateram a forte interferência estatal sobre as associações operárias e alcançaram êxito junto aos constituintes. Com efeito, a pluralidade e a autonomia das associações operárias foi assegurada no parágrafo único do artigo 120 da Constituição.¹⁰⁵³

Não obstante, quatro dias antes de ser promulgada, Vargas deu sua resposta à estrutura sindical dos constituintes. O Decreto nº 24.694, de 12 de julho de 1934, que dispôs “Sobre os sindicatos profissionais” estava em evidente contradição com a Assembleia Constituinte. O decreto reafirmou a estrutura tutelar e transformou a independência e a pluralidade sindical em letra morta. Os sindicatos permaneceram como órgãos colaboradores do Estado, para o estudo e solução de problemas e manteve-se a obrigatoriedade de serem reconhecidos pelo MTIC. Além disso, não consta nenhuma menção à pluralidade sindical.

Retomando os princípios da Lei de Sindicalização de 1931, para serem reconhecidos, os sindicatos deveriam cumprir uma série os requisitos.¹⁰⁵⁴ Permanecia a proibição de conteúdo

¹⁰⁵⁰ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. *Op. cit.*, p. 176.

¹⁰⁵¹ VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 171.

¹⁰⁵² *Ibidem*.

¹⁰⁵³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Constituição de 1934 – publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>, acessado em 11 out. 2018.

¹⁰⁵⁴ De acordo como artigo 5º, os sindicatos deveriam: a) Representar no mínimo um terço dos empregados que exerçam a profissão na respectiva localidade; b) Estabelecer mandato trienal nos cargos de administração, sem reeleição e com a renovação anual do presidente; c) Que apenas brasileiros natos ou naturalizados com mais de 10 anos de residência no Brasil possam exercer cargos de administração. O artigo 8º completava a lista de exigências

político em suas reivindicações, o cerceamento de atividade aos estrangeiros, a regulamentação do estatuto e o controle sobre os membros que exerceriam funções administrativas e sobre as finanças dos sindicatos. Ao impedir a atuação política dos sindicatos, o Estado limitava qualquer liberdade de ação sindical. Com a exclusão prévia dos interesses políticos, as associações legalizadas estavam limitadas à luta por reivindicações econômicas. Separados dos interesses políticos, os operários perdiam a liberdade de ação e de contestação: “Os fins políticos dos sindicatos, através da legislação de controle, passaram a se identificar com os fins do próprio Estado, que manipulava os sindicatos de acordo com seus interesses”.¹⁰⁵⁵

A análise da nova regulamentação sindical revela que a estrutura corporativa que integrava as associações operárias ao aparelho do Estado foi mantida e aprofundada. Entre as novas garantias que o operário sindicalizado tinha direito, destacam-se: o empregado sindicalizado que fosse dispensado teria preferência, caso o emprego fosse restabelecido; estes também tinham preferência para admissão em empresas de serviços públicos federais, estaduais ou municipais; era vedado aos empregadores despedir, suspender, rebaixar de categoria ou de salário o empregado que fosse associado ao sindicato da sua profissão; era vedado as empresas descontarem qualquer importância em folha de pagamento de um empregado sindicalizado sem autorização da lei, de convenção coletiva ou do sindicato; por fim, os sindicalizados eleitos para cargos de administração ou representação não poderiam ser impedidos do exercício de suas funções.¹⁰⁵⁶ O avanço da legislação trabalhista também tinha o apoio prévio da burguesia industrial que desacreditada do dogmatismo liberal compreendia a necessidade de ceder.¹⁰⁵⁷

Ao se ampliar as garantias e direitos apenas aos trabalhadores sindicalizados, o Estado empurrava os operários para o interior das organizações oficiais e esvaziava os sindicatos livres. Cada vez mais, os sindicatos deixavam de ser um instrumento de ação política para se transformarem em órgãos de conciliação. O objetivo da estrutura corporativista era incorporar as associações operárias junto ao aparelho do Estado para cercear sua liberdade e controlar suas

estabelecendo que o pedido de reconhecimento de qualquer sindicato deveria ser acompanhado de cópia da ata da instalação, do livro de registro de associados e dos respectivos estatutos, autenticados pela mesa que houver presidido a sessão. Apontava que os estatutos só entrariam em vigor depois que fossem aprovados pelo MTIC. Por fim, no capítulo III que versava sobre o funcionamento dos sindicatos, reafirmou-se a proibição de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias e de caráter político ou religiosos, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos à natureza e aos fins dos sindicatos. Idem. Decreto no 24. 694, de 12 de julho de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24694-12-julho-1934-526841-publicacaooriginal-1-pe.html>, acessado em 11 out. 2018.

¹⁰⁵⁵ BERNARDO, Antônio Carlos. *Op. cit.*, p. 110.

¹⁰⁵⁶ *Ibidem*, p. 109.

¹⁰⁵⁷ “O Ministério do Trabalho fará chegar às entidades classistas patronais o anteprojeto de cada nova proposta, e sempre que possível insistirá em obter soluções consensuais. Com isso, suprimia-se o antigo motivo de queixa dos empresários, expresso na alegação de que o Estado fazia desabar de cima a legislação trabalhista, desconsiderando as circunstâncias técnicas e a situação concreta das fábricas”. VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 193.

ações impedindo que estes assumissem postura independente e combativa. A luta de classe dava lugar a uma suposta harmonização entre operários e burguesia, sempre mediada pela legislação corporativa.¹⁰⁵⁸

Mas, para os membros da LCI, os sindicatos legalizados poderiam ser conquistados. Eles acreditavam que havia brechas que poderiam e deveriam ser aproveitadas para se politizar estes órgãos e transformá-los em associações combativas. Interpretaram que a atuação de uma vanguarda consciente no interior desses sindicatos poderia superar os limites e avançar sobre todas as barreiras do aparelho corporativo. Esta tática, aprovada em fevereiro de 1934, foi reafirmada durante a III Conferência Nacional da LCI, que ocorreu logo após a promulgação da nova Constituição e do decreto nº 24.694.

2.3 Da III Conferência Nacional da LCI ao abandono dos sindicatos oficiais

Ao contrário das conferências anteriores, a documentação da III Conferência não foi preservada. Por conseguinte, não temos acesso ao número de participantes, à ordem do dia ou aos debates que foram travados durante a reunião. As informações disponíveis constam em breves artigos que foram publicados em *A Luta de Classe*, nº 21 de agosto de 1934. De acordo com os opositoristas a conferência teve o objetivo de traçar novas tarefas e diretrizes para a organização, reformar os estatutos e eleger nova Comissão Central.¹⁰⁵⁹

Mas além dos problemas organizatórios, a conferência também debateu a luta sindical e aprovou novas teses sobre a questão que foram divulgadas nessa mesma edição de *A Luta de Classe*. As teses sindicais foram sintetizadas em sete pontos que, de maneira geral, reafirmavam as resoluções anteriores.

O primeiro ponto reconheceu que a Lei de Sindicalização tinha o intuito autoritário de amarrar e atrelar os sindicatos operários ao Estado centralizador. Apontou ainda que havia inspiração fascista no projeto, pois o modelo italiano era o espelho para se moldar as relações entre capital e trabalho no Brasil. Não obstante, a LCI destacou que este projeto autoritário estava condenado ao fracasso, pois Vargas “não levou em conta as condições particulares do

¹⁰⁵⁸ “A “harmonia entre o capital e o trabalho”, tema que será, como veremos exaustivamente utilizado durante o período ditatorial, seria conseguida com a legislação social, cujo verdadeiro sentido era o de organizar e controlar a força de trabalho concentrada nos núcleos urbanos, para que o Estado pudesse promover as demais condições que, relacionadas ao capital, passavam a ser necessárias à implantação da economia industrial capitalista no país”. BERNARDO, Antônio Carlos. *Op. cit.*, p. 118.

¹⁰⁵⁹ LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA. **Terceira Conferência Nacional**. In: *A Luta de Classe*. n. 21. Ano IV. Rio de Janeiro. Ago. 1934, p. 6.

Brasil”.¹⁰⁶⁰ A tese afirmou que o controle do MTIC sobre as organizações operárias era precário e que o seu resultado poderia ser positivo, uma vez que criava sindicatos de massa:

Sem possibilidade de formar uma burocracia sindical considerável, por intermédio da qual controlasse todo o movimento e a vida das organizações econômicas da classe operária, porque um aparelho dessa ordem não se improvisa, a “lei de sindicalização” deu na prática um resultado inteiramente oposto ao visado pelos seus elaboradores e aplicadores. Num país em que a organização sindical independente era precária, o decreto governamental favoreceu e incrementou a formação de novos sindicatos, que atingiam corporações importantes e numerosas, até então não organizadas.¹⁰⁶¹

A LCI subestimou a capacidade de burocratização dos sindicatos legalizados. A tese parece minimizar o controle ministerial sobre os estatutos, sobre seus membros e sobre as finanças. Desconsiderou que toda a luta sindical estava cada vez mais restrita aos parâmetros estabelecidos pela legislação e que qualquer ação política que fugisse dessa lógica seria barrada pelo MTIC. Acreditando que a atuação de uma vanguarda consciente poderia organizar os operários e superar todos estes limites, os opositoristas apresentaram uma leitura positiva, mas irreal sobre o avanço do Estado nas organizações operárias.

No segundo ponto das teses, os opositoristas destacaram a falência do sindicalismo livre. Apontaram que no Rio de Janeiro, a direção anarcossindicalista e stalinista levaram as associações operárias à desmobilização e ao esvaziamento. Em São Paulo, onde ainda resistia o sindicalismo independente, afirmaram que também se ampliava o processo de legalização: “a política dos bolcheviques-leninistas era aceitar uma situação de fato, isto é, a existência, mesmo em S Paulo, de sindicatos ministerialistas poderosos, agrupando massas consideráveis, e necessidade do trabalho revolucionário entre eles”.¹⁰⁶²

As teses ainda destacaram que a burguesia paulista, reconhecendo o caráter subversivo que o sindicalismo oficial poderia assumir, se colocou contra a sindicalização oficial e, por meio dos seus representantes constituintes tentou combater a legalização dos sindicatos. Apontou que a própria burguesia por meio da Assembleia Constituinte tentou frear a sindicalização oficial defendendo a autonomia e a pluralidade sindical:

(...) a burguesia industrial de São Paulo resolveu desfechar o golpe de morte na sindicalização oficial, isto se explica pelo caráter contraditório desta que, na prática, favorece a organização da massa trabalhadora, dando-lhe novas armas de agitação (“leis sociais”) e mesmo uma nova tribuna com a representação de classe na Constituinte. A burguesia paulista que se batia pela “liberdade” sindical, teve que admitir também, ao seu lado, o princípio da

¹⁰⁶⁰ Idem. **Teses sobre a questão sindical, aprovadas na Conferência Nacional da LCI.** In: *A Luta de Classe*. n. 21. Ano IV. Rio de Janeiro. Ago. 1934, p. 6.

¹⁰⁶¹ Ibidem.

¹⁰⁶² Ibidem.

autonomia, introduzidos na Constituinte de 1934 como princípios básicos da organização sindical.¹⁰⁶³

Para os membros da LCI, a burguesia se atrelava aos princípios da democracia burguesa e buscava instituir o regime de “pluralidade sindical” apenas para combater o forte movimento que poderia surgir sob o signo dos sindicatos oficiais. Dessa forma, consideravam que a luta pela pluralidade e liberdade sindical tinha o objetivo de promover o divisionismo nas fileiras operárias. Mas, como vimos, Vianna destacou que não foi a burguesia industrial que reivindicou o liberdade e pluralidade sindical. A FIESP representando os interesses da burguesia paulista estava em acordo com a proposta corporativista.¹⁰⁶⁴

As teses da LCI reafirmavam que admitiam a sindicalização oficial não como um princípio, mas como um recurso necessário de ligação com as massas. Argumentavam que diante do esvaziamento dos sindicatos livres era importante se dirigir até a classe e buscar orientá-la. A tarefa que se colocava era de lutar pela unidade sindical, mas acrescentavam que se tratava de uma “unidade sindical revolucionária, isto é, por cima da lei, independente do controle oficial”.¹⁰⁶⁵

Por fim, o último ponto da tese afirmou que a política sindical permanecia baseada no princípio de “conquistar a massa para a revolução proletária” e esse trabalho dependia da tática correta de uma vanguarda que conciliando os “métodos legais e ilegais de luta” consiga aproximar-se das massas e dirigi-la na agitação de reivindicação imediatas, mas sempre tendo em vista os objetivo finais da revolução.¹⁰⁶⁶ Nesse sentido, reafirmaram que a direção deveria atuar nos “sindicatos existentes” e não naqueles que estavam esvaziados. Compreender a nova realidade e traçar os meios de atuação nesses sindicatos era apresentada como a principal tarefa: “O problema sindical se tornou o problema central de um partido revolucionário no Brasil. A vanguarda comunista só será digna desse nome se souber enfrentar com senso realista essa situação e mostrar que sabe trabalhar e tirar vantagens da atividade nos sindicatos”.¹⁰⁶⁷

A LCI adotou a tática de adentrar nos sindicatos tutelados, mas isso não significava que aceitavam atuar de forma dependente e conciliadora. Além dos opositoristas, outras

¹⁰⁶³ Ibidem.

¹⁰⁶⁴ “Embora as vezes polemize asperamente com o Estado *benfactor* de Vargas sobre a aplicação da legislação trabalhista, já compreendeu que se tem de desfazer da sua utopia fordista. A hegemonia não nascerá das fábricas, e os empresários confiarão ao Estado corporativo a tarefa do controle das classes subalternas, refluindo com tranquilidade para seus negócios privados. Hesitantes a princípio quanto ao endosso ou não do crescente intervencionismo do Estado sobre o mercado de trabalho, percebem de pronto e consensualmente os efeitos positivos do setor da legislação que tratava do tema organizacional”. VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 173.

¹⁰⁶⁵ LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA. **Teses sobre a questão sindical, aprovadas na Conferência Nacional da LCI.** In: *A Luta de Classe*. n. 21. Ano IV. Rio de Janeiro. Ago. 1934, p. 6.

¹⁰⁶⁶ Ibidem.

¹⁰⁶⁷ Ibidem.

tendências reformistas também buscavam se posicionar de forma autônoma e insubmissa. Apesar dos limites institucionais estabelecidos pela legislação, algumas organizações e partidos de base operária que atuavam nos sindicatos legalizados não adotavam postura de subordinação. Mesmo diante das proibições, tentavam encaminhar propostas políticas e promover atos, paralisações e greves: “o enquadramento não traduziu uma postura de derrota e subordinação das correntes independentes do movimento operário”.¹⁰⁶⁸

Alguns desses líderes sindicais insubordinados conseguiram ser eleitos como deputados classistas na Assembleia Constituinte. Vasco Toledo, João Vitaca, Waldemar Reicktal e Acir Medeiros foram quatro deputados reformistas que atuaram na defesa dos interesses do proletariado, combatendo a tendência corporativista do Estado. Esta bancada que ficou conhecida como “minoría proletária” defendeu o direito à greve, a unidade e a autonomia sindical.¹⁰⁶⁹

Em São Paulo, no segundo semestre de 1934, a luta da LCI no interior dos sindicatos oficiais abriu espaço para que participassem da Coligação dos Sindicatos Proletários (CSP). A frente foi uma iniciativa do recém-criado Partido Socialista Proletário do Brasil (PSPB)¹⁰⁷⁰ e reuniu, além da LCI, o PSB, o Partido Trabalhista do Brasil (PTB) e o PCB. A LCI foi uma das principais apoiadoras da coligação que aglutinou diversos sindicatos oficiais, entre os quais o dos Contadores, Bancários, Comerciários, Têxteis, Gráficos, Metalúrgicos, Ferroviários, Alfaiates e Barbeiros. Todavia, de acordo com Alzira Campos, a frente foi marcada pelas disputas entre Trotskistas e Stalinistas. Quando o PCB aderiu à coligação, se instaurou um cenário de conflitos. A Coligação teve uma vida efêmera e perdurou apenas até as eleições de outubro de 1934.¹⁰⁷¹

Dessa Coligação Sindical surgiu uma frente eleitoral. Intitulada Coligação Proletária, essa aliança surgiu devido a iniciativa da LCI que convidou os socialistas e os comunistas para lançarem candidatos operários às eleições para a Constituinte Paulista de 14 de outubro.¹⁰⁷² Em

¹⁰⁶⁸ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. *Op. cit.*, p. 168.

¹⁰⁶⁹ “(...) as lideranças independentes de esquerda queriam garantir a liberdade política dos sindicalizados e o princípio da não intervenção governamental na vida interna das associações e o princípio da não intervenção governamental na vida interna das associações. Este era o sentido preciso do termo “autonomia sindical”, que devia coadunar-se com a unidade, sem a qual a organização dos trabalhadores se desagregaria”. *Ibidem*.

¹⁰⁷⁰ “Como em outras regiões do país, também no Rio de Janeiro havia uma tentativa de aproximação entre as diversas tendências do movimento operário, tendo em vista a formação de uma frente política. Um papel importante nesse esforço de aproximação foi desempenhado pelo Partido Socialista Proletário do Brasil (PSPB). Este partido foi fundado em 4 e agosto pelos deputados Vasco de Toledo, João Vitaca, Waldemar Reidkal e mais Plínio Mello [que já havia deixado a LCI], José Casini, Euclides Sampaio, Orlando Ramos, Carlos Branco e Almerinda Gama (...)” DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa*. *Op. cit.*, pp. 245-246.

¹⁰⁷¹ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, p. 248.

¹⁰⁷² “A LCI propõe ao Partido Socialista, ao Partido Comunista, ao Partido Socialista Proletário e aos elementos proletários, com programa definido, um acordo técnico-eleitoral no intuito de evitar que os votos em segundo turno

editorial, os oposicionistas argumentaram que o objetivo era reunir todos os partidos ou organizações que se definissem como de tendência socialista ou proletária: “O acordo deverá ter um nítido e inequívoco caráter de classe”.¹⁰⁷³

A LCI afirmou que reconhecia os limites dos partidos socialistas. Reconhecia que eram reformistas, que estavam presos à lógica do parlamento e da democracia burguesa, mas que mesmo assim, era preciso deixar de lado o sectarismo e buscar juntar as forças e dialogar com essas tendências de base proletária, a fim de se contrapor aos partidos burgueses.¹⁰⁷⁴

A Coligação garantia a cada organização o direito de fazer a propaganda de seu programa e de sua bandeira com inteira liberdade, sem restrições. Dessa forma, a LCI apresentou um programa de 42 pontos, que abarcava reivindicações políticas e econômicas.¹⁰⁷⁵ A frente eleitoral elegeu apenas um deputado, mas conseguiu um total de votos superior aos candidatos da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do PCB, que não aderiu à Coligação.¹⁰⁷⁶

Com o desaparecimento da CSP de São Paulo, o PCB organizou uma nova frente única de sindicatos. “A Frente Única Sindical obedecia à corrente stalinista. Embora houvesse trotskistas nas suas reuniões, a DOPS foi informada de que não se verificara a adesão a ela “de outra corrente trotskista, cujos ideais políticos diferem em quase todos os pontos de vista””.¹⁰⁷⁷ A Frente Única Sindical (FUS) de São Paulo foi lançada em novembro de 1934 pelo sindicato dos bancários. Rapidamente os comunistas conseguiram a adesão dos sindicatos que compunham a CSP, exceto dos gráficos, contadores e barbeiros que permaneciam sob a direção dos trotskistas. A FUS, em maio do ano seguinte, realizou um congresso nacional no qual se criou a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB).¹⁰⁷⁸ Não obstante, a Confederação

se dispersem inutilmente, com proveito para os partidos burgueses. É preciso disciplinar o eleitorado proletário. (...) Devemos canalizar os votos para uma legenda comum, formada pelos candidatos dos partidos proletários ideologicamente afins”. COMISSÃO CENTRAL DA LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA. **Ao proletariado:** a tática eleitoral dos bolcheviques-leninistas. In: *A Luta de Classe*. n. 21. Ano IV. Rio de Janeiro, ago. 1934, p. 1.

¹⁰⁷³ Ibidem.

¹⁰⁷⁴ “Se agora, nas circunstâncias atuais, recusarmos um bloco eleitoral com os partidos de composição proletária, embora ainda ideológica e organizativamente pequenos burgueses, e nos isolarmos sectariamente, iremos fazer o jogo dos partidos da grande burguesia: iremos concorrer para atrasar o processo do desenvolvimento político das massas”. Ibidem, p. 2

¹⁰⁷⁵ “O programa combinava reivindicação econômicas e políticas, propondo um plano de governo em que constava a necessidade da nacionalização das empresas de serviços públicos, das companhias de seguro, da terra, salvo a pequena propriedade, e dos bancos. Vários itens são dedicados à legislação social, quer pleiteando-se novos benefícios, quer exigindo o imediato cumprimento de matéria já regulamentada pelo governo. O ponto 16 escrevia a defesa do sindicato único por indústria e a completa autonomia sindical”. CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, p. 248.

¹⁰⁷⁶ COGGIOLA, Osvaldo. **O trotskismo no Brasil (1928-1964)**. *Op. cit.*, p. 268.

¹⁰⁷⁷ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, p. 248.

¹⁰⁷⁸ Ibidem.

teve sua atuação bruscamente interrompida pela Lei de Segurança Nacional (LSN), também conhecida como “Lei Monstro”, que entrou em vigor em abril de 1935.

A tática de penetração e ação política no interior dos sindicatos oficiais foi revista e abandonada pela LCI no início de 1935. O fator determinante para a revisão tática foi a publicação da LSN. Elaborada pelo Ministro da Justiça, Vicente Rao e pelo deputado federal Raul Fernandes, a lei foi aprovada na câmara dos deputados e sancionada por Vargas em 4 de abril. A LSN era uma resposta ao crescimento da ANL e um ataque decisivo às liberdades democráticas garantidas pelo Constituição de 1934.

A “Lei Monstro” estabeleceu os crimes contra a ordem política e social. A legislação vetou a organização de associações ou partidos políticos que apresentassem caráter subversivo. Impediu a impressão e circulação de livros, panfletos e quaisquer outras publicações que se manifestassem contrárias à ordem. Pelo mesmo motivo, determinou que sindicatos e associações profissionais poderiam ser fechados, estrangeiros naturalizados poderiam ser expulsos e funcionários públicos poderiam ser demitidos. A nova legislação legitimava a ampliação da perseguição e repressão aos militantes de todas as organizações operárias. Diante da repressão, os opositoristas perceberam que todos os caminhos para atuar no interior dos sindicatos legais estavam fechados.

Já em abril, em *A Luta de Classe*, nº 20, a LCI observou que com a “Lei Monstro” a independência sindical estava totalmente comprometida: “O governo armou-se para cortar o caminho a qualquer ação do proletariado mesmo legal”.¹⁰⁷⁹ A publicação afirmou que a LSN era uma Lei de Exceção com o objetivo de barrar qualquer atividade independente da classe operária e resultaria na destruição das suas organizações e na perseguição da vanguarda da classe: “A lei monstro vem criar novas condições para o movimento operário”.¹⁰⁸⁰ Era o momento de recorrer a novos métodos, reforçar as organizações clandestinas e abandonar a via legal: “Os que não as compreenderem serão varridos do campo. Os oportunistas adaptar-se-ão a ela na procura de uma legalização que é uma verdadeira capitulação”.¹⁰⁸¹

A LCI argumentava até então que, apesar das barreiras impostas pelo MTIC, ainda era possível lutar no interior das associações operárias legais, mas a LSN alterou o cenário, ela significava a impossibilidade completa de um trabalho político nesses sindicatos:

No terreno sindical o mesmo perigo pesa sobre a classe operária. Freados em todos os seus movimentos dentro dos sindicatos – freado o próprio sindicato – os militantes revolucionários terão dificuldades enormes em impedir que os

¹⁰⁷⁹ LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA. **A Lei Monstro**. In: *A Luta de Classe*. n. 22. Ano V. Abr. 1935, p. 3.

¹⁰⁸⁰ Ibidem.

¹⁰⁸¹ Ibidem.

agentes da burguesia no movimento operário transformem o sindicato em simples repartições do Estado, de organizações de luta em agências da polícia. Nas atuais condições, para o combate ao amarelismo e ao desvirtuamento dos sindicatos é preciso transportar o eixo da luta para as fábricas oficinas e locais de trabalho; é preciso constituir os comitês de fábricas e oficina; preciso ainda levantar as bases ilegais da ação sindical.¹⁰⁸²

Ao sancionar a repressão a todo discurso dissonante, o governo barrava qualquer ação independente e política da vanguarda operária e consolidava os sindicatos como órgãos instrumentalizados para conciliação entre capital e trabalho. Nesse cenário, a LCI abandonou a tática de lutar no interior dos sindicatos oficiais e reorientou a militância para realizar um trabalho ilegal no interior das fábricas. Essa mudança tática significou reorganizar o trabalho sindical sob bases ilegais, ou seja, era preciso sair dos sindicatos e retornar à luta clandestina para a organização de comitês operários.

Em outro artigo, publicado em *A Luta de Classe*, nº 23, de maio de 1935, os opositoristas reafirmaram a posição de que a vanguarda da classe estava submetida a mais profunda ilegalidade e que os sindicatos estavam amordaçados:

Ao lado dos métodos de violência e terror, a cargo da polícia, o governo burguês emprega os meios de corrupção e da venalidade, a cargo do Ministério do Trabalho. Uma burocracia trabalhista amarela vai se formando, sob o patrocínio do governo, destinada a substituir na direção das organizações de classe, sindicatos, caixas de aposentadorias, etc, os elementos conscientes da vanguarda operária. O maior resultado de tais “leis sociais” promulgadas pelo governo, tem sido até hoje o de favorecer a criação desta casta infecta de bonzos sindicais traidores.¹⁰⁸³

O principal argumento da LCI, ao lançarem a tática de penetração nos sindicatos oficiais, era o de que estas organizações reuniam uma ampla massa e não havia uma burocracia estatal capaz de dominar a classe trabalhadora. Aqui, eles já destacaram que esta casta burocrática estava se constituindo. A direção dos sindicatos oficiais ia sendo dominada por agentes “amarelos” controlados, financiados, corrompidos. Nesse sentido, ainda consideravam que a legislação social favorecia e possibilitava a ascensão de direções traidoras que se tornavam dóceis instrumentos da burguesia no controle das associações operárias.

A greve dos gráficos em agosto de 1935 ilustra a fragilidade e a desorganização do movimento operário após a “Lei Monstro” ser sancionada. Depois que a ANL foi fechada em julho, os comunistas lançaram manifestos pela convocação de uma greve geral e a vanguarda

¹⁰⁸² Ibidem.

¹⁰⁸³ LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA. **Primeiro de Maio**. In: *A Luta de Classe*. n. 23. Ano V. Rio de Janeiro. Mai. 1935, p. 1.

dos trabalhadores gráficos começou a trabalhar pela realização de um movimento paredista em protesto a ação arbitrária.

A greve conseguiu aglutinar várias oficinas. Mas logo após o seu início a polícia interveio, perseguiu e prendeu operários e diretores sindicais. Diante da ação policial a paralisação perdeu força e os trabalhadores voltaram ao trabalho. Por sua vez, a LCI acusou a debilidade política da direção do movimento: “O que é preciso é que a vanguarda empreenda uma nova campanha, abandonando a demagogia, a preocupação de “fazer poeira”. É preciso antes de mais nada restabelecer a confiança da massa gráfica em sua vanguarda”.¹⁰⁸⁴ Estes acontecimentos servem para iluminar as condições em que se encontrava o movimento operário brasileiro naquele período. Com sindicatos cooptados, atrelados ao MTIC e com a repressão policial legitimada pela LSN, a mobilização se tornava ainda mais difícil.

3. A Frente Popular brasileira: a ANL e o PCB

A trajetória da ANL é um tema central para discutirmos o papel das esquerdas brasileiras. Composta por diversos setores da sociedade, a organização se colocou em oposição ao governo de Vargas e tinha seu programa fundamentado na luta contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo. Impulsionada principalmente pelos tenentistas, a ANL recebeu o apoio do PCB, que transformou a organização no carro-chefe do seu projeto de revolução burguesa-democrática. A adesão dos comunistas ao projeto ocorreu num período em que a IC estava abandonando as orientações ultra esquerdistas, buscando retirar seus partidos do isolamento e retomar a política de colaboração de classe.

A ANL só foi lançada oficialmente em março de 1935, mas a formação de uma aliança que englobasse os opositores à Vargas e ao integralismo já vinha sendo discutida e preparada desde o segundo semestre do ano anterior. Marly Vianna destacou que num primeiro momento os tenentes eram a principal força política: “Apesar de vários grupos terem participado da formação da frente, foram os tenentes dissidentes da Revolução de 1930 os que tiveram maior destaque na organização da ANL”.¹⁰⁸⁵ Esse caráter tenentista da aliança aparece de forma bem clara quando verificamos a presença de membros das forças armadas no primeiro escalão da organização: o Capitão Hercolino Cascardo presidia o Diretório Nacional Provisório; o Capitão Amorety Osório era vice e Roberto Henrique Sisson, ocupava o cargo de Secretário Geral.

¹⁰⁸⁴ Ibidem.

¹⁰⁸⁵ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935. Op. cit.*, p. 33.

Essa participação ativa dos tenentes dissidentes foi importante para que a organização alcançasse uma maior projeção. Afinal, o movimento tenentista ainda carregava um prestígio oriundo das lutas travadas ao longo da década de 1920. Cabe destacar que em 1935, as demandas e as palavras de ordem dos tenentistas havia se transformado. Tratava-se naquele momento de uma luta contra o governo de Vargas e contra os rumos que a Revolução de 1930 havia tomado. Esse programa atualizado se consolidou na defesa de uma plataforma democrática e nacionalista, ora se designando como “nacional libertador”, ora como “nacional e popular”.¹⁰⁸⁶ No plano econômico enfatizou a luta contra o imperialismo e o latifúndio e no plano político, destacou o combate ao avanço das forças integralistas de Plínio Salgado. Seus principais pontos eram; suspensão do pagamento da dívida; nacionalização de empresas estrangeiras; proteção aos pequenos e médios proprietários.

A ANL também buscou representar os interesses da classe trabalhadora. De maneira geral, a organização não lutava por nada novo, apenas exigia o cumprimento de uma legislação social que era regularmente descumprida pela burguesia. Assim, também estava em pauta a luta pela implantação de tabelas de salário-mínimo, da jornada de oito horas diárias, da indenização em caso de demissão e o combate aos sindicatos oficiais. Essas demandas trabalhistas foram importantes para que os aliancistas conseguissem uma penetração junto à classe operária. E de acordo com Luiz Werneck Vianna, o período assinalou um recuo acentuado da sindicalização corporativista: “A constituição da Aliança Nacional Libertadora coincidirá com um brusco enfraquecimento institucional do sindicalismo oficialista, verificando-se no país, em 1935, um decréscimo de 73% nas organizações sindicais reconhecidas”.¹⁰⁸⁷

Se num primeiro momento coube aos tenentistas dissidentes um papel fundamental na organização da ANL, não podemos nos esquecer de que a Frente Popular se configurou como uma organização muito mais ampla, abrangendo diversas organizações coletivas, vinculadas ao movimento operário, sindicatos, partidos e demais organizações, além de profissionais liberais.¹⁰⁸⁸ Tendo grande aceitação entre a classe média e intelectuais, as lideranças da ANL

¹⁰⁸⁶ “Sisson define-se – e aos tenentes que com ele criaram a ANL – como um nacional libertador, cuja luta pelo povo tinha uma finalidade nacional: “a defesa anti-imperialista do Brasil”. Seu ideal era “*nacional e popular*”, jamais tendo pensado em um regime comunista para o país. Explicava que se criara entre os “tenentes de esquerda” um forte sentimento nacionalista e anti-imperialista, pois o imperialismo só visava lucros e estava saqueando o Brasil. Sendo, em primeiro lugar, anti-imperialista, a ANL era, conseqüentemente, antilatifundiária e democrática.” Ibidem, p. 35.

¹⁰⁸⁷ VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 145

¹⁰⁸⁸ “As células da ANL refletiam, via de regra, o meio em que operavam. Profissionais liberais e empregados de escritório dominavam as elegantes células urbanas, organizadas por distrito residencial. Nos bairros industriais, como no interior, as células atraíam uma clientela de renda baixa e poucas letras. Mas a ANL permaneceu basicamente urbana, na sua curta existência. Dominavam nos seus conselhos elementos de classe média e de baixa

buscaram estabelecer contato com todos os grupos ou indivíduos que pudessem estar insatisfeitos com o regime de Vargas. Essa ampliação da base social de alianças trazia importantes características políticas: “Para garantir mais base de apoio, a ANL fazia valer a natureza reformista e não revolucionária do seu programa”.¹⁰⁸⁹

Num primeiro momento o PCB não aderiu à ANL. Nos primeiros meses os comunistas apareceram apenas como apoiadores. O ano de 1934 foi um período de transição nas orientações políticas da IC. As teses do VI Congresso de 1928, não permitiam o estabelecimento de alianças amplas. Mas em 1934, as comissões preparatórias do VII Congresso colocaram em debate a ascensão fascista e a recuperação da economia mundial. Rejeitou-se a tese do Terceiro Período, anulando a concepção de que o capitalismo vivia sua crise final e tratou-se da ascensão do fascismo evidenciando seu caráter repressor. Por conseguinte, estabeleceu-se que a principal tarefa dos comunistas era a de barrar o avanço das forças autoritárias. Para tanto, apontou-se para a formação de amplas alianças em favor das liberdades democráticas.¹⁰⁹⁰

Em outubro de 1934, na III Conferência Comunista da América Latina, as novas orientações foram apresentadas em Moscou para dezenove delegações, incluindo a brasileira. Sem uma autocrítica ou uma discussão aberta, a IC lançou uma tática que instruía a formação de amplas alianças, incluindo a pequena-burguesia e outros setores burgueses que estivessem na oposição ao imperialismo e interessados na defesa de uma economia nacional e das liberdades democráticas. Não podemos deixar de observar que essa nova “virada” representou um regresso à política de alianças que no Brasil se materializou no BOC.

Foi nesse contexto que surgiu a política das Frentes Populares, que viria a se consolidar no VII Congresso da IC. Sob orientação do teórico búlgaro Giorgi Dimitrov, esse congresso realizado em julho e agosto de 1935 consolidou um giro de 180 graus na tática dos partidos comunistas. Del Roio afirmou que a propósito dos países coloniais e semicoloniais “a orientação era no sentido de se promover a formação de amplas frentes nacional-populares antifascistas e anti-imperialistas, que poderiam englobar setores burgueses cujos interesses estivessem prejudicados pela pressão imperialista”.¹⁰⁹¹ Logo, a tática de frente única pela base foi descartada, dando lugar a uma frente ampla de cunho reformista e nacionalista com diversos

classe média, a despeito dos esforços feitos para dar-lhe base operária”. LEVINE, Robert. *O regime Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 110.

¹⁰⁸⁹ Ibidem, p. 113.

¹⁰⁹⁰ “O momento exigia que o fascismo fosse eleito como inimigo principal e que se articulassem alianças políticas tendo em vista a manutenção e ampliação das liberdades democráticas”. DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa. Op. cit.*, p. 261.

¹⁰⁹¹ Ibidem, p. 267.

setores sociais, independente da orientação ideológica, desde que se dispusessem a lutar contra as forças fascistas.

Não é difícil perceber que existia uma convergência entre as ambições políticas expressas pelos partidários da ANL e pelos comunistas. Portanto, num primeiro momento, apesar de não aderir à organização, o PCB se posicionou manifestando o seu apoio. Quando ocorreu a reunião da ANL no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1935 e o nome de Luiz Carlos Prestes foi indicado como presidente de honra e o partido se manifestou de forma positiva¹⁰⁹², mas enfatizou que “não adere e nunca aderirá à ANL”.¹⁰⁹³ Todavia, não tardou para que os comunistas ingressassem na organização.

Em *A Classe Operária* de 1º de maio, a postura diante da ANL era de grande entusiasmo. Em artigo assinado por Bangu, afirmou-se que “A fundação da Aliança Nacional Libertadora foi, sem dúvida, o maior passo que deu o movimento revolucionário no sentido da mobilização de todas as forças revolucionárias de classe para a luta anti-imperialista e antifeudal”.¹⁰⁹⁴ Neste artigo aparece de forma clara a virada tática do PCB em favor da formação de uma frente ampla. A tática em torno de uma aliança que aglutinasse apenas o proletariado e o camponês foi caracterizada como dogmática. Apontou-se que não eram apenas estas duas classes que sofriam com as mazelas do imperialismo e do atraso econômico e que, portanto, a “revolução nacional-libertadora” passaria por uma aliança mais abrangente que fosse capaz de reunir pequena-burguesia, intelectuais e oficiais das forças armadas.¹⁰⁹⁵

A Frente Popular que vinha sendo discutida desde meados de 1934 foi oficialmente adotada pelos comunistas apenas após uma reunião realizada entre 18 e 20 de maio.¹⁰⁹⁶ Tal política se materializou na palavra de ordem pela constituição de um Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR) que deveria ser a expressão de um bloco amplo de alianças. Luiz

¹⁰⁹² “Sábado, 30 de março, realizou-se no teatro João Caetano, no Rio, a primeira reunião da A.N.L. na Capital Federal. O proletariado e a massa popular atenderam aos milhares ao chamado para a luta contra o imperialismo, os senhores de terra e pelas liberdades democráticas. O entusiasmo desta reunião demonstra como cresce nas massas a vontade de luta, como avança a revolução democrática-burguesa (...)”. MIRANDA. **Reunião da Aliança Nacional Libertadora no Teatro João Caetano**. In: *A Classe Operária*. n. 178. Segunda fase. Rio de Janeiro, 10 abr. 1935, p. 8.

¹⁰⁹³ Ibidem.

¹⁰⁹⁴ BANGU. **Os perigos do nacional reformismo da Aliança Nacional Libertadora**. In: *A Classe Operária*. n. 180. Segunda fase. Rio de Janeiro, 1º mai. 1935, p. 6.

¹⁰⁹⁵ Ibidem.

¹⁰⁹⁶ “O ponto central nas discussões da reunião do C.C. que se realizou de 18 a 20 de maio último, foi a questão da revolução democrático-burguesa (agraria e anti-imperialista). (...) Para atingir este objetivo o Partido deve trabalhar com a máxima energia pela formação da mais ampla frente popular contra o imperialismo, o integralismo e o feudalismo. (...) O C.C. viu de uma maneira justa a significação que tem para as lutas revolucionárias que se avizinham a formação desta ampla frente popular”. B. B. B. **Todas as nossas forças pela Instauração de um Governo Popular Nacional Revolucionário no Brasil**. In: *A Classe Operária*. n. 184. Segunda fase. Rio de Janeiro, 20 jun. 1935, p. 4.

Carlos Prestes, após uma longa estada na URSS, retornou ao Brasil no início de 1935, com a incumbência de ser o fomentador da Frente Popular brasileira. Prestes se transformou no fator fundamental para unidade entre os tenentes e os comunistas, garantindo a efetivação da frente nacional e a adesão do PCB à ANL.

Num primeiro momento a ANL parecia menosprezar a questão do poder. A organização apresentava um programa, mas não se reconhecia como um partido e também não colocava a questão da tomada do poder. Essa proposta nacional-libertadora não julgava necessário derrubar o regime vigente para transformar a realidade política, econômica e social do país.¹⁰⁹⁷ Esse contrassenso foi colocado em pauta pelos comunistas, especialmente por Prestes que, depois de ser nomeado Presidente de honra da organização, escreveu uma carta em maio de 1935 manifestando que a questão do Estado era fundamental: “As massas populares que se reúnem na ANL querem liquidar o governo de Vargas e querem instaurar um novo poder suficientemente forte para expulsar os imperialistas, acabar com o feudalismo e instaurar os direitos democráticos”.¹⁰⁹⁸

Prestes foi bem claro ao apontar os caminhos que a ANL deveria seguir. Não bastava agitação e propaganda, era preciso partir para uma atuação mais concreta, que se traduzia na luta pela tomada do poder e pela construção de um novo regime. Ele também deixou implícito a forma pela qual a ANL efetivaria a derrubada do governo Vargas. Não havia naquele momento nenhuma tradição republicana, democrática ou simpática à via eleitoral entre os militares. O passado recente das lutas tenentistas evidenciada em 1922 e 1924 e na própria Coluna Prestes, apontava o caminho para a luta armada, para a conspiração. Por sua vez, o PCB atuando na ilegalidade não via a revolução numa perspectiva legalista, eleitoral. Com efeito, apontou-se que o caminho para a tomada do poder seria a sublevação.¹⁰⁹⁹

Nos primeiros meses de 1935 a ANL cresceu de forma surpreendente. Foram fundadas células em quase todo o país, sendo Rio de Janeiro e São Paulo os seus principais pontos de

¹⁰⁹⁷ “A aliança refletia a incoerência ideológica das camadas médias urbanas, sua principal componente: havia uma enorme mobilização e agitação em torno de seu programa, mas em nenhum momento se colocava o como se organizar para cumpri-lo”. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935*. *Op. cit.*, pp. 38-39.

¹⁰⁹⁸ PRESTES, Luiz Carlos. **O que é o Governo Nacional Popular Revolucionário**. In: *A Classe Operária*. n. 184. Segunda fase. Rio de Janeiro, 20 jun. 1935, p. 1.

¹⁰⁹⁹ “Apesar da questão do poder e dos meios para atingi-lo não estar colocada, as duas principais forças da ANL – os tenentes de esquerda e o PCB – viam na luta armada o caminho para a efetivação de sua política. Os tenentes não abandonaram a ideia de serem as Forças Armadas a vanguarda revolucionária do país, e os comunistas, por sua vez, trabalhavam com uma visão idealizada e fantasiosa a respeito da “luta armada das grandes massas” para a tomada do poder”. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935*. *Op. cit.*, p. 38.

atuação.¹¹⁰⁰ Comícios e outras manifestações mostravam a força que a frente vinha adquirindo. A adesão à ANL evidenciava que crescia a insatisfação com o governo. Não tardou para que Vargas contra-atacasse. Com efeito, em 4 de abril, dias após o lançamento oficial da frente, o Congresso aprovou a LSN.

Prestes não recuou e partiu para a ofensiva sem se preocupar com as reações do aparelho repressivo. Em 5 de julho, em comemoração ao aniversário dos levantes de 1922 e 1924, a frente organizou um comício no qual foi divulgado o Manifesto de Prestes. O texto foi lido por Carlos Lacerda e apresentou várias referências às lutas tenentistas da década de 1920, apontando que a ANL simbolizava sua continuidade.

O Manifesto de Prestes convocou as massas para a luta revolucionária. Sem medir palavras, clamou por um levante imediato contra Vargas: “Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se ativamente para o momento do assalto. A ideia do assalto amadurece na consciência das grandes massas”.¹¹⁰¹ Prestes convocou as massas à rebelião e sem titubear apresentou uma nova palavra de ordem: “Todo o poder à ANL!”.

A reação foi imediata e em 11 de julho, por meio de um decreto, a ANL foi posta na ilegalidade. Com o fechamento teve início a repressão. Com o respaldo da LSN, manifestações e comícios foram proibidos, sindicatos foram invadidos, sedes fechadas e dirigentes presos. A ANL não parecia ter força para reagir. Ao contrário do que imaginavam seus líderes, principalmente Prestes, a notícia do fechamento da ANL não causou uma comoção nacional, seus filiados não organizaram greves ou grandes manifestações.¹¹⁰² O silêncio dos sindicatos operários diante do fechamento da organização é ilustrativo para compreendermos o posterior fracasso dos levantes que ocorreram em novembro de 1935.

Logo após o seu fechamento, a organização sofreu um drástico recuo.¹¹⁰³ A publicação do Manifesto de Prestes com o chamamento às armas, bem como o enquadramento da

¹¹⁰⁰ “Ao tempo da supressão o movimento dizia ter 400.000 membros. Estimativa mais realista, baseado nos arquivos subsistentes da ANL, dá para a organização de 70.000 a 100.000 filiados, e isso no algo do sucesso”. LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p. 122.

¹¹⁰¹ PRESTES, Luiz Carlos. **Todo poder à Aliança Nacional Libertadora**. 1935. In: LÖWY, Michael. (Org.) *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 136.

¹¹⁰² “Em São Paulo, houve uma passeata de protesto; no Rio de Janeiro, Pedro Ernesto também protestou, mas isoladamente; os trabalhadores em hotéis declararam uma greve que não se realizou. Ficou nisso a reação “das grandes massas” ao fechamento da ANL. (...) Apesar do delirante entusiasmo popular pela ANL, demonstrado em inúmeras ocasiões, “as massas” assistiram passivas a seu fechamento. O distanciamento, mesmo entre as palavras de ordem *nacionalistas de democráticas* da direção da aliança, e a consciência operária, era inda muito grande”. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935*. *Op. cit.*, p. 56.

¹¹⁰³ “Posta na ilegalidade, sem suas reuniões de células, seus comícios e movimentos, o fato é que “para a maior parte dos brasileiros a ANL desaparecera do mapa”. LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p. 161.

organização na LSN, esvaziou a ANL. Persistiram os membros do alto escalão da organização, especialmente aqueles vinculados ao PCB e os tenentistas, comprometidos com Prestes.¹¹⁰⁴

A ilegalidade da ANL foi a deixa para que a perspectiva insurrecional fosse colocada novamente numa perspectiva imediata. A concepção de que a tomada do poder estava na ordem do dia e que era preciso preparar a insurreição ganhou força a partir de junho de 1933, quando Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”, assumiu a secretaria geral. Em julho de 1934, o manifesto da I Conferência Nacional do PCB reafirmou que não se deveria ter expectativas com a abertura constitucional e era preciso preparar a insurreição. Para Del Roio este esquecimento das lutas e da organização dos trabalhadores, somado ao apelo insurrecional e a aproximação com os militares simpatizantes é que caracteriza a “fusão entre o prestismo e o stalinismo”.¹¹⁰⁵

No período que se sucedeu, Prestes utilizou de toda sua influência e prestígio junto às forças armadas para tentar angariar apoio. Entrou em contato com vários militares vinculados ao tenentismo e outros possíveis aliados a fim de aglutinar forças para a insurreição. Não obstante, os levantes se deram antes do planejado. A revolta eclodiu em Natal no dia 23 de novembro, sendo seguida por levantes em Pernambuco, dia 24, e Rio de Janeiro no dia 27.

A direção do PCB, Prestes e os tenentistas esperavam que os levantes nos quartéis recebessem amplo apoio popular. Imaginavam que o Brasil vivia uma crise revolucionária e que o governo de Vargas estava por um fio e, acreditavam que as insurreições dos militares seriam o estopim para um grande levante de massa. Todavia, não havia uma estreita vinculação entre a ANL e a classe operária. A influência sindical dos comunistas era quase nula. Em pouco tempo as três insurreições foram sufocadas pelas forças militares do governo.¹¹⁰⁶

Todavia, vale destacar que dentro do PCB, a luta insurrecional não era unanimidade. Alguns militantes se posicionaram contrários ao levante, prevendo a ausência de uma base operária para dar suporte a revolta. Dias antes do *Putsch*, Augusto Besouchet escreveu uma carta aberta ao CC do PCB questionando a tática insurrecional:

Estamos informados que o partido prepara, de comum acordo com Prestes e numerosos militares e políticos burgueses e pequeno-burgueses, um golpe de quartel para as próximas semanas. Consideramos isso um erro aventureiro que poderá trazer consequências mortais para a revolução e instalar por anos

¹¹⁰⁴ “Os crescentes ataques desferidos pelo PCB contra a liberal-democracia, assim como a proposta de “Todo poder à ANL”, que implicava a ruptura da ordem legal, afastaram muitos liberal-democratas que haviam se juntado à ANLS, com a finalidade de defender as liberdades democráticas garantidas pela constituição de 1934, vilipendiadas pelo governo de Vargas”. DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa*. *Op. cit.*, p. 297.

¹¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 211.

¹¹⁰⁶ “Os rebeldes foram postos em forma e levados através do bairro do Botafogo, em meio à multidão que dava vivas à vitória do governo. Cerca de 1.100 insurgentes foram embarcados diretamente das docas para a prisão, nas ilhas da Baía de Guanabara”. LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p. 181.

inteiros a mais negra reação no Brasil, com o desmantelamento completo das organizações operárias.¹¹⁰⁷

Também é relevante citar a carta de Barreto Leite Filho, jornalista e militante comunista, endereçada a Prestes, escrita em 26 de novembro de 1935, na qual também alertou sobre o iminente fracasso do levante:

A nossa ascendência sobre o movimento de massas diminuiu de modo nunca visto. O movimento camponês, apesar de muita bravata que se conta, em um atraso lamentável. (...) Das grandes, só uma coisa resta: a armação militar para o motim. Mas esse motim não terá uma participação nem sequer deficiente das massas (...) trata-se de um golpe preparado à revelia das massas.¹¹⁰⁸

Estas cartas evidenciam que havia no interior do partido, militantes que discordavam da estratégia insurrecional. Esses apresentaram uma leitura da realidade mais concreta, reconhecendo a ausência de um apoio dos sindicatos operários. Após o golpe, alguns membros abandonaram as fileiras do PCB e acabaram aderindo ao movimento oposicionista. Foi o caso de Augusto Besouchet, por exemplo.

A historiografia tem debatido por décadas o significado e o caráter dos levantes de novembro de 1935. A tese sobre o “ouro de Moscou” que destacava a direção decisiva da IC sobre a ação foi bastante difundida, especialmente pelos setores mais conservadores. No entanto, Marly Vianna, em “Revolucionários de 1935” apresentou uma análise bastante consistente sobre a problemática e concluiu que não houve qualquer interferência decisiva da IC¹¹⁰⁹ e que a “A ANL foi essencialmente uma continuação do tenentismo”.¹¹¹⁰

3.1 A LCI diante da ANL

A LCI não aderiu à ANL, mas acompanhou de perto as atividades da organização. Diante da nova virada tática consolidada no VII Congresso da IC e da adesão dos comunistas à política de amplas alianças, os trotskistas publicaram alguns artigos em *A Luta de Classe* criticando e denunciando a orientação colaboracionista stalinista. Nesta perspectiva, lançaram análises sobre a formação da Frente Popular brasileira, criticando sua composição heterogênea e seu programa nacional-reformista.

¹¹⁰⁷ *Apud* VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935*. *Op. cit.*, p. 158.

¹¹⁰⁸ *Apud* *Ibidem*, p. 139.

¹¹⁰⁹ “A difundida tese do papel da Comintern como instigador e condutor dos movimentos de 1935 não encontra qualquer apoio nos fatos documentados, e o “dedo de Moscou” não pôde ser comprovado nos levantes. A Internacional Comunista, não é demais repetir, se não era indiferente aos destinos do movimento revolucionário brasileiro – que lhe anunciaram ser promissor – manteve-se numa expectativa conivente em relação ao que ocorria no Brasil”. *Ibidem*, p. 404.

¹¹¹⁰ *Ibidem*, p. 407.

No artigo intitulado “A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário”, publicado em 25 de junho de 1935, os opositores afirmaram que “A ANL é uma invenção artificial de *Kuomintang*”, que surgiu dos erros e fracassos do partido.¹¹¹¹ Para a LCI a tática de amplas alianças significava um retorno à política que culminou no fracasso da Revolução Chinesa em 1927. Tal concepção havia orientado os comunistas chineses a apoiarem o partido burguês de Chiang-Kai-Chek, perdendo a liderança do processo e se posicionando a reboque da classe burguesa. O resultado dessa aliança foi catastrófico, culminando na derrota e numa grande onda repressiva. De acordo com os opositores, a política de Frente Popular reeditava essa estratégia fracassada de organização policlassista, na qual o proletariado seria usado para atingir interesses da burguesia.¹¹¹²

Um dos pontos destacados pela LCI foi o papel desempenhado pela IC para fomentação das Frentes Populares: “o stalinismo nacional procurou dissolver a frente única, com objetivos concretos, numa “frente popular” onde cabem gato e cachorro, sem caráter de classe, sem objetivo concreto, sem responsabilidade ideológica”.¹¹¹³ A vitória de Hitler na Alemanha transformou o panorama europeu e internacional, e levou a burocracia soviética a rever sua estratégia de ação, abandonando a linha esquerdista. Trotski observou:

Seria, no entanto, ingenuidade pensar que, na base da política do *Comintern* na Espanha estivessem alguns “erros” teóricos. O stalinismo não se guia pela teoria marxista, nem por qualquer teoria que seja, mas empiricamente pelos interesses da burocracia soviética. Entre eles mesmo, os cínicos de Moscou, riem-se da “filosofia” da Frente Popular à la Dimitrov.¹¹¹⁴

Espanha e França foram as primeiras experiências da Frente Popular organizadas pela IC. Em diversos textos, Trotski teceu uma análise crítica sobre esses processos. Em sua concepção, o rearranjo teórico não era um simples equívoco, mas uma mudança necessária para a defesa dos interesses da burocracia soviética. Com a ascensão do nazismo, uma nova guerra mundial apontava no horizonte e a URSS temendo um confronto armado buscou estabelecer alianças com as burguesias europeias. Para sancionar esses acordos os PCs deveriam deixar propagar a revolução socialista, estabelecendo alianças para barrar o fascismo e garantir as liberdades democráticas. Assim, os comunistas deixavam de ser uma ameaça e se tornavam

¹¹¹¹ LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA. **A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário**. In: *A Luta de Classe*. n 25. Ano V. Juiz de Fora, 25 jun. 1935, p. 1.

¹¹¹² “(...) esse partido [PCB] não representa os interesses verdadeiros da massa proletária, é uma organização que reflete, na realidade, os sentimento e interesses das camadas pequeno-burguesas mais oprimidas e parte do proletariado qualificado, privilegiado, que se liga à pequena-burguesia”. Ibidem.

¹¹¹³ Ibidem.

¹¹¹⁴ TROTSKI. *Menchevismo e bolchevismo na Espanha*. 1936. Disponível em: <<https://ww.marxists.org/portugues/trotsky/1936/mes/espanha.htm>>. Acessado em 20 jun. 2015.

aliados às burguesias nacionais numa luta em comum, o que garantiria a manutenção da burocracia stalinista.¹¹¹⁵

Ainda sobre as Frentes Populares, Trotski acrescentou que num processo em que as lutas pelas liberdades democráticas burguesas tomam o primeiro plano, o resultado dessas alianças se torna catastrófico para o proletariado, pois implica no abandono da luta pela revolução socialista. Mesmo na França de Léon Blum ou na Espanha de Manuel Azaña, onde essas frentes foram vitoriosas, elas não conseguiram se sustentar e tampouco promover transformações econômicas em favor dos interesses dos trabalhadores.¹¹¹⁶

Um dos pontos centrais da crítica da LCI à ANL foi sobre a sua composição de classe. Por se tratar de uma frente ampla, a organização reuniu grupos e indivíduos de diferentes origens sociais. Para os opositoristas, o fato da frente se constituir como um organismo aberto à diferentes classes, impossibilitou que se desenvolvesse uma luta revolucionária. Ao incluir todos aqueles que se colocavam na oposição ao regime de Vargas, independente da classe, a Frente Popular apresentou uma grande confusão: “A babel ideológica que reina dentro dela é o reflexo da mistura de classes”.¹¹¹⁷ A LCI identificou diferentes alas e interesses no interior da organização:

À direita, a ANL conta com o “apoio”, a “adesão” ou as “simpatias” (...) de latifundiários autênticos, proprietários territoriais (advogados estipendiados de empresas imperialistas como João Mangabeira (...) Pedro Ernesto, milionário diletantes da política, gênero Caio Prado, Sisson e outros espécimes da grande burguesia nacional.¹¹¹⁸

À direita estavam os representantes mais conservadores da ANL. Eram latifundiários, proprietários de terras, empresários destacados e políticos liberais. Enfim, indivíduos sem qualquer vínculo com a causa operária. A LCI destacou que até mesmo representantes e membros da burguesia nacional encontravam espaço no interior da frente. Seu programa estava tão afastado dos anseios e necessidades reais da classe trabalhadora que não assustava a grande burguesia, que também se sentia representada e contemplada pelas propostas da ampla aliança.

¹¹¹⁵ “Ante o perigo que representa a Alemanha Hitlerista, a política do Kremlin se voltou para a França. (...) Os meios dirigentes do Kremlin não falam do comunismo francês senão com desprezo. É necessário, então, conservar o que existe para não piorar. Como não se concebe a democracia na França sem os radicais, façamos com que os socialistas os sustentem; ordenemos aos comunistas que não incomodem o bloco Blum-Herriot; se possível, façamos com que entrem, eles mesmos, no bloco. Nem distúrbios, nem ameaças! Esta é a orientação do Kremlin. (...) A política de Stalin, que é determinada pelos interesses da burocracia soviética privilegiada, se tornou profundamente conservadora”. Idem. *Aonde vai a França? Op. cit.*

¹¹¹⁶ Idem. *Menchevismo e bolchevismo na Espanha. Op. cit.*

¹¹¹⁷ LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA. **A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário.** *Op. cit.*, p. 1.

¹¹¹⁸ Ibidem.

A crítica à composição de classe da Frente Popular desenvolvida pelos trotskistas prosseguiu com a afirmação de que “no centro, [encontravam-se] os “tenentes” arrependidos ou desempregados, os “outubristas” vagos depois que o Clube Três de Outubro fechou as portas, (...) os “líderes” proletários e bonzos sindicalistas, marca Armando Laydner”.¹¹¹⁹ Se na direita estavam os burgueses, no centro encontram-se os tenentistas, especialmente aqueles que tinham rompido com Vargas e estavam desiludidos ou sem espaço no governo. Muitos militares se aproximavam da organização devido à influência e presença de Prestes, na esperança de reviver a experiência tenentista da década de 1920. Também identificaram líderes do sindicalismo amarelo, como Laydner que, anteriormente, já havia sido denunciado pela LCI como um “lacaio” da burguesia.

E “(...) finalmente, à esquerda, Luiz Carlos Prestes, sagrado de novo, mas desta vez em Moscou, “Cavaleiro da Esperança” e que aparece, vem voltar como um Radamés triunfante”.¹¹²⁰ Concluindo a composição de classes da ANL, os opositoristas apontaram que Prestes aparecia como o setor mais à esquerda. É interessante notar que quando falaram do ex-comandante da Coluna, os opositoristas mencionavam o seu vínculo com a burocracia soviética, ressaltando que fora exilado em Moscou e voltara com as bênçãos de Stalin. “E, afinal, fechando a cadeia, pela esquerda, o partido stalinista já está em plena decomposição caudilhista, ideologicamente desmoralizado, imerso na confusão pequeno-burguesa e nacionalista (...)”.¹¹²¹ Por fim, encontrava-se o PCB, que para os trotskistas já não era a vanguarda do proletariado organizado, mas da pequena-burguesia, do nacionalismo e da política de colaboração de classe.

Segundo a LCI, a ANL se constituiu como uma organização pequeno-burguesa, pois seus interesses não refletiam as necessidades da classe operária, mas os anseios da burguesia nacional. O partido comunista, sob uma orientação stalinista, havia se afastado do movimento operário e se aproximado dos ideólogos da pequena-burguesia. “O proletariado deixou de ser, para o stalinismo (as afirmações em contrário são puras formalidades) a classe revolucionária, a classe dirigente e detentora da hegemonia nas lutas políticas diárias e sociais contra a grande burguesia e o imperialismo”.¹¹²² Criticaram a postura do PCB que deixou de ser o partido da vanguarda operária e da revolução socialista, para aliar-se a pequena-burguesia e transformar-se no partido da revolução burguesa:

¹¹¹⁹ Ibidem.

¹¹²⁰ Ibidem.

¹¹²¹ Ibidem.

¹¹²² Ibidem, p. 2.

O P.C. stalinista deu as costas definitivamente ao proletariado e foi procurar nos pequenos burgueses arretados, nos tenentes “chômeurs”, e nos caudilhos em vilegiatura e nos burgueses liberais, a força motriz da sua “revolução” democrático-burguesa, vulgo agrária e anti-imperialista, ou, ainda, de acordo com o seu apelido mais recente “nacional revolucionário”.¹¹²³

Partindo de uma concepção etapista e dualista, o PCB aliou-se à burguesia nacional, levantou a bandeira do anti-imperialismo e do desenvolvimento nacional.¹¹²⁴ Essa concepção já vinha sendo combatida pela OIE no plano internacional, principalmente após a derrota da Revolução Chinesa. Na contramão desse mecanicismo stalinista, os opositoristas baseavam suas análises na “Lei do desenvolvimento desigual e combinado” e na “Teoria da Revolução Permanente”. Nessa perspectiva, criticaram o PCB por retirar do proletariado o papel de classe dirigente revolucionário e por não defenderem uma revolução de caráter socialista.

Após o fechamento da ANL, *A Luta de Classe* publicou mais um artigo, intitulado “O fracasso da ANL e as tarefas da vanguarda operária”, no qual analisou o processo que levou a organização à ilegalidade e os desdobramentos para o movimento operário. Os opositoristas enfatizaram que uma aliança que aglomerava diversos setores de diferentes classes não teria facilidade em se organizar disciplinadamente. Enquanto permanecia na legalidade sua organização ainda era possível, mas com o seu fechamento, apontaram que a clandestinidade não era possível para uma frente tão heterogênea:

A Aliança Nacional Libertadora não tem possibilidade de vida ilegal. A sua composição social heterogênea, os seus frouxos laços organizatórios, a sua ausência de qualquer disciplina interna e até ideológica, a sua direção pequeno-burguesa, em que se misturavam elementos de todas as classes, de todas as tendências, e de todas as ideias, a impossibilidade de ter por isso mesmo uma direção centralizada e eficiente, os seus vértices dirigentes se balançando no ar sem ligação direta e séria com as massas profundas, tudo mostra que a ANL não pode viver na ilegalidade. Organizações políticas revolucionárias ilegais são o privilégio da classe operária.¹¹²⁵

Com a ANL na ilegalidade, a LCI apontou que a organização tenderia a se romper. A clandestinidade exigia uma rígida disciplina interna e um consenso em torno de um programa. A ANL era uma organização “frouxa” e operava sem essa disciplina. Assim, após o seu

¹¹²³ Ibidem.

¹¹²⁴ Essa interpretação esquemática aparece claramente no programa do Governo Nacional Popular Revolucionário: “O referido governo dando início no Brasil ao desenvolvimento livre das forças de produção não pretende a socialização da produção industrial e agrícola, porque nas condições atuais do Brasil só será possível, com a implantação da verdadeira democracia, liquidar o feudalismo e a escravidão, dando todas as garantias para o desenvolvimento livre das forças de produção do país”. **PROGRAMA do Governo Popular Nacional Revolucionário**. 1935. In: LÖWY, Michael. (Org.) *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 129.

¹¹²⁵ LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA. **O fracasso da ANL e as tarefas da vanguarda operária**. In: *A Luta de Classe*. n 26. Ano V. Juiz de Fora, Ago. 1935, p. 4.

fechamento, a Frente Popular se esvaziou, mas não apenas porque perdeu sua legalidade, mas também porque não havia uma homogeneidade em torno das suas propostas. A ofensiva operada por Prestes, o chamamento à luta armada, o discurso radical assustou parte da pequena-burguesia.

Depois da derrota dos levantes armados, a LCI publicou um novo artigo, intitulado “O desastre de novembro e o naufrágio do prestismo e do stalinismo”, no qual teceu críticas a fracassada insurreição:

Mais cedo do que esperávamos as nossas previsões foram inteiramente confirmadas: o aliancismo stalinista com o seu “fuhrer” Luiz Carlos Prestes à frente, acabou tentando um “putsch” militar na impossibilidade de arrastar a massa à revolução. Desta forma o sórdido oportunismo ideológico em que caíram os stalinistas foi coroado pelo aventureirismo golpista mais descabelado.¹¹²⁶

Longe da legalidade, a tendência “golpista” se fortaleceu entre comunistas e tenentistas. A partir de julho, atuando na clandestinidade, os membros remanescentes da ANL começaram a orquestrar o levante armado, não a partir da classe operária, dos sindicatos e das fábricas, mas a partir dos quartéis. Sem vínculos com o movimento operário e, principalmente, sem um programa que aproximasse os comunistas das necessidades imediatas dos trabalhadores. A direção do PCB atuou no sentido de buscar apoio, principalmente, entre os militares. Prestes escreveu e entrou em contato com todos seus ex-companheiros tentando angariar adeptos à luta armada contra Vargas. O resultado foi o afastamento da sociedade civil organizada, a insistência na proposta insurrecional, a derrota do levante militar e a repressão. Sobre o significado e resultado do levante militar, os oposicionistas apontaram que:

Das perspectivas que, por ocasião do fechamento da ANL, traçamos para o desenvolvimento ulterior da situação, realizou-se a pior variante, uma tentativa prematura de insurreição aliancista, a derrota, com o recuo de posições já alcançadas, como consequência: repressão sistematizada e que ainda não encontrou resistência, o movimento operário desmantelado, a ilegalidade estendendo-se até campo “constitucional” das liberdades democráticas, e da luta antifascista, as esferas dirigentes da burguesia provisoriamente, pelo menos, conciliadas, e unidas em frente única contra o espantinho do comunismo, e, finalmente o integralismo, com o campo livre, com a legalidade garantida, e, justificado, histórica e politicamente perante toda a burguesia e já grande parte da pequena burguesia.¹¹²⁷

Para os trotskistas, a criação da ANL já havia significado uma derrota para a classe operária, mas o fechamento da organização e o posterior levante orquestrado pela direção

¹¹²⁶ Idem. **O desastre de novembro e o naufrágio do prestismo e do stalinismo.** In: *A Luta de Classe*. n 28. Ano VI. Niterói, Abr. 1936, p. 1.

¹¹²⁷ Ibidem.

stalinista, trouxe ainda mais dificuldades. O *Putsch* abriu espaço para que Vargas encaminhasse o Estado de sítio. Com direitos, liberdades e garantias constitucionais suspensas toda a resistência operária foi perseguida, posta na prisão ou enviada ao exílio.

A LCI acompanhou de muito perto a constituição, a atuação e a queda da ANL. Não aderiram à aliança, mas permaneceram atentos aos seus movimentos no intuito de criticar, para orientar e influenciar a classe trabalhadora. A crítica desenvolvida pelos opositores questionou não apenas as limitações do programa aliancista, mas todo o conceito de revolução que permeava a prática do PCB e da ANL. Ao refletirem sobre a ação da Frente Popular, a LCI colocou em xeque a burocracia stalinista, o caráter da revolução de libertação nacional, o papel da pequena-burguesia como agente revolucionário, as alianças estabelecidas com os tenentes e setores burgueses e o abandono da luta pela organização da classe operária que foi substituída pelo aventurismo de um *Putsch*.

4. O fim da LCI: a repressão e a consolidação do sindicalismo corporativista

A decisão da I Conferência Internacional da OIE, em agosto de 1933, de fundar um novo partido e de trabalhar pela construção de uma nova Internacional repercutiu no interior de todas as organizações opositoras. A OIE havia declarado a III Internacional morta, mas Trotski e a direção do SI sabiam que não reuniam um grupo suficientemente forte para fundar a IV Internacional. A Oposição era bastante limitada e, portanto, era preciso uma tática que buscasse ampliar a base de apoio.

Diante dessa fragilidade, buscando romper o isolamento, a Oposição francesa lançou, em agosto de 1934, com o apoio de Trotski, a política de “entrismo” no Partido Socialista Francês. Essa tática foi encarada como uma maneira de conquistar novos aderentes e simpatizantes.¹¹²⁸ A tática tinha similaridades com a frente única. O objetivo era “desmascarar” a direção reformista e impulsionar os operários mais avançados em direção à OIE. Quando a tática foi adotada pelos franceses não houve consenso e criou-se uma grande polêmica. Na França, centro do debate, surgiu um grupo opositor liderado por Naville, que acusou o “entrismo” de ser uma manobra que levava a capitulação diante do reformismo.¹¹²⁹

¹¹²⁸ “Trotski define uma nova tática adaptada a essa situação [de isolamento], que ele propôs as seções francesas e espanhola: a entrada nos Partidos Socialistas, que constituem nesses dois países o Partido Operário Majoritário, e cuja ala esquerda se reforça. A seus olhos, a mobilização das massas vai se efetuar, de início, por meio dos partidos e dos sindicatos tradicionais, que aparecem aos trabalhadores como os seus defensores nacionais”. MARIE. Jean-Jacques. *O Trotskismo*. São Paulo: Perspectiva, 1990, p. 60.

¹¹²⁹ *Ibidem*, p. 61.

Entre os opositoristas brasileiros, esta tática também repercutiu negativamente e trouxe significativas transformações para a LCI no final de 1934 e ao longo de 1935. Chamado de “*tournant francês*”, a tática de entrar no Partido Socialista para transformá-los de dentro provocou uma grande cisão entre os trotskistas brasileiros. Após discussões acirradas surgiram dois grupos: a ala que aprovava a tática de ingresso no Partido Socialista foi liderada por Mario Pedrosa, Hilcar Leite e Fúlvio Abramo. Do outro lado, o grupo que combateu essa política ficou conhecido como “Fernando-Alves” e reunia Aristides Lobo (Fernando), Victor de Azevedo Pinheiro (Alves) e João Matheus. Sob liderança de Lobo, o grupo criticou a tática de “entrismo” e a denunciou como uma capitulação à II Internacional. Assim, os dois principais líderes da oposição brasileira, Pedrosa e Lobo se encontravam em lados opostos.

A cisão se consolidou no início de 1935 e colocou fim a um período de relativo crescimento da LCI, abrindo caminho para o declínio da organização.¹¹³⁰ A expulsão do grupo que se reunia em torno de Lobo e Pinheiro se tornou pública em abril, por meio do jornal *O Proletário*, no qual se lançou uma série de críticas e acusações, especialmente contra Lobo.¹¹³¹ As críticas parecem exageradas e expressam apenas a visão vencedor, por isso, devem ser analisadas com cuidado.¹¹³² Cabe destacar ainda que o SI apoiou o grupo de Pedrosa, não reconhecendo o grupo de Lobo e Pinheiro como filiado à OIE. A razão da expulsão foi o fato de Lobo e seus pares não terem se submetido à disciplina e manifestarem-se publicamente contra a decisão da OIE.¹¹³³

¹¹³⁰ “A cisão esquerdista do grupo de Aristides Lobo e Victor Azevedo Pinheiro, sob a capa de um purismo revolucionário, interrompeu bruscamente um processo em que as propostas de independência e unidade de classe dos trabalhadores defendidas sob a bandeira da frente única começavam a ter uma audiência que ia muito além do diminuto número de militantes da LCI”. KAREPOVS, Danis; MARQUES NETO, José Castilho; LÖWY, Michel. **Trotsky e o Brasil**. In: MORAES, João Quartim de. (Org). História do marxismo no Brasil. Vol. 2. Campinas: Unicamp, 2007, p. 251.

¹¹³¹ “Comunicamos a todos os nossos simpatizantes que esse ex-membro da Liga Comunista foi expulso de nossas fileiras. Esse ex-camarada, que já há meses vinha tendo nenhuma atividade revolucionária e que nos acontecimentos de 7 de outubro manteve uma atividade completamente capitulacionista, tendo sido contra a manifestação anti-integralista no Largo da Sé e tendo feito todo o possível para impedir que nela tivéssemos parte ativa, ultimamente se insubordinou de todo as sanções disciplinares impostas pela organização, mantendo atitudes puramente individualistas e cometendo atos que visavam desorganizar e desmoralizar a LCI, chegando ao ponto de subtrair um objeto de valor pertencente a organização. (...) tomamos pública a sua expulsão da LCI”. BUREAU REGIONAL DA LCI (São Paulo). **Aristides Lobo**. In: *O proletário*. n. 2. São Paulo. Abr. 1935, p. 5.

¹¹³² “A cisão do grupo “Fernando-Alves” apresenta diversos problemas à análise histórica. O primeiro deles prende-se ao fato de as suas lideranças principais – Lobo, Pinheiro, Matheus – recusarem-se a fornecer qualquer informação à polícia sobre companheiros ou organizações de esquerda. A análise sujeita-se, portanto, a fontes estranhas ao grupo e, em princípio, suas adversárias”. CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, p. 300.

¹¹³³ “O SI, depois de aprofundado exame da questão, não só apoiou integralmente as resoluções do CCP, como tomou a resolução que acompanha esta carta, negando ao vosso grupo o direito de sua no nome da organização internacional, eximindo-se de qualquer responsabilidade por vossas publicações e condenando a vossa atitude”. COMITÊ CENTRAL PROVISÓRIO DA LCI. *Aos elementos que fora excluído da seção nacional da LCI*. 10 ago. 1935, pp. 1-2.

Nessa mesma edição de *O Proletário*, além de comunicar a expulsão do ex-secretário, outro artigo discutiu e esclareceu a situação dos opositoristas brasileiros diante da tática “entrista”. Apontaram serem falsos os boatos de que a LCI capitularia ante o reformismo. Sobre o possível ingressos dos brasileiros no Partido Socialista esclareceram que a organização se quer tinham cogitado essa possibilidade e que o “entrismo” se restringia ao caso francês:

Aqui no Brasil, dizem eles [os stalinistas], a LCI vai entrar para o Partido Socialista Brasileiro. Ora, nossa seção brasileira não só nunca cogitou isso, como acha impossível até mesmo por essa questão. (...) Em São Paulo, como no resto do Brasil, o PSB, é um partido vindo do “tenentismo”, como partido burguês, e que não é um partido de massa com base proletária organizada. Não há pois, num partido desses, lugar para uma fração bolchevique-leninista.¹¹³⁴

Após serem expulsos da LCI por indisciplina, o grupo de Lobo e Pinheiro permaneceu atuando entre os operários, continuaram usando o nome da organização e ainda publicaram o jornal com o mesmo título, apenas acrescentando a letra “s” no final. A cisão havia se consolidado e os dois grupos se apresentavam como LCI. Nesse ínterim, em *A Luta de Classe*, nº 22, Pedrosa buscando esclarecer as atividades paralelas do grupo “Fernando-Alves”, comunicou que havia “mistificadores” realizando propaganda usando o nome de Liga de forma indevida.¹¹³⁵ Lobo de Pinheiro permaneceu atuando até a repressão que se seguiu após o *Putsch* do PCB. Assim, em finais de novembro Pinheiro e Matheus foram presos e, no início de dezembro, Lobo também foi para o cárcere e as atividades do grupo se encerraram.¹¹³⁶

Devido à crise interna que culminou na cisão e expulsão de Lobo e seu grupo, as atividades da LCI foram bastante prejudicadas, especialmente a luta sindical, que não avançou durante todo esse período. Diante da repressão desencadeada pela “Lei Monstro”, os opositoristas reduziram suas atividades a publicação de jornais e panfletos. E mesmo a publicação de *A Luta de Classe* encontrou dificuldades. Durante todo o segundo semestre de 1935, apenas duas edições, agosto e setembro, números 26 e 27, respectivamente. Assim, antes mesmo do *Putsch* de novembro a LCI já estava em um franco declínio.

¹¹³⁴ BUREAU REGIONAL DA LCI (São Paulo). **A política da LCI na França e os stalinistas** In: *O proletariado*. n. 2. São Paulo. Abr. 1935, p. 2.

¹¹³⁵ “Tendo conhecimento de que elementos expulsos das nossas fileiras, por indisciplina e traição, manifestam opiniões e ideias pessoais que pretendem fazer passar como sendo da Liga Comunista Internacionalista e se servem, além disso, de intrigas e calúnias, comunicamos aos militantes revolucionários e ao proletariado em geral que a única instância autorizada a falar, em São Paulo, em nome da LCI é o Buerau regional. Comunicamos, outrossim, que o único órgão autorizado a falar em nosso nome, em São Paulo, é O Proletário; fora isso só o CC e o seu órgão *A Luta de Classe* que é o único órgão da seção brasileira da Liga Comunista Internacionalista (Bolcheviques-Leninistas)”. COMITÊ CENTRAL DA LCI. **Contra os mistificadores**. In: *A Luta de Classe*. n. 22. Ano V. Abr. 1935, p. 4.

¹¹³⁶ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, p. 297.

O resultado imediato da fracassada insurreição foi a repressão do governo federal. Os levantes forneceram a justificativa para se ampliar o autoritarismo e a centralização do poder. A primeira medida repressiva foi aprovada em 25 de novembro, antes mesmo do levante no Rio de Janeiro. O Senado e a Câmara aprovaram o projeto que concedida ao presidente da República autorização para declarar Estado de sítio. O congresso abdicava do seu poder em favor de Vargas. Novos dispositivos foram incorporados à LSN em dezembro de 1935, quando por meio da Lei nº 138, ampliou-se o conceito de crime contra a segurança nacional. Todas essas medidas proporcionaram a restrição contínua dos direitos e das liberdades democráticas. O Estado de sítio, inicialmente concedido por 30 dias foi prorrogado sucessivas vezes, sempre por mais 90 dias e, em março de 1936, declarou-se o Estado de Guerra que perdurou até o Estado Novo.

Já sob o regime de exceção, iniciou-se a repressão aos revoltosos na capital federal e em todo o país. Sob o comando de Filinto Müller, chefe da polícia, ocorreram prisões de centenas de civis acusados de colaboração com o levante. Quase toda a direção do PCB foi para o cárcere, incluindo Prestes e Olga Benário. Diversos autores já retrataram a tortura e o horror vivido por esses militantes durante a prisão que para alguns durou diversos anos.¹¹³⁷

Além do encarceramento dos envolvidos diretamente no levante, amplos setores da sociedade civil foram enquadrados.¹¹³⁸ Diversos sindicatos, associações e organizações foram fechados, seus líderes perseguidos e aprisionados arbitrariamente. Ocorreram expurgos nas Forças Armadas e entre o funcionalismo público. Toda a oposição ao governo foi perseguida. Vargas utilizou politicamente o levante para disciplinar a sociedade.¹¹³⁹

A intervenção nos sindicatos foi decisiva. De acordo com dados apresentados por Bernardo, em 1935 havia 137.657 trabalhadores filiados aos sindicatos oficiais, já em fins de 1936, esse número mais que dobrou e atingiu o total de 308.387 filiados em 823 sindicatos

¹¹³⁷ “São por demais conhecidos os horrores praticados pela polícia de Vargas-Müller contra os revolucionários presos: as torturas que levaram Harry Berger à loucura, assassinatos de presos políticos, deportações, a entrega de Olga Benário e Elise Berger à Gestapo para serem assassinadas – uma grávida de 7 meses e a outra barbaramente torturada – e o aniquilamento moral daqueles que não suportando a tortura contaram à política coisas que ela desconhecia. Os crimes, de responsabilidade direta de Filinto eram de pleno conhecimento de Vargas, dos ministros de Estado e da alta cúpula militar que não só os aprovava como incentivava esse tipo de ação”. VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Os revolucionários de 1935*. *Op. cit.*, p. 358.

¹¹³⁸ “Durante a repressão desencadeada após a revolta de 1935 foram presas cerca de 6 mil pessoas. Segundo o relatório do chefe de polícia, de 27 de novembro de 1935 a 31 de maio de 1936, foram detidas no Distrito Federal 7056 pessoas (inclusive aquelas transferidas de outros estados pelas autoridades militares); no mesmo período, foram postas em liberdade 6052 pessoas – em média, 333 indivíduos por mês, ou onze por dia”. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*. *Op. cit.*, p. 322.

¹¹³⁹ “Em perspectiva histórica, a exagerada campanha anticomunista de repressão que se seguiu a novembro de 1935 revela a verdadeira intenção do presidente: usar a rebelião como veículo para ampliar o poder federal, firmar a supremacia indiscutível das Formas Armadas nacionais, e silenciar as vozes de moderados e adversários políticos em potencial”. LEVINE, Robert, *Op. ci.*, p. 185.

distribuídos por todo o país.¹¹⁴⁰ A partir da LSN já não havia espaço para discussão e propostas dissonantes no interior dos sindicatos e a repressão pós *Putsch* acirrou ainda mais a repressão, tornando impossível qualquer ação independente nos sindicatos tutelados.

Se até finais de 1935, a campanha pela sindicalização oficial vinha se desenvolvendo de maneira contínua, mas num ritmo lento, os dados evidenciam que depois do Estado de sítio e da liquidação das lideranças operárias nos sindicatos livres, os sindicatos oficiais se consolidaram.¹¹⁴¹ Essa estrutura controlada pelo aparelho estatal que impôs amplos limites às reivindicações e impossibilitou qualquer luta política foi reafirmada durante a ditadura do Estado Novo. A Lei Orgânica da Sindicalização Profissional de 1939 aprimorou o controle do MTIC sobre todas as organizações operárias.

A justificativa para a ampliação da repressão foi a ameaça vermelha. A campanha anticomunista foi ampliada e o clima de medo se instalou pela propaganda ideológica de Vargas que se difundia em nome da união nacional. Em 9 de janeiro de 1936, foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC) que se dedicou a tarefa de depurar do aparelho do Estado quaisquer funcionários que realizassem atividades consideradas prejudiciais às instituições políticas e sociais. Em agosto de 1936, aprimorando o sistema repressivo, criou-se o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) que surgiu para centralizar o julgamento dos “crimes políticos”.¹¹⁴²

Mesmo sem qualquer envolvimento direto com a ANL ou o *Putsch* dos comunistas, os membros da LCI também foram alvo da repressão policial. Os líderes do grupo “Fernando-Alves” foram presos logo no início da onda repressiva. Victor Pinheiro e João Matheus foram encarcerados no Rio de Janeiro em finais de novembro. Posteriormente, ambos foram enviados para São Paulo. Poucos dias depois, em 3 de dezembro, Aristides Lobo também foi preso. Já nos primeiros meses de 1936, outros membros da LCI foram vítimas da repressão. Hilcar Leite e João Neves foram encarcerados em maio, Fúlvio Abramo e Manoel Medeiros em junho. Este último foi vítima de tortura, não resistiu e morreu na prisão em 17 de agosto de 1936. Ele era

¹¹⁴⁰ BERNARDO, Antônio Carlos. *Op. cit.*, p. 133.

¹¹⁴¹ “A retomada da política repressiva, e num ponto até então inédito no que se refere à classe operária, atuará no sentido de ampliar o número dos enquadramentos. No ano seguinte ao levante da ANL, as repercussões se fazem sentir em escala nacional, aumentando em 55% o número de sindicatos reconhecidos”. VIANNA, Luiz Werneck. *Op. cit.*, p. 145.

¹¹⁴² “Desde a sua instalação em setembro de 1936 até dezembro de 1940, o tribunal examinou 1358 casos envolvendo 9900 pessoas. Esse período envolve a repressão aos comunistas em 1935 e 1936, assim como a revolta integralista de 1938 e a repressão durante o Estado Novo”. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. Op. cit.*, p. 325.

gráfico, ex-militante do PCB, e havia se juntado aos oposicionistas em 1932, a convite de Mário Pedrosa.¹¹⁴³ Outros membros presos foram João da Costa Pimenta e João Della Déa.

De acordo com Alzira Campos, “a prisão de Aristides e seus companheiros objetivava dismantelar a União dos Trabalhadores Gráficos”.¹¹⁴⁴ Mesmo distantes da ANL e dos levantes, os oposicionistas ainda mantinham contatos e influência em alguns sindicatos, especialmente entre os gráficos, onde tradicionalmente foram fortes. Assim, a prisão dos militantes da LCI significava que o Estado avançava no objetivo de controlar as associações operárias banindo toda oposição que considerava subversiva e contrário à tutela ministerial.

A resistência das organizações operárias, inclusive dos oposicionistas, assim como a repressão policial, desencadeada antes e depois de 1935, precisam ser destacados. Afinal, um movimento de revisão no campo da reflexão histórica tem produzido uma visão mais conciliadora e harmoniosa sobre este período. O livro “A invenção do trabalhismo” de Ângela de Castro Gomes foi um dos precursores no processo de revisão do conceito de populismo, substituindo este pelo de “trabalhismo”. Em sua perspectiva, a relação entre Estado e classe trabalhadora nas décadas de 1930 e 1940 elucida a existência de um “pacto” entre os dois sujeitos.

Com o suporte teórico antropológico de Marcel Mauss e Marshall Sahlins, ela se apoiou na chamada “lógica simbólica de reciprocidade” para relativizar conflitos sociais e enquadrá-los em relações harmônicas. Gomes baseia-se na interpretação de que com Vargas desenvolveu-se uma política social que fomentou leis regulatórias e concedeu garantias e direitos aos trabalhadores. Mas em contrapartida, exigiu obediência política dos operários que eram amparados pela legislação social. O “trabalhismo” parte do pressuposto de que a classe operária teria conscientemente realizado um cálculo de prós e contras e concedido, aceitando sua submissão política.¹¹⁴⁵ Assim, a cooptação do Estado, a tutela é apresentada como uma escolha consciente da classe trabalhadora, na qual ela desenvolve um papel ativo. Ela não é apenas vítima da ação do Estado, mas ela concorda e adere por si mesma, ao pacto.¹¹⁴⁶

¹¹⁴³ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Op. cit.*, pp. 327-328.

¹¹⁴⁴ *Ibidem*, pp. 53-54.

¹¹⁴⁵ “É inegável que a lógica material Olsoniana de cálculo de custos e benefícios estava aí em vigência”. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. *Op. cit.*, p. 180.

¹¹⁴⁶ “A classe trabalhadora só “obedecia” se por obediência política fica entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, nesse sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade”. *Ibidem*.

Demian Melo¹¹⁴⁷ e Felipe Demier¹¹⁴⁸ lançaram críticas a este movimento de revisão apontando o caráter ideológico e conservador desta interpretação. Ambos destacaram que Ângela Gomes negligenciou e relativizou as formas autoritárias e repressivas com que as relações entre as classes se processaram durante o governo Vargas. E, valorizando a conciliação de classes, a ideia de “pacto” lançou uma perspectiva positiva, na qual os trabalhadores apareciam como sujeitos e autores de escolhas conscientes, que por estratégia e guiados por seus interesses teriam optado pela tutela estatal, aderindo ao projeto corporativista.

Mas a repressão não conseguiu aniquilar a LCI que, sob uma intensa luta clandestina, seguiu divulgando material de propaganda, especialmente o jornal *A Luta de Classe*, que entre abril e novembro de 1936, publicou cinco números, dos quais quatro foram preservados. Os militantes continuavam atuando no Rio de Janeiro, mas para burlar a repressão os jornais saíam com a cidade de Juiz de Fora. Nesses meses, Pedrosa foi um dos principais redatores e assinou vários artigos com o pseudônimo de “Georges”.

Em artigo publicado em junho de 1936, em *A Luta de Classe*, nº 30, Pedrosa fez uma rápida análise sobre o avanço da repressão sobre as organizações civis e afirmou que a repressão havia fechado todos os espaços democráticos para atuação das forças operárias. Vargas havia suprimido a constituição e revogado todos os direitos fundamentais. Os sindicatos estavam controlados pela burocracia estatal e todos os dirigentes mais combativos estavam presos.¹¹⁴⁹ Pedrosa argumentou que: “Debaixo do “estado de sítio” ou de “guerra”, o proletariado não esmorece na sua luta diária. (...) Diante da falência do parlamento burguês, diante da mordida policial que nos tranca a voz, só o protesto pela greve é possível e eficiente”.¹¹⁵⁰ E acrescentou:

É preciso preparar incansavelmente, como o primeiro dever do movimento, o protesto generalizado da classe operária contra as infâmias da reação. Pela greve, parando todo o aparelho produtivo industrial do país por 24h o proletariado mostrará a burguesia e seu governo que não concorda com o “Estado de guerra”, nem com a ditadura policial (...).¹¹⁵¹

A luta a partir das fábricas e a organização de um forte movimento grevista era apresentando como a única forma de luta capaz de “atravessar os muros espessos da reação e

¹¹⁴⁷ MELO, Demian Bezerra. *Considerações sobre o revisionismo*: notas de pesquisa sobre as tendências atuais da historiografia. In: XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, 2009, Niterói. Anais da XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, 2009.

¹¹⁴⁸ DEMIER, Felipe Abranches. *Populismo e revisionismo historiográfico*: um debate em curso. In: VIII Colóquio Marx e Engels (CEMARX), 2015, Campinas. Anais VIII Colóquio Marx e Engels, 2015.

¹¹⁴⁹ “São elevados à direção dos sindicatos dirigentes completamente submissos às orientações do Ministério do Trabalho; não há greves por categorias e a participação das bases nas atividades propostas por essas entidades reduz-se a quase nada”. MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. *Op. cit.*, pp. 69-70.

¹¹⁵⁰ GEORGES (PEDROSA, Mário). **A luta pelas liberdades democráticas**. In: *A Luta de Classe*. n. 30. Ano VI. Juiz de Fora. Jun. 1936, p. 1

¹¹⁵¹ *Ibidem*.

ser ouvido em todo o Brasil”.¹¹⁵² Em meio a um cenário demasiado controlado e repressor, as organizações operárias, as associações, os sindicatos e os partidos estavam todos postos na clandestinidade e, assim, a LCI argumentou que a única forma de lutar seria por meio da ação direta. A greve apareceu como a única tática possível para os trabalhadores se manifestarem e reivindicarem liberdades democráticas.

Na edição seguinte de *A Luta de Classe*, em artigo assinado por Afonso e intitulado “Reivindicações econômicas e políticas imediatas”, desenvolveu-se de forma mais sistemática a tática de luta para o período. Destacou-se que mesmo diante de toda a repressão e cerceamento das liberdades a luta de classe entre patrões e operários não cessou. A repressão não era capaz de harmonizar e encobrir as contradições do processo produtivo, mas imobilizava a luta dos trabalhadores. Nesse sentido, Afonso alertou que “há no seio da massa tendência a paralisar essa luta enquanto durar a atual reação”.¹¹⁵³ A classe operária estava retraída e sem qualquer entusiasmo ou programa para se levantar e sustentar novas lutas: “o estado de guerra não é apenas para perseguir “extremistas”; mas sobretudo para quebrar qualquer vontade de luta por parte do operariado”.¹¹⁵⁴

Afonso destacou que a reorganização da luta operária deveria passar pela estreita vinculação entre os interesses econômicos e políticos. Não era possível lutar por melhores condições de trabalho e de vida sem sustentar ao mesmo tempo uma luta contra o Estado repressor e a favor das liberdades democráticas. Dentro dessa perspectiva, o militante oposicionista argumentou que a classe operária “tem de ficar convencida de que a reação não desaparecerá por si mesmo, que o governo burguês não suspenderá o estado de guerra ou de sítio se a massa operária em peso não lutar por isso”.¹¹⁵⁵ A luta pela liberdade política era apresentada como uma demanda imediata e deveria figurar ao lado das necessidades econômicas:

Para a LCI, o movimento operário só poderia ressurgir a partir de uma tática que vinculasse o interesse econômico ao político. Lutar contra a repressão e exigir liberdades democráticas eram as tarefas imediatas. Essa ação já não passava mais pelos sindicatos corporativistas. Ela deveria ser organizada a partir das fábricas e resultar numa greve geral que exigisse a libertação dos presos políticos, a liberdade de palavra, reunião e de associação.¹¹⁵⁶

¹¹⁵² Ibidem.

¹¹⁵³ AFONSO. **Reivindicações econômicas e políticas imediatas**. In: *A Luta de Classe*. n. 31. Ano VI. Juiz de Fora. Jul. 1936, p. 1

¹¹⁵⁴ Ibidem.

¹¹⁵⁵ Ibidem.

¹¹⁵⁶ Ibidem.

O último número de *A Luta de Classe*, publicado como órgão oficial da LCI, saiu em novembro de 1936. Após essa edição, a organização encerrou suas atividades e os trotskistas remanescentes aliaram-se aos ex-militantes do PCB. Ainda sob o Estado de guerra, em janeiro de 1937, surgiu o Partido Operário Leninista (POL).¹¹⁵⁷ Reunindo Pedrosa e outros importantes nomes da primeira geração de trotskistas brasileiros, a organização deu continuidade à tradição lançada pelo GCL. Participou da fundação da IV Internacional no Brasil e permaneceu atuante no movimento operário.

¹¹⁵⁷ “A avaliação sobre o putsch de novembro feita pela LCI permitiu que se iniciasse uma aproximação com a Oposição Classista do PCB, que reunia militantes, sobretudo os pertencentes ao setor sindical comunista, que saíram das fileiras comunistas pouco antes do putsch por discordarem dos métodos golpistas que levariam ao desencadeamento das revoltas. Com o resultado dessa aproximação e fusão desses dois agrupamentos, seria criado o Partido Operário Leninista (POL) em janeiro de 1937”. KAREPOVS, Dainis. *Pas de politique Mariô!* Mário Pedrosa e política. *Op. cit.*, p. 68.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira parte deste trabalho, apresentamos e discutimos a formação e a atuação do PCB junto aos sindicatos no período entre 1922-30. Procuramos nos três primeiros capítulos, reconstruir a trajetória do partido, destacando a sua organização centralizadora, a tática sindical sectária, as lutas, as divergências políticas internas e as conflituosas relações com as demais tendências do movimento operário.

Desde o início do século XX, surgiram sindicatos de diversas tendências político-ideológicas. Nesse ínterim, os anarcossindicalistas alcançaram um certo predomínio após conquistarem maior adesão nos primeiros congressos operários. Os sindicatos dirigidos pelos libertários optaram pela organização autônoma e horizontal, baseado na independência dos trabalhadores e na ausência de estruturas hierárquicas e centralizadoras. Reivindicavam a ação direta e rejeitaram os partidos e as lutas parlamentares.

Não obstante, após as grandes mobilizações operárias entre 1917-20, que culminaram em sucessivas derrotas, começaram a surgir questionamentos sobre as razões do malogro. À luz da experiência vitoriosa da Revolução Russa, a descentralização foi posta em dúvida. Assim, despontou um debate que colocou em questão os princípios libertários. Embora parte da historiografia negue a existência de um debate prévio entre as lideranças anarcossindicalistas, nos esforçamos em demonstrar que houve sim uma discussão sobre o caráter da Revolução Soviética, destacando o papel do partido e do Estado, e que este debate resultou numa cisão.

Nesse sentido, parte das lideranças se aproximaram das ideias bolcheviques e reivindicaram a formação de um partido operário organizado a partir do centralismo democrático, hierarquizado, disciplinado e vinculado à III Internacional. Logo, desenvolveu-se um processo de ruptura, no qual alguns militantes abandonaram os princípios anarcossindicalista e adotaram o bolchevismo. A transformação de uma estrutura autônoma e independente em uma organização centralizada e disciplinada foi bastante significativa e o “caso Canellas”, como evidenciamos, é bastante ilustrativo.

Se para os libertários trava-se de organizar os sindicatos a partir deles próprios, para os comunistas, era preciso a criação de outro órgão, exterior. Este era o partido revolucionário, a vanguarda, e esta deveria se aproximar para influenciar e dirigir as organizações operárias. De acordo com as teses comunistas, partidos e sindicatos eram organizações distintas, com estruturas e caráter diferentes, mas que deveriam atuar em conjunto, de forma coordenada. Esta foi a questão central que se colocou para os comunistas na organização da luta sindical.

Em seus primeiros anos, o PCB atuou no movimento operário reivindicando as palavras de ordem pela unificação e unidade sindical. A “unificação sindical” estava orientada para a defesa da centralização. Quer dizer, pela criação de organismos centrais que agrupassem os sindicatos numa única confederação nacional. A frente única tinha o objetivo de tirar os comunistas do isolamento, aproximá-los das massas, por meio de alianças com os reformistas. A aliança era estratégica, pois seria necessária para denunciar e desmascarar os adversários, libertários ou socialistas, e levar os comunistas à direção dos sindicatos.

A problemática central girou em torno da relação entre o partido e o sindicato. A IC tinha teses sectárias que orientavam para uma subordinação dos sindicatos à vanguarda da revolução, ou seja, ao Partido. Estabelecia-se que as associações operárias deveriam se submeter ao partido de forma centralizada. Esta tática foi criticada pelos anarcossindicalistas, que denunciaram a existência de um projeto hegemônico. Afirmaram que o objetivo era deixar os sindicatos sob a disciplina do PCB. Assim, o rompimento com os libertários foi inevitável e resultou na fragmentação sindical. Diante das divergências doutrinárias, o divisionismo se consolidou mediante a criação da FORJ que, sob direção libertária, estabeleceu a proibição de qualquer relação entre as organizações sindicais e os partidos políticos.

Após o rompimento com os libertários, os comunistas se aproximaram dos reformistas, especialmente do cooperativismo de Sarandy Raposo. Esta tendência vinha ganhando terreno com o apoio de Bernardes que se aproximou de algumas lideranças sindicais para discutir a criação de leis trabalhistas. Foi nesse período que ocorreu a primeira tentativa de incorporação da classe operária à vida estatal, mediante a discussão de algumas leis sociais. A frente única com os reformistas permitiu a ampliação da propaganda comunista, mas se rompeu após o levante de 5 de julho 1924, quando a repressão aumentou e a perseguição se ampliou.

A grande vitória do PCB em seus primeiros anos, não se deu no terreno da frente única, mas junto ao sindicato dos gráficos. A greve de fevereiro de 1923, dirigida por João da Costa Pimenta, resultou numa negociação positiva, com a aceitação das demandas dos trabalhadores. Além dessa experiência junto aos gráficos, os comunistas também conseguiram avançar em outras categorias e ampliaram sua influência.

Os levantes militares de 1922-24, tiveram influência decisiva sobre o PCB, pois foi a partir da reflexão sobre estes eventos que Octávio Brandão realizou uma interpretação sobre a estrutural social brasileira e lançou a tese da revolução democrática pequeno-burguesa. Nesse processo, os operários e suas organizações sindicais se deslocaram do centro e se transformaram em forças auxiliares do tenentismo e da classe média. A tese de Brandão assinalou o abandono da classe operária como agente revolucionário e apontou para tática insurrecional. As forças da

revolução não eram mais os trabalhadores e os sindicatos, mas os tenentes e a pequena-burguesia. A discussão em torno das alianças foi a primeira polêmica, a partir da qual se evidenciou outras divergências que resultaram na cisão de 1928.

O conflito ocorrido em fevereiro de 1927, na sede da UTG, motivou uma crise interna no PCB que ficou conhecida como “questão sindical”. Este evento levou João da Costa Pimenta e Joaquim Barbosa ao rompimento com a direção do partido. Ambos lançaram críticas apontando que o PCB estava utilizando os órgãos sindicais como um instrumento de sua política partidária. Atuando como um comitê partidário e não como órgão de defesa dos interesses dos trabalhadores, os sindicatos eram utilizados pelo PCB para atacar as demais tendências políticas e defender as suas táticas fundamentais. Logo, em acordo com a tese que defendemos, os dirigentes comunistas promoveram um atrelamento hierárquico entre o partido e o sindicato.

A Carta Aberta de Barbosa evidenciou um acúmulo de divergências com o partido. Neste documento, destacou que a postura político-partidária apartou os comunistas das outras tendências e impossibilitou a concretização da unidade sindical e da construção de federações fortes e plurais. O incidente na CGT e as críticas lançadas por Barbosa suscitaram um debate no interior do partido que fez emergir outro grupo que apresentou demandas que iam além da questão sindical.

Afastado do PCB, Barbosa assumiu uma linha mais “economicista”. Reafirmou que os sindicatos eram órgãos de defesa das reivindicações imediatas dos trabalhadores e que deveriam preservar sua autonomia e independência diante dos partidos. Ele enfatizou que suas críticas permaneciam no campo sindical. Não obstante, o grupo vinculado à Rodolfo Coutinho, apresentou um debate mais amplo. Constata-se que a chamada “cisão de 1928”, não deu origem a um grupo opositor homogêneo. Mas foi destas divergências que mais tarde surgiu a OE no Brasil. Afinal, os embates travados pelos militantes brasileiros refletiam questões maiores que não eram exclusivamente nacionais e se relacionavam com os debates que também ocorriam no interior dos demais PCs.

No interior do programa de reorganização sindical do PCB, a unificação do movimento sindical era uma das principais bandeiras. Em busca de criar uma organização nacional, o PCB lançou uma campanha pela fundação da CGT. Os comunistas afirmavam que as federações estariam abertas às diversas tendências político-ideológicas do movimento sindical e que a unificação era possível, uma vez que se privilegiaria as lutas econômicas. Todavia, a unidade sindical encontrou enormes dificuldades para se concretizar, pois, mesmo afirmando a pluralidade política, as demais tendências, desconfiaram do caráter centralizador destas e boicotaram a iniciativa comunista. Socialistas e anarcossindicalistas denunciaram que os

comunistas buscavam a centralização para exercer uma direção de forma hegemônica, coordenando pelo alto todas as federações sindicais. Dessa forma, rejeitaram a proposta centralizadora que se manifestava por trás da unificação sindical.

No primeiro semestre de 1929, a direção do PCB atuou em duas greves; a dos operários em construção civil do Rio de Janeiro e a dos gráficos em São Paulo. Em nenhuma das duas obteve sucesso e mais uma vez se manifestou a conflituosa relação entre partido e sindicato. Quanto à greve dos trabalhadores da construção civil, ocorreu um flagrante boicote dos comunistas ao movimento paredista porque esta estava sob a direção dos anarcossindicalistas.

A greve dos gráficos de São Paulo, em março de 1929, também revelou as fragilidades organizativas do PCB e ampliou o desgaste dos seus dirigentes diante da classe. Diante do desfecho desfavorável, os militantes da célula 4-R lançaram críticas à tática sindical do partido. Destacaram a ampliação da centralização e da hierarquização que retirava o poder de decisão das bases. Mais uma vez, a questão sindical estava no centro dos debates no interior do partido e suscitava críticas que expunham o descontentamento dos membros diante da direção que se afastava dos anseios das massas trabalhadoras.

O período entre 1928-30 foi decisivo para os PCs de todo o mundo, pois evidenciou a vitória da fração stalinista sobre a Oposição Unificada, o que determinou mudanças táticas e organizacionais importantes. Em março de 1928, o IV Congresso da ISV, antecedendo as resoluções do VI Congresso da IC, lançou a tese da “frente única pela base”. Tal mudança tática representou um “giro à esquerda” e resultou no abandono da tática pela unidade sindical. Esta “virada” assinalou o fim da frente única e apresentou a tese do Terceiro Período. A tática de Classe contra classe reafirmou o afastamento das alianças sindicais entre comunistas e reformistas e abriram a possibilidades de os comunistas fundarem sindicatos paralelos e concorrentes aos reformistas.

Tal proposta sancionava o fim da unidade sindical e foi mecanicamente adotada em todos os PCs da América Latina. Estas mudanças, além de promoverem alterações táticas e organizacionais, também resultaram num processo de depuração, que afastou importantes dirigentes, por meio de uma política que foi nomeada de “obreirismo”. Assim, em 1930, período decisivo de lutas e combates, o PCB estava desorganizado e desestruturado. A tática ofensiva, que anunciava a radicalização das massas, isolou os comunistas, afastando-os das organizações de massas. A CGT, fundada no ano anterior estava vinculada a poucos sindicatos e não teve qualquer capacidade de mobilização e organização durante a luta armada de outubro.

Conforme foi apresentado, na primeira parte desta tese, o PCB atuou junto aos sindicatos de forma sectária e centralizadora, utilizando da estrutura sindical para impor seus

interesses político-partidários e princípios doutrinários. Nesse ínterim, a autonomia sindical e as lutas econômicas dos trabalhadores foram abafadas diante das disputas ideológicas com as correntes adversárias. Com efeito, toda tentativa de realizar a unidade e a unificação sindical foi inviabilizada pela atuação centralizadora e, pelo predomínio dos interesses hegemônicos do PCB. Esta orientação resultou numa política divisionista e suscitou divergências internas.

A chamada questão sindical, surgiu questionando a subordinação dos sindicatos pelo Partido. Buscando enfatizar a problemática relação entre partido e sindicatos, analisamos alguns eventos que evidenciaram a forma como os dirigentes comunistas produziram uma fusão esquemática e burocrática da organização de vanguarda da classe com a organização de massa. Esta confusão, numa mesma instância, entre partido e sindicato, resultou na fragmentação das organizações sindicais e no isolamento do PCB.

Na segunda parte deste trabalho, procurou-se analisar a formação e a atuação da OE no Brasil, destacando a luta junto aos sindicatos no período entre 1930-36. Nos capítulos 4, 5 e 6, nos esforçamos por reconstruir a trajetória de três organizações (GCL, LC e LCI), a fim de discutir as posições diante do PCB, as críticas e a atuação no campo sindical, junto aos trabalhadores, as demais tendências políticas e ao corporativismo de Vargas.

O grupo de militantes que romperam com o PCB entre 1928-29, não constituíram uma nova organização de forma imediata. Após o III Congresso do PCB, os dissidentes se dispersaram. Assim, a historiografia tem destacado o papel de Mário Pedrosa como aglutinador e reorganizador dos opositoristas brasileiros. Enquanto esteve na Europa, Pedrosa foi se aproximando das teses da Oposição e o seu diálogo com os dissidentes brasileiros foi fundamental para que estes percebessem que as razões que motivaram os conflitos no Brasil não eram questões particulares.

No Brasil, Pedrosa encontrou o grupo opositorista disperso e sem perspectiva de organização. Logo, ele buscou restabelecer contato com seus pares para discutir teoricamente a conjuntura nacional e internacional. Foi a partir deste grupo que, em maio de 1930, surgiu o GCL e o jornal *A Luta de Classe*. A nova organização já surgiu mantendo contato com o Secretariado Provisório da OIE, o que revela sua aproximação com as teses trotskistas. Apresentando-se como fração de esquerda do PCB, o objetivo do grupo era o de reorientar os comunistas brasileiros. O GCL mostrava-se como grupo de resistência à degeneração burocrática que atingia a IC e todos os PCs.

A organização do movimento operário e dos sindicatos foram questões centrais para os opositoristas. Em 1930, *A Luta de Classe* publicou vários artigos analisando a problemática. Nessa perspectiva, apresentaram sucessivas críticas à orientação sindical do PCB,

especialmente, sobre a relação partido e sindicato. De acordo com o GCL, o problema da política sindical se caracterizava pelo predomínio da luta política e o esquecimento das reivindicações econômicas e imediatas.

Ao discutirem a problemática em torno da relação entre a luta política e econômica e as tarefas do partido e dos sindicatos, denunciaram a tática da direção comunista, apontando que ela confundia o papel de cada organização. Lançaram críticas à tentativa dos comunistas de utilizarem a estrutura sindical para atingir objetivos partidários. Retomaram a discussão da questão sindical de 1928 e afirmaram que o partido não poderia instrumentalizar os sindicatos, subordinando as associações operárias aos interesses do partido. Nesse ínterim, afirmaram que os sindicatos eram órgãos de frente única da classe operária e as demandas econômicas dos trabalhadores deveriam ser priorizadas, acima de qualquer interesse político-partidário.

Todavia, também argumentaram que partido e sindicatos não poderiam estar totalmente desvinculados, separados. Pelo contrário, deveriam estabelecer uma relação dialética e recíproca. Para os opositoristas, a luta sindical tinha um papel determinante no desenvolvimento da consciência de classe. Dessa maneira, o partido atuaria junto aos sindicatos a partir das reivindicações mais imediatas dos trabalhadores, mas buscando superá-las, num processo dialético que avançaria rumo às lutas políticas emancipatórias.

Além disso, questionaram a tática de Classe contra classe e a tese da “radicalização das massas”. Segundo o GCL, esta política trouxe grande prejuízo aos operários e militantes comunistas, pois todos ficaram expostos à ação repressiva durante o período de instabilidade política em 1930. No campo prático da luta sindical, o GCL alcançou êxito apenas junto aos trabalhadores gráficos, especialmente, devido a atuação de João da Costa Pimenta.

Cabe destacar a importante contribuição teórica que a LC apresentou sobre a formação social do Brasil. Pois esta interpretação foi decisiva para se traçar o papel da classe operária e das suas organizações de vanguarda e de massas. Nessa perspectiva, os opositoristas apresentaram uma interpretação bastante original e diferente da leitura dualista de Brandão. Pedrosa e Xavier enfatizaram o viés bonapartista do acordo burguês, uma vez que as burguesias e o proletariado se mostravam incapazes de tomar o Estado e dirigi-lo diretamente. Eles foram os primeiros a difundirem a concepção de que a Revolução de 1930 realizou um “acordo”, configurando um “Estado de compromisso”. Os opositoristas reafirmaram a centralidade da luta entre capital e trabalho, demonstrando que o Brasil já possuía bases capitalistas.

Com o governo Vargas, ampliou-se o papel interventor do Estado. Com a criação do MTIC e com a Lei de Sindicalização, a nova função do poder executivo ficou evidenciada. A orientação corporativista colocou o Estado como órgão regulador, responsável por mediar a

relação entre as classes e camuflar as tensões entre a burguesia e os trabalhadores. O decreto nº 19.770 criou os sindicatos oficiais e cerceou o caráter político destes, buscando limitar a combatividade destas organizações e afastar suas lideranças. Ao incorporar os sindicatos ao aparelho do Estado, a nova legislação tinha o objetivo explícito de despolitizar e desmobilizar as associações operárias, transformando-as em órgãos de cooperação.

Apesar dos esforços governamentais para desmobilizar a classe operária, o sindicalismo livre resistiu, especialmente devido a atuação dos anarcossindicalistas, comunistas e opositoristas, que denunciaram a legislação e mantiveram os sindicatos livres atuantes. Mas é preciso destacar que a luta contra o corporativismo de Vargas não foi a questão que mais mobilizou as tendências operárias revolucionárias. A documentação revelou que os debates e os conflitos internos estiveram em primeiro plano.

Entre 1931-32, os opositoristas lançaram ações pela construção da unidade sindical ao lado do PCB e dos anarcossindicalistas e, diante das divergências programáticas, defenderam suas reivindicações. Durante o processo de reorganização sindical, a direção comunista, de forma sectária, abandonou o COOS e abriu espaço para o predomínio dos libertários, que conquistaram a maioria e fundaram a FOSP.

Sem o apoio do PCB, os opositoristas realizaram um trabalho de crítica à direção anarcossindicalista. A principal crítica da LC, girava em torno da luta política. A LC aproveitava do espaço no interior da FOSP para defender o seu programa e para denunciar o apoliticismo. Apresentava-se as divergências teóricas, mas permaneciam defendendo a unidade. Por sua vez, os libertários tinham como princípio que as organizações sindicais não poderiam ter caráter político ou partidário. Logo, a FOSP rejeitava qualquer colaboração ou aproximação entre sindicatos e partidos, pois temiam que estes retirassem a autonomia dos trabalhadores e impedissem uma organização horizontal.

Em julho de 1931, durante uma grande greve em São Paulo, a LC apresentou novas críticas à direção da FOSP, o que acirrou as relações entre as duas tendências. Por conseguinte, a direção libertária suspendeu os opositoristas da Federação, acusando-os de desviá-la para o terreno político. Em resposta a suspensão, a UTG optou por desligar-se da entidade, medida sectária, mas que logo depois foi apontada como equivocada pelos próprios opositoristas.

Posteriormente, em documento assinado por Aristides Lobo, tentou-se novamente realizar uma frente única com o PCB e com os anarcossindicalistas, mas a aliança no campo sindical foi rejeitada por ambas organizações. Fora da FOSP, a LC estava isolada, permanecendo como uma força política apenas entre os gráficos. É bastante escassa a documentação sobre a UTG. Apenas 2 jornais (*Boletim da UTG*) foram preservados. No

entanto, é preciso destacar que estas duas edições não revelam posicionamentos doutrinários e sectários dos opositoristas. A publicação é utilizada para informar e divulgar o trabalho do sindicato. Não constam artigos com ataques ou denúncias às demais tendências operárias.

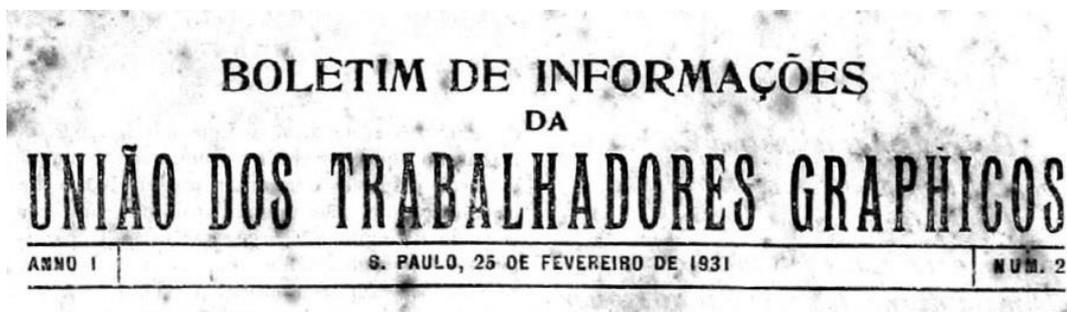


Fig 13. Logotipo do *Boletim de informações da UTG*, nº 2, fev. 1931
Fonte: CEDEM/UNESP

Já em 1933, ocorreram mudanças substanciais motivadas pelo cenário internacional. A ascensão de Hitler na Alemanha, levou Trotski e os opositoristas a discutirem a tática pela regeneração dos PCs e da IC. Durante meses, os militantes da OIE debateram se a Oposição deveria permanecer como fração ou se era o momento de construir novos partidos, autônomos e independentes, mirando a construção de uma nova Internacional. Este debate também foi travado no interior da LC que, entre maio e outubro de 1933, realizou duas Conferências Nacionais que se ocuparam deste tema. Com efeito, os opositoristas brasileiros, sacramentaram a falência da IC e do PCUS e passaram a desenvolver uma política autônoma, especialmente no campo da luta sindical.

A I Conferência Nacional da LC também abordou da questão sindical e lançou uma tese que causou ampla discussão e polêmicas. Ao tratar do movimento operário, a resolução apresentada destacou o isolamento em que se encontrava a organização e apresentou a necessidade de se reaproximar do movimento de massas. Nessa perspectiva, surgiu a tese de que os opositoristas poderiam iniciar um trabalho junto aos sindicatos oficiais. Apresentou-se a ideia de que os sindicatos legais estariam mais abertos a atuação dos opositoristas. A proposta suscitou amplo debate e não se encerrou durante a Conferência, pois não foi possível estabelecer um consenso. Alguns militantes apoiaram a iniciativa, mas outros questionaram e a denunciaram como uma manobra conciliadora. Aristides Lobo foi um dos mais críticos, afirmando que tal tática significaria uma rendição à política corporativista.

Lobo ainda argumentou que a luta deveria ser orientada pela unidade sindical, retomando a frente única, mas que esta só seria possível se as direções abandonassem o sectarismo. Ele apontou que anarcossindicalistas e comunistas aceitavam a unidade apenas sob

a sua hegemonia e que para romper com esta lógica, os oposicionistas deveriam aceitá-la mesmo sem alcançar a direção político-ideológica. Dessa forma, Lobo destacou um problema central e trouxe à tona a conturbada relação entre partidos e sindicatos. Ele defendeu uma tática que concebia o sindicato como organização autônoma e independente dos trabalhadores.

Os oposicionistas retomaram a questão sindical apenas em fevereiro de 1934, durante uma reunião ampliada da CE. A discussão girou em torno de uma resolução favorável ao ingresso nos sindicatos oficiais e destacou algumas vantagens dessa tática, como a ausência de uma burocracia e dos conflitos com os anarcossindicalistas e stalinistas. A resolução aprovou a manutenção da luta pela sindicalização livre, mas permitiu que os militantes atuassem no interior dos sindicatos legais. Nessa perspectiva, nos primeiros meses de 1934, a LCI iniciou um trabalho clandestino no interior destas associações tuteladas.

Após optarem pelo ingresso nos sindicatos oficiais, *A Luta de Classe*, apresentou alguns artigos discutindo a Lei de Sindicalização e a estrutura corporativista. Os oposicionistas denunciaram que o sindicalismo oficial era uma tentativa de harmonizar e camuflar os conflitos de classe por meio da subordinação das organizações operárias à máquina estatal. Por outro lado, também argumentaram que os sindicatos legais não estavam sendo capazes de limitar a ação da classe operária, uma vez que os conflitos persistiam. Esta interpretação era demasiado otimista, pois minimizava a estrutura corporativista. O ingresso nos sindicatos oficiais era aceito como uma tática necessária para se manter a ligação com a classe.

Nesta perspectiva, os oposicionistas organizaram uma grande mobilização para o 1º de maio de 1934. A manifestação reuniu um grande número de organizações e trabalhadores e, de acordo com a LCI, significou o início da reorganização do movimento operário. Em *A Luta de Classe*, retomaram a proposta pela unidade sindical e nos meses seguintes atuaram buscando consolidar uma frente única proletária.

Dessa maneira, ao lado do PSPB, do PSB, do PCB e do PTB, a LCI participou da Coligação dos Sindicatos Proletários. Esta frente manteve atividades por um curto período, reuniu diversos sindicatos e colocou as reivindicações imediatas dos trabalhadores em primeiro plano. No mesmo período, a LCI impulsionou o surgimento de uma frente eleitoral. Convidou socialistas e comunistas para lançarem candidatos operários as eleições para a Constituinte Paulista. Os oposicionistas destacavam que era preciso deixar de lado o sectarismo, somar as forças e dialogar com todas as tendências de base proletária. Ainda é preciso destacar a FUA, que contou com diversas associações operárias, desempenhou um importante papel de agitação e propaganda em combate às forças integralistas. Assim, em 1934, a LCI fomentou e participou

de diversas frentes com outras organizações operárias, buscando construir uma unidade de luta na defesa dos interesses da classe operária.

Em julho de 1934, por meio do Decreto nº 24.694, Vargas reafirmou o corporativismo sindical, rejeitando a independência e a pluralidade, como havia definido a Assembleia Constituinte. Por sua vez, a LCI, durante a III Conferência Nacional, confirmou a tática pela conquista destes sindicatos. Já em 1935, com a publicação da LSN que recrudescer a repressão no interior dos sindicatos, os opositoristas reviram a tática de ingresso nos sindicatos oficiais. A “Lei Monstro” estabeleceu os crimes contra a ordem política e social e impossibilitou qualquer atuação política no interior dos sindicatos legais. Diante do novo cenário, a LCI apontou que era preciso buscar novos métodos e reforçar as organizações clandestinas, retomando o trabalho sob bases ilegais no interior das fábricas, criando comitês operários.

Ao longo de 1935, a LCI também acompanhou a fundação e o desenvolvimento da ANL e apresentou uma série de críticas à organização. Para os opositoristas, tratava-se de uma Frente Popular, uma organização baseada em amplas alianças que aglutinava todos que se opusessem ao fascismo, independente das posições político-ideológicas. Assim, afirmaram que a sua criação e o ingresso do PCB, significou um grande prejuízo aos trabalhadores que se confirmou com o fechamento da organização e com o malogro da insurreição de novembro de 1935. A partir dos levantes em Natal, Recife e Rio de Janeiro, Vargas instaurou o Estado de sítio, suspendeu todas as liberdades sindicais e lançou uma feroz repressão que atingiu toda a sociedade civil, especialmente as organizações operárias e suas lideranças.

Em 1935, a LCI também enfrentou uma crise interna devido a polêmica em torno da política de “entrismo” no PSF. Esta questão resultou numa cisão, a qual expulsou Aristides Lobo e outros membros importantes. Com as divergências internas e o recrudescimento das forças repressivas, a LCI entrou o ano de 1936 com suas forças bastante limitadas, mas permaneceu atuando na clandestinidade. Em *A Luta de Classe*, assinalaram que a ação direta havia se tornado a melhor alternativa para a resistência. A luta a partir das fábricas por meio de greves foi proclamada como a única alternativa para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Sem espaço para organização sindical, o movimento paredista foi reconhecido como a única tática possível para os trabalhadores se manifestarem e reivindicarem seus interesses econômicos e as liberdades democráticas.

Com o Estado de sítio e o Estado de guerra, a intervenção nos sindicatos foi devastadora. Somente então, por meio de ampla repressão, o número de trabalhadores filiados às entidades oficiais se ampliou e estas organizações se consolidaram. Nesse sentido, não é possível negligenciar e relativizar o autoritarismo com que Vargas exerceu o controle sobre os

sindicatos, como tem afirmado a historiografia revisionista. Tal concepção busca apagar e esconder a violência da luta de classe, apresentando uma relação harmoniosa e conciliadora. Ora, a consolidação do sindicalismo corporativista não foi resultado de um “pacto” entre dois sujeitos, resultado de uma escolha consciente da classe trabalhadora. É preciso destacar que a repressão foi fundamental para a consolidação dos sindicatos oficiais.

Conforme vimos, nesta segunda parte da tese, procurou-se analisar a atuação das organizações oposicionistas nos sindicatos. À guisa de conclusão, pode-se afirmar que, os oposicionistas, diagnosticaram e criticaram os problemas oriundos da subordinação dos sindicatos pelos partidos e, reafirmaram o princípio de unidade sindical. Nesse sentido, buscaram aproximações com os próprios comunistas e com os anarcossindicalistas, mas as divergências programáticas impossibilitaram a unidade. Mesmo assim, a tática da frente única foi mantida e encontrou terreno favorável em algumas iniciativas realizadas nos sindicatos oficiais.

Com efeito, defendemos a tese que os oposicionistas realizaram, no campo sindical, uma atuação bastante diferente daquela do PCB. Os trotskistas lançaram críticas ao sectarismo e defenderam a autonomia e a construção de uma frente única proletária. Denunciaram o divisionismo e a instrumentalização dos sindicatos e, na liderança do sindicato dos trabalhadores gráficos, promoveram e organizaram frentes de luta ao lado dos comunistas, libertários e reformistas. As divergências político-programáticas eram apresentadas, suscitando conflitos e debates, mas para a Oposição, a defesa dos interesses dos trabalhadores e a unidade sindical estava acima de qualquer interesse partidário.

Por fim, acreditamos que a pesquisa sobre tal problemática não está encerrada. Ainda existem perguntas que precisam ser respondidas. Esta tese não pretendeu resolver todas as questões ou apresentar uma versão definitiva sobre esta temática, mas problematizar e, principalmente, reascender o debate sobre os partidos e os sindicatos.

REFERÊNCIAS

1. Fontes

1.1 Geral

AGUIAR, Porfírio de. **Discurso na segunda sessão solene do Centro dos Operários Católicos de São Paulo**. 1889. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1984.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES. **Preâmbulos dos estatutos da 1ª Internacional**. In: AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sudermann, 2008.

_____. **Resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre os sindicatos**. In: AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sudermann, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Constituição de 1934* – publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>, acessado em 11 out. 2018.

_____. *Decreto no 24. 694*, de 12 de julho de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24694-12-julho-1934-526841-publicacaooriginal-1-pe.html>, acessado em 11 out. 2018.

ECHO OPERÁRIO. 15 jul. 1901. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984

ECHO POPULAR. 28 abr. 1890. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984.

ESCOBAR, Carlos de. **A questão social**. 1896. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984.

GEORGE, Eugênio. **O Operário**. 26 jan. 1909. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984.

O SOCIALISTA. 26 jan. 1896. In: In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984.

1.2 Organizações anarcossindicalistas

À classe operária do Brasil. In: *A Plebe*. n. 245. Rio de Janeiro, 12 fev. 1927.

A GUERRA SOCIAL. 3 set. 1911. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984.

A luta dos trabalhadores. In: *A Plebe*. n. 245. Rio de Janeiro, 12 fev. de 1927.

AVANTI. 3 set. 1908. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984.

CARVALHO, Elysio. **O amigo do povo**. 30 jan. 1904. In: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984.

COMISSÃO EXECUTIVA DA FOSP. **A Federação Operária de São Paulo e a União dos Trabalhadores Gráficos**. In: *Boletim da Federação Operária de São Paulo*. n. 1. São Paulo: Ago. 1931.

_____. **A finalidade das organizações operárias**. In: *Boletim da Federação Operária de São Paulo*. n. 1. São Paulo: Ago. 1931.

_____. **Aclaração necessária**. In: *Boletim da Federação Operária de São Paulo*. n. 1. São Paulo: Ago. 1931.

Lei de sindicalização obrigatória. In: *A Plebe*. São Paulo. 17 dez. 1932.

LEURENROTH, Edgard et al. **Aos anarquistas, aos simpatizantes do ideal libertário, ao proletariado**. In: *A Plebe*. n. 177, Rio de Janeiro, mar. 1922.

MARCOS, Hermínio. **Circular enviada aos sindicatos em 15 de julho de 1931**. In: *Boletim da Federação Operária de São Paulo*. n. 1. São Paulo: Ago. 1931.

OITICICA, José. **Uma resposta necessária**. In: *A Plebe*. n. 226, Rio de Janeiro, jan. 1924.

1.3 Internacional Comunista e Partido Comunista do Brasil

À DIREÇÃO do PCB. [Carta] 1929, Rio de Janeiro. [para] PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, Rio de Janeiro. (Arquivo Lívio Xavier, Caixa 2, CEMAP).

B. B. B. **Todas as nossas forças pela Instauração de um Governo Popular Nacional Revolucionário no Brasil**. In: *A Classe Operária*. n. 184. Segunda fase. Rio de Janeiro, 20 jun. 1935.

BANGU. **Os perigos do nacional reformismo da Aliança Nacional Libertadora**. In: *A Classe Operária*. n. 180. Segunda fase. Rio de Janeiro, 1º mai. 1935.

BARBOSA, Joaquim. *Carta aberta aos membros do Partido Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro, 1928.

_____. **Pela unidade do nosso movimento sindical**. In: CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil*. (1877-1945). 2 ed. São Paulo: Difel, 1984.

BLOCO TÊXTIL. **Como decorreram as eleições para a nova diretoria da União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro**. In: *O Internacional*. n. 113. São Paulo, Jan. 1927.

BRADO. **O astrojildismo e a luta pela formação do partido do proletariado**. In: *A Classe Operária*. n. 145, Segunda fase. Rio de Janeiro, nov. 1932.

BRANDÃO, Octávio. **O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa.** In: ZAIDAN FILHO, Michel. *O PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional.* São Paulo: Global, 1985.

BUREAU POLÍTICO DO PCB. **O trotskismo:** Aos camaradas do Partido e a todos os trabalhadores conscientes. In: CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922-1943).* Vol. I. São Paulo: DIFEL, 1982.

CANELLAS, Antônio Bernardo. *Relatório de Delegacia à Rússia.* Rio de Janeiro, 1923.

COMISSÃO CENTRAL EXECUTIVA DO PCB. **A verdadeira significação da data revolucionária de ontem. (5 de julho).** In: *A Classe Operária.* n. 63. Segunda Fase. Rio de Janeiro. 6 jul. 1929.

_____. In: *Movimento Comunista.* n. 7. Rio de Janeiro. 1922.

_____. **O Partido Comunista do Brasil frente aos próximos combates.** In: CARONE, Edgard. *O PCB (1922 – 1943).* Vol. 1. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **O que a ex-oposição queria:** desertar. In: *Memória e História.* São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **Os últimos acontecimentos no Brasil e as perspectivas de novas lutas.** In: CARONE, Edgard. *O PCB (1922 – 1943).* Vol. 1. São Paulo: Difel, 1982.

COMISSÃO EXECUTIVA DO CCN pró-CGT. **A unidade do movimento sindical.** In: *A Nação.* n. 364. Rio de Janeiro, 26 abr. 1927.

_____. **Discurso do camarada J.C. Pimenta, pronunciado na sessão inaugural do congresso.** In: *A Nação.* n. 368. Rio de Janeiro, 30 abr. 1927.

_____. **Pela federação sindical, base da CGT.** In: *A Nação.* n. 366. Rio de Janeiro, 28 abr. 1927.

COMITÉ EJECUTIVO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Declaración de los jefes de la derecha del PC de la URSS.** In: *La Correspondencia Sudamericana.* n. 23. 2ª Época. Buenos Aires, 31 dic. 1929.

_____. **El VI Congreso Mundial de la Internacional Comunista.** In: *La Correspondencia Sudamericana.* n. 8. 2ª Época. Buenos Aires, 30 Ene. 1929.

_____. **Los resultados del VI Congreso mundial de la Internacional Comunista.** In: *La Correspondencia Sudamericana.* n. 6. 2ª Época. Buenos Aires, 15 dic. 1928.

COMITÊ EXECUTIVO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Resolução sobre o relatório de Bukharin acerca da oposição trotskista adotada por unanimidade.** In: *A Classe Operária.* n. 1. Rio de Janeiro, 1 mai. 1928.

COMITÉ EJECUTIVO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. *Tesis sobre La unidad del frente proletário.* 1921. Disponível em: http://ciml.250x.com/archive/comintern/spanish/1921_ecci_united_front_theses_spanish.html. Acessado em 25 jul. 2015.

COUTINHO, Rodolfo. **À Comissão Central Executiva do Partido Comunista Brasileiro.** 5 jul. 1924. In: PEREIRA, Astrojildo. *Memória e História.* São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1981.

EXECUTIVO AMPLIADO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Os partidos comunistas e os sindicatos.** In: *A Nação.* n. 369. Rio de Janeiro, 1 mai. 1927.

INTERNACIONAL COMUNISTA. **A Internacional Comunista e a Internacional Sindical Vermelha:** programa de ação da Internacional Comunista. In: AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos.* São Paulo: Sundermann, 2008.

_____. *As 21 condições de admissão dos Partidos na Internacional Comunista.* 1920. Disponível em: http://ciml.250x.com/archive/lenin/portuguese/lenin_1920_condicoes_de_admissao_na_internacional_comunista_portuguese.html. Acessado em 25 jul. 2015.

_____. **O movimento sindical, os comitês de fábricas e de usinas.** In: AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos.* São Paulo: Sundermann, 2008.

_____. **Teses sobre o trabalho comunista nos sindicatos.** In: AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos.* São Paulo: Sundermann, 2008.

LOSOWSKI. **O IV Congresso da ISV.** In: *A Classe Operária.* n. 2. Segunda fase. Rio de Janeiro, 5 mai. 1928.

MIRANDA. **Reunião da Aliança Nacional Libertadora no Teatro João Caetano.** In: *A Classe Operária.* n. 178. Segunda fase. Rio de Janeiro, 10 abr. 1935.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **A constituinte dos fazendeiros, capitalistas e chefes militares será uma arma a mais para eternizar a miséria e a opressão das massas e a preparar a guerra.** In: *A Classe Operária.* n. 145. Rio de Janeiro. Nov. 1932.

_____. **Caricatura de oposição.** In: *A Classe Operária.* n. 92. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1930.

_____. **Convocação.** In: *A Classe Operária.* n. 93, Segunda fase. Rio de Janeiro. 19 jul. 1930.

_____. **El III Pleno del C.C. de P.C.B.** In: *La Correspondencia Sudamericana.* n. 21. 2ª Época. Buenos Aires, 20 nov. 1929.

_____. **O III Congresso do PCB.** In: CARONE, Edgar. *O PCB (1922 – 1943).* Vol. 1. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **O III Pleno do C.C.** In: CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922-1943),* Vol. 1. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *O processo de um traidor.* (O caso do ex-comunista A. B. Canellas). Rio de Janeiro. 1924.

_____. **Resoluções do III Congresso do PCB.** In: CARONE, Edgard. *O PCB (1922–1943).* Vol. 1. São Paulo: Difel, 1982.

PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio históricos e políticos.* São Paulo: Alfa e Ômega: 1979.

_____. **Manobras suspeitas.** In: *Movimento Comunista.* n. 18-19. Rio de Janeiro, mar. 1923.

_____. *Memória e História*. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **O despertar do proletariado: a vitória dos gráficos paulistas**. In: *Movimento Comunista*. n. 18-19. Rio de Janeiro, mar. 1923.

_____. **O dever mais urgente**. In: *Movimento Comunista*. n. 2. Rio de Janeiro. 1922.

_____. **Partido Comunista (S.B.I.C)**. In: *Movimento Comunista*. n. 7. Rio de Janeiro. 1922.

_____. **Reorganização operária**. In: *A Plebe*. n. 119, Rio de Janeiro, mai. 1921.

_____. **Unificação sindical**. In: *Movimento Comunista*. n. 20. Rio de Janeiro, abr. 1923.

PAOLIELLO, Virgínio. **Comentários sobre o motim de 5 de julho**. In: *Movimento Comunista*. n. 9 e 10. Rio de Janeiro. 1922.

PRESIDIUM DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **O movimento revolucionário do Brasil e a Liga Revolucionária de Prestes**. In: *A Classe Operária*. n. 92, Segunda phase. Rio de Janeiro, 3 jul. 1930.

PRESTES, Luiz Carlos. **O que é o Governo Nacional Popular Revolucionário**. In: *A Classe Operária*. n. 184. Segunda fase. Rio de Janeiro, 20 jun. 1935.

_____. **Todo poder à Aliança Nacional Libertadora**. 1935. In: LÖWY, Michael. (Org.) *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA LIGA COMUNISTA. 6 a 10 mai. 1933.

PROGRAMA do Governo Popular Nacional Revolucionário. 1935. In: LÖWY, Michael. (Org.) *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SECRETARIADO POLÍTICO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira**. In: *A Classe Operária*. n. 89. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1930.

SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. **Carta aberta a los Partidos Comunista de la América Latina sobre los peligros de derecha**. In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 18. 2ª Época. Buenos Aires, 20 Sep. 1929.

_____. **EL Plenum Ampliado del Secretariado Sudamericano de la Internacional Comunista**. In: *La Correspondencia Sudamericana*. N. Extraordinario. 2ª Época. Buenos Aires, Jun. 1930.

_____. **En Brasil se prepara un processo monstruo contra los comunistas**. *La Correspondencia Sudamericana*. n. 28, Buenos Aires, 31 jul. 1927.

_____. **La lucha contra el comunismo en el Brasil**. In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 27, Buenos Aires, 15 jul. 1927.

_____. **La situación política y los deberes y los deberes de nuestros partidos**. In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 26. 2ª Época. Buenos Aires, 1 May. 1930.

_____. **Las tareas actuales de los PC de la América Latina.** In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. Extraordinario. 2ª Época. Buenos Aires, Jun. 1930.

_____. **Progresos del movimiento comunista brasileño.** In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 25. 2ª Época. Buenos Aires, 15 jun. 1927.

_____. **Sobre el Bloque Obrero y Campesino en el Brasil.** In: *La Correspondencia Sudamericana*. n. 12, 13 y 14. 2ª Época. Buenos Aires, Mayo 1929.

VI CONGRESSO de la Internacional Comunista. Segunda Parte: informes y discusiones. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, 1978.

1.4 Oposição de Esquerda

AFONSO. **Reivindicações econômicas e políticas imediatas.** In: *A Luta de Classe*. n. 31. Ano VI. Juiz de Fora. Jul. 1936.

BUREAU REGIONAL DA LCI (São Paulo). **A política da LCI na França e os stalinistas** In: *O proletariado*. n. 2. São Paulo. Abr. 1935.

_____. **Aristides Lobo.** In: *O proletariado*. n. 2. São Paulo. Abr. 1935.

CAMBOA M. (PEDROSA, Mário) LYON, L. (XAVIER, Lívio). **Esboço de uma análise sobre a situação brasileira.** In: *A Luta de Classe*. n. 6. Ano 2. Rio de Janeiro. Fev-mar. 1931.

COMITÊ CENTRAL DA LCI. **Contra os mistificadores.** In: *A Luta de Classe*. n. 22. Ano V. Abr. 1935.

COMITÊ CENTRAL PROVISÓRIO DA LCI. *Aos elementos que fora excluído da seção nacional da LCI.* 10 ago. 1935.

COMISSÃO CENTRAL DA LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA. **Ao proletariado:** a tática eleitoral dos bolcheviques-leninistas. In: *A Luta de Classe*. n. 21. Ano IV. Rio de Janeiro, ago. 1934.

COMISSÃO EXECUTIVA DA LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). **À direção do Partido Comunista:** seção brasileira da IC. In: *A Luta de Classe*. n. 6. Ano 2. São Paulo. Fev-mar. 1931.

_____. *Aos grevistas e aos trabalhadores em geral.* São Paulo, 20 jul. 1931.

_____. *Ata de reunião.* 21 jan. 1931.

_____. *Ata de reunião.* 25 jan. 1931.

_____. *Ata de reunião.* 31 jan. 1931.

_____. *Ata de reunião.* 10 jun. 1932.

COMISSÃO EXECUTIVA PROVISÓRIA DA LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). **Aos trabalhadores do Brasil.** In: *Boletim da Oposição*. n. 1. São Paulo, Jan. 1931.

COMISSÃO EXECUTIVA DA UTG. **A UTG Vive.** In: *Voz do Gráfico*. n. 12, Rio de Janeiro, 1º mai. 1928.

GEORGES (PEDROSA, Mário). **A luta pelas liberdades democráticas**. In: *A Luta de Classe*. n. 30. Ano VI. Juiz de Fora. Jun. 1936.

GRUPO COMUNISTA LENINE. [Carta] 20 abr. 1930, Rio de Janeiro. [para] SECRETARIADO INTERNACIONAL PROVISÓRIO, Paris - França. (Arquivo Lívio Xavier, Caixa 3, CEMAP).

_____. **“Liga” ou “Partido”**. In: *A Luta de Classe*. n. 4. Rio de Janeiro. Ago. 1930.

_____. **A ideologia “Kuomintangista” e as Ligas anti-imperilistas**. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Jul. 1930.

_____. **A ISV e o movimento sindical revolucionário no Brasil**. In: *A Luta de Classe*. n. 4. Rio de Janeiro. Ago. 1930.

_____. **A última agitação política e as novas posições do imperialismo**. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Jul. 1930.

_____. **Ainda o 1º de Maio**. In: *A Luta de Classe*. n. 2. Rio de Janeiro. Jun. 1930.

_____. **Cavaleiro da Esperança... da burguesia ou militante comunista**. In: *A Luta de Classe*. n. 1. Rio de Janeiro. 8 Mai. de 1930.

_____. **Como combater a reação**. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Julho de 1930.

_____. **Como se argumenta contra nós**. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Jul. 1930.

_____. **Em Espanha**. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Jul. 1930.

_____. *Informe sobre contato com a Oposição de Esquerda Internacional*. 8 abr. 1930. (Caixa 2 - Arquivo Lívio Xavier - CEMAP).

_____. *L'Opposition de Gauche au Brasil*. In: **La Lutte de classes**. n. 28-29. fevrier-mars 1931.

_____. **Marx e a questão sindical**. In: *A Luta de Classe*. n. 2. Rio de Janeiro. Jun. 1930.

_____. **Na Argentina**. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Jul. 1930.

_____. **Nossa tática para o com o Partido**. In: *A Luta de Classe*. n. 1. Rio de Janeiro. Jun. 1930.

_____. **Nossos propósitos**. In: ABRAMO; KAREPOVS. *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2015.

_____. **Notas sindicais**. In: *A Luta de Classe*. n. 1. Rio de Janeiro. 8 Mai. 1930.

_____. **O 1º de agosto e a política dos “blefes”**. In: *A Luta de Classe*. n. 4. Rio de Janeiro. Ago. 1930.

_____. **O 1º de maio e a demagogia da direção do PC**. In: *A Luta de Classe*. n. 1. Rio de Janeiro. 8 Mai. 1930.

_____. **O movimento revolucionário na Indochina**. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Jul. 1930.

_____. **O que dá e o que esconde o manifesto do camarada Prestes.** In: *A Luta de Classe*. n. 2. Rio de Janeiro. Jun. 1930.

_____. **Provocação e clandestinidade.** In: *A Luta de Classe*. n. 4. Rio de Janeiro. Ago. 1930.

_____. **U.T.G.** In: *A Luta de Classe*. n. 2. Rio de Janeiro. Jun. 1930.

LIGA COMUNISTA (OPOSIÇÃO). **A palavra de ordem da constituinte.** In: *A Luta de Classe*. n. 6. Ano II. Rio de Janeiro. Fev-mar. 1931.

_____. **A repressão ao comunismo e a desmoralização dos burocratas.** In: *A Luta de Classe*. n. 8. Ano 2. São Paulo. Out. 1932.

_____. **A situação.** In: *A Luta de Classe*. n. 8. Ano 2. São Paulo. Out. 1932.

_____. *A todos os membros do Partido Comunista (SBIC).* Rio de Janeiro, 14 jul. 1932.

_____. **Aos proletários do mundo inteiro.** In: *Boletim da Oposição*. jan. 1931.

_____. **Anarquismo e stalinismo.** In: *A Luta de Classe*. n. 9. Ano 3. São Paulo. Jan. 1933.

_____. **Apoliticismo sindical.** In: *A Luta de Classe*. n. 7. Ano 2. São Paulo. Mai. 1931.

_____. **Conferência Operária de S. Paulo.** In: *A Luta de Classe*. n. 6. Ano 2. São Paulo. Fev-mar. 1931.

_____. **Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte.** *Boletim da Oposição*. n. 4. Mai. 1932.

_____. **O movimento sindical.** In: *A Luta de Classe*. n. 8. Ano 2. São Paulo. Out. 1932.

_____. **O proletariado e a constituinte.** In: *A Luta de Classe*. n. 7. Ano II. Rio de Janeiro. Mai. 1931.

_____. **Os anarquistas contra a unidade sindical.** In: *A Luta de Classe*. n. 6. Ano 2. São Paulo. Fev-mar. 1931.

_____. *Papeleta de adesão.* 1931.

_____. **Projeto de teses sobre as relações de Partido e Fração.** *Boletim de discussão*. n. 3, São Paulo, jun. 1932.

LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA. **A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário.** In: *A Luta de Classe*. n. 25. Ano V. Juiz de Fora, 25 jun. 1935.

_____. **A Lei Monstro.** In: *A Luta de Classe*. n. 22. Ano V. Abr. 1935.

_____. **A oficialização sindical e a crítica adversária.** In: *A Luta de Classe*. n. 20. Ano IV. Rio de Janeiro. Mai. 1934.

_____. **Ampla frente única de classe em 1º de maio de 1934.** In: *A Luta de Classe*. n. 20. Ano IV. Rio de Janeiro. Mai. 1934.

_____. *Ata de reunião ampliada da CE.* 18 fev. 1934.

_____. **O desastre de novembro e o naufrágio do prestígio e do stalinismo.** In: *A Luta de Classe*. n 28. Ano VI. Niterói, Abr. 1936.

_____. **O fracasso da ANL e as tarefas da vanguarda operária.** In: *A Luta de Classe*. n 26. Ano V. Juiz de Fora, Ago. 1935.

_____. **O movimento sindical no Brasil e as suas perspectivas revolucionárias.** In: *A Luta de Classe*. n. 20. Ano IV. Rio de Janeiro. Mai. 1934.

_____. **Terceira Conferência Nacional.** In: *A Luta de Classe*. n. 21. Ano IV. Rio de Janeiro. Ago. 1934.

_____. **Teses sobre a questão sindical, aprovadas na Conferência Nacional da LCI.** In: *A Luta de Classe*. n. 21. Ano IV. Rio de Janeiro. Ago. 1934.

LOBO, Aristides. **Carta aberta aos membros do Partido Comunista.** In: ABRAMO; KAREPOVS. *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2015.

_____. *Sobre a questão sindical.* s/d.

Memorial ao 3º Congresso. In: *A Luta de Classe*. n. 3. Rio de Janeiro. Jul. 1930.

PEDROSA, Mário. [Carta] fev. ou mar. 1927, João Pessoa-PB [para] XAVIER, Lívio. Granja-CE. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. [Carta] 24 dez. 1927, Berlim, Alemanha [para] XAVIER, Lívio. Rio de Janeiro. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. [Carta] 30 jan. 1928, Berlim, Alemanha [para] XAVIER, Lívio. Rio de Janeiro. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. [Carta] 14 mai. 1928, Berlim, Alemanha [para] XAVIER, Lívio. Rio de Janeiro. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. [Carta] 22 ago. 1928, Berlim, Alemanha [para] XAVIER, Lívio. Rio de Janeiro. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. [Carta] 6 abr. 1929, Paris, França [para] XAVIER, Lívio. São Paulo. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. [Carta] ago. ou set. 1929, Rio de Janeiro [para] XAVIER, Lívio. São Paulo. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SECRETARIADO INTERNACIONAL DA OPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE ESQUERDA. *Discussão interna sobre a questão da IV Internacional*. 8 jul. 1933.

SEGUNDA CONFERÊNCIA DA LIGA COMUNISTA (Extraordinária). 1º out. 1933.

SENINE, A. **Antes do 16º Congresso do Partido Bolchevique.** In: *A Luta de Classe*. n. 4. Rio de Janeiro. Ago. 1930.

TROTSKI. **A ditadura do proletariado na URSS.** In: *Boletim da Oposição*. n. 1. jan. 1931.

_____. **A palavra de ordem da Assembleia Constituinte na China.** In: *Boletim da Oposição*. n. 1. Jan. 1931.

_____. *Aonde vai a França.* 1934. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1934/franca/cap01.htm>. Acessado em 15 abr. 2015.

_____. *Es necesario construir partidos comunistas y una internacional nuevos.* 15 jul. 1933. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1933/julio/15.htm>. Acessado em 18 set. 2018.

_____. *La tragédia del proletariado alemán: Los obreros alemanes se levantarán de nuevo. El stalinismo jamás!* 14 mar. 1933. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1933/marzo/14.htm>. Acessado em 18 set. 2018.

_____. *Menchevismo e bolchevismo na Espanha.* 1936. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1936/mes/espanha.htm>. Acessado em 20 jun. 2015.

_____. **Resolución sobre la cuestión francesa.** In: ARICÓ, José (Director). *Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista*. Segunda parte. Córdoba: Ediciones Pasado y presente, 1973.

_____. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha.* São Paulo: Sundermann, 2011.

_____. *Stalin, o grande organizador de derrotas: A III Internacional depois de Lenin.* São Paulo: Sundermann, 2010.

_____. *Señal de alarma!* Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro3/T04V119.htm>. Acesso em 20 set. 2018.

UNIÃO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS. **Auxílio aos desempregados.** In: *Boletim de informações da União dos Trabalhadores Gráficos*. N. 2. São Paulo: Fev. 1931.

_____. **Departamento de fotogravura.** In: *Boletim de informações da União dos Trabalhadores Gráficos*. n. 2. São Paulo: Fev. 1931.

_____. **Departamento de imprensa.** In: *Boletim de informações da União dos Trabalhadores Gráficos*. n. 2. São Paulo: Fev. 1931.

_____. **A situação da UTG no Rio de Janeiro.** In: *Boletim de informações da União dos Trabalhadores Gráficos*. n. 2. São Paulo: Fev. 1931.

YOFFE, A. A. **O último serviço à causa.** In: *A Luta de Classe*. n. 2. Rio de Janeiro. Jun. 1930.

2. Bibliografia

2.1 Geral

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. *Velhos militantes: depoimentos*. São Paulo: Zahar, 1988.

LENIN, V. I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. 6 ed. Rio de Janeiro: Global, 1981.

_____. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.

LEVINE, Robert. *O regime Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MARX, Karl. **A luta entre o capital e o trabalho e seus resultados**. In: AGUENA, Paulo(Org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sudermann, 2008.

_____. *Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Papel econômico imediato dos sindicatos**. In: AGUENA, Paulo(Org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sudermann, 2008.

_____. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O impacto da revolução soviética no Brasil: o debate dos militantes**. In: COGGIOLA, Osvaldo. (Org.) *História e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987.

SILVA, Rafael V. da. *A miséria do apoliticismo e as raízes de esquerda do anarquismo*. Disponível em: <http://elcoyote.org/a-miseria-do-apoliticismo-rafael-v-da-silva-parte-2-final>. Acesso em 26 abr de 2018.

TICIANELI. *Elysio de Carvalho, do anarquismo para a polícia*. 8 ago 2015. Disponível em: <http://www.historiadealagoas.com.br/elysio-de-carvalho-do-anarquismo-para-a-policia.html>, acessado em 15 mai. 2018.

2.2 Estado e sindicatos no Brasil

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: da revolução de 1930 à Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. *O que é sindicalismo?* São Paulo: Abril Cultural e Brasiliense, 1985.

BERNARDO, Antônio Carlos. *Tutela e autonomia sindical: Brasil, 1930-1945*. São Paulo: TAQ, 1982.

BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Unicamp/Hucitec, 1991.

GIANOTTI, Vito. *A liberdade sindical no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEITE, Márcia de Paula. *O movimento grevista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MESQUITA, A. J. P. (Org.). *Do CNT ao TST*. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, 1975.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SAMIS, Alexandre; RAMOS, Renato. **Anatomia da crise: do sindicato revolucionário ao colaboracionismo cooperativista**. In: *Verve*. n. 1, jan-jun, 2002.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

2.3 História dos Partidos – teoria e historiografia

ANTUNES, Ricardo. **Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB)**. In: *Cadernos AEL: Comunistas e comunismo*. N. 2. Campinas: Unicamp, 1995.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BATALHA, C. H. de M. **A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências**. In: FREITAS, M. C. de (ORG). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1934)*. Tomo I. São Paulo: Sundermann, 2007.

_____. *União Soviética: da revolução ao colapso*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

CANALE, Dario. *O surgimento da seção brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)*. São Paulo: Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois, 2013.

CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Uma polêmica nos primórdios do PCB: o incidente Canellas e Astrojildo**. In: Carone, Edgard. *Da esquerda à direita*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese (Doutorado História), Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

_____. *Populismo e revisionismo historiográfico: um debate em curso*. In: VIII Colóquio Marx e Engels (CEMARX), 2015, Campinas. Anais VIII Colóquio Marx e Engels, 2015.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil: (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de revolução da esquerda brasileira: 1920-1946*. Londrina: Ed. UEL, 1999.

HÁJEK, Milos. **A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha**. In: HOBBSAWM, Eric. *História do marxismo*. Vol. 6. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

HAUPT, Georges. *Por que a História do Movimento Operário?* *Revista História e Perspectiva*, n. 43. Uberlândia, jul.dez. 2010.

KAREPOS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. **O arquivo Edgard Leuenroth e a pesquisa sobre o trotskismo no Brasil**. In: *Cadernos AEL*. Trotskismo. Campinas: IFCH/AEL, v. 12, n. 22/23, 2005.

_____. *Pas de politique Mariô!* Mário Pedrosa e política. São Paulo: Ateliê, 2017.

HENN, Leonardo Guedes. *A Internacional Comunista e a revolução na América Latina: estratégias e táticas as colônias e semi-colônias (1919-1943)*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2010.

KREMER, Ilya S. **O Comintern**. In: *História do século 20 (1919/1934)*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO, Demian Bezerra de. *Considerações sobre o revisionismo: notas de pesquisa sobre as tendências atuais da historiografia*. In: XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, 2009, Niterói. Anais da XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico, 2009.

_____. **O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão**. In: MELO, Demian Bezerra de. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014

MORAES, João Quartim de. **A influência do Leninismo de Stalin no comunismo brasileiro.** In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções.* 2 ed. Vol. 1. Campinas: Unicamp, 2013.

OLIVIER, Michael. *La izquierda bolchevique y el poder obrero, 1919-1927.* Ediciones Espartaco Internacional e Andarul Edicions, 2011.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil (1922-1935).* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa: política de alianças do PCB: 1928-1935.* Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

_____. **O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil.** In: In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções.* 2 ed. Vol. 1. Campinas: Unicamp, 2013.

_____. *Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil.* In: **Crítica Marxista.** n. 18, 2004.

SENA JR. Carlos Zacarias. **Podemos escrever uma história dos comunistas brasileiros?** In: *Revista Outubro.* n. 29, Nov. de 2017.

SILVA, Angelo José da. *Comunistas e Trotskistas: a crítica operária à revolução de 1930.* Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Nas origens do comunismo brasileiro.** In: PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928).* 3. ed. Anita Garibaldi e Fundação Mauricio Grabois: São Paulo, 2012.

_____. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade.* São Paulo: Expressão Popular, 2007.

2.4 História do Partido Comunista do Brasil

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (Memórias).* Uma visão da história política brasileira dos últimos quarenta anos. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BATTINI, Tito. *Memórias de um socialista congênito.* Campinas: Edunicamp, 1991.

BEZERRA, Gregório. *Memórias.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas: memórias.* Vol. 1. São Paulo: Alfa-omega, 1978.

CORRÊA, Hércules. *Memórias de um stalinista.* Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci.* 20 anos de clandestinidade. 2 ed. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2000.

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *O Trem da História: A aliança PCB/CSCB/O PAIZ*. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990.

PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

PEREIRA, Astrojildo. **A Revolução Russa e a imprensa**. In: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *Formação do PCB (1922-1928)*. 3. ed. Anita Garibaldi e Fundação Mauricio Grabois: São Paulo, 2012.

SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. 2 ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984.

SOUSA, Fábio da Silva. *El Machete e A Classe Operária: a imprensa comunista mexicana e brasileira (1922-1940)*. Tese (Doutorado em História) –Universidade Estadual Paulista. Assis, 2015.

VIEIRA, Hermes Pio. *Eloy Chaves: precursor da previdência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto (1922-1930)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989;

_____. *O PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

2.5 História da Oposição de Esquerda

ALEXANDER, R. J. *Trotskyism in Latin America*. Stanford: Hoover Institution Press, 1973.

ALMEIDA, Miguel. Tavares. *Liga Comunista Internacionalista: teoria e prática do trotskismo no Brasil: 1930-1935*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *“Tempos de viver”*: dissidentes comunistas em São Paulo (1931-1935). Tese (Livre-docência). Universidade Estadual de São Paulo. Franca, 1998.

CAMPOS, José Roberto. *O que é Trotskismo*. São Paulo: Nova Cultural / Brasiliense, 1986.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *A oposição de esquerda brasileira: 1928-1934: teoria e prática*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1993.

_____. **As esquerdas e o processo constituinte brasileiro de 1933-34.** In: *História Social*. Campinas, vol. 1, n. 2, 1995.

_____. *Contra a guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo: 1933-1935.* Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

_____. *Mário Pedrosa, Lívio Xavier e as origens do marxismo no Brasil.* 2013. Disponível em: <https://marxismo21.org/mario-pedrosa-e-livio-xavier-2/>. Acessado em 10 dez 2017.

_____. *Rodolfo Coutinho: o marxista que falava alemão (1901-1955).* XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio. 2010.

COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O trotskismo no Brasil (1928-1964).** In: MAZZEO, A. C.; LAGOVA, M. I. (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX.* São Paulo: Cortez, 2003.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, o profeta desarmado: 1921-1929.* Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2005.

FERREIRA, Pedro Roberto. **O Brasil dos trotskistas (1930-1960).** In: *Cadernos AEL: Trotskismo.* Vol. 12. n. 22/23, 2005.

KAREPOVS, Dainis. *Pas de politique Mariô! Mário Pedrosa e política.* São Paulo: Ateliê, 2017.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José de Castilho. **Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966).** In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960.* Vol. 5. Campinas: Unicamp, 2007.

KAREPOVS, Danis; MARQUES NETO, José Castilho; LÖWY, Michel. **Trotsky e o Brasil.** In: MORAES, João Quartim de. (Org). *História do marxismo no Brasil: Os influxos teóricos.* Vol. 2. Campinas: Unicamp, 2007.

MARIE. Jean-Jacques. *O Trotskismo.* São Paulo: Perspectiva, 1990.

MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

VILAS BOAS, Josnei Di Carlo. **A interpretação sobre o Brasil de Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil.** In: *I Semana de Pós-Graduação em Ciência Política.* Universidade de São Carlos, 2013.